



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GIOVANI FERREIRA BEZERRA

**A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES E SEU PERIÓDICO (1963-
1973): ESTRATÉGIAS, MENSAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS
APAEANOS *EM (RE)VISTA***

DOURADOS – MS

2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GIOVANI FERREIRA BEZERRA

**A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES E SEU PERIÓDICO (1963-
1973): ESTRATÉGIAS, MENSAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS
APAEANOS EM (RE)VISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Cristina Furtado

DOURADOS – MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B574f Bezerra, Giovani Ferreira

A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES E SEU PERIÓDICO
(1963-1973) : ESTRATÉGIAS, MENSAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS
APAEANOS EM (RE)VISTA / Giovani Ferreira Bezerra -- Dourados: UFGD,
2017.

340f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Alessandra Cristina Furtado

Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade
Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.
2. História da Educação. 3. Educação Especial. 4. Impressos Periódicos. 5.
Apae. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

GIOVANI FERREIRA BEZERRA

**A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES E SEU PERIÓDICO (1963-1973):
ESTRATÉGIAS, MENSAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS APAEANOS *EM (RE)VISTA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado.

Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Data da Defesa: 25 de outubro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Elaine Rodrigues – Membro Externo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof.^a Dr.^a Maurilane de Souza Bicas – Membro Externo
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a Dr.^a Kênia Hilda Moreira – Membro Interno
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil – Membro Interno
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Dourados – MS
2017

Aos que, mesmo não sendo historiadores de formação ou de ofício, têm se aventurado, como eu, a “caçar em terras alheias”, produzindo a historiografia da Educação Especial brasileira.

Ao Clóvis e à Alessandra, presenças generosas e iluminadas que encontrei em Dourados - MS, possibilitando que eu caminhasse até aqui...

AGRADECIMENTOS

À Federação Nacional das Apaes, em Brasília - DF, e a seus funcionários, por franquearem, com generosidade, simpatia e confiança, meu acesso à biblioteca e às dependências da instituição, possibilitando-me compilar os exemplares do periódico *Mensagem da Apae*, imprescindíveis ao desenvolvimento desta tese;

À Biblioteca da Apae de São Paulo - SP, pelo envio eletrônico, igualmente na forma de arquivos digitalizados, de alguns números de *Mensagem da Apae*, fundamentais para as análises propostas nesta tese;

Às Apaes de Naviraí, de Paranaíba e de Campo Grande - MS, as quais visitei durante meu doutoramento, nelas tendo acesso a edições *Mensagem da Apae* e/ou a informações sobre a entidade apaiana;

À Heulalia Charalo Rafante e à Márcia de Souza Lehmkuhl, por compartilharem comigo parte de seu acervo documental, enviando-me alguns exemplares de *Mensagem da Apae* digitalizados;

Ao Clóvis Irala, por me acolher, tão generosa e fraternalmente, em sua casa e em sua vida, tornando meu tempo de doutoramento em Dourados - MS cheio de risadas, alegrias e muita amizade, além de profícua interlocução acadêmica e da companhia em viagens;

À prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado e aos demais membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade (Gephemes), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por me orientarem na realização desta tese e por me receberem tão calorosamente em suas atividades de pesquisa, confiando em meu trabalho, mesmo eu sendo um “cristão novo” na História da Educação;

À prof.^a Dr.^a Elaine Rodrigues, prof.^a Dr.^a Kênia Hilda Moreira, à prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil e à prof.^a Dr.^a Maurilane de Souza Biccas por terem participado de meu doutoramento em Educação, por suas contribuições formativas e instigantes para o desenvolvimento desta pesquisa, desde seus momentos iniciais, passando pelas bancas de qualificação e defesa;

Ao Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (Ladheme), da UFGD, na gentil pessoa de Markley Florentino Carvalho;

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ao *campus* de Naviraí (CPNV) pelo afastamento concedido, ainda que nos momentos finais do meu doutoramento, o que tornou possível concluir a tempo a pesquisa;

A todos os professores, técnicos e colegas que estiveram comigo, durante esse tempo, na UFGD, particularmente àqueles da Faculdade de Educação (Faed), pela disponibilidade, apoio e recepção amiga;

Aos meus familiares, amigos, colegas de doutoramento e alunos pela força, pelas alegrias partilhadas e pelo constante incentivo, tornando mais suaves esses últimos anos de muitos estudos e dedicação à pesquisa;

À minha mãe, Elza, em especial, por, mesmo à distância de muitos quilômetros, sempre ter colaborado comigo e impulsionado meus estudos, com generoso afeto, compreensão e desvelo.

Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 2003, p. 249).

RESUMO

Esta pesquisa de doutoramento em educação aborda o impresso *Mensagem da Apae* como fonte e objeto. Trata-se de um periódico criado e editado, desde janeiro de 1963, pela Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), não tendo sido, ainda, extinto. Busca-se investigar, por ora, apenas a fase inicial desse publicação (1963-1973), por tratar-se de um período emblemático, evidenciando as articulações dos agentes apaeanos antes que se criasse, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), primeiro órgão do governo federal voltado especificamente para essa modalidade educacional, bem como pelas próprias características materiais, históricas e textuais do periódico institucional. A problemática central desta pesquisa é: Quais foram as representações e estratégias difundidas e/ou adotadas pelo impresso *Mensagem da Apae* (1963-1973), mediante seu projeto editorial, para cumprir a missão de ser porta-voz da Fenapaes e, assim, abordar a problemática dos excepcionais, (con)formando uma determinada representação desses sujeitos, de sua educação e da própria identidade apaeana federada? A fim de responder essa e outras questões subjacentes, toma-se como objetivo geral analisar e compreender tais representações e estratégias (pro)postas, (re)produzidas e/ou assumidas pelo impresso da Fenapaes no período considerado. Para o desenvolvimento da tese, elaborada como uma pesquisa histórica, adota-se o referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural, recorrendo-se às edições de *Mensagem da Apae* como as fontes da investigação, na perspectiva de uma arqueologia do impresso. Os conceitos de representação e estratégia, respectivamente desenvolvidos por Chartier e Certeau, são utilizados como nucleares na condução das análises. Os resultados indicam que *Mensagem da Apae* foi, desde o princípio, o instrumento que institucionalizou um espaço e um tempo em torno dos quais se visava convergir os esforços, as orientações e as iniciativas da Fenapaes, com relação ao que esta denominava como a “problemática do excepcional”, tornada sua bandeira de luta. A edição do impresso foi, sobretudo, uma prática pela qual os apaeanos (re)elaboraram as tensões que compunham o campo da excepcionalidade, no Brasil, na conjuntura abordada, empreendendo, conforme seus anseios e propósitos, uma racionalização estratégica e (e)legível de tal problemática, com base na qual delimitaram seus espaços de poder e de saber. Desse modo, impactaram na educação especializada dos excepcionais e nos debates políticos sobre esse tema, forjando um determinado modo de se conceber e ler a excepcionalidade em nosso país, qual seja, aquele vinculado, sobretudo, à filantropia, à terapêutica e à benevolência cristã. Espera-se, assim, ter ampliado o escopo das investigações acerca do patrimônio histórico-educativo da Educação Especial no Brasil, área que ainda carece de ser tematizada na historiografia educacional brasileira, especialmente pelas possibilidades investigativas abertas pelas fontes da imprensa periódica.

Palavras-chave: *Mensagem da Apae*. Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Educação Especial. História da Educação. Impressos Periódicos.

ABSTRACT

This doctoral research in education addresses the printed *Mensagem da Apae* as source and object. It is a periodical created and edited, since January of 1963, by the Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), and has not yet been extinguished. It is intended to investigate, for the moment, only the initial phase of this publication (1963-1973), since it is an emblematic period, evidencing the articulations of the apaeanos agents before the National Center for Special Education was created in 1973 (Cenesp), the first organ of the federal government directed specifically to this educational modality, as well as by the own material, historical and textual characteristics of the institutional periodical. The central problem of this research is: What were the representations and strategies disseminated and/or adopted by the *Mensagem da Apae* (1963-1973), through its editorial project, to fulfill the mission of being a Fenapaes spokesperson and, thus, to address the problematic of the exceptional, (con)forming a certain representation of these subjects, their education and the apaeana federated identity itself? In order to answer this and other underlying questions, it is a general objective to analyze and understand such representations and strategies (pro)posed, (re)produced and/or assumed by the press of the Fenapaes in the period considered. For the development of the thesis, elaborated as a historical research, it adopts the theoretical-methodological reference of the New Cultural History, resorting to the editions of *Mensagem da Apae* as the sources of the investigation, from the perspective of an archeology of the printed matter. The concepts of representation and strategy, respectively developed by Chartier and Certeau, are used as cores in conducting the analyzes. The results indicate that *Mensagem da Apae* was, from the outset, the instrument that institutionalized a space and a time around which Fenapaes' efforts, orientations and initiatives were converged, in relation to what it denominated as the "problematic of the exceptional", made their fighting flag. The edition of the periodical was, above all, a practice in which the apaeanos (re)elaborated the tensions that made up the field of exceptionality in Brazil, in the conjuncture addressed, undertaking, according to their wishes and purposes, a strategic and readable rationalization of such problematic, on the basis of which they delimited their spaces of power and knowledge. In this way, they have impacted the special education of the exceptional and the political debates on this theme, forging a certain way of conceiving and reading the exceptionality in our country, that is, that linked, above all, to philanthropy, therapy and Christian benevolence. It is hoped, therefore, to expand the scope of research on the historical-educational heritage of Special Education in Brazil, an area that still needs to be thematized in Brazilian educational historiography, especially the investigative possibilities opened by the sources of the periodical press.

Keywords: *Mensagem da Apae*. Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Special Education. History of Education. Periodical Press.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAP - Academia Americana de Pediatria

ABAM - Associação Brasileira de Ajuda ao Menor

ABDM - Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental

ABE - Associação Brasileira de Educação

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente

AI - Ato Institucional

AJPAE - Associação Jundiaense de Pais e Amigos dos Excepcionais

APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

APAES - Associações de Pais e Amigos de Excepcionais

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais

CBHE - Congresso Brasileiro de História da Educação

CDPHA - Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CESB - Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro

CNEC - Campanha Nacional de Educação dos Cegos

CNERDV - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais

DEC - Departamento de Educação Complementar

DF - Distrito Federal

EUA - Estados Unidos da América

FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial

FCMS - PUC - Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

FENAPAES - Federação Nacional das Apaes

FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNAE - Fundação Nacional do Excepcional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNAEX - Fundação Nacional para o Menor Excepcional

GB - Guanabara

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
IPCEP - Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MS – Mato Grosso do Sul
NARC - *National Association for Retarded Children*
NBR - Norma Brasileira
PE - Pernambuco
PR - Paraná
PUC - SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RGS - Rio Grande do Sul
RJ - Rio de Janeiro
RN - Rio Grande do Norte
RS - Rio Grande do Sul
SBE - Sistema de Bem-Estar Social
SBH - Sociedade Brasileira de Higiene
SP - São Paulo
UDN - União Democrática Nacional
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
USAID - *United States Agency for International Development*
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 MENSAGEM DA APAE: A PRODUÇÃO DO IMPRESSO COMO ESTRATÉGIA PARA (DE)MARCAR O PROBLEMA DO EXCEPCIONAL E A UNIDADE APAEANA (1963-1973)	31
1.1 <i>Mensagem da Apae: da configuração do problema do excepcional à emergência das Apaes e sua Federação.....</i>	31
1.2 O problema do excepcional na interpretação dos apaeanos e de sua Federação.....	48
1.3 Estratégias dos apaeanos para impactar a Educação e Assistência dos Excepcionais.....	62
2 MENSAGEM DA APAE: UMA ARQUEOLOGIA DO IMPRESSO (1963-1973)	86
2.1 Os primeiros números de <i>Mensagem da Apae</i> em 1963: ainda um boletim.....	86
2.1.1 <i>A materialidade e a textualidade dos primeiros números: o ano de 1963</i>	90
2.2 <i>Mensagem da Apae</i> (1964-1968): o impresso sob “nova roupagem”	105
2.1.2 <i>Esquadrinhando anúncios publicitários e fotografias.....</i>	108
2.1.1.2 <i>Mensagem da Apae: os anúncios publicitários.....</i>	109
2.1.1.1.2 <i>Mensagem da Apae: as fotografias.....</i>	119
2.3 <i>Mensagem da Apae</i> (1969-1973): um formato híbrido entre o livro e a revista.....	140
3 MENSAGEM DA APAE: AS MEDIAÇÕES EDITORIAIS DO SEGUNDO MOMENTO (1964-1968)	157
3.1 O impresso e sua materialidade gráfica de 1964 a 1968.....	157
3.1.1 <i>As capas de Mensagem da Apae (1964-1968): a revista dada a ver.....</i>	165
3.1.1.1 <i>Páginas internas de Mensagem da Apae (1964-1968): abrindo a revista</i>	179
4 A EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS TEMATIZADA EM E POR MEIO DE MENSAGEM DA APAE: A CONFIGURAÇÃO ESTRATÉGICA DE UM PROGRAMA EDUCATIVO.....	217
4.1 Educação do excepcional: um projeto para o <i>engrandecimento</i> do Brasil.....	218
4.1.1 <i>Educar os pais e educar a sociedade para educarem o excepcional.....</i>	226

<i>4.1.1.1 Educar os profissionais especializados: o problema dos técnicos e dos educadores de excepcionais.....</i>	<i>246</i>
<i>4.1.1.1.1 Educar os excepcionais: a Pedagogia do Ajustamento Social.....</i>	<i>282</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	299
REFERÊNCIAS.....	306
APÊNDICE 1.....	334
APÊNDICE 2.....	339

INTRODUÇÃO

Pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos (CHARTIER, 2002a, p. 9).

Esta tese de doutoramento em educação aborda o impresso periódico *Mensagem da Apae* em seus primeiros dez anos de existência (1963-1973)¹, haja vista suas potencialidades para o desenvolvimento da historiografia da Educação Especial² brasileira e sua relevância para a inteligibilidade da configuração desse campo³ no Brasil, em especial no que diz respeito à atuação institucional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes). A primeira dessas associações foi fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro. Com caráter privado-filantrópico, as Apaes, inspiradas no modelo estadunidense da *National Association for Retarded Children* (Narc)⁴, logo se expandiram pelo Brasil, atendendo, sob os enfoques clínico-terapêutico, pedagógico e assistencial, sobretudo, pessoas com deficiência intelectual⁵ e múltipla, como aparece em suas publicações mais recentes, outrora denominadas como “excepcionais”⁶. Em 10 de novembro de 1962, na cidade de São Paulo, as Apaes uniram-se em

¹ Nas citações diretas extraídas desse periódico e de outras fontes, atualizei, conforme a necessidade, a acentuação das palavras, de acordo com a norma ortográfica vigente no país.

² É preciso alertar para o fato de que, nesta tese, utilizo o termo *Educação Especial* quando estiver me referindo a essa modalidade educacional em tempos mais recentes, quando se tratar de citações e/ou a referências genéricas a esse campo de estudos, pois tal designação só aparece oficializada, no Brasil, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996 (BRASIL, 1996). Até então, adotava-se o termo *Educação de Excepcionais*, nomenclatura que fora empregada pela LDB 4.024/61. Desse modo, para não ser anacrônico, uso, nesta pesquisa, salvo nos casos indicados anteriormente, a expressão *Educação de Excepcionais*, porquanto minhas análises se reportam às décadas de 1960 e 1970, quando era essa a designação em voga.

³ Utilizo o conceito de *campo* e as reflexões dele decorrentes na acepção de Bourdieu (1983).

⁴ A Narc surgiu em 1950, nos Estados Unidos da América (EUA), fundada por pais, amigos e familiares de pessoas com deficiência intelectual, a fim de promover e apoiar a educação e a assistência dessas pessoas, que não encontravam suficiente respaldo da ação comunitária e governamental naquele país. Atualmente, é designada como *The Arc of the United States* (*The Arc*) (Cf. HISTORY...2016).

⁵ Até o começo dos anos 2000, o termo deficiência mental era considerado o mais apropriado e o menos estigmatizante para se referir às pessoas nessa condição. Todavia, desde outubro de 2004, com a realização da Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, realizada na cidade de Montreal, no Canadá, pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), passou-se a preferir o termo deficiência intelectual (SASSAKI, 2005). No Brasil, a mudança de nomenclatura não foi imediata, empregando-se, ainda hoje, as duas terminologias. Neste trabalho, sempre empregarei, quando for o caso, a expressão deficiência intelectual, equivalente à “deficiência mental” ou, ainda, aos termos “retardo mental”, “retardamento mental”, entre outros congêneres que podem estar presentes nas citações das fontes consultadas e/ou nomes de instituições mencionadas.

⁶ Utilizo, neste trabalho, o termo *excepcional* conforme sua *representação* difundida pelas Apaes e sua Federação, em que pesem as críticas recebidas por essa designação hodiernamente. Considero que, sendo este um trabalho

uma Federação, compondo a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), que passou a representá-las oficialmente.

Mensagem da Apaes surgiu justamente como um *impresso periódico institucional*, criado e mantido, de janeiro de 1963 até o presente momento⁷, pela Fenapaes. Ao utilizar a expressão impresso periódico de caráter institucional, quero enfatizar minha compreensão de *Mensagem da Apaes* como um veículo comunicacional publicado para apresentar e representar sua instituição mantenedora, a Fenapaes, constituindo-se como um interlocutor ou mensageiro privilegiado dos apaeanos com a sociedade e deles entre si, sob a égide de sua Federação. Nesse sentido, o periódico surgiu com a missão de evidenciar o trabalho da Fenapaes e de suas filiadas quanto aos excepcionais, direcionado, sobretudo, aos próprios associados das Apaes, como forma de promover e ampliar os laços da sociabilidade institucional, já que era preciso dar a conhecer aos apaeanos as orientações emanadas de sua Federação recém-constituída.

Esses associados, por sua vez, eram pais ou familiares dos excepcionais, além de voluntários que se dispunham a trabalhar em prol desse segmento, leigos ou não no assunto. Em virtude de sua temática, o impresso também se voltava a profissionais das áreas de saúde, educação e assistência especializadas aos excepcionais, até porque muitos membros das Apaes eram, também, profissionais dessas áreas, e poucas eram as publicações nacionais com esse foco. Logo, o periódico atraiu a atenção de médicos, psicólogos e psiquiatras, normalistas, professores especializados no ensino de excepcionais, assistentes sociais, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros especialistas atuantes no campo da excepcionalidade, mais especificamente no que dizia respeito ao chamado retardamento mental⁸.

com caráter histórico e com foco na atuação dessas instituições, devo retomar a nomenclatura da época, sob o risco de, ao não fazê-lo, incorrer em anacronismo. Embora, na acepção original, esse termo englobasse não apenas o que hoje se denomina como deficiência intelectual, mas as outras deficiências e até mesmo a superdotação, seu uso pelas Apaes, que, historicamente, direcionaram suas práticas institucionais aos sujeitos “deficientes” e, *a fortiori*, àqueles com deficiência intelectual, acabou associando a palavra excepcional a essa condição em particular. Haja vista a polêmica em torno dessa expressão e seu uso em outro tempo histórico que não o atual, coloquei-o entre aspas nessa primeira ocorrência no corpo do texto. Nos demais casos, porém, para não travar a leitura e já tendo sido expressas tais ressalvas, as aspas são dispensadas.

⁷ A última edição da revista, lançada até o fechamento deste texto, foi a do ano 48, número 01, de dezembro de 2015, disponível em formato *on line*, no *site* da Fenapaes. Ressalta-se que a revista continua existindo e pode lançar mais edições em algum momento futuro.

⁸ Por *campo da excepcionalidade*, estou entendendo os saberes multidisciplinares, as práticas, os agentes, as tensões e os conceitos que compunham os domínios técnico-científicos do atendimento especializado aos sujeitos designados como excepcionais, particularmente aqueles com deficiência, hoje considerados público-alvo da Educação Especial, haja vista as atualizações semânticas e conceituais da área. Para uma reflexão crítica sobre o assunto, leia-se Bueno (2004).

De seu lançamento até o último número, que, pelo menos até o fechamento desta pesquisa, fora publicado em 2015, o impresso já circulou, no Brasil, por 52 anos, em que pesem algumas interrupções nessa trajetória. Mesmo assumindo características materiais relativamente distintas de seus primórdios, *Mensagem da Apae* tem conservado sua função essencial, na medida em que se define, basicamente, por ser “[...] uma publicação que faz parte da história do Movimento Apaeano, sendo um *espaço de comunicação do movimento com a sociedade*” (REVISTA..., 2015, n.p., grifos meus), na qualidade de órgão oficial e porta-voz da Fenapaes. Considerando o período de 1963 a 2015, foram publicadas 128 edições do periódico, conforme disposto no *Apêndice 1*, o que tornava complexa a tarefa de operar com todo esse *corpus* documental, que se revelou heterogêneo em uma análise preliminar. Tornou-se, pois, imprescindível realizar um recorte temporal e serial em relação a todas essas edições do periódico, delimitando-se o objeto de investigação, a problemática de estudo, os objetivos, as fontes a serem analisadas e os caminhos metodológicos que viabilizariam a realização desta pesquisa.

A construção do objeto de pesquisa: caminhos percorridos

A exigência clássica e essencial do trabalho do historiador, na acepção de Chartier (2002a, p. 18, grifo no original), “[...] consiste em propor a inteligibilidade mais adequada possível de um objeto, de um *corpus*, de um problema. É por essa razão que a identidade de cada historiador lhe é dada por seu trabalho em um território particular, que define sua competência própria”. Desse modo, antes de explicar mais detalhadamente como cheguei ao objeto específico desta tese, preciso explicitar que meu interesse pelo impresso *Mensagem da Apae* não se deu de forma casual, mas revela o olhar interessado de um pesquisador que vinha (d)escrevendo sua vida acadêmica voltado para as pesquisas em Educação Especial. Foi partindo desse lugar que, caçando em terras alheias, cheguei aos domínios da História da Educação, ao preocupar-me com a escassez de estudos sobre a História da Educação Especial, um subcampo que emerge do hibridismo desses dois outros campos. Assim, minha proposta inicial, ao chegar ao doutorado em educação, era pesquisar a Apae de Campo Grande - MS, na perspectiva da História das Instituições Educativas.

Essa proposta, embora fosse pertinente, mostrou-se difícil de ser empreendida, sobretudo pelas dificuldades de acesso às fontes institucionais, pelo tempo que demandaria e pela necessidade de constantes deslocamentos àquela cidade, o que acabou por me redirecionar ao trabalho com impressos periódicos dos próprios apaeanos, porquanto, em minhas pesquisas

exploratórias, já me deparara com a revista *Mensagem da Apae* e, de certo modo, eu já acumulava certa experiência no trabalho com fontes da imprensa periódica. No mestrado em educação, eu havia abordado a temática da inclusão escolar de pessoas com deficiência, conforme veiculada pela revista *Nova Escola*, no período de 2001 a 2011 (BEZERRA, 2012). Desde aquele momento, causava-me inquietação perceber que eram raros os trabalhos acadêmicos que abordavam, de algum modo, a História da Educação Especial por meio da imprensa periódica, especialmente em períodos mais recuados no tempo. Tais contingências motivaram-me a rever a proposta inicial do doutorado e a investir na pesquisa em torno do impresso *Mensagem da Apae*⁹, que tomei como fonte e objeto para se estudar aspectos dessa história.

Para tanto, parti do pressuposto de que a realização crescente de pesquisas em História da Educação por meio de fontes oriundas da imprensa periódica evidencia a fecundidade e a legitimidade desses estudos para a compreensão da realidade brasileira quanto às práticas, representações, projetos institucionais, tensões e perspectivas pedagógicas dos sistemas de ensino e das instituições escolares e/ou educacionais¹⁰, em diferentes momentos e contextos históricos do país (Cf. BICCAS, 2008; CATANI, 1996, 2003; CATANI; BASTOS, 2002; CORDEIRO; CARVALHO, 2002; FERNANDES, 2004; FRADE, 2000; FRANÇA, 2014; NOGUEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2011; PINTO, 2008; 2013; RODRIGUES, 2010, 2012; RODRIGUES; BICCAS, 2015; RODRIGUES; SILVA, 2014; VIDAL, 2008; ZANLORENZI, 2010; entre muitos outros). Nas palavras de Martinez (2009, p. 23-24, grifos meus),

Atualmente a importância da imprensa, pedagógica ou não, trabalhada pela historiografia geral ou da educação, abre possibilidade à reconstrução da História. A imprensa utilizada como fonte anuncia discursos e expressões de diferentes protagonistas, possibilitando inferir características e problemas de uma dada época. Com base na leitura de Lopes e Galvão (2001)¹¹, o uso de jornais e revistas como fonte na pesquisa historiográfica teve seu prestígio validado há mais tempo na preferência dos pesquisadores da História. No caso da História da Educação, muitos têm se dedicado, desde a década de 1990, ao estudo dos impressos que circulam junto ao público escolar.

⁹ Na (re)definição de meu objeto de pesquisa, foram valorosas as ponderações de Maurilane Biccass, a quem expressei meus agradecimentos.

¹⁰ Estou usando os termos *instituições escolares* ou *educacionais* porque as primeiras, embora sejam, também, espaços educativos, em sentido lato, estão, de forma específica, voltadas para as práticas de educação formal, articuladas em graus e modalidades de ensino, oficialmente reconhecidos. Instituições educacionais são todas aquelas que exercem alguma ação pedagógica, mas não necessariamente em caráter de educação formal e sistemática, como é o caso de muitas associações filantrópicas. Destarte, uma instituição escolar é, certamente, educacional, mas nem toda instituição educacional será, por sua vez, um espaço escolar.

¹¹ A autora aí se refere a este trabalho: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Essas pesquisas, por seu turno, têm recorrido, majoritariamente, à abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, vertente interpretativa que “[...] vem impactando e marcando a produção historiográfica contemporânea e de modo particular a história da educação” (BICCAS, 2008, p. 27). De fato, desde os anos de 1990, a Nova História Cultural tem se colocado como uma alternativa contemporânea para se estudar e compreender “[...] aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural” (BARROS, 2011, p. 41), bem como as diversas agências de produção, apropriação e representação cultural, tais como instituições escolares, as organizações sociais e/ou religiosas, o livro e a imprensa (HUNT, 1992; BURKE, 2005; BARROS, 2011; MAGALHÃES, 2004; LUCA, 2014; CHARTIER, 1990, 1991). Nessa vertente, os historiadores se voltam para o estudo e intelecção das práticas culturais, compreendendo que “Todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo” (HUNT, 1992, p. 25).

Em que pesem, porém, o amplo número de investigações que tomam a imprensa periódica como tema de estudo no âmbito da História da Educação, pude depreender, ao analisar pesquisas e balanços da produção histórico-educacional brasileira, como são escassas as investigações que relacionam a imprensa periódica, a excepcionalidade e/ou a atuação das instituições ou associações filantrópicas que, historicamente, encamparam, em nosso país, a educação e o atendimento especializado desse público (Cf. SANTOS, 2016; SOUZA, 2007; VILELA, 2006). Essa é uma seara a ser explorada, lançando-se novos olhares e novos problemas para fontes já conhecidas e utilizadas, porquanto, em sua maioria, os estudos que recorrem à imprensa periódica fazem-no para perscrutar aspectos relacionados à formação, profissão e trabalho docentes, à configuração do campo educacional, à cultura escolar, às práticas educacionais e representações relacionadas à infância e à constituição do pensamento pedagógico brasileiro (Cf. CATANI; FARIA FILHO, 2002; GALVÃO et al., 2008; GUIMARÃES, 2011).

Levantamento bibliográfico realizado por mim acerca dos trabalhos que relacionavam História da Educação e Educação Especial publicados nos anais do *Congresso Brasileiro de História da Educação* (CBHE), no período de 2000 a 2015, também evidenciaram a desatenção do campo ao sujeito excepcional e aos impressos periódicos produzidos ou mantidos pelas instituições filantrópicas voltadas a tal segmento. Destarte, as pesquisas socializadas no âmbito do CBHE, quando analisadas em seu conjunto, permitem depreender a escassez de investigações acadêmicas mais recentes que tomem periódicos como fonte e/ou objeto para o

estudo da excepcionalidade no Brasil, a despeito do crescimento dessa perspectiva de trabalho nos estudos sobre História da Educação em geral, sobretudo desde os anos de 1990. Tal possibilidade parece praticamente inexplorada entre os pesquisadores que, em nosso país, se dedicam ao trabalho historiográfico por meio da imprensa periódica (BEZERRA; FURTADO, 2017).

Assim, esse ainda é um lugar de produção a ser construído, haja vista sua relevância para a escrita e preservação da história e memória da Educação Especial. Nesse sentido, se temos estudado até aqui revistas e jornais para entender, sobretudo, a constituição histórica do ensino comum, também precisamos direcionar esforços para, mais especificamente, abordar os meandros históricos da educação dos indivíduos tachados como excepcionais, os quais foram/são silenciados, esquecidos e estigmatizados no decorrer do tempo. As revistas, boletins e jornais produzidos pelas instituições especializadas no atendimento a esse público, suas associações e federações podem se constituir, sob tratamento historiográfico, em importantes objetos e/ou fontes documentais para o entendimento das práticas, representações e perspectivas encampadas, de modo particular, pela Educação Especial em nosso país. Esse trabalho, ao ser realizado, ajudar-nos-á compreender mais a própria tessitura histórica da educação comum.

A partir dessas ponderações e do potencial teórico da Nova História Cultural para se estudar os objetos culturais produzidos pela imprensa periódica, como as revistas e os periódicos em geral, bem como sua ênfase na problematização das práticas e representações dos agentes históricos, em suas mais diversas estratégias cotidianas de construção simbólica da realidade, pude destacar meu objeto de estudo, isto é, o periódico *Mensagem da Apae* em seus primeiros dez anos de existência (1963-1973). Esse periódico não fora, ainda, abordado nessa acepção, o que configura o ineditismo da tese aqui proposta. Com base no referencial citado, estabeleci, portanto, meu lugar de produção, já que, consoante Certeau (1982, p. 66), “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.

Uma vez que defini trabalhar com esse objeto e desse lugar de produção, pôs-se o desafio de encontrar e organizar os exemplares do periódico. Para tanto, a primeira providência tomada foi entrar em contato com a sede da Fenapaes, atualmente localizada em Brasília-DF, a fim de averiguar se a entidade mantinha arquivo com as revistas editadas por ela própria, desde 1963, e verificar a possibilidade de acesso a esses exemplares para escaneamento e/ou cópia fotográfica. Em fins de setembro de 2014 comecei os contatos, por *e-mail*, com os responsáveis

pela instituição, que me comunicaram existir, de fato, exemplares do periódico, desde os anos de 1960, no acervo bibliográfico da entidade. Por meio desse diálogo, ficou acertado, também, que eu poderia ir até a Fenapaes para realizar meu trabalho de pesquisa, o que ocorreu no mês de janeiro de 2015. Chegando à sede da instituição, pude constatar que havia uma pequena biblioteca nas dependências da Fenapaes, em Brasília, onde ficavam guardadas as várias edições de *Mensagem da Apae*, livros sobre Educação Especial, outros periódicos e vídeos da área, além de publicações e impressos institucionais do atualmente denominado movimento apaeano.

Todo esse material estava arquivado em 4 prateleiras, nem sempre organizado de forma criteriosa, mas em bom ou razoável estado de conservação. Como o acervo era pequeno, foi fácil localizar e separar as edições da revista para consulta no local. Nessa biblioteca, passei, então, a fazer o levantamento de todas as edições do periódico ali disponíveis, catalogando-as em um registro pessoal padronizado, em que eu indicava dados técnicos sobre as revistas, tais como: localização, periodicidade, ano de publicação, características das capas, do miolo e do papel utilizado para ambas as partes, forma de encadernação, dimensões de cada exemplar em cm e número de folhas. Com esse procedimento, localizei na Fenapaes, excluindo-se exemplares repetidos, 115 edições do periódico, abrangendo o período de 1963 a 2014 (*Apêndice 1*). Estas foram, então, digitalizadas e convertidas em arquivos pdf, além de, em alguns casos, fotografadas.

Não obstante, algumas edições não foram lá encontradas. Foi preciso, então, buscar outras alternativas e locais de busca. Nesse itinerário, pude ter acesso a alguns números de 1963 por meio da colaboração da pesquisadora Heulalia Charalo Rafante¹², que, por *e-mail*, ao ser esclarecida sobre minha pesquisa, enviou-me tais números digitalizados, em formato pdf. Ela os localizara no Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), situado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte - MG. Também travei contato, por *e-mail*, com a funcionária responsável pela biblioteca da Apae da cidade de São Paulo¹³, que possui considerável acervo bibliográfico na área de Educação Especial e sobre os apaeanos (*Apêndice 1*).

¹² Professora no Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - *Campus* Sorocaba (2013-2015). Em suas pesquisas de mestrado e doutorado, desenvolveu estudos históricos sobre o trabalho de Helena Antipoff, acumulando grande acervo de fontes documentais sobre a educação dos excepcionais no Brasil.

¹³ Segundo informações coletadas no *site* da Apae de São Paulo, “No Instituto APAE DE SÃO PAULO há uma biblioteca com um importante acervo científico de mais de 3.500 volumes sobre deficiências. Ali, são disponibilizados ao público teses, livros, periódicos, fotos e filmes. Além disso, realiza cursos pagos de capacitação

Desse modo, consegui, mediante envio por correio eletrônico, igualmente na forma de arquivos digitalizados em pdf, mais alguns números dos anos de 1960. Um exemplar de 1976 foi localizado na unidade da Apae na cidade de Paranaíba/MS, na qual fui pessoalmente; outras edições foram coletadas diretamente pelo *site* da Fenapaes, que disponibiliza, em formato de arquivo pdf, números do periódico digitalizados, no caso daqueles lançados a partir de 2007. Por fim, já com as análises em andamento, obtive mais alguns números digitalizados, via correio eletrônico, coletados na biblioteca central da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e gentilmente enviados por Márcia de Souza Lehmkuhl¹⁴ (*Apêndice 1*). Mesmo assim, ficaram faltando, ainda, dois números para compor todo o acervo da revista de 1963 a 2015.

Tendo conseguido os exemplares do periódico pelos meios citados, organizei a grande coleção das revistas *Mensagem da Apae*, já que eu tivera acesso a praticamente todos os seus números publicados até então. Foi analisando essa coleção, folheando as revistas, observando seus conteúdos e formas materiais que constatei não existir uma homogeneidade no material coletado, bem como dei-me conta de que não teria condições de empreender, para doutoramento, a análise do impresso ao longo de todo esse período. Ao manipular repetidas vezes os exemplares compilados, percebi que, em seus primeiros dez anos, as edições de *Mensagem da Apae* possuíam uma singularidade temática e material que as distinguiam em relação aos rumos tomados por essa revista de 1974 em diante, fato destacado, aliás, pela própria publicação, em alguns de seus editoriais. Minha trajetória de pesquisador em Educação Especial ajudou-me, também, a compreender a relevância desse momento inicial do impresso para a História da Educação Especial.

Foi dessa forma que pude circunscrever minha pesquisa ao corte temporal de 1963 a 1973, tomando a primeira fase de *Mensagem da Apae* como objeto de investigação. Fase essa em que, na história do periódico, destacou-se pelas tentativas de estabelecimento de um projeto editorial para *Mensagem da Apae*, com estratégias sendo (re)definidas e testadas para a viabilização da materialidade e textualidade do periódico, que, de fato, só se firmaria como

para educadores e profissionais de várias áreas; oferece soluções em inclusão social para empresas e organizações, e ainda fornece consultoria em serviços voltados à pessoa com deficiência intelectual” (APAE São Paulo, 2016, n. p.).

¹⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É analista técnica em Educação Especial da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Em seu doutoramento, ora em curso, também está trabalhando com as revistas *Mensagem da Apae*, mas com outro enfoque teórico-metodológico e outro recorte temporal. Por isso, começamos a manter profícua interlocução *on line*.

revista a partir de 1974. Em novembro desse ano, depois de ter passado por várias dificuldades, interrupções e mesmo se aproximado de outros gêneros impressos, oscilando entre os formatos de boletim, revista e livro, o periódico reapareceu com projeto gráfico, formato e tratamento editorial completamente novos, sendo relançado como *ano 1, número 1*.

Nessas condições, o editorial do único número editado em 1974 não desconsiderou a existência pregressa de *Mensagem da Apae* como revista, mas revelou o intuito de iniciar uma nova etapa no ciclo de vida do periódico, de forma que os seus números subsequentes foram contados a partir dessa edição-base de 1974, deixando-se de lado os anteriores, que, até 1995, foram desconsiderados pelos editores do impresso. As marcas dessa prática editorial ficam evidenciadas, por exemplo, em trecho da *Conversa com o Leitor*, publicado na edição de número 41, no qual Justino Alves Pereira, o editor-chefe naquela circunstância, ao fazer um balanço do periódico e anunciar mudanças editoriais para o ano de 1986, motivado pela sua despedida dessa função, afirmou que existira, realmente, uma fase inicial, não integrada, porém, à contagem das demais edições. Conforme suas palavras:

Nós, de '*Mensagem da Apae*', no ensejo da atual edição, posicionamo-nos para melhorar em 86, visando não só o aumento da tiragem mas o aperfeiçoamento de seu conteúdo e de sua distribuição para *fazer jus ao conceito obtido de ser uma das melhores publicações regulares do mundo, de natureza técnico-científica, passando a nova fase editorial*.

Das 41 edições existentes [contadas, portanto, a partir de 1974], *além de outras esparsas, de fase inicial*, nossa atividade que se encerra com este número, teve a honra de entregar à cultura nacional, e mesmo à internacional, 27 edições que sempre foram altamente gratificantes ao nosso esforço apaeano (PEREIRA, 1986, p. 3, grifos meus)¹⁵.

Posteriormente, apenas a numeração sequencial dos anos de vida do periódico foi corrigida, de maneira a se observar um salto numérico nessa contagem: do ano XXI, estampado na edição de número 78, referente a julho-setembro de 1995, passou-se, na publicação do número 79, correspondente ao período de setembro a dezembro de 1995, ao ano editorial XXXII. Esse salto ocorreu porque, desse momento em diante, se retomou como referência o ano civil de 1963, quando apareceram os primeiros números de *Mensagem da Apae*. Tal correção, ocorrida de forma quase casual, foi ocasionada pela mudança do jornalista e editor responsável pela revista. Francisco Gabriel Bié Barbosa, ao substituir Júlio César Rodrigues nesse trabalho, visitou a biblioteca da Fenapaes - onde os exemplares da revista ficavam e ainda

¹⁵ Ao longo desta tese, todas as *citações diretas* extraídas de qualquer edição do periódico *Mensagem da Apae* aparecem com *fonte tipográfica diferente* daquela adotada na composição geral do texto. Recorri a essa estratégia para dar destaque gráfico às informações e aos conteúdos provenientes do impresso que é fonte e objeto desta pesquisa, ressaltando-os e, ademais, levando o leitor a tal percepção. Optei por empregar esse recurso, sendo coerente com a fundamentação teórica aqui adotada, porque nem sempre, pela cadência expositiva do texto, ficava imediatamente explícito que se tratava de um trecho proveniente desse periódico, a menos que o leitor consultasse a lista final de referências bibliográficas. Assim, consegue-se um efeito de padronização e evidência para esses trechos citados.

ficam arquivados, como eu mesmo pude verificar -, de maneira que, lá, deparou-se com as edições mais antigas. Conforme seu relato:

Com certeza, o leitor mais observador já notou, ao ler na parte superior da capa desta edição [n. 79], que está sendo feita uma importante correção na história desta revista. Logo no primeiro contato que tive, para tomar frente da edição deste veículo de comunicação, porta-voz maior da Federação Nacional das **Apaes**, tive a oportunidade de visitar a biblioteca da entidade. Foi lá que eu tive acesso a quase todas as encadernações da revista *Mensagem da Apae*, onde, surpreso, descobri dois fatos.

Primeiro: o tempo correto de existência da revista é Ano XXXII, e não XXI, como vinha sendo divulgado. Isto, porque ela existe desde janeiro de 1963, mas só vinha sendo contado como se fosse a partir de novembro de 1974, quando ela ganhou o atual formato (*de 1963 a 1974 seu formato era menor*).

Segundo: levando-se em conta o seu longo tempo de existência, o número de edição também seria bem superior ao 79 hoje divulgado, mas na falta de ter em mãos todos os exemplares daquela [sic] período (63/74), para chegar ao número exato, preferi manter a atual numeração, com a seguinte ressalva entre parênteses: *contados a partir de novembro de 1974* (BARBOSA, 1995, p. 5, grifos do editor).

O relato alerta, conseqüentemente, para a atenção que se deve ter ao analisar esse periódico, cujas peculiaridades gráficas e temporalidades não podem ser olvidadas, ou seja, não é pertinente homogeneizá-lo como uma grande e unívoca “massa” documental. Aliás, a fase inicial do periódico, além de suas peculiaridades editoriais, documenta as articulações dos apaeanos antes que se criasse, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), primeiro órgão do governo federal voltado especificamente para essa modalidade educacional. No período anterior à criação desse órgão, o governo federal sequer se incumbira da educação dos excepcionais de forma sistematizada, ficando essa iniciativa, sobretudo, nas mãos de instituições privado-filantrópicas, com destaque para as Apaes. Estas, em contrapartida, na década considerada (1963-1973), tinham buscado se fortalecer perante o poder público e a sociedade civil, implementando uma Federação nacional para uni-las e ser sua porta-voz; daí o caráter estratégico e *calculado* do lançamento do periódico, que nasceu quase simultaneamente à criação da Fenapaes, como seu mensageiro precípua.

Nessa fase inicial de *Mensagem da Apae*, contabilizei 19 edições, em um total de 25 números, já que os volumes de 1965 e 1966 abrangeram, cada um, quatro números, não tendo sido lançado nenhum número nos anos de 1967, 1970 e 1971. Tais edições apresentaram diversas características comuns, em que pesem suas diferenças, a saber: uso exclusivo do preto e branco nas páginas internas, pouco investimento na diagramação e nos recursos gráficos empregados, periodicidade não regular, uso escasso de fotografias ou ilustrações, predomínio da organização do espaço textual em uma só coluna na mancha gráfica, dificuldades em manter uma mesma proposta editorial ao longo desses anos e propagandas somente em alguns números. O *Quadro 1* apresenta, em mais detalhes, os números lançados de 1963 a 1973, objetos de estudo neste trabalho:

Quadro 1: Números da primeira fase de *Mensagem da Apae* (1963-1973)

Ano ou volume de <i>Mensagem da Apae</i>	Número(s)	Período	Ano de publicação
Vol. I ¹⁶	1	jan.	1963
Vol. II	2	[fev.] ¹⁷	1963
Vol. I	3	[mar.]	1963
Vol. I	4	[abr.]	1963
Vol. 1	5	[maio]	1963
Vol. 1	6	[jun.]	1963
Ano II	1	jan.- mar.	1964
Ano II	2	abr.- jun.	1964
Ano II	3	jul. - dez. [set.]	1964
Ano II	4	out. - dez.	1964
Ano III	1 a 4	jan. - dez.	1965
Ano IV	1 a 4	jan. - dez.	1966
Ano V	1	jan. - mar.	1968
Ano V	2	abr. - jun.	1968
Ano V	3	jul. - set.	1968
Ano V	4	out. - dez.	1968
Ano VI	5	out. - dez.	1969
Não indicado	Não indicado	Não indicado	[1972?]
Não indicado	Não indicado	Não indicado	1973

Fonte: *Mensagem da Apae* (1963-1973).

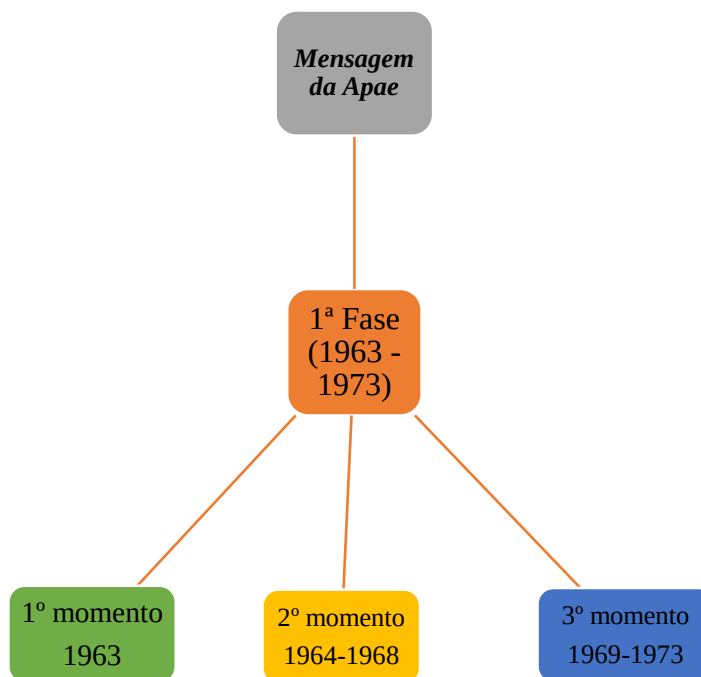
No decorrer da tese, poder-se-á compreender melhor tais aspectos, bem como o fato de que proponho, para estudo dessa fase, três momentos distintos, a saber: o primeiro momento, no ano de 1963, em que *Mensagem da Apae* apresentava-se mais como boletim do que como revista, impresso de forma bastante rudimentar, com periodicidade mensal; o segundo momento, de 1964 a 1968, em que a publicação assume, estruturalmente, um formato de revista, com periodicidade trimestral, embora nem sempre mantida regularmente, e certa padronização gráfica entre os números; e o terceiro momento, de 1969 a 1973, quando o periódico se torna praticamente um livro de anais dos congressos, discursos, grupos de trabalho e eventos promovidos ou apoiados pela Fenapaes e seus agentes, com interrupções significativas na periodicidade, que deixou de ser definida. O esquema seguinte ilustra essa

¹⁶ Conforme aparece registrado no periódico.

¹⁷ O uso dos colchetes para demarcar o mês ou ano de publicação é aqui adotado conforme recomenda a Norma Brasileira (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 6023, de 2002 (ABNT, 2002a).

divisão que empreendi para melhor compreender o decênio 1963-1973, que abrange a fase ora estudada do periódico:

Esquema 1 - Momentos da primeira fase de *Mensagem da Apae* (1963-1973)



Fonte: Elaboração própria.

Estabelecida essa organização em torno do objeto de pesquisa, relevante para compreender a configuração do campo da excepcionalidade no Brasil, em um período no qual o atendimento aos excepcionais estava praticamente controlado e pulverizado pelas instituições privado-filantrópicas, sendo as Apaes as mais destacadas, com a atuação pífia e descentralizada do governo federal, pude interrogar as edições do impresso em sua primeira fase. Haja vista que a década de 1960 e o começo dos anos de 1970 representaram um momento significativo para a história da educação dos excepcionais “retardados”, com as Apaes e sua Federação dinamizando o campo da excepcionalidade, e que foi a partir desse momento que a atenção educacional aos “deficientes mentais”, em boa parte devido ao trabalho dessas instituições, começou a ganhar maior repercussão como um problema nacional, tomei a seguinte questão como central para o desenvolvimento desta tese, a saber: Quais foram as representações e estratégias difundidas e/ou adotadas pelo impresso *Mensagem da Apae* (1963-1973), mediante seu projeto editorial, para cumprir a missão de ser porta-voz da Fenapaes e, assim, abordar a problemática dos excepcionais, (con)formando uma determinada representação desses sujeitos, de sua educação e da própria identidade apaeana federada?

Tal problema de pesquisa tornou-se significativo na medida em que me possibilitou entender as representações e ações dos apaeanos sobre e para esse público, além de me permitir, ao mesmo tempo, captar as estratégias e mediações editoriais empreendidas pela Fenapaes para se colocar, por meio da materialidade e da textualidade de seu impresso, como uma instância legitimadora no campo da excepcionalidade. Por outro lado, problematizar essa questão central levou-me a delinear outras questões subjacentes, que mediassem a busca de respostas àquela. Assim, emergiram as seguintes indagações dirigidas ao objeto da pesquisa:

- Qual a importância atribuída pela Fenapaes ao impresso citado no âmbito das estratégias de orientação, coesão identitária, centralização e defesa dos apaeanos no período considerado?

- Quem eram os principais editores ou colaboradores de *Mensagem da Apae*? E qual o público leitor visado?

- Que projetos gráficos e mediações editoriais foram propostos pelos editores para que o periódico assumisse a função de órgão oficial da Fenapaes, buscando, desse modo, impactar na construção de uma identidade apaeana federada?

- Com que características e em quais condições materiais e técnicas foi impressa *Mensagem da Apae*? Como isso repercutiu na construção de sentidos em suas páginas naquele momento?

- Que representações de excepcionais e propostas de sua educação o periódico procurou defender e propagar em sua materialidade e textualidade para orientar as Apaes federadas?

Na busca por respostas a tais indagações, em que pesem os limites desta pesquisa para o entendimento da História da Educação dos excepcionais e as balizas do recorte temporal, proponho a tese de que *Mensagem da Apae* exerceu papel significativo no processo de tradução e *tensionamento* do campo da excepcionalidade em nosso país, especialmente de 1963 a 1973, no bojo das lutas de representação em torno das práticas educacionais mais adequadas para o trabalho especializado com esse público, dando visibilidade nacional ao assunto e (re)produzindo uma identidade apaeana federada. Em outras palavras, aceito, em princípio, que o impresso, com a devida problematização, colocou-se como “[...] espelho da realidade nacional na área do excepcional [...]” (SANTOS, 1977, p. 1), sendo, portanto, uma fonte profícua para perscrutar essa problemática.

Para tanto, estabeleci como objetivo geral analisar e compreender as representações e estratégias (pro)postas, (re)produzidas e/ou assumidas pelo impresso da Fenapaes (1963-1973)

para abordar a problemática do excepcional e promover a configuração de uma identidade apaeana federada. A consecução desse objetivo, por sua vez, surge do trabalho mais particular, embora inter-relacionado, em torno dos objetivos específicos, assim definidos: analisar como a problemática do excepcional foi veiculada e representada pela materialidade e textualidade do impresso *Mensagem da Apae*; explicitar as concepções, estratégias e representações sobre os excepcionais e sua educação que o periódico procurou defender e propagar em suas páginas, sob os auspícios da Fenapaes; discutir sobre os agentes produtores das representações e estratégias difundidas no e pelo referido impresso quanto aos excepcionais brasileiros, tendo-se em vista determinado público leitor.

A partir das questões levantadas e dos objetivos de pesquisa propostos em torno do meu objeto de estudo, foi possível, então, definir a abordagem metodológica para o desenvolvimento desta tese, compreendendo melhor a forma como direcionaria meu olhar em relação ao impresso *Mensagem da Apae*. Percebi que trabalhar com o periódico apenas como fonte não bastava para captar todas as respostas que eu buscava nesse material, já que precisava entender como fora produzido, quais estratégias editoriais eram acionadas para garantir sua existência como órgão oficial da Fenapaes, como era dado a ler e a ver e, dessa forma, como sua materialidade e textualidade se cruzavam na produção de representações sobre a problemática do excepcional e (con)formação de uma identidade apaeana federada. Por isso, tornou-se necessário abordar *Mensagem da Apae* como fonte e objeto de pesquisa. Mas o que isso significa? É o que explico em seguida.

Mensagem da Apae como fonte e objeto: implicações teórico-metodológicas

Ao abordar *Mensagem da Apae* como fonte e objeto de estudo quero dizer que intento analisar, de forma articulada, a materialidade e a textualidade inerentes ao periódico, entendendo-o tanto como um dispositivo da memória, preservado no tempo, na acepção de um documento/monumento (LE GOFF, 2013), como suporte mesmo de conteúdos textuais diversos, resultante de escolhas gráficas e mediações editoriais de vários agentes (CHARTIER, 2002b, 2007), com determinada performatividade visuoespacial. Compreendo que um impresso, seja ela qual for, enquanto objeto cultural, institui um espaço físico, uma temporalidade, cadência e códigos próprios de sua decifração, demandando um trabalho historiográfico e arqueológico para que sejam apreendidos os múltiplos sentidos e significados que produz a dinâmica das formas e dos (con)textos. Nas palavras de Carvalho (2007, p. 120, grifos da autora),

Levar em conta a *materialidade* do impresso é atentar para os dispositivos textuais e tipográficos de produção de sentido; é, assim, procedimento que não pode dispensar o cuidado com o que Chartier chama *sentido das formas* [...], analisando a configuração material do impresso como *forma produtora de sentido*.

Logo, ao operar com o periódico *Mensagem da Apae*, de 1963 a 1973, busco perquiri-lo, revolver seus escombros, retornar a seus fósseis desprestigiados pelos tempos posteriores para fazê-los, enfim, emergir do longo período de silêncio a que foram lançados, pela seletividade da própria memória institucional e pelo caráter esotérico ou caótico dos arquivos. Importante retomar, neste ponto, as afirmações de Le Goff (2013, p. 496-497, grifos meus), para quem:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das *épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio*.

Nessa perspectiva, empreendo uma *arqueologia* desse impresso e de suas práticas editoriais mais remotas, concebendo-o como documento em que se pode ler não só o discurso textual, em sua riqueza de conteúdos e disposições semânticas, mas o próprio discurso das formas pelas quais o texto se materializou, em suas múltiplas possibilidades de inserção na página escrita. Aqui, cabe explicitar que, por arqueologia do impresso, entendo justamente a operação de manipular esse material para “escavá-lo” e apreendê-lo em sua materialidade, como objeto da cultura material (FUNARI, 2003). Trata-se, portanto, de analisá-lo nas suas condições de produção, seguindo os vestígios e as marcas deixados pelos processos de sua própria configuração textual e editorial. Tal como esclarecem ainda mais Schneider et al. (2009, p. 59), citando as historiadoras Clarice Nunes e Marta Maria Chagas de Carvalho,

[...] a metodologia amparada pela História Cultural apresenta-se como a possibilidade de ‘[...] uma arqueologia dos objetos [...], (procurando) apanhá-los na sua forma, sua frequência, seu dispositivo (e) sua estrutura’ (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 45)¹⁸. Projetar a investigação utilizando as técnicas da arqueologia, de acordo com Carvalho (1998, p. 4)¹⁹, ‘[...] implica tratar o impresso a ser analisado como objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção e de seus usos’.

É possível, assim, (re)conhecer e perscrutar o suporte material que condicionou a recepção do impresso e veiculou seus conteúdos. A esse respeito, é mister retomar as

¹⁸ NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos da ANPED*, Belo Horizonte, n. 5, p. 7-64, set. 1993.

¹⁹ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

considerações de Carvalho (2008, p. 13, grifo da autora), para quem nenhuma revista existe como “[...] veículo neutro *para* a comunicação dos conteúdos dos textos, mas como performatividade de ordenação da significação deles na materialidade mesma das diversas formas aplicadas à sua edição”. Por isso, almejo vislumbrar práticas histórico-culturais que motivaram a produção material e simbólica de *Mensagem da Apae*, a escolha de seus conteúdos, bem como as representações sobre as próprias práticas de educação dos excepcionais, conforme veiculadas em suas páginas, no processo de construção e exercício de uma identidade apaeana federada. Em poucas palavras, para efeito de análise, o periódico torna-se, assim, o que denomino como *objeto-fonte*.

Consequentemente, o trabalho com a materialidade do impresso não é, aqui, um exercício diletante, mas permite-me apreender em que condições e de que modo *Mensagem da Apae* pôde se colocar como porta-voz da Fenapaes, representando a perspectiva de trabalho dessa entidade e (con)formando uma identidade apaeana federada a partir dos próprios protocolos de leitura, dos signos visuais e imagéticos e das mensagens veiculadas, além de evidenciar que estratégias e práticas os editores acionaram para produzi-la. Afinal, as mediações editoriais dizem muito sobre a importância que se atribui ou não a um periódico, sobre as escolhas gráficas, sobre o público-leitor visado e sobre as redes de sociabilidade às quais pertencem os editores, autores e principais destinatários de uma publicação.

Em relação aos conceitos que me permitem operar com esse *objeto-fonte*, em todo o desenvolvimento da tese, meu olhar é pautado nas concepções de Roger Chartier e Michel de Certeau, sendo importantes ferramentas teóricas para análise historiográfica aqui empreendida os conceitos nucleares de *estratégia*, *práticas* e *representações*. Advindos principalmente das contribuições dos autores citados, na linha da historiografia francesa, tais conceitos têm sido profícuos para as pesquisas realizadas na vertente da Nova História Cultural, o que não exclui as contribuições e interpenetrações de outros pensadores correlacionados, como, por exemplo, de Bourdieu. Como lembra Barros (2005, p. 130), dentre as abordagens mais recentes que perpassam o vasto campo da História Cultural, destaca-se aquela “[...] que tem dois de seus principais representantes em Roger Chartier e em Michel de Certeau. Ambos atuam em consonância com o sociólogo Pierre Bourdieu, que é um autor de grande importância para a conexão entre História Cultural e História Política”.

No caso desta pesquisa, o conceito de estratégia é utilizado no sentido de se compreender como a revista *Mensagem da Apae* pôde instituir um lugar institucional e tornar-se “um próprio”, de modo a participar da correlação de forças no campo da excepcionalidade,

com o intuito de representar a entidade que a editava, articular, “congruar” e balizar o trabalho de suas distintas unidades federadas. Uma vez que a estratégia “[...] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46), o conceito permite analisar a discursividade, materializada no impresso, que serviu de base para as relações dos agentes apaeanos com a sociedade e com o poder público. Como ainda reforça Certeau (1994, p. 102), “As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”.

Por sua vez, os conceitos de práticas e representações, aos quais recorro, são indissociáveis e remetem, sobretudo, às contribuições de Chartier (1990, 1991). Nesse sentido, é mister considerar, consoante o historiador francês, que não pode “[...] haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177). No bojo dessas reflexões, o autor mencionado ainda pondera que “Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação” (CHARTIER, 2011, p. 16).

Perpassando esses conceitos, está, ademais, a noção de identidade social, imprescindível, nesse caso, para se entender a atuação das Apaes federadas e de seus agentes, uma vez que as representações acionam estratégias e produzem práticas, de forma a

[...] a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183).

A articulação entre esses conceitos de Chartier (1990, 1991) e Certeau (1994) pode evidenciar o modo como a Fenapaes, seu periódico e os editores se relacionaram com o mundo social à sua volta, com seus leitores e com as Apaes federadas, na medida em que suas páginas revelam perspectivas de atuação institucional, práticas culturais da produção editorial, apostas discursivas, disputas simbólicas e prescrições identitárias na (de)marcação de um lugar próprio no cenário nacional. Assim, trabalho no sentido de problematizar “[...] as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p. 184).

Ainda no que tange aos procedimentos teórico-metodológicos, em alguns momentos, para melhor compreender meu próprio *objeto-fonte*, recorri, de forma complementar e cruzada, a reportagens publicadas em jornais brasileiros de circulação geral, consultando edições lançadas nas décadas de 1950, 1960 e 1970, períodos que interessavam ao desenvolvimento da pesquisa e à sua contextualização. Tal procedimento foi necessário para obter informações não sistematizadas, negligenciadas ou expostas dubiamente na literatura especializada em História da Educação Especial, para confrontar dados apresentados pelo periódico apaeano e por seus agentes, bem como para entender o quadro histórico-social e político daquele tempo ou, ainda, para coletar dados sobre membros das Apaes. Conquanto nesse caso a materialidade dos periódicos não fosse visada, os jornais foram acessados apenas na modalidade *on line*, a partir dos números disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil²⁰.

Os jornais a que recorri, de acordo com os resultados gerados pelas buscas na Hemeroteca Digital, foram: *A Noite* (RJ), *A Tarde* (PR), *Correio da Manhã* (RJ), *Diário de Natal* (RN), *Diário de Notícias* (RJ), *Diário do Paraná* (PR), *Diário da Tarde* (PR), *Jornal do Brasil*, *O Jornal* (RJ). Também, da mesma forma, recorri a uma das edições da revista *Careta* (RJ). No decorrer da tese, poder-se-á observar como se deu o uso desse material complementar, que me permitiu evitar anacronismos e conhecer o “clima” da época aqui abordada, pois, como sabemos, a imprensa periódica registra a crônica de seu tempo, tornando-se uma fonte valiosa para pesquisas históricas. Ademais, outras informações, conforme a necessidade, foram buscadas, ainda, na legislação brasileira e em documentos emanados dos próprios apaeanos, o que ficará perceptível pela leitura deste relatório de pesquisa.

Os resultados obtidos por meio dessa abordagem de trabalho, dos conceitos basilares da Nova História Cultural e de seus demais pressupostos são apresentados a seguir, em quatro capítulos que compõem a redação desta tese, cujo corolário encontra-se explicitado nas considerações finais. Tais capítulos seguem uma cadência expositiva que intenta assegurar a inteligibilidade do texto, colocando o leitor em contato com as condições históricas e as estratégias de produção do impresso, a materialidade do seu suporte e as representações nele veiculadas. Essa estrutura capitular é detalhada a seguir, finalizando esta introdução.

²⁰ A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional pode ser acessada pelo site <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

A organização capitular

No primeiro capítulo, teço considerações acerca das condições sócio-políticas e educacionais sob as quais foi produzido o impresso *Mensagem da Apae*, destacando as lutas, as apostas e as tensões que perpassaram o campo da excepcionalidade no Brasil, no decênio 1963-1973. Em particular, aí são problematizadas as perspectivas e estratégias de atuação dos apaeanos no período em que não existia, ainda, o Cenesp, e a Fenapaes almejava se legitimar como instância autorizada a enfrentar e propor soluções para o “problema do excepcional”. Assim, esses agentes buscavam exercer o protagonismo técnico e político na definição dos rumos da educação, assistência e atendimento especializado à referida clientela.

No segundo capítulo, tomo como foco de análise a materialidade e a textualidade do periódico de 1963 a 1973, empreendendo uma arqueologia do impresso. Essa forma de trabalho é ampliada no terceiro capítulo, quando aprofundo o estudo acerca de *Mensagem da Apae* no período de 1964 a 1968. De modo especial, detenho-me nesse momento dada sua significância quantitativa e qualitativa para se compreender o impresso, que, então, apresentou características singulares. Dessa maneira, foi necessário analisar mais detidamente as implicações dessas características para as práticas de leitura, para a editoração do periódico e para a constituição de uma determinada imagem da Fenapaes junto a seu público-leitor, bem como no que tangia às estratégias acionadas pelos apaeanos para manter o periódico em circulação.

Por fim, no quarto capítulo, com base nas publicações de *Mensagem da Apae*, são visadas, em particular, estratégias, ações e representações referentes à educação e atendimento especializado de excepcionais, segundo as concepções apaeanas no momento histórico em que se circunscreve esta pesquisa. É nessa direção que finalizo o trabalho, fazendo um balanço geral da tese nas considerações finais. Aí alinhavo minhas reflexões sobre o desenvolvimento dessa proposta de empreender um trabalho historiográfico relacionado à história da educação dos excepcionais e às representações tecidas em torno desse público, a partir de um dos impressos periódicos mais representativos do gênero, senão o mais: o impresso *Mensagem da Apae*, ora analisado na primeira fase de sua existência. Longe de esgotar as possibilidades investigativas desse tema, a pesquisa intenta demonstrá-las e ampliá-las, ao propor novas rotas, que, doravante, apenas começam a ser percorridas.

1 MENSAGEM DA APAE: A PRODUÇÃO DO IMPRESSO COMO ESTRATÉGIA PARA (DE)MARCAR O PROBLEMA DO EXCEPCIONAL E A UNIDADE APAEANA (1963-1973)

[...] tem muito o que fazer pelo excepcional no país, porque as instituições que cuidam do problema, quase todas particulares, lutam com grandes dificuldades financeiras, segundo o assessor administrativo da APAE de São Paulo. Acrescenta que embora o problema do excepcional no Brasil seja muito antigo, só começou a ser abordado pelas autoridades mais seriamente há pouco tempo (Diário do Paraná, 31 de janeiro de 1970).

Problema de há muito conhecido e objeto de vários estudos isolados, a deficiência mental vem assumindo importância cada vez maior face ao vertiginoso crescimento da população no Brasil; impõe-se, portanto, enfrentá-lo com objetividade, mediante um esforço nacional planejado (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 47).

Neste capítulo, tenho como foco principal abordar algumas práticas, representações e estratégias dos apaeanos no decênio de 1963 a 1973. Estas possibilitaram às suas associações, sob a liderança da Fenapaes, assumirem uma posição de destaque no atendimento educacional e assistencial aos sujeitos com deficiência intelectual, então denominados de retardados mentais, excepcionais negativos, deficientes mentais, empecados, infradotados, subdotados ou até subnormais, como registrado no impresso *Mensagem da Apae* no período. Dessa forma, pode-se apreender não só os tensionamentos que emergiram no campo da excepcionalidade brasileira, mas também as condições sócio-históricas e políticas que marcaram a produção desse impresso e impactaram em seus conteúdos, evidenciando o valor heurístico do periódico como *objeto-fonte* desta tese. Para avançarmos nessa discussão, é fundamental situarmo-nos em relação à problemática do excepcional, tal como essa vinha se configurando desde a primeira metade do século XX até o recorte temporal aqui adotado. Essa perspectiva mais recuada possibilita entender a própria constituição das Apaes, de sua Federação e, conseqüentemente, as motivações que levaram à edição de *Mensagem da Apae* como órgão oficial da Fenapaes.

1.1 Mensagem da Apae: da configuração do problema do excepcional à emergência das Apaes e sua Federação

Até o início do século XX, a sociedade brasileira, muito atrelada, ainda, ao modelo agrário, podia ser caracterizada pelo pouco avanço da educação escolar e da urbanização. Nessas condições e sem uma evidência física imediata, as deficiências cognitivas, em especial nos casos menos severos, passaram quase despercebidas em nosso país, de modo algum se colocando como um problema nacional. No retrospecto histórico,

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes mentais; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. A população era iletrada em sua maior parte, as escolas eram escassas [...], e dado que só recorriam a ela as camadas sociais alta e média, a escola não funcionou como *crivo*, como elemento de patenteação de deficiências. Havia pouca divergência entre o modo de conceber o mundo que nela se difundia e da família da qual o aluno fazia parte. Certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições (JANNUZZI, 2006, p. 16, grifo da autora).

Esse quadro começa a se alterar significativamente nas primeiras décadas do século XX, durante a Primeira República (1889-1930), quando a escola vai sendo vista, gradualmente, como marca de superação do atraso cultural e econômico em que vivia o país, na ótica dos republicanos e dos reformadores educacionais, que buscaram, nas teorizações da Escola Nova, a principal diretriz para suas realizações. Surge, então, a preocupação de se repensar a escola brasileira, a qual precisava ser eficiente, salubre e planejada para levar a termo seu papel modernizante e civilizatório (Cf. FARIA FILHO, 2000; FARIA FILHO; VIDAL, 2000; SCHUELER; MAGALDI, 2009; SOUZA, 1998). Além disso, para o discurso pedagógico em voga, a educação, associada ao ideário da higiene mental²¹ e da Psicologia funcionalista, deveria ser sob medida às características e necessidades individuais, o que era visto como signo da modernidade e do “progresso” urbano-industrial apenas esboçados no Brasil (Cf. GEBRIM, 2006; LIMA; CATANI, 2015; RAFANTE, 2011).

Dessa forma, a oferta de escolarização pública começava a ser ampliada, muito embora ainda de modo incipiente, e promoviam-se reformas educacionais no país para se alcançar a propalada modernidade. Com base nas inovações técnicas e educacionais das nações européias e estadunidense, buscava-se tornar a educação brasileira alinhada aos “[...] ideais de inovação e eficiência educacional que circulavam no país nesse momento [...]” (LIMA; VIVIANI, 2015, p. 97), sob o signo do escolanovismo. Daí o entusiasmo, logo depois convertido em otimismo, pela escola e por seus supostos poderes taumatúrgicos de regeneração psicossocial dos indivíduos e de desenvolvimento da nação brasileira (Cf. NAGLE, 2001). Explicando as transformações educacionais na passagem do século XIX para o XX, no período da Primeira República, Lima e Catani (2015, p. 575, grifos meus) destacam que:

Na última década do século XIX, a escola republicana tomou forma nos grupos escolares, que, organizados para permitir o ensino simultâneo, impuseram como condição de funcionamento a homogeneização das classes, por meio da divisão dos educandos em grupos da mesma idade e com o mesmo nível de conhecimento. Uma

²¹ Para melhor compreensão das relações entre o movimento renovador ou escolanovista e o da higiene mental no âmbito da educação brasileira, pode-se consultar a tese de Rafante (2011).

vez que as classes passaram a ser compostas por crianças da mesma faixa etária, sobressaíam as diferenças individuais entre elas. Diante disso, os especialistas entenderam que não bastava ampliar o acesso ao ensino primário para toda a população escolar. Era preciso criar a ‘escola sob medida’, segundo a expressão de Claparède, autor cujas obras foram muito divulgadas no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Para esse teórico, era preciso identificar as aptidões naturais dos educandos, com vistas a oferecer a cada um o ensino mais condizente com suas possibilidades e inclinações.

Assim, ao ressaltar a individualidade dos aprendizes e imputar às questões orgânicas e psicológicas de cada um as (im)possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, ao mesmo tempo que reivindicou a ampliação da oferta de escolas, com novas metodologias de ensino, *ajustadas* aos diferentes perfis e aptidões de estudantes, já na década de 1920, o movimento da Escola Nova acabou propiciando alguma visibilidade à questão dos excepcionais ou daqueles que não aprendiam segundo o padrão considerado “normal”. Como demonstra Rafante (2011, p. 93, grifos meus),

[...] na primeira metade do século passado [isto é, do século XX], apesar de não encontrarmos a educação do ‘excepcional’ na pauta nacional de educação, ela esteve presente no cenário brasileiro, com atuações em diferentes estados, mesmo que de forma rudimentar, em algumas instituições médicas ou inserida em movimentos que não contemplavam diretamente os “excepcionais”, como os movimentos renovador e de higiene mental.

Desse período em diante, as classes especiais para retardados começaram a tomar forma, seja em instituições especializadas ou anexas às escolas comuns, pois a ideia era organizar classes escolares homogêneas, retirando das classes comuns os elementos de anormalidade e de excepcionalidade. É certo, porém, que isso se deu muito timidamente e, por outro lado, não se pode esquecer que os excepcionais mais comprometidos sequer chegavam a frequentar a escola comum ou mesmo as classes especiais, ficando duplamente à margem desse processo. Estes eram considerados como “[...] anormais de hospital [e] apresentavam deficiência mental profunda e acreditava-se que eram incapazes de se tornarem independentes, de modo que se recomendava a sua internação em asilos ou hospitais” (LIMA; VIVIANI, 2015, p. 100). Para eles, sequer havia instituições especializadas e, quando não permaneciam isolados em casa, o atendimento que recebiam era feito nesses asilos ou em alas hospitalares, sob a égide do campo médico-psiquiátrico (BUENO, 2004; JANNUZZI, 2006).

Em 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* chegou a considerar a necessidade de “tratamento especial” aos excepcionais, embora, naquele momento histórico, não se pudesse radicalizar o debate em torno do assunto, dadas as condições da própria

educação brasileira. No *Esboço de um Programa Educacional Extraído do Manifesto*, o reformador Fernando de Azevedo (2015, p. 231, grifos meus) recomendava a:

Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, ‘em vista da seleção dos melhores’, e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o *tratamento especial de anormais, subnormais e supernormais (classes diferenciais e escolas especiais)*.

As proposições de Azevedo (2015) ratificam que os excepcionais deficientes mentais começavam a ser identificados ou percebidos pela relativa expansão da escola pública e divulgação dos princípios e práticas escolanovistas, bem como pelas novas exigências sociais e medidas higienistas. Apesar de discursos como esse, porém, não se avançou na proposição de alternativas para escolarização especializada desse segmento. Nas palavras de Jannuzzi (2006, p. 79), “[...] não era chegado o tempo de essa educação [do excepcional] ser considerado problema nacional e, portanto, digno de ser resolvido”. Essas circunstâncias criaram, porém, alguma tensão no campo da excepcionalidade, porquanto, se, de um lado, os movimentos renovador e higienista produziram, por assim, dizer, a figura do excepcional como um sujeito para quem a escola comum não servia e da qual deveria ser retirado, caso a ela chegasse, pouco se fizera no sentido de sua educação e assistência em outros espaços “especiais”. O setor público muito menos se preocupava efetivamente com a questão. Na perspectiva de Rafante (2011, p. 66, grifos meus),

Na educação dos ‘excepcionais’, esses movimentos, a Higiene Mental e a Escola Nova, foram determinantes na constituição dessa demanda, devido à elaboração de teorias e ações visando equacionar os conflitos sociais, identificando as dificuldades individuais em relação ao meio social e prescrevendo métodos para sanar os conflitos. De um modo geral, *as medidas tomadas em relação à educação, como a aplicação dos testes e a constituição das classes homogêneas, fizeram emergir a figura do ‘excepcional’ para o qual não existia uma destinação, gerando a necessidade de se criar instituições para recebê-los.*

A partir da década de 1930, na Era Vargas (1930-1945)²², nota-se uma “[...] fase de incremento da industrialização no Brasil [...]” (JANNUZZI, 2006, p. 68), de maneira que, no plano educacional, os esforços nacionais estavam voltados, sobretudo, para o enfrentamento do analfabetismo da população sem deficiência e para sua profissionalização. Mesmo isso se dava de forma muito limitada, pois “A educação pré-escolar era ainda ‘rudimentar’, com poucas

²² “Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas” (ERA..., 2016, n. p.).

escolas e um ensino primário insuficiente, em quantidade e qualidade, uma vez que poucos chegavam à aprovação” (JANNUZZI, 2006, p. 85). Nessa época, o foco da ação governamental não esteve, portanto, em pensar a educação pública dos “diferentes”, mas, sobretudo, visava-se a fomentar uma escola sob as bases do nacionalismo, do trabalho, da moral, do patriotismo e da unidade cultural (Cf. ALVES, 2010), o que pôs à margem a questão do excepcional, muito embora esta pudesse ser, secundariamente, levantada pelos educadores. Conforme o posicionamento de Miranda (2008, p. 34, grifos meus),

Entre as décadas de 1930 e 1940, observamos várias mudanças na educação brasileira, por exemplo, a expansão do ensino primário e secundário, a fundação da Universidade de São Paulo etc. Podemos dizer [todavia] que *a educação do deficiente mental ainda não era considerada um problema a ser resolvido. Nesse período, a preocupação era com as reformas na educação da pessoa normal.*

O trabalho de Helena Antipoff²³, a partir dos anos de 1930, representou um dos esforços mais significativos na direção de se criar um espaço e uma prática educacional voltados aos excepcionais, ainda na primeira metade do século XX. Partindo justamente dos pressupostos da Escola Nova, ao participar da reforma de ensino de Minas Gerais, Antipoff era partidária da organização de classes homogêneas, que otimizassem o processo pedagógico e racionalizassem o trabalho do professor. Na organização dessas classes, com a aplicação de testes psicológicos, avaliações diagnósticas dos estudantes e análise de suas características individuais, o grupo liderado por Antipoff percebeu que mesmo a organização de classes especiais nos grupos e instituições escolares não era uma estratégia suficiente para atender todos aqueles então classificados como excepcionais. Alguns deles, em virtude de suas limitações e “atrasos” mais acentuados, necessitavam de instituições especializadas para que fossem atendidos em suas particularidades (RAFANTE, 2011).

Como estas praticamente não existiam na realidade educacional brasileira, nem estava na pauta governamental criá-las, Antipoff fundou, em caráter privado-filantrópico, a primeira Sociedade Pestalozzi, em 1932, em Belo Horizonte. Congêneres dessa instituição surgiram, posteriormente, no Rio de Janeiro (1945), então capital do país, e em Niterói, no estado do Rio de Janeiro (1948), além de outras localidades a partir da década de 1950 (RAFANTE, 2011). Nesse sentido, as Sociedades Pestalozzi tiveram sua origem associada a profissionais ligados à educação e à Psicologia, portanto, com formação técnico-pedagógica e/ou psicopedagógica,

²³ Helena Antipoff (1892-1974), psicóloga e educadora de origem russa, ficou conhecida no Brasil por seus trabalhos na área da Educação Especial. Ela destacou-se como uma das fundadoras da Sociedade Pestalozzi em nosso país. Para maiores esclarecimentos, conferir Campos (2003) e Rafante (2011).

tendo a figura de Antipoff como a grande inspiradora dessas sociedades. Com o trabalho da educadora, o excepcional retardado e, ao mesmo tempo, a escassez de locais para seu atendimento especializado começaram a repercutir na sociedade brasileira, sob o primado da filantropia. Essa situação se tornou ainda mais evidente após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente nas décadas de 1950 e 1960, quando se verifica, no Brasil, a emergência de um período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo (MENDONÇA ET AL., 2006).

Ora, desse modo, não se poderia esquecer os excepcionais à própria sorte ou, pelo menos, não se tinha mais como ignorá-los nessa sociedade em que a questão educacional era tão pulsante. A própria guerra trouxera visibilidade à deficiência e motivara ações caritativas e protetivas em relação aos mais vulneráveis, com a busca dos chamados direitos humanos. No bojo dessas mudanças, a ciência avançava rapidamente, estimulando a procura por novas terapias e propostas educacionais que “recuperassem” o deficiente mental e o tornassem apto “[...] a aproveitar o progresso da civilização” (PERÉA, 1963, p. 3). Dito de outro modo, “[...] o novo panorama nacional demanda a necessidade de ler, escrever e contar para ocupar os novos empregos da indústria ou para morar nas cidades, onde tais indústrias geralmente se localizavam. A escola vai impondo-se” (JANNUZZI, 2006, p. 80).

Nos grandes centros urbanos, os pais de excepcionais que detinham maiores capitais culturais e/ou político-econômicos, tornavam-se mais engajados no enfrentamento da questão, pois se colocava em pauta a necessidade de escolarização, “ajustamento social” e trabalho de seus filhos, em uma sociedade cujas competências escolares e profissionais tornavam-se cada vez mais necessárias. A escola era representada como elemento de redenção e desenvolvimento nacionais, mas nem todos “cabiam” nela. Punha-se, então, a necessidade de se pensar em um espaço para esses sujeitos, tanto para aqueles produzidos como um resíduo indesejável da escola pública republicana, como para aqueles que viviam segregados, em condições insalubres, em instituições asilares, hospitalares ou sequer recebiam qualquer atenção assistencial. Em outras palavras,

Atravessando atualmente um desenvolvimento industrial impressionante, com todas as consequências positivas e negativas que levam à maturação da população infantil com a brusca reformulação das necessidades primárias, o Brasil se vê na contingência de um gigantesco trabalho a realizar no setor das doenças mentais e de sua prevenção (KRYNSKI, 1964, p. 17, grifos meus).

Logo, o avanço científico no campo médico-psiquiátrico e as propostas higienistas, consideradas modernas, colocavam em xeque a institucionalização absoluta dos deficientes mentais. Conforme se expressou, em seu tempo, o psiquiatra Krynski (1964, p. 14), “A tendência

moderna é fugir das instituições fechadas, focos de ‘alienação’ do deficiente, reservando-se-as exclusivamente aos casos irrecuperáveis, felizmente em menor número”. Nessas circunstâncias, o discurso esperançoso e pragmático em torno da educação e sua reivindicação como instrumento de progresso nacional colocava uma inquietação crescente: uma vez identificado e (re)conhecido, o que fazer com o excepcional? Era preciso encontrar um lugar para o deficiente mental, torná-lo um cidadão integrado, ajustado à sociedade e ao trabalho. Em outros termos, era emergente a necessidade de “reabilitá-lo” ou “recuperá-lo”, como se dizia, e dar-lhe alguma forma de educação para “[...] aproximar, o mais possível, as atividades dos deficientes mentais, ou de qualquer outro tipo, da vida normal” (CAETANO, 1966, p. 20).

Isso implicava pensar em instituições educacionais – ao mesmo tempo assistenciais e “curativas” - que recebessem esses sujeitos, a fim de liberar os pais e familiares para o trabalho e para o consumo nas cidades, com sua vida cada vez mais agitada, propiciando, também, a higiene mental familiar. Entendia-se que, para além da simples segregação institucional do deficiente, “Os pais devem ser preparados [...]. Já vão longe os dias em que a institucionalização parecia resolver o problema da família” (KRYNSKI 1964, p. 14). Sob o moderno enfoque higienista e médico-psiquiátrico apregoadado no início da segunda metade do século XX, reconhecia-se mesmo que:

A realidade é que a grande maioria dos nossos estabelecimentos para deficientes, por razões várias, pouco mais são do que depósitos de irrecuperáveis, sem finalidade dinâmica de recuperação. É a apologia do pseudo-tratamento da deficiência, da cronificação de processos, muitas vezes curáveis, de postergação para um futuro incerto de problemas que poderiam e deveriam ser resolvidos o quanto antes. Daí a necessidade premente [...] de fazer o levantamento concreto das condições da assistência ao menor deficiente entre nós, com a possível reformulação das necessidades mínimas de tais instituições, seu credenciamento face ao atendimento destas necessidades (o que obrigaria inclusive muitas dessas instituições a se reorganizarem em termos de atualização dessa assistência) e a consequente melhoria das condições gerais de assistência no Brasil (KRYNSKI, 1963, p. 5, grifos meus).

Avultava-se, então, o “[...] grave, incompreendido e inadiável problema da criança excepcional [...]” (BITTENCOURT, 1963, p. 6) na ordem do dia. Nessa conjuntura, ajudar o excepcional era uma responsabilidade social posta à nação, mas *não necessariamente* ao Estado, de modo que os cidadão mais favorecidos ou mais instruídos, inclusive os pais de excepcionais que estavam nessas condições, deveriam colaborar para estender a esses sujeitos e a seus familiares as benesses do tão alardeado avanço socioeconômico nacional. Tais benesses incluíam novos hábitos e relações sociais, como a civilidade, a urbanidade, valores democráticos e a proteção dos mais fracos pelos *homens sãos, bons e cristãos*, conforme o modelo civilizatório e cultural estadunidense, difundido em terras brasileiras (Cf. MAIOR ASSISTÊNCIA..., 1954; MOURA, 1986), “[...] onde a ternura latina mais se acentua [...]” (PARA FAZER..., 1951, p. 3),

como se dizia na época. Pesava a favor dessa prática, ainda, a tradição caritativa religiosa, historicamente enraizada no Brasil.

A resposta à problemática que se levantava foi sendo forjada pelas mãos da *filantropia*, que, embora viesse ganhando terreno no cenário brasileiro desde a era Vargas (1930-1945), com o propósito da conciliação entre as classes sociais, pôde repercutir cada vez mais no país, com a penetração do pragmatismo norte-americano entre nós, sobretudo no pós-guerra. A difusão dos ideais pragmatistas e “humanitários” dos EUA no Brasil, típicos desse momento (CF. MENDONÇA ET AL., 2006; MOURA, 1986), impulsionava a ideia dos indivíduos agirem, empreenderem e “advogarem” em defesa de seus interesses privados, desempenhando uma cidadania ativa, marcada pela colaboração civil com as forças governamentais no processo de edificação nacional e comunitária, características do ideário filantrópico e democrático norte-americano em voga.

Esses ideais eram reforçados na medida em que o governo estadunidense encaminhava ao Brasil, nesse momento, diversas missões diplomáticas, de solidariedade e de cooperação técnico-científica que vinham incentivar e assegurar o alinhamento ideológico do Brasil aos Estados Unidos, haja vista os interesses deste país em manter a América Latina sob sua tutela e longe da suposta ameaça comunista que rondava o mundo após a segunda grande guerra. Como cita Moura (1986, p. 11, grifos meus),

A partir de 1941, o Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade americanas, compostas de professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários etc. - todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com brasileiros - além das múltiplas iniciativas oficiais.

Ademais, não podemos esquecer que a década de 1950 vivia um intenso debate sobre o ensino público e o privado. Grupos mais conservadores, representados pelos proprietários de escolas particulares e pelas instituições religiosas que mantinham estabelecimentos de ensino formal, defendiam, ao contrário dos *publicistas*²⁴, que o governo subvencionasse suas iniciativas (Cf. XAVIER, 2003; MELO; MACHADO, 2016). Difundia-se o raciocínio de que o Estado não conseguiria, de forma rápida e hábil, assegurar escola para todos, diante da crescente demanda do país e de seu crescimento urbano-industrial. Por isso, o mais lógico seria

²⁴ Pelo termo *publicistas*, refiro-me aos partidários da escola e educação públicas, gratuitas, ofertadas pelo Estado, na forma laica. Segundo Melo e Machado (2016, n.p.), “No grupo de defensores do ensino público participaram intelectuais adeptos de diferentes linhas de pensamento, sendo possível verificar a presença das correntes: liberal-idealista [...]; liberal pragmatista, com a contribuição de educadores do movimento renovador da escola nova formado na década de 1930 [...]; e a socialista [...]”.

financiar a rede privada já existente para que esta fizesse o trabalho do governo. Essa tese era reforçada, também, pela filosofia pragmatista que chegava dos EUA, corroborando a ideia, na representação dos *privatistas*, de que financiar as organizações particulares, assistenciais ou não, era o símbolo do desenvolvimento, da pujança, da modernização, da liberdade civil, da democracia e da eficiência nacionais. Semelhante pensamento foi externado, por exemplo, em uma reportagem do período sobre a Associação Brasileira de Ajuda ao Menor (Abam), na qual se transcreveu o relato da presidente da entidade, Adalgisa Nery Fontes, então prestigiada dama da sociedade e poetisa, para quem:

-Acho que tão grande será a assistência social de um país, quanto maior for o coração do seu povo. E essa grandeza de coração está representada na proporção direta do volume de realizações particulares com finalidades sociais. *Vejamos o exemplo dos Estados Unidos, onde as maiores organizações assistenciais, as grandes fundações hospitalares e escolares são resultantes da iniciativa particular* (REDENÇÃO..., 1951, p. 12, grifos meus).

Foi nesse cenário multifacetado que surgiram as Apaes, resultantes da organização e dos anseios de pais e amigos de excepcionais, englobando pessoas que, não necessariamente, tivessem formação especializada na área, embora tenham congregado, também, desde sua origem, médicos, professores, psicólogos e demais profissionais ligados aos campos da habilitação, reabilitação²⁵, assistência e saúde do excepcional retardado mental. Tratou-se, desde o princípio, de uma associação privada e filantrópica para advogar pela causa do excepcional, haja vista a desatenção das autoridades nacionais em torno do assunto e as reivindicações dos pais, que pleiteavam orientações sobre como educar e integrar socialmente seus filhos excepcionais.

A instituição trouxe consigo a marca da solidariedade e do humanismo cristãos (PEREIRA, 1973). Não houve, porém, vinculação a um credo específico na “[...] obra verdadeiramente santificante de nossas APAEs, que, no desconforto e improvisação de suas instalações, conseguem milagres de habilitação e reabilitação [...]” (PEREIRA, 1973, p. 29), dedicando-se, sobretudo, aos deficientes

²⁵ “Entende-se por *Reabilitação*, o processo de tratamento de pessoas portadoras de deficiências que, mediante o desenvolvimento de programação terapêutica específica de natureza médico-psicossocial, visa à melhoria de suas condições físicas, psíquicas e sociais. Caracterizando-se pela prestação de serviços especializados, a reabilitação se desenvolve necessariamente através de equipe multiprofissional. Entre as atividades multidisciplinares requeridas, via de regra, encontram-se também as educacionais. Neste caso os serviços educacionais se configuram como parte do processo global de reabilitação e são desenvolvidos segundo os objetivos desta. Com este mesmo significado há os serviços especializados que compõem a *Habilitação*. Emprega-se o primeiro termo para situações decorrentes de deficiência adquirida durante o desenvolvimento ou na idade adulta e, o segundo, para situações em que a deficiência está presente desde o nascimento” (MAZZOTTA, 2005, p. 51, grifos no original). Alerto, todavia, para o fato de que, em *Mensagem da Apae* e nos documentos citados pelo periódico, não se preocupou com essa distinção conceitual, usando-se *habilitação* e *reabilitação* indistintamente, com predominância do segundo termo, conquanto o esperado, no caso do “deficiente mental”, fosse o emprego da palavra *habilitação*.

mentais mais comprometidos e “desajustados”, dentre os quais estavam, até então, os “excepcionais de hospital”, os completamente desassistidos e os repelidos ou recusados até mesmo pelas poucas classes especiais existentes nas escolas. Nas palavras de Pereira (1973, p. 34-35, grifos meus), “[...] cumpre às nossas *instituições apaeanas* cuidar mais, dos *casos mais difíceis*, dos mais *carenciados*, dos *mais dependentes*²⁶, cabendo às *escolas públicas e particulares* para normais, o cuidado dos casos frustos, dos *educáveis* [...]”. Todavia, como eram ainda tão poucas as classes especiais e pouco se investia em sua ampliação na esfera pública, na prática, as instituições apaeanas acabaram incorporando, também, o amplo espectro de deficientes mentais e desajustados escolares.

Não por acaso, a primeira Apae surgiu na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1954. Para lá se dirigira Helena Antipoff em 1944, já conhecida como educadora de excepcionais, a convite do governo federal para trabalhar no Departamento Nacional da Criança²⁷. Na capital do país, Antipoff impulsionou a fundação da Sociedade Pestalozzi do Brasil, em 1945, iniciando suas atividades com um Círculo de Pais e Educadores (RAFANTE, 2011). Ainda segundo Rafante (2011, p. 172), a educadora “Em 1950, depois de mais 20 anos de intenso trabalho, principalmente com os ‘excepcionais’, viabilizou uma mobilização nacional em torno desse tema, por meio dos Seminários sobre Infância Excepcional, que ocorreram em 1951, 1952, 1953 e 1955”.

Assim, no Distrito Federal, na década de 1950, havia uma efervescência cultural, com um grande otimismo quanto à educação das massas, à ciência, as medidas de sanitarismo público e à “recuperação educacional” dos excepcionais, com a presença de organizações movidas pela iniciativa particular, tais como a Associação Brasileira de Educação (ABE), a Sociedade Brasileira de Higiene (SBH), a Abam, clubes de mães para assistência à infância,

²⁶ Os deficientes mentais, historicamente, foram classificados de acordo com suas presumíveis condições de aprendizagem e adaptação social, em uma escala que incluía as gradações de *educável*, *treinável* e *dependente*. Esses termos, como eram usados na época abrangida neste estudo, aparecerão na escrita do texto e nas citações. Opcionalmente, problematizo-os com mais vagar no último capítulo, ao tratar da educação de excepcionais pelos apaeanos. Ainda assim, a título de esclarecimento prévio, reproduzo suas definições consagradas no campo da excepcionalidade, a saber: “*Deficientes mentais leves ou educáveis*: [...] cerca de 85% da população total de deficientes mentais é educável, dentro de padrões decrescentes de exigências, mas com possibilidade de produção social. Para esse grupo de crianças deve ser preconizada a *classe especial*, onde será desenvolvido um currículo próprio, adaptado a esses alunos [...], ao final do qual o aluno recebe um certificado de alfabetização, possibilitando frequentar, quando houver, a oficina pedagógica” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 83, grifos no original). Por sua vez, “[...] os *retardados mentais treináveis e dependentes* são aquele grupo de deficientes mentais, cujas *dificuldades intelectuais não lhes permitem a aquisição de um ensino acadêmico*, como seja, aprendizagem da leitura, escrita e aritmética. Os treináveis são conhecidos pelo grupo cuja idade mental oscila entre 3 a 6 anos e os dependentes entre poucos meses até 3 anos” (PEREZ-RAMOS, 1966, p. 15, grifos meus).

²⁷ O Departamento Nacional da Criança foi criado em 1940, no âmbito do Ministério de Educação e Saúde, ainda na era Vargas, como “o supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência” (BRASIL, 1940, n. p.). Reorganizado em 1948, o Departamento foi oficialmente extinto em 1969. Para maiores informações a respeito e do trabalho de Antipoff nesse órgão, consulte-se Rafante (2011).

associações de damas da sociedade, além de missões educativas norte-americanas e dos próprios pestalozzianos, que também lá iam se tornando conhecidos e organizados. Nesse sentido, na então capital da República, já estavam postas a necessidade e as condições básicas para a organização de sociedades específicas de pais de excepcionais, o que se daria com o incentivo e apoio de alguns educadores, intelectuais, médicos e juristas em torno do assunto. Apoiar causas do gênero era edificante para o país e para a higidez social, além de ser uma marca de patriotismo.

As contingências históricas vieram, de certo modo, acelerar esse processo, com a chegada do casal de estadunidenses George e Beatrice Bemis, em 1954, ao Rio de Janeiro. Ambos tinham formação universitária, faziam parte do corpo diplomático dos EUA e chegaram ao Brasil em uma das missões daquele país em terras brasileiras, tão comuns na época. O jornal curitibano *A Tarde*, em abril de 1954, publicou uma nota sobre o assunto, informando que:

Mais altos técnicos norte-americanos foram designados para servir na América Latina pela direção da Administração de Operações no Exterior. Vão juntar-se aos 1.600 técnicos estadunidenses que estão prestando serviço no estrangeiro. Para o Brasil, irão os srs. George W. Bemis de Carmichael, Califórnia, e Lamar A. Byers, de Artesis, Novo México. O primeiro é presidente da Divisão de Ciência Social da Escola Estadual de Sacramento e seguirá para o Rio de Janeiro como conselheiro de administração pública. É autor de uma série de trabalhos em seu ramo (TÉCNICOS..., 1954, p. 3).

George era, então, catedrático de Ciências Políticas do Colégio Universitário da Califórnia e presidente do Conselho de Proteção à Criança nesse estado (MAIOR ASSISTÊNCIA..., 1954). Beatrice, que o acompanhou na missão, tinha curso Normal e se especializara na educação de crianças deficientes, sobretudo aquelas com retardo mental (LÔBO, 1954). E, para além de suas formações, os Bemis eram sócios-fundadores e membros da Narc. Como cidadãos, atuavam em defesa dos excepcionais em seu país, na perspectiva da *advocacy*²⁸, “função muito tradicional nos Estados Unidos onde cidadãos sempre se associaram através das organizações da sociedade civil e contribuíram para moldar as características políticas, econômicas e culturais do país” (BRELÀZ, 2007, p. 1). O engajamento nessa luta se dera pelo fato de serem pais de uma filha com síndrome de Down, ou, como se dizia na época, “mongoloide”. Por isso, chegando ao Brasil, teriam se preocupado por não existir, ainda, uma associação de pais de excepcionais para ajuda mútua e defesa de direitos desse segmento, que

²⁸ Conforme cita Brelàz (2007, p. 1-2), “Por *advocacy* entendemos o ato de identificar, adotar e promover uma causa. É um esforço para moldar a percepção pública ou conseguir alguma mudança seja através de mudanças na lei, mas não necessariamente”. A Narc adotava esse princípio de ação e influenciou significativamente a orientação dos apaeanos no Brasil, a partir dos anos de 1950.

se dedicasse a captar apoio de políticos e dos cidadãos para tal finalidade (A APAE..., 1968; DRUMOND, 2015, HISTÓRIA DO MOVIMENTO..., 2014; LÔBO, 1954; MAIOR ASSISTÊNCIA..., 1954).

Imbuídos do desejo de apresentar aos brasileiros o *modus operandi* de associações dessa natureza e motivados por sua missão “democratizante” nos país, segundo os princípios do pragmatismo e da cidadania norte-americanos, iniciaram as providências para a organização da primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae). As relações institucionais do casal e a estrutura da embaixada americana contribuíram para o êxito dessa iniciativa, pois as primeiras reuniões em prol dessa causa deram-se, inclusive, na embaixada dos EUA, com exibição de vídeos sobre o assunto e reiterada divulgação na imprensa carioca, que, por seu turno, tinha circulação nacional (A ASSOCIAÇÃO..., 1955; FEDERAÇÃO..., 2001). As outras entidades de benemerência existentes no Rio de Janeiro, em 1954, também foram forças importantes para a constituição e difusão da primeira Apae, impulsionando suas realizações nos primeiros anos, em particular a ABE, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, a SBH e a Abam (ASSOCIAÇÃO..., 1955; AUXÍLIO..., 1954; MAIOR ASSISTÊNCIA...1954). Conforme relata Lôbo (1954, p. 14):

Ao chegarem à nossa terra, faz uns seis meses, o sr. e a sra. Bemis sentiram a falta de uma associação de pais, com as finalidades daquelas a que dedicaram tanto de seus esforços nos Estados Unidos. E, mais uma vez, a sra. Beatrice Bemis preferiu agir a resignar-se. O terreno estava bem preparado pela fundadora da Sociedade Pestalozzi do Brasil, a sra. Helena Antipoff, que iniciou aqui [no Rio de Janeiro] as suas atividades com o ‘Círculo das Mães’.

Do entusiasmo de Beatrice Bemis, dos ensinamentos de Helena Antipoff, da dedicação de pestalozzianos incansáveis (Sociedade Pestalozzi, Instituto Santa Lucia, Instituto de Pesquisas da P. D. F.), surgiu a A.P.A.E., Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

[...]

A nova sociedade procurará, entre muitas outras coisas, esclarecer o público, para que ele venha a compreender melhor o problema dos excepcionais.

A partir do exemplo modelar da Apae carioca, tendo em vista o crescente interesse da sociedade pela problemática do excepcional, com a busca de orientação e de serviços especializados pelos pais e familiares de pessoas nessa condição, começaram a ser organizadas, em diversos lugares do país, outras Apaes. Como discorri anteriormente, na primeira metade do século XX, a questão do excepcional não recebeu a atenção requerida do poder público e não pôde ser enfrentada de forma mais articulada, porque o contexto histórico punha em perspectiva demandas consideradas mais urgentes para a época, contribuindo, dessa forma, para que a expansão do atendimento aos excepcionais, pelo Brasil, se desse pelas “mãos generosas”

dos homens de boa vontade, como noticiava a imprensa do período, na forma de realização benemerita (PARA FAZER..., 1951; REDENÇÃO..., 1951). Em *Mensagem da Apae* afirmou-se, igualmente, que “Em nossos dias, *o horizonte dos deficientes alargam-se, pois os interesses pela causa estão se fazendo sentir pela boa vontade* demonstrada por um grande número de pessoas” (BORRAIZ, 1964, p. 43, grifos meus).

Assim, a quantidade de Apaes foi aumentando significativamente, muitas vezes com o apoio local de políticos, militares, líderes comunitários, senhoras da sociedade e de outros grupos assistencialistas, como lojas maçônicas, *Rotary e Lions Clubs*, instituições religiosas e obras beneméritas do gênero. De 1954 a novembro de 1962, havia notícia de 16 Apaes espalhadas por diferentes estados brasileiros (CLEMENTE FILHO, 1999; HISTÓRIA..., 2014). Logo depois, até 1973, já eram pelo menos mais de uma centena de Apaes organizadas (BORBA..., 1979; BRITTO, 1973; PEREIRA, 1973), “[...] todas empenhadas em conquistar um lugar adequado para esses indivíduos que, apesar de nossos esforços, continuam marginalizados no seu atendimento global” (BRITTO, 1973, p. 24), chegando, em, 1974, a mais de 300 (BORBA, 1974). Até hoje, esse número continua ascendente²⁹.

O rápido crescimento de tais associações levou à necessidade de se pensar na maior articulação formal entre elas, mais uma vez tomando-se como referência o modelo da Narc, que se constituía em uma organização nacional para coordenar as filiadas e pressionar as autoridades políticas. Para debater a questão, de 8 a 10 de novembro de 1962, foi realizada a Primeira Reunião Nacional de Dirigentes Apaeanos, ocorrida na cidade de São Paulo, quando se propôs a criação de uma federação nacional que articulasse as Apaes de todo o país, unificando, assim, seus propósitos e concepções. Não obstante, a ideia de se constituir uma Federação Nacional das Apaes não era unânime entre todos os apaeanos no começo dos anos de 1960. Havia duas posições, sendo que uma delas, encabeçada por Marcelo Silva Júnior, um dos fundadores da Apae do Rio de Janeiro, propunha a criação de um conselho nacional, sem funções executivas, portanto, viabilizando maior autonomia às Apaes. A outra posição propunha a constituição de uma federação nacional das Apaes, com funções executivas, sendo defendida pela Apae de São Paulo, a mesma que, não casualmente, organizara e conduzira essa Primeira Reunião Nacional das Apaes (RELATÓRIO..., 1963).

A última proposta saiu vitoriosa, pois a Apae de São Paulo já conseguira centralizar sua influência sobre as demais naquele momento, tornando-se uma das principais dinamizadoras

²⁹ Tendo o movimento apaeano completado 60 anos, em 2014, edição especial de *Mensagem da Apae* noticiou que já existiam, no Brasil, 2.137 Apaes (APAE Brasil..., 2014). Essa cifra ainda pode aumentar, haja vista o potencial de expansão do referido movimento.

das ações apaeanas a partir de então. No histórico relato do apaeano Antônio Santos Clemente Filho (1920-2012), conceituado médico radiologista e professor universitário em sua área de atuação, pai de excepcional e um dos principais articuladores da Fenapaes,

Em meados de 1962, a APAE de São Paulo, mal completando o seu primeiro aniversário, obedecendo a diretriz de trabalho determinado pelo grupo que a fundara, sob a inspiração da Dra. Beatrice Bemis, achou que para atuar no sentido da mudança de atitudes na esfera administrativa e na sociedade, era necessário contar com a reunião de todas as APAEs, para tentar influir no âmbito da administração federal. Tal atuação se faria através de um organismo que reunisse as APAEs (menos de vinte na ocasião) para lhes dar força, coerência e sentido único aos seus esforços. Para isso indispensável era sem dúvida a reunião prévia das APAEs, para que se debatesse a forma pela qual uniriam seus esforços (CLEMENTE FILHO, 1974, p. 16).

As deliberações dessa I Reunião das Apaes foram ratificadas no I Congresso Nacional das Apaes, ocorrido de 11 a 13 de julho de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, quando a Fenapaes teve aprovado seu primeiro estatuto e se tornou, de fato, oficializada. Ao ser implantada, a Federação, defendendo a abrangência nacional de suas realizações e de sua missão institucional uniformizadora, passou a defender a necessidade de “[...] uma voz que fale em nome de todos os retardados mentais e de suas famílias. *Voz coordenada e sem dissonância*, para que ganhe, pela união, a força necessária *para obter a solução do problema do deficiente mental*” (CLEMENTE FILHO, 1969, p. 52, grifos meus). A Fenapaes teria, pois, a prerrogativa de pronunciar essa voz por todo o país, ao se colocar como representante autoproclamada de todos os brasileiros pais de excepcionais e destes próprios, “[...] visando [...] a elaboração de uma norma de trabalhos comunitários, com uma unidade de comando e a *uniformização de planos e até de terminologia*” (PEREIRA, 1969, p. 16, grifos meus).

De fato, assim que a Fenapaes foi fundada, ainda em fins de 1962, foram propostas várias comissões para abordarem assuntos considerados estratégicos para os apaeanos, com vistas à unidade de comando, atualização científica e jurídica, bem como para a divulgação nacional de suas atividades e elaboração do estatuto da nascente Federação. Era recorrente a preocupação dos apaeanos em padronizar e publicar terminologias e jargões científicos a serem adotados no campo da excepcionalidade, de modo que as Apaes reivindicavam para si, expressamente, a tarefa de coordenar a “[...] organização de um glossário, onde se defina a nomenclatura usada no campo de retardamento mental em nosso país” (MENSAGEM..., 1963e, p. 7, grifos meus). Krynski (1963) também nos dá pistas sobre o investimento simbólico dos apaeanos nessa estratégia de, pela linguagem, forçar a atenção à especificidade do problema do excepcional e ao modo de se abordá-lo, atingindo-se tanto o público especializado como o leigo, algo importante para o estabelecimento de um diálogo, pelas Apaes, com a sociedade em geral. Segundo as palavras do psiquiatra, datadas de 1963,

Estamos ainda na fase da confusão das nomenclaturas; utilizamos os vários termos indistintamente — excepcional, deficiente, retardado, débil, atrasado, fronteiro, anormal, imbecil — ou com impropriedade. Há pouco tempo utilizou-se numa publicação o estranho termo ‘empeçado’. A confusão é muito grande e cabe esclarecê-la, não apenas para uso científico porém para o comum, para o leigo. Uma Comissão de Terminologia está especialmente cuidando do assunto, em estreita colaboração com a Científica³⁰, a fim de pôr termo aos malentendidos e de criar, definitivamente, a nomenclatura brasileira para o problema (KRYNSKI, 1963, p. 2, grifos meus).

Dentre essas comissões, foram criadas a Comissão Científica, a Comissão de Terminologia e Glossário, a Comissão Estatutária e a Comissão de Publicação e Divulgação. Conscientes da necessidade de investir em sua imagem, essas associações direcionaram esforços pela sua inserção nos diversos espaços de poder e pela publicidade de seus trabalhos, “[...] utilizando de todos os meios de comunicação existentes [...]” (SCHILLING, 1969, p. 33) para essa finalidade. No cálculo cotidiano de sua existência, reconheciam que era “[...] dever precípua da associação [Apae] a sua *própria preservação e engrandecimento*, o que implica em uma *estruturação* e o *aliciamento constante de novos elementos*, inclusive para *permitir a renovação de seus quadros*” (CLEMENTE FILHO, 1969, p. 48, grifos meus). Seguindo essa lógica, na filosofia de seu projeto organizacional, era explícito que:

*É preocupação básica da APAE envolver todos os setores componentes da comunidade. Cada um de nós deve ter a sua participação, desde o mais simples homem da rua até o magistrado. Dependemos da *participação ativa dos pais, amigos, parentes, setores profissionais os mais variados, entidades de classe, setores educacionais, da Igreja, das Forças Armadas, do homem público*, aqui incluindo todos os diversos setores da vida pública — seus funcionários e suas repartições — clubes de serviços, clubes e organizações recreativas e desportivas; *do rádio, do jornal, da televisão*, das casas de espetáculos, dos profissionais liberais e *dos técnicos ligados ao problema da excepcionalidade*. Enfim, necessitamos da participação de TODOS (SCHILLING, 1969, p. 33, grifos meus).*

Além disso, já nos primórdios de sua fundação e, principalmente, com sua federalização, as Apaes tinham como meta manter uma atividade editorial regular que lhes desse legitimidade e autoridade em seu campo de atuação. Naquele momento histórico, tais associações percebiam o impacto (in)formativo da imprensa, em particular dos impressos periódicos, haja vista que os demais meios de comunicação eram escassos, desarticulados ou, então, suas mensagens eram mais fugazes e “imateriais”, a exemplo do rádio e da televisão. Um impresso oficial da Fenapaes poderia estabelecer, então, um contato mais íntimo entre as Apaes, representando a própria entidade nacional e atribuindo à ficção de sua personalidade jurídico-institucional uma materialidade que melhor integrasse os apaeanos, ao alcance de seus olhos e de suas mãos. Dessa forma, contornar-se-iam, em parte, as dificuldades comunicativas ainda persistentes no Brasil dos anos de 1960, as quais foram lembradas pelos apaeanos durante o I Congresso das Apaes, ocorrido em 1963, quando:

[...] a falta de organização nos meios de comunicação entre os estados da Federação [brasileira] mereceu citação do dr. Stanislaw que, com esta afirmativa, justificou a

³⁰ O andamento e os resultados do trabalho dessas comissões foram apresentados em breves notas publicadas em *Mensagem da Apae*, no ano de 1963, bem como em reuniões do I Congresso da Fenapaes, realizado em julho de 1963.

difficuldade de se estabelecer um contato mais produtivo entre todas as APAEs e clínicas especializadas do Brasil. Isto – acrescentou o médico – dá origem à falta de uniformização de métodos, prejudicial ao desenvolvimento das pesquisas modernas (BITTENCOURT, 1963, p. 6, grifos meus).

Logo, a posse da palavra escrita e sua difusão em um suporte impresso destacavam-se como uma arma de persuasão, de registro e de luta simbólica para a conquista de espaço institucional pela Fenapaes, unificando-se discursos, métodos e diretrizes, por meio de uma linguagem que poderia atingir amplos setores sociais, potencialmente interessados no problema da excepcionalidade. Nos dizeres de Clemente Filho (1964a, p. 58-59, grifos meus),

A Federação Nacional das APAEs, que congrega as instituições que no Brasil cuidam do problema do retardado mental, avoca para si a tarefa de publicar e distribuir folhetos e livros que instruem, orientem, eduquem, livros para o público, livros para os pais dos retardados, livros para técnicos, livros para os retardados... Há um trabalho imenso a fazer, será necessário criar um fundo editorial, se não se conseguir canalizar recursos especiais do governo federal para essa tarefa.

É no bojo dessas realizações que se nota o surgimento do periódico *Mensagem da Apace*, lançada em janeiro de 1963, como resultado dos trabalhos da Comissão de Publicação e Divulgação, antes mesmo que se oficializasse a própria Fenapaes, como instrumento de difusão das práticas, mensagens e representações dessa entidade nascente. Esta precisava cooptar todas as Apace e torná-las suas filiadas, uma vez que nem todas aderiram imediatamente à Fenapaes (BORBA, 1974). Não casualmente, o título escolhido foi esse, anunciando, em relação às associações, uma intencionalidade doutrinária e um controle discursivo por parte da Federação, a partir do poder de um próprio (CERTEAU, 1994), vale dizer, o periódico mesmo. Em 1982, ao analisar de forma retrospectiva seu lançamento, Justino Alves Pereira, um dos principais colaboradores e editores do impresso nas décadas de 1970 e 1980, enfatizou que a revista fora realmente concebida para ser um veículo de comunicação a serviço dessa causa (PEREIRA, 1982), pois:

Quando a Federação Nacional das APAEs criou sua revista com um nome tão sugestivo “Mensagem” pensou justamente num meio de levar a cada pessoa que vive em contato com o excepcional a voz desta entidade, a sua realidade, o seu trabalho dignificante. Uma revista que nos unisse mais na causa Apace com o conhecimento da sua “Mensagem”. Em levar a cada um de nós um embasamento científico, legislativo e pedagógico relativo ao deficiente. Em publicar discursos e conferências para dar a chance a nossos leitores de estar presente através da leitura, a auditórios e anfiteatros, a toda parte onde for ‘cantada’ a causa do deficiente, defendido [sic] os seus direitos (PEREIRA, 1982, p. 2, grifos meus).

Nas origens desse impresso, não se pode desconsiderar, mais uma vez, a influência estadunidense. Naquela reunião de 1962, já se cogitara a necessidade e o valor estratégico de uma publicação periódica para dar visibilidade à federação e sua militância em prol do excepcional, pois, segundo o relatório do encontro nacional ocorrido em 1962,

Beatrice Bemis, que descreveu, passo a passo, a organização da NARC, com os tropeços naturais a uma organização nacional que se inicia, mostrando como há semelhança entre a situação do EE.UU., em 1952, e a situação do Brasil nos dias de hoje, no que se refere à formação de uma entidade nacional. *Mostrou, também, os vários aspectos da divulgação do problema do excepcional, no triplice aspecto de informações para os pais, para o público e para os técnicos, fator fundamental do sucesso de uma associação de âmbito nacional. Lembrou, ainda, a necessidade de publicação de Boletim periódico, com notícias e informações gerais, para todos os sócios* (RELATÓRIO..., 1963, p. 5-6, grifo meu).

Tal sugestão foi aceita, porque, logo após a reunião fundante, como lembra Antônio dos Santos Clemente Filho, primeiro presidente da Fenapaes (Cf. *Apêndice 2*), a princípio ocupando esse cargo em caráter provisório e, em seguida, eleito, durante o I Congresso da entidade, para o mandato de 1963-1965,

A diretoria provisória trabalhou intensamente para preparar o Estatuto [da Fenapaes], com a colaboração da Profª. Drª. Nair Lemos Gonçalves, que estendeu sua colaboração por vários anos, sempre disponível para auxiliar as APAEs. A sede provisória estabeleceu-se no consultório do Prof. Dr. Stanislaw Krynski, por longos anos precioso colaborador da Federação. *O Prof. Dr. Wanderley Nogueira da Silva encarregou-se de publicar os primeiros números da 'Mensagem da APAE', pequeno folheto mimeografado de 8 páginas em tamanho 15 x 20 cm* (CLEMENTE FILHO³¹, 1999, p. 5, grifos meus).

A significativa pressa em editar um periódico oficial da Federação nascente parece ter sido, sobretudo, uma estratégia para legitimar essa entidade e torná-la (re)conhecida entre todas as Apaes existentes naquele período, desautorizando outras possíveis iniciativas ou modelos de organização entre as associações, já que chegou a existir uma posição contrária à federalização. Por isso, desde seu lançamento, *Mensagem da Apa*e não foi considerada algo de valor menor pelos apaeanos, porquanto, mesmo diante de dificuldades em seguir com sua impressão e distribuição, não deixaram de nela investir, tendo-a como imprescindível para a unidade da vida cultural e pragmática das associações. É válido lembrar, a esse respeito, que, tão logo o número de associações começou a se ampliar, já nos anos de 1960, os apaeanos perceberam que:

Havia a *necessidade de ligar as APAEs já existentes, e com muito mais razão aquelas que começavam sua existência, por laços efetivos de contato e comunicação frequente*, para que a união perdurasse, para que a troca de experiência, de soluções, de fracassos e de sucessos se fizesse permanentemente. *Por isso foi planejada e editou-se a "Mensagem das APAEs"; não foi possível publicá-la com a frequência e com a regularidade que seriam de se desejar. Mesmo assim, cumpriu sua missão. Mas faz-se mister ampliá-la, torná-la mais frequente e mais regular, estimular a colaboração e comunicação de notícias de todas as APAEs para todas as APAEs, para que ela se torne o elo de união sonhado, capaz de dar coesão e coerência aos movimentos em escala nacional* (CLEMENTE FILHO, 1965, p. 5-6, grifos meus).

Logo, com o surgimento da Federação, houve a necessidade de lançamento de seu impresso, como uma estratégia de coesão identitária e interligação entre os apaeanos, sob o comando da Fenapaes. Nesse cenário, delineou-se o intento de uma atuação institucional “agressiva” das Apaes, isto é, aguerrida, dilatada e capaz de mobilizar a opinião pública em

³¹ Na matéria consultada, esse nome aparece grafado equivocadamente como Antônio Clemente dos Santos Filho, sendo a forma correta Antônio dos Santos Clemente Filho.

torno de seus objetivos. Essa prática foi reconhecida por Justino Alves Pereira, líder apaeano, que, assim, distinguiu a plataforma de ação desse grupo daquela supostamente adotada pelos pestalozzianos, mais focados na dimensão técnica do atendimento aos excepcionais, segundo sua avaliação. Consoante o depoimento de Pereira (DEPOIMENTO IX, 1971, p. 71, grifos meus),

[...] *Helena Antipoff lançou as premissas da educação especial e de recuperação do excepcional e o fazia com uma característica eminentemente técnica.*

Como técnica, ela sempre foi e será uma grande autoridade do ensino. Nome basilar da educação no Brasil, ela realizava tarefas imensas, mas sem uma retaguarda de apoio comunitária através de entidades, de interessados, no caso, pais e amigos de excepcionais.

As Sociedades Pestalozzi, no Brasil, que são pioneiras, formaram-se com Helena Antipoff, mas não tiveram um poder de agressividade que hoje nós das APAEs gostaríamos de alcançar, embora nós tenhamos, ainda, pouca movimentação da opinião pública, visando uma posição legal do excepcional. Com Helena Antipoff vieram várias escolas esparsas, mas sem aquela interligação, sem um anteparo, sem um 'background', sem o vigor de entidades comunitárias de interessados, primeiro, nos problemas.

Isso posto, apesar de não terem sido pioneiros nesse campo, o significativo êxito dos apaeanos talvez tenha se dado, sobretudo, por sua capacidade de estabelecerem alianças com o poder instituído e de se fazerem lembrar pelos mais diversos setores sociais, forjando uma determinada memória coletiva que, aos poucos, se (im)pôs como representação exitosa no próprio campo da Educação Especial, posteriormente consolidado e oficializado no Brasil. No bojo dessas considerações, é fundamental não desconsiderar as estratégias adotadas pelos apaeanos, entre essas o periódico *Mensagem da Apae*, as quais lhe permitiram tamanha repercussão, articulando, em torno da mesma causa, pais, familiares, especialistas, governos e sociedade civil, com vistas à “[...] proliferação de APAEs por todo o território da Pátria comum” (PEREIRA, 1969, p. 15). Por isso precisamos analisar, doravante, a atuação das Fenapaes e a especificidade histórico-educacional do período contemplado nesta pesquisa (1963-1973), conforme documentadas em seu periódico e, de forma complementar, em outros registros da grande imprensa que circulava na época.

1.2 O problema do excepcional na interpretação dos apaeanos e de sua Federação

Para compreender o engajamento dos apaeanos na causa do excepcional deficiente mental, é preciso ponderar que as ações do governo federal quanto à questão dos deficientes só ganharam algum impulso no final da década de 1950, por meio do modelo das campanhas educativas nacionais, uma prática que já vinha sendo criticada pela sua ineficiência no tocante à educação de adultos. Tais campanhas de educação dos deficientes ficaram em voga até 1973,

quando, pelo decreto 72.425, de 3 de julho de 1973, foi criado o Cenesp, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. Os cegos e surdos foram os primeiros a serem contemplados. Em 1957, foi lançada a Campanha de Educação do Surdo Brasileiro³² e, em 1958, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais³³. De acordo com Jannuzzi (2006, p. 89), “As duas campanhas, para surdos e para cegos, foram as primeiras a serem organizadas, provavelmente porque eles vinham tendo atendimento sistematizado legalmente desde meados do século XIX, congregando usuários e profissionais em torno do problema”. Como se pode notar, os excepcionais deficientes mentais ainda não seriam contemplados.

Somente em 1960, por pressão das Sociedades Pestalozzi e das Apaes, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais (Cademe), que, todavia, só entrou em funcionamento em 1964 (MAZZOTTA, 2005; RAFANTE, 2011, 2015, 2016). Desse modo, foi a partir da década de 1960 que a deficiência mental foi se tornando um problema nacional, ultrapassando as preocupações técnicas de educadores especializados e de profissionais da saúde, para se tornar um assunto difundido também nos meios sociais em geral e pela grande imprensa³⁴, falada e escrita, além da televisão, que já se constituía em um meio de comunicação de massa por esse tempo. A primeira LDB da educação nacional, de 1961, reconhecia a existência dessa demanda, recomendando que “A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, n.p.).

Os deficientes mentais, porém, pouco se beneficiavam das instituições públicas de educação formal, permanecendo segregados das escolas comuns; ou, quando muito, atendidos em classes especiais, cuja oferta de vagas era incipiente e nem sempre satisfazia os interesses dos pais, que almejavam assitência social, médica, psicológica e profissional para seus filhos excepcionais, algo que estava muito além das funções dessas classes. Por outro lado, eram também escassas as instituições particulares, filantrópicas ou não, capazes de ofertar esse

³² A Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (Cesb) foi instituída pelo decreto 42.728, de 3 de dezembro de 1957, no âmbito do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura. Ao que tudo indica, essa campanha foi desativada mesmo antes da criação do Cenesp, mas não consegui encontrar fontes que precisassem sua data de extinção (Cf. BUENO, 2004).

³³ A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV) foi instalada pelo decreto nº 44.236, de 1º de agosto de 1958, sob a égide do Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação e Cultura. Posteriormente, pelo decreto n.º 48.252, de 31 de maio de 1960, passou a ser designada Campanha Nacional de Educação dos Cegos (CNEC), diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Educação e Cultura.

³⁴ Podem-se consultar, a título de exemplo e fonte complementar, as edições do periódico carioca *Correio da Manhã*, entre 1960 e 1974. Há várias matérias discorrendo sobre a configuração do problema do excepcional nos anos de 1960 e 1970.

atendimento com a mínima qualidade. Clemente Filho (1964a, p. 58, grifos meus), em que pesem seus interesses como apaeano, expôs a situação nos seguintes termos:

Existiam de há muito tempo, instituições que cuidavam da Criança Retardada, mas eram tentativas isoladas, afastadas no espaço e no tempo, nos métodos e objetivos, de tal forma, que os progressos nos métodos e na extensão das possibilidades de recuperação dos retardados foram muito lentos. As Associações de pais, nascidas embora da necessidade de ação imediata e direta, transcenderam essa necessidade, para considerar o problema equacionado de forma global.

[...]

Na cidade de São Paulo, a situação é lamentável. Para a necessidade estimada de noventa mil vagas, existem apenas, em instituições de todos os tipos, particulares e oficiais, cerca de 4 mil lugares, ou seja, insuficientes para atender a 5% das necessidades.

Ademais, o próprio governo federal descentralizava a responsabilidade pela educação desse público e dela até se isentava, ao prescrever, pela lei supracitada, que “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (BRASIL, 1961, n.p.). Conforme a análise de Mazzotta (2005, p. 68-69, grifo do autor),

Nesse compromisso ou ‘comprometimento’ dos Poderes Públicos com a iniciativa privada não fica esclarecida a condição de ocorrência da educação de excepcionais; se por serviços especializados ou comuns, se no ‘sistema geral de educação’ ou fora dele. Esta circunstância acarretou, na realidade, uma série de implicações políticas, técnicas e legais, na medida em que quaisquer serviços de atendimento *educacional* aos excepcionais, mesmo aqueles incluídos como não-escolares, uma vez considerados eficientes pelos Conselhos Estaduais de Educação, tornavam-se elegíveis ao tratamento especial, isto é, bolsas de estudos, empréstimos e subvenções.

Logo, instituições particulares as mais diversas poderiam ser consideradas, de acordo com o parecer dos Conselhos Estaduais, espaços educacionais aptos a receberem as verbas públicas e, conseqüentemente, a se encarregarem da “educação” dos deficientes mentais. Ora, em muitos desses casos, tratava-se mais de “cuidado”, assistencialismo ou de práticas clínico-terapêuticas que de uma proposta formal de escolarização desses sujeitos. Instituições como as Apaes vinham fazendo esse trabalho desde meados da década de 1950. À medida que encampavam o problema do excepcional com deficiência mental, diante da omissão do poder público, elaboravam sua interpretação e programa de ação em torno desse segmento. Assim, essas associações encontravam e demarcavam o próprio território para o exercício de suas práticas institucionais e sua razão de ser, constituindo, em poucos anos, uma verdadeira rede paralela e segmentada de atenção aos retardados mentais, segundo os princípios que consideravam adequados e exemplares para aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos. Conforme argumenta Pereira (1973, p. 34, grifos meus), em discurso proferido em 1971,

Àqueles que não conhecem bem as atividades das APAEs, poderia parecer que só nos preocupamos com deficientes mentais, olvidando outras formas de deficiência como a física, a auditiva, a visual etc., e mesmo a superdotação, porém *justifica-se a maior ênfase que damos àquele aspecto parcial do excepcional porque outros setores já eram de certa forma amparados não só pelo governo, mas, também, por modelares instituições beneficentes*, como as de Dorina Gouveia Nowil³⁵ e outros.

Nessas condições, apresentar a situação do excepcional como um problema ou calamidade nacional, a ser urgentemente combatido e resolvido, foi a estratégia precípua adotada pelos apaeanos na década de 60 e 70 do século XX, transformando a questão em sua bandeira de luta, a fim de se garantir coesão aos próprios apaeanos e justificar a cobrança de providências e fundos às autoridades brasileiras. Simultaneamente, por meio desse discurso-compromisso, materializado em práticas, como a edição da própria revista *Mensagem da Apae*, visavam assumir a liderança e protagonismo na proposição e condução nacional do tema. Na acepção deles, trava-se, pois, de, literalmente, “[...] instalar uma mentalidade favorável para o problema do excepcional” (SCHILLING, 1969, p. 33), em torno da qual se configurasse um *habitus* institucional apaeano. Para tanto, a orientação era que “Deverão ser usados todos os meios e métodos de divulgação, inclusive este que consideramos básico: inclua no seu vocabulário e na sua conversação diária alguma coisa a respeito da APAE e seus propósitos” (SCHILLING, 1969, p. 33). Como bem explicita Clemente Filho (1965, p. 5, grifos meus),

Em novembro de 1962, quando nos reunimos em São Paulo as treze associações³⁶ que então existiam, unia-nos a compreensão comum da extraordinária importância do movimento de pais, para a *luta contra o retardamento mental. Mais do que a propagação de uma ideia ou de um ponto de vista, interessava a própria sobrevivência do princípio de ataque global do problema, bandeira que as APAEs haviam levantado*, e que de maneira nenhuma poderiam deixar tombar.

Em quase todas as páginas de *Mensagem da Apae* de 1963 a 1973, nos títulos dos textos publicados e/ou no seu conteúdo³⁷, bem como no temário e programação dos eventos institucionais, era recorrente a expressão “problema do excepcional” ou outra equivalente. Esse “problema”, embora fosse também divulgado pela grande imprensa periódica da época, não repercutia com tamanha intensidade e urgência nos círculos governamentais ou mesmo entre

³⁵ “Dorina nasceu em São Paulo, no dia 28 de maio de 1919 e acabou ficando cega aos 17 anos de idade, vítima de uma doença não diagnosticada. [...]. Percebendo a carência, no Brasil, de livros em braille – sistema de escrita e leitura para cegos –, criou a então Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que iniciou suas atividades em 11 de março de 1946. [...]. Em 1991 é reformulado o estatuto da Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Em homenagem à nossa idealizadora, passamos a nos chamar Fundação Dorina Nowill para Cegos” (FUNDAÇÃO..., 2016, n.p.). Dorina faleceu em 29 de agosto de 2010 (Cf. FUNDAÇÃO..., 2016).

³⁶ As demais fontes referem-se a 12 associações reunidas em São Paulo, quando da Primeira Reunião Nacional das Apaes, existindo, na época, 16 delas (Cf. FEDERAÇÃO...2001; HISTÓRIA..., 2014; RELATÓRIO..., 1963).

³⁷ Pode-se observar, por exemplo, a emergência do tema “problema do excepcional” consultando-se os quadros em que disponho, nos capítulos posteriores, os títulos dos textos publicados em cada edição de *Mensagem da Apae* (1963-1973).

os educadores em geral. Mesmo assim, a pressão, somada a outras variáveis históricas e ao trabalho de movimentos similares, deve ter surtido algum efeito, pois, “[...] pode-se notar a evolução do atendimento educacional para as diversas deficiências, sendo maior em relação aos deficientes mentais” (JANNUZZI, 2006, p. 78), cujo “[...] maior incremento deu-se de 1960 a 1970” (JANNUZZI, 2006, p. 78). A título de exemplo, reproduzo, abaixo, algumas evidências do exposto, com base em textos publicados pelos apaeanos em *Mensagem da Apae*:

É o movimento das Associações de Pais que agita o problema do infradotado; são os pais que devem exigir dos governos melhores possibilidades de tratamento, de ensino, de orientação, enfim: condições de vida mais humanas para seus filhos (ESTRAZULAS, 1963, p. 2, grifos meus).

O problema do excepcional é sem limites ou fronteiras, penetrando ou existindo em lares ricos ou pobres, nesta e naquela cidade, em cada país.

Cabe-nos [aos apaeanos] mostrar interesse pelo problema, incutindo na opinião pública e autoridades a preocupação que devem dispensar, de acordo, aliás, com os deveres que a própria Constituição lhes impõe (BORRAIZ, 1964, p. 43, grifos meus).

Em dezessete anos [isto é, de 1954 a 1971] o movimento cresceu porque os pais e amigos despertaram para o grave problema e passaram a acreditar na obra dessas associações, movimentando os poderes públicos para a real gravidade que representa para o Brasil a deficiência mental (BRITTO, 1973, p. 24, grifos do original).

Tal aspecto evidencia como cada segmento ou instituição social traduz a realidade vivida à sua maneira, recorta temas que lhe motivam e apagam outros, mobilizando jogos discursivos e relações de força para fazer crer sua verdade e seus interesses, na disputa por espaços de poder, identidade institucional e capitais simbólicos. Com essa estratégia, as Apaes federadas vão se colocando – pelo menos de acordo com a imagem que se atribuíam – praticamente, como um órgão nacional, embora privado, de representação dos direitos dos excepcionais, já que o governo brasileiro tardava em dar uma solução para o caso. Nesse sentido, as Apaes vão atribuindo ao Estado a função de executor de suas propostas e projetos, em uma inversão de papéis que, por vezes, criava atritos entre ambas as instâncias, sem, contudo, romper sua interdependência. Xavier (1963, p. 3, grifos meus), ao discutir sobre a formação e o papel das Apaes, não deixa dúvidas sobre a filosofia de trabalho dessas associações, que seria:

[...] um trabalho de congraçamento, de advertência aos técnicos para que mantenham alto nível técnico em suas escolas, um órgão vigilante perante a opinião pública, uma entidade que tem a força moral de exigir do Governo as condições de assistência ao excepcional a que ele tem direito.

Dessa perspectiva, exerciam pressão para que as autoridades, de fato, formassem algum plano de ação para resolver a problemática do excepcional, imprimindo um dinamismo maior nesse campo naquelas décadas, em que, se por um lado o país se industrializava e se

modernizava, o excepcional permanecia desassistido, à revelia do progresso que tanto se apregoava. Assim:

Tantos são os problemas, tantas dificuldades e ninguém tem nada com ninguém que começa a se esboçar um movimento gerado das próprias dificuldades. Fundam-se Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Unem-se. Discutem já a formação de uma Federação. Então, irão às Câmaras dos Municípios, dos Estados, da União, ao Senado. *Irão demonstrar que verbas devem ser destinadas para enfrentar seriamente o problema que se agrava cada vez que mais cresce o poderio industrial do País.* (COMO SURGE... 1963, p. 12, grifos meus).

Um fórmula adotada pelos apaeanos para chamar a atenção quanto ao problema do excepcional, tendo por base a “voz coordenada e uniforme” da Federação, no intuito de arregimentar o maior número de adeptos e colaboradores a essa causa, foi, justamente, mobilizar a opinião pública por meio da imprensa, de publicações, conferências, festividades e cursos³⁸. Essa estratégia se autopromover frente ao público em geral, não especializado, representou uma inovação gerida pela Fenapaes, que, assim, vai se tornar cada vez mais influente e conhecida no campo da educação dos excepcionais, ofuscando o trabalho similar de outras entidades, como as Sociedades Pestalozzi, as quais não tinham adotado semelhante estratégia de forma tão explícita e organizada, já que somente a partir de 1970 se uniriam em uma Federação nacional, com menor número de filiadas.

Ao agir assim, as Apaes, já no final da década de 1960, apresentavam-se e se autorrepresentavam como indispensáveis e *estabelecidas*, reivindicando para si toda a autoridade e legitimidade para falar sobre e em nome dos excepcionais. Clemente Filho (1969, p. 46, grifos meus), no IV Congresso da Fenapaes, em 1969, já afirmava que “A APAE é a *pedra angular de qualquer trabalho nacional em favor das crianças mentalmente retardadas*, porque *ela se situa na raiz mesmo do problema, apoiada nos mais diretamente atingidos*”. Por sua vez, o apaeano Telmo Schilling, então presidente da Apae de São Leopoldo - RS, manifestava entendimento semelhante. Segundo ele,

Entendemos que: sendo a APAE uma *Entidade de Cúpula na Comunidade, cabendo a ela toda a problemática do excepcional, deverá, todo e qualquer movimento que gire em torno do excepcional, receber dela a palavra de apoio ou desaprovação. A APAE fala em nome do Excepcional e, como tal, deverá ser recebida e respeitada*, porque também ela é a própria comunidade, pois nela deverão estar representados todas as suas forças vivas e atuantes. Assim sendo, *nada se faz ou se executa, em nome do excepcional, sem antes ouvir a APAE* (SCHILLING, 1969, p. 34, grifos meus).

³⁸ A título de exemplo, pode-se consultar o jornal *Correio da Manhã*, que publicou constantes reportagens sobre a Apae carioca e/ou sobre os apaeanos, entre as décadas de 1960 e 1970. Nessas matérias, apresentavam-se o trabalho da instituição, seus pedidos de ajuda à comunidade e suas festividades, anunciando-se a emergência do problema do excepcional. Isso evidencia a repercussão que as Apaes vão conquistando na sociedade, por meio da imprensa, entre outras estratégias adotadas, bem como o destaque dado ao assunto a partir da década de 1960.

Para se fazerem cada vez mais ouvidos, conhecidos e respeitados, os apaeanos, como pude apurar em *Mensagem da Apae*, buscavam empreender, portanto, um verdadeiro projeto de educação social no que se referia à problemática da excepcionalidade, o qual extrapolava a mera atuação técnica na área. Para isso, seria necessário manter, supostamente, princípios comunitários gerais e neutralidade político-partidária e ideológica – o que, por certo, era um estratégia de atuação institucional para não se perder oportunidades, utilizada muito mais como premissa discursiva do que uma prática efetivamente adotada -, a fim de evitarem conflitos e restrições de quaisquer segmentos sociais. Em outras palavras, “As APAEs não devem se prender a nenhum grupo, religioso ou não, clube de serviço etc., dando sempre demonstração de que é problema de toda a comunidade com a qual se relacionar em toda oportunidade possível” (GRUPO..., 1969, p. 67).

Para se ter uma ideia, a Apae do Rio de Janeiro, “célula mater” dos apaeanos, contava, na década de 1960, com “serviço de divulgação e publicidade” dos trabalhos realizados pela associação carioca, “[...] como parte de um projeto bastante ambicioso” (A APAE..., 1968, p. 9). Em diversas ocasiões, esse projeto de divulgação institucional das Apaes era reafirmado, em dizeres tais como:

[...] as APAEs de vários Estados e cidades brasileiras vêm realizando magnífico trabalho de alertamento da opinião pública e dos diversos órgãos estaduais, congregando indivíduos das mais diversas esferas sociais em benefício de um problema comum, encorajando os profissionais, auxiliando a divulgação de conhecimentos, cooperando, enfim, para uma tarefa imensa para a qual as autoridades sanitárias e educacionais brasileiras não estão ainda devidamente aparelhadas e, provavelmente não motivadas. Infelizmente a maior parte dos nossos governantes nem conhece o problema, por pura ignorância (KRYNSKI, 1964, p. 18, grifos meus).

A APAE de São Paulo não tem medido esforços para, sempre que possível, utilizar a televisão, esse veículo poderoso de divulgação, a fim de despertar a atenção de pais de excepcionais, esclarecer à comunidade e alertar autoridades sobre a importância do problema do retardamento mental.

[...].

A televisão é uma arma poderosa, que muito poderá auxiliar as Associações de Pais na sua luta (NA TELEVISÃO, 1963, p. 5, grifos meus).

No bojo dessa perspectiva de chamar, intencionalmente, a atenção de toda a sociedade para a causa que defendiam, os apaeanos já haviam, também, buscado apoio no governo federal para oficializar a Semana Nacional da Criança Excepcional, uma forma calculada de dar visibilidade ao problema e fixar um legado nessa área, ao mesmo tempo em que asseguravam o futuro de sua causa. Eis mais uma estratégia, que foi se consubstanciado em rito institucionalizado, acionada pelas Apaes, porquanto, como “organismos vivos” (MAGALHÃES, 2004), as instituições, em seu processo de funcionamento e atribuição de sentido à realidade instituinte, “[...] angustiam-se, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo de probabilidades de desenvolvimento, perspectivando

o futuro e inquirindo, fazendo balanço, atualizando o seu próprio passado” (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

O noticiário do número um, referente a janeiro-março de *Mensagem da Apae*, do ano de 1964, ao publicar a ata de aprovação do primeiro estatuto da Fenapaes e do resultado da eleição de seus primeiros dirigentes, documento este datado de 1963, evidencia o exposto, à medida que se nota a relação passado-presente-futuro sendo manipulada pelos dirigentes apaeanos e pelos editores do periódico, nestes termos:

[...] [durante a Assembleia da Fenapaes, em 13 de julho de 1963] passou-se à discussão da proposta da Diretoria Provisória [que desde o final de 1962 dirigia a Fenapaes, até a realização das eleições de 1963], de que se criasse a ‘Semana Nacional da Criança Retardada’ com comemoração simultânea em todo o Brasil, de 22 a 28 de agosto. Após discussão, foi a proposta aprovada, ficando a Federação Nacional das APAEs incumbida de promover a oficialização da Semana, junto ao Governo Federal (NOTICIÁRIO, 1964a, p. 24, grifos meus).

Ainda em 1964, no número dois daquele ano, correspondente aos meses de abril a junho, o periódico voltou a se referir a essa Semana, na seção de noticiário, reavivando a memória dos leitores sobre os acontecimentos comemorativos do ano anterior, que logo deveriam ser (re)atualizados em agosto de 1964, com novas atividades em prol dessa data marcante à sociabilidade institucional e que, dali por diante, se repetiria anualmente. Assim, o leitor é lembrado que:

Durante o I Congresso das APAEs [em 1963], foi determinada a comemoração da ‘Semana Nacional da Criança Retardada’ em datas de 22 a 28 de Agosto. Simultaneamente, em todo o país as APAEs, durante àquela Semana, promoveram movimento de esclarecimento público sobre o problema do deficiente mental, de forma a mais objetiva. Divulgação pela palavra escrita ou falada ou através de exposições de trabalho sobre o assunto, exibição de filmes, etc. (SEMANA..., 1964, p. 56, grifos meus).

Tal Semana, que - de acordo com palestra proferida, em 1963, por Clemente Filho (1964a, p. 56), quando de sua primeira comemoração oficial pela Fenapaes - já “[...] vinha sendo há alguns anos comemorada nos principais centros do Brasil [...]” foi, de fato, oficializada pelo governo federal, como previa a ata mencionada. A esse respeito, em texto publicado em uma edição da revista *Mensagem da Apae* de 1999, Clemente Filho, ao relatar suas recordações pessoais como um dos apaeanos pioneiros, cita que “A APAE de São Paulo conseguiu do governo do Estado a instituição da Semana da Criança Retardada, que só depois da ação da Federação se tornou Semana Nacional da Criança Excepcional, estendendo sua comemoração a todo o país” (CLEMENTE FILHO, 1999, p. 5). Encontrei, também, no jornal *Correio da Manhã*, na edição de 21 de agosto de 1964, a indicação de que essa Semana - a qual já era celebrada em São Paulo, possivelmente desde 1961, ano da instalação da APAE paulistana - fora oficializada, em 1963, pelo governo paulista, o que deve ter aberto caminho para seu reconhecimento em âmbito nacional, no ano seguinte. De acordo com a matéria do jornal, “A partir de hoje, a APAE estará promovendo a IV ‘semana da criança retardada’, este ano [1964]

oficializada pelo governo federal, a exemplo do que já ocorrera no ano anterior [logo, 1963] com o governo do Estado” (ENSINO..., 1964, p. 8).

O decreto 42.327, de 12 de agosto de 1963, é que oficializou tal Semana no Estado de São Paulo, na gestão de Adhemar Pereira de Barros (SÃO PAULO, 1963, p. 2), embora, em 1962, outro decreto, o de número 40.375, de 13 de julho de 1962, já tivesse sido emitido pelo governo estadual oficializando a comemoração da Semana, pela Apae, mas apenas para aquele ano, na administração de Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto. Por isso, o decreto de 1963 é que deu caráter anual à comemoração naquele estado. Ainda segundo o mesmo jornal, a origem da Semana da Criança Retardada remonta à Campanha da Criança Retardada. Esta teria sido instituída pela Sociedade Pestalozzi do Brasil e pela Apae do Rio de Janeiro em 1960, exatamente de 21 a 28 de agosto daquele ano, na cidade do Rio de Janeiro, com o fito principal de angariar fundos para manter suas atividades. Conforme matéria do *Correio da Manhã*, publicada em 19 de agosto de 1961,

As senhoras Leda Collor de Melo (presidente da Campanha), Hugo Ramos Filho, da APAE; Zoé Chagas Freitas, da Sociedade Pestalozzi e Mário Pires, integrantes do grupo de damas da nossa sociedade que promove a Campanha da Criança Retardada, disseram que a mesma foi instituída no ano passado [portanto, 1960], para auxiliar as duas obras que se ocupam da assistência ao menor deficitário, no Estado da Guanabara. Essas obras são a Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. [...]. A Campanha terá início no próximo dia 21, segunda-feira, e se prolongará até o dia 28 [de agosto]” (SEM AUXÍLIO..., 1961, p. 3).

Além dessas circunstâncias antecedentes que devem ter contribuído para a oficialização nacional da Semana e das próprias estratégias de persuasão política acionadas pela Federação das Apaes, esta contou, também, na época, com a influência das Sociedades Pestalozzi (RAFANTE, 2011, 2016). Outras fontes consultadas relatam que houve a “[...] intervenção direta de [Helena] Antipoff junto a funcionários do Ministério da Educação e ao próprio ministro” (RAFANTE, 2016, p.156), informação, todavia, não mencionada nas páginas de *Mensagem da Apae*. Destarte, foi instituída a Semana Nacional da Criança Excepcional, a ser comemorada, anualmente, de 21 a 28 de agosto pelo decreto n. 54. 188, de 24 de agosto de 1964, assinado pelo então presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco (CF. RAFANTE, 2011; SIEMS-MARCONDES, 2013).

Com toda essa mobilização nos bastidores do poder, também foi reativada a Cademe, que fora criada em 1960, embora tenha permanecido praticamente inativa até 1964, quando assumiu, justamente, como seu diretor-executivo, o já conhecido apaeano Clemente Filho, então presidente da Fenapaes. Indiretamente, as Apaes conquistavam, assim, um lugar de poder e de representatividade dentro do âmbito governamental, (con)fundiam-se com o próprio

Estado e nele se estabeleciam, o que sugere a ambivalência entre os interesses públicos e privados naquela conjuntura histórica, nos rumos da educação dos excepcionais. No dia seguinte ao decreto que oficializara a Semana do Excepcional, isto é,

No dia 25 de agosto [de 1964], foi baixada a Portaria Nº 592, determinando a organização de um grupo de trabalho para promover estudos durante a Semana do Excepcional, visando reformular as atividades do MEC neste campo e coordenar a CADEME, sendo designados pelo ministro da Educação: *Helena Antipoff, Cleanto Rodrigues Siqueira e Antonio Clemente Filho, este último ficando encarregado das funções de diretor executivo da CADEME* (LEMOS, 1981)³⁹, permanecendo por três anos, auxiliado por Antipoff (CESAR, 1992)⁴⁰ (RAFANTE, 2015, p. 4, grifos meus).

A partir do exposto, quero chamar a atenção para duas situações. A primeira delas é como os apaeanos foram imprimindo uma versão muito ufanista e unilateral de seus feitos, especialmente por meio dos discursos dos líderes apaeanos, publicados nas páginas do periódico *Mensagem da Apae*. Esses discursos, de forma recorrente, ocultavam a participação e o crédito de outros agentes históricos envolvidos no enfrentamento e divulgação do problema do excepcional, como as Sociedades Pestalozzi, organizadas a partir do trabalho de Helena Antipoff nesse campo, desde a década de 1930 no Brasil (RAFANTE, 2006, 2011), recortando, para o público em geral e para os leitores do seu periódico, apenas o mérito de suas ações. Nesse ponto, é preciso considerar “[...] o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade” (CHARTIER, 1991, p. 183).

As conquistas referentes ao atendimento especializado para o excepcional, nos anos de 1960 e 1970, decorreriam, basicamente, do prestígio, da mobilização e da forma de agir das Apaes, de tal maneira que nenhuma outra instuição, privada ou pública, a elas poderia ser equiparada. Tamanha autovalorização e visão transcendente de seu papel institucional, tido como insubstituível, vigoroso e condutor da própria esfera governamental, no tocante às demandas dos excepcionais, ficaram patente nas palavras de Clemente Filho (1965, p. 6, grifos meus), para quem:

Os objetivos das APAEs transcendem a instalação de escolas, clínicas ou oficinas, englobando o atendimento de todas as necessidades dos retardados, onde e quando elas se apresentem. Mais ainda: esses objetos [sic] incluem

³⁹ LEMOS, Edison Ribeiro. *A educação de excepcionais: evolução histórica e desenvolvimento no Brasil*. 1981. 197p. Tese (Livre-Docência) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

⁴⁰ CÉSAR, S. C. Da CADEME ao CENESP: 13 anos de conquistas na Educação Especial no Brasil. *I Congresso Brasileiro Sobre a Experiência Antipoffiana na Educação*. Belo Horizonte: Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, 1992.

o estímulo constante às autoridades para que aceitem as responsabilidades que lhes cabem na educação e recuperação dos retardados mentais.

São objetivos indeclináveis que não podem ser atingidos por nenhuma outra instituição ou órgão público.

Eis porque se pleiteou e se logrou oficializar a Semana Nacional da Criança Excepcional e se solicitou a reinstalação da CADEME (Campanha de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais) do M.E.C.

Não só foi possível obter a reinstalação da Cademe, mas aumentar-lhe a verba de 14 milhões e meio de cruzeiros em 1964 para 600 milhões em 1965, e também acelerar o trabalho de reestruturação do órgão para obter melhor atendimento às necessidades dos retardados mentais.

A segunda questão refere-se à reinstalação e ao funcionamento da Cademe, a partir de 1964, como mencionado por Clemente Filho (1965). Mais uma vez, nesse caso, é preciso ponderar que a reativação da Cademe, assim como o fora a oficialização da Semana mencionada, não decorreu apenas da solicitação das Apaes federadas ao governo, segundo leva a crer o discurso de Clemente Filho (1965), mas de uma rede de acontecimentos e de influências já acumuladas por outros grupos que militavam nesse campo. A esse respeito, não se pode olvidar que:

Na década de 1960, as ações de Helena Antipoff e das Sociedades Pestalozzi foram fundamentais para a implementação da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe). [...]. Porém, até 1964 a Cademe não tinha saído do papel e, mais uma vez, as ações da educadora foram fundamentais, uma vez que ela buscou se reunir com a esposa do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, conseguindo a instalação oficial da campanha em agosto daquele ano (Cesar, 1992). A partir disso, foi instituída a Semana Nacional da Criança Excepcional pelo Decreto nº 54.188, “que seria comemorada em todo o território nacional, cabendo ao ministro da Educação solicitar a todos os órgãos vinculados ao Ministério da Educação (Mec) que promovessem a semana do ‘excepcional’ (Rafante, 2015, p.4) (RAFANTE, 2016, p. 156, grifos meus).

As palavras de Clemente Filho (1965), reproduzidas anteriormente, eram parte de seu discurso no II Congresso Nacional das Apaes, ao entregar a presidência da Fenapaes, em 1965, para o sucessor, de modo que sua fala entusiasmada tinha o intuito de realçar os feitos da Federação durante seu mandato, de (con)formar uma memória oficial da entidade, certamente seletiva, e de incentivar os correligionários e congressistas a permanecerem convictos no zelo “[...] desta obra, cujo engrandecimento se confunde com o próprio futuro da recuperação do retardado mental no Brasil” (CLEMENTE FILHO, 1965, p. 6).

Por outro lado, suas considerações evidenciavam seu duplo papel naquele momento histórico, um como líder apaeano; outro, como diretor-executivo da Cademe. Logo, não atribuir, naquelas circunstâncias, o crédito devido aos pestalozzianos, era uma estratégia para reforçar o prestígio das Apaes e sua capacidade de persuasão das autoridades, dando a conhecer a todos “[...] a força das ideias que animam a ação das Associações de Pais [...]” (CLEMENTE FILHO, 1965, p. 6), as quais estavam, ainda, em processo de consolidação no Brasil.

Isso não significava, todavia, que houvesse rivalidades entre pestalozzoanianos e apaeanos (Cf. DRUMOND, 2015). Aliás, em sua origem, a Apae carioca esteve muito próxima da Sociedade Pestalozzi do Brasil, que a antecederia, tendo, inclusive, pessoas que pertenceriam a ambos os grupos, como as professoras Olívia Pereira, Helena Dias Carneiro, Renata Silveira, entre outros. Cumpre lembrar que, no caso dessa Apae, “A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na Sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil. Esta colocou à disposição parte de um prédio, para que instalasse em uma escola para crianças excepcionais [...]” (HISTÓRIA..., 2014, p. 9). O próprio Clemente Filho trabalhou na Cademe, ao lado de Antipoff.

Para entender o silenciamento da Fenapaes, em seu periódico, sobre as Sociedade Pestalozzi é preciso compreender que ambos os grupos, embora comprometidos com a causa do excepcional, tinham interesses específicos, com modos de agir, filosofias e origens diferentes, conquanto pudessem atuar juntos em alguns momentos e até participarem das mesmas redes de sociabilidade. Ademais, para fazer valer suas versões e construções simbólicas da realidade, sempre vista de modo parcial, um grupo – ou mesmo, de forma individual, um de seus membros - tende, constantemente, a esquecer o papel de outro grupo e de outros agentes históricos, chamando para si as conquistas de um determinado campo, como meio de reforçar sua própria identidade.

Tanto que nesse mesmo Congresso de 1965 estivera presente Helena Antipoff, na qualidade de relatora, o que aparece sem nenhum destaque na edição de *Mensagem da Apae* de 1965. Nessa mesma edição também se noticiou, de forma discreta, que “A Federação Nacional das APAEs, recebeu o ‘Boletim Pestalozzi, publicado pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais – Suplemento nº. 7 [,] 2º semestre – de 1965” (NOTICIÁRIO, 1965, p. 39), evidenciando que havia laços de sociabilidade entre os agentes de ambas as organizações, embora não houvesse preocupação da revista e dos líderes apaeanos em ressaltar esses contatos, talvez para não haver uma confusão de princípios e identidades institucionais, em especial nos lugares mais interioranos onde pudesse chegar o periódico apaeano, cujo foco era reafirmar o papel da recém-constituída Fenapaes, com seus signos visuais e seus discursos oficiais.

Em 1964, no número 2 de *Mensagem da Apae*, de abril a junho, fora, inclusive, veiculado o trecho de um texto escrito por Antipoff, intitulado a “A arte da cerâmica e as crianças” (ANTIPOFF, 1964). Segundo indicado na revista, o texto provinha de uma publicação da Biblioteca Castro Alves, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possivelmente, foi republicado no periódico por interessar aos propósitos educacionais das Apaes, que valorizavam as atividades manuais na “reabilitação” dos excepcionais, sem apresentar, todavia,

maior contextualização sobre o artigo e sua autora. Vale destacar, ainda, no bojo dessas considerações, que apaeanos e pestalozzianos encontravam-se em cursos promovidos por um e outro grupo, alguns desses eventos realizados em coorganização, indício de que comungavam de concepções e práticas educacionais similares⁴¹. Nessa mesma edição de 1964, o “Noticiário”, em breves notas, trazia divulgação de cursos e seminários promovidos pela Sociedade Pestalozzi do Brasil, que eram recomendados, pelo periódico, às Apaes de todo o país, conforme transcrevo em seguida:

SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL

A sociedade Pestalozzi do Brasil fez realizar um Seminário sobre o ‘Trabalho e Recreação do Adolescente Excepcional Deficiente Mental’, dedicado a professores, pais e interessados na educação do excepcional.

O curso teve início no dia 18 de maio [de 1964], terminando dia 30 do mesmo mês.

A Federação Nacional das APAEs, [sic] comunicou às Associações filiadas a realização deste curso, que despertou grande interesse e, que foi, apresentado por professores de vários Estados do Brasil, convidados para desenvolverem os diversos aspectos de tão importante tema.

A Sociedade Pestalozzi do Brasil, fará realizar um curso de Psico-Pedagogia. Duração 1 (um) ano. Horário integral. Curso especialmente dedicado a professores. Será dado maior ênfase ao problema da linguagem.

Início dia 27 de abril de 1964 — Mensalidade — Cr\$ 5.000,00 — Taxa de inscrição — Cr\$ 1.000,00.

FAZENDA DO ROSÁRIO⁴² IBIRITÉ

‘Seminário sobre a infância excepcional’ na Fazenda do Rosário, em Belo Horizonte.

Início dia 25 de Junho a 5 de Julho — Sem pagamento — Estadia na Fazenda do Rosário.

Maiores informações: Fazenda do Rosário — Ibirité — M. Gerais (NOTICIÁRIO, 1964b, p. 53-54, grifos do original).

Na edição de *Mensagem da Apae* correspondente ao número 3 de 1968, cujo principal escopo foi a divulgação do trabalho da Apae carioca, a primeira do Brasil, foi divulgado que, dentre outros congressos e seminários, essa Apae havia participado, inclusive, do IV Seminário sobre Infância Excepcional⁴³, realizado, em 1955, pela Sociedade Pestalozzi do Brasil, situada

⁴¹ Mais uma vez, sugiro, a esse respeito, que se leiam as reportagens referentes aos apaeanos e pestalozzianos no jornal *Correio da Manhã*, publicadas nas décadas de 1960 e 1970. Ficam evidentes, no periódico, articulações comuns de ambos os grupos.

⁴² A título de maior aprofundamento sobre a histórica Fazenda do Rosário, leia-se Rafante (2006). Segundo a autora, “A Fazenda foi criada em 1940 para receber, em regime de internato, meninos ‘excepcionais’ de Belo Horizonte, atendidos pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, cuja presidente era Helena Antipoff [...]. Situada a 25 km da capital mineira, no município de Ibirité, a Fazenda do Rosário recebeu os primeiros internos em 1940 e, a partir de 1948, suas atividades foram ampliadas no sentido de atender outra demanda, qual seja, a formação de professores especializados no atendimento aos ‘excepcionais’ e às crianças do meio rural” (RAFANTE, 2006, p. 1).

⁴³ De fato, essa informação coincide com aquela apurada por Rafante (2011, p. 238, grifos meus), já que, segundo a autora, “Os temas do quarto seminário foram: I – Colaboração da família na assistência aos excepcionais; II – Cooperação do governo na obra de assistência aos ‘excepcionais’. [...]. O IV Seminário aconteceu no Rio de Janeiro e em Niterói, de 02 a 05 de julho de 1955, contando com a colaboração da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), instalada no ano anterior [1954], no Rio de Janeiro”.

também na cidade do Rio de Janeiro (A APAE..., 1968), bem como das Jornadas Pedagógicas promovidas pela mesma Sociedade⁴⁴ (ASSOCIAÇÃO..., 1968). Por sua vez, pestalozzianos frequentavam cursos da APAE, como se pode constatar pelo excerto abaixo, retirado do periódico apaeano:

Durante o ano de 1967, como de costume, a APAE [do Rio de Janeiro] teve a grande satisfação de poder cooperar com outras Associações congêneres, oferecendo suas instalações e dependência para o estágio de representações vindas de diversos estados: assim foram numerosas as bolsitas vindas para fazerem nosso Curso de Orientação para Professores de Excepcionais e Curso de Orientação para Professores dos Centros de Reabilitação Neurológica. Também tivemos o indizível prazer de receber e alojar as Estagiárias do Curso de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário (CURSOS..., 1968, p. 22, grifos meus).

Assim, depreendo que, apesar das Apaes se colocarem como protagonistas no enfrentamento do problema do excepcional, na década de 1960 e na seguinte, esse papel não lhe pode ser imputado com exclusividade ou originalidade, porque se apropriaram, inclusive, de saberes, fazeres e propostas dos pestalozzianos, sem que isso negue, todavia, a especificidade das associações apaeanas, estruturadas a partir da organização comunitária de pais e amigos de excepcionais, sob inspiração dos Estados Unidos. Essas organizações contribuíram mesmo para que não houvesse rupturas entre as práticas educacionais voltadas para o atendimento dos deficientes mentais, conforme vinha sendo proposto no cenário nacional desde a década de 1930 por Antipoff e seus seguidores (RAFANTE, 2011; DRUMOND, 2015). O jornal *Correio da Manhã* dá a entender, em matéria de 1971, que a própria Helena Antipoff defendera a expansão das Apaes desde meados da década de 1950, nos seguintes termos:

Desde 1951, a professora Helena Antipoff vem realizando seminários visando ao estudo desse problema, no Brasil. O primeiro (naquele ano) tratou dos consultórios médicos psicopedagógicos e da especialização e seleção do pessoal para esse trabalho. O segundo, em 1952, estudou os tipos de crianças e adolescentes excepcionais. O terceiro, em 1953, dos tipos de estabelecimentos e dos programas dos egressos das Instituições para assistência aos excepcionais. O quarto, em 1955, da colaboração da família e do Governo na assistência ao excepcional. As APAEs – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – existem em grande número, em todo o Brasil [isto é, já em 1971]. Na impossibilidade de estender a ação da Sociedade Pestalozzi a todo o país, a Professora Antipoff achou que uma solução seria criar diversos núcleos de APAE (PARAÍSO, 1971, p. 4, grifos meus)⁴⁵.

⁴⁴ Provavelmente, as referidas Jornadas sejam aquelas promovidas, em 1965, pela Sociedade Pestalozzi do Brasil, em comemoração aos 20 anos de existência dessa organização, criada em 1945, na cidade do Rio de Janeiro (Cf. RAFANTE, 2011).

⁴⁵ Sobre os seminários promovidos por Antipoff, veja-se Rafante (2011). A autora também evidencia que “[...] as conclusões do IV Seminário apontaram para a necessidade da criação de Associações de Pais, onde ‘sempre que preponderar um bom nível cultural e social dos pais, podem ser constituídas, na maioria, de pais e amigos da Infância Excepcional, e por eles mesmos dirigidas’ (ANAIS, 1955, p. 120)” (RAFANTE, 2011, p. 240). Lembre-se que a primeira Apae surgiu em 1954, pouco tempo antes desse Seminário, com o qual colaborou, indícios que reforçam a tese de continuidade de princípios educacionais entre esses grupos.

A projeção nacional das Apaes, para além das ilusões forjadas por elas mesmas a respeito de sua trajetória institucional⁴⁶, pode ser melhor explicada, ao que me parece, se entendermos que houve um investimento maior dessas associações na busca de proximidade ao poder instituído, como estratégia de acúmulo de capitais simbólicos e sociais, que pudessem ser convertidos em recursos financeiros e/ou vantagens à Federação, em suas pretensões expansionistas. Por isso mesmo, não se opuseram ao regime militar instaurado no Brasil após 1964, mas procuraram obter a simpatia dos seus representantes, jogando a favor das circunstâncias.

Isso, por si só, não significa que, individualmente, todos os líderes apaeanos concordassem com o regime *in totum*, tampouco que não apresentassem, nos espaços possíveis, os limites da atuação governamental no tocante às demandas dos excepcionais naquele contexto. Para entender esse jogo, é preciso não perder de vista que as instituições criam táticas e estratégias (CERTEAU, 1994) de sobrevivência e perpetuação, conciliando discursos de crítica e adesão ao(s) regime(s) de poder de que participam ou dependem. Não tardaria, por exemplo, para que os apaeanos se mostrassem insatisfeitos com a Cademe, da qual foram um dos proponentes, por razões que exponho a seguir.

1.3 Estratégias dos apaeanos para impactar a Educação e Assistência dos Excepcionais

Ao longo dos anos de 1960 e 1970, os apaeanos – e também os pestalozzianos – estiveram empenhados em defender a criação, pelo governo federal, de um órgão forte, autônomo e permanente, isto é, que não se organizasse apenas na forma de campanhas, capaz de atender os excepcionais de forma integrada e centralizada, no tocante às questões de educação e reabilitação relacionadas a esse público. Vale ressaltar que as Apaes defendiam, também, que a assistência social e a saúde não fossem preteridas, como evidenciarei logo mais, na articulação desse órgão nacional. Por isso, a reestruturação da Cademe em 1964, conforme mencionada por Clemente Filho, em seu discurso de 1965, representara, na verdade, uma pequena vitória, que deveria ser expandida, à medida que os apaeanos estivessem mais estabelecidos e próximos dos centros de poder.

Afinal, mesmo depois de 1964, quando foi reestruturada, a Campanha continuava com limitações de ordem financeira e estrutural, contrariando o otimismo outrora manifestado por

⁴⁶ Estou fazendo uma analogia com o conceito de Bourdieu (2006) sobre a ilusão biográfica. Por certo, as instituições também criam ilusões a respeito de suas trajetórias e atuações, com tendência a enaltecer seu trabalho, anular outros agentes históricos e analisar seu retrospecto histórico de forma muito linear e programada.

Clemente Filho (1965). Por isso, mesmo em tom conciliador - já que a Cademe vinha sendo dirigida por seus companheiros apaeanos - Justino Alves Pereira, em 1969, não deixa de tecer críticas a seu funcionamento. Fornecendo um retrospecto da situação, Pereira (1969, p. 17, grifos meus) lembra que:

Ora, o Decreto nº. 48.961, de 22-9-60, que criou a CADEME, atualmente dirigida pelo nosso abnegado companheiro de lutas, Cel. José Cândido Maes Borba, sucessor de outro companheiro, não menos ilustre e abnegado, que é o Dr. Antônio S. Clemente Filho, CADEME esta que, somente quatro anos após ser criada, na gestão Flávio Suplicy de Lacerda, no Ministério da Educação e nas que se sucederam até hoje, saiu do marasmo de que nasceu embora, ainda hoje, tão carente de recursos financeiros e de estrutura, como nós desejávamos que possuísse, compensados, todavia, pelo esforço e dinamismo de sua direção.

Ora, participar da Campanha e geri-la não era, portanto, o objetivo último dos apaeanos. Talvez por isso a primeira tentativa de se criar um órgão federal focado nos excepcionais ocorreu logo depois que Clemente Filho assumiu a diretoria da Cademe, auxiliado por Helena Antipoff. A comissão diretiva da Campanha, como estivesse vinculada apenas ao Ministério da Educação e Cultura, propôs, nos limites de sua competência, a instalação do Departamento Nacional de Educação dos Excepcionais, “[...] permanecendo a perspectiva da iniciativa particular que agiria em colaboração com os poderes públicos” (RAFANTE, 2011, p. 275). Afinal, não era o intuito das Apaes e Sociedades Pestalozzi a estatização ampla e irrestrita da Educação dos excepcionais; antes, desejava-se que o Estado viesse em socorro dessas instituições, aderindo a suas pautas e financiando-as. Conforme esclarece Rafante (2011, p. 260, grifos meus),

Esse grupo reunido em 1964 elaborou uma minuta de lei criando o Departamento Nacional de Educação Especial (DNEE), que deveria funcionar “como centro de estudos, planejamento e coordenação das questões educacionais, e de reabilitação, quando correlatas às primeiras, relacionadas com os trabalhos do mesmo ministério (Educação e Cultura) destinados ao cumprimento do disposto nos artigos 88 e 89 da Lei nº 4024⁴⁷” (ANTIPOFF et. al.⁴⁸, 1965, p. 30).

[...]

O art. 7º da minuta previa a extinção das Campanhas, com a transferência dos respectivos patrimônios, dotações orçamentárias e pessoal para o Departamento Nacional de Educação Especial (DNEE). [...]. No entanto, esse projeto não virou lei e a concretização da ideia de um órgão nacional, que coordenasse a educação especial no país foi adiada, assim como a extinção das campanhas.

⁴⁷ O artigo 88 da Lei 4.024, de 1961, a primeira LDB do Brasil, previa que “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, n.p.). Já o artigo 89 ressaltava a prerrogativa da iniciativa privada, porquanto estabelecia que: “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (BRASIL, 1961, n.p.).

⁴⁸ ANTIPOFF, H. et. al. Estudo aprovado pelo grupo de trabalho, designado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Portaria baixada no dia 25-08-1964, para promover estudos durante a Semana dos Excepcionais em Brasília. **Mensageiro Rural**. Número Comemorativo dos XXV Anos da Fazenda do Rosário. Ibité, ano IX, n. 343, p. 30-32, julho de 1965.

Ao verem frustrada essa tentativa, os apaeanos lançaram mão de outras estratégias e práticas, sem abandonar a perspectiva de criação de um órgão nacional que viesse ao encontro de seus anseios, além de continuarem tentando influenciar, “por dentro”, os rumos da Cademe, já que, de 1964 a 1970, a referida Campanha esteve sob o comando de dois apaeanos, isto é, Clemente Filho e Borba. Entre as iniciativas que puderam ser observadas, pelas publicações de *Mensagem da Apae*, houve um esforço dos apaeanos para a compilação, estudo e divulgação da legislação referente aos excepcionais, de forma a empreenderem um duplo movimento. Ao mesmo tempo que evidenciavam os direitos esparsos dos excepcionais na legislação nacional, tentando fazê-los valer e utilizando-se dos dispositivos legais a seu favor - porquanto “Além de esparsas e desordenadas leis estaduais, de alguns Estados brasileiros, observamos que a recapitulação apressada e incompleta da legislação federal nos aponta algumas medidas legais de nosso interesse [...]” (PEREIRA, 1969, p. 17), percebiam as lacunas dessa mesma legislação, suas omissões e imprecisões.

Dessa feita, passaram a reivindicar dos poderes públicos “[...] que, também, empreguem todo o esforço no sentido de, no mais breve espaço de tempo, dotarem este País de uma lei básica de amparo e assistência ao Excepcional e sua família” (BRITTO, 1973, p. 23, grifo no original). É neste propósito que os apaeanos vão mobilizar forças e agentes sociais, tentando atrair para si capitais científicos, políticos e econômicos. Para tanto, ainda no âmbito da Cademe e das tentativas dos apaeanos para persuadir a administração central, é mister destacar a realização de convênio entre a Cademe e o Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), em julho de 1966, quando Clemente Filho era, justamente, diretor-executivo da Campanha.

Esse convênio tinha o intuito de constituir um “[...] Grupo de trabalho⁴⁹ para estudar as bases de planejamento da ação da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais na luta contra a deficiência mental” (CONVÊNIO..., 1968, p. 22). Assim, com argumentos técnico-científicos, referendados por especialistas, muitos deles com proximidade ao grupo de pais e amigos dos excepcionais e/ou com prestígio acadêmico, os apaeanos esperavam obter o engajamento do Ministério da Educação para uma ação mais articulada e planejada no enfrentamento do problema do deficiente mental.

O Grupo concluiu seus trabalhos, enviando, em janeiro de 1967, um relatório para Clemente Filho, ainda diretor-executivo da Cademe, intitulado *Subsídios para um plano Nacional de Combate à Deficiência Mental* (SUBSÍDIOS..., 1973). Enzo Azzi, então diretor

⁴⁹ Conforme publicado em *Mensagem da Apae*, o grupo era composto por Enzo Azzi, coordenador; Ana Maria Poppovic; Rosa Florenzano, que era próxima dos apaeanos; Stanislau Krinsky, também muito ligado à Apae paulistana, entre outros nomes.

do Instituto de Psicologia da PUC e coordenador do grupo que redigira o relatório, ressaltava seu “[...] pioneirismo, uma vez que é a *primeira abordagem de âmbito nacional*, realizado [esse trabalho] no Brasil, *com relação ao problema da Deficiência Mental*” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 41, grifos meus). Segundo Nunes e Ferreira (1993, p. 43), “Neste documento, a deficiência mental era concebida como problema sociocultural a exigir medidas governamentais, e a prevenção era considerada como o ponto central de toda ação no combate à deficiência mental”.

Todavia, não teve esse plano aceitação pelo Ministério de Educação e Cultura, de forma que outras estratégias precisaram ser empreendidas pelos apaeanos, que continuaram envidando esforços para conseguir seu intento de se verem mais representados na esfera pública. Em 1968, com sua influência e visibilidade dada ao tema, conseguiram que, na Câmara dos deputados federais, fosse instalada uma Comissão Especial do Menor Excepcional, a qual deveria propor uma legislação unificada e atualizada para esse segmento, com vistas “[...] à proteção, à recuperação, reabilitação, emprego e integração social dos excepcionais” (EDITORIAL, 1968c, p. 2).

Nessa empreitada, contaram com o apoio parlamentar do apaeano Justino Alves Pereira, que era, na ocasião, deputado federal (1967-1971)⁵⁰, tendo este assumido a relatoria da Comissão, presidida pelo deputado Alceu de Carvalho⁵¹ e com respaldo jurídico de Nair Lemos Gonçalves, professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que colaborava com apaeanos nas questões legais (PEREIRA, 1969; GONÇALVES, [1972?]). De fato, em noticiário de 1968, *Mensagem da Apae* anunciava que:

Em apoio à atividade da *Comissão Especial para Elaboração do Projeto de Lei atualizando a Legislação do Menor Excepcional*, a Federação Nacional das APAEs pretende, durante a Semana Nacional da Criança Excepcional, solicitar às APAEs a realização de *Seminários sobre o tema Legislação para o Deficiente Mental*, segundo roteiro e com os propósitos que constarão de comunicação especial às APAEs. Essa comunicação se fará com tempo para a preparação de um movimento nacional em favor da *Legislação Especial para o Deficiente Mental durante a Semana do Excepcional* (SEMANA..., 1968, p. 11, grifos meus).

Como resultado dessa Comissão, chegou a ser apresentado, em 1968, com elaboração de Nair Lemos Gonçalves, a minuta de um anteprojeto de lei sobre o excepcional, publicado,

⁵⁰ Justino Alves Pereira elegeu-se deputado federal pelo Paraná em novembro de 1966, para o mandato de 1967 a 1971, sendo filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político conservador, que fora criado para representar os interesses dos militares, então no poder, após o golpe civil-militar de 1964. Antes do bipartidarismo, decretado em 1965, era filiado à União Democrática Nacional (UDN), outro partido de origem direitista-conservador. Essa ligação de alguns apaeanos aos setores mais conservadores da política nacional, sendo alguns deles até mesmo militares de carreira, facilitou a aproximação dos apaeanos ao poder instituído durante os governos militares, possibilitando-lhes ampliar sua rede de influências e obter algum apoio governamental.

⁵¹ Nair Lemos Gonçalves ([1972?]), em *Mensagem da Apae*, indica que o deputado Alceu de Carvalho era o presidente da Comissão. No entanto, quem acabou conduzindo os trabalhos, foi o seu vice-presidente, o deputado Aureliano Chaves. Não encontrei informações que explicassem por que isso ocorreu.

depois, em *Mensagem da Apae* (GONÇALVES, [1972?]). Esse anteprojeto de lei forneceu as diretrizes para que os deputados propusessem o projeto de lei⁵², que, todavia, acabou não sendo aprovado e foi definitivamente arquivado pela Câmara em 1971. Não obstante, a relevância desse projeto de lei foi propor, de forma explícita, com respaldo dos apaeanos, a criação de uma Fundação Nacional do Excepcional (Funae), inspirada na então existente Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem⁵³). Tal proposta revela a extensão dos objetivos das Apaes e seu desejo de, *a fortiori*, estabelecer-se na administração central, sendo representada diretamente por um órgão. Conforme disposto no periódico, o referido anteprojeto previa “[...] a criação da Fundação Nacional do Excepcional – FUNAE – que não terá, de modo geral, função executiva, cabendo-lhe principalmente formular e implantar a política nacional de educação, reabilitação e defesa do excepcional” (GONÇALVES, [1972?], p. 47).

A Funae era uma aposta muito ousada para aquelas circunstâncias históricas e, portanto, não pôde ser efetivada, o que foi uma frustração para aos apaeanos. A impossibilidade de se efetivar a Funae não impediu, por certo, que buscassem outros modos de impactar as políticas e práticas de atendimento aos excepcionais, tampouco uma ruptura com o governo federal. Ao contrário, trataram de empreender uma aproximação direta aos presidentes militares e de recorrer às verbas da Cademe para a realização de seus Congressos Nacionais, agindo em outras frentes de batalha. Essa aproximação, aliás, já fora buscada desde o governo de Castello Branco (1964-1967), mas foi se intensificando no final da década de 1960, como pude depreender em *Mensagem da Apae*. Desse modo, os apaeanos procuravam, por diversos meios, o estímulo governamental ou de pessoas próximas ao poder instituído.

No jogo de forças que então se travava para a afirmação dos campos de Educação e Assistência especializadas aos excepcionais, por via da iniciativa privado-filantrópica, os apaeanos tentavam conciliar a crítica a questões técnicas e pontuais referentes às medidas governamentais – ou à falta delas – com o elogio calculado aos governantes. A título de exemplo, pode-se citar o fato de que:

A APAE/Rio, desde 1965, têm [sic] em sua direção a Sra. Ignez Félix Pacheco Britto. Ao assumir a função era esposa do Dr. Raymundo Britto, ministro da Saúde do presidente Castello Branco.

⁵² Esse projeto de lei recebeu, na Câmara, o número 1962, no ano de 1968, podendo seu dossiê digitalizado ser consultado pelo *site* da Câmara dos Deputados.

⁵³ A Funabem foi criada já durante a ditadura civil-militar, pela lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, no governo Castello Branco, tendo por “[...] objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política” (BRASIL, 1964, n.p.). Observa-se, assim, a analogia com a proposta da Funae. A Funabem acabou extinta em 1990.

Somente com a ajuda desse preclaro presidente, conseguiu a APAE/Rio sua sede própria. Convém salientar a admiração de Castello Branco ao tomar conhecimento, pouco depois de assumir o governo, que a primeira APAE surgida no país, na antiga Capital da República, funcionava em prédio cedido de favor e atendia a pouco mais de cem alunos. [...].

Ao tempo em que criava a Semana da Criança Excepcional, em 1964, para ser realizada anualmente em todo o território nacional, o presidente tomava providências para ver a APAE/Rio em sua sede própria.

A entidade, em sua nova sede, inaugurada em 1973, em prédio funcional de seis andares, teve possibilidade de se desenvolver com a criação de novos centros de atendimento.

[...]

A APAE/Rio, ainda com ajuda governamental, pôde se desenvolver mais. Obteve, por comodato, no governo Médici uma boa área na Rua Prefeito Olímpio de Melo, onde conseguiu instalar seu Centro de Treinamento Profissional (CTP), inaugurado em 1975 (MENDES, 1994, p. 26-27, grifos meus).

Já no tocante aos Congressos, como mencionei anteriormente, em 1965, quando Castello Brando ainda era presidente, noticiava-se em *Mensagem da Apae* que, para a realização do II Congresso Nacional da Fenapaes, ocorrido em Recife – PE, “O Governo da União deu grande colaboração aos empreendimentos. Queremos destacar o auxílio do Sr. Presidente da República pondo à disposição dos congressistas um avião da FAB [Força Aérea Brasileira] que possibilitou a viagem de 36 representantes das APAEs dos Estados do Sul” (II CONGRESSO..., 1965, p. 41). Ora, sem contatos e prestígio no governo, dificilmente isso seria possível para as Apaes. Por outro lado, aos militares deveria interessar essa ajuda à causa dos excepcionais, pois daria o efeito, perante a sociedade, de que o regime ditatorial instalado era altruísta e benevolente, preocupado com os problemas sociais e a família brasileira.

Conforme *Mensagem da Apae* de 1969, por sua vez, o IV Congresso da Fenapaes foi realizado, nesse ano, justamente em Brasília, a sede do poder central. Era mais uma forma de os apaeanos se colocarem próximos do centro decisório do país, atraindo para si a atenção presidencial. Esse congresso contou com subsídios governamentais, pois, segundo a revista, fora “Promovido pela Federação Nacional das APAEs, sob os auspícios da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental – CADEME – Ministério da Educação e Cultura e Legião Brasileira de Assistência – LBA⁵⁴” (IV CONGRESSO..., 1969a, p. 9).

O evento reuniu autoridades civis e militares, tendo sido designados presidentes-de-honra o presidente Marechal Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969) e sua esposa, Yolanda da Costa e Silva, naquele momento presidente da LBA. Como vice-presidentes-de-honra, foram escolhidos os nomes dos Ministros Leonel Miranda, então na pasta da Saúde, e Tarso Dutra, à época ministro da Educação. Justino Alves Pereira (1969, p. 18-19, grifos meus), que estava

⁵⁴ A Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão de natureza filantrópica, presidido pelas primeiras-damas do país, foi “[...] criada em 1942, cuja política assistencial era voltada para o atendimento da maternidade e da infância através da família, atuando em regime de colaboração com o poder público e as instituições privadas, vindo a se constituir como órgão consultivo do Estado” (LIMA, 2010, p. 44). Posteriormente, após várias denúncias de irregularidades e desvios de verbas, a LBA foi extinta em 1995.

assumindo a presidência da Fenapaes e era, na ocasião, deputado federal, quando da abertura do Congresso, ressaltou que:

Permito-me e obrigo-me a declarar, publicamente, a valiosa e decisiva colaboração que tivemos para a realização deste Congresso, da parte da Exma. Sra. Yolanda Costa e Silva, admirada e respeitável Primeira-Dama de nosso País e abnegada Presidente da Legião Brasileira de Assistência, cujos méritos e cuja ação, por todos reconhecidos, por sua grande preocupação com o problema social brasileiro, resolvemos convidá-la para nos distinguir com a sua Presidência-de-Honra neste Congresso, reconhecemos e proclamamos, também, o valioso auxílio recebido do Ministério da Educação, através da nossa CADEME, na pessoa de seu diretor, nosso prezado companheiro Borba; [...], do Ministério da Aeronáutica e da Câmara dos Deputados, além da colaboração decisiva da imprensa falada e escrita [...].

Atribuir a presidência ou vice-presidência de honra dos Congressos apaeanos a essas autoridades era, pois, uma forma de homenageá-las e sensibilizá-las para a questão do excepcional. Ao que tudo indica, porém, esses homenageados não estiveram presentes, mas, como se depreende do excerto, haviam colaborado com a causa apaeanos ou poderiam fazê-lo. Ademais, na abertura do congresso, em 27 de julho, estiveram presentes o coronel José Cândido Maes Borba, representante do Ministro de Educação e Cultura e Diretor da Cademe; o general Hugo Farias, representante do Ministro do Interior; Dr. Olympíadas Guimarães, representante do Ministro da Indústria e Comércio; Dr. Arreiro Freitas, representante do Ministro das Relações exteriores, entre outras autoridades do Distrito Federal. Vê-se, assim, que as Apaes procuravam estabelecer uma rede de contatos capaz de beneficiá-las e levar até o presidente e aos ministros suas demandas, inclusive não dispensando a colaboração da imprensa nesse intento.

Aliás, a realização do Congresso em Brasília parece ter sido motivada pela possibilidade de, assim, persuadir o governo federal a endossar, pela via do poder executivo, o mencionado projeto de Lei que criaria a Funae, o qual fora proposto, em 1968, com a participação de Justino Pereira, e estava, naquele momento, “congelado” na Casa Legislativa, porquanto esta se encontrava fechada pelos militares⁵⁵. Por outro lado, os apaeanos já sabiam que o presidente Costa e Silva assinaria “[...] o decreto que criava o grupo de trabalho para estudar o problema do excepcional nos seus aspectos médico, social e educacional para apresentar soluções adequadas ao governo” (BRITTO, 1973, p. 25), não obstante, em 1967, já se tivesse feito trabalho semelhante, sob encomenda da Cademe, sem êxito no gabinete ministerial.

⁵⁵ Durante o governo de Costa e Silva, em 1968, “[...] é decretado no dia 13 de dezembro o Ato Institucional nº 5, o mais duro do governo militar. O AI - 5 dá ao regime poderes absolutos e decreta o fechamento, por quase um ano, do Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores. Decreta ainda a intervenção nos territórios, estados e municípios, e aos cidadãos o cerceamento de suas liberdades constitucionais” (A HISTÓRIA..., 2016, n.p.). O Congresso Nacional só foi reaberto em 22 de outubro de 1969.

O mencionado decreto, de número 64.920, foi publicado apenas em 31 de julho de 1969, e, no discurso de abertura do IV Congresso da Fenapaes, proferido por Justino Alves Pereira, em 27 de julho, já havia menção ao envolvimento do Poder Executivo na problemática do excepcional. Vale notar que a Fenapaes foi nominalmente citada como membro do grupo de trabalho, o mesmo não se observando em relação a outros grupos organizados, como aquele das Sociedades Pestalozzi, também atuantes na causa do excepcional. O exposto testifica a estreita proximidade entre os apaeanos e os representantes do governo, sugerindo que aqueles tinham acesso privilegiado ao poder central. Esse decreto⁵⁶, de apenas três artigos, determinava o seguinte:

Art. 1º. *Fica criado um Grupo de Trabalho para estudar o problema do excepcional nos seus aspectos educacional, médico e social, e o propor ao Governo as medidas necessárias ao encaminhamento das soluções.*

Art. 2º. O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, Justiça, Saúde, Trabalho e Previdência Social e Planejamento e Coordenação Geral do Estado-Maior das Forças Armadas e da *Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais*.

Parágrafo único. A presidência do Grupo de Trabalho será exercida pelo representante do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1969a, n.p.).

Ademais, Costa e Silva estava preparando uma reforma Constitucional desde o começo de 1969 (Cf. ARAÚJO; MACIEL, 2002; BARBOSA, 2012), o que representava uma oportunidade para se inserir o problema do excepcional no texto legal máximo do país. Justino Alves Pereira (1969) fez seu discurso tendo em vista essas circunstâncias históricas. Diante da presença daquelas autoridades, seus representantes e lideranças políticas nacionais, pôs em evidência o desejo recorrente das Apaes federadas de terem atendidas suas reivindicações particulares, embora (auto)representadas como agentes de toda a sociedade brasileira, pela via jurídico-estatal. Desse modo, empreendeu uma crítica moderada e restrita à situação de (des)amparo legal então dispensada aos excepcionais, simultaneamente à reafirmação elogiosa de sua estima pelo governo federal e de sua confiança nas realizações deste. Em suas palavras,

Verificamos que, desde a reunião de constituição de nossa Federação [em 1962], até hoje, além dos aspectos técnicos, dois temas têm-se repetido, posto que representam, como anteriormente afirmei, a *s duas metas básicas de nosso trabalho comunitário: mais e melhores APAEs e uma legislação ampla e revolucionária para o Excepcional* [sic], que reconheça os direitos daqueles que, de uma forma ou de outra, para mais ou para menos, não tenham os índices de normalidade, cuja situação de excepcional não depende de sua vontade de querer sê-lo [...]. [Em seguida, falando da legislação existente] E outras mais *disposições legais, esparsas e imprecisas*, federais e estaduais, ineptas e inexpressivas, *compõem uma colcha-de-retalhos, a qual, temos certeza, temos confiança, temos Fé, fará com que o Governo, brevemente, nos dê o estatuto legal, tão completo e atualizado*, quanto possível, com as necessárias dotações orçamentárias, proporcionais à incidência de excepcionais na comunidade brasileira, para o devido atendimento multidisciplinar de seus vários aspectos.

⁵⁶ Alterado, sem grandes mudanças, pelo Decreto nº 66.106, de 22 de janeiro de 1970 (BRASIL, 1970a).

Para tanto, acreditamos que o Poder Legislativo, através da Câmara dos deputados e o Poder Executivo, pela iniciativa do Ilustre Ministro da Educação, já tomaram em tempo hábil, as medidas necessárias, ambos os Poderes concluindo pela elaboração de um projeto-de-lei praticamente iguais⁵⁷, o que significa a unidade de pensamento dentro de uma moderna técnica legislativa, para a qual a Comissão Especial da Câmara dos Deputados se valeu, dentre outros, vários e brilhantes, do concurso dedicado e diligente da Prof.^a Dra. Nair Lemos Gonçalves, da Faculdade de Direito de São Paulo.

Repito que acredito, firmemente, na preocupação do Governo de nosso país, com a Educação de nosso povo, particularmente no atendimento ao Excepcional [sic], para o que reiteramos os préstimos e os desvelos dos pais e amigos dos excepcionais (PEREIRA, 1969, p. 16-18, grifos meus).

Em que pesem os elogios dos apaeanos ao governo Costa e Silva, talvez externados mais como resultado de uma tática institucional do que por convicção propriamente dita, é preciso lembrar que esse governo foi marcado pela repressão política e pela radicalização da própria ditadura civil-militar instaurada desde 1964. Na gestão Costa e Silva, foi decreto o Ato Institucional (AI) número 5, em 13 de dezembro de 1968, pelo qual garantias e direitos políticos dos brasileiros foram suspensos, tendo, inclusive, sido fechado o Congresso Nacional (Cf. BARBOSA, 2012). Nessas circunstâncias, colocando-se como agentes a serviço do governo e forjando uma representação positiva em torno desse mesmo governo, parece que os esforços dos apaeanos surtiram algum efeito, a partir da visibilidade desse Congresso. Isso porque, além do decreto n. 64.920/69, segundo Britto (1973, p. 25), ainda no ano de 1969,

[...] por interferência junto à comissão que revia a Constituição Federal, conseguimos [os apaeanos] que fosse incluída a obrigatoriedade de uma lei básica que venha dar a mais ampla assistência ao excepcional no Brasil. Foram duas grandes conquistas obtidas naquele memorável congresso das APAEs em Brasília.

De fato, a Emenda Constitucional n. 01, de 17 de outubro de 1969⁵⁸, previa, no artigo 175, parágrafo 4º, que “*Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais*” (BRASIL, 1969b, n.p., grifos meus). Todavia, em termos práticos, o problema do excepcional permaneceria aguardando uma solução, do ponto de vista dos apaeanos. O decreto de 1969, constituindo o grupo de trabalho para estudar a questão, parece não ter tido muito sucesso, embora contasse com a atuação direta de Justino Pereira. Ao que parece, esse grupo prolongou suas atividades até 1970, já no governo

⁵⁷ Não encontrei dados sobre o suposto projeto de lei do executivo em relação aos excepcionais, como afirma Pereira (1969).

⁵⁸ “A Constituição de 1967 recebeu em 1969 nova redação por uma emenda decretada pelos ‘Ministros militares no exercício da Presidência da República’. É considerada por alguns especialistas, em que pese ser formalmente uma emenda à constituição de 1967, uma nova Constituição de caráter outorgado. A Constituição de 1967 foi alterada substancialmente pela Emenda Nº 1, baixada pela Junta Militar que assumiu o governo com a doença de Costa e Silva, em 1969. Esta intensificou a concentração de poder no Executivo dominado pelo Exército e, junto com o AI-12, permitiu a substituição do presidente por uma Junta Militar, impedindo a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, um civil. [...]. Pode não ser considerada uma Constituição por ter sido outorgada pelos três ministros militares sob a aparência de emenda constitucional durante o recesso forçado do Congresso Nacional” (CONSTITUIÇÃO de 1969, 2016, n.p.).

do general Médici (1969-1974). Encontrei pistas a esse respeito no jornal *Diário do Paraná*, na edição de 31 de janeiro de 1970, na qual se publicou a matéria *Autoridades despertam para o problema do excepcional*. Segundo esta, naquele momento,

Uma comissão está estudando o problema [do excepcional], composta de representantes dos Ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Trabalho e Planejamento, além de um membro da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Esta semana, o presidente da República [Médici] assinou decreto incluindo o presidente da Federação das APAEs Jutino Alves Pereira, como representante da entidade naquela comissão, criada ainda no Governo Costa e Silva (AUTORIDADES..., 1970, p. 6).

Os dados da matéria coincidem, portanto, com aqueles dispostos no decreto de 1969. Também no *Correio da Manhã*, na mesma sintonia, houve uma nota, publicada em 18 de abril de 1970, dizendo que: “A decisão do ministro da Educação de abordá-lo [o problema da educação das crianças excepcionais retardadas], tendo para isso criado um grupo de trabalho, é louvável. Mas é preciso reclamar, para a matéria, uma amplitude nacional e uma ação permanente” (CORREIO..., 1970, p. 2). O jornal se referia, possivelmente, a esse grupo que constituído desde 1969 por Costa e Silva, continuara os trabalhos na gestão de Médici. Não pude precisar, porém, o encerramento das atividades do grupo. O certo é que seus trabalhos não avançaram, até porque a situação política do país, que já era muito turbulenta no final da década de 1960, agravou-se mais. Um mês depois da publicação do decreto n. 64.920/69, Costa e Silva adoeceu, afastando-se do governo, o que pôs em perspectiva outros problemas do país. Nessas condições, a Lei especial, aludida pela emenda constitucional, não pôde ser implementada. Tanto que, já no começo da década de 1970, em editorial de *Mensagem da Apace*, Pereira ([1972?], p. 5, grifos meus) lamentava a situação dos excepcionais, enfatizando que:

Assim, aguardamos, ansiosos, o dia em que o Governo Federal estará em condições de nos dar o Estatuto do Excepcional e que será a nossa Lei Áurea, livrando aquela parcela ponderável de brasileiros, marginalizados ainda do progressos da ciência e da tecnologia, dos grilhões de uma falsa e arcaica concepção.

Desse modo, ainda no começo dos anos de 1970, os líderes apaeanos continuaram em sua luta por ver concretizada a Funae, ou, pelo menos, a promulgação do que denominavam de um *Estatuto do Excepcional*, vale dizer, uma lei ampla, que integrasse os direitos dos excepcionais nas áreas de saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, entre outros. No V Congresso da Fenapaes, realizado em 1971, a proposta veio novamente à tona, quando, mais uma vez, autoridades civis e militares foram homenageadas ou convidadas

participar do evento, sediado no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara⁵⁹, também “[...] sob os auspícios da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental — CADEME — do Ministério da Educação e Cultura” (V CONGRESSO..., 1973, p. 11).

Esse Congresso, em especial, ficou marcado na história da Fenapaes pela presença do General Emílio Garrastazu Médici, que era o presidente da República (1969-1974), nomeado, na ocasião, presidente-de-honra do Congresso das Apaes, tendo o próprio presidido sessão solene de encerramento. As vices-presidências-de-honra, por sua vez, foram atribuídas ao Dr. Antônio de Paula Chagas Freitas, governador do Estado da Guanabara; ao Senador Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura; professor Dr. Rocha Lagoa, ministro da Saúde; Dr. Júlio Barata, Ministro do Trabalho e Previdência Social. Homenagens foram prestadas a Beatrice Bemis, considerada a idealizadora e fundadora das Apaes; ao Dr. Mário Altenfelder, presidente da Funabem; ao general Álvaro Tavares do Carmo, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); professora Sarah Couto César, diretora-executiva da Cademe; Dr. Marino Gomes Ferreira, diretor do Instituto Nacional de Previdência Social; general José Pinto Sombra, superintendente da Campanha Nacional de Alimentação Escolar do MEC e coronel Carlos Max de Andrade, chefe-de-gabinete do IAA.

As homenagens e distinções conferidas a essas personalidades devia-se à ajuda financeira, concedida pelos órgãos que representavam, ao Congresso das Apaes, além de fazer parte daquela estratégia dos apaeanos em se aproximar do poder instituído, sem enfrentá-lo diretamente, mas tentando persuadir os governantes e membros destacados de instituições públicas a aderirem a seus propósitos, em particular à criação da Funae. Assim, da mesma forma que os apaeanos haviam elogiado os feitos de Castello Branco e Costa e Silva, manifestando admiração e confiança em suas administrações, embora não tivessem conseguido todos os seus intentos nesses governos, buscaram fazê-lo com o general Médici.

A performance discursiva desse posicionamento calculado fica, outra vez, perceptível durante a abertura, em 1971, do V Congresso da Fenapaes, com o pronunciamento de Ignez Félix Pacheco de Britto, a qual, naquelas circunstâncias, era presidente da Apae guanabarina e, como vimos, esposa de um ex-ministro da Saúde, na gestão de Castello Branco. Nas palavras de Britto (1973, p. 25, grifos meus),

⁵⁹ A Guanabara (GB) foi um estado brasileiro de 1960 a 1975, no território do atual município do Rio de Janeiro. Conforme cita Santos (2003, p. 140), “Durante 15 anos, entre 1960 e 1975, a Cidade do Rio de Janeiro passou por uma experiência político-administrativa singular, na condição de Estado da Guanabara. Criado em 1960, quando o Rio de Janeiro perde sua condição de Distrito Federal com a mudança da capital para Brasília, é extinto em 1975, quando há a fusão com o Estado do Rio de Janeiro. Como sua área confundia-se com a da Cidade do Rio de Janeiro, o Estado da Guanabara tornou-se uma Cidade-Estado [...]”.

Há dois anos aguardamos com ansiedade a criação da Fundação Nacional de Assistência ao Excepcional, órgão que deverá coordenar toda a política de tratamento, educação e integração social ao excepcional, de todas as áreas. Nosso desejo era podermos anunciar, agora, este novo passo da jornada em que desde muito nos envolvemos. Infelizmente isto não foi possível. *Alimentamos, entretanto, novas esperanças, porque acreditamos na ação do Governo da República que hoje, mais que nunca, está preocupado com a educação do povo, particularmente no atendimento ao excepcional.*

Nesta reunião, que iniciamos hoje e que irá durar até o próximo sábado, quando teremos a honrosa presença de Sua Excelência o Senhor Presidente-General Emílio Garrastazu Médici para encerrar em sessão solene nosso Congresso, teremos oportunidade durante estes dias de observar muitas coisas novas para melhorar métodos, sistemas e programas de trabalho, para a mais rápida maneira de recuperar e integrar os Excepcionais na comunidade.

A expectativa de que Médici atendesse o anseio dos apaeanos de ver criada a Funae continuou sendo alimentada, também, por Justino Alves Pereira, que viu na atenção do presidente à Funabem, já que este visitara pessoalmente a Fundação em 1970, uma forma de inserir o problema do excepcional na agenda nacional. Desse modo, relacionar a política de bem-estar do menor à política de atendimento aos excepcionais, haja vista a “[...] estreita vinculação da condição de menor excepcional com a marginalização [...]” (PEREIRA, 1973, p. 31), foi a estratégia adotada em seu discurso, nesse Congresso de 1971. O então presidente da Fenapaes buscava, mais uma vez, chamar a atenção das autoridades e, indiretamente, dizer que, se havia a Funabem, era também necessária a Funae, na forma preconizada pelas Apaes federadas. Segundo Pereira (1973, p. 31-34, grifos do original em itálico e grifos meus em negrito,

Estamos convencidos de que o problema do excepcional está intimamente ligado à política nacional do Bem-Estar do Menor, embora, obviamente o excepcional não se vincule necessariamente à idade cronológica, mas se vincula, sim, à problemática da marginalização da criança, após uma desambientação em sua geração, um despreparo físico e cultural de seus progenitores, ao desambiente ao nascer, sem a resistência para os vários embates patológicos da primeira infância [...].

Na histórica, épica e exemplar visita feita pelo Presidente Médici, à Fundação nacional do Bem-Estar do Menor, em outubro próximo passado [de 1970], ficaram fixados por sua Excelência, alguns conceitos basilares; também no campo do Bem-Estar do Menor, sobretudo do menor carenciado e marginalizado, a Revolução se fez renovadora; [...].

Meus prezados companheiros apaeanos: o diagnóstico da situação do excepcional nós já o temos em linhas gerais; conhecemos o que há de eficaz em sua terapêutica e auguramos um prognóstico dos mais promissores, pela elevação contínua do padrão global de vida do brasileiro [...].

E o que tem sido feito? E nós, apaeanos, o que temos feito? **Nós, apaeanos, não somos dos que se perdem falando mal da escuridão, quando deveriam, ao menos, acender uma vela... e a nossa vela, trêmula de pouca luminosidade, mas, que tem luminosidade, nos possibilita andar pela trilha que nos levará à grande alvorada de dias radiantes para o Excepcional no Brasil, quando a conquista básica de estarmos com os direitos dos excepcionais incluídos na Constituição Federal - § 4.º, art. 175 — o que devemos, há dois anos, por ocasião de nosso Congresso de Brasília, ao saudoso Presidente Costa e Silva, estiver regulamentada por lei ordinária e que nós tenhamos também, a nossa Fundação Nacional do Excepcional.**

O que temos feito, em cada APAE e em todas as APAEs do Brasil, anonimamente é esta formidável **corrente, prá frente, que nos torna aptos a sermos ouvidos, como o fomos, e tão atendidos como temos sido nos vários níveis municipais, estaduais e federais**: particularmente nos aspectos educacionais e de amparo social, direto ou indireto e *sursum corda* — **nosso trabalho de formiga e o nosso exemplo de apaeanos, nos possibilitarão a honra e o orgulho, de podermos receber, no próximo dia 31 às 10,30 horas, a desvanecedora presença do Sr. Presidente da República, em nosso encerramento de trabalhos, o que representa a extrema atenção e o profundo humanismo de S. Exa.**

Permiti-me transcrever essa longa citação porque evidencia não só a forma como a Fenapaes e suas associadas se colocaram em relação ao governo militar, endossando a tese oficial de que se tratava de um governo revolucionário e, indiretamente, dando-lhe legitimidade – para que, assim, as Apaes também fossem legitimadas –, como também revela seu pragmatismo político, sempre prontas a se colocarem à sombra do poder e a evitar as críticas que pudessem estabelecer um mal-estar com o governo constituído, fosse este em qualquer instância: federal, estadual ou municipal. Convém lembrar aqui que os militares e seus apoiadores referiam-se ao golpe civil-militar de 1964 como a “Revolução de Março”, porquanto esse golpe fora deflagrado a partir de 31 de março daquele ano, recompondo a hegemonia de setores mais conservadores e autoritários da política e da sociedade brasileiras.

Nesse sentido, o discurso de Justino Pereira é bastante interessado e relativo à sua perspectiva política pessoal e/ou à dos apaeanos naquelas circunstâncias, no que tange à avaliação do governo Médici, considerado um dos mais truculentos da ditadura civil-militar. A esse respeito, Priori et al. (2012, p. 203), pautando-se em Gaspari (2002), citam que: “O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) representou o período de maior repressão, de arbitrariedade e de prepotência de todo o ciclo militar”. Ademais, não podemos esquecer que o próprio Justino, dentre outros apaeanos, pertencera a quadros conservadores da política brasileira, tendo sido deputado estadual pela UDN e deputado federal pela Arena.

O tom laudatório do discurso, todavia, chega a ser contraditório e incoerente, à medida que revela os jogos políticos que travavam os apaeanos e sua cautela em relação ao poder instituído, evitando um embate. Ora, se os apaeanos tivessem sempre sido atendidos em suas reivindicações aos poderes públicos, por que continuavam endereçando pedidos ao governo federal? O próprio Justino afirmava que ainda não fora sequer regularizado o dispositivo constitucional de 1969 que incluía direitos aos excepcionais. No mesmo dia, o discurso de sua companheira de Apae, Ignez de Britto, também reforçava o entendimento de que, no essencial, as expectativas dos apaeanos ainda permaneciam frustradas.

Logicamente, Justino empregava uma retórica discursiva, pela qual esforçava-se para dar a entender que ele e os demais apaeanos que representava, como presidente da Fenapaes, não se opunham ao regime em voga, em troca de alguns benefícios que pudessem obter para o êxito de sua causa, tampouco pretendiam usurpar o papel do Estado. Nessa direção, sua mensagem tinha como objetivo precípua reforçar que as Apaes “[...] oferecem-se como

auxiliares do Governo na obra santa de educar ao aparentemente irrecuperável e *aceitando as normas legais*” (MÉDICI..., 1971, p. 2, grifos meus)⁶⁰.

Ademais, o trecho do discurso proferido por Pereira (1973) está eivado de representações que as Apaes e seus agentes projetavam de si mesmos. O líder apaeano sugere que a forma de agir dessas entidades seria ordeira, eficiente, modelar, iluminada e dinâmica, como reforçava, simbolicamente, a escolha metafórica das imagens-palavras de *formiga*, *alvorada*, *vela*, *corrente*, entre outras. Tais características outorgavam-lhes, por conseguinte, o direito inalienável de serem ouvidas em tudo quanto se tratasse dos excepcionais e de, inclusive, serem recompensadas com a presença ilustre do presidente da República em seu evento, uma distinção que seria para poucos.

Mesmo com reiterado apoio aos presidentes, desde que o regime civil-militar fora implantado, em 1964, os apaeanos, porém, não conseguiram a instalação da “sua” Fundação e poucas foram suas conquistas objetivas nesse período. A Lei 5.692, de agosto de 1971, a qual reformava a LDB de 1961, apenas prescreveu, de forma lacônica, que os alunos com deficiência, entre outros, deveriam “[...] receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (BRASIL, 1971, n.p.). Essa normatização, porém, não ocorreu de imediato, pela própria desarticulação nacional acerca do assunto ou inoperância dos órgãos existentes. No caso do governo Médici, em quem os representantes das Apaes depositavam maior esperança, até houve uma reforma administrativa no MEC em 1970, estando Jarbas Passarinho no comando da pasta (1969-1974).

Tal reforma foi empreendida a partir dos decretos de números 66.296, de 3 de março, e 66.967, de 27 de julho, ambos de 1970 (BRASIL, 1970b,c). O primeiro dispôs sobre a estrutura básica do MEC, ao passo que o segundo estabeleceu a organização administrativa interna dos órgãos criados naquele. Com esses decretos, passou a existir o Departamento de Educação Complementar (DEC) como um órgão central de direção superior, responsável pela Educação Especial⁶¹, entre outras incumbências. A existência desse departamento, porém, parece não ter

⁶⁰ Segundo a reportagem publicada no jornal *Diário da Tarde*, em 02 de agosto de 1971, denominada *Médici emocionado vê show de excepcionais*, essas palavras seriam uma reprodução do discurso de Justino Alves Pereira, quando da recepção de Médici no V Congresso da Fenapaes.

⁶¹ O Departamento de Educação Complementar (DEC) não tem sido problematizado nos trabalhos sobre História da Educação Especial, provavelmente pela pouca relevância que teve e pela multiplicidade de incumbências, ou, ainda, pela curta duração (meados de 1970 a janeiro de 1973, embora sua maior atuação parece ter se dado entre 1971 e 1972, pelas reportagens da imprensa periódica). Mesmo assim, creio ser importante a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre seu papel em relação a essa modalidade de ensino, porquanto foi o órgão que antecedeu, diretamente, a criação do Cenesp, este bastante problematizado nas pesquisas sobre a História da Educação Especial. Entender o funcionamento do DEC pode trazer novas pistas sobre a compreensão dessa modalidade, bem como sobre as práticas governamentais a ela endereçadas e as concepções de educação de

tido grande repercussão ou alterado significativamente o campo da educação dos excepcionais, tanto que *Mensagem da Apae* não lhe deu qualquer destaque. Localizei uma menção significativa a seu respeito nas páginas do jornal *Correio da Manhã*, em uma reportagem que abordava o problema do excepcional e tinha como entrevistada Helena Dias Carneiro⁶², então presidente da Sociedade Pestalozzi do Brasil. De acordo com o texto da reportagem,

D. Helena está com esperança de que tudo fique mais fácil, de que haja melhores condições de trabalho, porque o *Ministro da Educação criou um órgão para supervisionar o trabalho de educação integral dos excepcionais*. Há 23 anos não havia nada. Ela teve que ir para Belo Horizonte estudar com a Professora Helena Antipoff.

[...]

No âmbito do Governo Federal já existe, há algum tempo a Cademe – Campanha de Reabilitação do Deficiente Mental – e foi agora criado um órgão central para coordenar todos os trabalhos ligados a todas as categorias de excepcionais (PARAÍSO, 1971, p. 4, grifos meus).

O DEC tinha uma atuação muito ampla e difusa, dispondo de poucos recursos financeiros. Nesse departamento, a educação dos excepcionais era apenas um apêndice, tratada, portanto, como um assunto de segunda categoria, misturado a outros vistos da mesma forma, como a educação de adultos, a educação nas faixas de fronteira e o ensino supletivo. Consequentemente, estava muito distante dos anseios dos apaeanos. Segundo o *Jornal do Brasil*, de 4 de fevereiro de 1976,

Na estrutura do MEC este setor [do ensino supletivo, escopo da matéria jornalística] surgiu como Departamento de Educação Complementar, que, segundo a informação de Joaquim Vianna (que dirigiu depois o Departamento de Ensino Supletivo, criado na gestão do Ministro Jarbas Passarinho), ‘*funcionava [o DEC] como uma espécie de almoxarifado: passava à sua responsabilidade tudo o que não cabia nos outros departamentos*’. Ele chegou a ser responsável pela educação de excepcionais (*super e infra-dotados*), de surdos e cegos, pelo ensino supletivo de primeiro e segundo graus, e ainda nas faixas de fronteira, ao longo dos eixos viários e hidroviários, nas áreas de colonização, e pela educação de adultos. Os recursos, evidentemente, nunca estiveram à altura de tantas responsabilidades. Foi na gestão de Jarbas Passarinho que o DEC se reorganizou, com a criação do Departamento de Ensino Supletivo, em janeiro de 1973, para cuidar só da educação de adultos (PINTO et al., 1976, p. 12, grifos meus).

excepcionais da época, que persistem na atualidade. O decreto de número 71.737, de 22 de janeiro de 1973 transformou o DEC em Departamento de Ensino Supletivo. Posteriormente, em julho daquele ano, foi criado o Cenesp. Todas essas mudanças ocorreram na gestão de Médici, quando Jarbas Passarinho era ministro da educação e carecem, a meu ver, de mais estudos.

⁶² Helena Dias Carneiro teve destacada atuação como agente do grupo pestalozziano, no Rio de Janeiro, mas também colaborou com os apaeanos, sendo uma das sócias fundadoras da primeira Apae do Brasil, em 1954, no Rio de Janeiro. Na década de 1960, seu nome aparece como membro da Comissão de Redação de *Mensagem da Apae*, atestando que participava de ambas as organizações, embora sua maior contribuição tenha sido no âmbito da Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Por seu turno, o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, imbuído de princípios tecnocráticos, entendia que a proposta de uma Fundação era impraticável, dissuadindo reivindicações nesse sentido. Em uma pequena notícia do *Correio da Manhã*, de 21 de agosto de 1971, seus posicionamento fica explícito. Segundo o texto jornalístico:

O Ministro Jarbas Passarinho esteve presente, ontem, à instalação da Semana Nacional da Criança Excepcional, criada por decreto governamental, para estudos e avaliação de planos e programas de assistência nesse campo. [...].

Durante a sessão, o *Ministro Jarbas Passarinho disse que, 'a ideia de uma futura Fundação Nacional do Excepcional, que tenho ouvido falar, envolve outras áreas governamentais, como os Ministérios da Justiça e da Saúde, exigindo mais estudos e mais recursos'*. Enfatizou o ministro da Educação que, tem ouvido falar em 'campanha'⁶³.

- Uma Fundação – segundo o Ministro –, iria, logo fundir e absorver vários órgãos do Departamento de Educação Complementar do MEC, o que não seria possível. E quais seriam as suas fontes de renda? as mesmas: as do orçamento federal. Várias fontes novas têm sido aventadas⁶⁴: 0,2 por cento do INPS, 5 por cento do Fundo Nacional de Educação, e 5 por cento do Mobral⁶⁵. Isto seria impossível. E acrescento: 'Pelo visto, a faixa de assistência ao excepcional é muito ampla. Eu pergunto: ela não acabaria sendo uma vala comum de problemas? Mudar um órgão para outro órgão não seria a solução. Estou diante das pessoas mais interessadas na solução do problema. Desejo que juntos, encontremos a solução, com o máximo de realidade, racionalizando decisões (INQUÉRITO..., 1971, p. 3, grifos meus).

A perspectiva governamental trouxe mais decepção às Apaes federadas, que analisavam o contexto da época sob lentes muito otimistas, acreditando que a instalação de fundações nacionais⁶⁶, uma marca dos militares, se estendesse, também, à causa do excepcional. Algum tempo depois, quando a revista *Mensagem da Apae* foi reativada, em 1974, o próprio Borba (1974), sucessor de Clemente Filho na Cademe e então presidente da Fenapaes, manifestando-

⁶³ Ora, como indiquei anteriormente, de 25 a 31 de julho de 1971 ocorrera o V Congresso da Fenapaes, cujos discursos, publicados em *Mensagem da Apae*, reivindicavam a referida Fundação, com vistas a influenciar o próprio presidente Médici a criá-la e a colocar o assunto em perspectiva nacional. Passarinho, ao que tudo indica, não via essa ideia com bons olhos.

⁶⁴ De fato, no anteprojeto de lei que visava à criação da Funae, proposto por Nair Lemos Gonçalves, publicado em *Mensagem da Apae*, entre outras fontes de renda, sugeria-se que “Da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL – receberá a FUNAE 5% dos recursos destinados ao Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos” (GONÇALVES, [1972?], p. 47). Passarinho demonstra, assim, que estava a par das alternativas financeiras aventadas pelos apaeanos e por outros segmentos sociais que defendiam a causa do excepcional, mas delas discordava.

⁶⁵ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado em 1967, pela Lei nº. 5.379, de 15 de dezembro. Contudo, só começou a funcionar, de fato, em 1970 (BRASIL, 1967, 1973a).

⁶⁶ Durante as décadas de 1960 e 1970, com a ditadura civil-militar, foram várias as fundações instaladas, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967; a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), em 1964; A Fundação Nacional do Material Escolar, em 1967; a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criada em 1967, para citar alguns exemplos. Em 1969, surgiu o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, em 1972, foi criado Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan). Tal cenário justificava, de certo modo, a expectativa dos apaeanos com a possível instalação da Funae.

se como representante legítimo dos apaeanos, deixou transparecer uma crítica moderada à forma pela qual o governo federal, no começo da década de 1970, se posicionava em relação ao atendimento dos excepcionais.

Aliás, é possível que a procura de estratégias institucionais para fazer frente a esse novo contexto, delineado após 1973, tenha pesado em favor da reativação do periódico naquele ano⁶⁷. Assim, pelas palavras de Borba (1974, p. 1, grifos meus), as quais fornecem um panorama do que se passara e das lutas encampadas pela Fenapaes desde sua criação, pode-se constatar que:

Durante algum tempo envidamos todos os esforços no sentido de ser criado, pelo Governo Federal, um órgão central autônomo coordenador de toda a política assistencial e educacional do excepcional. Através de uma Comissão Parlamentar da Câmara dos deputados, encarregada do estudo de uma legislação especial que viesse atender as exigências atuais foi proposto um ante-projeto de criação da Fundação Nacional de Assistência ao Excepcional. Após vários estudos por vários grupos de trabalho, a ideia não foi aceita e, em lugar disso, foi criado o CENESP, órgão subordinado à Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura que, não representando na sua realidade o que esperávamos, já significava um passo a mais nas nossas conquistas. Entretanto, como ele está especificamente voltado para a área da educação e o que desejamos é muito mais, é o atendimento mais amplo, isto é, nas áreas da saúde, da justiça, do trabalho e da previdência social, além da parte da nossa Fundação Nacional nos mesmos moldes da FUNABEM, a quem cabe, hoje, traçar toda a política no atendimento ao menor abandonado. Voltaremos a novos contatos, a solicitar novas providências a fim de alcançarmos este objetivo⁶⁸.

De fato, as Apaes não se sentiram suficientemente representadas pelo Cenesp, implantado em 1973, até porque este foi concebido a partir de outras relações de força – em especial os acordos MEC-USAID - que vão legitimar, no Brasil, um determinado modo de conceber o excepcional. Este, daí em diante, torna-se visto muito mais como *aluno*, sujeito de uma Educação Especial formal, planejada em larga escala, a partir de diretrizes e publicações emanadas do sistema público de ensino, separada ou fragmentada em relação a outras instâncias, como saúde, assistência, reabilitação e trabalho, para citar algumas, embora não desapareça certa pressão da iniciativa privado-filantrópica nesse setor.

Naquela conjuntura, a criação do Cenesp, pelo governo brasileiro, foi marcada, sobretudo, pela ingerência externa, haja vista o apoio de técnicos estadunidenses para organizá-lo (RAFANTE, 2011). Assim, embora o Cenesp traga a marca das instituições especializadas em sua gênese, com a participação de forças da sociedade civil, organizadas em associações e federações voltadas para a educação e assistência dos excepcionais, como era o caso das Apaes, estas tiveram muito mais um papel de coadjuvantes que de protagonistas nesse processo,

⁶⁷ Essa hipótese precisa ser melhor investigada em estudos posteriores, que deem conta de outras fases de *Mensagem da Apae*.

⁶⁸ Em 1975, um novo projeto de lei seria apresentado, na Câmara Federal, pelo deputado Carlos Santos, solicitando a criação da *Fundação Nacional para o Menor Excepcional* (Funaex), com o apoio da Fenapaes. Esse projeto ficou em tramitação no Congresso Nacional até fins de 1985, quando foi totalmente vetado.

oficialmente conduzido⁶⁹. O desenho do novo órgão foi traçado mediante o trabalho desses técnicos estadunidenses, como parte dos MEC – USAID, uma

Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. [...]. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar” (MEC – USAID, 2006, n.p., grifo no original).

É importante, aqui, esclarecer que, apesar da decisiva influência dos acordos MEC-USAID, tentativas de criação desse órgão remontam a maio de 1971, quando fora organizado, no âmbito do DEC, um Grupo Tarefa, “[...] sob a presidência da professora Sara Couto César⁷⁰, encarregado de estudar em profundidade o *problema dos excepcionais* no país” (NOVA POLÍTICA..., 1972, p. 5, grifos meus)⁷¹. Esse grupo tinha como foco fazer um balanço das campanhas então existentes, na área da excepcionalidade, quais sejam, a Cademe e a CNEC, visando à sua extinção, sem deixar de continuar as atividades iniciadas (RAFANTE, 2011). Ainda segundo Rafante (2011, p. 264, grifos meus), o mesmo deveria gerenciar o “estabelecimento de uma política educacional⁷² a ser desenvolvida pelo Departamento de

⁶⁹ Nesse sentido, a instalação da Cademe se diferencia da criação e implementação do Cenesp, no que tange às forças institucionais propulsoras de uma e de outro.

⁷⁰ Sarah Couto César era, nesse momento, diretora da Cademe e, portanto, atuava como técnica do MEC. Não se pode esquecer, também, que ela provinha da Sociedade Pestalozzi do Brasil, do ponto de vista profissional e ideológico.

⁷¹ Estou me pautando na reportagem do jornal *Diário do Paraná*. Segundo as investigações de Rafante (2011, p. 263), de fato, “De acordo com Lemos (1981), no início da década de 1970, o ofício do MEC nº. 93, de 7 de maio de 1971, recomendou a extinção das campanhas, que dariam lugar a um programa integrado de assistência, envolvendo todas as categorias de ‘excepcionais’ e também a criação de um grupo de trabalho para definir as características da unidade executora desse programa, fixando as bases para orientar ‘o poder executivo na instituição de uma Fundação de Assistência ao Excepcional’ (LEMOS, 1981, p. 72)”. Todavia, parece que, efetivamente, o grupo-tarefa só começou a funcionar em junho daquele mesmo ano. Cita Rafante (2011, p. 263) que “Em resposta a esse ofício, a Portaria nº. 86, de 17 de junho de 1971, organizou [...] o Grupo Tarefa de Educação Especial (GTEE)”.

⁷² A ideia de uma política nacional de educação de excepcionais, conquanto não tenha sido efetivada nesse momento, transparece nos títulos das reportagens publicadas em periódicos da época, citadas na construção do parágrafo disposto imediatamente após a citação recuada de Rafante (2011), cujas referências estão ao final da tese.

Educação Complementar (DEC) com relação aos ‘excepcionais’; prover as condições necessárias para a *criação de um organismo estruturado sob a forma de fundação*”. A mesma autora prossegue explicando que:

Após a realização dos estudos, o grupo concluiu que o programa desenvolvido pelas campanhas não deveria ter continuidade, até que fosse criado o novo órgão, que, quando instalado, ampliaria o atendimento a outras excepcionalidades, como os “deficientes físicos” e os “superdotados”, e coordenar os trabalhos com os “excepcionais”, *podendo se constituir numa assessoria técnica do Departamento de Educação Complementar (DEC) ou um órgão autônomo, técnico e científico, vinculado ao MEC* (RAFANTE, 2011, p. 264, grifos meus).

Os trabalhos do grupo, dirigido por Sarah Couto César, repercutiram na imprensa, que, já no começo de 1972, chegou a noticiar a possível criação de um órgão autônomo, vinculado ao DEC, conforme indica, também, Rafante (2011), com o nome de Instituto Nacional de Educação Especial/Excepcional ou Coordenação de Educação Especial. Essa medida teria sido, inclusive, aprovada pelo ministro Jarbas Passarinho, que descartara a outra opção indicada pelos especialistas de seu gabinete, qual seja, a de constituir apenas uma assessoria técnica no âmbito do DEC (EXCEPCIONAIS..., 1972; NOVA POLÍTICA..., 1972; HÁ NOVA POLÍTICA..., 1972). Todavia, como esclarece Rafante (2011, p. 264) “O órgão nacional de coordenação do programa de educação especial não saiu do papel e só se tornou realidade em 1973, depois da constituição de outro grupo tarefa, vinculado ao Plano Setorial de Educação”.

Vale lembrar que a proposta de uma Fundação não agradava Jarbas Passarinho, de modo que a proposição desse órgão autônomo, vinculado ao MEC, nos moldes do futuro Cenesp, pode ter sido considerada, pelo ministro, naquelas circunstâncias, a melhor saída para o “problema do excepcional”, ou, pelo menos, a mais pragmática, pois deixava a questão no âmbito de um só ministério. Isso poderia facilitar o controle administrativo do novo órgão, de maneira a racionalizar custos e decisões. Talvez por isso a imprensa tenha anunciado, no calor momento, com certa ênfase, que “O GT [de 1971] propôs duas alternativas, *uma das quais imediatamente aceita pelo ministro Passarinho, que é a de criação de um órgão autônomo vinculado ao DEC, com o nome de Coordenação de Educação Especial* ou Instituto Nacional de Educação Excepcional” (HÁ NOVA POLÍTICA..., 1972, p. 7, grifos meus).

Esse processo, porém, não deve ter se produzido sem alguma tensão. À medida que o Estado assumia o campo da Educação de Excepcionais, passava a concorrer diretamente com as instituições especializadas. Estas, por sua vez, cobravam providências daquele, a fim de obterem reconhecimento da esfera governamental - porquanto essa instância ia se destacando como legitimadora e reguladora das ações deflagradas no campo, em uma nova correlação de

forças – e, também, como forma de creditar autoridade às suas práticas institucionais, reafirmando seu lugar nesse mesmo campo. Tais reflexões tornam-se mais inteligíveis se considerarmos que, descontentes com os trabalhos que se encaminhavam no MEC, possivelmente por não terem conseguido representatividade no grupo-tarefa de 1971, mesmo após os apelos do V Congresso da Fenapaes, realizado no mesmo ano, os apaeanos se reportaram diretamente ao ministro da educação, por meio de uma carta assinada por Justino Alves Pereira, presidente da Fenapaes. Justino solicitava “*a adoção de medidas urgentes para que também o campo do ensino e amparo ao excepcional seja dinamizado numa hora em que todos os outros setores educacionais são reformulados e acionados*”⁷³” (PEREIRA apud MAZZOTTA, 2005, p. 54, grifos meus).

Parece que, a partir dessa solicitação da Fenapaes, bem como pela vinda de especialistas em Educação Especial dos Estados Unidos, como parte dos acordos MEC – USAID (Cf. RAFANTE, 2011), o ministro resolveu instituir, em meados de 1972, outro grupo-tarefa, que efetivaria a constituição do supracitado órgão, porquanto impunha-se a necessidade de reformular o trabalho em andamento e de dar-lhe celeridade. Era preciso, pois, incorporar as diretrizes e modelos externos de planejamento educacional que eram (im)postos ao país, mas sem deixar de lado as instituições especializadas, como as Apaes, que, internamente, também faziam pressão para serem ouvidas e reconhecidas. Nessas circunstâncias, foi aprovado, em 1972, o Parecer do Conselho Federal de Educação, de número 848/72⁷⁴, “[...] obedecendo ordem do Gabinete do Ministro do MEC acompanhada de carta do presidente das APAEs, doutor Justino Alves Pereira, reclamando do desinteresse sobre o tema [a educação e o amparo do excepcional]” (JANNUZZI, 2006, p. 140). Esse parecer foi, portanto, uma resposta da solicitação direta de Passarinho ao Conselho Federal de Educação, que se reportara a esse órgão, mediante o reclame de Justino, “no sentido de que forneça [o Conselho Federal] subsídios para o equacionamento do problema relacionado com a educação dos excepcionais” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1972 apud MAZZOTTA, 2005, p. 54).

⁷³ De fato, a educação formal brasileira, em diversos setores, passava por reforma administrativa desde o final da década de 1960, em especial no começo da década de 1970, já no governo de Médici, com Jarbas Passarinho no MEC, o que deve ter mobilizado Justino Pereira a reivindicar, também, nessa conjuntura “reformista”, um lugar para a educação dos excepcionais. Observa-se, na iniciativa do apaeano, um jogo calculado para aproveitar, taticamente, as circunstâncias que lhe pareciam propícias para tal fim.

⁷⁴ Esse parecer teve como relator Valnir Chagas, tendo sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 10 de agosto de 1972. Não pude ter acesso ao texto do documento na íntegra, o que me impediu, também, de apurar mais informações a respeito de sua elaboração.

Assim, em meio às demandas postas naquele contexto, além, talvez, da influência do referido parecer⁷⁵, o novo grupo-tarefa foi organizado pela portaria ministerial de 25 de maio de 1972 (MAZZOTTA, 2005), tendo desenvolvido seus trabalhos “[...] no período de 01 de julho de 1972 a 28 de fevereiro de 1973, quando o projeto [de criação do órgão nacional de coordenação da Educação Especial] foi entregue à Secretaria Geral do MEC” (RAFANTE, 2011, p. 66). Cumpre ressaltar que o jornal *Correio da Manhã*, já no final de fevereiro de 1972, noticiava a constituição desse segundo grupo, nos seguintes termos:

Faltando definir algumas medidas de ordem administrativa, a Coordenação Especial [era o nome que se dava ao futuro Cenesp] está sendo estruturada para ter uma diretoria executiva e um conselho com representantes dos Ministérios da Justiça, Saúde e Trabalho, além de sete especialistas nas área dos excepcionais. O ministro Jarbas Passarinho decidiu instituir outro grupo-tarefa para assessorar o Departamento de Educação Complementar, a fim de evitar que haja paralisação dos trabalhos de criação do novo órgão. Esse GT funcionará ainda como assessoria do MEC no Grupo da Reforma Educativa, cuja Secretaria de Apoio está estudando a junção dos órgãos que vão formar a Coordenação Especial (HÁ NOVA POLÍTICA..., 1972, p. 7, grifos meus).

O grupo composto em 1972 incorporou diversos segmentos do campo da excepcionalidade, além dos técnicos do governo, ao contrário daquele de 1971, e, com isso, deve ter amenizado as reivindicações do momento. Além disso, em seu âmbito, com o aporte dos especialistas estadunidenses, da *United States Agency for International Development* (Usaid), foi desenvolvido o Projeto Prioritário de número 35, previsto pelo primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura do MEC, elaborado para o triênio 1972-1974⁷⁶. Tal projeto definia a Educação Especial como uma das áreas prioritárias de ação para o Governo Federal naqueles anos. Conforme Rafante (2011, 266-267),

A elaboração do Projeto Prioritário contou com a influência e a participação daqueles que se dedicavam aos “excepcionais” no Brasil. Segundo a relatora, co [sic] relação à “deficiência mental”, Helena Antipoff concedeu entrevista à assessora do Grupo

⁷⁵ Não consegui precisar informações acerca dessa possível influência. Algumas fontes consultadas revelaram-se contraditórias e/ou lacunares. Mazzotta (2005) cita que o parecer 848/72 recomendara ao Ministro da Educação a constituição de um grupo de trabalho para delinear o trabalho do governo no tocante à política de educação dos excepcionais. Todavia, o parecer foi aprovado somente em 10 de agosto de 1972, ao passo que o último grupo-tarefa encarregado de estruturar o futuro Cenesp teria sido constituído por uma portaria de 25 de maio de 1972, segundo o mesmo autor. Ademais, encontrei, na imprensa periódica, notícias desse grupo-tarefa desde o final de fevereiro daquele ano. Essa questão precisa ser mais investigada em arquivos de base.

⁷⁶ Segundo Pamplona (1973, p. 17-18) “Conhecida a conjuntura educacional, pelo diagnóstico em todos os seus níveis e face aos objetivos e metas nacionais a serem perseguidos, o Ministro da Educação e Cultura, definiu a política para o triênio 72/74, ao aprovar o Plano Setorial de Educação e Cultura [...]”. A princípio, quando de sua elaboração, em 1971, esse plano setorial previu 33 projetos prioritários, criando-se o projeto prioritário referente à Educação Especial, o de número 35, apenas em 1972, certamente pelas demandas contextuais apresentadas (Cf. PAMPLONA, 1973; JANNUZZI, 2006; RAFANTE, 2011).

Tarefa, Zélia Paiva Nunes, e forneceu material de estudos; outros colaboradores nessa área foram: Esmeralda Conceição de Oliveira, que já havia coordenado os cursos de orientação psico-pedagógica da Sociedade Pestalozzi do Brasil e era diretora técnica daquela instituição naquele momento; Flammarion Affonso Costa, antigo presidente da Sociedade Pestalozzi do Brasil e então Diretor da Divisão de Estudos, Normas e Pesquisas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); Antônio dos Santos Clemente Filho, que já ocupara o cargo de presidente da APAE de São Paulo e era Conselheiro da CADEME; Justino Alves Pereira, presidente da Federação Nacional das APAES; Lizair de Moraes Guarino Guerreiro, presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP). Especialistas em deficiência auditiva, físico-motora e em deficiência visual também colaboraram. Esse grupo de trabalho recebeu a visita, patrocinada pela USAID, de dois especialistas norte-americanos em educação especial [...].

O principal resultado desse grupo multidisciplinar, liderado por Nise Pires⁷⁷, foi, justamente, a proposição do Cenesp, logo oficializado em julho de 1973 pelo governo federal. Sua gênese está, por conseguinte, relacionada não só às pressões dos movimentos filantrópicos, como também, principalmente, à interferência externa e aos compromissos político-educacionais assumidos pelo Brasil com as agências reguladoras internacionais. Na agenda da década de 1970, estava em pauta “[...] a necessidade do planejamento e da organização de um serviço de educação especial, devido às *diretrizes internacionais quanto à universalização do ensino* [...]” (RAFANTE, 2011, p. 268, grifos meus), bem como pelas “[...] mudanças da economia agrária, em que o indivíduo vivia no campo, para a *industrialização, que exigia mais orientações para a adaptação à sociedade*” (RAFANTE, 2011, p. 268, grifos meus). Logo, a partir desses compromissos, vale destacar que:

As metas do governo brasileiro, na área educacional, nesse início da década de 1970 foram estabelecidas de modo que, ao final do decênio, o MEC deveria ter alcançado a universalização do ensino de primeiro grau para a faixa etária de sete a quatorze anos. A partir desse pressuposto, a educação dos “excepcionais” encontrou o caminho para a sua oficialização (RAFANTE, 2011, p. 265).

A implantação do Cenesp, contudo, não satisfez os apaeanos e sua Federação, conforme dito anteriormente, apesar de seus representantes terem tomado parte nesse grupo de trabalho de 1972, a partir do qual o MEC pôde, finalmente, estruturar seu “Órgão Central de Direção Superior, com a finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (BRASIL, 1973b, n.p.). Para entender semelhante descontentamento, é preciso levar em conta que o modelo e a perspectiva de “educação” de excepcionais preconizados pelos apaeanos, contudo, eram mais amplos, porquanto, em sua ótica “[...] se tanto falamos em educação e amparo ao excepcional nós o fizemos sempre quanto ao aspecto assistencial desta

⁷⁷ Técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), Nise Pires havia, também, participado do grupo de trabalho que elaborara a Lei 5.692/71 (Cf. MAZZOTTA, 2005; RAFANTE, 2011).

condição humana [...]” (PEREIRA, 1973, p. 35). De certo modo, sua proposta era de uma educação integral ao excepcional, com vistas à sua integração social, como se veiculava *Mensagem da Apae* e nos congressos da entidade nacional. A escolaridade seria apenas uma dimensão dessa proposta (Cf. MENSAGEM...1965, 1966, 1968c).

Além disso, desde a fundação da Fenapaes, seus representantes tinham expectativa de conquistar maior participação no desenvolvimento e gerenciamento de qualquer medida político-educacional emanada do poder público, de forma que esperavam ter suas sugestões, já enviadas ao Ministério da Educação e Cultura, acatadas e implementadas. Alimentavam, pois, uma “ilusão institucional” quanto ao alcance de sua capacidade de impacto na esfera público-estatal. Isso não significa dizer que a criação do Cenesp foi, todavia, uma derrota para as Apaes ou que este órgão não fosse, mesmo depois, influenciado pelas constantes reivindicações dos apaeanos, que dele continuariam a obter recursos financeiros para a manutenção de suas entidades. Tampouco se pode afirmar que o Cenesp não tenha representado algum avanço para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos sujeitos com deficiência.

Não obstante, o órgão estabeleceu uma nova dinâmica no campo da Educação Especial, que assim passa a ser oficialmente designada e institucionalizada, de certo modo direcionada e regulada pelo governo, que a torna, por assim dizer, seu “próprio”, isto é, apropria-se dela, confiscando das demais instituições a prerrogativa de concebê-la unilateral e extraoficialmente. Essa análise encontra respaldo nas considerações de Nunes e Ferreira (1993, p. 53, grifos meus), na medida em que, para os autores,

A Educação Especial constituiu uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação (1972-1974) e é nesse contexto que é fundado o CENESP junto ao MEC, com o objetivo de centralizar e coordenar as ações de política educacional para os portadores de deficiência. Tem-se assim um momento de reorganização do campo da Educação Especial, em termos legais e políticos, resultando na organização ou reestruturação de setores específicos nas secretarias estaduais de educação e nas escolas públicas; na abertura de cursos de formação de professores para a área, principalmente em deficiência mental. As diferentes providências legais e administrativas reforçaram a ideia da educação escolar como direito e como condição para a integração do portador de deficiência.

Não é o escopo desta tese discutir as implicações da atuação do Cenesp e como se (re)ordenou o campo da Educação Especial após sua instalação, o que poderá ser explorado em estudos posteriores, inclusive tomando-se o periódico *Mensagem da Apae*, em suas demais fases, como uma fonte profícua. Por ora, uma vez que se pôde apresentar o cenário no qual a edição de *Mensagem da Apae* tornou-se não só possível, mas uma *necessidade estratégica* da Fenapaes para dinamizar o intercâmbio entre as associadas e reforçar sua presença perante elas, em torno da problemática do excepcional, é mister avançar na caracterização e análise desse

periódico, na perspectiva de uma arqueologia do impresso (Cf. CHARTIER, 1990, 2002a,b; CARVALHO, 2007). Tal é o foco do capítulo seguinte.

2 MENSAGEM DA APAE: UMA ARQUEOLOGIA DO IMPRESSO (1963-1973)

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. [...]. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...]. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 2013, p. 497).

[...] os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas (CHARTIER, 2002a, p. 13).

O objetivo deste capítulo é analisar o impresso *Mensagem da Apae* (1963-1973) como suporte material dos textos veiculados, a fim de se evidenciar os investimentos materiais e simbólicos da Fenapaes em torno dessa publicação, que, como vimos anteriormente, tornou-se estratégica para a coesão dos apaeanos federados e divulgação institucional da Federação, colocando-se como porta-voz da entidade. Dessa feita, analisar a materialidade do periódico, sem perder de vista sua textualidade, permite depreender que projetos gráficos e mediações editoriais foram propostos pelos editores para que o periódico assumisse essa função de órgão oficial da Fenapaes, o que torna mais inteligíveis as mensagens do periódico. É possível, assim, perscrutar de que modo o impresso corroborou para a constituição de uma identidade apaeana federada, bem como as características e as condições materiais e técnicas em que foi impresso, investigando-se como isso repercutiu na construção de sentidos em suas páginas naquele momento. Nesse exercício arqueológico, emergem, ainda, as representações de excepcional divulgadas ou ratificadas no impresso *Mensagem da Apae* e os agentes que o produziram.

2.1 Os primeiros números de *Mensagem da Apae* em 1963: ainda um boletim

Mensagem da Apae surgiu em janeiro 1963, de modo que a história do periódico se (con)funde com a da própria Fenapaes, tendo este antecedido até mesmo a realização do I Congresso Nacional das Apaes, ocorrido de 11 a 13 de julho de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, onde a Federação foi oficializada. O impresso nasceu como uma espécie de boletim mensal, publicado pela Diretoria provisória da Fenapaes (novembro de 1962 a julho de 1963), já que a primeira Diretoria ainda seria eleita no Congresso de julho de 1963 (Apêndice 2). A princípio, esteve sob responsabilidade da *Comissão de Publicação e Divulgação - Boletim*

Mensal. Essa comissão, fundada logo após a criação da Fenapaes, em novembro de 1962, além de outras atribuições, como a “Divulgação, em jornais e revistas, das atividades da Federação” (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES..., 1963, p. 13), tinha como responsabilidade a “Publicação do Boletim Mensal - Mensagem das APAEs [sic] - cuja finalidade é, entre outras, maior entrosamento entre as APAEs, divulgando acontecimentos e atividades de todas as Associações” (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES..., 1963, p. 13).

Sob tais condições, foram editados apenas 6 números, todos referentes ao volume 1, com características materiais e gráficas muito peculiares, o que os particulariza no interior da grande fase de 1963 a 1973 do periódico visado. A indicação do mês de publicação apareceu apenas no número 1, em que se indicou, na capa, a data de janeiro de 1963. Os demais números correspondem, dedutivamente, aos meses de fevereiro a junho, alcançando, portanto, o findar do exercício da diretoria provisória. Tal assertiva é corroborada pelo diretor do periódico, que, ao concluir suas atividades interinas, em texto de abertura publicado no número 6, assim se manifestou sobre os rumos de *Mensagem da Apae*, reforçando, a propósito, a identificação inicial desta ao gênero de boletim informativo:

Com este número [volume 1, número 6, 1963] terminamos a publicação de ‘Mensagem’ tal como vem sendo editada. À nova Diretoria que orientará os destinos da Federação, e que será eleita no próximo Congresso do Rio de Janeiro [que seria realizado de 11 a 13 de julho de 1963], caberá a escolha dos responsáveis por este boletim, decidindo de sua continuidade ou a transformação de ‘Mensagem’ em Revista. A todos que colaboraram durante esses seis meses, o seu diretor, o seu editor e sua redatora deixam aqui registrados o seu profundo agradecimento (SILVA, 1963f, p. 2, grifo meu).

Nesse momento inicial, os números lembram folhetos, produzidos de modo rudimentar, sem grandes investimentos de impressão, *design* e acabamento. Em 1996, na edição de abril a junho, rememorando esse período, o editor de *Mensagem da Apae*, em texto não assinado, lembra que “*Há 33 anos, quase que artesanal, nascia esta revista, como se fosse uma ata no pequeno formato de 14,5 x 19,5 cm. O movimento apaeano é assim. A longo prazo e de grão em grão, ele vai conquistando seu espaço na sociedade*” (MENSAGEM..., 1996, p. 4, grifo meu). De fato, não se usa sequer a palavra revista para designar o periódico no ano de 1963, o que ocorrerá apenas em 1964, mediante as reformulações empreendidas no formato do impresso, com a designação de nova equipe editorial e a emergência de novo projeto gráfico, que levou, nesta pesquisa, à organização de outra série para análise, no contexto, ainda, da primeira fase.

É importante mencionar que, prospectivamente, os editores e a própria Fenapaes consideraram *Mensagem da Apae* como revista desde seus primórdios, em 1963, não a caracterizando, mesmo nesse período inaugural, como boletim em sentido estrito. No *site* da instituição, divulga-se que “Em 1963 foi publicada a primeira edição da Revista Mensagem da Apae [...]” (REVISTA..., 2015, n.p.). Mesmo em 1964, quando se admite o início de um novo

momento da revista, não se questionou o gênero da publicação em si (CLEMENTE FILHO, 1964b). Arns (2001, p. 6), já nos anos 2000, como presidente da Fenapaes, em carta aos leitores, também afirmou que “A revista Mensagem da APAE, criada em 1963, conta atualmente [isto é, em 2001], com uma tiragem de 3 mil exemplares. A Revista sempre teve um público cativo, formado, geralmente, por pessoas envolvidas com organização”.

Há que se ponderar, certamente, que a valorização institucional do periódico ocorre, sobretudo, após sua projeção nacional, em momentos de maior estabilidade editorial, de modo que omitir sua identificação primeva ao gênero boletim tornou-se um modo de torná-lo simbolicamente mais representativo e reconhecido, fortalecendo-se a imagem positiva da Fenapaes, na medida em que os boletins são considerados como impressos periódicos menos valorizados, mais técnicos ou específicos e fugazes. Ao contrário, editar uma revista sem fins lucrativos, como foi o caso de *Mensagem da Apae*, sobretudo no primeiro decênio, sempre representou *status* e acúmulo de capitais simbólicos a grupos de intelectuais, artistas, organizações sociais, universidades, entre outros agentes. Por isso, talvez tenha se forjado o estabelecimento de uma memória institucional que legitima, como revista, as primeiras edições da referida publicação, ao mesmo tempo em que, dessa forma, ela é destacada em relação aos boletins técnicos, editados internamente pela Fenapaes.

Como boletim mensal da Fenapaes, *Mensagem da Apae* esteve sob o comando dos médicos Wanderley Nogueira da Silva⁷⁸ e Walter Bonfim Pontes, além de D. Maria da Glória Pinto Cardoso. Esses nomes são os mesmos que apareceram em todas as quartas de capas do impresso em 1963, respectivamente nas funções de diretor, editor e redatora da publicação. Sobre esses agentes, pude apurar que Walter Bonfim Pontes foi professor de Radiologia da Faculdade de Medicina de Sorocaba⁷⁹, São Paulo, sendo o idealizador e fundador do primeiro Curso de Técnicos em Radiologia do Brasil. Ademais, foi um dos idealizadores e primeiro editor, de 1958 a 1967, da revista científica *Radiologia Brasileira*, criada em 1958, o que lhe possibilitou, também, conhecimentos e credibilidade, entre os apaeanos, para editar *Mensagem*

⁷⁸ Wanderley Nogueira da Silva, ao que tudo indica, inclusive o teor dos editoriais que assinou, seria pai de excepcional, tendo exercido cargo de segundo vice-presidente da Apae paulistana. Em discurso de 1963, afirmou: “Embora na iminência de insucesso e com a ruína pela frente, *nós, pais de excepcionais*, ainda estamos de cabeça erguida [...]” (SILVA apud NOTÍCIA, 1963, p. 11, grifos meus). Não pude localizar fontes que ratificassem a informação, pelo que preferi apenas indicar os indícios nesta nota.

⁷⁹ A Faculdade de Medicina de Sorocaba é o nome original da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FCMS-PUC). Ela é a unidade da PUC-SP dedicada ao ensino e pesquisa na área da saúde. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Medicina_de_Sorocaba_\(PUC-SP\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Medicina_de_Sorocaba_(PUC-SP))>.

da *Apae*. Wanderley Nogueira da Silva era médico cardiologista, professor da Universidade de São Paulo (USP) e, de 1967 a 1976, seria editor da revista especializada *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, de modo que seu engajamento acadêmico e prestígio profissional também lhe respaldavam na direção do periódico. Apenas sobre a redatora não pude encontrar informações a respeito. Depois de 1963, ela só foi citada novamente em 1965, como “responsável pela publicação” do periódico, de modo que não encontrei outras ligações suas com as Apaes⁸⁰. E, como se nota, nenhum desses editores, eram, portanto, jornalistas de profissão ou de formação, atestando o caráter filantrópico que perpassava as atividades dos apaeanos.

Ainda o fato de o periódico ficar sob encargo de Silva e Pontes, sendo ambos médicos conceituados em seu tempo, evidencia, desde o princípio, a vinculação dos apaeanos à área da saúde, seu esforço em se aproximar de “homens de ciência” e prestígio social, bem como seu otimismo em relação aos saberes clínico-médicos como uma das principais apostas para se enfrentar o problema do excepcional e esclarecer os pais, sob o ideário do higienismo social e mental. A medicina, naquele Brasil que passava por uma fase de desenvolvimento urbano-industrial, era uma esperança para educar o povo e sanear os males da nação. Essa perspectiva fica patente em *Mensagem da Apae*, já na apresentação do primeiro número de 1963, na qual se percebe a linha editorial a ser adotada pelo periódico. O então diretor da publicação, Wanderley Nogueira da Silva, afiança que:

Aqui está, prezado amigo, o primeiro número de nossa ‘Mensagem’, órgão da Federação Nacional das APAEs. Não cabe, neste pórtico, a fixação de um programa. Obviamente, ‘Mensagem’ se destina a congregar as APAEs de todo o Brasil, através de um noticiário efetivo de suas realizações, abrigando debates e focalizando trabalhos capazes de trazer maior luz aos nossos problemas, *possibilitando, assim, a indispensável objetividade às providências de caráter médico e social que nos atribuímos.* *Mensagem, cuja distribuição terá âmbito nacional, representa a nossa intenção em manter bem vivo o espírito que nos move, oferecendo as suas páginas a todos que quizerem [sic] conosco colaborar (SILVA, 1963a, p. 1, grifo nosso).*

Embora, nesse editorial, seja anunciado que a distribuição de *Mensagem da Apae* se daria nacionalmente, não encontrei referências explícitas, em 1963, sobre a forma como esta ocorreu. Muito possivelmente, os exemplares eram enviados, pela comissão designada, para as

⁸⁰ Por hipótese, penso que Maria da Glória Pinto Cardoso era, na realidade, não uma integrante das Apaes, já que não há relatos ou indicações que liguem seu nome aos apaeanos, mesmo posteriormente, mas, sim, funcionária do consultório médico de Wanderley Nogueira da Silva. Isso pode ser deduzido pelo fato de que ela foi redatora do periódico em 1963, quando o citado médico foi o diretor. Depois, Maria da Glória reapareceu como responsável pela publicação de *Mensagem da Apae* apenas em 1965, justamente o mesmo ano em que Silva também retornou às funções de diretor do impresso. Corroborando o exposto, é válido mencionar que a Fenapaes, durante seus primeiros anos, não tinha sede própria, funcionando “[...] antes no Consultório do Dr. Wanderley Nogueira da Silva e atualmente [1966] do Dr. Krynski, usando funcionários particulares dos mesmos” (SEIXAS, 1966, p. 3). Logo, é plausível pensar que, sendo *Mensagem da Apae* uma publicação da Fenapaes, que estava sediada em seu consultório, Silva tivesse recorrido à sua secretária para as atividades da revista. Ainda assim, não pude comprovar tal hipótese, pela carência documental sobre isso.

Apaes existentes no Brasil e instituições congêneres. Nesse momento, o impresso, além de se dirigir às filiadas da Fenapaes e de trazer informações que interessavam aos profissionais do campo da excepcionalidade, poderia ser usado, sobretudo, nas mais diversas localidades brasileiras, como instrumento ou guia de primeira aproximação dos pais de excepcionais à perspectiva de trabalho da associação, conclamando novos agentes para a causa do excepcional.

Uma vez apresentados esses aspectos gerais de *Mensagem da Apae*, precisamos adentrar, mais ainda, na materialidade e no conteúdo de seu primeiro ano de existência. Desse modo, espero melhor captar o processo de produção subjacente às páginas do periódico em seus primórdios, pois, tendo por base os pressupostos de Chartier (1990, 1991, 1992), é mister considerar que a comunicação de um impresso com o leitor é produzida pela inter-relação existente entre o suporte material dos textos, seus conteúdos e as práticas de leitura possíveis.

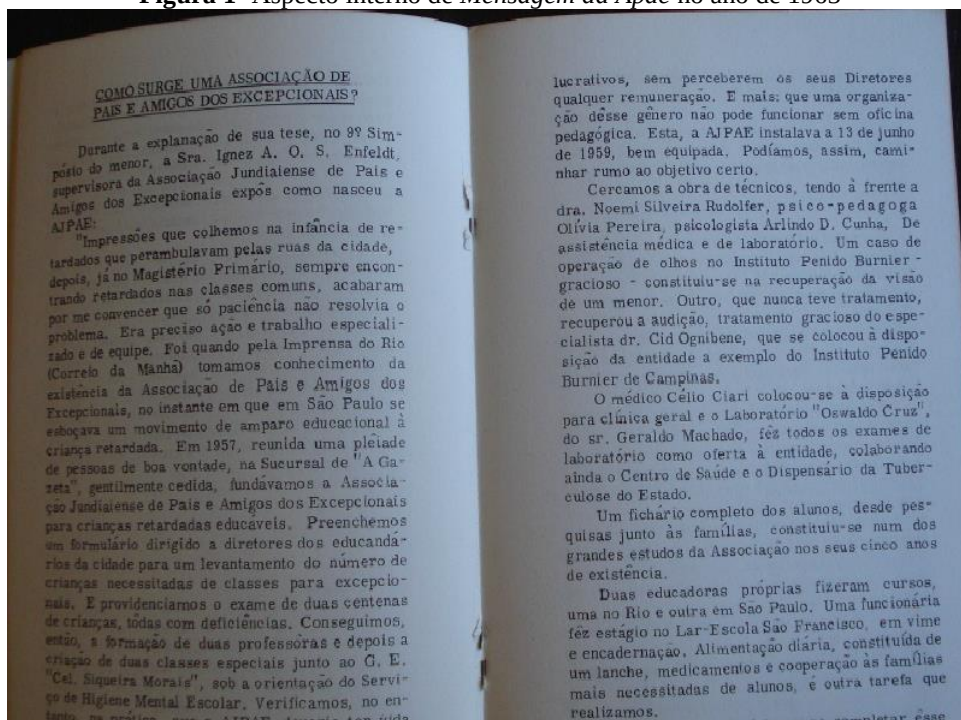
2.1.1 A materialidade e a textualidade dos primeiros números: o ano de 1963

A singularidade dos seis números de 1963 foram tão manifestas que não me foi possível agrupá-los com outros, sob pena de ofuscar suas características, se o fizesse, e, assim, comprometer a análise pretendida. Logo de início, quando me pus a estudá-los, percebi que seguiram um mesmo padrão editorial e formato gráfico. Não possuíam fotos ou ilustrações internas, não apresentavam publicidade, nem sumário ou ficha técnica que indicasse, em pormenores, o expediente, a circulação e a tiragem realizada. Não havia, ademais, qualquer menção à prática de assinaturas ou de editoras profissionais encarregadas pela diagramação e publicação.

O tamanho, com ligeiras variações entre os números, ficava em torno de 15 x 20 cm, ratificando a origem do periódico, muito mais próxima dos boletins e panfletos institucionais do que de uma revista propriamente dita, conforme já adiantei. Todas as folhas eram usadas no anverso e verso, nelas sendo dispostos textos em uma coluna única da mancha gráfica⁸¹, emoldurados por margens em branco. Desse modo, o protocolo de leitura era muito similar àquele empregado nos livros, em que o leitor tem diante de si o texto corrido, em uma só coluna, sem quebras internas na página, deslizando o olho da margem esquerda para a direita, no fluxo da linha contínua, com predominância da direção horizontal nos movimentos oculares. Pela *Figura 1*, pode-se ter uma ideia desse formato e disposição textual:

⁸¹ A ABNT normatiza, em sua NBR 6029, a seguinte definição: “**mancha**: Área de grafismo de um leiaute ou página, também chamada mancha gráfica (ABNT, 2002b, p. 3, grifo no original).”

Figura 1- Aspecto interno de *Mensagem da Apae* no ano de 1963



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 5, p. 8-9, 1963).

No tocante à quantidade de páginas, os periódicos desse ano tiveram entre 12 e 20, incluídas as capas e contracapas na contagem. Essas páginas eram apenas grampeadas mecanicamente, em lombada canoa⁸², formando uma fina encadernação, dado o reduzido número de folhas⁸³ utilizadas, entre 6 e 10, por edição. O quadro a seguir detalha melhor essas informações:

Quadro 2: Dados técnicos sobre os números de *Mensagem da Apae* em 1963

Número	Quantidade de folhas (incluídas as “capas”)	Quantidade de páginas (contadas as “capas”)
1	6	12
2	8	16
3	7	14
4	8	16
5	8	16
6	10	20

Fonte: *Mensagem da Apae* (1963a, b, c, d, e, f).

⁸² Lombada canoa: “Tipo de acabamento onde as páginas são fixadas através de grampos metálicos na lombada. Os cadernos e a capa são colecionados acavalandando-se uns sobre os outros para receber o grampo. Todo o conjunto é colocado sob um grampeador e os grampos são fixados na lombada” (ACABAMENTO, 2016, n. p.).

⁸³ Folha é uma unidade composta por duas faces imprimíveis, chamadas de anverso (frente) e verso. Página é cada lado de uma folha que recebeu impressão. Por definição, uma folha contém duas páginas.

O conteúdo era sempre impresso em uma única cor, a preta, sobre papel de impressão branco, de acordo com a *Figura 1*. Esse papel apresentava espessura consistente, maior que a de uma folha sulfite, facilitando o manuseio, sem distinções significativas entre as capas⁸⁴, quartas capas e miolo, tanto do ponto de vista da gramatura de papel utilizada, como do tamanho e recursos de diagramação. Em outras palavras, as “capas” e quartas capas pouco se distinguíam, graficamente, do restante das páginas internas, seja porque não eram maiores, nem mais espessas ou cartonadas, seja porque não adotavam a forma presente nas revistas, com chamadas em destaque e fotos ou ilustrações coloridas. Elas estavam completamente integradas a todo o corpo do periódico e sequência de páginas, a tal ponto que não poderiam ser dele destacadas sem prejuízo do conteúdo apresentado em cada edição. Não compunham, portanto, um gênero à parte, com linguagem gráfica e retórica visual específicas, como estamos habituados a ver nas revistas (Cf. POÇAS, 2009).

Na verdade, as “capas” se (con)fundiam com a estrutura de página interna que, comumente, na maioria desses periódicos, aparece logo no início, reservada ao editorial, pois em todas houve um texto curto e opinativo, assinado pelo diretor da publicação. Esse texto cumpria a função de um editorial – um aspecto que, por sua vez, já trazia à *Mensagem da Apa* características de revista - e, a cada edição, exortava, de modo genérico, valores cristãos, fazia apelos à bondade e solidariedade humanas, ao trabalho social em favor do próximo e conclamava mais amor e compreensão aos excepcionais, um lema perseguido pelas Apaes desde a origem. Logo, nas “capas” eram veiculadas verdadeiras mensagens para (auto)reflexão, convidativas à filantropia, como, por exemplo, esta:

A melhor parte do nosso esforço pode ser dirigido em favor de outrem, porque só pelo amor, pela caridade, se chega às exigências da vida superior — *Nenhum pecado é maior que a falta de caridade para com aqueles que necessitam dela.*

Todos os homens devem saber que de uma humanidade que ensina o caminho da indulgência e do carinho para com os fracos, da piedade para com os sofredores e, da caridade para todos, surge o amor a si mesmo, que é a forma ideal de ser feliz (SILVA, 1963f, p. 1, grifos meus).

Tais apelos só não se fizeram presentes no número 1, em que o texto da “capa”, intitulado “Apresentação” (SILVA, 1963a), teve o intuito de, como já diz o nome, apresentar o nascente periódico. Nos demais casos, os textos tiveram títulos sugestivos e chamativos, escritos em caixa alta e sublinhados, como “Fazer o bem” (SILVA, 1963b), “Mais amor e compreensão” (SILVA, 1963c), “A importância do trabalho” (SILVA, 1963d), “Amor ao

⁸⁴ Nesta tese, considero o termo *capa* conforme o entendimento da ABNT, em sua NBR 6029, segundo a qual capa é definida como “Revestimento externo, de material flexível (brochura) ou rígido (cartonado ou encadernado). A primeira e a quarta capa são as faces externas da publicação. A segunda e a terceira capa são as faces internas ou verso da primeira e quarta capa, respectivamente” (ABNT, 2002b, p. 2).

próximo” (SILVA, 1963e) e “Ser feliz” (SILVA, 1963f). Como ocupavam a face mais externa do impresso e mediavam o primeiro contato deste com o leitor, esses editoriais cumpriam o papel de fornecer uma chave de leitura aos conteúdos que seriam apresentados, dirigindo a produção de sentidos e significados, ou, dito de outro modo, compondo uma rede interna de textos, que, implicitamente, se complementavam. Isso porque, antes de qualquer leitura do conteúdo interno, predispunham o leitor a reconhecer e a valorizar, direta ou indiretamente, a importância das atividades filantrópicas realizadas pelas Apaes. Um editorial de 1963 lembrava, a esse respeito, que:

Só se é feliz quando se está trabalhando em favor de alguma coisa que possa trazer benefício aos que necessitam. Toda a nossa tarefa diária seria sem importância se não fosse dirigida para a realização de um ideal. As nossas APAEs são o exemplo magnífico do valor do trabalho de cada um, irmanados pelo mesmo espírito e convictos da necessidade de concretizar algo em benefício de outrem. Os grandes ideais começaram todos em algum lugar pequeno.
Cada um de nós é mais importante do que pensa, e do nosso esforço dependerá o futuro daqueles que hoje tanto necessitam de nós (SILVA, 1963d, p. 1, grifos meus).

Dessa forma, tanto se justificava a existência das Apaes no começo dos anos de 1960, como se forjava uma representação e recepção positiva em torno delas, estimulando quem lesse o periódico a se tornar um amigo do excepcional ou pai engajado nesse movimento, definido, nas palavras de do frei Romeu Peréa (1963, p. 4), originalmente publicadas em artigo de 08 de maio de 1963, no jornal *Diário de Pernambuco*, e transcritas na edição de número 5 do periódico apaeano, como “[...] seguramente um dos mais necessários e urgentes que tem aparecido [no país], por ser um dos mais humanos e cristãos”. Essa convocatória aos leitores potenciais ficou evidente no editorial denominado “Mais amor e compreensão”, dando a entender que se esperava a leitura do periódico por outras pessoas que não apenas os pais de excepcionais ou sócios da entidade. Nesses termos, Silva (1963c, p. 1, grifos meus) exortava que:

O nosso leitor, pai de excepcional, que ainda não esteja conosco, precisa não pensar só em seu caso. Precisa entrar na luta, lado a lado, para ajudar-nos a vencer as dificuldades, criando para o seu filho e para os de outrem, condições de melhor vida. É preciso que suas ideias venham juntar-se às nossas no combate às dificuldades e obstáculos que apareçam; venha falar conosco com a mesma língua. Só do conagraamento dos pais, poderemos conseguir oferecer aos nossos filhos uma vida feliz.
E para você, leitor, que não é pai, torne-se um amigo do excepcional, como você gostaria que o fossem do seu filho, se não fosse perfeito.
Lembre-se de que nem todas as árvores nascem retas. As tortas, quando amparadas e cuidadas, podem dar sombra e frutos.

Dados os propósitos da Fenapaes, era preciso relembrar aos filiados e convencer o público em geral de que o caminho da realização e felicidade pessoais passava pelo altruísmo, reiteradamente prescrito nesses textos. Ademais, o futuro da entidade, que mal nascera, dependia da colaboração e envolvimento abnegado de todos, que deveriam estar imbuídos do mesmo espírito humanista e cristão, a fim de se empenharem no ingente trabalho em prol do

excepcional, porquanto, “[...] em país como o nosso, em que praticamente tudo está por fazer, no terreno da deficiência mental, especialmente visadas as autoridades, até agora quase divorciadas do problema” (KRYNSKI, 1963, p. 2). Tal cenário possibilitou que grassasse a iniciativa privado-filantrópica no atendimento ao excepcional brasileiro. Segundo Mendes (2010), a Segunda República, período que se refere à História política do Brasil de 1945 a 1964, vivenciou a institucionalização da filantropia no tocante aos excepcionais. Sobretudo a partir dos anos de 1960, para o atendimento desses sujeitos,

[...] começaria a ser observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico.

[...]

Assim, o fortalecimento neste período da iniciativa privada, com instituições de natureza filantrópica sem fins lucrativos, se deveu primeiramente a uma omissão do setor da educação pública que forçou uma mobilização comunitária para preencher a lacuna do sistema escolar brasileiro (MENDES, 2010, p. 99).

Nesse sentido, os editoriais de 1963 tinham um conteúdo exortativo, prescritivo e doutrinário, visando à deflagração de atitudes e comportamentos ideais, condizentes com a filosofia da instituição, como ratificava este outro editorial:

Quase todos os homens se preocupam em ganhar bastante para viver e sustentar satisfatoriamente a sua família. Ser bom marido, ser bom pai e ser bom profissional tem sido o desejo de todos aqueles que querem ser considerados homens de bem.

Deve-se, contudo, salientar que isto não basta. É preciso fazer mais alguma coisa. *Todo o homem precisa dar um pouco de si, dedicar algum tempo a seu semelhante. Não importa que seja pouco o que possa dar, o importante é contribuir, auxiliar, fazer algo pelo qual não receba pagamento algum, a não ser o privilégio e satisfação de fazê-lo.*

Todo o homem [sic] precisa não se esquecer de que o mundo não é só seu. ‘SEUS IRMÃOS TAMBÉM ESTÃO AQUI’ (SILVA, 1963b, p. 1, grifos meus).

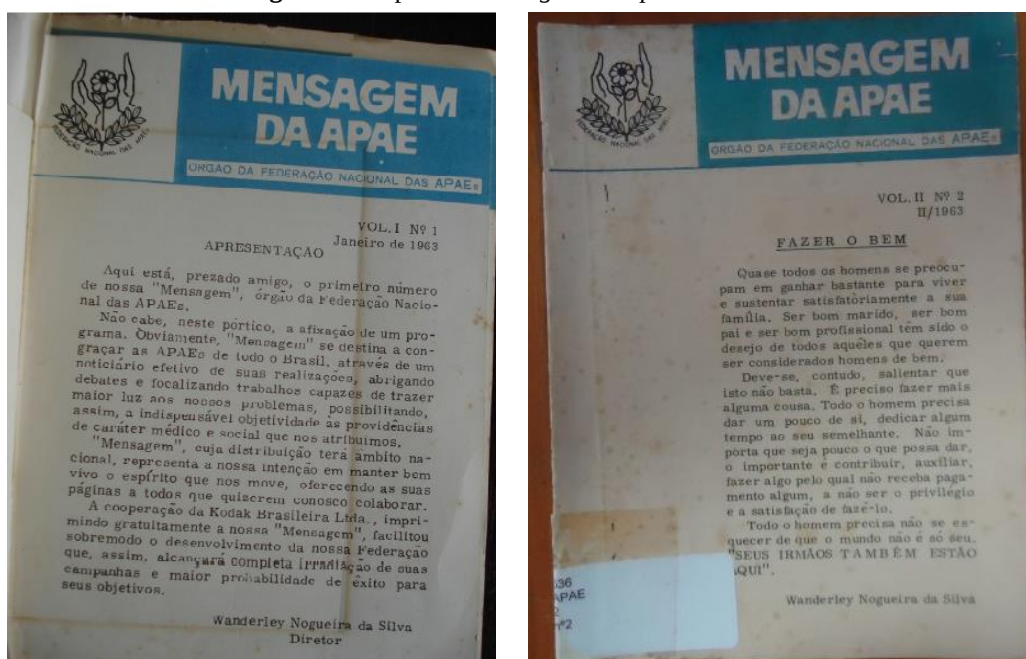
Ainda sobre a “capa” é preciso dizer que todas tinham, no topo, uma espécie de cabeçalho, formando uma faixa retangular em que aparecia, à esquerda, em contorno negrito, na cor preta, preenchido na cor branca, o símbolo adotado pela Fenapaes, qual seja, uma flor margarida protegida por duas mãos em perfil, sustentadas por dois ramos de folhas. Margeando essas folhas e seguindo sua inclinação, podia-se ler, da esquerda para a direita, o nome da entidade, Federação Nacional das Apaes. À direita, no espaço que sobrava desse “cabeçalho” estava gravado o nome do periódico, *Mensagem da Apaes*, centralizado, todo em caixa alta, na cor branca e letras garrafais, sob fundo azul-claro. Abaixo desse nome, em caixa alta, mas com fonte reduzida, delimitado por um retângulo, preenchido na cor branca, ficava subscrito, com fonte na cor azul-claro, o dístico *Órgão da Federação Nacional das Apaes*.

A cor azul-claro, as letras garrafais e a ilustração referente ao símbolo da entidade na parte mais superior da página eram, portanto, os principais recursos para demarcar a “capa”,

identificar o periódico e quebrar a monotonia do preto e branco. O uso da cor azul-claro, além de representar uma forma econômica de contrastar o título, assumia um valor simbólico. Essa cor representa serenidade, harmonia, integridade, equilíbrio e verdade, passando, ainda, a ideia de acolhida e amparo. Já se disse que “Na heráldica, o azul é usado para simbolizar a piedade e sinceridade” e, também, “O azul é a ajudante, o salvador, o amigo em necessidade. [...]. É um doador, não um tomador” (O SIGNIFICADO..., 2014, n.p.). Ora, tais atributos aplicavam-se, justamente, aos propósitos das Apaes e sua Federação, que eram os de levar assistência, proteção e cuidado aos excepcionais, constituindo-se em instância capaz de orientar os pais, aflitos com a situação de seus filhos, necessitados de apoio para reorganizar suas vidas e carentes de uma instituição em que pudessem confiar.

Em seguida, logo abaixo dessa faixa de cabeçalho, ficava disposta, na extrema direita, a indicação de periodicidade, com menção ao volume e ao número da edição, aspecto característico das revistas. O mês correspondente, todavia, só foi indicado no primeiro número. Em seguida, vinha um daqueles títulos dos editoriais mencionados, que, na ausência de outros recursos mais sofisticados para destaque gráfico, era escrito em caixa alta e grifado. No corpo da página, estava o conteúdo do “editorial” ou, na acepção do periódico, a mensagem propriamente dita, com recuo maior da margem esquerda em alguns números (2, 4 e 5), finalizado com o nome de seu autor, Wanderley Nogueira da Silva, diretor de *Mensagem da Apea* naquele momento. A *Figura 2* possibilita melhor compreensão e visualização do exposto até aqui:

Figura 2 - Capas de *Mensagem da Apea* em 1963

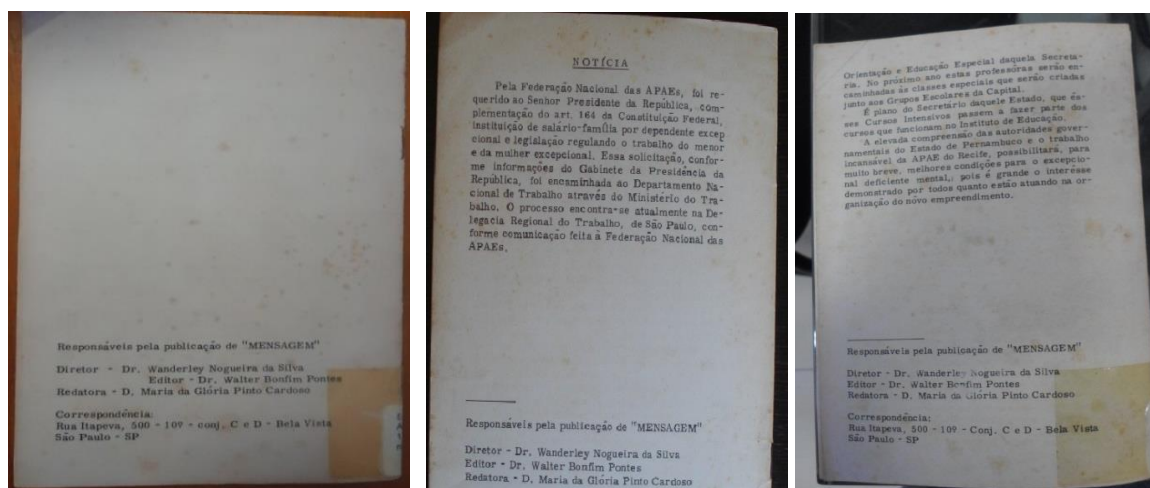


Fonte: *Mensagem da Apea* (v. 1, n. 1, 1963 e v. 2[1], n. 2, 1963, respectivamente).

Nas quartas capas, por sua vez, o espaço superior, quando necessário, era destinado à continuidade ou à apresentação inteira de pequenas notas ou notícias, veiculadas desde as páginas finais do periódico. O quarto inferior das quartas capas, porém, era sempre reservado para a indicação dos “Responsáveis pela publicação de Mensagem”, elencando as funções de diretor, editor e redator, com os nomes dos respectivos encarregados. Essa prática, embora não constituísse um expediente completo, tal como se esperaria de uma revista, sinalizava, por outro lado, o desejo da entidade em ter um impresso regular, com corpo editorial e alguma técnica. Além disso, a preocupação com a editoria e autoria não é comum nos panfletos e boletins institucionais, reforçando, mais uma vez, a proximidade de *Mensagem da Apae*, desde o princípio, ao formato de revista, em que pese a ambiguidade desses primeiros números.

Por fim, bem na parte inferior da quarta capa, indicava-se o endereço para correspondência, situado, à época, na cidade de São Paulo. Tal informação sugere que se esperava o envio de colaborações à pequena equipe de redação, estabelecendo-se uma interlocução entre os produtores e leitores possíveis do periódico, outra estratégia editorial adotada tipicamente por revistas, que, assim, visam a cativar o leitor, à medida que criam neste a expectativa por uma resposta e de uma suposta coparticipação nos rumos do periódico para o qual escrevem. As imagens abaixo permitem verificar como foram impressas e usadas essas quartas capas, em suas disposições materiais e textuais:

Figura 3 - Quartas capas de *Mensagem da Apae* em 1963



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 1; v. 1, n. 4; v. 1, n. 6, respectivamente).

Nas edições de 1963 não houve, contudo, uma seção de cartas do leitor ou outra equivalente. Isso leva a crer que essa interação, se ocorreu, foi mínima, limitada ao envio de correspondências institucionais por algumas Apaes. Estas, provavelmente, escreviam à redação para divulgar notícias de suas localidades – pois algumas foram publicadas nas páginas finais,

segundo explicarei adiante –, enviar colaborações na forma de traduções, como no caso específico da Apae de Curitiba, ou, ainda, notificar a Federação sobre artigo elogioso aos apaeanos, publicado em jornal regional, como o fez a Apae do Recife, a qual remeteu o artigo do frei Peréa (1963), reeditado por *Mensagem da Apae*, conforme aludi alhures. No número seis, foi republicado, também, um pequeno texto de Maria de Lourdes C. S. Gomes, então vice-presidente da Apae de Curitiba, inicialmente lançado no jornal paranaense *Gazeta do Povo*, no qual a autora, em tom cronístico, relatava as impressões positivas que tivera por ocasião de sua visita a uma escola de excepcionais dessa cidade.

Mediante as *Figura 1, 2 e 3*, além da descrição realizada, percebe-se que, de início, os recursos e dispositivos técnicos empregados no processo de composição do periódico eram bastante econômicos e limitados, visualmente pouco atrativos. Como não havia sumário ou manchetes na “capa”, o conteúdo, como nos boletins, só poderia ser conhecido mediante sua leitura e manipulação internas. A formatação dos textos era bastante simples, os quais pareciam datilografados, recorrendo-se ao grifo, por meio de traços sublinhados às palavras, e/ou à letras em caixa alta para os destaques de títulos e subtítulos. Os espaços para impressão eram bastante aproveitados, tanto que, na edição de número 5, encontram-se duas pequenas notas informativas ao final de dois textos, com os quais não mantinham relação direta, ocupando uma área que, do contrário, ficaria em branco. O uso das quartas capas para fins informativos também ratifica essa análise, além da utilização da primeira página, ao mesmo tempo, como uma “falsa” capa e local reservado para as palavras do diretor, ou seja, o editorial.

Tais considerações nos remetem às dificuldades que, certamente, os responsáveis encontravam para produzir e pôr em circulação o impresso, que se pretendia de abrangência nacional (SILVA, 1963a). Esse aspecto fica patente quando consideramos que, para ser lançado, o primeiro número contou com o patrocínio da empresa Kodak Brasileira Ltda, embora não se encontre, depois, menção à continuidade desse apoio, tampouco a incorporação de reclames publicitários dessa ou de outra empresa nos números subsequentes, em 1963, como forma de subsidiar os custos. Não obstante, o local de impressão deve ter sido o mesmo em todas as edições, pois o formato se manteve estável no decorrer de todo o volume 1. Segundo Silva (1963a, p. 1),

A cooperação da Kodak Brasileira Ltda.⁸⁵, imprimindo gratuitamente a nossa ‘Mensagem’, facilitou sobremodo o desenvolvimento de nossa Federação que, assim, alcançará completa irradiação de suas campanhas e maior probabilidade de êxito para seus objetivos.

⁸⁵ Empresa criada por George Eastman no final do século XIX, nos Estados Unidos, especializada no ramo da fotografia e de equipamentos fotográficos. No Brasil, o primeiro escritório da empresa foi inaugurado em 1920, no Rio de Janeiro. Em 1958, esse escritório central foi transferido para a cidade de São Paulo. Tal circunstância

Nessas condições, o projeto gráfico era, portanto, modesto. Não seguia à risca o modelo de seções encontrado nas revistas, embora existisse algum padrão, já que se repetiram certas escolhas e mediações dos editores. Excetuando-se o número 1, todos os demais traziam a tradução de artigos curtos publicados, originalmente, em revistas editadas nos Estados Unidos, sobre temas afetos às pessoas com deficiência, enviados, na forma de contribuição, pela Apae de Curitiba, menos o número 6, cuja tradução foi enviada, nominalmente, pela Sra. Thereza Overmeer, sobre a qual não é possível afirmar se mantinha ligações com a associação curitibana, nem pude encontrar outras informações a seu respeito.

As traduções ocupavam, geralmente, uma posição intermediária em cada edição, precedidas por textos de autores brasileiros, ligados à Apae, na condição de membros (KRYNSKI, 1963; XAVIER, 1963; CERQUEIRA, 1963; GOMES, 1963) ou admiradores, como foi o caso daquele texto assinado pelo frei Romeu Peréa (1963). Esse modelo só não se fez presente no número 4, em que o artigo traduzido foi iniciado já na página 2, no verso da “capa”; portanto, imediatamente após as palavras do diretor Silva (1963d). Por outro lado, tal artigo foi seguido de uma espécie de matéria, não assinada, sob o título de “*Problema dos Excepcionais*”.

Nesta se resumiam e se tomavam como mote para reflexão temas abordados pela professora Inez Enfeldt, em tese defendida durante a realização do 9º Simpósio do Menor, ocorrido em Jundiaí - SP, pelo Serviço de Menores do Estado. É mister destacar, ainda, que, na edição de número 5, a tradução foi, também, sucedida por uma matéria designada *Como surge uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais?*. Esta, sem autoria explícita, recuperava a explanação feita pela mesma Inez Enfeldt, no evento supracitado, sobre o surgimento da Apae de Jundiaí e discorria sobre a educação dos “atrasados mentais”.

Quanto à fonte original, no número dois, o texto traduzido, denominado *Os cromossomos e a mente*, provinha de artigo publicado no número de 14 de dezembro de 1962 da revista *Time*; portanto, ainda bastante atual para o momento da publicação em português, por *Mensagem da Apae*. O número 3 desse periódico disponibilizou as reflexões do editor da revista *Children Limited*, publicadas, de início, em dezembro de 1962, por ocasião do Natal, sobre os sofrimentos e conquistas decorrentes da aceitação das crianças “retardadas”, direcionando suas palavras ao movimento dos pais organizados em torno dessa causa. O número 4 apresentou o artigo *O amor não é suficiente: uma criança espera*, tradução proveniente de

foi, certamente, favorável para que os apaeanos da capital paulista, onde a revista era editada, contassem com o patrocínio da empresa, em 1963 (Cf. KODAK. 2016a, b).

artigo lançado em 8 de fevereiro de 1963 pela *Time*. Dessa mesma revista provinha o artigo *Psiquiatria: em direção a uma nova fronteira*, cuja data original não foi disponibilizada pelo periódico apaeano, no qual foi republicado, em seu número 5. Por fim, na última edição de 1963, o artigo traduzido fora escrito por James C. G. Conniff e publicado pela revista *Columbia*, de Nova York, também sem data de origem informada.

A publicação desses textos indica o intuito do periódico em prestar auxílio e orientação às Apaes, num momento em que havia pouca literatura disponível sobre o assunto em língua portuguesa, porquanto atualizava os leitores sobre conhecimentos e tendências internacionais referentes à vida do excepcional, seus familiares e associações. Por outro lado, evidenciava a influência estadunidense na composição organizacional e ideológica das Apaes, inspiradas, desde as origens, pelas associações de pais de crianças com deficiências daquele país, especialmente a Narc.

Nesses termos, a organização dos pais e familiares para assumir a dianteira na educação dos excepcionais e lutar por seus direitos sociais foi entendida, no Brasil, sob a ideologia do associativismo liberal norte-americano, como sinal de desenvolvimento do próprio país, cujos cidadãos não esperavam do governo, até então bastante omissos em relação às pessoas com deficiência, mas empreendiam a busca por soluções no plano comunitário, na forma de direitos segmentados. Não por acaso, em texto datado de novembro 1962, mas publicado no primeiro número de *Mensagem da Apa*, Alda Moreira Estrazulas indagava: “Por que apregoar, insistir mesmo na criação de novos grupos de pais, isto é, de novas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais?”. Ao que ela mesma respondia, na sequência: “Porque a experiência de mais de 20 países nos mostra o valor e a necessidade destas associações” (ESTRAZULAS, 1963, p. 2). E, na mesma direção, no número 3 do periódico, Maria Amélia Vampré Xavier discorria que:

É este um dos pontos fundamentais das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — criar, antes de tudo, a mentalidade para a criação de numerosos agrupamentos de pais de excepcionais, como os que existem em quase todos os países adiantados para enfrentar, decididamente, as causas, a prevenção, a orientação pedagógica, a terapêutica ocupacional/[...] (XAVIER, 1963, p. 2, grifos meus).

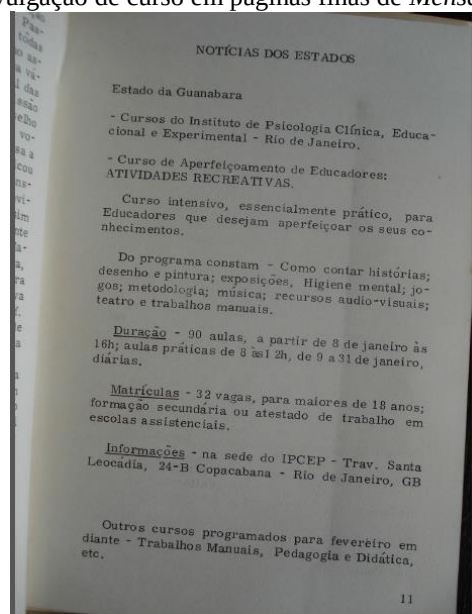
Por outro ângulo, a disposição das traduções criava um efeito de sentido que impactava nas práticas de leitura, criando uma chave interpretativa, muito possivelmente colimada pelos editores. Como, em geral, estavam dispostas nas páginas do início para o meio do periódico, antecedidas e/ou sucedidas por textos referentes à realidade nacional, essas traduções serviam de contraponto e complemento aos assuntos nacionais expostos em cada edição, reforçavam as concepções apaeanas e apresentavam novas perspectivas de atendimento ao excepcional, as quais poderiam inspirar a atuação das Apaes e autoridades brasileiras.

Assim, o leitor era levado a descrever uma trajetória de leitura – embora eu não desconsidere, certamente, suas táticas de apropriação do impresso, impossíveis, todavia, de serem aqui documentadas (Cf. CHARTIER, 1990; CERTEAU, 1994) - que cruzava significados e forjava uma rede implícita de mensagens e de práticas, comunicadas não apenas pelo conteúdo dos textos, mas também pela forma e sequência como eram distribuídos no interior do periódico. Cumpria-se, então, o propósito de persuadir o possível leitor a reconhecer a necessidade do trabalho das Apaes no país, pois estas poderiam ser as principais agentes no processo de garantir assistência especializada ao excepcional, tal qual vinha se praticando, em moldes avançados, nos Estados Unidos, tomados como a imagem-símbolo do “progresso”.

Já nas páginas finais, notei que, com regularidade, publicavam-se pequenos informes, notícias e notas técnicas referentes à rotina institucional ou de interesse dos apaeanos. Em todos os números de 1963, houve uma seção de notícia, com um pequeno texto desse gênero. Não obstante, outros textos breves e informativos, publicados no periódico com títulos próprios, como se fossem pequenas matérias, também poderiam ser classificados como *notícias*, dispostos tanto no final como em páginas mais internas de *Mensagem da Apae*.

Na edição de número 1, pode-se observar que os editores desejaram criar um espaço específico para informações oriundas dos estados brasileiros, ampliando a interlocução entre as Apaes, espalhadas pelo país, um dos objetivos do periódico. Por isso, na penúltima página, que correspondia à terceira capa, foi disposto o título *Notícias dos Estados*, seguido do subtítulo *Estado da Guanabara*, como se pode ver:

Figura 4 - Notícia sobre divulgação de curso em páginas finais de *Mensagem da Apae* (1963)



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 1. p. 11, jan. 1963).

Todavia, a fórmula editorial não se manteve, pois, nas edições subsequentes, tal modelo de subtítulo, indicativo do estado brasileiro, não foi mais adotado, sendo que se estabilizou o título *Notícia(s)*, sem quaisquer outras qualificações e complementos. Provavelmente, o abandono dessa pretensão de criar informes particularizados, por estados, se deu pela pouca participação das Apaes no envio de suas notícias, pois, ao longo dos seis números, foram noticiados fatos relacionados apenas às Apaes das cidades de São Paulo - SP, Jundiaí - SP, Rio de Janeiro - GB, Recife - PE e Curitiba - PR. Ademais, naquela conjuntura, eram poucos os estados brasileiros que contavam com pelo menos uma Apae, a saber, Rio de Janeiro, Guanabara, Goiás⁸⁶, Paraíba, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Pará (MENSAGEM..., 1963e, 2014).

Essas notícias anunciaram a realização de curso de aperfeiçoamento de educadores (MENSAGEM...,1963a), eleição de nova diretoria da Apae de São Paulo (MENSAGEM...,1963b), encerramento de curso de férias sobre trabalho com a criança retardada (MENSAGEM...,1963c), requerimento, feito pela Fenapaes ao presidente da República (MENSAGEM...,1963d), para complementação de artigo da Constituição Federal, a ocorrência futura do I Congresso Nacional das Apaes (MENSAGEM...,1963e) e a criação, pela Secretaria de educação do Estado de São Paulo, de duas classes especiais para crianças mongoloides⁸⁷ (MENSAGEM..., 1963f).

Houve, ainda, nas páginas finais, a publicação de informes, como o anúncio da morte de pessoas ligadas ao grupo dos apaeanos e ao trabalho com os excepcionais, a exemplo da edição de número 2, que notificou aos leitores os falecimentos de D. Liddy Chiaffarelli Mignone e de Gustavo Lessa. Por sua vez, destoando dessa lógica, além da notícia final, a edição de número 3 relatou, entre as páginas cinco e seis, a exibição de programa de televisão sobre criança excepcional, organizado pela Apae de São Paulo (MENSAGEM..., 1963c), provavelmente para melhor aproveitar a distribuição do conteúdo pelos espaços disponíveis, fechando o número com a divulgação do já mencionado *Relatório das Atividades da Federação Nacional das Apaes*, o primeiro da instituição.

A edição de número 6 foi a que mais conteve informes, além da seção própria da “notícia”. Nela se noticiou, sob título *A AJPAE de Jundiaí construirá um centro piloto*, a futura

⁸⁶ No caso de Goiás, as datas são inexatas e contraditórias, pois no número 5, de 1963, ao se listar as Apaes existentes pelo Brasil naquele momento, elenca-se, no periódico, a Apae de Goiânia. Não obstante, na edição de *Mensagem da Apae* comemorativa de 60 anos das Apaes no país, a indicação é que a Apae de Goiânia teria sido fundada em 1969. Em discurso proferido por Justino Alves Pereira (1969), quando da abertura do IV Congresso da Fenapaes, em 1969, este afirma que a Apae de Goiânia teria surgido em 1956.

⁸⁷ Termo da época para se referir a crianças com Síndrome de Down.

construção de um centro-piloto na Apae de Jundiaí, onde funcionaria uma clínica psico-pedagógica para atender aos deficientes mentais e colaborar na formação de técnicos especializados. Veiculou-se, também, matéria denominada “Eles tornarão nossas vidas ricas, puras e cheias de finalidade”, enviada pela Apae de Curitiba, na qual se participava a realização de conferência na sede dessa Apae, discorrendo sobre o teor das discussões desenvolvidas pelo conferencista.

Ainda nessa edição, houve, mais uma vez, o informe sobre a programação do I Congresso Nacional da Federação das Apaes (1963f). Contudo, dada a relevância desse evento para a Fenapaes e, muito possivelmente, pela sua iminência, já que o número 6 era referente ao mês de junho de 1963 e o Congresso ocorreria no mês seguinte, esse foi o único informe, ao longo de todas as edições, que veio imediatamente após as palavras do diretor, complementando-as. Dito de outro modo, o anúncio do Congresso, disposto na segunda página, como primeiro assunto da edição, ocupava um lugar privilegiado, resultante do trabalho de mediação editorial, cujo objetivo era, por certo, chamar a atenção do leitor para tal acontecimento, de grande repercussão institucional. Por fim, circulou, no mesmo número, como último conteúdo da edição, uma nota, sob o título de *Apae do Recife*, muito similar a uma notícia, conquanto não tivesse esse epíteto, na qual se relatava que:

O Secretário da Educação do Estado de Pernambuco baixou portaria nomeando um grupo de trabalho encarregado de fazer um plano de educação para a criança mentalmente retardada.

Ainda inspirada pela APAE de Recife, já funciona no Instituto de Educação de Pernambuco um curso intensivo de 1 (um) ano para preparo de professoras especializadas na educação do excepcional.

[...]

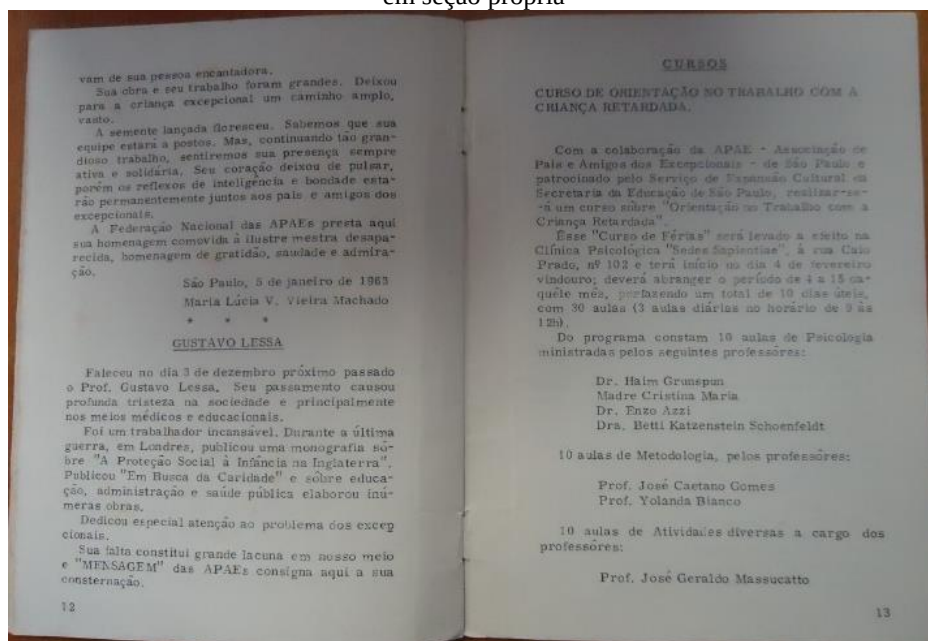
É plano do Secretário daquele Estado, que esses Cursos Intensivos passem a fazer parte dos cursos que funcionam no Instituto de Educação.

A elevada compreensão das autoridades governamentais do Estado de Pernambuco e o trabalho incansável da APAE do Recife, possibilitará, para muito breve, melhores condições para o excepcional deficiente mental, pois é grande o interesse demonstrado por todos quanto estão atuando na organização do novo empreendimento (MENSAGEM..., 1963f, p. 19-20, grifos meus).

Essa nota indicava, desde o princípio, o interesse das Apaes, seja nacional ou localmente, em influir nas decisões e políticas de governo, na luta por um plano de atendimento educacional aos excepcionais, de um lado, e, de outro, pela sua participação na formação de especialistas na área da excepcionalidade, assunto que discuto no último capítulo desta tese, com mais vagar. Ainda assim, é importante frisar que tal esforço foi uma constante nas iniciativas apaeanas do começo dos anos de 1960, revelada, ademais, nos anúncios específicos sobre cursos, que vinham destacados, nas páginas finais do periódico, em seção própria, como nos números 2, 4 e 6, ou, então, identificados com a seção de notícias, como foi o caso dos

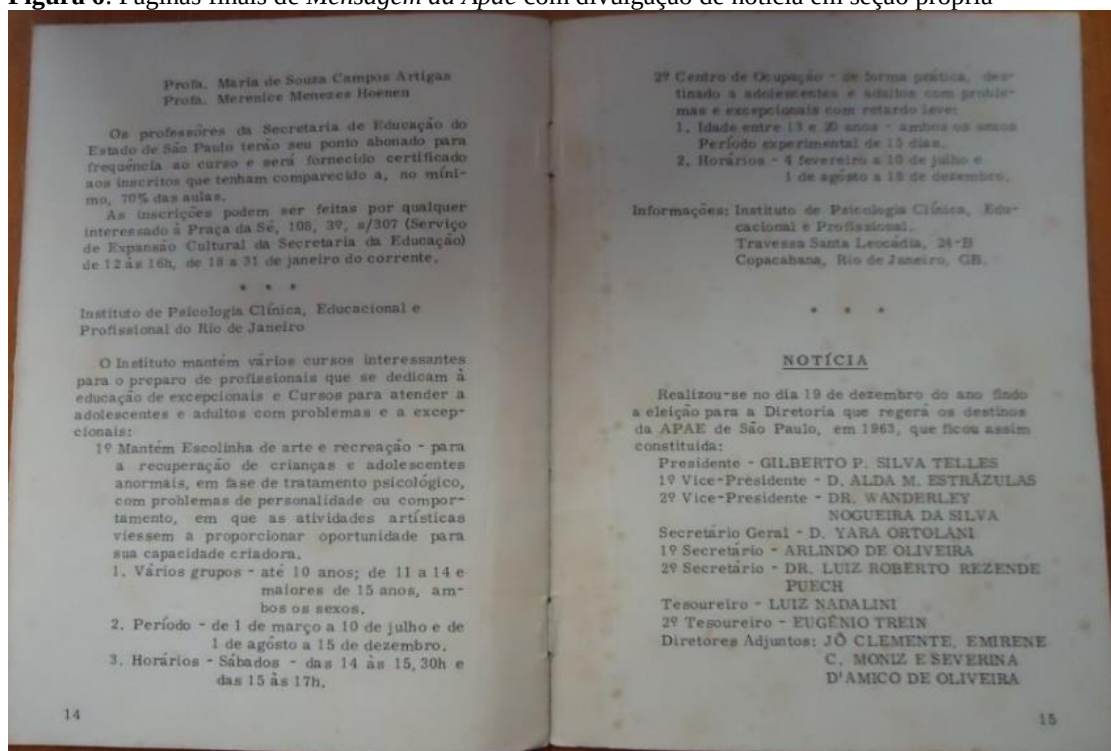
números 1 e 3. Nas imagens seguintes, pode-se ter uma ideia de como eram organizadas as páginas finais de *Mensagem da Apae*, tendo-se em vista a descrição efetuada:

Figura 5: Páginas finais de *Mensagem da Apae* com informe de óbito de Gustavo Lessa e divulgação de cursos em seção própria



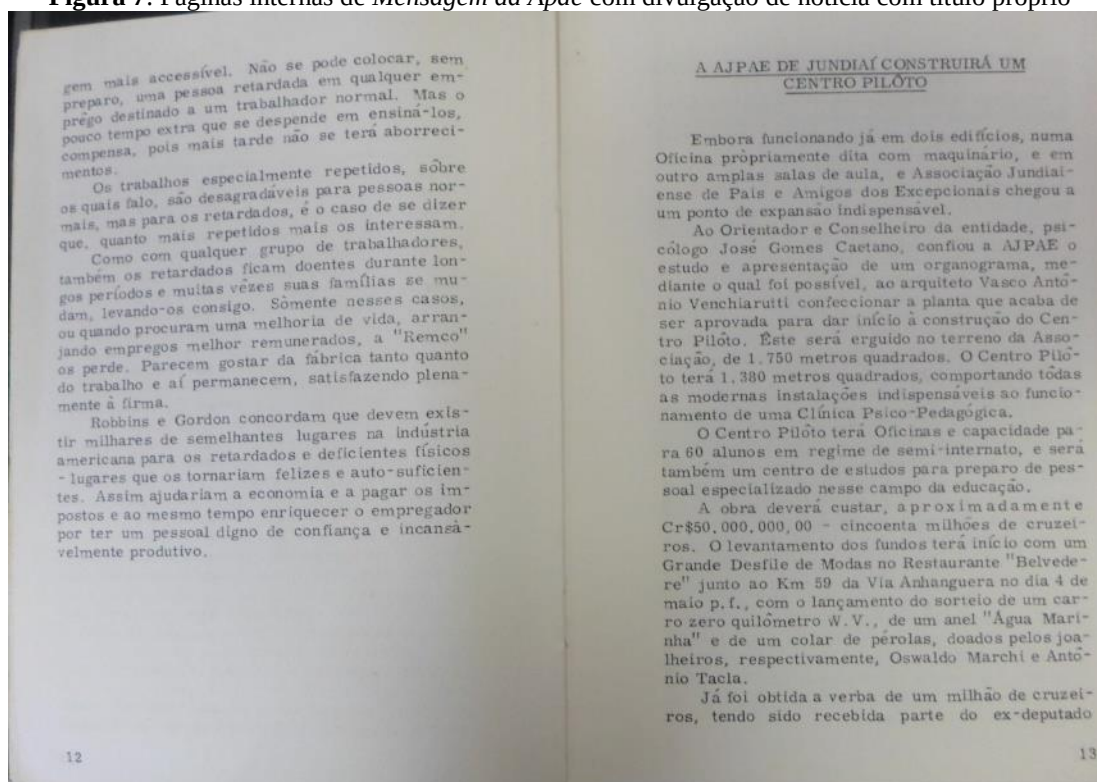
Fonte: *Mensagem da Apae* (v.1, n. 2, p. 12-13, 1963).

Figura 6: Páginas finais de *Mensagem da Apae* com divulgação de notícia em seção própria



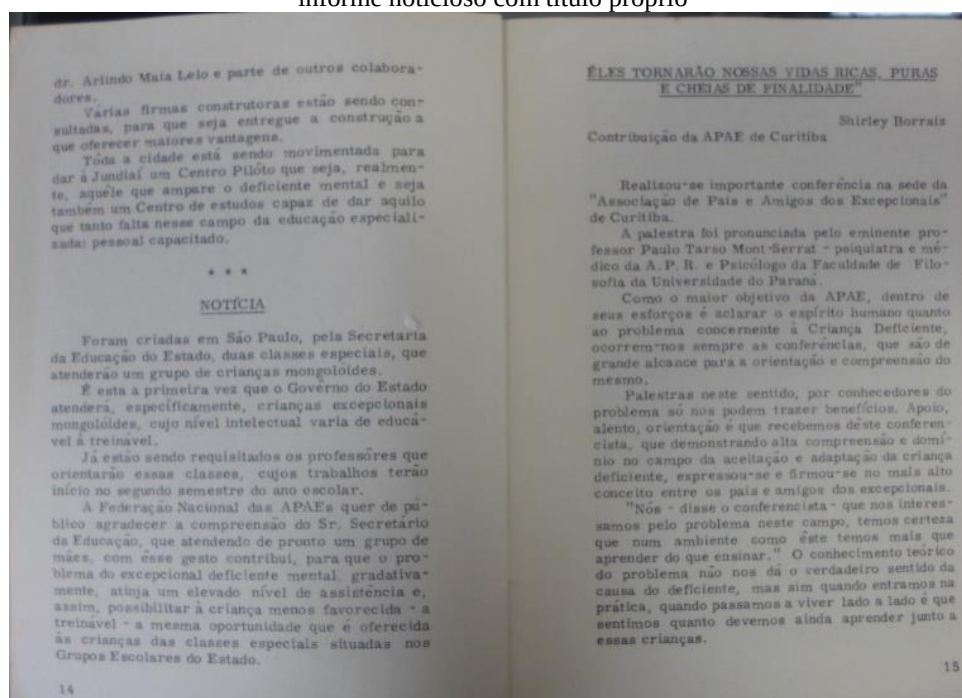
Fonte: *Mensagem da Apae* (v.1, n. 2, p. 14-15, 1963).

Figura 7: Páginas internas de *Mensagem da Apae* com divulgação de notícia com título próprio



Fonte: *Mensagem da Apae* (v.1, n. 6, p. 12-13, 1963).

Figura 8: Páginas internas de *Mensagem da Apae* com divulgação de notícia em seção específica, seguida de informe noticioso com título próprio



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 6, p. 14-15, 1963).

No que tange aos cursos anunciados, pode-se afirmar que seus conteúdos e programas são reveladores de práticas e concepções históricas da Educação de Excepcionais, encampadas pelas Apaes, bem como de modelos de professores esperados naquela conjuntura. Por isso, dada sua relevância, serão explorados no capítulo final desta tese, quando problematizarei esse ponto. Por ora, dando continuidade às discussões sobre os aspectos textuais e gráficos da revista, avanço, no tópico seguinte, para a apresentação e análise dos exemplares que constituíram a série de 1964 a 1968, dadas suas características singulares.

2.2 Mensagem da Apae (1964-1968): o impresso sob “nova roupagem”

No período de 1964 a 1968, depois de ter ficado todo o segundo semestre de 1963 sem circular, *Mensagem da Apae* reapareceu, apresentando “nova roupagem”, com números cujos formatos, pela primeira vez, assumiram características bem demarcadas do gênero *revista*, de modo que o periódico, inclusive, assim passou a se definir, anunciando maior tiragem e circulação, a qual seria, supostamente, estendida até ao exterior. O *design* gráfico foi remodelado; anúncios publicitários chegaram a ser veiculados e, em geral, passou-se a publicar textos de maior extensão, alguns com apelo científico, ao menos inicialmente.

Assim, o impresso se distanciou das fórmulas adotadas na composição de boletins ou folhetos institucionais, conquanto tenha mantido a função de também informar e atualizar o leitor sobre os acontecimentos da rotina institucional, mediante “noticiário” voltado para tal finalidade. O então presidente da Fenapaes, Antônio Santos Clemente Filho, no editorial do primeiro número de 1964, registrou, a esse respeito, que:

Depois de uma pausa, reaparece a MENSAGEM, com nova apresentação. Dificuldades várias, decorrentes das formalidades do registro da Federação das APAES e da própria revista, impediram-na de continuar com a pontualidade que vinha mantendo desde o seu início. Todavia, valeu a pena esperar um pouco. *Em sua nova fase, a Revista se apresenta com nova roupagem, com maior número de páginas e com maior tiragem*, permitindo a sua difusão por todo o Brasil e pelo exterior (CLEMENTE FILHO, 1964b, p. 5, grifo meu).

Podemos depreender que, no segundo semestre de 1963, após a realização do I Congresso Nacional das Apaes, tendo sido aprovado, então, o primeiro estatuto e eleita a primeira diretoria, a Fenapaes esteve empenhada na sua oficialização junto aos órgãos públicos federais, o que exigiu dispêndio de esforços da entidade para resolver trâmites burocráticos, dificultando a edição do periódico, que, por seu turno, também enfrentava dificuldades técnicas e financeiras para se manter. Além disso, a antiga comissão que se encarregara da publicação, nos primeiros meses de atividade da Fenapaes, encerrara o trabalho, como escreveu Silva (1963f). Dessa forma, levou algum tempo para que a nova Diretoria reestruturasse o formato

editorial de *Mensagem da Apae* e a colocasse novamente em circulação. Não se pode desconsiderar, igualmente, que o país era sacudido, em 1963, por tensões políticas e econômicas, referentes ao governo de João Goulart (1961-1964), que, em 1964, seria deposto pela ditadura civil-militar (Cf. FONSECA; MONTEIRO, 2005), aspecto que tornava as atividades dos apaeanos, também, conturbadas e dificultadas no tocante à busca e obtenção de qualquer apoio governamental ou de grandes empresas.

Por outro lado, é preciso ponderar que, ao longo de toda a sua primeira fase, a edição do periódico não contou com jornalistas profissionais, embora estivesse a cargo de agentes com formação universitária, precipuamente da área médica. Para existir, o impresso dependia, portanto, do trabalho voluntário dos membros da Fenapaes com alguma experiência na área. Nessas condições, não podemos esquecer que a atividade editorial demandava um envolvimento regular dos agentes institucionais responsáveis por essa tarefa, em uma entidade com sede provisória e um quadro de pessoal ainda pequeno, o qual já cumpria várias funções na vida apaeana e fora dela. O quadro a seguir elenca os responsáveis pela publicação em cada ano, de 1964 a 1968, com os respectivos cargos no expediente da revista, ampliando a compreensão do exposto:

Quadro 3 - Responsáveis pela publicação de Mensagem da Apae (1964-1968)

Nome	Cargo	Atuação profissional
1964		
Walter Bonfim Pontes	Editor-diretor	Médico radiologista/professor universitário
Maria Lucia V. Vieira Machado ⁸⁸	Redatora-chefe	Informações não encontradas
1965		
Walter Bonfim Pontes	Editor	Médico radiologista/professor universitário
Wanderley Nogueira da Silva	Diretor	Médico cardiologista/professor universitário
Maria da Glória Pinto Cardoso	Responsável pela publicação	Informações não encontradas
1966		
Walter Bonfim Pontes	Editor-diretor	Médico radiologista/professor universitário
Stanislau Krynski	Redator-chefe	Médico psiquiatra/professor universitário

⁸⁸ Não pude localizar informações precisas sobre Maria Lucia V. Vieira Machado. Apenas seu nome foi mencionado na ata fundante da Fenapaes, em 1962, sem possibilitar clareza quanto ao seu papel e atuação entre os apaeanos (RELATÓRIO..., 1963). Outras fontes, além das publicações das Apaes, que trouxessem dados sobre sua vida também não foram encontradas.

Ernesto H. Simon	Coordenação e Supervisão de impressão	Informações não encontradas
1968		
Walter Bonfim Pontes	Editor-diretor	Médico radiologista/professor universitário
Antônio Santos Clemente Filho	Redator-chefe	Médico radiologista/professor universitário
Ernesto H. Simon (indicado até o n. 3 de 1968)	Coordenação e Supervisão de impressão	Informações não encontradas

Fonte: *Mensagem da Apae* (1964-1968).

Diante dessa realidade, encontrar pessoas dispostas a encampar tal atividade não devia ser muito fácil, tanto que editores do primeiro momento, como Walter Bonfim Pontes e Wanderley Nogueira da Silva, reapareceram nessa função, como disposto no *Quadro 3*. O primeiro permaneceu como editor ou editor-diretor em todos os números desse segundo momento da primeira fase, ao passo que Silva assumiu a direção de apenas mais um número nesse período. À medida que tais problemas e entraves iniciais foram sendo enfrentados, porém, a revista voltou a ser uma das prioridades, pois cumpriria o papel estratégico de reforçar os laços de sociabilidade institucional entre as Apaes federadas, muitas tão distantes fisicamente entre si, levando a cada uma delas a “Mensagem” doutrinária da Federação, os ideais apaeanos e as notícias de seu interesse.

Observou-se mesmo certa tentativa de profissionalização do impresso, pelas funções editoriais elencadas no *Quadro 3*, que evidenciaram maiores investimentos institucionais e técnicos na sua produção. Nesse momento, o periódico foi, pelo menos no discurso, ainda mais valorizado como instrumento privilegiado de comunicação e “entrosamento” da Fenapaes com as associações que estavam sob sua coordenação e supervisão, ou, em outras palavras, considerado o melhor expediente para cumprir os objetivos da entidade. Tal perspectiva foi confirmada pelos dizeres de Clemente Filho (1964b, p. 5, grifos meus), pois, segundo este,

[...] a nossa revista ambiciona servir de elo entre as associações federadas, levando-lhes palavras de incentivo, ao mesmo tempo que lhes proporciona, através de páginas subscritas por estudiosos do problema do excepcional, a sua parte doutrinária e de divulgação de notícias de interesse geral.

Tal realização permitirá melhor conhecimento entre todos os que já estão unidos espiritualmente pelo grande ideal de MAIS AMOR E COMPREENSÃO, dando-lhes a consciência de um trabalho ‘de equipe’ ou de conjugação de esforços, facilitando o trabalho das federadas, na divulgação de suas realizações.

A Federação, no seu papel de coordenação e supervisão do movimento em prol do excepcional, encontrará em MENSAGEM, o melhor meio para a realização de seus objetivos [...].

Além da parte doutrinária, MENSAGEM reservará espaço para a divulgação do Noticiário da Federação e das Associações, além de notícias gerais relacionadas com as suas atividades; outras seções serão abertas oportunamente, dependendo do interesse despertada.

Dadas as mudanças significativas no projeto editorial e gráfico, precisamos compreender, portanto, como se reorganizou o periódico nesse segundo momento, analisando sua materialidade e as implicações dessas inovações editoriais para a consecução dos propósitos supracitados. É importante ressaltar que, de 1964 a 1968, foi lançada a maior quantidade de números e edições do impresso em relação à fase considerada, constituindo um expressivo *corpus* documental. Logo, mediante a relevância desse momento para se entender a história do periódico, das representações ventiladas e do atendimento aos excepcionais, sobretudo porque, nesse ínterim, *Mensagem da Apae* incorporou, efetivamente, características do formato revista, empreendo, no próximo capítulo, um estudo ainda mais específico acerca das mediações editoriais que caracterizam o impresso nesses anos.

Por ora, avancemos para a discussão de uma das características e particularidades que marcaram *Mensagem da Apae* no seu segundo momento, qual seja, a veiculação de publicidade e fotografia, haja vista que tais dispositivos também propõem sentidos e significados para a melhor decifração do impresso enquanto objeto cultural. Ademais, cumpre ressaltar que a presença da publicidade é, justamente, um dos indícios que corroboram o formato de revista assumido pelo impresso, uma vez que “Dos vários suportes que se prestaram à propaganda e à publicidade, a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas (MARTINS, 2008, p. 244).

2.1.2 Esquadrinhando anúncios publicitários e fotografias

Nesta seção, passo a explorar ainda mais as inter-relações entre materialidade e textualidade de *Mensagem da Apae*, ao discorrer sobre as propagandas e fotografias presentes em algumas das edições de 1964 a 1968, pois esses dispositivos também incidem sobre as práticas de leitura e representações veiculadas pelo periódico (Cf. BICCAS, 2008). Ao fazê-lo, estou utilizando o termo propaganda “[...] em seu sentido comercial, como publicidade, na forma de anúncios [...]” (BICCAS, 2008, p. 118). A autora citada, quando analisou a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, trouxe importante contribuição sobre esse aspecto, lembrando que:

Os anúncios publicitários, enquanto textos que compõem o suporte material da revista, são um dos elementos fundamentais que influenciam na constituição dos sentidos transmitidos por esse tipo de impresso. Barzotto⁸⁹ (1998:47:48) observa que a intercalação de tipos diferentes de textos em um determinado suporte, no caso, os anúncios publicitários em revistas, são procedimentos que se têm mostrado rotineiros

⁸⁹ BARZOTTO, Valdir H. *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso: um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado) - UNICAMP, IEL.

e fazem parte das preocupações dos editores e, principalmente dos autores, uma vez que a inclusão de elementos visuais, que não fazem parte do texto original, podem modificar os sentidos por eles pretendidos (BICCAS, 2008, p. 139, grifos meus).

Cumprido entender, então, de que modo ocorreu a “dinâmica das formas e sentidos” nas páginas do periódico, considerando os anúncios publicitários e também as fotos. Ainda que tenham sido poucos, dispostos em apenas alguns de seus números, esses recursos visuais e gráficos introduziram outros modos de edição da revista e de interação junto ao público leitor (Cf. BICCAS, 2008), além de revelarem aspectos significativos sobre as redes de sociabilidade dos editores.

2.1.1.2 Mensagem da Apae: os anúncios publicitários

Ao perscrutar os números da revista, pude verificar que os apelos publicitários, com a oferta dos mais variados produtos e serviços, apareceram apenas no segundo momento (1964-1968) de sua primeira grande fase (1963-1973). Já na primeira edição de 1964, na qual *Mensagem da Apae* aparecia relançada “sob nova roupagem”, foram publicados anúncios comerciais, o que representou uma novidade em relação aos números de 1963, que não veicularam nenhum tipo de propaganda, como visto. Esses anúncios, porém, permaneceram sendo veiculados em *Mensagem da Apae* até 1966, visto que não houve números lançados em 1967 e, nos de 1968, eles desaparecem. Assim foi até o término dessa primeira fase do periódico. Para se ter uma ideia do que era anunciado, elaborei este quadro:

Quadro 4 - Propagandas veiculadas em *Mensagem da Apae* (1964-1966)

Ano civil	Ano da revista	n. da revista	Tipo de propaganda	Quantidade de propagandas por número da revista
1964	II	1	Importação de material hospitalar; importação de equipamento hospitalar, de pesquisa, física nuclear e controle de radioatividade; tecidos finos	3
1964	II	2	Banco; 7ª Fenit (Feira Nacional da Indústria Têxtil); importação direta de equipamento hospitalar, de pesquisa, física nuclear e de controle de radioatividade; tecidos finos; Itapeva Ltda.: Organização farmacêutica; Farmácia Drogaval Ltda; Laborterápica Bristol S.A.: indústria farmacêutica; Fiat Lux: fósforos; importação de material hospitalar; aços especiais para concreto armado; construtora	12

			civil; empresa de equipamento original da indústria automobilística	
1964	II	3	Banco; tecidos finos; cigarros; móveis de aço; empresa de compra e venda de automóveis; cabeleireiro; aços para concreto armado; construtora civil; importação de material hospitalar; letras de câmbio e financiamento industrial; empresa de equipamento original da indústria automobilística	11
1964	II	4	Banco; tecidos finos; cigarros; móveis de aço; empresa de compra e venda de automóveis; cabeleireiro; aços para concreto armado; construtora civil; letras de câmbio e financiamento industrial; empresa de equipamento original da indústria automobilística; importação de material hospitalar	11
1965	III	1 a 4	Compressas de gaze; roupas para mulheres; ampolas; peças para caminhões; loja de roupas para homens, meninos e rapazes; livraria; bolsas; construtora de imóveis; produtos de beleza para o cabelo; consultora de finanças; tecidos finos; supermercado; empresa de crédito, financiamento e investimento; meia; malharia; empresa de comércio e empreendimentos, que realizava feiras e salões comerciais; móveis de aço; equipamento de indústria automobilística; aços para concreto armado; construtora civil; banco.	23
1966	IV	1 a 4	Supermercado; tecidos finos; peles; cursinho de arte para crianças; financeira; banco.	6

Fonte: *Mensagem da Apae* (1964-1966).

Pelo exposto, notamos que a distribuição quantitativa de anúncios publicitários pelos números de *Mensagem da Apae* não seguiu um padrão. Os números 3 e 4 de 1964, quando cotejados em relação aos demais, foram os que, *proporcionalmente*, mais apresentaram propagandas, considerando que, dentre todos, tiveram o menor número de folhas e páginas e isto é, respectivamente 10 e 16 para ambos. Cerca de mais da metade de suas páginas, inclusive as capas, foram, pois, destinadas a esse fim. Já o volume único de 1965 teve, em termos

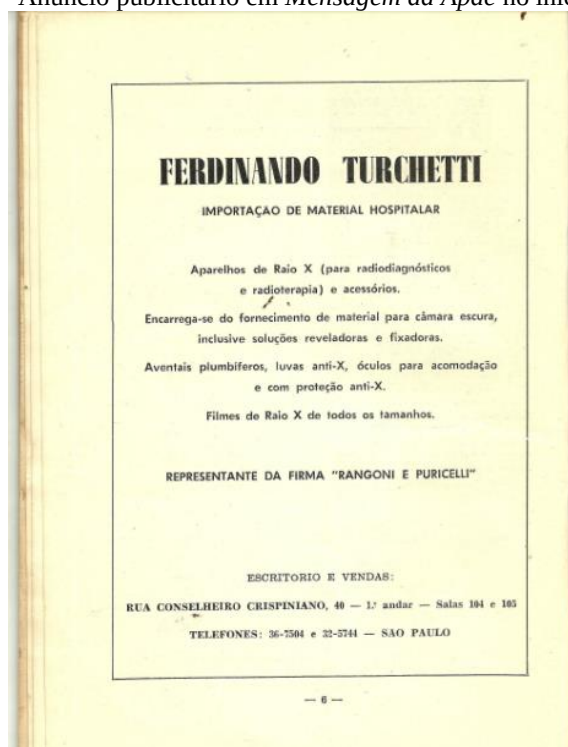
absolutos, a maior quantidade de propagandas. Porém, este condensou os quatro números do ano, apresentando, em contrapartida, a maior quantidade de folhas e páginas na comparação com os demais. Logo, em termos proporcionais ou relativos, o número de anúncios não pode ser considerado o mais elevado, já que ocupou pouco menos de $\frac{1}{4}$ de todas as páginas⁹⁰.

Esses anúncios, em 1964, tinham as dimensões de uma página inteira ou de meia página. A partir de 1965, além dessas duas possibilidades, também podiam ser de apenas $\frac{1}{4}$ de página, ocupando posições variadas. Podiam vir na segunda, terceira e quarta capas ou, ainda, nas páginas iniciais e finais, pouco impactando, portanto, no ritmo e sentido da leitura dos textos disponibilizados, internamente, em cada número. Em outros casos, as propagandas eram dispostas nas páginas internas do periódico, mas de forma a não entrecortar a leitura, pois ficavam nos espaços restantes no final das matérias ou em páginas independentes, exclusivamente usadas para publicidade, colocadas entre uma matéria e outra, sem interrompê-las.

Cabe destacar, porém, que o número 4 de 1964, além dessas disposições mais comuns, apresentou anúncios em páginas no interior do texto, de modo que a sequência deste era intercalada por aqueles, sendo difícil ao leitor se furtar à percepção das propagandas. Isso deve ter ocorrido muito mais por fins de diagramação e melhor visualização gráfica, evitando-se concentrar em um só local as propagandas, abundantes nesse número, de modo a tornar sua distribuição mais equilibrada pela quantidade reduzida de páginas desse número, do que para promover determinados produtos em particular. As imagens subsequentes permitem compreender melhor a disposição desses anúncios nos números de 1964 a 1966:

⁹⁰ Conferir *Quadro 9*, do capítulo três.

Figura 09 - Anúncio publicitário em *Mensagem da Apae* no início da edição



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 1, p. 6, jan. - mar. 1964).

Figura 10 - Anúncios publicitários no final da edição e na terceira capa de *Mensagem da Apae* ⁹¹



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 50-51, jan. - dez. 1965).

⁹¹ Apesar de neste exemplar aparecerem, apenas nessas páginas finais, alguns rabiscos, não encontrei nos demais marcas de uso ou notas marginais que fossem significativas para as análises aqui pretendidas, de modo que não problematizo esse aspecto.

Figura 11 - Anúncio publicitário de ¼ de página, no encerramento de matéria em *Mensagem da Apae*

mãe não tinha tido permissão para vê-la até o dia em que a trouxe para a instituição. Estava chorosa, infeliz que tal decisão tivesse sido tomada para ela, e atualmente mostrou-se aliviada ao ver a criança como ela era, em vez do que imaginara que fosse.

Institucionalização é um processo que deveria ser considerado à luz do que é melhor para a criança e para a família. Não há uma resposta estabelecida. A esse respeito fiquei extremamente impressionado com o folheto "Recursos para crianças retardadas em Nova Jersey"; é a filosofia dum fluxo mais fácil em ambas as direções entre a comunidade e as instituições. Concordo que a instituição deveria ser vista como um dos principais recursos em vez de "último refúgio".

O último papel que a escola de medicina deveria representar em sua orientação é para realçar um aspecto que deveria vir em 1.º lugar para todo médico militante. Isto é, manter-se a par dos conhecimentos que estão surgindo dia a dia através de pesquisas nesse campo — assim como em outros — num esforço para prevenir e curar um maior número dessas doenças. Por exemplo, atualmente existe um estudo em perspectiva de 5 anos de trabalho em vários centros com análise detalhada de cada gravidez e de seu resultado, quando ocorrer. Como sua organização possa estar apoiando parte desse estudo os senhores talvez já saibam disso. Em qualquer caso, quando esses fatos forem finalmente postos à disposição em forma de publicações será necessário que todo médico conheça seus resultados. Do mesmo modo, em Grand Rounds, os casos são apresentados e discutidos em cada serviço de Escola de Medicina, constituindo isso a maneira ideal de transmitir as mais recentes informações aos homens que estão na prática e que frequentam essas sessões.

Em conclusão, gostaria de pedir desculpas por não ser um orador espirituoso e engraçado, mas sinto que o assunto requer o oposto de tal atitude. É um assunto para considerações e pensamentos sérios. Assim sendo, gostaria de citar a frase final de uma de minhas palestras para um grupo profissional. "Essas crianças poderão ser vistas do mesmo modo que qualquer outra criança que esteja doente e necessite terapia, porque apesar de seus defeitos elas ainda são crianças".

O PAPEL DOS PAIS DENTRO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ CRIANÇAS RETARDADAS

Tradução de artigo da DRA. RENEZ PORTEAT, Secretária Geral da Associação Belga de Auxílio à Criança Retardada e da Liga Internacional das Retardadas Mentais, publicado na revista AMENTIA de setembro, 1961 por Maria Amélia Vazquez Xavier — APAR de S. Paulo.

Nossa associação é um agrupamento de pais e amigos de retardados mentais, como também de pessoas que se interessam pelas nossas atividades por dedicação profissional, tais como médicos, psicólogos, juristas, assistentes sociais, professores, educadores, etc.

Os pais formam a grande maioria de nossos associados.

Os técnicos formam a minoria, porém uma minoria esclarecida, extremamente importante e indispensável. São eles que nos servem de guias, de consultores científicos e técnicos.

Qual é então o papel dos pais dentro de nossa associação?

Os pais são o MOTOR do nosso agrupamento.

O problema do retardamento mental para eles não é teórico. Eles o vivem todos os dias, com todas as dificuldades e angústias e desejam fervorosamente encontrar uma solução.

ELAS TEM PRESSA. Elas querem essa solução imediatamente. Seus filhos crescem e não há tempo a perder para os educar. Seus filhos algumas vezes já são adolescentes e adultos e a incerteza de seu futuro se torna cada dia mais angustiante.

Não adianta nada lamentar-se em atitude passiva.

Não adianta nada recriminar, dizendo "deve-se fazer alguma coisa". Esse "deve-se" é vago, não designa ninguém e ninguém pois se mexe. Os pais não devem esperar que "se faça" qualquer coisa por eles. Nossa associação é sua, compete a eles agir, fazer qualquer coisa por eles mesmos ou, mais exatamente, por seus filhos.

Recentemente, recebi carta de um pai que me escrevia assim:

"Diga-me o que a Associação pode fazer por mim e ver se me tornarei membro".

Essa não é o nosso objetivo. Não constituímos uma obra de beneficência. Certamente, mas o nosso objetivo essencial é induzir os pais mesmos a falar e a agir para defender os interesses e bem estar de seus filhos.

OS PAIS SÃO OS PORTA-VOZES DE SEUS FILHOS INCAPAZES DE FALAR POR SI MESMOS.

**Cia. CREMAN de crédito, financiamento
e investimento**

Rua Libero Baduró, 561 — 19.º andar
Tels. 34-8842 e 37-1476 — End. Tel.: "Cremen" São Paulo

— 12 —

— 13 —

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 12-13, jan. - dez. 1.965).

Figura 12 - Página exclusiva para propagandas em *Mensagem da Apae*, com anúncios de ¼ e meia página



São Jorge Ampolas Ltda.

AMPOLAS, BRANÇAS E AMBAR
LISAS E ESTRANGULADAS
GRAVAÇÃO SILK SCREEN
GRAVAÇÃO EM RELEVO.

Rua Dr. Silva Leme, 194
Fone 93-6881 — São Paulo, S.P.

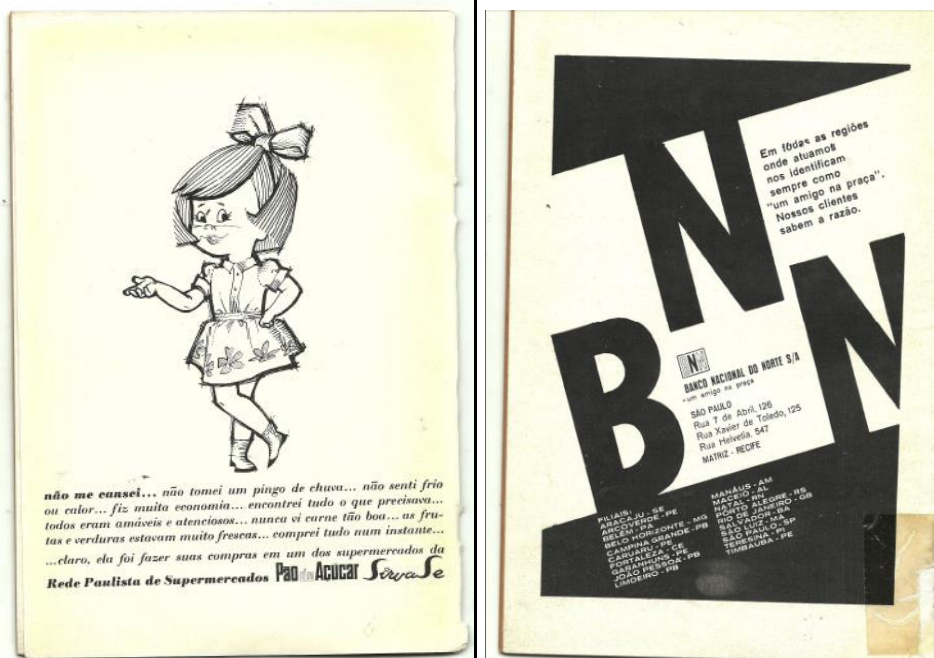
**Comercial Itapeva de Peças para
Auto Ltda.**

Peças para caminhões Ford e Chevrolet Brasil

Rua Itapeva, 99 — Fone 35-4381
São Paulo, S.P.

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p.16, jan. - dez. 1.965).

Figura 13 - Anúncios publicitários de página completa na segunda e quarta capas de *Mensagem da Apae*, respectivamente.



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, jan. - dez. 1966).

Figura 14 - Anúncio publicitário no interior de *Mensagem da Apae*, intercalado no meio de um artigo.

progressiva". Na pseudo-debilidade regressiva o primeiro exame verificou uma deficiência, mas depois a pessoa "surpreende" o seu ambiente com rendimento superior ao nível esperado. Na pseudo-debilidade progressiva seria o oposto: inicialmente verificar-se-ia o funcionamento normal da inteligência, acusando depois debilidade mental, sem outro quadro clínico.

É muito mais conhecido o primeiro tipo da pseudo-debilidade. O segundo tipo, o de pseudo-debilidade progressiva, foi estudado por Prudhommeau (5). Ele investigou principalmente os casos em que o resultado escolar ulterior muito fraco estava em contradição com o QI anterior suficiente. Sua conclusão ressaltava, como causa deste fenômeno, a falta de boa adaptação escolar inicial da criança. Decorrendo disto preconiza medidas preventivas de ordem sócio-jurídicas que permitiriam acompanhar especificamente as crianças disléxicas, deficientes sensoriais, etc. que se arrissem a se tornar pseudo-débeis.

Sem dúvida, a razão invocada por Prudhommeau é uma das causas realmente influentes nos casos de pseudo-debilidade. Mas há outras causas, que de pouco considera e que intervêm principalmente nos casos de pseudo-debilidade regressiva.

O trabalho de Ginzberg e Bray (3) pôs em evidência o aparecimento da pseudo-debilidade em consequência da "privação cultural". A análise pormenorizada de centenas de milhares de recrutas norte-americanos, examinados durante a segunda guerra mundial e classificados como débeis mentais, mostrou que a falta de ambiente cultural, a falta de instrução, não estimulou suas capacidades inatas e por isso não conseguiram rendimento melhor nos testes. Neste contexto será interessante ler o trabalho de P. Weil (10) que mostrou a diferença enorme existente no rendimento intelectual também das diversas regiões brasileiras de acordo com seu desenvolvimento cultural.

A terceira razão da pseudo-debilidade, o distúrbio emocional, foi abordada já no início deste século por L. Witmer, mas alcançou importância maior, principalmente, após a segunda guerra mundial, graças aos trabalhos de Kanner (4), Schmidt (8), Sarason (7), Bourne (2) e Spitz (9). A carência afetiva pode levar a criança a um distúrbio emocional sério, impossibilitando o rendimento normal de suas capacidades intelectuais e apresentando, por conseguinte, o quadro de debilidade mental.

Naturalmente serão poucos os casos "puros", onde uma destas causas agisse independentemente do resto. Habitualmente as três, e ainda outras razões, principalmente de origem hereditária, agirem em conjunto.

O problema crucial surge quando se trata de pronunciar um diagnóstico, no se enfrentar um caso "difícil" e se busca os meios para estabelecer se de fato a criança é débil mental, ou não.

O caso de Ervina seria um bom exemplo:

Trata-se de uma menina de 8 anos incompletas (em 2 de março de 1961, data de sua inserção no COTPI), com uma única irmã, um avô mais velho, mas cursando ambas a mesma turma no pré-primário; pais vivos e saudáveis, situação econômica equilibrada, nível cultural médio. Encomendada por pessoa da família. Motivo: problema de comportamento. Histórico da criança: nasceu com o nome: Dificuldade na escola, sendo perseguida à professora, retraída, "muito nervosa", não faz amizades, prefere estar e brincar só ou com meninas da sua idade ou mezinha.

The advertisement for 'finesse' cigarettes features a pack of cigarettes with the brand name 'finesse' prominently displayed. Above the pack, the text 'fume melhor fumando finesse' is written in a stylized font. A single cigarette is shown lit, with smoke rising from it.

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 4, p. 4-5, out. - dez., 1964).

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 4, p. 10 - 11, out. - dez. 1964).

importação de material hospitalar: aparelhos de Raio X (para radiodiagnósticos e radioterapia) e acessórios. Encarrega-se do fornecimento de material para câmara escura, inclusive soluções reveladoras e fixadoras. Aventais plumbíferos, luvas anti-X, óculos para acomodação e com proteção anti-X. Filmes de Raio X de todos os tamanhos (TURCHETTI, 1964, p. 6).

A presença desses anúncios pode ser explicada pelo fato de que Clemente Filho, então presidente da Fenapaes (1962 - 1963; 1963-1965), era médico especializado em radiologia, sendo, naquele período, “Membro titular do ‘Colégio Brasileiro de Radiologia’ [...]. Radiologista do Hospital de São Paulo. Assistente de Ensino de Radiologia, na Escola Paulista de Medicina. Diretor e depois Presidente do Departamento de Radiologia e Eletricidade Médica da Associação Paulista de Medicina [...]” (ANTONIO..., 1963, p. 15). Logo, deve ter

conseguido pelo menos alguns desses anunciantes. Por sua vez, Walter Bonfim Pontes, um dos principais editores do periódico durante todo o período de 1964-1968, era, também, destacado médico radiologista e professor universitário nessa área. A esse respeito, é mister ressaltar, ainda, que, de 1958 a 1967, Pontes foi o editor responsável pela revista *Radiologia Brasileira*, da qual fora um dos idealizadores, em 1958. Tal revista nasceu com periodicidade trimestral, vinculada ao *Colégio Brasileiro de Radiologia*⁹², entidade científica que também teria sido proposta por Pontes, em 1948, com o fito de congregar os profissionais brasileiros da radiologia médica.

Nesses termos, o editor de *Mensagem da Apae* deve ter trazido para este periódico sua experiência anterior nesse cargo e seus contatos profissionais, que, certamente, eram conclamados a colaborar com a causa apaeana, sob o ideal da filantropia, comprando espaços para anúncio publicitário nas páginas da revista editada pela Fenapaes, mesmo não sendo esta necessariamente voltada para potenciais compradores de “aparelhos de raio X” e similares. Penso que, igualmente, esse apelo era feito a outros empresários que faziam parte dos mesmos círculos sociais frequentados pelos expoentes da Fenapaes e/ou responsáveis pela revista. Isso explicaria a presença de anúncios de financeiras, bancos, construtores civis, compra e venda de automóveis, entre outros, conforme disposto no *Quadro 4*.

Wanderley Nogueira da Silva também pode ter influenciado para a publicação de propagandas de outros produtos hospitalares. Silva era conhecido médico cardiologista e professor universitário nessa especialidade, o que poderia ter motivado alguns desses anúncios. De fato, as propagandas de compressas cirúrgicas e ampolas ocorreram apenas em 1965, justamente o ano em que Silva esteve, outra vez, como diretor do periódico, ao lado de Pontes, recolocado no cargo de editor, situação que não se manteria a partir de 1966, com a volta de Pontes ao cargo de editor-diretor, ocupado por ele desde o início desse segundo momento da revista. Logo, não parece casual o fato de terem desaparecido, em 1965, as propagandas de material radiológico, que não voltariam mais a aparecer. A mudança de direção deve ter impactado *no que* e *quem* anunciava, porquanto cada um desses responsáveis pelo periódico, apesar de sua proximidade, participava de uma determinada figuração social. Tal aspecto fica patente quando, pelo *Quadro 4*, notamos a diferença entre os anúncios e anunciantes de 1964 e

⁹² Atualmente, “Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, entidade científica que faz parte do Conselho Científico da Associação Médica Brasileira como Departamento de Radiologia e Diagnóstico por Imagem [...]”. A revista *Radiologia Brasileira* continua sendo editada pela entidade, sendo seu “órgão oficial de divulgação científica”. Segundo o *site* do periódico, este “[...] destina-se à publicação de trabalhos científicos de interesse nas áreas de Radiologia, Radioterapia, Medicina Nuclear, Ultra-sonografia, Tomografia Computadorizada, Física e Biologia das Radiações Ionizantes e Ressonância Magnética” (RADIOLOGIA BRASILEIRA, 2015, n.p.).

os de 1965, mesmo ano em que o radiologista Clemente Filho também deixa a presidência da Fenapaes.

No segundo critério, o da proximidade geográfica, encontrei anúncios de casas comerciais situadas na mesma rua ou não muito distantes de onde ficava a redação do periódico, segundo sua ficha técnica. Esse local, a rua Itapeva, na região central de São Paulo, era, na verdade, o mesmo onde funcionou, provisoriamente, a sede da Fenapaes, de 1963 a 1968. Assim, um dos anúncios era do Comercial Itapeva, de peças para automóveis, mais precisamente caminhões, localizado na mesma rua Itapeva. Também a farmácia Itapeva publicara um anúncio no periódico, a qual funcionava não só na mesma rua da redação, como no mesmo prédio. E outros anunciantes tinham seus endereços situados nas proximidades, isto é, nas ruas Augusta, Líbero Badaró, rua do Arouche, rua 3 de Dezembro, Praça Antônio Prado, Marquez Itu, entre outras localidades paulistanas.

Como alguns desses anunciantes estavam situados na mesma rua ou local, avento a hipótese de uma determinada sistemática de oferta de anúncios por parte dos editores e/ou colaboradores de *Mensagem da Apae*. Estes devem ter frequentado, de “porta em porta”, na mesma rua, como faziam os representantes comerciais e vendedores na época, mais de um estabelecimento comercial de sua vizinhança, ofertando a venda de espaço no periódico para publicação de propagandas, prática que se firmara na imprensa periódica brasileira, em especial nas revistas, desde o começo do século XX, como forma de viabilizar, economicamente, as edições (MARTINS, 2008).

A título de exemplo, cito os anúncios da empresa Resistähl, especializada em aços para concreto armado; da Construtora Civil Alberto Nagib Riskallah Ltda. e da Dias de Souza Valores Ltda., estabelecimento de letras de câmbio e financiamento industrial, todas essas empresas situadas na Praça Antônio Prado e no mesmo prédio, na cidade de São Paulo. Outro exemplo é o da Livraria Parthenon e da Construtora de imóveis Predial de Lucca, que, ofertando produtos tão diversos, estavam, porém, na mesma rua, a Barão de Itapetininga, na capital paulista. O mesmo ocorria, também, em relação a estabelecimentos da rua Augusta.

É preciso ressaltar ainda que, nesse processo de procura por anúncios, de certo para sustentar a edição do periódico, até então sem subsídios federais da Cademe, os editores não se importaram muito com os produtos anunciados, procurando manter a sobrevivência do impresso, porque este assumira valor estratégico para a Fenapaes. Foi permitido veicular, em *Mensagem da Apae*, de propaganda de cigarro a peles e tecidos finos. Estes últimos artigos - e vários daqueles arrolados no *Quadro 4* - dificilmente seriam consumidos pelos potenciais

leitores da revista – principalmente profissionais de educação e reabilitação de deficientes e/ou voluntários das Apaes, residentes em outras localidades, além da capital paulista. Além disso, não pertenciam, em grande parte, a um público tão elitizado, com recursos suficientes para comprar peles e produtos do gênero nas *boutiques* da Rua Augusta, onde elas eram vendidas, segundo os anúncios publicados no periódico. Tampouco estariam interessados em peças de automóveis pesados ou em aços para concreto armado, nem se deslocariam de suas cidades para ir a São Paulo com a finalidade de adquirir ou conhecer tais produtos e serviços.

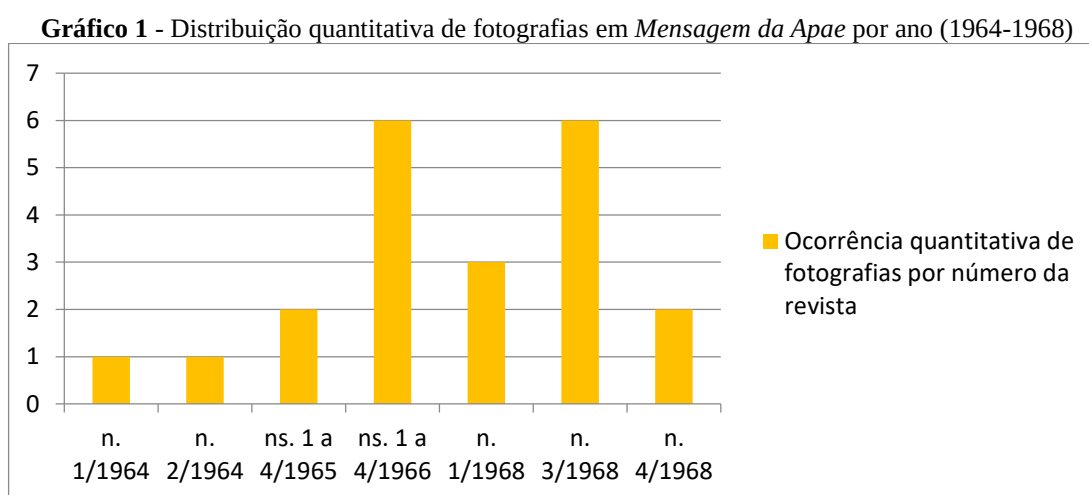
Dessa forma, a lógica da “filantropia”, sempre presente na história das Apaes, deve ter sido uma estratégia dos editores para captar recursos junto aos comerciantes e homens de negócio. Sem descartar o potencial de venda e de consumo dos produtos e serviços anunciados entre os leitores possíveis, penso que os anunciantes de *Mensagem da Apae* eram chamados, sobretudo, a colaborar com a causa do excepcional, tão desassistido pelo Estado. Conforme Seixas (1966, p. 3) afirmou, certa vez, “[...] em qualquer lugar o nosso movimento é simpático, ninguém se nega a colaborar, mas é preciso ir à praça e pedir”. Literalmente, os editores da revista devem tê-lo feito. Os anúncios, muito mais que serviços e produtos, vendiam a ideia de que as empresas poderiam e deveriam se tornar amigas dos excepcionais, independentemente de suas atividades. Por meio dessa prática, inclusive, elas promoveriam sua imagem, associada a esse nobre propósito caritativo. Tanto que no planejamento estratégico da Fenapaes, de 2009 a 2011, foi, finalmente, proposta a criação de um selo nacional das empresas amigas das Apaes (FEDERAÇÃO..., [2009]), o que se concretizou em 2010 (FEDERAÇÃO..., 2010).

Destarte, os empresários eram persuadidos a fazer sua “boa ação” em prol desses sujeitos, sob o lema do mais amor e compreensão defendido pela Fenapaes, o que explicaria a propaganda de artigos tão diversos nesse periódico. Esse foi o principal sentido criado pela publicidade em *Mensagem da Apae* no momento analisado. Um sentido que não era interno, explícito ou imediato, mas simbólico, apenas compreendido externamente, quando percebemos a crença das Apaes no suposto interesse da iniciativa privada em assumir responsabilidades sociais, o que permitiria a arrecadação de recursos junto ao empresariado de “boa vontade”, cristão e capaz de contribuir para melhorar a sorte dos “desvalidos”. Ora, para além da simples manutenção da revista, tal aspecto corroborava, portanto, a própria identidade apaeana, pois o periódico sugeria, tacitamente, que a obra comunitária dos apaeanos precisava da colaboração de todos, instigando as filiadas a buscarem, em suas comunidades, o patrocínio da iniciativa privada. Assim, os anúncios publicados desde aquela época revelavam algumas das práticas e

representações cultivadas pela Fenapaes, as quais também se manifestaram nas fotografias veiculadas no periódico. Passemos, então, a analisá-las no tópico seguinte.

2.1.1.1.2 *Mensagem da Apae*: as fotografias

De 1964 a 1968, foram poucas as fotografias publicadas em *Mensagem da Apae*, todas em preto e branco, conforme o padrão gráfico adotado pelos números do periódico. Elas estiveram presentes apenas em alguns números (n. 1 e 2 de 1964; n. 1 a 4 de 1965; n. 1 a 4 de 1966; n. 1, 3 e 4 de 1968), num total de 21. O gráfico seguinte dá uma ideia de como foi sua distribuição quantitativa por esses números, revelando que esta ocorreu de forma irregular. O maior número de fotos por edição foi 6; o menor, 1. Essas informações são sintetizadas abaixo:



Fonte: *Mensagem da Apae* (1964 – 1968).

Apesar de pouco expressivo em termos absolutos, o impacto do recurso fotográfico não pode ser desprezado na composição de sentidos veiculados pelas páginas da revista. Afinal, “As fotos, assim, oferecem-nos um fragmento selecionado da realidade” (BICCAS, 2008, p. 158), ou, em outras palavras, constituem-se como “[...] materialidades que indicam práticas sociais” (BARROS, 2005, 119). Elas produzem o que Barros (2005) denomina de um discurso não verbal, preñado de múltiplos significados, mensagens, intencionalidades e mediações temporais. Por isso, na acepção de Biccass (2008, p. 149), esquadrihá-las torna-se uma tarefa imprescindível, visto que a revista “[...] enquanto suporte material, deve ser compreendida e analisada a partir de suas formas de composição, onde se evidenciam os elementos da imagem fotográfica e das ilustrações enquanto portadores e, ao mesmo tempo, responsáveis pela produção de efeitos de sentidos”.

No caso de *Mensagem da Apae*, as imagens fotográficas tiveram a função de evidenciar o cotidiano e as práticas institucionais, os espaços e construções das Apaes, seus eventos e solenidades, além de funcionar, às vezes, como dispositivo de preservação de memória. Essas fotos ocuparam lugares variáveis, podendo ser colocadas tanto no começo da matéria, no meio ou no final desta, principalmente com a função de ilustrar e atestar a veracidade do conteúdo exposto, o que introduziu, quando disponíveis, outros modos de ler e ver a revista. Assim, o leitor era transportado para outros tempos e espaços, pela mediação do registro fotográfico, que trazia a vida das Apaes federadas e instigava os associados a cada vez mais participarem dos congressos e eventos institucionais, pois, como o periódico, estes eram fundamentais para a afirmação identitária e burocrática da Fenapaes.

O tema dos eventos e solenidades institucionais apareceu nas fotografias relacionadas ao estabelecimento de convênio entre a Liga de Higiene Mental de Pernambuco e a Apae do Recife (MENSAGEM..., 1964b), ao II e III Congressos da Fenapaes (MENSAGEM..., 1965, 1968a), às comemorações da Semana da Criança Excepcional (MENSAGEM..., 1968a) e, ainda, em fotografias que abordavam a inauguração de escola e o lançamento da pedra fundamental da nova sede da Apae de São José do Rio Preto, em São Paulo (MENSAGEM..., 1966). Essas fotos referentes à Apae de São José do Rio Preto faziam parte de uma estratégia editorial da revista em solicitar diretamente das Apaes colaboração sobre suas atividades e projetos, dedicando-lhes um número para sua divulgação institucional. Tal projeto, todavia, não foi adiante, como explicarei melhor no capítulo seguinte.

Na mesma direção, foi também publicada, em 1968, uma foto referente à aula inaugural de curso intensivo para atualização de conhecimentos sobre deficiência mental, em Brasília, retratando nomes ligados à Fenapaes e/ou ao poder público, como o Cel. José Cândido Maes Borba, apaeano e, naquelas circunstâncias, membro do governo federal, como diretor executivo da Cademe; Dr. Antônio Santos Clemente Filho, secretário geral da Fenapaes; o então deputado federal e apaeano Justino Alves Pereira; Dr. Wilson Sesane, naquele momento secretário de saúde do Distrito Federal; Pedro Braga Filho, coordenador de Saúde Pública da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, encarregado da aula inaugural, e, ainda, Dr. Stanislaw Krynski, muito próximo dos apaeanos e, na ocasião, presidente da Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental (ABDM) (MENSAGEM..., 1968d).

Vê-se, pois, a ligação íntima que se vai estabelecendo entre os apaeanos, os espaços de governança e os profissionais da saúde, pois, nesse período, a deficiência era interpretada e “tratada” muito mais como um “caso” clínico-terapêutico, a ser *tecnicamente* resolvido, do que

educacional propriamente dito. Por isso, a preponderância de profissionais e representantes dessa área em um curso sobre atualização em deficiência mental. Os conhecimentos advindos da área médica e afins destacavam-se como os mais eminentes, precisando ser incorporados às práticas dos técnicos e mesmo dos professores especializados, pois representavam os saberes mais avançados e mais autorizados no campo (BOURDIEU, 1983), marcando a própria especialidade do trabalho com o excepcional, aspecto que abordo, mais detidamente, no quarto capítulo.

Ainda sobre esse curso, o pedagógico ficava, portanto, preterido, embora tenha sido ofertado com auxílio da Cademe, órgão do Ministério da Educação e Cultura. Como indício e representação, a fotografia capta e preserva tais relações de poder inerentes à constituição do campo da Educação dos Excepcionais, porquanto se priorizou, no instante do retrato, o registro desses profissionais e personalidades como os agentes mais legitimados para representá-lo e personificá-lo, conforme se pode observar abaixo:

Figura 16 - Sessão inaugural do *Curso Intensivo de Atualização de Conhecimentos sobre Deficiência Mental*



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 4, p. 34, out. - dez.1968).

Por fim, nessa mesma perspectiva, foi reproduzida uma foto que mostrava uma das reuniões do *IV Congresso Internacional da Liga Internacional das Sociedades para os Retardados Mentais*, ocorrido em Israel, de 20 a 27 de outubro de 1968. Nesse Congresso, de valor estratégico para a internacionalização da Fenapaes e ampliação de sua rede de contatos, tomara parte Antônio Santos Clemente Filho, não só para representar as entidades voluntárias do Brasil e as próprias Apaes, dedicadas a essa causa, mas também porque fora eleito o primeiro representante dos países latino-americanos no Conselho Executivo dessa Liga Internacional (MENSAGEM..., 1968b). Dessa forma, a Fenapaes ia, progressivamente, conquistando posições de poder e prestígio nos cenários nacional e internacional, pelo que tornava sua atuação cada vez mais *legitimada* e *legitimadora* no campo do atendimento especializado ao

excepcional. O periódico, por sua vez, era o suporte que dava a ver, inscrevia e materializava tais conquistas, tornando-as, na acepção de Le Goff (2013), monumentais.

Figura 17 - Foto de reunião ocorrida durante o IV Congresso Internacional da *Liga Internacional das Sociedades para os Retardados Mentais*



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 4, p. 37, out. - dez.1968).

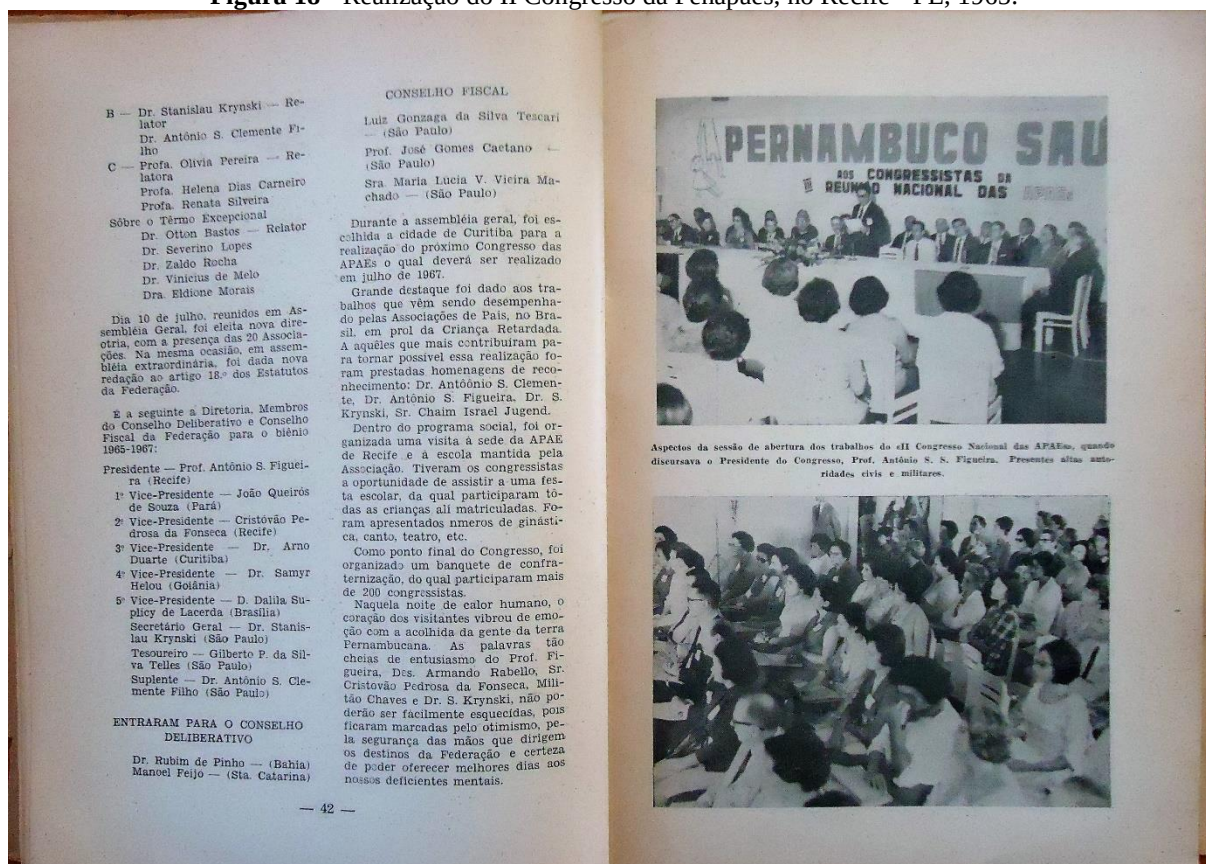
Essas fotos são significativas à análise porque veicularam uma representação dos apaeanos sobre si mesmos, qual seja, a de um movimento organizado, em franca expansão e legitimação, com ritos e protocolos institucionais sempre celebrados, registrados e valorizados, mediante a busca de envolvimento da comunidade, de estudiosos e de lideranças políticas. Assim, tentava-se (re)afirmar a identidade das Apaes e sua Federação enquanto instituições capacitadas para atuar em defesa dos excepcionais e de promover a questão em âmbito nacional, já que conseguia firmar convênios com outras associações, realizar congressos concorridos em diferentes locais do Brasil, com a presença de “altas autoridades civis e militares” (II CONGRESSO... 1965, p. 43), além de estar sintonizada com as discussões internacionais sobre o assunto. Exemplo disso é que, ao veicular matéria sobre o II Congresso da Fenapaes, ocorrido em Recife, no ano de 1965, *Mensagem da Apae* destacou que:

Às sessões compareceu elevado número de pessoas, demonstrando o interesse despertado pelos temas do Congresso. Não só os representantes das APAES ali afluíram mas professores, estudantes, interessados no problema da Deficiência Mental, que com sua presença prestigiou o trabalho dos técnicos ali concentrados e a quem também era endereçada a mensagem de luta em prol do retardado mental (II CONGRESSO..., 1965, p. 41).

Ao final dessa matéria, ratificando seu conteúdo, como testemunho da realidade, foram, então, dispostas duas fotografias de meia página cada, uma com foco na mesa que presidia o Congresso e outra com foco na plateia, que participava, compenetrada, do evento, conforme as lentes do fotógrafo (*Figura 18*). O objetivo era, ainda, participar a todas as Apaes não presentes

o sucesso dessa atividade, atestado nas páginas da revista, não só pela narrativa escrita, mas, também, pela evidência da narrativa visual, talvez mais convincente, como se segue:

Figura 18 - Realização do II Congresso da Fenapaes, no Recife - PE, 1965.



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 42 - 43, jan. - dez. 1965).

Efeito similar foi dado pela publicação das fotografias referentes ao III Congresso (Figura 19), à comemoração da Semana do Excepcional em Santa Cruz do Sul - RS, em 1967 (Figura 20), quando “Foi grande o movimento e as demonstrações organizadas durante essa Semana, destacando-se entre outros um belo carro alegórico ostentando o distintivo da APAE” (SEMANA..., 1968, p. 13), e à inauguração de uma escola especial (Figura 21). Em particular, a foto do III Congresso da Fenapaes registrou como eram pomposos, formais e protocolares esses eventos, que contavam, quase sempre, com a presença de autoridades, já que as Apaes e sua Federação buscavam, sempre que possível, respaldo do poder instituído como estratégia calculada (Cf. CERTEAU, 1994) para assegurar sua própria existência e o êxito de seus propósitos. Assim, abaixo da foto do citado Congresso, ocorrido em Curitiba - PR, em 1967, a matéria noticiava que:

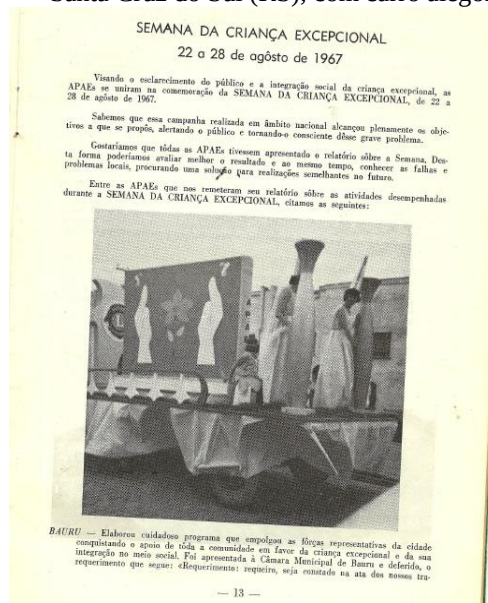
Os congressistas foram saudados pelo Presidente do Congresso, Presidente da APAE de Curitiba, pelo Prof. Antonio Simão dos Santos Figueira, Presidente da Federação Nacional das APAEs e pelo Dr. Antonio Santos Clemente Filho Diretor Executivo da CADEME, do Ministério de Educação e Cultura (III CONGRESSO..., 1968a, p. 3, grifo meu).

Figura 19 - Abertura do III Congresso da Fenapaes em 1967, Curitiba - PR ⁹³



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, p. 3, jan. - mar. 1968).

Figura 20: Comemoração da Semana do Excepcional em Santa Cruz do Sul (RS), com carro alegórico



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, p. 13, jan. - mar. 1968).

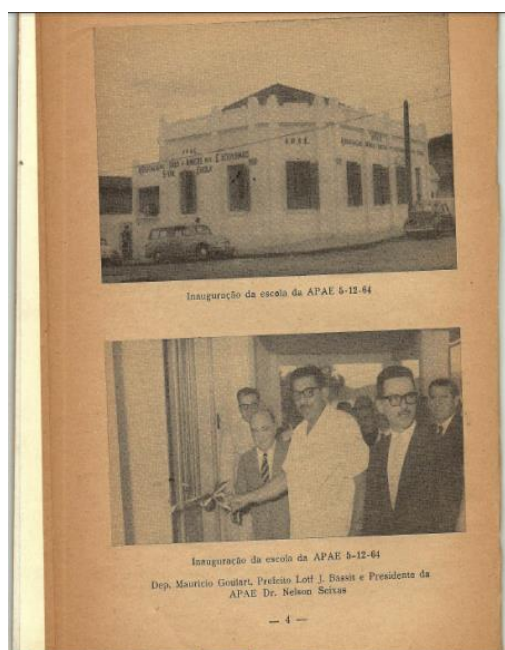
Na legenda de uma das fotos sobre a inauguração da escola, mais uma vez essa estratégia de proximidade a políticos e ao poder que representavam ficou explicitada, pois se *escolheu* registrar e fotografar as presenças do deputado Mauricio Goulart, do prefeito de São José do Rio Preto, Loft J. Bassit, ao lado do então presidente da Apae dessa cidade, futuro deputado federal e futuro presidente da Fenapaes, Dr. Nelson Seixas (*Figura 21*). No lançamento da pedra fundamental da construção onde ficaria a sede da associação na mesma cidade, esteve presente, ainda, Antonio Clemente Filho, não apenas por ser um apaeano, como também porque era, nessa ocasião, em 1965, Diretor Executivo da Cademe (*Figura 22*).

⁹³ Apesar de, na chamada do texto, como se vê na *Figura 19*, o III Congresso das Apaes aparecer como se tivesse ocorrido em 1968, trata-se de um equívoco de edição, já que o Congresso ocorreu em 1967, como fica comprovado em outras passagens da própria revista *Mensagem da Apae* e por farta documentação existente. A confusão deve ter ocorrido porque, em 1967, não houve edição do periódico e, inadvertidamente, os compositores do texto e/ou seus impressores acabaram atribuindo ao evento a data de 1968, mesmo ano do número onde a “notícia” estava sendo publicada e no qual esses agentes estavam trabalhando. Como de um periódico se esperam, em geral, textos atuais, os compositores do texto acabaram “traídos” por essa percepção, cometendo o equívoco. Sobre essas questões, vale conferir Chartier (2002b, 2007).

Ainda nessa mesma direção, naquele evento comemorativo de Santa Cruz do Sul (*Figura 20*), foi mencionado que “Realizou-se uma exposição de trabalhos dos alunos no centro da cidade. O comando do 1/8º [sic] Regimento de Infantaria ofereceu um almoço na própria escola, homenageando professores e alunos” (SEMANA..., 1968, p. 14). Ora, tais informações corroboram o apoio recebido pelos apaeanos, em diversas localidades do país, pelos militares, que governaram o Brasil de 1964 a 1985, e mantiveram relação de proximidade com os apaeanos, sendo que alguns pertenciam simultaneamente a uma e outra rede de sociabilidade, como o cel. Borba.

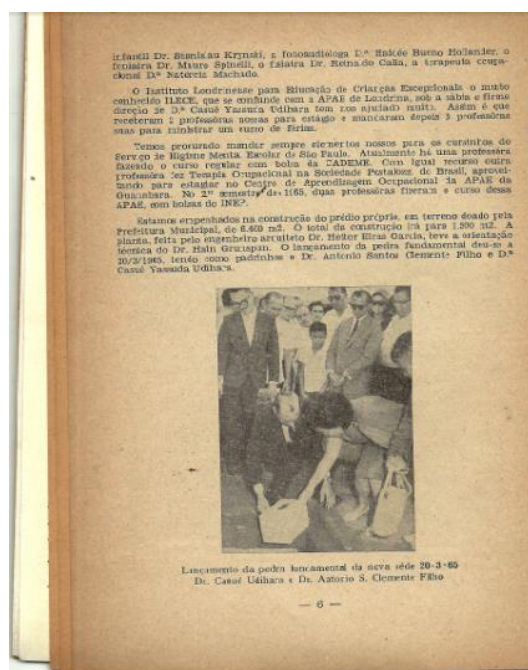
Clemente Filho, conquanto não fosse militar, esteve, também, ao mesmo tempo como agente do governo e das Apaes. Nesse ponto, vale retomar aqui a legenda explicativa da foto do II Congresso (*Figura 18*), que também se reportou a essa proximidade entre os agentes governamentais e as Apaes, ao indicar, para o leitor, “Aspectos da sessão de abertura dos trabalhos do ‘II Congresso Nacional das APAEs’, quando discursava o Presidente do Congresso, Prof. Antônio S. S. Figueira. Presentes altas autoridades civis e militares” (II CONGRESSO..., 1965, p. 43). Vejamos fotos aludidas e como foram dispostas nas páginas do periódico:

Figura 21 - inauguração de escola da Apae em S. J do Rio Preto em 1964, com presença de autoridades locais.



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p. 4, jan. - dez. 1966).

Figura 22 - Lançamento de pedra fundamental da sede da Apae de S. J. do Rio Preto, com a presença de Clemente Filho.



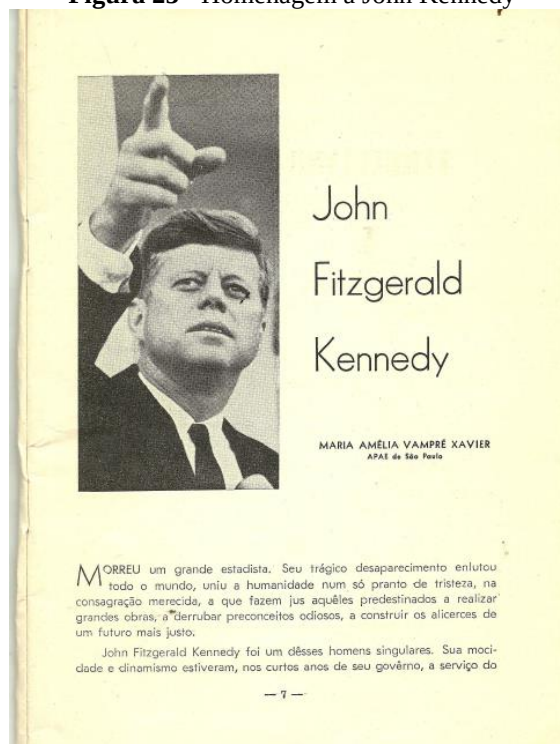
Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p. 6, jan. - dez. 1966).

Essas mesmas fotografias funcionavam, igualmente, como dispositivos de memória institucional, pois representavam a seleção do que era relevante para a imagem da Fenapaes e de suas associadas e, portanto, não poderia ser esquecido. Em outras palavras, indicavam uma

determinada escolha, intencional, de documentos/monumentos (LE GOFF, 2013) a serem preservados, pois continham a vida das Apaes e de sua Federação, que reconheciam a necessidade de assegurar o registro fotográfico de suas ações no tempo para, então, evocá-las sempre que necessário. Nesse sentido, a revista tornava-se o suporte material onde as fotografias poderiam ser publicadas e difundidas para um público maior, como portadoras de uma imagem estrategicamente calculada a respeito das realizações institucionais que se queria perpetuar.

Além disso, as fotos poderiam ter o sentido de uma memória simbólica e afetiva, comum a todos os que lutavam, naquelas circunstâncias, por melhores condições de vida aos excepcionais, e não só aos apaeanos. Foi este precisamente o caso fotografia de John Kennedy⁹⁴ (Figura 23), a primeira a ser publicada em *Mensagem da Apae* desde sua fundação, no número 1 de 1964, no qual figurou absoluta. Tal foto foi estampada ao lado do título da matéria que abria a edição, na qual se comentava e lamentava a morte de Kennedy, tido como uma figura-símbolo do trabalho em prol dos excepcionais⁹⁵, inspirando as Apaes brasileiras e outras organizações similares mundo a fora. Eis a disposição dessa fotografia em particular:

Figura 23 - Homenagem a John Kennedy



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 1, p. 7, jan. - mar. 1964).

⁹⁴ John Fitzgerald Kennedy foi presidente dos EUA de 1961 a 1963, quando morreu em um atentado.

⁹⁵ No terceiro capítulo, apresento mais detalhes sobre o motivo da influência dos Kennedy nos movimentos de apoio aos excepcionais.

Essas marcas editoriais, quais sejam, o esforço para se reproduzir uma foto de Kennedy, como se se quisesse “gravar” nos leitores e preservar em sua memória a imagem do presidente estadunidense como homem de ação, corajoso e visionário, sempre “olhando em frente”, apontando para o futuro, em matéria de abertura, no primeiro número de 1964, atestam, pois, a importância atribuída a tal personalidade pelos apaeanos. Vê-se que estes o consideravam homem exemplar, a ser imitado e, de certo modo, mistificado por sua morte abrupta. Kennedy personificava uma luta que não poderia ser interrompida e, ao mesmo tempo, o pragmatismo que deveria conduzi-la. Nesses termos, como bem afirmou Xavier (1964, p. 8),

A luta do Presidente Kennedy é a nossa luta. No momento em que pranteamos sua nobre figura, tragicamente desaparecida quando o mundo todo admirava a sua grandeza, não permitamos nós — que nos intitulamos pais e amigos dos excepcionais — e que o somos, uns pelo amor devotado a crianças retardadas, outros porque somos pais, que o exemplo do grande presidente estacione, prosseguindo nesta tarefa árdua, absorvente, mas calcada em nosso lema ‘Mais amor e compreensão’.

Seguindo esse lema, as Apaes realizavam, no Brasil, suas atividades institucionais, inspiradas nas organizações filantrópicas norte-americanas, a partir das quais surgiram, e no legado da família Kennedy. Suas práticas visavam, sobretudo, “[...] a recuperação do deficiente mental [...]” (A APAE..., 1968, p. 6), propondo-lhe assistência, tratamentos de reabilitação físico-neurológica e educação especializada, por meio de oficinas pedagógicas, aprendizagem ocupacional e currículo funcional em escolas especiais, como explicarei melhor no último capítulo. Tais práticas foram descritas, sobretudo, no número 3 de 1968 de *Mensagem da Apae*, edição importante na história desse periódico, porque nela foi publicado, imediatamente nas páginas iniciais, uma espécie de relatório ou balanço histórico sobre os 13 anos de atuação da primeira Apae, qual seja, aquela fundada em 1954 na cidade do Rio de Janeiro.

Esse relatório, organizado em vários tópicos temáticos, deixou clara a proposta de trabalho que a instituição vinha perseguindo desde sua gênese. Isso revelava a estratégia apaeanas em constantemente retomar, revisitar e difundir suas memórias, seus propósitos fundantes e sua história, jogando com a tensão viva entre o passado e o presente a fim de manter seu poder instituinte e preservar o instituído, ao mesmo tempo em que se dispunha — e ainda se dispõe — a sempre atualizar sua identidade, sem, contudo dela se distanciar no essencial (Cf. MAGALHÃES, 2004), conforme resumida no conhecido lema do “mais amor e compreensão”. Segundo esse texto sobre a Apae em treze anos de atividades:

Em 1954, um grupo de pais, amigos, professores e médicos de Excepcionais, aceitando a sugestão da norte-americana Beatrice Bemis, que residia no Rio de Janeiro com sua filha mongoloide, resolveu unir seus ideais para a organização de uma associação que pudesse congrega pais e amigos de crianças excepcionais na consecução de objetivos básicos para a resolução de seus problemas familiares. Fundou-se então a 11 de dezembro daquele ano, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a primeira ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

[...]

Os pais estabeleceram, desde logo, uma política especial para a ASSOCIAÇÃO; o princípio básico que deveria nortear os seus trabalhos, o seu programa, seria tornar educável, para a sociedade, aquele indivíduo que, em virtude de suas próprias deficiências, se encontrava marginalizado dessa sociedade. Achavam eles que, antes de tudo, dever-se-ia dar condições para que um Excepcional, principalmente os que apresentam problemas de retardamento mental, pudesse viver nos grupos sociais, integrar-se inteiramente na sociedade, sentir-se não mais um estranho no meio dos outros indivíduos da mesma idade, porém normais. *Para isso dever-se-ia dar-lhe mais amor, mais carinho e melhor atenção sem contudo superprotegê-lo. Disciplinado, enquadrado no grupo, aceitando as vitórias ou derrotas que o jogo da vida pode proporcionar, estará o Excepcional em perfeitas condições de voltar a sua atenção para outras atividades, inclusive aprender com mais facilidade o que se lhe ensinar. A educação intelectual passa a ser secundária em relação ao ajustamento social* (A APAE..., 1968, p. 3, maiúsculas da edição, grifo meu).

Ora, tal política institucional, ou melhor, tais representações e perspectivas sobre o excepcional, sua condição cognitiva e suas possibilidades educacionais, foram objetivadas nas práticas da associação, já que estas nunca existem fora de um quadro projetivo-representativo (Cf. CHARTIER, 1991). E, por sua vez, algumas dessas práticas ficaram registradas nas fotos do número 3 de 1968, impressas no meio do texto (*Figuras 24, 25 e 26*), menores que as reproduzidas nos anos anteriores, mas bastante significativas para a compreensão e ilustração do exposto:

Figura 24 – Página apresentando a fachada do Pavilhão Dr. Gustavo Lessa e flagrante de uma sessão de trabalho no Centro de Reabilitação Neurológica da Apae carioca, respectivamente⁹⁶

da ASSOCIAÇÃO, em breve tempo, já cresce demais. E se impõe a sua mudança para instalações próprias. Mas, com o auxílio do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, adquire-se outro imóvel (prédio e terreno), localizado na rua Bom Pastor, 41 - Tijuca, onde deverá ser construído o Centro de Reabilitação Neurológica, além da sede própria da ASSOCIAÇÃO e da Escola Primária, bem como dos serviços especializados (consultórios médicos, assistência social, exames e avaliações diversas etc.). Pretende-se ainda nesse local construir-se um Internato para os casos mais difíceis, que indiquem seja o Excepcional afastado, pelo menos temporariamente, de sua família.



Pavilhão Dr. Gustavo Lessa — Oficinas Pedagógicas para Adolescentes



*Centro de Reabilitação Neurológica
Uma sessão de aplicação do programa
Doman-Delacato*

Com o alargamento das suas atividades, a APAE teve de adotar uma nova organização funcional, com a qual hoje vem funcionando.

A ASSOCIAÇÃO apresenta ainda um grande acervo de trabalhos, originais uns, da lavra de nossos professores, e outros traduzidos por eles, publicados e distribuídos por ela. Promove também congressos, ou dêles participa ativamente, além de seminários, conferências e palestras. Realiza cursos para pais, professores, diretores de escolas, assistentes sociais, médicos, etc. E procura atingir a todas as camadas sociais e técnicas da comunidade. Realiza, por fim, campanhas de divulgação e esclarecimento sobre o problema, e outras mais de cunho financeiro, tendo em vista angariar recursos para assegurar a sua existência e progresso.

A APAE mantém hoje, matriculados em seus diversos estabelecimentos, para recuperação, cerca de trezentas crianças e jovens, com problemas de retardamento mental.

Para melhor cumprimento de suas obrigações, a ASSOCIAÇÃO conta, felizmente, com a inestimável colaboração dos pais e amigos, que dão todo o apoio ao desenvolvimento da obra. Possui, além disso, um corpo de pessoal auxiliar remunerado, constituído de professores, médicos, psicólogos, fonoatras, assistentes sociais, terapeutas, funcionários burocratas, etc.

Em todos os trabalhos, há uma efetiva participação sempre dos pais e associados, que incorporam em si, toda a responsabilidade para o bom cumprimento da missão.

E — ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Para alcançar os seus objetivos básicos, a APAE teve que se estruturar melhor e poder, assim, assistir com mais eficiência os seus deficientes.

Em sua organização geral, ela apresenta:

- a Assembléia Geral,
- o Conselho Deliberativo,
- o Conselho Fiscal,

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 3, p. 5, jul. - set. 1968).

⁹⁶ Mesmo no exemplar impresso, as fotografias reproduzidas não apresentavam nitidez satisfatória, devido ao seu tamanho reduzido e ao tempo de edição da revista, impressa, nessa ocasião, em papel de pouca qualidade.

Figura 25 – Página com fotos do cotidiano pedagógico da primeira escola especial das Apaes no Brasil

— a Diretoria, esta composta de Presidente, dois Vice-Presidentes, quatro Secretários, dois Tesoureiros, dois Procuradores e dois Diretores de Educação e Saúde. Todos esses órgãos de direção têm suas atribuições, deveres e direitos fixados em regulamento, com responsabilidades específicas.

Deve ser ressaltada no entanto a Diretoria de Educação e Saúde, a que se acham subordinados os seguintes setores de grande atividade na ASSOCIAÇÃO e responsáveis diretos pela obra executada:

- (1) Escola Primária Experimental Prof. La-Fayette Côrtes
- (2) Centro de Aprendizagem Ocupacional — CAO
- (3) Centro de Reabilitação Neurológica — CRN
- (4) Serviço de Divulgação e Publicidade — SDP
- (5) Serviço de Avaliação, Triagem e Orientação — SATO.

I — Escola Primária Experimental Professor La-Fayette Cortes

É o mais antigo dos nossos estabelecimentos para a recuperação do deficiente mental; nasceu em 1955, com apenas 24 crianças procedentes das classes especiais das escolas primárias do Estado e hoje, funcionando já com dois turnos, atinge a cifra de 64 alunos de ambos os sexos e diferentes classes sociais, com 9 crianças em regime de semi-internato. Infelizmente, nossas instalações não permitem, de modo algum, aumentar esse número; mas não fôra isto, ele seria consideravelmente maior, sem nenhuma dúvida, porque o número dos que nos procuram é sempre muito grande.



*Escola Primária Experimental Professor
La-Fayette Côrtes
Método da Casinha Feliz*



*Escola Primária Experimental Professor
La-Fayette Côrtes
Atividade de pintura*

A finalidade dessa Escola é propiciar a educação integral da criança excepcional visando a sua integração social, através de:

Figura 26 - Jovens aprendizes trabalhando em uma oficina de encadernação no Centro de Aprendizagem Ocupacional

O TRABALHO DO JOVEM EXCEPCIONAL NO CENTRO DE APRENDIZAGEM OCUPACIONAL

O nosso Centro de Aprendizagem Ocupacional — CAO — localizado na rua Ernestina, 57 - Lins de Vasconcelos, a cada ano que se passa, vem apresentando progressos verdadeiramente dignos de nota, excelentes mesmo, no que diz respeito à integração do jovem Excepcional no seio da comunidade.

O número de pais que procuram essa nossa dependência é bastante grande mas, infelizmente, o número dos que podem ser atendidos é, também, por demais reduzido. No ano de 1967 foram matriculados mais 27 jovens, de ambos os sexos, sendo 19 vindos de fora e 8 provenientes da nossa própria APAE, dos quais, 2 vindos da Escola Primária Experimental Professor La-Fayette Cortes e 6 de nosso Centro de Reabilitação Neurológica. Lastimavelmente, 56 jovens cujos pais nos procuraram, não puderam ser matriculados por falta de vaga. Mas por outro lado, é para nós bastante animador o fato de terem sido desligados do Centro cinco



*Centro de Aprendizagem Ocupacional
Oficina de Encadernação
Jovens Aprendizes trabalhando*

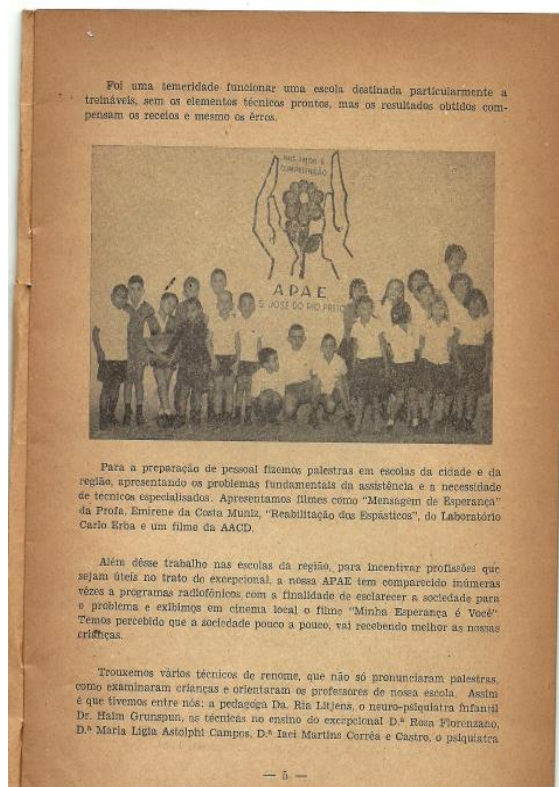
Pelas legendas das fotos, as citadas práticas são melhor compreendidas e visualizadas. No caso da primeira página reproduzida (*Figura 24*), há dois registros fotográficos que expõem seus vestígios, porquanto se mostra a fachada do Pavilhão Dr. Gustavo Lessa, onde ficavam instaladas as oficinas pedagógicas para adolescentes “retardados” e, a seu lado, o flagrante de um momento em que os profissionais da associação realizavam uma sessão de trabalho no Centro de Reabilitação Neurológica da Apae carioca. Já na segunda página, as fotografias captaram cenas do que seria o cotidiano pedagógico da escola especial mantida por essa Apae, observando-se o desenvolvimento de atividades lúdicas para alfabetização e de pintura por crianças *disciplinadas e enquadradas no grupo*, conforme a lógica institucional, sob supervisão de uma professora (*Figura 25*). E, na sequência, a fotografia destacava jovens aprendizes trabalhando em uma oficina de encadernação no Centro de Aprendizagem Ocupacional (*Figura 26*).

Essas atividades não foram escolhidas ao acaso, mas faziam parte do programa educacional das Apaes, de forma que deveriam ser tomadas como práticas exemplares a serem adotadas pelas demais escolas e centros apaeanos. Estes, como a Apae do Rio de Janeiro, que comemorava mais de uma década de realizações, precisavam se espelhar nessa associação, que, desde quando surgira, “[...] procurava, principalmente, proporcionar antes de qualquer outra coisa, um ajustamento ao meio social. [...] Nascia, portanto, mais do amor e carinho com o próximo que da técnica” (A APAE..., 1968, p. 3). A perspectiva de realizar o ajustamento social do excepcional, mesmo que, inicialmente, em virtude das condições desfavoráveis, isso se desse mais pelo afeto e intuição que pela técnica, tornava-se, assim, a razão de ser das Apaes. Sendo uma flor que precisava de cuidados especiais para crescer, esse sujeito não poderia esperar a vida toda para desabrochar. Daí que “A educação intelectual passa a ser secundária em relação ao ajustamento social” (A APAE..., 1968, p. 3).

Esse mesmo espírito motivara a instalação da escola especial de São José do Rio Preto, em 1964, com recursos escassos. Conforme Seixas (1966, p. 5), “Foi uma temeridade funcionar uma escola destinada particularmente a treináveis, sem os elementos técnicos prontos, mas os resultados obtidos compensam os receios e mesmo os erros”. Tais resultados, afetos mais ao ajustamento social do que às práticas escolares ou acadêmicas, foram, portanto, captados pelas fotos sobre essa escola, divulgadas em 1966, nas páginas internas da revista, criando-se uma dupla referência: de uma lado, o conteúdo mesmo da foto, evidenciado por crianças excepcionais felizes, em pose organizada especificamente para o registro fotográfico, com as professoras mais ao fundo, zelando pela ordem de seu jardim; de outro, a presença alegórica do símbolo da Apae como cenário escolhido

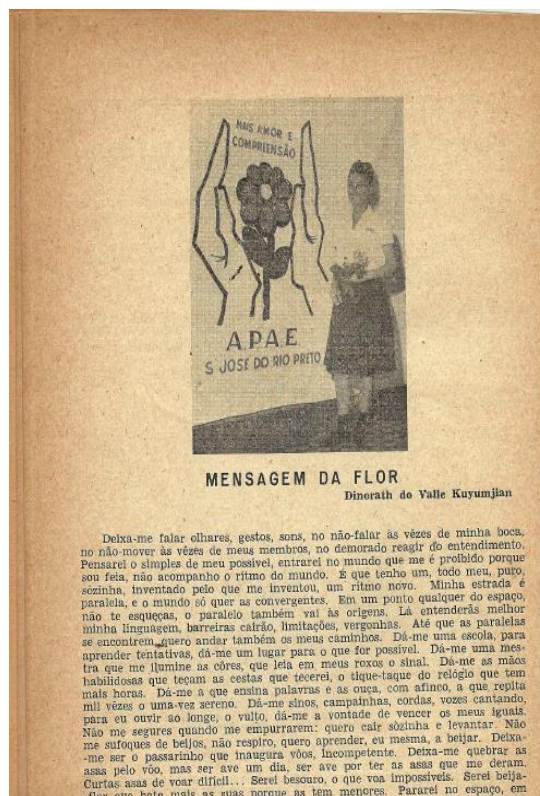
pelo fotógrafo, reforçando a *mensagem* que se pretendia veicular e o pertencimento desses sujeitos à instituição (*Figuras 27 e 28*). Eis as imagens:

Figura 27 - Alunos da Apae de S. J. do Rio Preto - SP, com as professoras



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p.5, jan. - dez. 1966)

Figura 28 - Jovem com ramalhete de flores



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p. 8, jan. - dez. 1966).

A segunda dessas fotos de 1966, conforme a *Figura 28*, era ainda mais alusiva e metafórica, pois, apesar de não ter legenda, deduzo que se tratava de uma jovem frequentadora da associação, escolhida para segurar, em pose pré-definida, um ramalhete de flores junto à flor-símbolo da causa apaeana, a margarida. Tal imagem reforçava o poder da representação forjada em torno do excepcional, que não podia falar, mas era “falado”; que não criava a cena, mas era nela colocado por outrem. Assim como a flor, a criança retardada era delicada, sendo, em si mesma, uma mensagem ao mundo, evocando ternos sentimentos. Todavia, para que essa mensagem se concretizasse, era mister que alguém cultivasse e a trouxesse à vista a criança retardada, retirando-a do isolamento, da “inutilidade” e da vida desfavorável. Por isso, carecia de ser educada e *amparada* em um ambiente especializado, haja vista sua inocência e presumida

fragilidade. Corroborando o exposto, segundo dissera a mãe de um menino excepcional, ligada à Apae de São Paulo, em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*⁹⁷, em 1971,

Todos devem compreender que os retardados são seres humanos. *Esse nosso símbolo é para dar ideia de que a florzinha é modesta, é uma margarida, não uma rosa, uma flor bonita. Mas a margarida também enfeitada, ajuda.* O deficiente é assim: ele não tem muita capacidade, mas tem sempre um pouquinho para dar. As mãos somos nós, os pais (CONDE, 1971, p. 5, grifos meus).

Nessa direção, complementando os sentidos e o discurso inscritos na fotografia, era veiculado, imediatamente abaixo dela, um texto com teor literário, escrito por Dinorath do Valle Kuyumjian, intitulado *Mensagem da Flor*, como se a foto lhe servisse não somente de ilustração, mas, sobretudo, como antecipação, para o leitor, do simbolismo assumido pelo elemento *flor* nas práticas e representações apaeanas. Não casualmente o citado texto, que dava voz ao eu lírico de uma criança excepcional imaginária, atribuindo-lhe um discurso poético e apelativo, assim era finalizado:

Dá-me uma escola, não me esconda em casa. Aprenderei a tolerar olhares, a sentir o estranho, o diverso, a ser presença. Quero fazer parte do teu mundo, que é meu também, pois para cá me mandaram. Eu era um anjo, não estava pronto e cá sem ritmo no mundo.
Não pedi para nascer. Existo, pelo mesmo mistério de vida que te anima. Soprou-me Deus também os seus mistérios, sou flor agreste de tua mesma campina.
Sou a criança retardada. Meus gestos são mensagens. Defendo meus direitos com os olhos, a inocência, o existir. Quero meu quinhão no mundo de todos. Dá-me o que é meu, estende a mão à estrada paralela, sorri, respeita e luta por mim, como por todos. Sou a mais criança das crianças. A flor, a flor, a flor... (KUYUMJIAN, 1966, p. 9).

Em suas características literárias, o fragmento supra veiculava, pois, a representação de criança retardada como uma criança mais infantilizada que as demais, como alguém que não teria nascido “pronto”, associando-a à figura etérea de um anjo, de um ser não humano, caracterizado pela pureza e delicadeza, vivendo neste mundo, mas a ele não pertencendo de fato, já que teria outro ritmo de existência. Ora, semelhante perspectiva, na longa duração, esteve presente na História da Educação dos Excepcionais desde a Idade Média ocidental, quando a pessoa com deficiência passou a ser vista ora como enviada de Deus, “um anjo caído na terra”, ora como uma eterna criança, doce e meiga, a ser resguardada dos tormentos e dificuldades de um mundo ao qual ela, em última instância, não faria parte.

Essas concepções, por sua vez, foram se desdobrando em práticas, dentre as quais se destacou o envio de sujeitos com deficiência para as instituições e/ou escolas especializadas, relativamente segregadas do mundo comum, verdadeiras “estradas paralelas”, nas quais seriam, então, preparados esses indivíduos para, depois, participarem da sociedade, ocuparem a mesma

⁹⁷ Na reportagem, o jornalista responsável pela matéria coletou o depoimento de Yara de Oliveira Celentano, da Apae de São Paulo (Cf. CONDE, 1971).

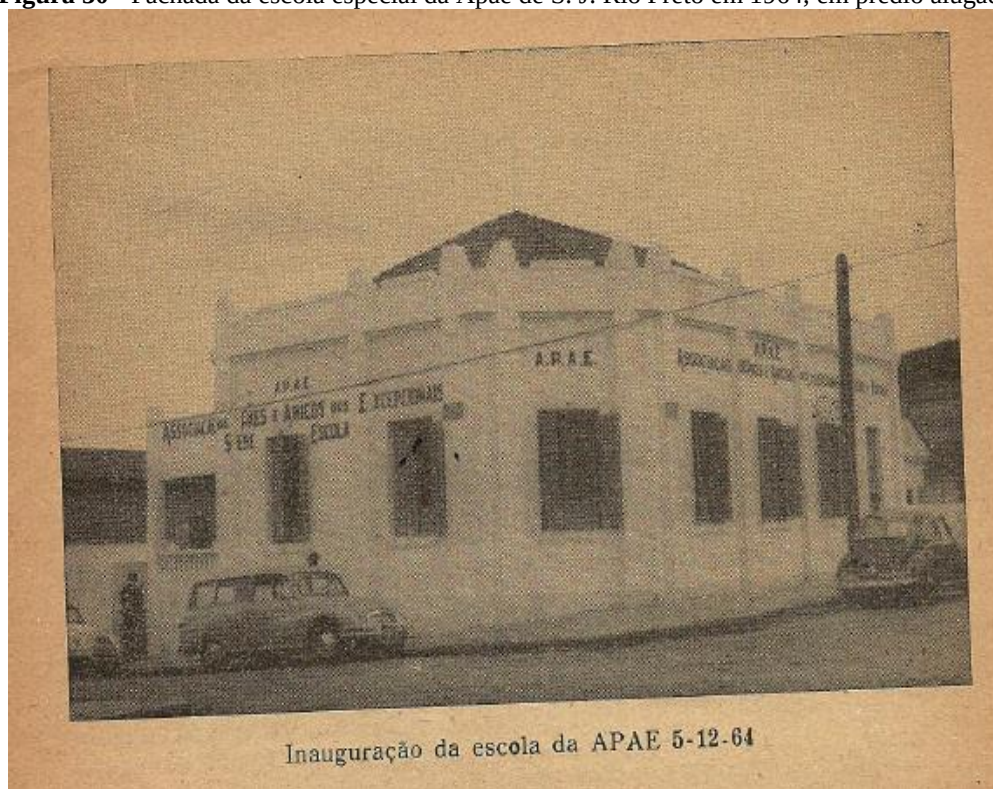
“campina” e andarem no mesmo “ritmo” que os demais. Condizente com essa perspectiva, destacaram-se, no Brasil, as próprias Apaes, que se empenharam em criar espaços de atendimento especializado para o excepcional e, desse modo, prepará-lo para a vida em sociedade. Alguns desses espaços foram registrados pelas poucas fotografias do período aqui analisado, como se pode ver:

Figura 29 - Foto do Pavilhão construído para sediar a Apae de S. J. do Rio Preto - SP



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p.7, jan. - dez. 1966).

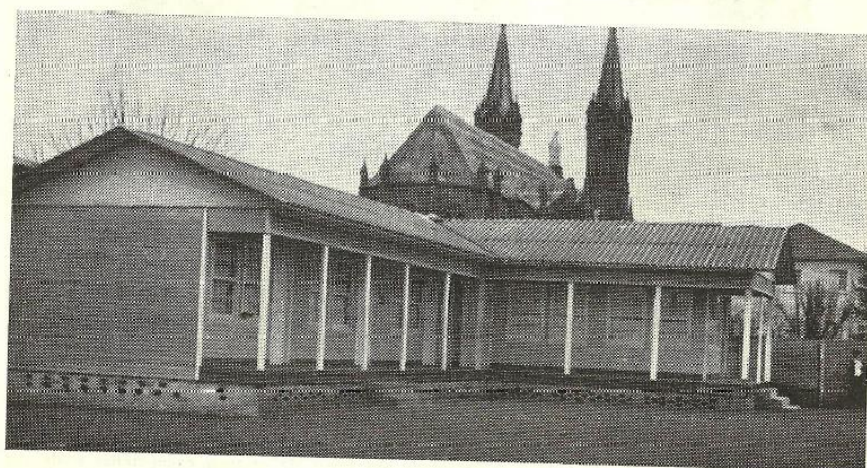
Figura 30 - Fachada da escola especial da Apae de S. J. Rio Preto em 1964, em prédio alugado



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p. 4, jan. - dez. 1966).

Figura 31 - Escola Especial da Apae de Vacaria - RS

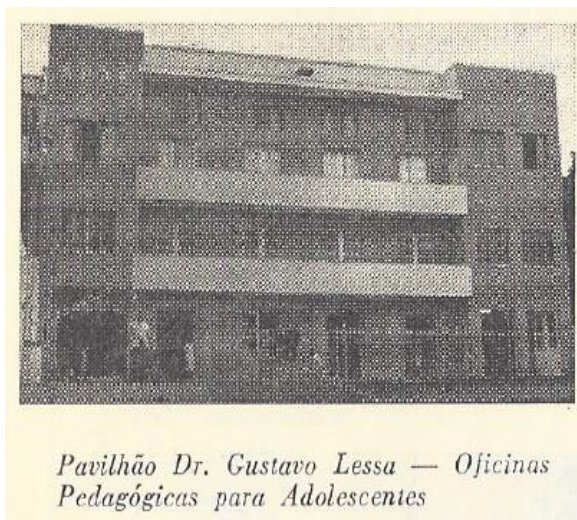
VACARIA (RS) — Grande número de palestras foram programadas para comemorar a Semana. Nos colégios locais organizaram-se concursos para o melhor trabalho literário e o melhor cartaz alusivos à Semana Nacional do Excepcional. A Escola Especial foi muito visitada, onde se realizou também uma exposição dos trabalhos dos alunos. A diretoria da APAE organizou uma festa de encerramento na Escola Especial em homenagem aos pais e crianças.



Escola Especial da APAE de Vacaria (RS.)

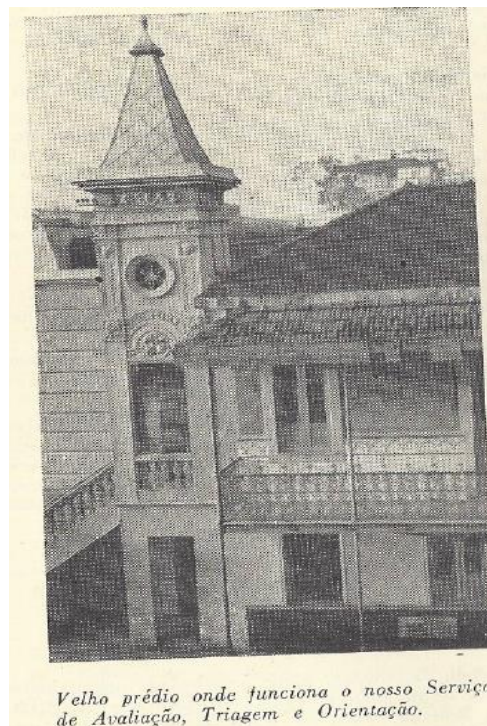
Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, p. 14, jan. - mar. 1968).

Figura 32 - Fachada do Pavilhão Dr. Gustavo Lessa, onde eram ofertadas oficinas pedagógicas pela Apae carioca



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 3, p. 5, jul. - set. 1968).

Figura 33 - Prédio onde funcionava o Serviço de Avaliação, Triagem e Orientação da Apae carioca, no final da década de 1960



Fonte: *Mensagem da Apae*, (ano V, n. 3, p. 10, jul. - set. 1968).

Apesar da pequena quantidade, as fotografias mostrando as fachadas de construções pertencentes às Apaes, em locais onde funcionavam suas escolas especiais, a sede das associações, oficinas pedagógicas e, ainda, o serviço de Avaliação, Triagem e Orientação criavam um efeito de sentido em relação às práticas de leitura e manipulação de *Mensagem da Apae*. Afinal, esses registros fotográficos tinham o propósito de comunicar aos leitores a materialidade das instituições, aproximando-os delas, à medida que evidenciava onde o trabalho noticiado nas páginas da revista era, factualmente, realizado e, ao mesmo tempo, ressaltavam as conquistas e expansão das Apaes federadas, quando se relatava a construção de uma nova obra ou a aquisição de novo imóvel. A materialidade dos prédios tinha um apelo afetivo e reforçava as representações dos apaeanos sobre si mesmos e sua “missão” filantrópica, na perspectiva do pragmatismo e do ufanismo.

Conseguir uma sede própria ou pelo menos adquirir um espaço físico alugado para fazer funcionar uma escola especial e demais serviços voltados ao excepcional era, portanto, um símbolo visível e tangível, para os apaeanos, de suas realizações e avanços no campo da excepcionalidade, de sua imagem positiva perante a sociedade e do crescimento de suas

instituições, que, cada vez mais, demandavam novas e modernas instalações. Por isso, o governo e a sociedade civil eram chamados a contribuir e fazer doações para que semelhante expansão não fosse impedida pela falta de espaço físico e de recursos financeiros. Ademais, propor e concluir a construção de escolas e/ou de centros especializados era motivo de orgulho e distinção entre os próprios dirigentes das Apaes. Na segunda edição de 1964, por exemplo, a revista trouxe, dentre suas notícias, a informação de que:

A APAE de Londrina, dirigida pela Sra. Cazuê Udihara, diretora do ILEGE (Instituto Londrinense para Educação de Crianças Excepcionais) terminou este ano [1964] a construção da nova escola, dentro de alto padrão de técnica moderna: salas de aulas, salas de recuperação física e terapêutica ocupacional, etc. Atenderá 110 crianças e gratuitamente.
A APAE de Londrina contou com a grande generosidade da população local que foi incansável na realização desta grande obra (NOTICIÁRIO, 1964b, p. 51, grifos meus).

No caso da fundação da Apae de São José do Rio Preto, segundo Seixas (1966, p. 3), “Nossa APAE pôs-se em campo para a obtenção de fundos, sendo que a sociedade local sempre esteve presente”. Em seguida, prossegue relatando que “Ao mesmo tempo, procuramos *chamar a atenção dos deputados estaduais e federais da região*, e entre estes destacou-se o Dr. Maurício Goulart [...]” (SEIXAS, 1966, p. 3, grifos meus). Com sua influência política, posta a serviço da associação, esse deputado “[...] obteve 12 milhões de cruzeiros do Ministério da Educação e Cultura para manutenção e materiais escolares [...]” e, ainda, segundo o relato “[...] conseguiu incluir no orçamento da União pelo Ministério da Saúde uma verba de 20 milhões de cruzeiros (em vias de recebimento) para *prosseguimento das construções*” (SEIXAS, 1966, p. 3, grifos meus). Grande era, pois, a procura por atendimento especializado aos excepcionais, e surgiam novas formas de trabalho com esse público, que, por seu turno, requeriam investimentos em infraestrutura e materiais apropriados. Tal situação ficou, também, expressa na narrativa da revista sobre o histórico da Apae do Rio de Janeiro (A APAE..., 1968), quando esta completou os 13 anos. Na matéria, afirmava-se que, àquela época,

Novas técnicas, novos métodos para a recuperação dos retardados mentais vão sendo empregados. A APAE procura experimentar esses modelos e cria o Centro de Reabilitação Neurológica, tendo como base o programa Doman-Delacato do Instituto para Avaliação das Potencialidades Humanas, de Filadélfia⁹⁸. Novo impulso é dado então à Associação: é crescente o número daqueles que procuram a APAE, com a Esperança na resolução de seus problemas. Este Centro, como outros órgãos da ASSOCIAÇÃO, em breve tempo, já cresce demais. E se impõe a sua mudança para instalações próprias. Mas, com o auxílio do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, adquiriu-se outro imóvel (prédio e terreno) [...], onde deverá ser construído o Centro de Reabilitação Neurológica, além da sede própria da ASSOCIAÇÃO e da Escola Primária, bem como dos serviços especializados (consultórios médicos, assistência social, exames e avaliações diversas etc.) Pretende-se ainda nesse local construir-se um Internato

⁹⁸ Para conhecimento das características gerais, contribuições e limitações desse método, leia-se Wachelke et al. (2004). Segundo esses autores, “O método Doman-Delacato (cujo nome é devido a seus dois principais teóricos, Glenn Doman e Carl Delacato) foi elaborado no decorrer dos anos 50 e 60 nos Estados Unidos, pela equipe do *Institute for the Achievement of Human Potential* (Instituto para o Desenvolvimento do Potencial Humano), localizado na Filadélfia. [...] O método Doman-Delacato está voltado principalmente para a educação de crianças com lesão cerebral” (WACHELKE ET AL, 2004, p. 311). Com o uso desse método, nota-se, mais uma vez, a influência estadunidense nas práticas e concepções apaeanas.

para os casos difíceis, que indiquem seja o Excepcional afastado, pelo menos temporariamente, de sua família (A APAE..., 1968, p. 4-5, grifos meus).

Essas construções eram pensadas e almeçadas em função das práticas da instituição no que se relacionava aos serviços que eram ou precisavam ser ofertados aos excepcionais, os quais, sem outro apoio sistemático do poder público, chegavam às Apaes. Estas, então, pressionavam o governo para lhe conceder repasses financeiros, como exposto nos fragmentos anteriores. O espaço físico e sua arquitetura tinha, portanto, um papel importante na vida dessas instituições e em sua perspectiva de atuação, pois devia ser preparado e adaptado segundo as especificidades do público-alvo visado e das práticas a serem desenvolvidas, fundamentadas naquelas representações sobre o excepcional, sujeito que carecia principalmente de recuperação, atendimento clínico-terapêutico e, se possível, de uma escolarização elementar.

O uso assim calculado do espaço físico e de suas edificações, definido muito mais a partir das práticas de reabilitação do que em função das demandas pedagógicas, esteve presente na Apae de Londrina, conforme citado, na medida em que a escola especial construída, na verdade, formava um conjunto arquitetônico de *salas de aulas, salas de recuperação física e terapêutica ocupacional*. Também na matéria sobre a construção do prédio próprio da Apae de Rio Preto, essa íntima relação entre arquitetura e práticas institucionais ficou evidente, porquanto, no espaço a ser destinado ao setor escolar, haveria, além de algumas salas de aula, outras para a oferta de uma gama de serviços de reabilitação e de saúde.

Consequentemente, a educação escolar especializada e o atendimento clínico-terapêutico se confundiam nessas instituições, dividindo as mesmas instalações; afinal, nesse momento, para os apaeanos, tais práticas eram representadas como indissociáveis, conquanto a primeira fosse subordinada à segunda. Dito de outro modo, as construções materializavam as representações que tais agentes nutriam sobre o trabalho a ser realizado com os excepcionais e, por outro lado, moldavam seu trabalho, pois, no interior delas, os espaços, mesmo quando designados como escolares, estavam pré-definidos para atender a ambas as finalidades. No dizer de Seixas (1966, p. 7, grifos meus),

Estamos empenhados na construção do prédio próprio em terreno doado pela Prefeitura Municipal, de 6.400 m². O total da construção irá para 1500 m². A planta, feita pelo engenheiro arquiteto Dr. Heitor Eiras Garcia, teve a orientação técnica do Dr. Haim Grunspun. [...] ⁹⁹.

⁹⁹ Haim Grunspun (1927-2006) foi médico psiquiatra e psicólogo clínico, tendo colaborado em cursos sobre excepcionais, realizados, em suas parcerias com o governo do estado de São Paulo, pelos apaeanos paulistas. Foi também professor na PUC-SP. Ao recorrerem ao parecer técnico de Haim, vê-se, assim, a preocupação médico-sanitarista dos apaeanos na realização de suas construções, já que a área da saúde assumia primado no trabalho com o excepcional, ditando o conteúdo das representações e das práticas de que este era alvo. Sobre Grunspun, confira-se Ades (2008).

O projeto completo consta de 3 pavilhões: o escolar, refeitório, cozinha e oficinas; e dependências para internato. No momento, estamos terminando o setor escolar, com 5 salas de aula, gabinete médico-psicológico, salas de foniatria, fisioterapia, almoxarifado, diretoria e sanitários. [...].

Vê-se, assim, que havia uma inter-relação entre as representações de educação especializada e de excepcional adotadas pelas Apaes, a dinâmicas dos espaços, sua distribuição física e formas arquitetônicas com as práticas realizadas. Essa inter-relação se projetava na preocupação em fotografar e dar a conhecer as construções, nas quais se materializavam os propósitos institucionais e suas realizações. Por isso, fotos como as reproduzidas anteriormente estiveram presentes nas páginas de *Mensagem da Apae*. Discutir, em mais detalhes, a educação de excepcionais na perspectiva das Apaes e de sua Federação, além de suas ações e reivindicações mais constantes naquele período, será, pois, o tema do último capítulo, dada a necessidade de desenvolver esse assunto com mais vagar e especificidade, para além de breves indicações.

2.3 *Mensagem da Apae* (1969-1973): um formato híbrido entre o livro e a revista

No período de 1969 a 1973, pude localizar apenas 3 edições de *Mensagem da Apae*, respectivamente de 1969, [1972?]¹⁰⁰ e 1973. Pelo que tudo indica, foram as únicas desse momento, constituindo a terceira série analisada na primeira grande fase do impresso. O periódico, nesses anos, teve publicação bastante irregular e seu formato e conteúdo foram alterados em relação aos momentos anteriores, inclusive prestando-se a outras funções, diferentes das que vinha assumindo. Não houve propagandas, informações técnicas de expediente, vendas de assinatura, fotografias e imagens, sumário, índices, cartas de leitores, tampouco notícias e artigos que fossem atuais ao lançamento dessas edições. Logo, não pude precisar os agentes responsáveis por sua edição nesse momento. O número de 1969 sequer teve editorial, como de praxe nos periódicos. No *Quadro 5*, indico os números encontrados e mais alguns dados técnicos a respeito:

¹⁰⁰ Não me foi possível ter certeza do ano de lançamento desse número, ainda que os indícios levem a considerar essa data como muito provável, tanto que Jannuzzi (2006, p. 220) lista, dentre suas referências, o impresso “*Mensagem* (1972). Minas Gerais, FNA [isto é, Federação Nacional das Apaes]”. Todavia, por não estar absolutamente seguro dessa data, preferi assinalar a situação, indicando o ano de 1972 seguido pelo ponto de interrogação.

Quadro 5 – Dados técnicos de *Mensagem da Apae* (1969-1973)

Ano da revista	n.	Período	Ano de publicação	Quantidade de folhas	Quantidade de páginas, excluídas as capas	Formato em cm
VI	5	Outubro-dezembro de 1969	1969	96	188	16 x 23
Não especificado	Não especificado	Não especificado	[1972?]	40	76	15,6 x 22,8
Não especificado	Não especificado	Não especificado	1973	82	160	15,8 x 22,8

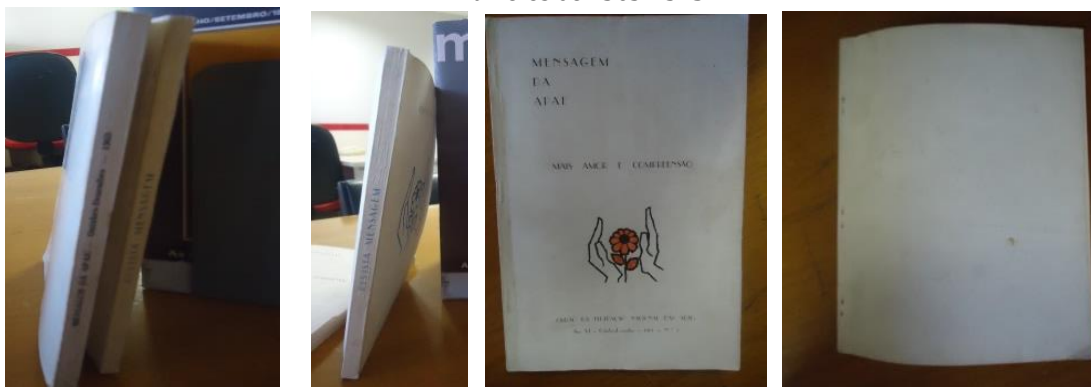
Fonte: *Mensagem da Apae* (1969-1973).

A publicação enfrentou sérias dificuldades nesses últimos números da primeira fase. Isso foi, posteriormente, reconhecido no editorial do primeiro número de 1974, lançado em novembro desse ano, que marcaria nova fase da revista, por ora não contemplada nesta pesquisa. Clemente Filho, então diretor responsável pelo relançamento do periódico, em 1974, se manifestou nesse editorial lembrando que:

A 'Mensagem' foi publicada pela primeira vez há dez anos [isto é, sem considerar as edições de 1963]. Durante esses dez anos tem sobrevivido a duras penas, publicando-se com periodicidade irregular, refletindo sobretudo o movimento dos nossos congressos, particularmente nos últimos números (CLEMENTE FILHO, 1974, p. 3, grifo meu).

Clemente filho (1974) se referia ao fato de que, nos números de 1969 a 1973, *Mensagem da Apae* prestou-se, sobretudo, à publicação de anais ou informes dos congressos da Fenapaes, às vezes com significativo atraso em relação à data de ocorrência desses eventos e às publicações correspondentes, além de textos oriundos de conferências, discursos, atas e relatórios de grupos de trabalho sobre deficiência e demais assuntos institucionais, perdendo as principais características de revista que havia conquistado anteriormente, de 1964 a 1968, especialmente porque deixou de publicar o que estava acontecendo no “calor do momento”. O número de páginas do periódico aumentou significativamente, assemelhando-se, materialmente, a um livro, em dimensões aproximadas de 16 cm por 23 cm. Suas páginas eram grampeadas, coladas e envolvidas por capas em papel mais espesso do que o usado no miolo, formando-se uma encadernação com lombada em destaque, conforme as imagens:

Figura 34 - Imagens de perfil e frontal de *Mensagem da Apae*, destacando o tipo de encadernação dos números de 1969-1973



Fonte: *Mensagem da Apae* (1969-1973).

Esses três números foram impressos, excepcionalmente, ao contrário dos anteriores, em Minas Gerais, e não em São Paulo. Pelo menos os de [1972?] e 1973 foram rodados, com certeza, em Belo Horizonte, pela Imprensa Oficial. É bem provável que o de 1969 também tenha sido impresso no mesmo local, pelas características gráficas e porque se lê, em uma das páginas iniciais, que esse número era, também, uma colaboração da Apae de Belo Horizonte à Fenapaes. Parece que isso ocorreu, mais uma vez, pela rede de sociabilidade existente entre os apaeanos. Justino Pereira, então presidente da Fenapaes, ao redigir o editorial do número de [1972?] registrou que:

Com este novo número de nossa Mensagem — impresso graças à generosidade da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ao trabalho da Apae de Belo Horizonte e à compreensão de seu presidente, nosso companheiro Paulo Campos Guimarães — damos continuidade à série de publicações periódicas que a Federação tem mantido em sua profícua atuação, levando a maior divulgação de conhecimentos sobre as várias áreas em que se desenvolve a problemática do excepcional (PEREIRA, [1972?], p. 5, grifos meus).

Ora, para entender esse excerto é preciso ter em vista que Paulo Campos Guimarães (1918-1980), que já fora deputado estadual, com prestígio político regional e, na ocasião, era presidente da Apae de Belo Horizonte - MG, conforme citado acima, foi, também, de 1967 a 1975, diretor da Imprensa Oficial mineira. Logo, Guimarães era um apaeano influente e, nesse período, mediante o cargo que ocupava, deve ter possibilitado que a revista fosse rodada pela Imprensa Oficial de Minas, pois, pelas queixas dos editoriais, o periódico enfrentava muitos obstáculos para continuar. Sem essa subvenção, *Mensagem da Apae* dificilmente poderia ter sido editada, posto que os últimos números de 1964 a 1968 já não contavam com anunciantes e haviam tido apoio financeiro da Cademe. Esta, por sua vez, já estava enfraquecida e logo

depois seria extinta, em 1973. Por outro lado, desde 1970, a Cademe sequer era presidida por Borba¹⁰¹, que era militar e apaeano influente no cenário político-educacional do período.

O recurso aos contatos pessoais deve ter sido, portanto, fundamental para garantir a continuidade do impresso, ainda que de modo precário. Justino Pereira, embora tivesse trilhado carreira médica e política a partir do estado do Paraná, era mineiro de nascimento. Logo, seus conhecimentos pregressos em Minas Gerais, além do prestígio de seu conterrâneo Paulo Campos Guimarães, podem ter contribuído para que, durante esse momento em que presidiu a Fenapaes, entre o final dos anos de 1960 e começo de 1970, fosse viabilizada a impressão dos exemplares pela Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Ainda no caso do número de 1969, é possível inferir que não houve edições anteriores, pois o editor deve ter continuado a contagem dos anos da revista, haja vista que, em 1968, ela fora editado como ano V, tendo sido lançados quatro números trimestrais naquele ano. Por isso, aparece, em 1969, a indicação ano VI e número V. Parece que havia, então, o desejo de não se perder a indicação e a forma da periodicidade, mantendo-se, nesse número em particular, o registro de que se continuava tratando de uma publicação trimestral, pois foi indicado o período de outubro a dezembro na capa. Assim, *Mensagem da Apae* deve ter ficado realmente um ano sem ser editada, após o último número de outubro-dezembro de 1968.

Nos outros dois números, contudo, desapareceram quaisquer indicações de periodicidade e mesmo o ano de publicação é dubio. Aquele que aparece no *Quadro 5* como referente a 1972 foi assim designado porque não possuía nenhuma referência sobre data de edição explícita, mas como havia, no conteúdo, uma circular datada de 23 de março de 1972, sendo essa a data mais recente de tudo que fora publicado na edição, é bem provável que tenha sido preparada entre 1971 e 1972, sendo impressa neste último ano. Por fim, o número de 1973 foi assim designado porque apresentava uma página de fecho, antes da terceira capa, onde se pode ler o local de impressão, Belo Horizonte, e o ano, 1973.

Nesses últimos números, “[...] cuja periodicidade não tem sido possível manter [...]” (PEREIRA, [1972?], p. 5), parece que os editores perderam o controle da periodicidade das edições, pois, no de 1973, em uma espécie de editorial, o editor, não mais identificado, escreveu literalmente assim: “A nossa Revista *Mensagem* no seu atual número...[...]” (MENSAGEM..., 1973, p. 7), substituindo a indicação do número do periódico pelas reticências. Além disso, o próprio título da publicação não se manteve constante, sofrendo oscilações, possivelmente devidas ao distanciamento entre

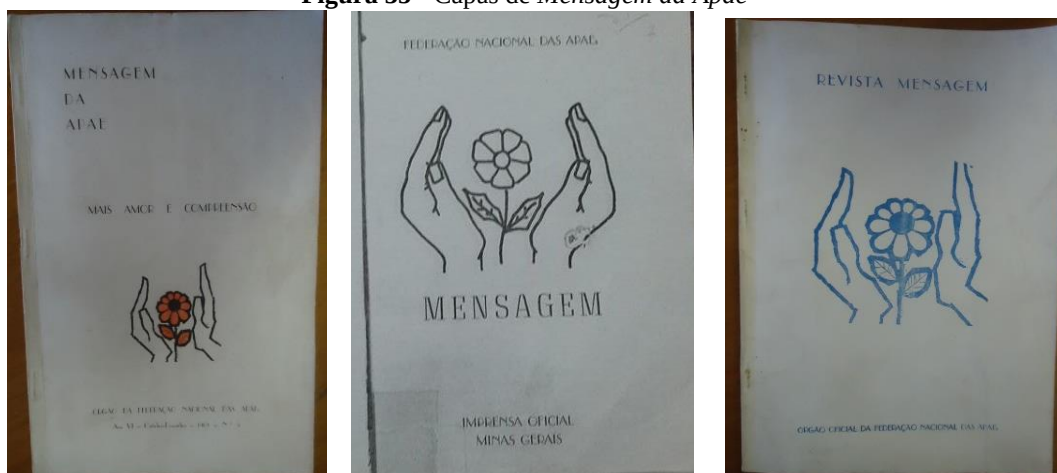
¹⁰¹ Segundo Mazzotta (2005, p. 53, grifo do autor), “Em 1970, pela Portaria Ministerial 3.514, de 28 de setembro, foi designada diretora executiva da CADEME a psicóloga Sarah Couto César, da Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro”.

uma edição e outra, às eventuais alterações de editores e às próprias condições adversas de impressão, sem as devidas revisões e muitos atrasos entre uma e outra.

Diante disso, nos três números mencionados, em que pesem as semelhanças gráficas e de conteúdo, também houve algumas diferenças, mesmo sutis, que carecem de ser mencionadas. Essas diferenças podem ser notadas especialmente nas capas, muito embora tenham sido todas bastante simples e econômicas. A de 1969 teve fundo branco, com escritas em preto. Trazia no topo o título do periódico, *Mensagem da Apae*, em letras maiúsculas e, ao centro, o lema institucional “mais amor e compreensão”. Um pouco abaixo, estava o símbolo da Fenapaes, com a flor e as folhas preenchidas em vermelho. Na parte mais inferior, estava o dístico que sempre acompanhara o periódico, impresso como “órgão da Federação Nacional das Apaes” e, abaixo, a periodicidade, registrada apenas nesse número da série em análise (*Figura 35*).

A capa de [1972?] foi produzida em preto e branco, contendo no topo a inscrição Federação Nacional das Apaes, seguida do símbolo institucional no centro da página, sob o qual se indicava o nome do periódico apenas como “*Mensagem*” em letras grandes e, na porção mais inferior da capa, registrava-se o local de impressão: Imprensa Oficial de Minas Gerais. O volume de 1973 teve a capa com o título *Revista Mensagem* no topo, o símbolo da Fenapaes no centro da página e, na parte inferior, o dístico “órgão da Federação Nacional das Apaes”. O fundo da página era branco, com o contorno do desenho e as escritas em azul, retomando-se a cor-símbolo da instituição (*Figura 35*). Em uma das páginas iniciais desse número, aparece, ainda, a informação de que recebera colaboração do Banco Nacional do Norte para sua impressão, além da Imprensa Oficial de Minas Gerais. Abaixo, pode-se observar as capas respectivas:

Figura 35 - Capas de *Mensagem da Apae*



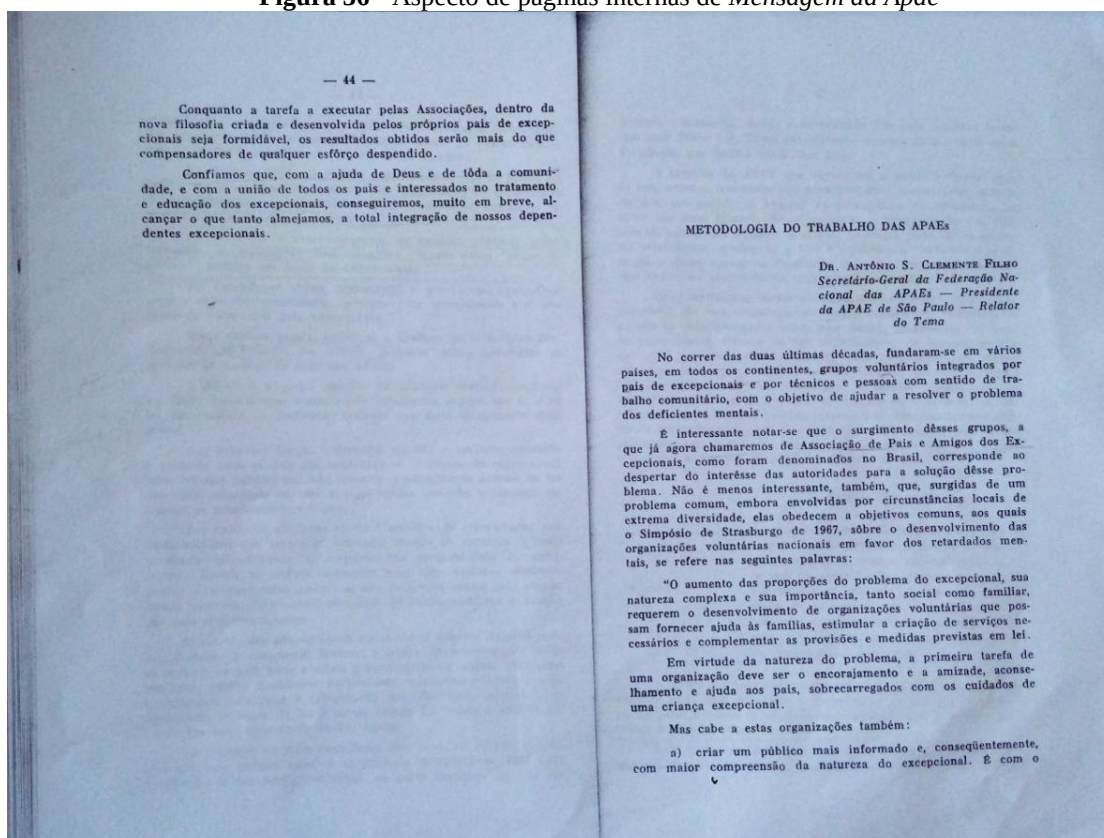
Fonte: *Mensagem da Apae*, respectivamente, em 1969, [1972?] e 1973.

Em geral, as segundas, terceiras e quartas capas não foram usadas para impressão nos três números citados, permanecendo em branco. Apenas na edição de [1972?], na quarta capa, havia os dizeres: *Colaboração da Vice-Presidência da Federação Nacional das APAEs para Minas Gerais*. Isso evidencia, mais uma vez, que as edições do período foram impressas graças à interferência dos apaeanos mineiros, sob a liderança de Paulo Campos Guimarães. Como a Fenapaes era organizada naquele momento em uma presidência e 3 vice-presidências (BORBA, 1999), é possível que Guimarães fosse um desses vice-presidentes da entidade ou, pelo menos, alguém muito próximo de quem ocupasse tal cargo. Por isso, se mencionava que a edição era uma colaboração da vice-presidência para Minas Gerais.

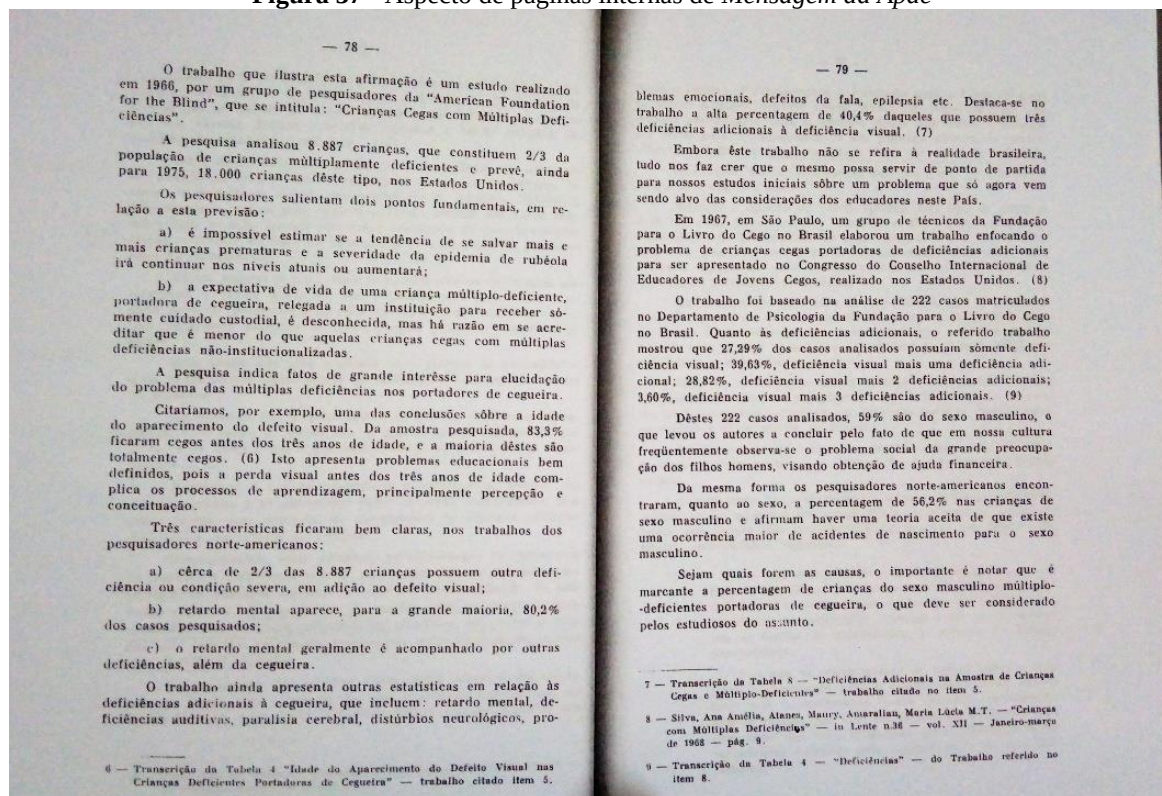
No que tange ao miolo, os números em foco foram impressos sempre em letras pretas sobre papel branco. Nem todas as folhas foram usadas no anverso e verso, pois entre um texto e outro se deixava, comumente, o verso da folha em branco. As páginas internas eram de papel de gramatura espessa, consistente, de fácil manuseio, numeradas sequencialmente. Os textos apareciam diagramados em coluna única, lembrando a disposição gráfica de livros. Não se fez uso de recursos estilísticos sofisticados na impressão, fontes, destaques e/ou alinhamentos personalizados, sendo que os textos seguiam monótonos pela página, sem interferência de quaisquer imagens.

A quebra da monotonia era dada, quando muito, pelos espaços ou páginas em branco no decorrer da edição, que, em geral, separavam um texto de outro, criando um protocolo de leitura próximo ao de livros organizados em capítulos temáticos. Ademais, nessas edições, houve alguns erros e falhas de impressão, o que sugere um trabalho editorial pouco cuidadoso e com poucos investimentos. Disponho, a seguir, algumas imagens das páginas internas¹⁰²:

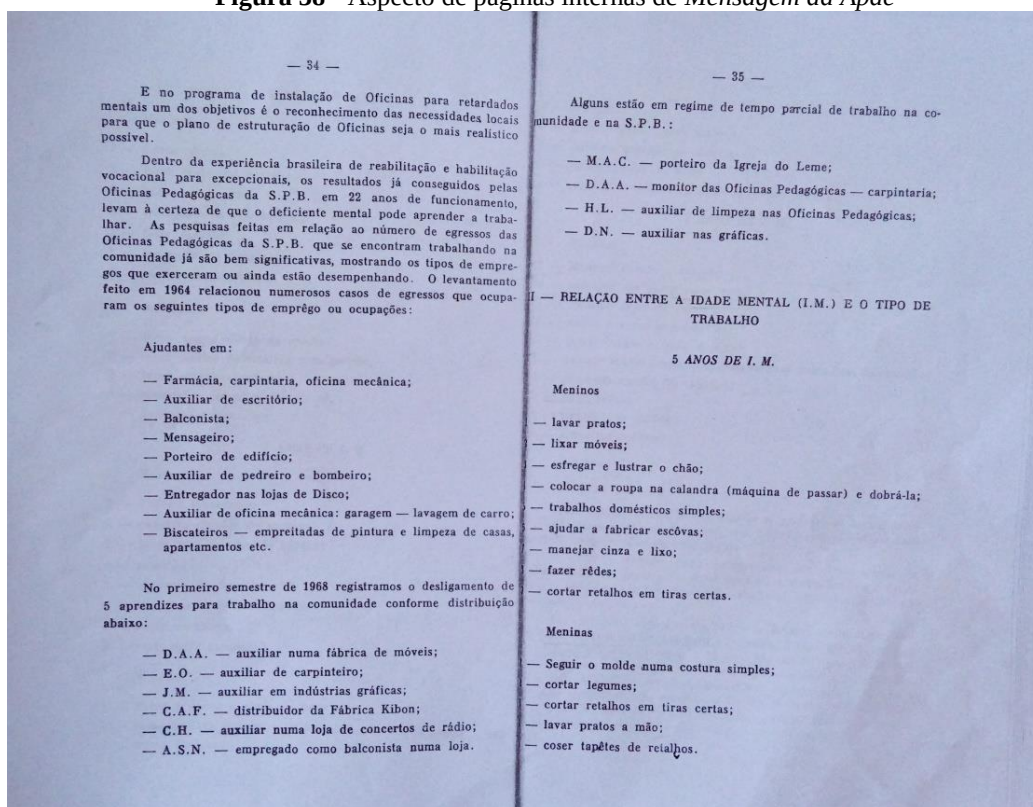
¹⁰² Excepcionalmente, cabe ressaltar que as imagens das páginas internas das edições de 1969, [1972?] e 1973 são provenientes de fotografia das respectivas cópias xerocopiadas de que disponho.

Figura 36 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae*

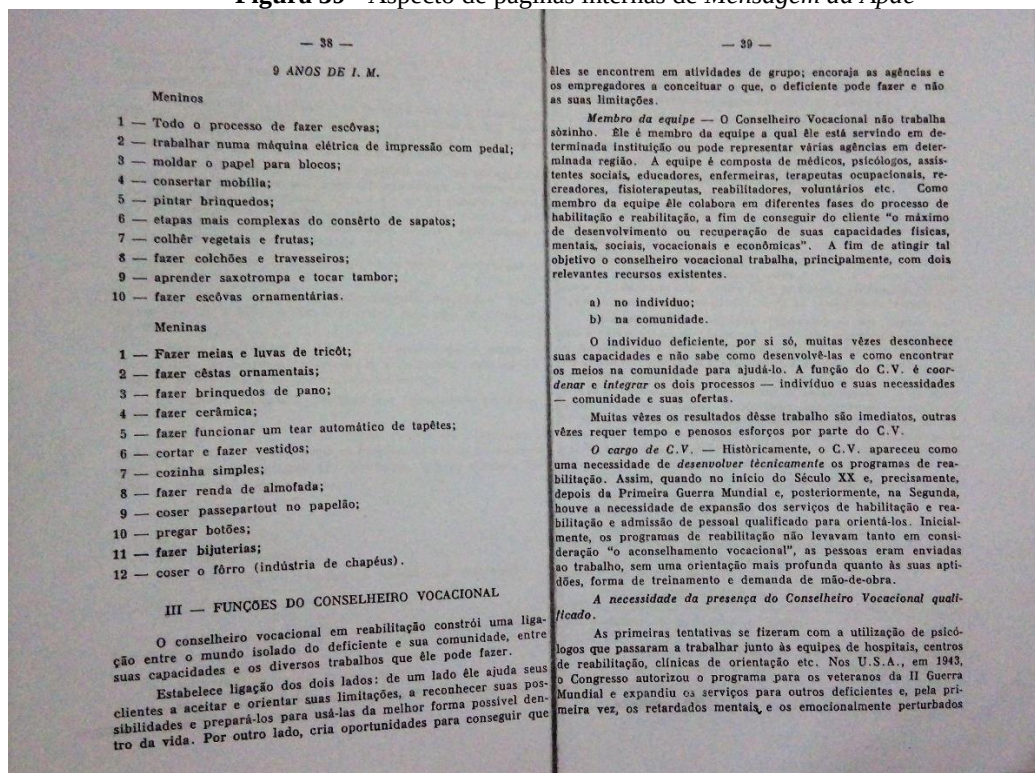
Fonte: *Mensagem da Apae* (ano VI, n. 5, p. 44-45, 1969).

Figura 37 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae*

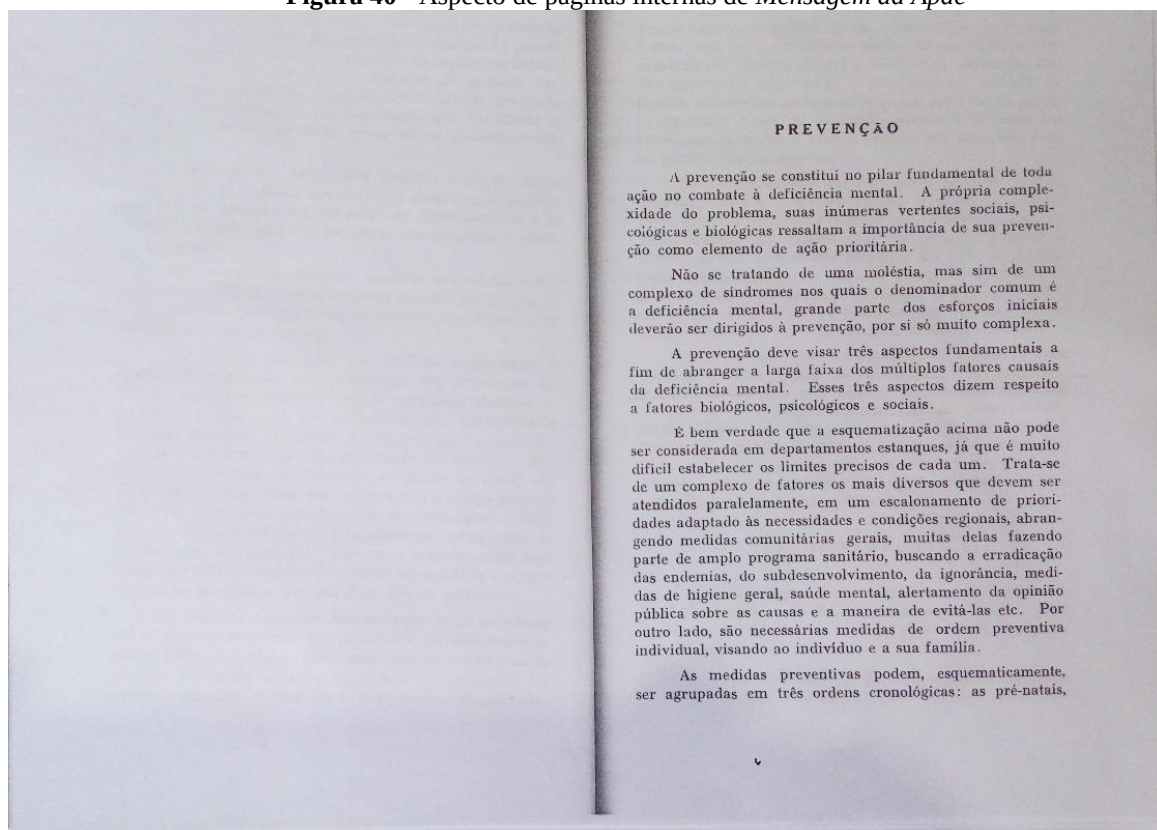
Fonte: *Mensagem da Apae* (ano VI, n. 5, p. 78-79, 1969).

Figura 38 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae*

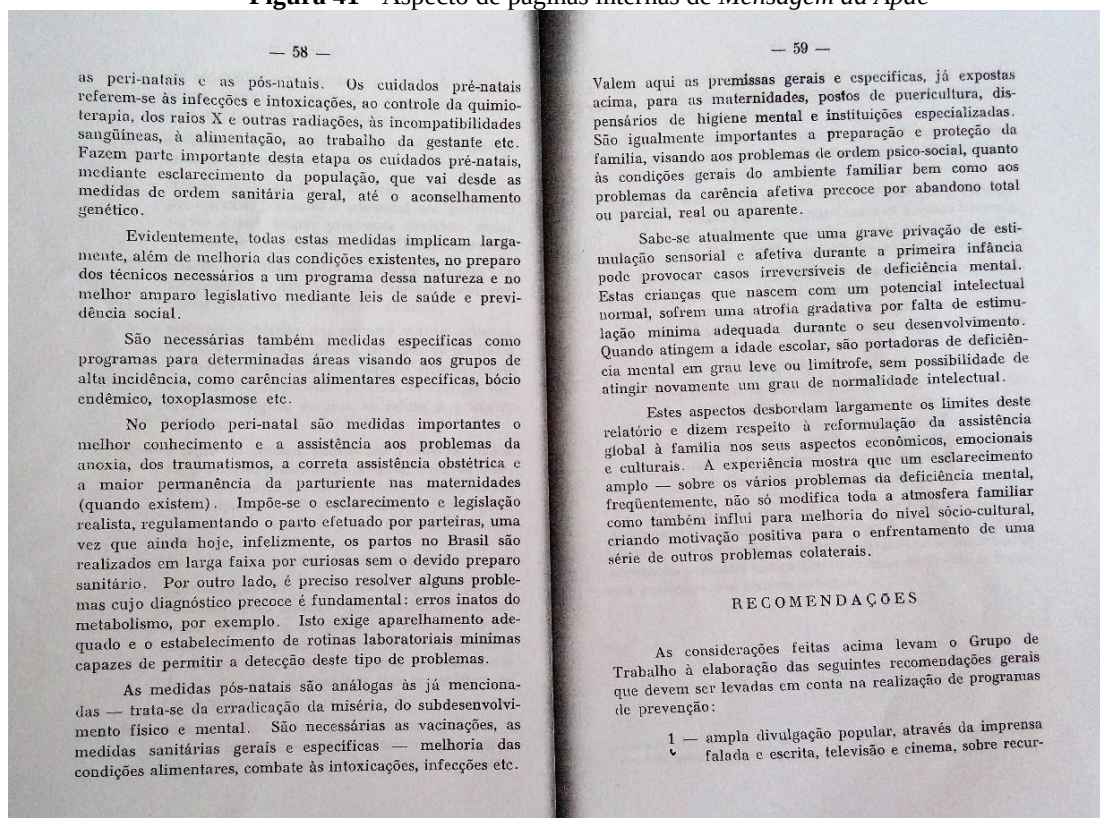
Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 34-35, [1972?]).

Figura 39 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae*

Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 38-39, [1972?]).

Figura 40 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae*

Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 56-57, 1973).

Figura 41 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae*

Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 58-59, 1973).

Em relação aos conteúdos abordados pelos três números, disponho na sequência, para explicitar maiores detalhes, um quadro informativo com a listagem de textos publicados, de forma resumida e esquemática, de modo a se vislumbrar, quais foram, “por dentro do impresso”, os assuntos abordados. Assim, é possível ter ao menos uma visão panorâmica do que foi veiculado de 1969 a 1973 e por quais agentes. Ressalto, todavia, que, por uma opção metodológica e de organização deste trabalho, não detalho, por enquanto, os textos arrolados nos quadros seguintes, pois são utilizados como fonte e objeto para discussões empreendidas, sobretudo, no capítulo final, de maneira que, se aqui o fizesse, correria o risco de produzir repetições e antecipações indesejadas. Logo, os quadros que se seguem têm caráter descritivo-informativo, e não analítico, a saber:

Quadro 6 - Conteúdo da edição de 1969 de *Mensagem da Apae*

Texto	Autoria	Função e/ou procedência institucional do autor
Anais do IV Congresso da Federação Nacional das Apaes (1969) (dados técnicos sobre a organização, Apaes participantes e abertura do evento)	Fenapaes	—
Discurso proferido por Dr. Justino Alves Pereira, na instalação do IV Congresso da Fenapaes	Justino Alves Pereira	Presidente do IV Congresso da Fenapaes, destacado apaeano, médico e político pelo estado do Paraná.
Grupos de Trabalho e Programa do IV Congresso da Fenapaes	Fenapaes	—
<i>Apostilas do IV Congresso (1969), com os seguintes temas e respectivos textos:</i>		
Tema I: Organização, Filosofia e Metodologia das Apaes		
Organização das Apaes	Telmo Schilling	Presidente da Apae de São Leopoldo – RS
Filosofia das Apaes	José Cândido Maes Borba	Vice-presidente da Apae-Guanabara e Diretor-Executivo da Cademe-MEC
Metodologia do Trabalho das Apaes	Antônio Santos Clemente Filho	Secretário-geral da Fenapaes e presidente da Apae de São Paulo

Anexo: Programa Global de Atendimento ao Deficiente Mental	Adaptado de Publicação da NARC	
Conclusão/ata dos grupos de Trabalho	Fenapaes	
Tema II: Ação das Apaes e as deficiências múltiplas		
A criança múltiplo-deficiente portadora de cegueira	Relatores	
Ação das Apaes e deficiências múltiplas	Caetano Pedoni	Advogado e Presidente da Apae de Porto Alegre – RS
Portadores de Deficiências Múltiplas – setor de deficientes físicos	Relatório apresentado por Maria Hecilda Campos Salgado	Presidente-fundadora do lar-escola São Francisco
Ação das Apaes e as deficiências múltiplas – deficiência física	Ehrenfried Wittig	Médico
A criança deficiente da audição e a dupla: deficiência problemática educativa	Ana Rimoli de Faria Dória	Professora especializada
Conclusão geral dos grupos de trabalho	Fenapaes	
Tema III: Interação entre pais e técnicos		
Interação entre pais e técnicos	Nelson de Carvalho Seixas	Médico e apaeano
Interação entre pais e técnicos	Severino Lopes da Silva	Professor-catedrático da Faculdade de Medicina Legal (URGN); Responsável pelo curso de Psicologia Médica (URGN); Responsável Técnico pela Clínica Pedagógica Heitor Carrilho – Natal – Rio Grande do Norte
O relevante problema da conduta de médicos e técnicos diante dos pais dos excepcionais	Severina D'AMICO de Oliveira	Assistente-Social, Apae de São Paulo
Tema IV: Conferência		
A lei e os deficientes mentais	Richard C. Allen	Professor de Direito e Diretor do Instituto de Lei, Psiquiatria e Criminologia da Universidade George Washington, Washington, D.C.

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano VI, n. 5, 1969).

Quadro 7 - conteúdo da edição de [1972?] de *Mensagem da Apae*

Texto	Autoria	Função e/ou procedência institucional do autor
Editorial	Justino Alves Pereira	Presidente da Federação Nacional das Apaes. Médico e político pelo estado do Paraná.
Circular aos vice-presidentes (23 de março de 1972)	Fenapaes	
Discurso do Padre Godinho na Câmara Federal em 1970 (agosto)	Godinho	Padre, deputado federal
Grupo de Trabalho ABDM/CADEME: Educação e Reabilitação (5 de julho de 1968)	Rosa Florenzano	Professora Especializada na educação de deficientes mentais. Chefe da área de deficientes mentais do Serviço de Educação Especializada da Secretaria de Estado de São Paulo dos Negócios da Educação.
A prefeitura do Distrito Federal (Brasília) e o Ensino Especial	Não especificado	
Habilitação Vocacional para o Deficiente Mental	Conferência proferida por Olívia Pereira na IV Reunião Estadual das Apaes do Estado de São Paulo	Professora especializada, coordenadora e orientadora das oficinas protegidas da Sociedade Pestalozzi do Brasil (GB)
Anteprojeto de lei sobre o excepcional	Nair Lemos Gonçalves	Livre docente da Cadeira de Legislação Social, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Confederação dos professores primários do Brasil, União dos professores primários do Espírito Santo e IX Congresso Nacional de professores primários (1969) – A aquisição da linguagem falada: um direito também dos deficientes da audição	Alpia Ferreira Couto	Professora especializada
Semana Nacional da Criança Excepcional (1968) – Aspectos pedagógicos da educação da criança surda	Alpia Ferreira Souto	Professora especializada
Trechos do diário de uma professora do interior (texto laureado com o Prêmio Apae 1968 e enviado à redação da revista em 1969, pelo então presidente da Apae de São Paulo, Antônio Santos Clemente Filho).	Ana Maria Fadigas	Aluna do 2º ano Normal do Instituto Estadual de Educação Conde José Vicente de Azevedo, São Paulo, SP.

Fonte: *Mensagem da Apae* ([1972?])

Quadro 8 - Conteúdo da edição de 1973 de *Mensagem da Apae*

Texto	Autoria	Função e/ou procedência institucional do autor
Editorial	Fenapaes	
V Congresso da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (1971) (dados técnicos sobre a organização, programa, objetivos, Apaes participantes e abertura do evento)	Fenapaes	
Discurso pronunciado pela Sra. Ignez Félix Pacheco de Britto no V Congresso da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (1971)	Ignez Félix Pacheco de Britto	Presidente da Apae da Guanabara
Discurso pronunciado pelo Dr. Justino Alves Pereira no V Congresso da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (1971)	Justino Alves Pereira	Presidente da Federação Nacional das Apaes. Médico e político pelo estado do Paraná.
Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. Rocha Lagoa V Congresso da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (1971)	Rocha Lagoa	Ministro da Saúde
Mensaje del Gobernador Al 5º Congreso de la Federación Nacional de Padres y Amigos de Personas Especiales	Luis A. Ferré	Governador de Porto Rico
Subsídios para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental (1967)	Enzo Azzi – Coordenador do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do <i>Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental</i> (1967)	Médico, psicólogo e professor Diretor do Instituto de Psicologia da PUC-SP, chefe do departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.
Conteúdo do Plano de 1967, publicado somente na edição de 1973		
Prefácio	Não especificada	-
Introdução	Não especificada	-
Prevenção	Não especificada	-
Assistência	Não especificada	-
Diagnóstico	Não especificada	-
Tratamento Médico	Não especificada	-
Educação	Não especificada	-
Reabilitação	Não especificada	-

Formação de técnicos para assistência aos deficientes mentais	Não especificada	-
Pesquisa	Não especificada	-
Divulgação	Não especificada	-
Anexo I		
Preparação do professor especializado	Não especificada	-
Anexo II		
Pesquisa Bibliográfica sobre Deficiência Mental	Não especificada	-
Classificação dos assuntos	Não especificada	-
		-
Anexo III		
Legislação de interesse direto ou indireto ao problema do deficiente mental e do excepcional	Compilação de Nair L. Gonçalves	Advogada, Professora Assistente da Cadeira de legislação social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Fonte: *Mensagem da Apae* (1973).

É preciso destacar algumas particularidades referentes a tais quadros de conteúdos. Por meio deles, pode-se depreender que *Mensagem da Apae*, excetuando-se o número de 1969, publicou basicamente textos que não eram atuais ao momento da impressão. Essa parece ter sido uma estratégia para conseguir organizar uma pauta que mantivesse a revista “viva” e, ao mesmo tempo, para veicular documentos relevantes para as realizações dos apaeanos e memória institucional da Fenapaes, mesmo que tais documentos não fossem tão recentes. Tal foi o caso do número de [1972?], que publicou conteúdos retroativos a 1968, 1969 e 1970 e, também, do número impresso em 1973. Este último veiculou informações e discursos referentes aos anais do V Congresso da entidade, ocorrido em 1971, bem como publicou todo o relatório, concluído em 1967, denominado “Subsídio para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental”. De acordo com o editorial,

Este trabalho foi realizado em 1967 por um grupo constituído pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ABDM através de um convênio com a CADEME e seria a base fundamental de um outro que viria a constituir no futuro o Plano Nacional Para o Combate à Deficiência Mental.

Apresentado ao Ministério da Educação e Cultura, não teve ele o emprego que se esperava, embora a CADEME considerasse um trabalho de grande envergadura e que deveria ser o plano diretor das atividades daqueles órgão em âmbito nacional(MENSAGEM..., 1973, p. 7, grifos meus).

Ora, a publicação desse plano pela revista, em 1973, além de ser um importante instrumento orientador para as Apaes que se espalhavam cada vez mais pelo Brasil, dado seu apelo técnico, e de encorpar a pauta do referido número, revela, também, as tensões que se iam acumulando, paulatinamente, entre o governo federal e os apaeanos, cujas reivindicações não

estavam sendo atendidas. Nos anos de 1970, o MEC estava redirecionando sua política em relação aos excepcionais, deixando de investir nas campanhas isoladas, como a Cademe, e centralizando sua atuação, o que culminaria com a criação do Cenesp, em 1973, como discorri no primeiro capítulo. Por isso, nota-se, nesse editorial, estrategicamente não assinado, um tom crítico em relação ao MEC.

Como forma de reação, o número daquele ano esteve empenhado, portanto, em se contrapor à conjuntura delineada, publicando um documento que fora gestado ainda no âmbito da Cademe. Nessas condições, o periódico, ao retomar o referido plano, dedicando-lhe um número especial, dá a entender que valorizava o trabalho dos profissionais responsáveis por sua elaboração e o considerava fundamental para se estruturar uma política nacional de combate à deficiência mental, ao contrário do que fazia o governo naquelas circunstâncias. Tal luta de forças é perceptível por este outro trecho do editorial de 1973:

A Federação Nacional das APAEs, compreendendo o que significará para as filiadas o trabalho realizado por aqueles especialistas de São Paulo, passou a recomendá-lo como um plano a ser executado, tanto quanto possível, pelas associações que a integram, serve ele como orientação às atividades assim a serem por elas desenvolvidas. Resolveu [a Fenapaes] dedicar-lhe um número especial a fim de dar-lhe a mais ampla divulgação, esperando concorrer, com isto, com uma maior orientação às APAEs, no seu trabalho diuturno (MENSAGEM..., 1973, p. 7-8).

Muito embora o diretor da Cademe, quando da entrega desse relatório, fosse Clemente Filho, este estava subordinado ao ministro da Educação e Cultura, não tendo condições de dar efetividade a esse plano, de interesse dos apaeanos, dos quais ele era também representante. É nesse sentido que se pode entender, em um dos excertos anteriores, a crítica explícita ao Ministério, de quem os apaeanos haviam esperado, em vão, apoio ao plano, e, em contrapartida, as considerações positivas em torno da Cademe, que durante bom tempo funcionara sob a liderança dos apaeanos Clemente Filho (1964 a 1967) e José Maes Borba (1967 a 1970), tendo sido os próprios apaeanos, ao lado da Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, os agentes mobilizadores dessa campanha (MAZZOTTA, 2005) junto ao do governo federal.

Dessa forma, a revista queria demonstrar que o Ministério da Educação cometia um equívoco ao desprezar e sequer divulgar o citado plano, “[...] considerado de grande importância para a orientação àqueles que se dedicam especificamente ao estudo da deficiência mental e cuidam da integração dos indivíduos que dela são portadores” (MENSAGEM..., 1973, p. 7). *Mensagem da Apae* se colocava, por sua vez, como representante e divulgadora dos “[...] modernos conhecimentos de sua conjuntura [dos excepcionais] no Brasil, à procura do seu pleno desenvolvimento” (PEREIRA, [1972?], p. 3), como a voz legitimada e competente para representar os excepcionais, traduzindo as iniciativas da Fenapaes, que, a despeito das limitações institucionais, não se omitia em promover “[...] a maior divulgação de

conhecimentos sobre as várias áreas em que se desenvolve a problemática do excepcional" (PEREIRA, [1972?], p. 3).

Percebe-se, aqui, mais uma vez, a importância estratégica, para a Fenapaes, de ter um impresso periódico a seu serviço, dirigido por essa entidade, que, assim, levantava questões, defendia posicionamentos e punha em circulação nacional - embora não se possa superestimar o alcance da revista nesse período, ainda muito circunscrita ao público apaeano - propostas sobre as quais o governo federal silenciava ou se esquivava de enfrentar, no tocante ao atendimento dos excepcionais. A revista, nesses termos, se constituía, mesmo que de forma contida, em arena de luta e palco de resistência de seus agentes, no jogo de forças travado entre os apaeanos e os representantes governamentais.

Por isso, não é exagero dizer que o periódico tornou-se um lugar de poder privilegiado, de onde a Fenapaes projetava, (di)geria e dava a conhecer ao público leitor e aos apaeanos suas relações com o governo, selecionando os discursos que a representava e os que queria combater. Nessa direção, a autoria da palavra nas páginas de *Mensagem da Apae* não era, também, para todos quantos quisessem, mas resultante de escolhas calculadas, de práticas que visavam instaurar um querer e um poder. Assim, mediante uma observação mais detida, comparando-se todos os quadros expostos sobre os conteúdos internos das edições problematizadas, depreende-se que as vozes aceitas na revista eram as vozes autorizadas de especialistas, profissionais, políticos e membros da alta cúpula da Fenapaes ou das Apaes, compondo um grupo de agentes com prestígio intelectual, institucional, social e/ou político-econômico.

Isso revela que os pais de excepcionais e estes próprios, enquanto pessoas que não acumulassem capitais simbólicos, culturais e/ou financeiros, e que, portanto, não tivessem recursos nem acesso aos círculos de poder e instâncias políticas, técnico-científicas ou intelectuais, não tinham suas vozes veiculadas pelas páginas do periódico, apesar de a Fenapaes e suas associadas professarem uma ideologia *comunitária*. Aqueles pais que tinham suas concepções publicadas eram os mesmos que pertenciam ao seletivo grupo supracitado. Dessa feita, a revista, fundada para pais e amigos de excepcionais, dirigia-se muito mais para os técnicos que atuavam com esse público, para os dirigentes apaeanos e para as autoridades políticas, do que para um público mais vasto e leigo ou mesmo para grande parcela de pais de excepcionais pobres e marginalizados, sem oportunidades de acesso a serviços especializados, ou acessando-os basicamente pela via filantrópica, da qual se tornavam dependentes e subordinados.

Na ótica dos editores, parece que esses sujeitos estavam devidamente *representados* por aquele grupo e, portanto, não precisavam se fazer diretamente presentes. Nem mesmo cartas de leitores eram publicadas ou incentivadas. A Fenapaes, suas associações e respectivos líderes falavam por todos, em um discurso pouco plural. Eis o exercício da representação do outro e sobre o outro! Essa característica foi constante nas edições de 1963 a 1973, nas três séries analisadas. No capítulo seguinte, aprofundo um pouco mais essas discussões sobre o impresso, suas práticas editoriais e as representações difundidas, detendo-me na materialidade e textualidade dos números de 1964 a 1968, que marcaram o periódico em sua primeira fase.

3 MENSAGEM DA APAE: AS MEDIAÇÕES EDITORIAIS DO SEGUNDO MOMENTO (1964-1968)

Para ficar no escrito impresso, o formato dos livros, as disposições da paginação, os modos de recorte do texto, as convenções tipográficas são investidos de uma “função expressiva” e sustentam a construção da significação (CHARTIER, 2002a, p. 244).

Nesta seção capitular, retomo as análises do periódico *Mensagem da Apae*, considerando exclusivamente o segundo momento (1964-1968) da primeira fase (1963-1973), porquanto, do ponto de vista das mediações editoriais, esse foi um período muito significativo para a inteligibilidade do impresso. Os pressupostos de Chartier (1990, 1992, 2002a,b, 2007, 2015) revelaram-se bastante fecundos para continuar o estudo acerca do impresso apaeano. Mesmo que esse autor tenha privilegiado, em seu trabalho, a análise histórica dos livros, entendidos como objetos culturais singulares, suas contribuições muito me inspiraram na escrita deste capítulo, ao lembrar que sempre há “[...] relações múltiplas, móveis, instáveis, amarradas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições” (CHARTIER, 2015, p. 40). Avancemos, pois, nessa direção.

3.1 O impresso e sua materialidade gráfica de 1964 a 1968

No segundo momento de *Mensagem da Apae*, uma das grandes mudanças observadas, logo de início, foi na sua periodicidade. Se antes fora editada com a pretensão de ser um impresso mensal, de 1964 a 1968 ela reapareceu como revista trimestral. Isso ocorreu não só porque foi perdendo os traços de boletim e conquistando alguma autonomia identitária, como agente institucionalizado, cada vez mais importante para a Fenapaes, como, também, por outro lado, uma periodicidade mais espaçada daria à revista novo fôlego e tempo para os editores organizarem a sua composição. Assim, foram lançados, nesse segundo momento, 10 edições e 16 números, conforme exponho no quadro abaixo:

Quadro 9: Dados técnicos sobre os números de *Mensagem da Apae* (1964-1968)

Ano	Números	Quantidade de folhas (incluídas as capas)	Quantidade de páginas do miolo (excluídas as capas)
1964	n. 1 jan/março	16	28
	n. 2 abril/junho	18	32
	n. 3 julho/set	10	16
	n. 4 out/dez	10	16

1965	Edição única abrangendo os 4 números do anos	26	48
1966	Edição única abrangendo os 4 números do anos	18	32
1967			
1968	n. 1 jan/março	18	32
	n. 2 abril/junho	18	32
	n. 3 julho/set	22	40
	n. 4 out/dez	22	40
	Total de exemplares: 10	Número médio: 17,8	Número médio: 31,6

Fonte: *Mensagem da Apae* (1964-1968).

Somadas à mudança na periodicidade, foram marcantes, também, as transformações nas características materiais e visuais dessas edições. De modo geral, tiveram tamanho aproximado de 16 cm x 23 cm, com variação significativa na quantidade de folhas, cujo número por edição oscilou entre 10 e 26, incluindo-se as capas, segundo o *Quadro 9*. Dessa forma, o quantitativo de páginas do miolo também variou, ficando entre 16 e 48, excluídas as capas, já que estas eram, finalmente, distintas e relativamente autônomas das demais partes do periódico, uma típica marca dos impressos designados como revistas. Como assegura Fraga (2013, p. 73),

No mundo dos impressos, características específicas são criadas e a capa é uma delas. Ela se torna essencial no gênero revista, proporcionando-lhe um perfil e uma marca distintiva, principalmente para se diferenciar do jornal. Uma capa pode ser composta por elementos linguísticos verbais e não verbais, que compõem a diagramação da mesma, tais como, imagens, cores no plano de fundo, formato e cores das letras, qualidade do papel.

Não obstante, em alguns casos, a contagem de páginas foi feita, pela revista, a partir da primeira capa, como no número 1, de 1964, e no volume único de 1965, o que não considerei no *Quadro 9*, no qual aparecem contabilizadas as páginas a partir do miolo. Tal contagem era feita, em cada edição, de forma independente das demais. Essa regra não foi adotada apenas no número 2, de 1964, que foi paginado dando continuidade à sequência numérica da edição anterior, sem apresentar, inclusive, novo editorial, embora as edições não dependessem, necessariamente, uma da outra para fazerem sentido.

Provavelmente, a ideia era manter uma numeração contínua por ano, o que, todavia, não veio a concretizar-se. Ademais, esse fato pode ter sido motivado pela publicação de um texto no número 1 daquele ano que continuava no número subsequente, estratégia adotada apenas nessa ocasião, talvez devido a problemas com a quantidade de espaço disponível no primeiro número de 1964, cujo novo formato ainda estava sendo experimentado e testado pelos editores,

que buscavam soluções gráficas mais adequadas aos recursos e objetivos do periódico em sua nova “roupagem”.

O Quadro 9 revela também que, apesar dos esforços, a revista nem sempre cumpriu regularmente a periodicidade a que se propusera, pois, nos anos de 1965 e 1966, condensou, em um único volume, os 4 números do ano e não conseguiu lançar nenhuma edição em 1967. Tal situação foi provocada, mais uma vez, pelas dificuldades enfrentadas pela revista e pelas tentativas de repensar seu formato, observando-se, ainda, nesses cinco anos, discretas alterações no corpo editorial - conforme já explicitado no segundo capítulo -, as quais podem ter sido responsáveis por algumas dessas variações experimentadas pelo periódico. No editorial de 1965, chegou-se a cogitar modificações na revista, as quais eliminariam de vez seus resquícios de boletim e elevá-la-iam a um patamar técnico-científico, proposta que, todavia, não vingou. Nos dizeres de Silva (1965, p. 3, grifo meu),

Após uma série de dificuldades conseguimos voltar com Mensagem até você. Tentamos mudá-la no sentido de seu desdobramento em boletins mensais informativos e revistas eminentemente técnico-científicas; não chegamos a concretizar tais mudanças e assim Mensagem reaparece com as mesmas características anteriores, isto é, em forma de pequena revista trimestral com noticiário e assuntos mais próximos aos pais do que aos técnicos. Este número reúne quatro fascículos, com trabalhos e notícias, compondo assim o volume de 1965.

No volume único de 1966, novamente foram relatadas dificuldades e anunciadas medidas para contorná-las, a saber:

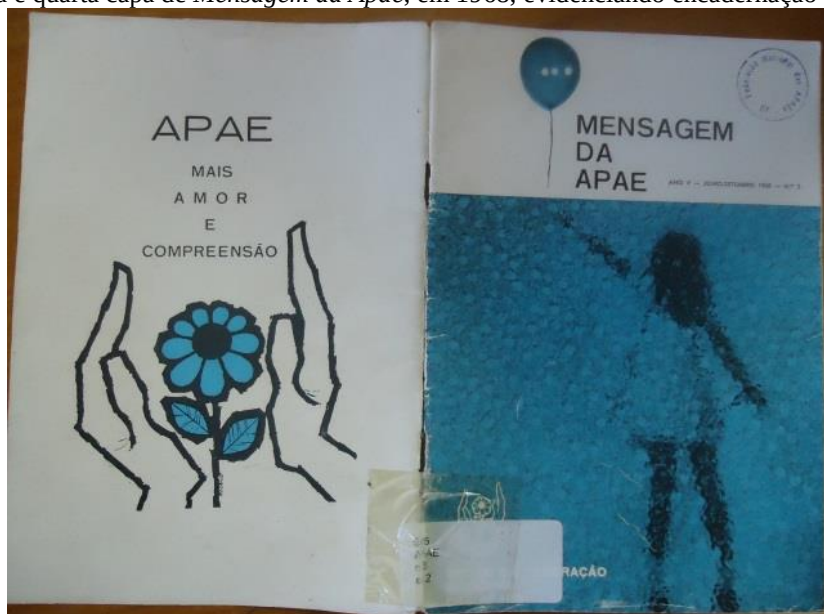
Após uma série de dificuldades, volta a circular a nossa 'Mensagem'. Além daquelas considerações normais para publicações dessa natureza, tivemos que reformular todos os aspectos editoriais. A Federação assume, nessa data, a responsabilidade direta da 'Mensagem', através da sua Secretaria Geral. Esperamos com isso garantir a regularidade de nossa 'Mensagem', elo indispensável entre todas as Federadas. O programa imediato a que nos propomos é o seguinte:
 - Um número em 1966 (o presente)
 - Um número em março de 1967
 - Um número em junho de 1967 (CAROS AMIGOS, 1966, p. 2, grifos meus).

Esse programa anunciado não foi seguido. Pelo que pude inferir, não foram produzidos números em 1967, pois, na capa de *Mensagem da Apae*, nesse segundo momento, eram registrados os anos da revista. Destarte, os números de 1964 foram correspondentes ao ano II; os de 1965, ao ano III; os de 1966, ao ano IV. Essa contagem foi continuada, sequencialmente, em 1968, cujas edições informavam corresponder, pela capa, ao ano V, com periodicidade trimestral. Ademais, pelas visitas realizadas na atual biblioteca da Fenapaes, em Brasília – DF, bem como pelos contatos travados com a biblioteca da Apae de São Paulo, locais onde estão os principais arquivos do movimento apaeano e conservam-se os seus documentos mais antigos, nenhum número de 1967 foi, de fato, localizado.

Muito provavelmente essa interrupção foi motivada, além de fatores internos à revista, por um conjunto de situações que marcavam o Brasil naquele momento, como a troca de moeda para conter os índices de inflação que ainda seguiam elevados, as tensões políticas e econômicas enfrentadas pelo país, com a troca de “presidente” nesse ano, somadas ao avanço truculento da ditadura civil-militar¹⁰³, além do envolvimento da própria Fenapaes nas atividades do III Congresso Nacional das Apaes, ocorrido de 04 a 09 de julho de 1967, em Curitiba. Tais contingências devem ter inviabilizado os esforços da Secretaria para o lançamento do periódico naquele ano, não obstante a referida entidade, em 1966, tivesse chamado para si a tarefa de editar o periódico mediante sua Secretaria Geral. Ademais, no número 1 de 1968 noticiaram-se acontecimentos do segundo semestre de 1967, uma evidência a mais de que não houve publicação de *Mensagem da Apae* nessa data.

Com tais configurações, o resultado foi um impresso econômico, pequeno, frágil e de gramatura leve. As *Figuras 42 e 43* demonstram as características que marcaram a aparência da revista nesse momento:

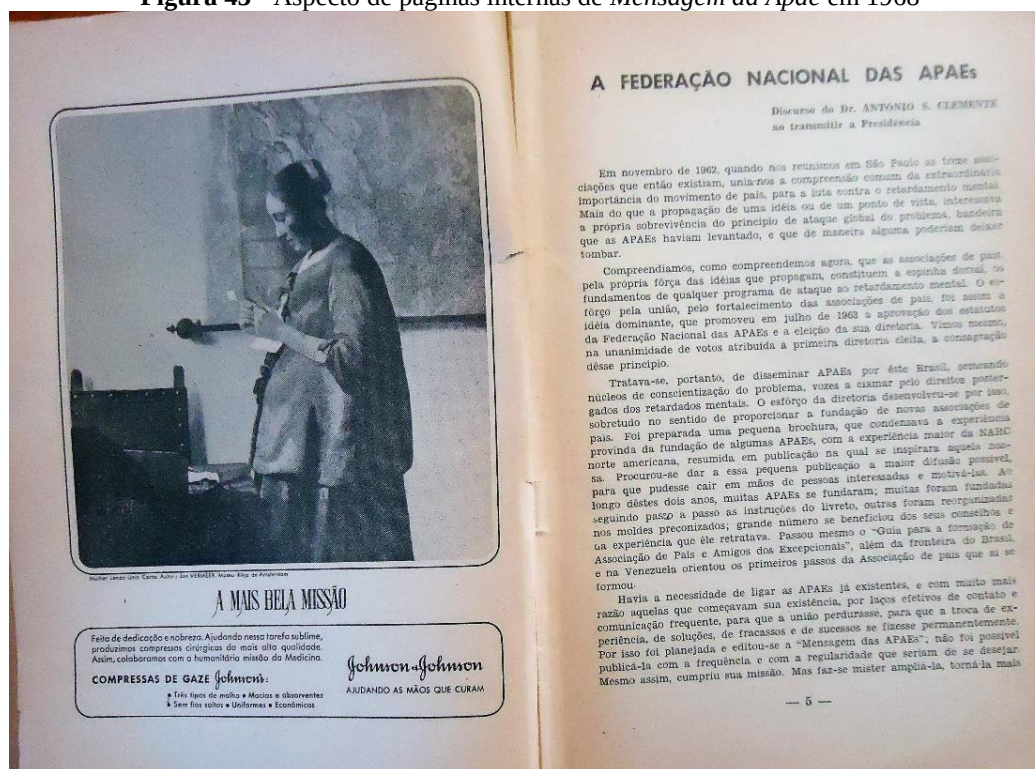
Figura 42 - Capa e quarta capa de *Mensagem da Apae*, em 1968, evidenciando encadernação em lombada canoa



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 3, jul. - set. 1968).

¹⁰³ O marechal Costa e Silva assumiu a Presidência da República em março de 1967, representando “[...] a continuidade do regime [militar], porém oposição ao grupo de Castelo Branco” (MACARINI, 2006, p. 481), que o antecederia no cargo, de 1964 a 1967. Dessa forma, a mudança de dirigente nacional foi marcada por tensões, que, entre outros aspectos, levaram à radicalização da ditadura e à reorientação da política econômica (Cf. MACARINI, 2006). Ademais, de 1967 a 1970, passou a valer o cruzeiro novo, moeda adotada em caráter temporário, que visava à estabilização monetária do país para combate à inflação (MOEDAS..., 2017). O ano de 1967, portanto, foi de inquietudes e incertezas em relação aos rumos que seriam tomados pelo Brasil e pela ditadura civil-militar.

Figura 43 - Aspecto de páginas internas de *Mensagem da Apae* em 1968



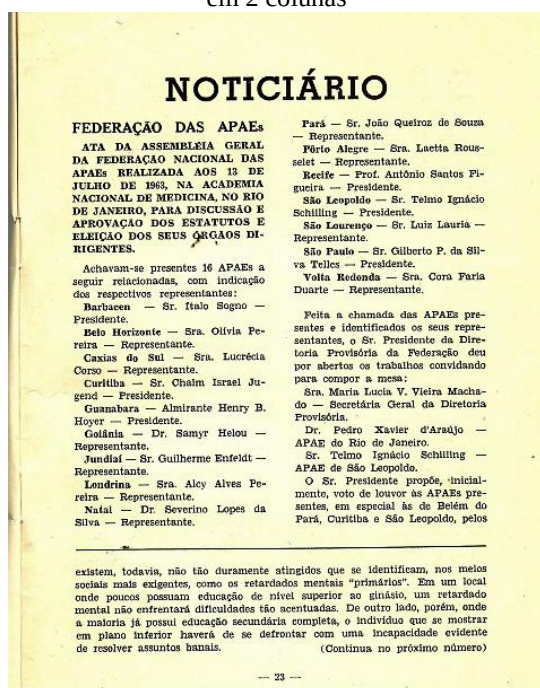
Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 4-5, jan. - dez. 1965).

No miolo, todas as folhas foram usadas no anverso e verso, encadernadas em lombada canoa, com os grampos à mostra, portanto, de forma bastante simples (*Figura 42*). Ainda no miolo, a impressão fez-se sempre em uma só cor, o preto. Mesmo quando havia imagens ou fotografias no interior da revista, elas ficaram em escalas de preto e branco (*Figura 43*). O papel utilizado não era de elevada qualidade, pois esse impresso era editado com poucos recursos e não tinha a intenção precípua de ser atraente a seus leitores, já que, nesse tempo, seu intuito era mais divulgar, entre os apaeanos e seus congêneres, as realizações e propósitos das Apaes e sua Federação do que colocar-se como periódico comercial ou de referência nacional na área de Educação de Excepcionais, conquanto pudesse ser vendido pela Fenapaes, como explicitarei adiante.

Além disso, as edições do impresso durante os anos de 1964 a 1968 se diferenciaram das demais pelo emprego de recursos gráficos e de diagramação das páginas mais sofisticados em relação aos primeiros números de *Mensagem da Apae*, inclusive sendo reproduzidas fotografias e imagens publicitárias no interior do periódico, o que, por consequência, produziu novos protocolos de leitura e usos do impresso, como expliquei no capítulo anterior. As fontes e letras usadas nesse momento foram provenientes de prensa automática, industrial, diferentemente daquelas de 1963, que eram datilografadas e sem possibilidades de variações estilísticas.

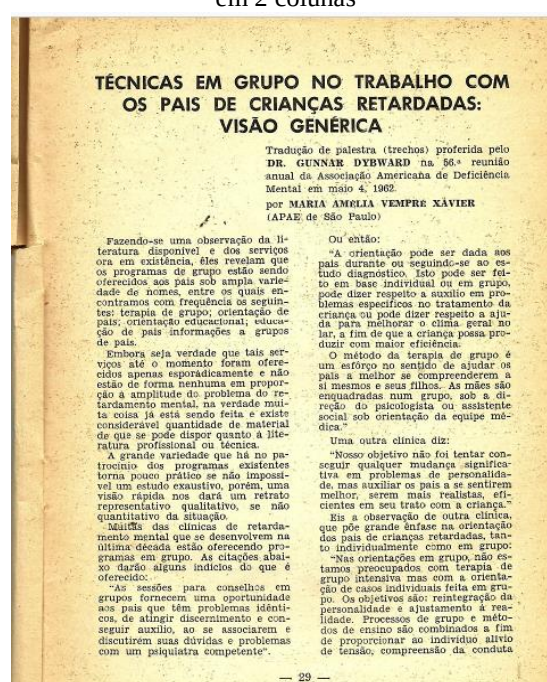
Nessas condições, a partir de 1964, os destaques puderam ser dados em negrito e, por vezes, em *itálico*, incorporando-se, ainda, fontes mais estilizadas e novas formas de distribuição dos conteúdos pela página, mediante o uso de tópicos, notas de rodapé, listas, tabelas, pequenas colunas no interior dos textos, subitens, tabulações, alinhamentos e espaçamentos variados, entre outros recursos, imprimindo mais dinamicidade ao fluxo do texto, com aspecto visual mais agradável. Embora tenha predominado a disposição do texto em uma única coluna da página, com margens em branco, como nos livros, houve, em algumas edições, a organização do texto em duas colunas paralelas, formato mais habitual na diagramação das páginas de revistas, conforme *Figuras 44 e 45*. Consequentemente, tais colunas projetaram novas formas de leitura, fazendo o leitor introduzir outros movimentos oculares e corporais, pois precisava coordenar, simultaneamente, os sentidos horizontal e vertical durante a leitura, diferentemente do que se faz com as páginas impressas em coluna única.

Figura 44 - Mensagem da Apae com texto disposto em 2 colunas



Fonte: *Mensagem da Apae*
(ano II, n. 1, p. 23, jan. - mar. 1964).

Figura 45 - Mensagem da Apae com texto disposto em 2 colunas

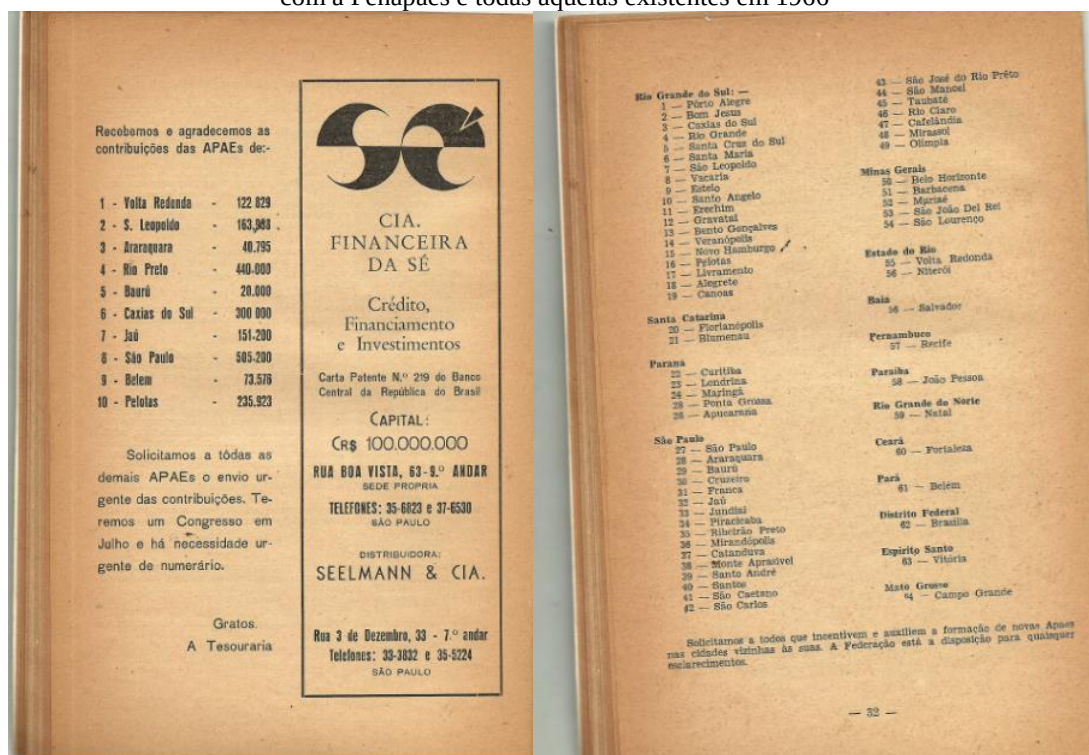


Fonte: *Mensagem da Apae*
(ano III, ns. 1 a 4, p. 29, jan. - dez. 1965).

Tal formatação foi encontrada em 1964, no número 1, mas somente na seção do *Noticiário*, ao final da edição (*Figura 44*), e no número 2, não apenas nessa seção, mas também em páginas internas, na formatação de dois dos textos publicados; em 1965, não somente no *Noticiário*, mas igualmente em um artigo que o antecedia (*Figura 45*), e, ainda, em 1966,

quando apenas duas páginas apareceram organizadas em duas colunas paralelas, sendo que uma delas foi assim disposta para dividir espaço com um anúncio publicitário. A outra, por sua vez, pertencia ao *Noticiário* e listava as cidades onde existiam as filiadas da Fenapaes, possibilitando que, em uma única página, a listagem delas fosse visualizada de uma só vez (Figura 46).

Figura 46 - Páginas finais de *Mensagem da Apae* com colunas, evidenciando as filiadas que haviam contribuído com a Fenapaes e todas aquelas existentes em 1966



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p. 30 e 32, jan.- dez., 1966).

Essa disposição, aliás, criava um efeito de sentido estratégico, porquanto, por uma dessas páginas, ficava-se sabendo que a Fenapaes estava promovendo uma campanha para chegar ao número de 100 filiadas, em 1967, quando ocorreria seu terceiro congresso nacional. Assim, listar em duas colunas todos os municípios em que havia suas filiadas, divididos por estados brasileiros, em página única, dava ao leitor um panorama rápido sobre a situação da entidade nacional naquele momento, facilitando a busca por unidades federativas do país e a percepção de que, em algumas destas, as associações de pais e amigos dos excepcionais estavam pouco representadas ou ausentes.

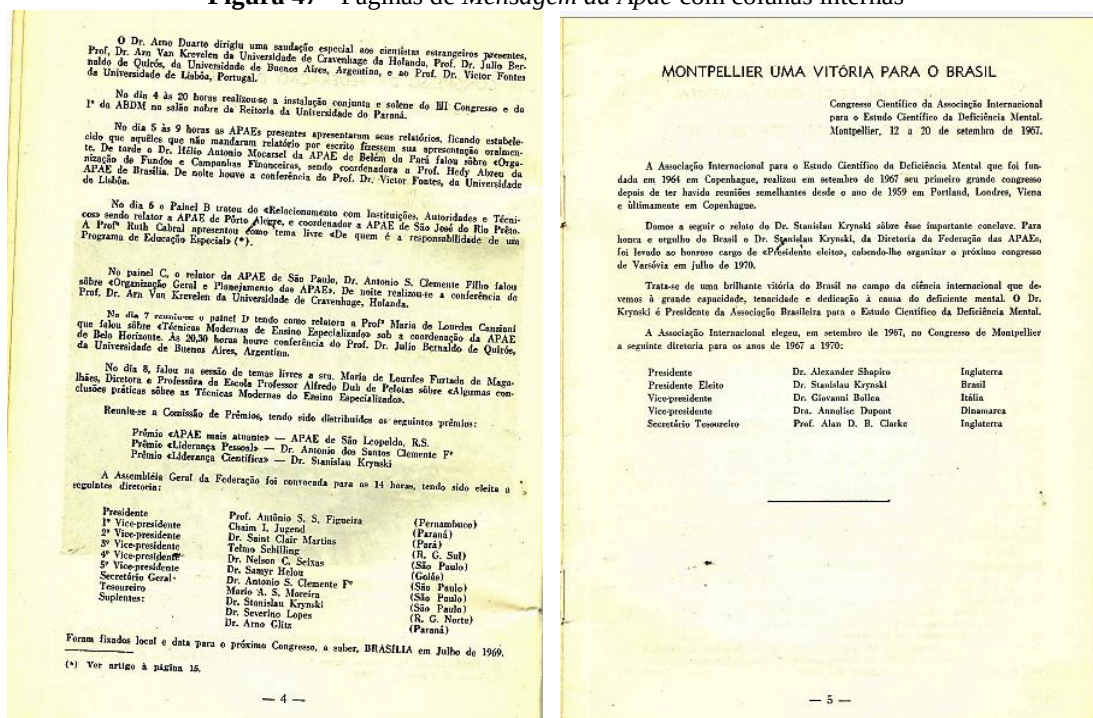
Apareciam listados somente os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio, Baía [sic], Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Distrito Federal, Espírito Santo e Mato Grosso, totalizando 64 Apaes. Dessa feita, visando a cumprir a meta proposta das 100 Apaes em 1967, ao final dessas colunas, aparecia a

seguinte mensagem: “Solicitamos a todos que incentivem e auxiliem a formação de novas Apaes nas cidades vizinhas às suas. A Federação está a disposição para quaisquer esclarecimentos” (NOTICIÁRIO, 1966, p. 32).

Duas páginas antes dessa listagem das Apaes existentes, a Fenapaes dispusera outra lista, indicando as associações que já haviam enviado suas devidas contribuições financeiras à Federação (Figura 46), necessárias, segundo esta, para a realização do III Congresso das Apaes. Logo, os editores pressionavam as demais associações a não tardarem no envio dos valores correspondentes, à medida que explicitava, por meio do impresso, as que já o tinha feito e quanto haviam repassado, sendo apenas 10 daquele total, ou seja, aproximadamente 15,6% das filiadas. Com isso, a Fenapaes recorria à revista para exercitar o poder que lhe fora conferido pelas próprias filiadas, solicitando “[...] a todas as APAEs o envio *urgente* das contribuições. Teremos um Congresso em Julho e há necessidade *urgente* de numerário” (MENSAGEM..., 1966, p. 30, grifos meus).

Por fim, nos números de 1968, nenhuma página foi completamente disposta em colunas. No máximo, observavam-se três pequenas colunas no interior da página de coluna única (Figura 47), como forma de organizar informações pontuais (MENSAGEM...1968a).

Figura 47 - Páginas de Mensagem da Apae com colunas internas



Fonte: Mensagem da Apae (ano V, n. 1, p. 4-5, jan. - mar. 1968).

Tais características não permaneceram nos anos posteriores, pois o periódico passou a apresentar outra configuração gráfica e textual, diante dos desafios e impasses enfrentados para sua continuidade e oscilações de seu projeto editorial de 1969 a 1973, conforme abordei

anteriormente. Feitas essas apresentações iniciais, discorro sobre outros aspectos das partes externas e internas da revista nas seções consecutivas, ampliando o trabalho de realizar uma arqueologia do impresso.

3.1.1 As capas de Mensagem da Apae (1964-1968): a revista dada a ver

No momento em foco, as capas, que correspondem à parte mais exterior e imediatamente visível de um periódico, enfeixavam as folhas internas seguindo o mesmo padrão gráfico, com exceção da capa referente ao n. 1 de 1964. Esta, impressa em papel fino e flexível, exibia um retângulo disposto verticalmente, do lado esquerdo, todo preenchido em tom azul, ocupando mais da metade da página, cujo restante ficou em fundo branco. Dentro do retângulo, na parte mais superior, podia-se ler, em grandes letras maiúsculas, a palavra *Mensagem*, seguida, na parte mediana para baixo do retângulo, pelo símbolo e inscrição da Fenapaes, sendo destacada a flor margarida, na cor branca, em contraste com o azul e em sintonia com a palavra *mensagem*, também mantida na cor branca (*Figura 48*).

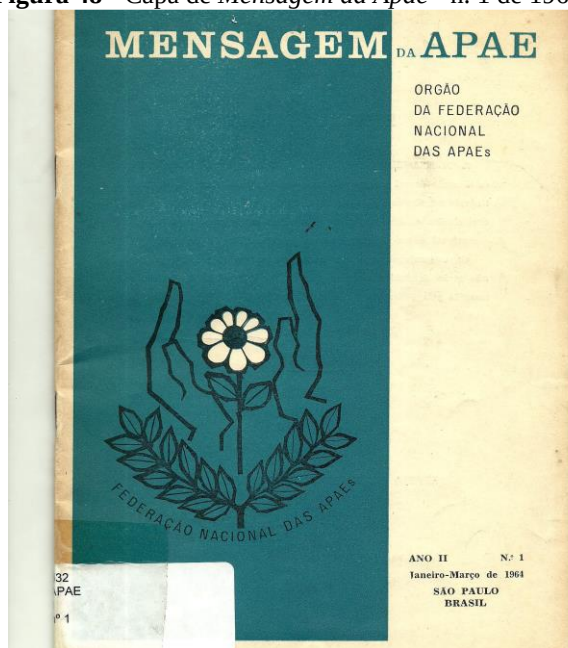
Dessa forma, reiterava-se uma discursividade que imprimia ao impresso seu pertencimento oficial à Fenapaes, reservando-lhe o papel de mensageiro institucional, uma vez que o realce maior, pelo uso do fundo em cor azul, esteve direcionado ao termo *mensagem* e ao símbolo da entidade. Tal discursividade foi, ainda, repetida na primeira página da edição e na forma como a revista era denominada pelos editores, que, nesse momento, em várias ocasiões, preferiam referir-se a ela de modo abreviado, isto é, como *Mensagem* apenas. Por isso, não casualmente, o olhar de quem manuseasse tal capa se voltaria, de imediato, para o retângulo azul. Este sintetizava, por assim dizer, os objetivos da Federação, publicados logo nas primeiras páginas do miolo desse número, conforme será transcrito adiante. Entendo, pois, que, ao reeditá-la, depois de um tempo de inatividade, a Fenapaes quis expressar, de maneira contundente, que era a responsável direta pela publicação da revista, tida como sua porta-voz e representante legítima.

Por outro lado, a entidade, com pouco tempo de existência, estava empenhada em tornar sua identidade e representações visualmente (re)conhecidas e apropriadas pelos leitores de sua publicação oficial, ao salientar, no frontispício, seu próprio símbolo, portador de múltiplos significados sobre suas práticas e concepções. Na acepção de Chartier (1990, 2015), compreendo que as representações sobre as práticas não estão contidas apenas nos textos, sejam escritos ou falados, mas também nos gestos e comportamentos que os acompanham; na performatividade gráfica da impressão e em suas manifestações iconográficas. Por isso, não é

possível desprezar o impacto causado pelo aspecto visual dessa capa, capaz de direcionar a atenção e os movimentos oculares do leitor para determinado espaço da página.

No restante dela, à direita, ficava o final do título do periódico, isto é, o complemento “da Apae”, em letras maiúsculas e cor azul, ficando em evidência a palavra Apae, pela fonte em tamanho menor utilizada no conectivo *da*. Abaixo, em caracteres pretos e letras maiúsculas, porém finas e menores que as empregadas nas palavras nucleares do título, era posta a inscrição: “Órgão da federação Nacional das Apaes”. A porção média esteve totalmente vazia. Por fim, no canto mais inferior direito, indicava-se a periodicidade, que passou a ser expressa não mais em volume e número, como em 1963, mas na forma ano e número, seguida dos meses abrangidos e local da publicação, uma disposição similar à empregada pela maioria das revistas. A *Figura 48* permite visualizar essa capa em maiores detalhes:

Figura 48 - Capa de *Mensagem da Apae* - n. 1 de 1964

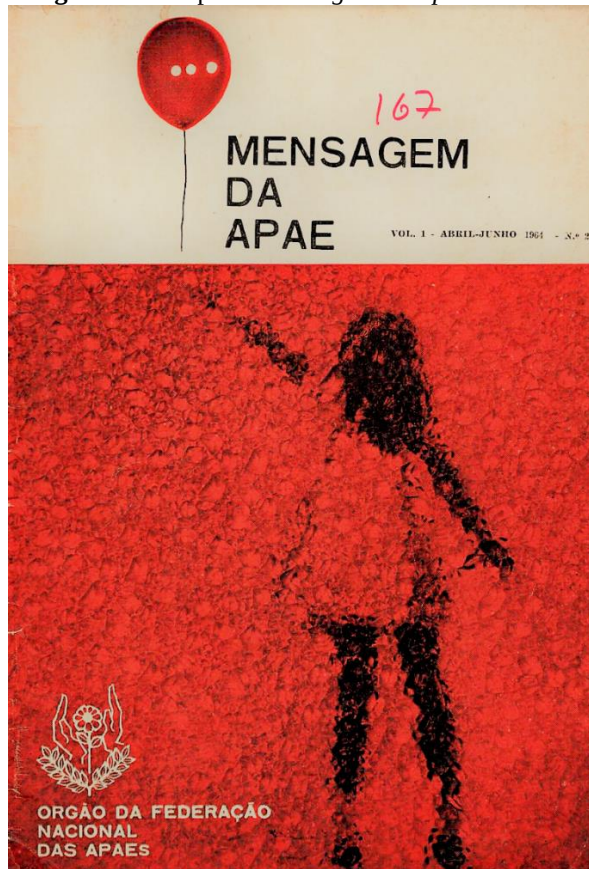


Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 1, jan. - mar. 1964).

Nas demais capas, que não eram, também, cartonadas, mas impressas em papel com a mesma espessura do miolo ou apenas levemente mais espesso, portanto, flexíveis, foi utilizada a mesma ilustração, variando-se apenas a cor de fundo, o que, certamente, permitia economia de recursos e de tempo, aproveitando-se a matriz de impressão, e, de quebra, criava-se uma identidade visual mais agradável e uniforme ao periódico. Nessas capas, o símbolo da Fenapaes e a expressão “órgão da Federação Nacional das Apaes” eram sempre colocados, em tamanho pequeno e de forma discreta, no canto inferior esquerdo, em fonte na cor branca e letras em caixa alta. O nome do periódico aparecia sempre na cor preta, em letras de traços simples,

maiúsculas, em negrito, com todas as palavras na mesma fonte e tamanho, posicionado na parte mais superior da página, em fundo branco (Cf. *Figuras 42 e 49*).

Figura 49 – Capa de *Mensagem da Apae* em 1964



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 2, abr. - jun. 1964).

Um detalhe do desenho, que, em sua porção principal, ocupava mais da metade da capa, destacava-se nesse fundo branco, posicionado do lado esquerdo do título. E, do lado direito, próximas ao limite da grande faixa de cor, em letras miúdas, eram postas as informações sobre a periodicidade, nesta ordem: ano do periódico, meses, ano civil e número (Cf. *Figuras 42 e 49*). Nas edições de 1964, porém, com exceção da primeira (*Figura 48*), indicou-se, nas capas, que estas pertenceriam ao volume 1, com os respectivos meses, ano civil e número (*Figura 49*). Somente na página interna onde ficavam a ficha técnica e o sumário indicou-se a informação tal como descrito anteriormente. É possível inferir que ocorreu, nesse caso, negligência dos editores, revisores e/ou dos impressores (Cf. CHARTIER, 2002b, 2007), pois o modo de marcar a periodicidade se inscreveu de forma diversa na capa e na ficha técnica.

Além dessas pequenas discrepâncias, o número 3 de 1964 indicou, tanto na capa como na ficha técnica, referir-se aos meses de julho a dezembro, quando, na verdade, esse número correspondia aos meses de julho a setembro, pois a revista, ao longo desse ano, permaneceu

trimestral. Na própria edição em que aparece essa “anomalia”, indicava-se que o periódico era trimestral, de modo que essa falha foi, provavelmente, um equívoco no ato de revisão e impressão do periódico. Tanto que o número 4 de 1964 foi editado como referente aos meses de outubro a dezembro daquele ano, ratificando o exposto.

É plausível supor também que tais “falhas” e “descuidos” na impressão dessas capas representam, em particular, indícios de uma revista a qual, ao intentar nova configuração, buscava a melhor forma de expressar sua periodicidade e sua identidade. Parece que, de início, os editores oscilaram, portanto, entre a fórmula ano da revista/número da edição e a forma volume/número da edição, esta empregada em 1963, tendo a primeira saído vencedora. Deve-se lembrar, ainda, que essas “anomalias” gráficas estão relacionadas ao fato de que a produção de qualquer impresso é sempre um trabalho coletivo, no qual se imiscuem diversos agentes e instrumentos. Chartier (2002b, p. 64), pautando-se nos estudos de MacKenzie, adverte que, “[...] o processo de ‘publicação’ dos textos implica sempre uma pluralidade de espaços, de técnicas, de máquinas e de indivíduos”. Nessa direção, ainda conforme Chartier (2007, p. 97), o texto não é obra de uma só pessoa, mas, da concepção à impressão final, sofre variações, as quais

[...] resultam de uma pluralidade de decisões ou de erros, distribuídos ao longo de seu processo de publicação. [...] a negligência do autor, a indiferença dos compositores, a falta de atenção dos revisores, todos estes são elementos que contribuem para os diferentes e sucessivos estados de uma mesma obra.

Após essas explicações, cabe retomar a discussão sobre as capas a partir do número 2 de 1964. Nestas, o desenho veiculado foi a representação de uma menina, delineada em tinta preta, de costas para o leitor, soltando um balão. A figura não era muito nítida e definida, como se fosse formada por pequenas bolhas, e lembrava o estilo impressionista. Além dos tons de preto e do branco, usava-se apenas outro tom monocromático para criar essas capas, sendo que nos números 2, 3 e 4 de 1964 foram estampadas em vermelho; a de 1965 em tom de rosa; a de 1966, em um tom azul-acinzentado e as capas dos números de 1968 foram, respectivamente, nas cores verde, amarelo, azul e vermelho (*Figura 50*). Nenhum dado sobre a imagem, porém, foi registrado nas edições, muito embora esta tivesse algum significado estável para os agentes encarregados de sua diagramação, pois foi reiterada repetidas vezes, mesmo tendo ocorrido mudança de editora no lapso de tempo analisado (Cf. *Figuras 42, 49 e 50*). As fotos seguintes, na *Figura 50*, mostram alguns exemplares das edições de 1964-1968, notando-se que, desse conjunto, apenas a edição n. 1 de 1964 destoava no que se referia à aparência externa, já que estava em curso a transição de um formato editorial para outro.

Figura 50 - Capas de *Mensagem da Apae* no período de 1964-1968



Fonte: *Mensagem da Apae* (1964-1968).

No caso dessas capas, a imagem utilizada criava uma narrativa visual metafórica, pois a menina nelas representada poderia ser interpretada como uma personificação da Fenapaes e de seus intentos. Essa imagem, portanto, não remetia a nenhum assunto específico tratado nas páginas internas da revista, mas, ocupando a porção mais externa e visível do impresso, possibilitava que se instaurasse “[...] assim uma relação entre a ilustração e o texto no seu todo, e de forma nenhuma entre a imagem e esta ou aquela passagem particular” (CHARTIER, 1990, p. 179). Apropriando-me das considerações de Chartier sobre a disposição tipográfica das imagens na coleção francesa de livros de cordel, também conhecida como *Bibliothèque Blue*, editada entre os séculos XVII e XVIII, defendo que, como nesses livros, também no caso das capas de *Mensagem da Apae* aqui consideradas, vale o princípio analítico de que:

Colocada à cabeça, a ilustração induz uma leitura, fornecendo uma chave que indica através de que figura deve ser entendido o texto, quer a imagem leve a compreender a totalidade do livro [ou, como, defendo, da revista] pela ilustração de uma das suas partes, quer ela proponha uma analogia que irá orientar a decifração (CHARTIER, 1990, p. 179, grifos meus).

Destarte, a partir de Chartier (1990), meu entendimento é o de que assim como a criança soltava um balão, o qual poderia chegar aos mais variados e inesperados lugares, a entidade, por meio do impresso, queria levar a todo o país sua *mensagem*, espalhando-a pelos ares. Mas esta, por sua vez, só poderia ser conhecida se o leitor abrisse e lesse a revista. Nesse propósito, as cores visavam a torná-la mais atrativa ao manuseio e convidativa à leitura, pela qual se poderia conhecer, em termos metafóricos, o “rosto” da menina. Dito de outro modo, somente lendo as páginas do impresso é que o leitor conheceria seu conteúdo e as “mensagens” da Federação, empenhada em lutar pelo bem-estar do excepcional, um sujeito que poderia estar

em qualquer parte, sozinho, ignorado e igualmente “sem rosto”, como a criança da imagem, carecendo, tal qual o balão, de alguém que o preparasse e impulsionasse para “voos” mais longínquos e independentes. Esse alguém, nas representações da entidade, seria, pois, cada Apae ou qualquer pessoa que se dispusesse a defender sua causa.

Essa ilustração, portanto, propunha ao leitor uma representação, que lhe dava a chave para decifrar e compreender, na sua totalidade, o escopo do periódico e seus apelos, na medida em que “A imagem de uma capa de revista pode ser considerada um protocolo de leitura e, como tal, tem por propósito comunicativo sugerir ao leitor uma maneira de ler e produzir uma significação do texto” (FRAGA, 2013, p. 74). Para melhor compreender as implicações e modificações suscitadas pelo uso de tal formato de capa, busco, outra vez, respaldo e analogia no trabalho de Chartier (1990). Estudando a materialidade dos livros de cordel franceses, afirma o autor, em determinada passagem, que:

Variável, também, é o lugar da imagem. **Numerosos são os pequenos livros que têm uma imagem na página do título, que substitui desse modo as marcas dos impressos geralmente encontradas nas outras edições.** Tal ilustração pode ter um duplo significado: **diminui a parte da página do título consagrada à identidade editorial**, como se nas publicações *de cordel* o facto não valesse a pena; **explicita, duplicando-o com uma imagem-símbolo, codificada e fixada, o próprio título** (CHARTIER, 1990, p. 179, grifos meus em negrito; grifo do autor em itálico).

Ora, de modo análogo, também as capas de *Mensagem da Apae* produzidas conforme a descrição acima, empreenderam, conseqüentemente, certo apagamento da identidade editorial, pois a marca da entidade passou a ocupar um lugar marginal e diminuto, pouco evidenciado (Cf. *Figura 49*). Parece que depois de ter sido relançada e afirmada como órgão oficial da Fenapaes, não era mais necessário insistir nesse fato por si só. Em vez disso, era mais interessante recorrer a uma imagem-símbolo, “fixada e codificada”, que *representasse* o próprio título, criando-se novos efeitos de sentido e expectativas para o leitor. Esse título, que ganhara ênfase, ao ser colocado no alto da página, já afirmava, portanto, o pertencimento institucional do periódico e carregava consigo a *mensagem* de toda a entidade, como, simbolicamente, a seu lado, fazia o balão, prestes a subir pelos ares e levar a boa-nova das Apaes aos quatro cantos do Brasil.

Já as quartas capas tiveram mais variações nesse intervalo de tempo (*Figuras 51, 52, 53 e 54*). No número 1 de 1964, havia apenas a indicação, no canto inferior direito, em letras bem pequenas, da editora responsável pela publicação da revista, a saber, *a Editora Ave-Maria*¹⁰⁴,

¹⁰⁴ Segundo informações de seu *site*, “A Editora Ave-Maria pertence à Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Missionários Claretianos), cujo fundador, Santo Antônio Maria Claret, foi um

de São Paulo (*Figura 51*). Nos números 2, 3 e 4 de 1964, essa informação foi disposta também na parte mais inferior da página, porém, de forma centralizada, abaixo de um informe promovido pela Apae da cidade de São Paulo, de página completa. Devo ressaltar, aqui, o fato de não ter tido acesso a nenhum documento que me permitisse elucidar os motivos da escolha dessa editora. Por hipótese, conjecturo que, além de implicações técnicas, isso tenha ocorrido pela própria perspectiva missionária assumida pela editora, historicamente projetada como propagadora dos valores cristãos, que, naquele tempo, muito se aproximavam do ideal apaeano de *mais amor e compreensão*. Presumo, ainda, que os apaeanos pudessem ter, dentre seus contatos pessoais, alguma ligação com os responsáveis pela editora, o que talvez tenha, inclusive, concorrido para diminuir os custos de impressão do periódico, visto, afinal, como produto de uma iniciativa filantrópica - prática muito valorizada pelos religiosos - e, portanto, digno de apoio pelas edições *Ave-Maria*.

Por sua vez, os números de 1965 e 1966 tiveram estampados na quarta capa um anúncio publicitário que ocupava toda a página, deixando-se de indicar, no volume único de 1966, a editora responsável pela impressão (*Figura 52*). Contudo, por suas características materiais e gráficas, é bem provável que a edição de 1966 também tenha sido impressa pela *Editora Ave-Maria*, que, na edição de 1965, fora explicitada da mesma forma que nos três últimos números de 1964. Em 1968, informação similar foi veiculada no rodapé da última página do miolo, mas apenas nas edições de número 1 e 2, tendo outra empresa assumido a impressão da revista, denominada de *Impressora Ipsis S. A.*¹⁰⁵. Mesmo sem indicação expressa nos outros números de 1968, suponho, também, que a *Ipsis S.A* permaneceu encarregada de imprimir a revista ao longo do ano, dada a similaridade mantida entre esses números. Também não pude encontrar documentos que comprovassem o porquê de sua escolha para a impressão de *Mensagem da Apae* no final dos anos de 1960. É possível que assim tenha sido, dentre outras circunstâncias, devido a patrocínio e/ou influência dos apaeanos de Santo André - SP, que aí se articulavam desde o começo da década, sendo essa justamente a mesma cidade onde estava instalada a citada gráfica. O então destacado industrial e comendador Piero Pollone (1918-1999) esteve,

entusiasta propagandista da Palavra de Deus e encontrou na imprensa o instrumento ideal para cumprir sua missão evangelizadora. Desde 1895, os Claretianos realizam trabalhos significativos para a evangelização e a cultura da sociedade brasileira através do campo editorial e da comunicação em geral. Estes trabalhos tiveram início com a publicação da revista *Ave Maria*, em 1898, reconhecida como a primeira revista mariana do país” (INSTITUCIONAL, 2017, n. p.). Observa-se, assim, que tal editora, desde o final do século XIX, acumulava experiência na edição de revistas, o que também pode ter impactado na escolha dessa editora, pelos apaeanos, para a editoração de *Mensagem da Apae*, na década de 1960.

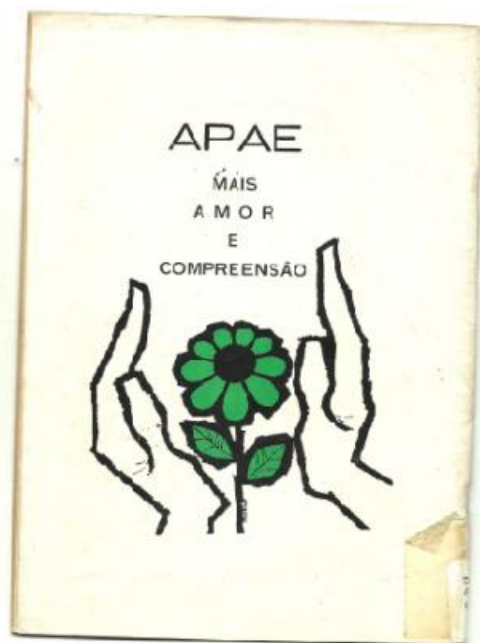
¹⁰⁵ Hoje denominada gráfica e editora Ipsis, essa empresa do setor gráfico foi fundada, no Brasil, em 1946, em Santo André - SP (Cf. A IPSIS, 2017).

inclusive, na presidência da Apae de Santo André nos anos de 1960, o que, naquela época, tornou-a uma das mais conhecidas e prestigiadas no estado de São Paulo (Cf. REUNIÃO ESTADUAL..., 1968). Com os recursos de suas empresas, pode ter, *presumivelmente*, subsidiado a impressão do periódico por algum tempo.

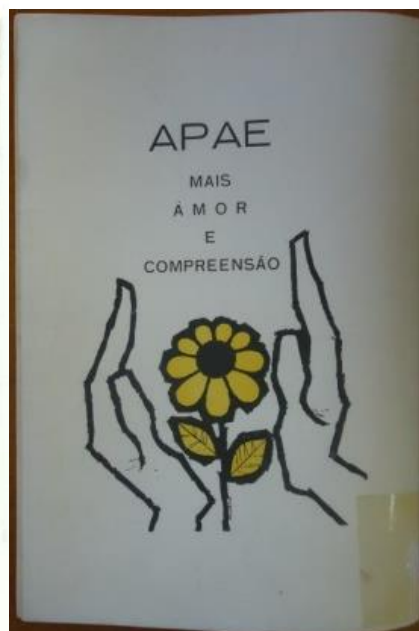
O certo é que, nessas condições, ao ser impresso por gráficas especializadas, o periódico passou a ter um trabalho de edição mais profissional, que se revelou na melhor organização e distribuição interna dos textos, além do uso de recursos técnicos mais sofisticados para a diagramação, formatação e impressão das páginas e capas, ao menos quando se compara esse momento com os periódicos “quase artesanais” de 1963. A mudança de gráfica relatada talvez tenha influenciado, ainda, a composição final das quartas capas de 1968, que foram produzidas todas do mesmo modo, com a imagem-símbolo dos apaeanos ocupando pouco mais da metade da página, abaixo dos dizeres “APAE” e “Mais amor e compreensão”, em letras em caixa alta, negritadas, com maior tamanho de fonte empregado no nome Apae (*Figuras 53 e 54*).

Aproveitando-se o preto e a outra cor empregada na capa, eram coloridas as folhas e toda a flor, que ficava amparada pelas duas mãos em perfil, demarcadas, em relação ao fundo branco do papel, por espessas linhas em negrito. Nesse desenho, os ramos de louro que o acompanhavam desde a criação foi cortado, além de se notar a assinatura do criador da marca das Apaes na parte inferior do pedúnculo da flor, qual seja, o nome Roland¹⁰⁶, não expresso em outras versões desse símbolo, nas demais edições de *Mensagem da Apae* analisadas. A fim de tornar mais inteligível o exposto, disponibilizo algumas imagens de quartas capas:

¹⁰⁶ Segundo Barbosa (2010, p. 6), “A marca APAE foi criada em 1961 pelo Sr. Roland Humberto de Matos, Diretor de Arte e Criação de uma das maiores agências de publicidade do mundo, a McCANN-Erickson, que possui sede em São Paulo – SP”.

Figura 53 - Quarta capa de *Mensagem da Apae* em 1968

Fonte: *Mensagem da Apae*
(ano V, n. 1, jan. - mar. 1968).

Figura 54 - Quarta capa de *Mensagem da Apae* em 1968

Fonte: *Mensagem da Apae*
(ano V, n. 2, abr. - jun. 1968).

O fato de as revistas de 1968 aparecerem finalizadas com logomarca das Apaes e sua Federação precisa ser aqui problematizado (*Figuras 53 e 54*), ainda que essa escolha possa ter sido casual e apesar de a mesma gravura já ser conhecida pelos leitores, pois já aparecera em todos os números anteriores de *Mensagem da Apae*. Isso porque tal fórmula editorial introduziu outra perspectiva de leitura e apropriação do periódico, quisessem ou não seus editores. Por isso, mais uma vez, busco auxílio em Chartier (1990), tomando por base a análise que este realizou acerca das imagens colocadas ao final dos pequenos livros da *Bibliothèque Blue*. Segundo o historiador francês,

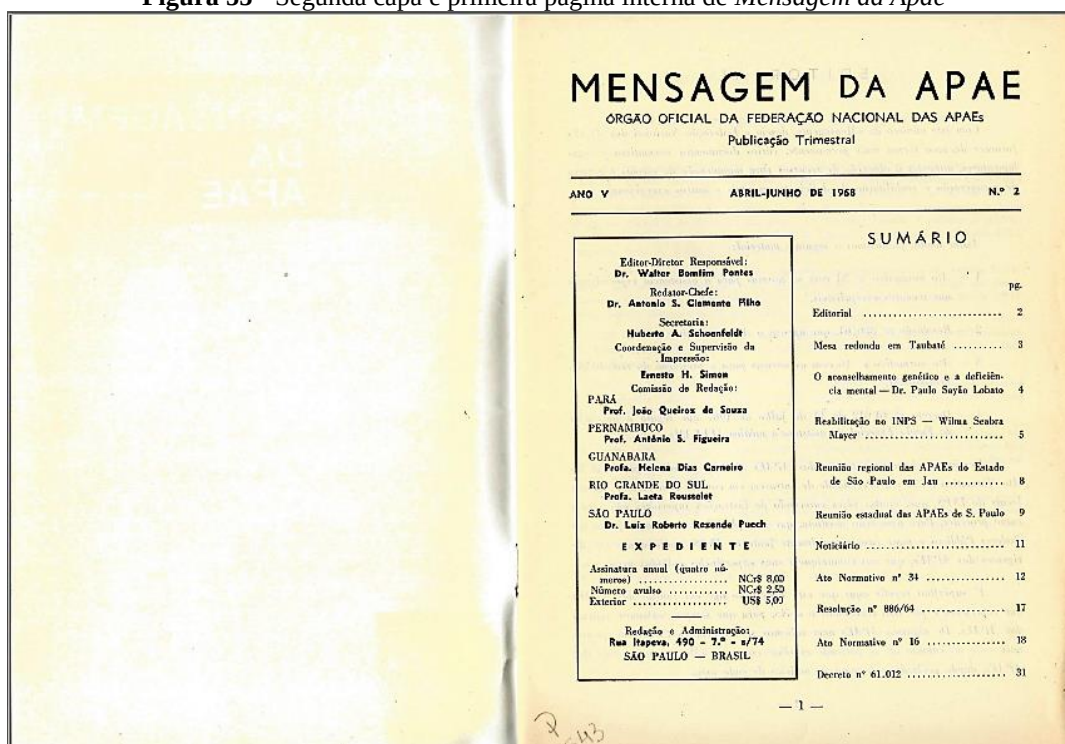
Colocada na última página, a imagem tem outra função, uma vez que permite fixar e cristalizar, em torno de uma representação única, aquilo que foi uma leitura entrecortada e muito fracionada. Fornece, assim, a memória e a moral do texto. Mesmo que não sejam empregues pela primeira vez e a sua escolha tenha sido aleatória, tributária da gama de gravuras em madeira na posse do impressor, as imagens únicas dos livros *de cordel* têm muita importância para a leitura dos textos, relativamente aos quais indicam, no início ou *in fine*, uma compreensão possível (CHARTIER, 1990, p. 180, grifos do autor).

Ora, tal símbolo cumpria exatamente este papel nos últimos números de *Mensagem da Apae*: fixar e cristalizar uma representação única que deveria ser apropriada, defendida e não esquecida pelos apaeanos e demais leitores, fornecendo, de forma ilustrada e alegórica, uma chave de memória, um sentido e uma moral para sintetizar a compreensão do conteúdo cada

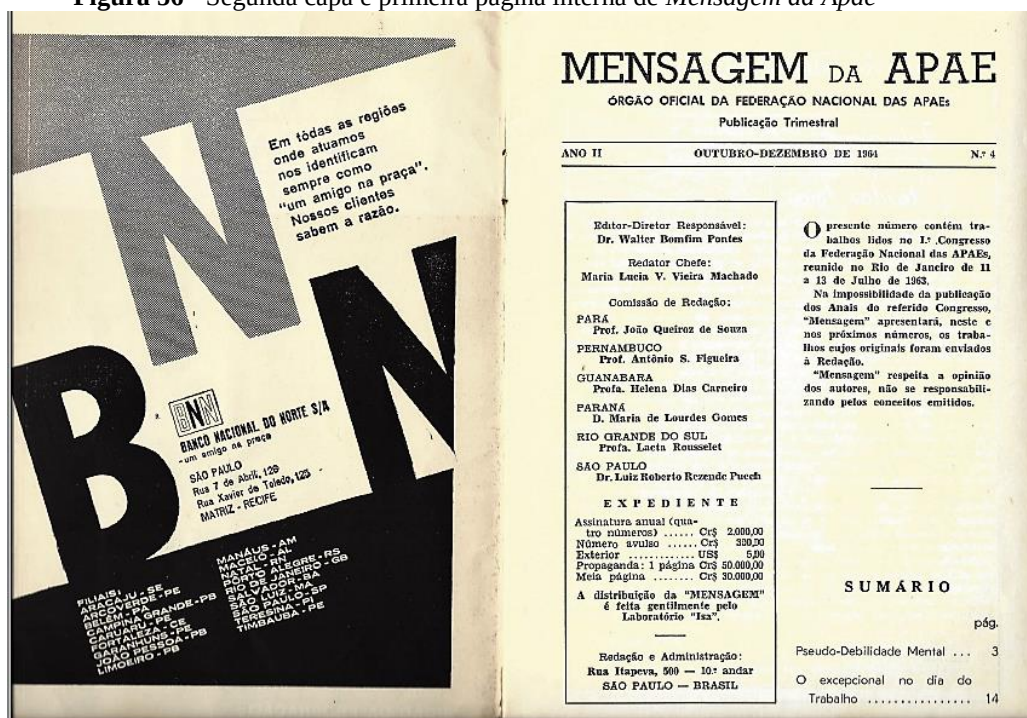
vez mais fragmentado, aligeirado e jurídico-burocrático das edições de 1968, segundo exporei adiante. Essa representação vinha reforçada pelo *slogan* adotado pelas Apaes nesse momento, qual seja, “mais amor e compreensão”, evidenciando que as pessoas com deficiência precisavam ser amparadas e direcionadas para “desabrocharem”, isto é, desenvolverem-se. Tanto que vinham representadas pela flor margarida, tão frágil, envolta por uma mão indicando o caminho a seguir, enquanto a outra lhe servia de amparo.

Dadas essas condições, fazia-se necessária a atuação de instituições especializadas, como as Apaes, onde essas pessoas encontrariam amor e compreensão, porquanto as esferas governamentais e a sociedade como um todo seriam, na perspectiva apaeana, incapazes de acolher, compreender, proteger, educar e preparar, com afeto, o excepcional. As Apaes teriam, pois, não só o conhecimentos e habilidades técnicas para melhor fazer isso, como também exerceriam seu trabalho com dedicação, solidariedade, amor e visão humanitária. Logo, o símbolo assim disposto na quarta capa da revista evocava toda essa significação, que se constituía na principal *mensagem* da Fenapaes, colocada em um lugar privilegiado, acessível, nesse caso específico, a quem manuseasse o impresso, mesmo sem abri-lo.

As segundas capas, por sua vez, ficaram em branco, não utilizadas, como nos números de 1965 e de 1968, ou, então, foram destinadas para propaganda de página inteira (número 4, de 1964, e a edição única de 1966). As *Figuras 55 e 56* permitem uma visualização dessas características:

Figura 55 - Segunda capa e primeira página interna de *Mensagem da Apae*

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 2, 1968).

Figura 56 - Segunda capa e primeira página interna de *Mensagem da Apae*

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 4, 1964).

O número 1 de 1964 apresentou uma particularidade a ser considerada nesta análise, pois, diferentemente dos demais, na segunda capa, dispôs o regulamento para envio de contribuições à revista, de modo que, após aquele pequeno ciclo de 6 edições muito similares a

boletins, *Mensagem da Apae* acabava de ressurgir com o intento de se posicionar, de fato, como revista. Esse regulamento esclarecia o leitor, tão logo abrisse o impresso, que:

A 'Mensagem' é órgão oficial da Federação das APAEs. Toda a colaboração deverá encaminhada por intermédio dos Conselheiros da Redação ou, diretamente à Redação. *Serão publicados trabalhos, notícias, conferências e demais colaborações relacionadas com o problema do excepcional* e que forem aprovados pelo Conselho de Redação. Os originais deverão ser escritos à máquina, em espaço duplo; não serão devolvidos, mesmo quando não publicados. A Revista será mantida pela Federação Nacional das Apaes (REGULAMENTO, 1964, p. 2, grifos meus).

Pelo exposto, fica perceptível que *Mensagem da Apae* foi reconhecida, a partir de 1964, como a “Revista da Federação Nacional das Apaes”. Nesse processo de reestruturação do periódico, foi organizado, além dos editores habituais, um Conselho ou Comissão de Redação para possível análise dos trabalhos enviados à revista, algo inexistente em 1963. Esse conselho permaneceu relativamente constante de 1964 a 1968, contando com representantes dos estados do Paraná¹⁰⁷, Pará, Pernambuco, Guanabara, Rio Grande do Sul e São Paulo, embora a prática de envio e avaliação de trabalhos pouco tenha sido efetivada. Sobre isso, na reinauguração do periódico, em 1964, Clemente Filho (1964b, p. 5) explicou que:

Aparecem, no Conselho de Redação, nomes ilustres que representam diversas regiões do país. Todos, entretanto, são cordialmente chamados a colaborar, sendo os Conselheiros os encarregados de receber e encaminhar as colaborações, que serão sempre bem-vindas [sic]. Esses e os nomes de D. Maria Lucia V. Vieira Machado, na Redação e Dr. Walter Bomfim [sic] Pontes, como Editor-Diretor Responsável, estão desde já a garantir o pleno êxito de tão importante missão.

Em relação às terceiras capas, estas apresentaram: a) publicidade de anúncios em página completa (números 1 e 4 de 1964); b) dois anúncios de meia página cada (volume único de 1965); informações sobre a realização do III Congresso Nacional das Apaes que lembravam os leitores sobre a necessidade de se inscrever neste para participar da “[...] vida comum das Apaes” (III CONGRESSO... 1966, p. 33), explicitando a diretoria que estava então à frente da Fenapaes e, conseqüentemente, da organização do Congresso; c) ou, ainda, não foram utilizadas para impressão e ficaram em branco, como nas edições de 1968. Nas *Figuras 57 e 58*, pode-se observar a disposição gráfica de algumas dessas terceiras capas:

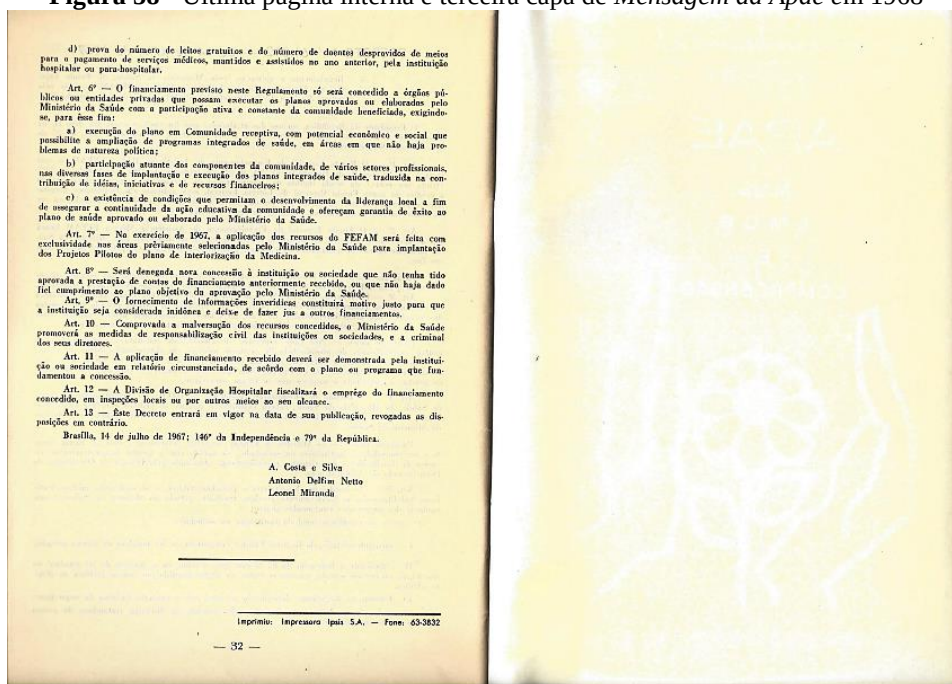
¹⁰⁷ Apenas no caso do estado do Paraná, houve representante na Comissão de Redação somente nos números correspondentes aos anos de 1964 e 1965, sendo D. Maria de Lourdes Gomes mantida nessa função no período assinalado. Isso pode explicar, também, porque desaparecem, posteriormente, as contribuições da Apae de Curitiba na forma de textos. No caso dos demais estados, os representantes se mantiveram os mesmos durante todo o período.

Figura 57 - Última página interna e terceira capa de *Mensagem da Apae* em 1964



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 4, p. 16-17, out. - dez. 1964).

Figura 58 - Última página interna e terceira capa de *Mensagem da Apae* em 1968



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 2, p. 32-33, abr. - jun. 1968).

Após ter caracterizado as capas, é preciso discorrer sobre outras partes da revista no período em foco, *abrindo-a* para compreendê-la internamente. Nesse sentido, passo a considerar, doravante, suas páginas internas, aqui entendidas como todas aquelas que não compunham as capas e eram por estas resguardadas, inclusive as páginas mais iniciais, com as informações sobre expediente, sumário e demais dados técnicos de *Mensagem da Apae*. Juntas, essas páginas compõem o miolo ou corpo do periódico, de modo que sua visibilidade está

suscetível à manipulação voluntária do leitor, que decide abrir a revista e tomar a iniciativa de lê-la ou, ao menos, de folheá-la, indo além do aspecto mais imediatamente visível e exterior das capas. É nessa direção que se desenrola o próximo item.

3.1.1.1 *Páginas internas de Mensagem da Apae (1964-1968): abrindo a revista*

Ao adentrar tais páginas internas, percebi que, nesse segundo momento, todas as edições passaram a reservar, com certa regularidade e uniformidade visual, a primeira página do miolo para nela dispor um cabeçalho com título da revista, sua vinculação institucional e periodicidade. Em seguida, vinham a ficha técnica e o sumário, lado a lado, em duas colunas, ficando a primeira à esquerda e o segundo, à direita, conforme se visualiza em imagens reproduzidas anteriormente (Cf. *Figuras 55 e 56*). Apenas o número de 1965 teve essa página posicionada não no início, mas sim ao final, após o término de todos os conteúdos tratados na edição. Em geral, a ficha técnica disponibilizava informações de expediente, relacionadas à equipe editorial, assinaturas, endereço da redação e administração do periódico. Por essa ficha, nota-se que, no decorrer dos anos, houve discretas mudanças, tanto nos agentes quanto na designação dos cargos ocupados por eles na edição do periódico, como discutido no capítulo anterior.

Ao consultar essas páginas, pude perceber que a venda de assinatura e/ou de exemplares não era prevista na primeira edição de 1964, surgindo essa possibilidade apenas na segunda edição desse ano (MENSAGEM..., 1964b), que fornecia, no expediente, o valor da assinatura anual (referente aos quatro números, já que a publicação era trimestral) e de um número avulso no Brasil e no exterior. Esses dados foram veiculados até o término desse segundo momento, em 1968. Contudo, não se esclarecia onde esses números podiam ser comprados, no caso daqueles vendidos avulsos. O mais provável é que essa venda tenha ocorrido, se, de fato, houve, na Secretaria provisória da Fenapaes, no mesmo endereço fornecido aos leitores referente à redação e administração do periódico, isto é, na rua Itapeva, na cidade de São Paulo - SP.

Quanto à venda no exterior, não se forneciam, igualmente, informações a respeito de locais onde esta fosse realizada. Por hipótese, penso que, dadas as ligações dos apaeanos com associações congêneres estadunidenses, exemplares do impresso poderiam ser remetidos à Narc e/ou à Fundação Joseph P. Kennedy Jr.¹⁰⁸ para serem comercializados nos Estados Unidos, caso

¹⁰⁸ A Fundação Joseph P. Kennedy Jr. foi criada, em 1946, pela família Kennedy, nos Estados Unidos, para apoiar estudos, iniciativas e pesquisas sobre deficiência intelectual. Sua criação partiu de uma motivação pessoal, pois Joseph Kennedy, pai do famoso presidente estadunidense John Kennedy, teve uma filha com tal deficiência. O nome da Fundação também carrega outra história dessa família. Joseph P. Kennedy Jr, morto no ano de 1944, em

houvesse interesse de alguém em adquiri-lo. Afinal, o preço do exemplar no exterior era justamente indicado em dólar, moeda adotada por aquele país. Todavia, nada se mencionou em *Mensagem da Apae* sobre qualquer arrecadação de valores por esses meios. É mais provável que tais indicações tenham sido mais uma estratégia de (auto)valorização do periódico, representando-o como engajado nos movimentos e associações internacionais em prol do excepcional, do que uma prática efetivamente adotada. A permuta de periódicos com essas associações deve ter sido a praxe, e não o comércio de exemplares¹⁰⁹.

No que se refere à tiragem, embora se anunciasse, em 1964, que a revista passaria a ter maior tiragem (CLEMENTE FILHO, 1964b), também não se indicou, em nenhum número, a quantidade de exemplares impressos. E, no tocante à distribuição, apenas nas edições de 1964 (números 2, 3 e 4) e na de 1965 foi mencionado que “A distribuição de ‘Mensagem’ é feita gentilmente pelo Laboratório ‘Isa’”. Como muitos agentes apaeanos eram médicos e/ou profissionais da saúde em geral, não é de surpreender que uma empresa como essa patrocinasse a distribuição do periódico, pois seus proprietários, caso não fossem membros de alguma Apae, muito possivelmente fariam parte da rede de sociabilidade dos apaeanos. Nessas circunstâncias, é plausível inferir que o Laboratório enviasse exemplares da revista aos seus clientes e/ou custeasse as despesas postais com as entregas, uma vez que os exemplares vendidos por assinatura anual e, provavelmente, também aqueles solicitados de forma avulsa à redação da revista, eram remetidos pelo serviço dos Correios. A esse respeito, no número de 1966 circulou o seguinte comunicado:

AVISO IMPORTANTE

Estamos tendo grande dificuldade no Correio face às incorreções dos endereços e grande número de revistas enviadas são devolvidas por esse motivo.

Solicitamos nos enviarem com urgência os endereços corretos afim [sic] de que a remessa possa ser feita regularmente (MENSAGEM..., 1966, p. 25).

O preço de venda dos exemplares, por sua vez, sofreu oscilações no intervalo de tempo considerado. Assinar anualmente a revista *Mensagem da Apae* custava, de acordo com o segundo número de 1964, 1.000 cruzeiros e, conforme os números seguintes desse ano, 2.000,00 cruzeiros. Um número avulso saía, ainda em 1964, por 300,00 cruzeiros no Brasil e, no exterior, ao preço de 5,00 dólares. No ano seguinte e em 1966, a assinatura anual foi vendida

combate durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), era o nome do irmão mais velho de John Kennedy. Para homenageá-lo, a Fundação recebeu esse nome.

¹⁰⁹ Encontrei indícios dessa prática de permuta de exemplares de periódicos referentes à educação e/ou ao atendimento especializado dos excepcionais entre a Fenapaes e associações congêneres, nacionais e internacionais, nos arquivos da Fenapaes, em Brasília, onde havia, por exemplo, publicações de outros países sobre deficiência mental.

pela importância de 5.000,00 cruzeiros; o exemplar avulso, por 1.500, 00 cruzeiros no país e a 5,00 dólares no exterior. Em 1968, com a mudança de moeda, ocorrida desde 1967, o valor foi reajustado para 5,00 cruzeiros novos a assinatura anual, custando 1,50 cruzeiro novo o número avulso no Brasil e, no exterior, 5,00 dólares. Novo reajuste ocorreu a partir do segundo número de 1968, referente aos meses de abril a junho, pois os valores foram, respectivamente, 8,00 cruzeiros novos, 2,50 cruzeiros novos e, como sempre, 5,00 dólares. Por fim, os preços de venda divulgados nos dois últimos números de 1968 foram, na mesma ordem, de 8 cruzeiros novos, 2 cruzeiros novos e 5,00 dólares.

Além dos supostos recursos provenientes da venda de seus números, percebe-se, igualmente, pela ficha técnica, que a revista empenhou-se em captar anúncios de publicidade¹¹⁰ para obter dividendos, revertidos, por certo, para seu próprio custeio. Assim, nas edições de 1964, salvo a primeira, de 1965 e 1966, eram veiculados os preços dos espaços a serem vendidos para propagandas, as quais podiam ser de uma página, meia página ou $\frac{1}{4}$ dela. Os valores da publicidade, em 1964, foram estimados na ordem de Cr\$ 50.000,00 a página toda e Cr\$ 30.000,00 se a propaganda fosse apenas na metade desta, não sendo ofertado espaço para publicação de anúncios de $\frac{1}{4}$ de página. Nos anos de 1965 e 1966, esse preço se manteve em Cr\$ 100.00,00 a propaganda de página completa, Cr\$ 60.000,00 a meia página e o quarto dela podia ser comprado, para fins de publicidade, a Cr\$ 40.000, 00.

Em 1968, como não houve anúncios publicitários, essas informações desapareceram do expediente. Posso conjecturar que uma pista importante para se entender por que os números desse ano não tiveram nenhuma propaganda e sequer anunciaram a venda de espaços destinados a tal fim foi indicada, pois, nos números 3 e 4 de 1968. No cabeçalho da página ocupada pela ficha técnica, indicou-se, em ambas as edições, estes dizeres: “publicada [a revista] com auxílio financeiro da CADEME (Min. Ed. Cultura)” (MENSAGEM..., 1968c,d, p. 1). Ora, a Cademe fora criada pelo decreto n. 48.691, de 22 de setembro de 1960, em um contexto no qual o poder público apenas começava a interessar-se pelos ‘excepcionais’, mediante a realização de campanhas nacionais. Subordinada ao então Ministério de Educação e Cultura, a Cademe tinha como finalidade proclamada “[...] promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo [...]” (BRASIL, 1960, p. 29).

¹¹⁰ Os anúncios publicados no segundo momento de *Mensagem da Apae* (1964 a 1968) foram discutidos, detalhadamente, no capítulo dois.

Tal campanha, no entanto, demorou em ser efetivada. Suas atividades propriamente ditas ocorreram a partir de 1964, sendo nomeado para seu diretor executivo Antonio Santos Clemente Filho, que ocupou esse cargo por três anos (RAFANTE, 2015). Quando assumiu a diretoria executiva da Cademe, Clemente Filho era, ainda, o primeiro presidente eleito da Fenapaes (1963-1965), continuando ligado à cúpula da entidade, mesmo depois do término de seu mandato. Logo, vê-se que a Cademe esteve bastante associada ao grupo apaeano, além da íntima participação das Sociedades Pestalozzi em sua criação e atuação (RAFANTE; LOPES, 2011; RAFANTE, 2015). Em 1967, assumiu a direção da Cademe o coronel José Candido Maes Borba, função que ocupou até 1970 (RAFANTE, 2015). Borba era outro nome vinculado à história das Apaes, pois participava dessa entidade desde a fundação da Apae da cidade do Rio de Janeiro, a primeira do país, surgida em 1954 (MENSAGEM..., 2014) e, mais tarde, seria eleito presidente da Fenapaes, tendo, ainda, ocupado, antes, a vice-presidência desta (Cf. *Apêndice 2*).

Destarte, os diretores da Cademe foram, simultaneamente, apaeanos influentes, participando, assim, de uma *figuração* social estabelecida que lhes permitia acesso aos representantes da administração pública federal, da qual também fizeram parte, em uma relação de interdependência e reciprocidade nas redes de poder constituídas naquelas circunstâncias (ELIAS, 1994; ELIAS, SCOTSON, 2000). Dessa feita, não teria sido difícil conseguir o financiamento da Cademe para a edição da revista, pelo menos como aponteí, a partir da terceira edição de 1968, com Borba na sua diretoria executiva. Outras ações das Apaes já eram, desde antes, financiadas pela Campanha, que se propusera a atender as demandas dos excepcionas “cooperando técnica e financeiramente, em todo o território nacional, com entidades públicas e privadas que se ocupem das crianças retardadas e dos outros deficientes mentais” (BRASIL, 1960, p. 29).

As Apaes encaixavam-se, pois, nesse perfil de entidades privadas que atuavam junto aos retardados mentais, sendo, já nessa ocasião, uma das instituições mais organizadas nesse setor, conseguindo imiscuir-se na esfera governamental e, assim, obter recursos financeiros para suas atividades. Além disso, o decreto que criara a Cademe dava brecha para o financiamento específico de publicações na área da deficiência intelectual. Segundo o decreto, a Campanha poderia atuar “*incentivando, promovendo e auxiliando a publicação de estudos técnicos e de divulgação*; a organização de congressos, conferências, seminários, exposições e reuniões destinadas a estudar e divulgar o assunto” (BRASIL, 1960, p. 29, grifos meus). Dessa forma, *Mensagem da Apae*, entendida como uma publicação técnica sobre o assunto, pôde dispensar

os anúncios publicitários e assumir características que serão exploradas um pouco mais adiante, especialmente no que se refere aos textos publicados e documentos divulgados nos últimos números de 1968, em decorrência dos subsídios recebidos do governo federal.

Antes, porém, retomando as análises sobre a primeira página interna dos números de 1964-1968, depois de ter problematizado os dados técnicos, cumpre tecer algumas considerações sobre o sumário. Este revelava o conteúdo de cada edição e fornecia a sua localização nas páginas correspondentes (*Figuras 55 e 56*), podendo ou não indicar a autoria dos textos, sem um padrão estabelecido. Apenas nas edições n. 3 e 4 de 1964, o sumário ocupou a metade inferior da coluna direita da página, sendo a metade superior dessa coluna reservada para um breve editorial, sem autoria definida (Cf. *Figura 56*). Com isso, novos modos de leitura eram forçados. Com o recurso do sumário, o leitor passava a ter a possibilidade de antecipar o que estava sendo apresentado, internamente, nos números da revista, ao contrário das edições de 1963, além de ter condições de escolher e localizar, de forma mais rápida, os conteúdos e/ou autores de seu interesse (Cf. BICCAS, 2008).

Ainda sobre as páginas iniciais, é preciso dizer que, logo após essa ficha técnica e sumário, dispunha-se, geralmente, o editorial ou um texto equivalente para introduzir cada nova edição. As exceções foram os números de 1964, o de 1965 e o número 3 de 1968. Isso porque no número 1 de 1964, antes do texto de (re)apresentação do periódico, escrito pelo então presidente da Fenapaes, Antonio Santos Clemente Filho, foram também veiculados os objetivos da Federação, cumprindo, por certo, o papel estratégico de lembrar ao leitor a razão de ser dessa entidade, tão jovem ainda, cujos ideais e programas precisavam ser lembrados, fixados e institucionalizados pelos associados, em um discurso uníssono, com efeito doutrinário, a ser disseminado pelo periódico que acabava de ser reformulado para tal fim, se retomarmos as palavras de Clemente Filho (1964b). Assim, os investimentos institucionais nesse periódico assumiam valor estratégico, simbólico e pragmático.

Além disso, listar os objetivos da Fenapaes antes de apresentar a edição da revista e seu conteúdo interno criava uma chave de leitura para se entender e explicar o porquê do interesse institucional em se editar *Mensagem da Apae*, qual o lugar ocupado pelo periódico no âmbito da entidade e o que se deveria esperar dele, tornando mais inteligível o editorial assinado por Clemente Filho (1964b). Nesse ponto, vale retomar fragmento já citado para compreendermos melhor o exposto. Segundo afiançava o então presidente da Fenapaes, “A Federação, no seu papel de coordenação e supervisão do movimento em prol do excepcional, encontrará em MENSAGEM, o melhor meio para a realização de seus objetivos [...]” (CLEMENTE FILHO, 1964b, p. 5). Ora, quais eram esses objetivos? Esses

tinham sido justamente apresentados ao leitor, com título de chamada em negrito e letras maiores, na página antecedente, a saber:

Promover medidas de âmbito nacional que visem a assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, onde quer que se encontrem.
 Servir de órgão de coordenação direta ou indireta das atividades das entidades filiadas e, quando possível, de outras entidades que tratem do problema dos excepcionais, em qualquer dos seus aspectos.
Encarregar-se, no âmbito nacional, da reunião e da divulgação de informações sobre as medidas referentes ao excepcional, cabendo-lhe especialmente o planeamento de programas de publicações de trabalhos e obras especializadas.
 Encarregar-se da documentação e da divulgação das normas legais e regulamentares, federais, estaduais e municipais relativas aos excepcionais, procurando promover ou intensificar a ação dos órgãos competentes no sentido do aperfeiçoamento de tais normas.
 Estimular a realização de estudos e pesquisas, referentes ao problema dos excepcionais, favorecendo a formação de pessoal técnico especializado (OBJETIVOS..., 1964, p. 4, grifo meu).

No segundo número de 1964, não houve editorial e, nos demais desse ano, o editorial veio na mesma página que a ficha técnica, ocupando a metade superior da coluna da direita, a mesma do sumário, conforme já mencionado (Cf. *Figura 56*). No número de 1965, como a ficha técnica veio no final, o editorial ocupou a primeira página, logo após a capa. Por fim, no número 3 de 1968, correspondente a julho a setembro, também não houve editorial, apenas uma nota, disposta na página imediatamente após a ficha técnica. Essa nota, no centro da mancha gráfica, em fonte diferente e letras maiores que as usadas nas demais páginas, apenas afirmava que “Os conceitos emitidos nos artigos assinados ou publicados sob responsabilidade das filiadas, não expressam necessariamente a opinião da Federação Nacional das Apaes”.

Tal nota deve ter sido motivada, sobretudo, pelas características desse número, que dedicou cerca de metade das páginas internas a uma de suas filiadas, a Apae do Rio de Janeiro, a qual deve ter ficado responsável pelo envio de boa parte do conteúdo e/ou das informações veiculados na edição. De outro ângulo, esboçava-se o interesse da Fenapaes em, cada vez mais, distinguir as marcas de autoria individual da autoria institucional, evitando comprometer-se com posicionamentos que, eventualmente, instaurassem conflitos internos - pois as Apaes poderiam ter concepções diversas entre si - bem como externos, com as agências governamentais, sobretudo porque o periódico acabara de ganhar subsídios financeiros para sua publicação, mediante verbas da Cademe.

Estratégia similar já fora veiculada, porém de forma mais discreta, nos dois últimos números de 1964, nos quais aparecia, no pequeno editorial, a observação de que “‘Mensagem’ respeita a opinião dos autores, não se responsabilizando pelos conceitos emitidos” (MENSAGEM..., 1964c,d, p. 1). Naquela ocasião, a revista se dispusera a publicar trabalhos apresentados no I Congresso da Fenapaes e, por isso, também houve a necessidade de semelhante cautela, aspecto que não foi verificado nos demais números.

Ainda sobre esses editoriais, cumpre esclarecer que, ao contrário de 1963, somente dois deles foram assinados, a saber, o do número 1 de 1964 e o de 1965, respectivamente por Antônio Santos Clemente Filho e Wanderley Nogueira da Silva. Além disso, assumiram formas diferentes de abordar o leitor. O primeiro editorial de 1964 foi denominado de *Apresentação*, com título em negrito e fonte estilizada (MENSAGEM..., 1964a), ao passo que os outros editoriais desse ano não tiveram título, ocupando uma área muito pequena na página (MENSAGEM... 1964c,d), talvez em virtude da economia de espaço, pois os números 3 e 4 de 1964 foram os que tiveram a menor quantidade de páginas e, proporcionalmente, a maior quantidade de propaganda.

Em 1965, o editorial, em vez de um título, passou a interpelar diretamente o leitor, ao adotar o vocativo “Caro leitor”, modificado para “Caros amigos”, em 1966 e, em 1968, quando houve, adotou-se diretamente o título editorial. Logo, pode-se perceber que apenas os editoriais de 1965 e 1966, além do primeiro de 1968, buscaram interlocução com os leitores, recorrendo ao pronome de tratamento você/vocês. Os demais utilizaram tom mais formal e distante. Essa maior proximidade deu-se, sobretudo, em razão do teor dos apelos feitos nesses editoriais. Em 1965, 1966 e 1968, o leitor apaeano foi conclamado, de maneira explícita e contundente, a também assumir a responsabilidade pelo conteúdo do periódico, pois deveria enviar notícias de sua Apae. Ademais, isso seria uma estratégia para garantir coesão e unidade nacional às filiadas quanto a seu trabalho em torno do excepcional, que se projetava nacionalmente naquele momento, encabeçado pela Fenapaes. Esta selecionaria os trabalhos “exemplares” a serem publicados e legitimaria, assim, uma determinada interpretação sobre as ações das filiadas, exercendo seu poder de centralização e de exercício da representação sobre o tema.

De outra perspectiva, cumpre relembrar o fato de que a revista, nesse período, não tinha um corpo de jornalistas para ir até a informação e produzi-la, dependendo, em grande parte, das contribuições espontâneas que recebia dos membros das Apaes para publicar conteúdo atualizado acerca da rotina institucional. Esse era, pois, um dos muitos obstáculos que vinham comprometendo a circulação de *Mensagem da Apae* com a regularidade pretendida, porquanto os números de 1965 e 1966, respectivamente, vieram à luz condensados em um só volume, além de não se ter notícia da circulação de nenhum número em 1967. Ilustrando bem essa situação, no editorial de 1965 se dizia que:

Continuamos a pensar que cada APAE poderá e deverá colaborar enviando todo o noticiário de suas atividades, para que possa servir de exemplo e estímulo às mais novas pois cada dia é maior o número de associações que vão surgindo em todos os Estados.
Precisamos estar lembrados de que ‘todos precisamos de nós todos’ e por isso enviem suas ideias (SILVA, 1965, p. 3).

Escrito por Wanderley Nogueira da Silva, esse editorial retomou, ao final, o caráter de uma mensagem ou “aconselhamento” para (auto)reflexão, evocando as características daqueles escritos do mesmo autor, em 1963, na abertura do periódico. Todavia, a reflexão proposta por Silva, em 1965, veio logo após essa convocatório às Apaes, um tanto quanto deslocada do restante do seu texto, reproduzido acima, a não ser, talvez, por sua percepção de que a revista reaparecia, naquele ano, “[...] com noticiário e assuntos mais próximos aos pais do que dos técnicos” (SILVA, 1965, p. 3), uma vez que não pudera ser transformada em uma publicação científica em sentido estrito. Nesses termos, finalizou seu “diálogo” com o leitor falando diretamente às mães e pais dos excepcionais, da seguinte forma:

E você, que é mãe, pense nisto: ‘Devemos fazer nossos filhos se sentirem felizes’. Procure se certificar do que representa felicidade para a criança; nem sempre é aquilo que representa a felicidade para os pais. *Os excepcionais se sentem felizes quando se sentem úteis e queridos.*
E ninguém mais do que você é indicado para *fazê-lo sentir-se útil e querido* (SILVA, 1965, p. 3, grifos meus).

Por meio dessa reflexão, o diretor de *Mensagem da Apae* tentou empreender maior aproximação aos pais dos excepcionais, sinalizando uma abordagem a ser perseguida para o futuro do periódico, a qual, porém, parece não ter tido, em seguida, grande repercussão, sobretudo porque ele não voltaria mais a ocupar cargo de chefia na redação da revista e não se procurou dar ênfase ao diálogo com os pais, mediante o impresso. O que permaneceu, no editorial de 1966, assinado pela “Secretaria Geral”, foi o apelo para que as Apaes enviassem notícias, traduções e matérias em geral para publicação, pois, como se deduz, essas contribuições não chegavam a contento, sendo necessário, a cada edição, reforçar o pedido.

Talvez por isso a escolha do vocativo caros amigos, buscando-se maior aproximação da Fenapaes com as associações filiadas. Por essa via, tentava-se não só dar condições para que a revista tivesse pauta para sua continuidade, mas também que fosse (re)conhecida pelos apaeanos como *espelho* de suas realizações e instrumento *oficial* para divulgação de seu trabalho. Vale ressaltar que o debate sobre o problema do excepcional não era fomentado via correspondência, ou seja, o projeto editorial tinha em vista receber notícias das filiadas e/ou textos técnicos, com valor pragmático, mas sem caráter polêmico ou opinativo, restringindo, assim, as possibilidades de que opiniões divergentes ou críticas à Federação fossem publicadas. Isso garantia à Fenapaes o controle discursivo sobre o assunto e sobre a forma de abordá-lo. Conforme editorial citado, a Secretaria Geral da Fenapaes então se posicionou com estas palavras:

Contamos com a colaboração de todos — a vida da Federação está em função das Federadas. *Envie-nos uma colaboração, por pequena que seja: artigos, experiência, fotos, traduções, resumos, tudo enfim que possa ser noticiado e de utilidade para todos nós.*

Esperamos que compreendam nossas dificuldades e aceitem nossas desculpas pela demora no aparecimento de 'Mensagem'. Faremos o possível para que isso não se repita (CAROS AMIGOS, 1966, p. 2, grifos meus).

No primeiro número de 1968, os apelos por notícias continuaram, pois *Mensagem da Apae* carecia de ampliar sua pauta e, ao contrário do que se esperava em 1966, o periódico retornava depois de um ano de novo atraso, haja vista a interrupção em 1967. Para convencer o leitor a participar, a revista defendia a ideia de que sua colaboração tornaria o impresso mais interessante e fortaleceria a luta pelo atendimento ao excepcional, à medida que a publicação se constituísse em espaço precípuo para se socializar as experiências – exitosas ou não – dos apaeanos. De acordo com trecho desse editorial,

Temos a certeza de que poderemos fazer a 'Mensagem' que você espera se pudermos contar com a *sua* colaboração; mande-nos notícias, contando as vitórias, as dificuldades e as frustrações da luta comum. *Compartilhando as alegrias e tristezas [sic], os sucessos e fracassos, o conhecimento e a experiência, estaremos de fato dando unidade e força ao movimento nacional em prol do deficiente mental* (EDITORIAL, 1968a, p. 2, grifos meus).

Ainda no ano de 1968, no número 2, os editores repetiram a importância de que fossem enviadas as contribuições das Apaes, instigando-as a reconhecer a legitimidade da Fenapaes, pois nem todas as associações se reportavam à Federação. Esta, por meio de circulares quinzenais e de *Mensagem da Apae*, tentava, então, chegar a todas elas, na condição de sua representante autorizada, como agência organizada e organizadora em relação às filiadas. Nessas condições, afirmou-se que:

É supérfluo repetir aqui que esta Federação age em função das APAEs que representa e por isso renovamos o apelo, para que sempre tenhamos notícias das APAEs. De algumas APAEs nem sabemos se recebem as Circulares quinzenais - e no entanto ali se pretende espelhar como na 'Mensagem' a vida das APAEs, dando acolhida e destaque às notícias de cada uma (EDITORIAL, 1968b, p. 2, grifos meus).

Diante dessas dificuldades persistentes para conseguir uma pauta regular e diversificada, os editores lançaram mão de algumas alternativas que, na sua concepção, ajudariam a manter o periódico e, ao mesmo tempo, contribuiriam para a prática de (con)formação unitária dos apaeanos. Nesse caso, também os editoriais mostraram-se imprescindíveis para o conhecimento das estratégias empregadas. No de 1966, uma dessas estratégias foi anunciada, qual seja, a de dedicar cada número de *Mensagem da Apae* a uma determinada Apae, que enviaria suas contribuições à revista. Visava-se, assim, ao estabelecimento de uma agenda de publicação, cujo fito era “[...] poder manter uma continuidade que julgamos indispensável para a vida das APAEs” (CAROS AMIGOS, 1966, p. 2). Os editores esperavam, com essa prática, um envio mais sistemático e regular de notícias das filiadas, que seriam nominalmente convidadas para tal finalidade, porquanto a colaboração espontânea e não direcionada não surtira o efeito desejado. Parece que

ainda havia certa dispersão entre os apaeanos, pois a Fenapaes estava em fase de consolidação. Nas palavras desse editorial:

Resolvemos solicitar às APAEs uma colaboração mais direta, dedicando-lhes os números de 'Mensagem'. Assim, o número presente [1966] vai dedicado à APAE de São José do Rio Preto (SP) e a de São Leopoldo (RS) que nos enviaram material de suas atividades e projetos. O número de março [de 1967] será dedicado a outra que dele deseje participar e que nos envie o material em tempo útil. O número de junho [de 1967] será todo dedicado à APAE de Curitiba (PR) aproveitando a oportunidade do Congresso da Federação (CAROS AMIGOS, 1966, p. 2, grifos meus).

Esse expediente, todavia, não seria levado a termo, pois, no ano seguinte, em 1967, *Mensagem da Apae* seria interrompida, conforme relatei. E essa estratégia seria abandonada, ou melhor, substituída por outra, pela qual o periódico ficava ainda menos dependente de colaborações externas, as quais não haviam sido exitosas, assumindo funções mais técnicas, provavelmente por influência dos subsídios recebidos da Cademe. Destarte, sobretudo a partir da segunda edição de 1968, a revista passou a divulgar documentos legais e textos com esclarecimentos jurídicos de interesse imediato das Apaes e/ou dos excepcionais e seus familiares. Tanto que, conforme o editorial,

Com este número da 'Mensagem', deseja a Federação Nacional das APAEs fornecer de uma forma mais permanente, vários documentos normativos e regulamentares, atinentes à obtenção de recursos de manutenção de escolas e centros de recuperação e reabilitação de deficientes mentais e outros excepcionais (EDITORIAL, 1968b, p. 2, grifo meu).

Parece que, nesse sentido, *Mensagem da Apae* também passou a ser utilizada, pela Fenapaes, como veículo para esclarecer as filiadas a respeito da legislação em curso, a fim de que suas ações fossem normatizadas e atualizadas consoante à movimentação do governo federal, de onde provinha boa parte de suas receitas. Além disso, publicar atos normativos do governo federal, resoluções e decretos em favor do excepcional era uma forma de lembrar às Apaes que deveriam cobrar do poder público a aplicação e fiscalização dessas medidas, bem como teriam embasamento para reivindicar recursos financeiros previstos em lei. Por meio dessa prática, era como se, mesmo a distância, a Fenapaes estivesse prestando alguma assessoria jurídica a suas filiadas, pois esta era uma de suas funções. Por isso, estrategicamente, em 1968, a Federação esteve empenhada em recorrer à revista para cumprir um de seus objetivos fundantes, outrora publicado na edição de número 1 de 1964, qual seja, o de:

Encarregar-se da documentação e da divulgação das normas legais e regulamentares, federais, estaduais e municipais relativas aos excepcionais, procurando promover ou intensificar a ação dos órgãos competentes no sentido do aperfeiçoamento de tais normas (OBJETIVOS..., 1964, p. 4).

À medida que se avança em direção às páginas internas dos números de 1968, fica perceptível o destaque dado à republicação, pelo periódico, dos atos legais e normativos emanados do poder público. Os editores de *Mensagem da Apae* tinham adotado a concepção de que “[...] necessitamos divulgar as normas, indicar as vantagens da aplicação das leis, motivando aqueles que serão envolvidos [...]” (EDITORIAL, 1968c, p. 2). Assim, já nas páginas finais do número 1 desse ano, publicou-se todo o decreto n. 48.691, de 22 de setembro de 1960, o qual instituía a Cademe, seguido por uma explanação atualizada pelo então diretor executivo desse órgão, Cel. José Candido Maes Borba. Este esclarecia justamente sobre a forma como poderiam ser pedidos auxílios financeiros ao governo federal, via Cademe, destinados ao ensino e reabilitação dos deficientes mentais, lembrando que:

A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais —CADEME— criada pelo Decreto n. 48.691, de 20 de setembro de 1960, [...], tem por finalidade promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo, cooperando técnica e financeiramente com entidades públicas e privadas que se ocupem dessas crianças.

Dispõe anualmente de verbas orçamentárias para aplicação sob a forma de convênio com instituições especializadas, para o desenvolvimento de suas atividades (BORBA, 1968, p. 31, grifos meus).

No número dois de 1968, praticamente toda a edição foi dedicada a textos desse gênero. Nas páginas finais, foram publicadas a Resolução n. 998 de 1966, conjuntamente ao ato normativo n. 34, aprovado por essa resolução, estabelecendo-se normas para assistência especializada aos menores excepcionais, e a Resolução n. 886/64, que aprovava as normas gerais para a prestação da reabilitação profissional na previdência social, conforme dispostas, originalmente, no ato normativo n. 16, também disponibilizado, na íntegra, pela revista. Nessa mesma edição, foi publicado, ainda, o decreto n. 61.012, de 14 de julho de 1967, que regulamentava a aplicação, pelo Ministério da Saúde, do Fundo Especial de Financiamento de Assistência Médica. É mister ressaltar que, nesse número, das 32 páginas, 21 foram usadas para textos legislativos, ou seja, mais da metade das páginas do miolo foram usadas para se publicar conteúdo técnico-jurídico.

Na mesma direção, o número de 3 de 1968 publicou a instrução de serviço SBE¹¹¹ 13.5.2, de 7 de agosto de 1967. Esta baixava instruções para consolidar as normas que já haviam sido publicadas para reger prestação de assistência especializada ao menor excepcional, mediante a resolução n. 998/66, que aprovara o ato normativo n. 34, supramencionado. O último número de 1968 foi ainda mais característico dessa prática, pois divulgou textos sobre a

¹¹¹ Sistema de Bem-Estar Social.

capacidade civil e responsabilidade criminal de pessoas com deficiência mental (MONTEIRO, 1968), a relação entre os excepcionais e o trabalho (GONÇALVES, 1968a), os excepcionais e o serviço militar (CARDOSO, 1968), além de 11 páginas que listavam a legislação de interesse direto ou indireto do excepcional, abrangendo a legislação federal, dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, ainda, da cidade de São Paulo e da prefeitura do Distrito Federal.

A perspectiva de tornar a revista em um pequeno compêndio ou manual das leis e orientações referentes às prerrogativas das pessoas com deficiência revela não só a influência da Cademe nos últimos números do periódico, como também o desejo da Federação em se colocar como a grande advogada e representante nacional em relação à problemática do excepcional. Com essa fórmula editorial, as Apaes federadas poderiam consultar a revista como sua orientadora jurídica, tornando o impresso fonte de pesquisas no dia a dia das associações, em suas demandas e dúvidas legais. De outro ângulo, há que se considerar a própria movimentação política do Congresso Nacional naquele momento.

Com a pressão de organizações não governamentais e instituições voltadas ao atendimento dos chamados excepcionais, o governo federal começava, de fato, a abordar nacionalmente a questão, de modo que fora designada uma Comissão Especial para atualizar as leis sobre o excepcional no país e viabilizar sua execução¹¹². A Fenapaes, por sua vez, reivindicava a liderança dessa articulação estratégica com o governo, resultante, sobretudo, de sua aproximação aos militares e do pertencimento de alguns apaeanos a ambas as redes de sociabilidade, quais sejam, a governamental-militar e a privado-civil.

Tais circunstâncias trouxeram nova correlação de forças para a luta pelo reconhecimento dos direitos e necessidades dos excepcionais. Embora os ganhos práticos não tenham sido tão evidentes para esses sujeitos, naquele momento histórico, nem mesmo se possa dizer que os apaeanos foram atendidos, pelo governo federal, em suas principais reivindicações, o fato é que, perante suas filiadas, a Fenapaes saiu fortalecida institucionalmente. Essa foi a maior conquista da Federação no decênio em foco. Nas representações ufanistas dos apaeanos, as demais instituições não conseguiriam ter a mesma coesão de suas associações, pois estas, com suas práticas organizadas, bem calculadas politicamente e com objetivos definidos, é que poderiam contribuir para redimensionar os rumos do atendimento especializado aos excepcionais. As Apaes federadas teriam, por sua vez, uma vontade de poder capaz de mobilizar

¹¹² Retome-se a leitura do capítulo 1 desta tese, para maiores detalhes.

as demais agências sociais e governamentais em torno da causa do excepcional. De fato, o editorial do último número de 1968 caracterizava esse cenário, ao anunciar que:

A voz isolada de algumas instituições que propugnavam pela recuperação e integração social dos deficientes, ganhou força ecoada pelas APAEs, e cobriu todo o Brasil, logrando afinal que o Congresso designasse uma Comissão Especial para a atualização de leis de amparo ao excepcional.

Teremos em um futuro próximo, leis adequadas à proteção, à recuperação, reabilitação, emprego e integração social dos excepcionais. [...]

Reclamamos durante muito tempo, e teremos, provavelmente em breve, leis que garantirão direitos e assegurarão assistência e proteção, contra a orientação geral prevalecente atualmente na maioria das comunidades. Impõe-se uma luta nova, mais acirrada ainda, pela aceitação e efetiva aplicação das leis que reclamamos (EDITORIAL, 1968c, p. 2, grifos meus).

Nos números anteriores a 1968 não fora adotada essa estratégia editorial de se republicar textos legais ou correlatos, prática tão marcante no citado ano. Na verdade, ao voltar a 1964, por exemplo, vejo que até houve, de certo modo, a continuidade de alguns expedientes editoriais usados em 1963, quais sejam, o uso de traduções e de textos publicados originalmente em outros suportes ou contextos, como se constata pelos quadros seguintes. Estes, como outra vez ressalto, têm, aqui, valor informativo-descritivo, pois seus conteúdos são problematizados ao longo de toda esta pesquisa.

Quadro 10 - Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 1 de 1964

Título do texto	Autor e procedência institucional	Local e data de publicação/apresentação versão original	Tradutor e procedência institucional
John Fitzgerald Kennedy	Maria Amélia Vampré Xavier – Apae de São Paulo	Não se aplica	Não se aplica
Reflexões em torno da criança excepcional e suas relações com a sociedade	Stanislau Krynski – Assessor científico da Fenapaes	Conferência proferida em 29 de novembro de 1963 por ocasião da instalação da Apae de Santos	Não se aplica
O problema da criança retardada	Carlos da Silva Lacaz – professor de Microbiologia da Universidade de São Paulo	Jornal <i>Folha de São Paulo</i> Data não informada	Não se aplica
Novas esperanças para os retardados	Elizabeth M. Boggs	<i>Revista do Rotary Club</i> , dos EUA Data não informada	Contribuição da Apae de Curitiba
Noticiário	Fenapaes	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 1, jan. - mar. 1964).

Quadro 11 - Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 2 de 1964

Título do texto	Autor e procedência institucional	Local e data de publicação/apresentação versão original	Tradutor e procedência institucional
A previdência Social e a reabilitação dos deficientes mentais	Dra. Nair Lemos Gonçalves – Livre-docente de Legislação	Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , em 10 de maio de 1961	Não se aplica

	Social da Faculdade de Direito da USP		
Novas Esperanças para os retardados – (continuação do texto com mesmo título lançado no número anterior)	Elizabeth M. Boggs	<i>Revista do Rotary Club</i> , dos EUA Data não informada	Contribuição da Apae de Curitiba
O problema do excepcional e sua parcial solução	Nelci Borraiz- contribuição da Apae de Curitiba	Não se aplica	Não se aplica
A arte da cerâmica e as crianças	Helena Antipoff	Trecho de uma publicação da Biblioteca Castro Alves - Rio de Janeiro. Data não informada.	Não se aplica
As crianças excepcionais	Desembargador Armando Rabelo	Trecho de palestra proferida no Rotary Clube no Recife - PE. Data não informada.	Não se aplica
Noticiário	Fenapaes	Não se aplica	Não se aplica
Fenilcetonúria	Adhemar Pereira de Barros – governador do estado de São Paulo em resposta à solicitação da Apae de São Paulo	Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, em 18 de junho de 1964	Não se aplica
Semana Nacional da Criança Retardada	Dr. Antônio dos Santos Clemente Filho – presidente da Fenapaes	Palestra proferida no Rotary Clube de São Paulo, Leste, em 22 de agosto de 1963	Não se aplica
Pergunte o que quiser	Dr. Arlindo Ortolani - Apae de São Paulo	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 2, abr. - jun. 1964).

Quadro 12 - Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 3 de 1964

Título do texto	Autor e procedência institucional	Local e data de publicação/apresentação versão original	Tradutor e procedência institucional
Anomalias Congênitas em Mongólicos	Dr. Wanderley Nogueira da Silva – Docente livre da Faculdade de Medicina de São Paulo	Não se aplica	Não se aplica
Reabilitação e Educação do Excepcional e a Organização Neurológica	Dr. Raymundo Vêras – Diretor do Centro de Reabilitação Nossa Senhora da Glória G.B. – Diretor Associado do “Rehabilitation Center Philadelphia”, Presidente do Fórum do Institute for the Achiev. of Human	Não se aplica	Não se aplica

	Potential – Philadelphia, U.S.A.		
Pesquisa de escolaridade em Alunos Excepcionais	Profa. Edy Pinheiro Alves – Dirigente do Setor de Ensino Especial da Guanabara	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 3, jul. - dez. 1964).

Quadro 13 - Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 4 de 1964

Título do texto	Autor e procedência institucional	Local e data de publicação/apresentação da versão original	Tradutor e procedência institucional
Pseudo-debilidade mental	Pe. Antonius Benki S. J. Dra. Maria de Lourdes O'Donnel Rachel da Silveira Netto, Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	I Congresso da Federação Nacional das Apaes (11 a 13 de julho de 1963 – Rio de Janeiro)	Não se aplica
O excepcional no mundo do trabalho	Professora e psicóloga Olívia Pereira, Sociedade Pestalozzi do Brasil - GB Apae do Rio de Janeiro - GB Colaboradora da Apae de São Paulo – SP	I Congresso da Federação Nacional das Apaes (11 a 13 de julho de 1963 - Rio de Janeiro - GB)	Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 4, out. - dez. 1964).

Com base nos quadros, chamo a atenção para o fato de que primeiro número de 1964 publicou uma matéria inicial sobre a morte de John Kennedy, ocorrida em novembro de 1963, quando era presidente dos Estados Unidos da América. O tributo a Kennedy se justifica porque este era uma figura importante para o movimento estadunidense em prol dos excepcionais e, por consequência, era tido como inspirador também para os apaeanos brasileiros, unidos pela mesma causa. Uma das irmãs do famoso presidente tinha deficiência intelectual, o que motivara a família Kennedy a criar uma fundação voltada à pesquisa científica sobre essa condição humana, além de a entidade repassar recursos para assistência aos denominados “retardados

mentais” (OS CROMOSSOMAS...1963; FUNDAÇÃO...1965). Por isso, era tão venerado pelos que militavam na área. Pode-se comprovar o exposto pelas palavras de Xavier (1964, p. 8), quem assim sintetizou o significado do ocorrido para as Apaes:

Para nós, das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, e entidades irmãs do mundo inteiro, a morte de John Kennedy deixa lacuna irreparável. Foi ele o primeiro homem público, no mundo, a ter dinâmica atuação em favor dos retardados mentais. Não fez apenas discursos, situando sua posição: convocou em 1962 uma vintena dos maiores especialistas e técnicos dos EE.UU. para o estudo das causas, a intensificação das pesquisas, o aprimoramento dos métodos de diagnóstico e de ensino especializado para os retardados, num esforço de que somente o futuro próximo poderá avaliar a extensão e os frutos. Ademais, através da Joseph P. Kennedy Jr Foundation, distribuiu prêmios a personalidades de todos os países, que houvessem contribuído de maneira notável no combate ao retardamento mental.

Na sequência dessa matéria, transcreveu-se uma conferência proferida por Stanislaw Krynski em 29 de novembro de 1963, por ocasião da instalação da Apae de Santos, sendo o primeiro texto da revista, desde seu surgimento, a ter referências bibliográficas, dispostas na forma de rodapé. E, ainda, manteve-se o recurso de reproduzir textos antes publicados em outros suportes ou contextos, como foi o caso do artigo do professor Carlos da Silva Lacaz, inicialmente veiculado na *Folha de São Paulo*, em data não informada. As traduções também não desapareceram, muito possivelmente, como visto, pela escassez de conteúdos nacionais, enviados pelas Apaes, conforme os editores desejavam, sendo disponibilizada a tradução de artigo publicado, em data não especificada, em uma revista do *Rotary Club* estadunidense, enviada, mais uma vez, pela Apae de Curitiba. Tais práticas se mantiveram no número 2 de 1964, em que apenas dois textos, fora o noticiário institucional, foram escritos especificamente para a revista, sem terem sido adaptados, reproduzidos ou traduzidos de outra publicação.

Os dois últimos números de 1964 apresentaram, dentre todos do período de 1964-1968, a menor quantidade de páginas, tendo publicado, respectivamente, apenas três e dois textos. Todos foram escritos por autores ligados aos apaeanos e/ou aos serviços especializados para pessoas com deficiência no Brasil, assumindo características de artigos científicos. Alguns destes chegaram a apresentar, em seu término, as habituais listas com a bibliografia citada ou consultada (VÉRAS, 1964; BENKI; O'DONNEL; SILVEIRA NETTO, 1964). Originalmente, tais artigos também não haviam sido escritos para compor os números de *Mensagem da Apae* e, sim, para serem apresentados no I Congresso Nacional das Apaes organizado pela Fenapaes, no ano anterior, em 1963, o que explica o formato acadêmico adotado. Essa informação foi anunciada nos editoriais dos números 3 e 4 de 1964, que tiveram exatamente a mesma redação, a saber:

O presente número contém trabalhos lidos no Iº. Congresso da Federação Nacional das APAEs, reunido no Rio de Janeiro de 11 a 13 de julho de 1963.

Na impossibilidade da publicação dos Anais do referido Congresso, 'Mensagem' apresentará, neste e nos próximos números, os trabalhos cujos originais foram enviados à Redação (MENSAGEM..., 1964c,d, p. 1).

Não obstante, em 1965, a ideia de publicar em *Mensagem da Apae* trabalhos apresentados naquele congresso não foi adiante, certamente porque os autores não remeteram os textos e, como vimos, houve uma “[...] série de dificuldades [...]” (SILVA, 1965, p. 3), a ponto de serem lançados os quatro números do ano em um único volume. Mais uma vez, a revista precisou, então, recorrer a outros expedientes, como publicar o discurso do Dr. Antônio Santos Clemente Filho ao transmitir a presidência da Fenapaes para Antônio Simão dos Santos Figueira (Cf. *Apêndice 2*), solenidade ocorrida no II Congresso da Fenapaes. E, basicamente, o restante da edição de 1965 foi preenchido com traduções, não mais enviadas pela Apae de Curitiba, mas realizadas por tradutoras designadas para tal fim, de acordo com o *Quadro 14*:

Quadro 14 - Traduções publicadas na edição única de 1965 (ns. de 1 a 4) de *Mensagem da Apae*

Título do texto traduzido e/ou adaptado	Autor e procedência institucional	Local e data de publicação/apresentação de versão original	Tradutor e procedência institucional
O papel da escola de Medicina na orientação da profissão médica quanto às necessidades dos retardados	Theodoro Kusshinick Assistant professor of Pediatrics Seton Hall College of Medicine and Dentistry	Apresentado durante o Jantar Anual da <i>New Jersey Association for Retarded Children</i> em 1960.	Renata Silveira Professora especializada da Sociedade Pestalozzi do Brasil e uma das sócio-fundadoras da Apae carioca.
O papel dos pais dentro da Associação pró crianças retardadas	Dra. Renée Portray, secretária geral da Associação Belga para de Auxílio à Criança Retardada e da Liga Internacional dos Retardados Mentais	<i>Revista Amentia</i> - setembro de 1964	Maria Amélia Vampré Xavier (Apae de São Paulo).
Nem todos são iguais	Gunnar Dybwad, Diretor Executivo da National Association for Retarded Children	<i>International of Religious Education</i> (Data não informada)	Maria Amélia Vampré Xavier (Apae de São Paulo).
Sugestões de uma mãe de uma criança retardada: algumas indicações para técnicos	Letha L. Patterson, Narc	<i>Children</i> , janeiro-fevereiro de 1956. Dept. Educação, U. S. Department of Health, Education and Welfare	Renata Silveira Professora especializada da Sociedade Pestalozzi do Brasil e uma das sócio-fundadoras da Apae carioca.

Técnicas em grupo no trabalho com os pais de crianças retardadas: visão genérica	Dr. Gunnar Dybwad	Trechos de palestra proferida na 56ª reunião anual da Associação Americana de Deficiência Mental, em 4 de maio de 1962.	Maria Amélia Vampré Xavier (Apae de São Paulo).
--	-------------------	---	---

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, jan. - dez. 1965).

Essas traduções, que vinham sendo publicadas nos números de *Mensagem da Apae* desde 1963, não só veiculavam novos e mais promissores modelos de atendimento especializado, reabilitação, assistência e educação aos excepcionais, avanços nas pesquisas científicas da área, condutas e formação ideais esperadas dos técnicos, orientação aos familiares e comunidade, no apoio a esses sujeitos, como, também, instituía uma rede de textos e de leituras autorizadas e legitimadas pelos agentes produtores do periódico. Sua escolha não era, portanto, de modo nenhum casual (Cf. CHARTIER, 1990). A presença de tantos textos traduzidos, retirados de seu suporte original, indicava a busca de respaldo e inspiração para os apaeanos nas práticas e concepções divulgadas nos EUA, onde associações similares às Apaes já estavam bem estruturadas e deveriam ser consideradas modelares pelos brasileiros.

O volume de 1966, que, igualmente, condensou os quatro números do ano, não precisou, todavia, recorrer às traduções, porquanto contou com a colaboração das Apaes de São José do Rio Preto - SP e de São Leopoldo - RGS¹¹³. Ambas as associações enviaram à Fenapaes material de suas atividades e projetos, sendo-lhes dedicada toda essa edição, conforme a estratégia editorial que se pretendia implantar e que, todavia, segundo já abordado, não prosperou. Outros textos, referentes ao excepcional, todos escritos por autores do Rio Grande do Sul, e, ainda, trabalhos apresentados no Encontro de Psicólogos, evento promovido pela Apae de São Paulo, no dia 22 de agosto de 1966, foram também publicados nessa edição, de acordo com o *Quadro 15*:

Quadro 15 - Conteúdo interno da edição de 1966 (n.s 1 a 4) da revista *Mensagem da Apae*

Títulos dos artigos/matérias	Autor	Função e/ou Procedência institucional do autor
Colaboração da Apae de São José do Rio Preto (SP)	Nelson de Carvalho Seixas, Apae de São	Médico. Presidente da Apae José do Rio Preto (SP)
Colaboração da Apae de São Leopoldo (RGS): Semana Nacional da Criança Excepcional em São Leopoldo (1966)	Não especificado	Não especificado

¹¹³ Sigla adotada, naquele momento, pela revista, para designar o estado de Rio Grande do Sul (RS).

Considerações sobre o Censo Escolar de 1964		Telmo I. Schilling	Presidente da Apae de São Leopoldo (RGS)
Aspectos da Assistência ao Excepcional em Santa Maria – R. S.		Haidé C. Lorzan	Presidente da Apae de Santa Maria (RGS)
		José Indio Severino Alves	Secretário da Apae de Santa Maria (RGS)
O excepcional e a estética		Maria Fernandes de Oliveira	Psicóloga – RGS (instituição não especificada)
Trabalhos apresentados no Encontro de Psicólogos	Retardados mentais, treináveis e dependentes	Aidyl M. de Queiroz Perez Ramos	Não especificado
	O valor do estudo Psicológico para determinação do retardo e a reabilitação do retardado	Bettina Katzenstein Schoenfeldt	“Dra.” Não especificado (instituição não especificada)
	Considerações Metodológicas no tratamento da deficiência mental	José Gomes Caetano	Professor (instituição não especificada)
Conceito de excepcional		Ruth Cabral	Psicóloga, Diretora da Divisão de Educação Especial (SEC) - Rio Grande do Sul
Os irmãos do excepcional		Lúcia Castilho	Assistente Social da Divisão de Educação Especial (SEC) - Rio Grande do Sul
A criança excepcional e suas possibilidades de educação		Giselda Guimarães Gomes	Orientadora Educacional da da Divisão de Educação Especial (SEC) - Rio Grande do Sul
Mensagem da escola especial municipal “Recanto do amor e compreensão”		Ula Bercht	Professora de educação especial e Diretora da escola especial municipal “Recanto do amor e compreensão” Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, jan. - dez. 1966).

Por fim, em 1968, os artigos com teor científico praticamente desapareceram, dando lugar a notas e informes breves, alguns destes na forma de tópicos, ou mesmo recorrendo-se a textos curtos, escritos à base de perguntas e respostas (CABRAL, 1968; FLORENZANO, 1968). Grande parte dos textos eram fracionados em vários subtítulos, enumerações ou outras subdivisões internas. Tais recursos e suas marcas gráficas introduziam outra estética e forma de leitura, mais veloz, fortuita e pragmática, capaz de comunicar e sintetizar, rapidamente, em pequenos trechos, as informações pretendidas ao leitor. Procedimento similar já fora analisado

por Chartier (1990, p. 175), no caso dos livros de cordel, cujos textos, também distribuídos e divididos em várias partes pelas páginas, provocavam “[...] uma leitura que não é de forma alguma virtuosa nem contínua, mas que pega no livro e o larga, que só decifra facilmente sequências breves e independentes, que exige identificações explícitas”. No que concerne à *Mensagem da Apae*, essa forma de organização textual pode ser exemplificada pelas *Figuras 59, 60, 61 e 62*:

Figura 59 - Aspecto interno de *Mensagem da Apae* em 1968

RECOMENDAÇÕES DA I REUNIÃO DAS APAEs INTEGRANTES
DA REGIÃO LESTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs
REALIZADA NO RIO DE JANEIRO, DIAS 17/18, MAIO, 1968

Reconhecendo que o retardo mental é um problema de interesse comum a todas as pessoas e serviços governamentais e considerando que as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais tem a sua base fundamental no apoio das comunidades resolveu:

1º) Recomendar a todas as APAEs da Região a realizarem, por todos os meios que lhes forem disponíveis, a maior divulgação do problema do excepcional e das possibilidades de sua recuperação desde que se lhes dispense cuidados e orientações especiais, a fim de que possam contar com o maior apoio à consecução de seus objetivos.

2º) Solicitar que a Federação Nacional das APAEs, órgão nacional que congrega todas as Associações da mesma filosofia, envie uma mensagem à Associação dos Educadores Católicos e à Conferência Nacional dos Bispos, encarecendo a maior participação da Igreja e do Clero na educação e recuperação dos excepcionais solicitando, outrossim, sejam feitas, pelos padres das paróquias pregações com o fim de obter maior apoio do povo à causa da sua reabilitação.

3º) Solicitar da Federação Nacional das APAEs mensagem idêntica aos chefes das outras religiões existentes no Brasil.

4º) Solicitar à Federação Nacional das APAEs entrar em contato com os chefes das principais religiões existentes no Brasil, no sentido de estudar a possibilidade da realização ainda este ano, antes mesmo do mês de outubro, de uma reunião de alto nível dos líderes religiosos para a discussão e aprovação de uma ação religiosa em favor dos excepcionais.

5º) Solicitar à Federação Nacional das APAEs a inclusão no temário do 4º Congresso Nacional das APAEs a ser realizado em 1969, em Brasília, a educação religiosa do excepcional.

6º) Solicitar à Federação Nacional das APAEs que entre em entendimento com os vários órgãos governamentais, como os Ministérios da Educação e Cultura, Saúde, Justiça e Trabalho no sentido de dar maior apoio financeiro ao excepcional.

7º) Solicitar à Federação um entrosamento com a Legião Brasileira de Assistência e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor no sentido de estender aos excepcionais toda assistência hoje prestada aos menores abandonados.

8º) Encaminhar à Federação Nacional das APAEs a análise dos seus estatutos solicitando, em consequência a designação de uma Comissão para reestudá-lo e atualizá-lo, a fim de que possa melhor atender aos anseios e objetivos das Associações filiadas.

9º) Aprovar, com uma salva de palmas um voto de louvor à ABDM e ao Dr. Stanislaw Krynski pela sua escolha para Presidente da Associação Internacional para o Estudo Científico da Deficiência Mental.

10º) Finalmente, aprovar a realização da Segunda Reunião das APAEs da Região Leste na cidade de Niterói, sob os auspícios da APAE do Estado do Rio logo após o Congresso Internacional de Jerusalém, no mês de outubro do corrente ano.

APAE DE BELÉM

III CONGRESSO NACIONAL DAS APAEs

Curitiba - Paraná - 4 a 9 de julho de 1967

ORGANIZAÇÃO DE FUNDOS E CAMPANHAS FINANCEIRAS

Relator Prof. HÉLIO ANTONIO MOKARZEL

1. — ANTECEDENTES

- 1.1. — O problema do excepcional em nosso país nos parece não vir sendo encarado com a seriedade que merece, haja visto o esforço isolado que se desenvolve apenas por aqueles que vivem o problema, por idealismo, ou por senti-lo em sua própria carne. Há portanto, necessidade de despertar a comunidade nacional para o problema.
- 1.2. — Área de 3% da população nos E.E.U.U. tem Q.I. abaixo de 70; desta forma, estima-se que 126.000 crianças nascidas cada ano são ou serão retardadas mentais; a menos que haja maiores avanços nos métodos preventivos, haveria mais 1.000.000 de retardados mentais em 1970 naquele país.
- 1.3. — Transporte-se o problema para regiões sub-desenvolvidas, onde bem mais precárias são as condições sanitárias do povo, e teremos, pelo menos, 5% da população brasileira classificada entre os excepcionais retardados, além dos outros tipos de excepcionais tecnicamente considerados.
- 1.4. — Para efeito de comparação com a estatística considerada no item 1.2., apesar da inflação quase nula naquela nação, o orçamento consigna para o programa do Departamento de Educação e Saúde, que lida com o excepcional retardado, um aumento substancial constante, de ano para ano; é de interesse mencionar que das 126.000 crianças consideradas, cerca de 80% constitui-se de retardados leves, que representam aquela faixa para a qual o treinamento e a assistência especial poderão representar a acentuada recuperação, e uma quase completa independência na comunidade em que vivem.
- 1.5. — Há necessidade de alertar-se a consciência de nosso povo, considerando fora o problema sentimental do excepcional, e analisando sobretudo a realidade nacional, onde é indiscutível a carência da mão de obra qualificada, o que constitui verdadeiro ponto de estrangulamento no desenvolvimento de um país. Verifique-se o que representam 5% da população brasileira, e ter-se-á uma idéia de quanta falta está fazendo nesta luta contra o subdesenvolvimento essa percentagem de excepcionais, que vem sendo marginalizada.
- 1.6. — Considere-se principalmente a composição populacional do país no que concerne ao processo produtivo, em que é pequeno o contingente da população economicamente ativa, e então maior ênfase será dada à falta dos excepcionais no mercado de trabalho.
- 1.7. — Necessário se torna fazer sentir à Nação o que pode produzir o excepcional trazendo sua contribuição à sociedade, à economia do país e a si mesmo, sentindo-se realizado e com possibilidades menos remotas de recuperação. Faça-se sentir o que pode produzir o excepcional, principalmente nas tarefas rotineiras que a outros indivíduos parecem irritadiças.

Figura 60 - Aspecto interno de *Mensagem da Apae* em 1968**2. — CAMPANHAS DE ESCLARECIMENTOS**

- 2.1. — É de primordial importância levar ao grande público, através de cartazes, de trabalhos publicados, de estatísticas e dos veículos de difusão, o que ficou evidenciado no item 1., e que é em grande parte desconhecido.
- 2.2. — Acreditamos que todos os veículos de divulgação dariam a sua parcela de colaboração, desde que mobilizados, em favor de campanha tão meritória, bastando para isto um esforço conjunto e devidamente programado, de âmbito nacional.
- 2.3. — Cremos ser de primordial importância a união de todos aqueles que lutam em favor do excepcional, sem conhecer fronteiras de posição social ou de Estado, a fim de que unidos muito mais possa ser conseguido.

3. — RECURSOS

- 3.1. — Os recursos de toda natureza devem ser reivindicados, não apenas os financeiros, mas também os equipamentos, ou de qualquer outro tipo.
- 3.2. — Imperiosa se torna a obtenção de recursos federais junto aos três Ministérios: Educação, Saúde e Justiça, a que estão ligados os programas de excepcionais.
- 3.3. — Ao Ministério da Educação teríamos a pleitear os recursos destinados à educação dos excepcionais, ao seu treinamento, ao seu preparo técnico para que fiquem capacitados como mão de obra qualificada e se possam tornar úteis ao processo econômico e social do país.
- 3.4. — Do Ministério da Saúde viriam os recursos destinados ao excepcional quanto ao aspecto de natureza física, encarado como o homem precisando de assistência para recuperação e manutenção de seu estado físico, a fim de melhor produzir. Em muitos casos, a recuperação do excepcional, desde que bem assistido, é absolutamente possível, quando não em sua plenitude, pelo menos com acentuada melhoria. Mesmo aquele que não seja possível essa recuperação, resta a manutenção no mesmo status para que também dê a sua parcela de produção.
- 3.5. — Ao Ministério da Justiça cabe uma parcela importante, pois a inopêrância na assistência ao excepcional ou ao desajustado social provocará o aparecimento de mais delinquentes na vida nacional. Dêste modo, bem mais interessante se torna a formação do caráter, dentro de características especiais, do que ter de manter Colônias Correcionais, e mesmo que se atinja êsse ponto, se procure então recuperar, dentro de moldes técnicos, o desajustado a fim de que tenha condições de vir a ser útil à comunidade.

4. — RECURSOS FEDERAIS

- 4.1. — Gestões devem ser mantidas junto aos parlamentares federais de cada Estado, sem especificação de côr política a fim de serem incluídas verbas específicas no orçamento da União, para as associações de assistência ao excepcional, em anexos que permitam uma liberação mais fácil.
- 4.2. — Luta nacional das APAEs junto aos poderes da República para liberação dos recursos destinados à assistência de excepcionais utilizando sempre que possível toda a força política necessária e com possibilidade de ser arregimentada.
- 4.3. — Pleitear junto ao Governo Federal que destine 5% de todas as verbas consignadas em favor de assistência a menores, em benefício dos excepcionais.
- 4.4. — Reivindicar junto ao MEC, a construção de escolas, fornecimento de equipamentos e preparo de pessoal técnico.
- 4.5. — Pleitear, junto ao Ministério da Saúde, além dos recursos que possam ser consignados à assistência médica e sanitária aos excepcionais, a construção de hospitais, para atendimento dos mesmos.

5. — RECURSOS ESTADUAIS

5.1. — Fazer pleitos junto aos Governos estaduais no sentido de proporcionar às entidades de assistência a excepcionais:

- a) fornecimento de pessoal técnico especializado;
- b) preparação do pessoal técnico, fornecendo inclusive bolsas de estudos para preparação em outros centros;
- c) fornecimento de material didático (inclusive permanente) especializado;
- d) inclusão nos planos estaduais de educação, de capítulos que tratem especificamente do excepcional;
- e) inclusão nos planos de aplicação de recursos federais, de dotações destinadas a assistência de excepcionais;
- f) inclusão no orçamento estadual, em Subvenções Sociais, de verbas destinadas a associações de assistência a excepcionais;
- g) solicitar o destaque de pelo menos, 0,5% da Receita Tributária do Estado em favor do programa de assistência a excepcionais.

6. — RECURSOS MUNICIPAIS

6.1. — Pleitear junto aos Municípios inclusão no orçamento de verbas destinadas a associações de educação de excepcionais.

6.2. — Pleitear junto à Prefeitura Municipal o destaque de, pelo menos, 30% da arrecadação da taxa de diversões públicas para assistência ao excepcional.

7. — OUTROS RECURSOS

7.1. — Promoção, durante a Semana do Excepcional, de demarches junto aos clubes de serviço como Rotary, Lions, Câmara Júnior e outros, de campanhas a fim de angariar recursos para execução dos programas de assistência aos excepcionais.

7.2. — Promoções de avant-première em cinemas e teatros, espetáculos públicos, quermesses, rifas e etc., visando angariar fundos para a assistência de excepcionais devendo, tanto quanto possível, procurar obter o apoio dos clubes de serviço e entidades oficiais.

7.3. — Campanha, durante a Semana do Excepcional, para conseguir no seio da comunidade, o destaque de um dia do trabalho de cada membro, em favor da assistência aos excepcionais.

7.4. — Procurar conseguir junto a indústrias, organismos nacionais e internacionais, equipamento que possa ser útil ao excepcional no sentido de produção.

7.5. — Procurar dentro das escolas destinadas a excepcionais produzir dentro de suas habilidades, artigos e objetos que possam ser vendidos e até mesmo leiloados, visando angariar fundos para as entidades assistenciais.

★ ★ ★

Figura 61 - Aspecto interno de *Mensagem da Apae* em 1968

volvem, com larga sobra, à sociedade o que ela dispendeu com a educação dêles. Esta devolução se faz com o produto do trabalho para os quais êles conseguem habilitar-se; com o aumento do rendimento do trabalho de seus familiares, que terão no excepcional não mais pesado encargo e fruto de preocupações, mas membro integrado nas atividades da vida diária, o que representa também diminuição dos encargos das instituições de assistência social, que devem atender aos necessitados na falta de recursos dos familiares.

O legislador brasileiro felizmente não mais admite discussões sobre a conveniência ou oportunidade da educação especial. A Constituição Federal de 1946 declarava que «A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.» (art. 166). E esclarecia que «Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência encolar» (art. 172).

A Lei 4.024, de 20-12-1961, fixando as diretrizes e bases da educação, em cumprimento do art. 5º, XV, letra d, da mesma Constituição de 1946, referiu-se expressamente ao direito dos excepcionais à educação dedicando-lhes o Título X: «Art. 88 — A educação de excepcionais deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89 — Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa a educação de excepcionais receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções.»

A situação não mudou na Constituição Federal de 24-1-1967, que assim determina «A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana» (art. 168). Ora, só o ensino especial pode assegurar ao excepcional igualdade de oportunidade.

No Estado de São Paulo, o direito dos excepcionais à educação é garantido por disposição constitucional expressa. Com efeito, a Constituição Estadual de 13-5-1967, declarando no art. 124 que «A educação é direito de todos e dever do Estado e visará ao desenvolvimento integral da personalidade humana e à sua participação na obra do bem comum.», determina no art. 125 a elaboração do Plano Estadual de Educação, destinado a «garantir igualdade de oportunidades educacionais à população do Estado e a promover a expansão social, econômica e cultural em todo o seu território» e continua no § 2º — «O Plano Estadual de Educação incluirá a educação dos excepcionais do físico, dos sentidos e da inteligência.»

É verdade que a lei, mesmo a maior das leis que é a Constituição pouco significam se não forem observadas na prática e, para isso, necessário se torna sejam aceitas pela comunidade não como simples normas obrigatórias, mas como preceitos destinados a propiciar o verdadeiro desenvolvimento do país, o que significa, repetindo ainda uma vez palavras de PAULO VI. «a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas» (*Populorum Progressio*).

Compreende-se, pois, a grande importância da Semana Nacional da Criança Excepcional e de outras iniciativas semelhantes, cujo objetivo principal, sem desprezar os benefícios que proporcionam aos especialistas, deve ser o esclarecimento do grande público sobre os fundamentos e a necessidade da educação especial.

★ ★ ★

EDUCAÇÃO — PROFESSORES E ENSINO

Dr. John Eichorn, Coordinator Special
Education and Rehabilitation Boston
College.

PREPARAÇÃO DO PROFESSOR

...O curso para professores de retardados deve ser mais completo possível e deve permitir aos estudantes adquirir os seguintes conhecimentos e experiências:

1. Educação geral para ajudar os retardados a tornarem-se cidadãos bem ajustados.
2. Noções gerais dos objetivos da educação e compreensão das matérias adequadas às crianças retardadas.
3. Noções do desenvolvimento da criança — físico, emocional, social e intelectual.
4. Compreensão do retardamento mental, no que ele afeta o aprendizado e ajustamento, especialmente, em relação aos problemas emocionais, sociais, educacionais e vocacionais.
5. Noções de outras deficiências que possam associar-se ao problema de retardamento.
6. Compreensão do meio social das crianças, dedicando interesse especial para a privação cultural.
7. Noções de como determinar os objetivos educacionais para as crianças.
8. Noções sobre os métodos e materiais de ensino, com consideração especial àqueles mais adequados às crianças que são retardadas mentalmente.
9. Noções sobre as atividades de setores de associações que trabalham para as crianças e as relações do professor da classe especial com essas associações.
10. Noções dos métodos de avaliação — incluindo compreensão dos relatórios dirigidos às escolas e outras associações de assistência às crianças, além da compreensão de como usar e interpretar os resultados dos métodos estimativos empregados pelos educadores.
11. Experiência na observação e no trabalho com crianças retardadas e crianças normais em diversos ambientes.

★ ★ ★

DEPARTAMENTO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR

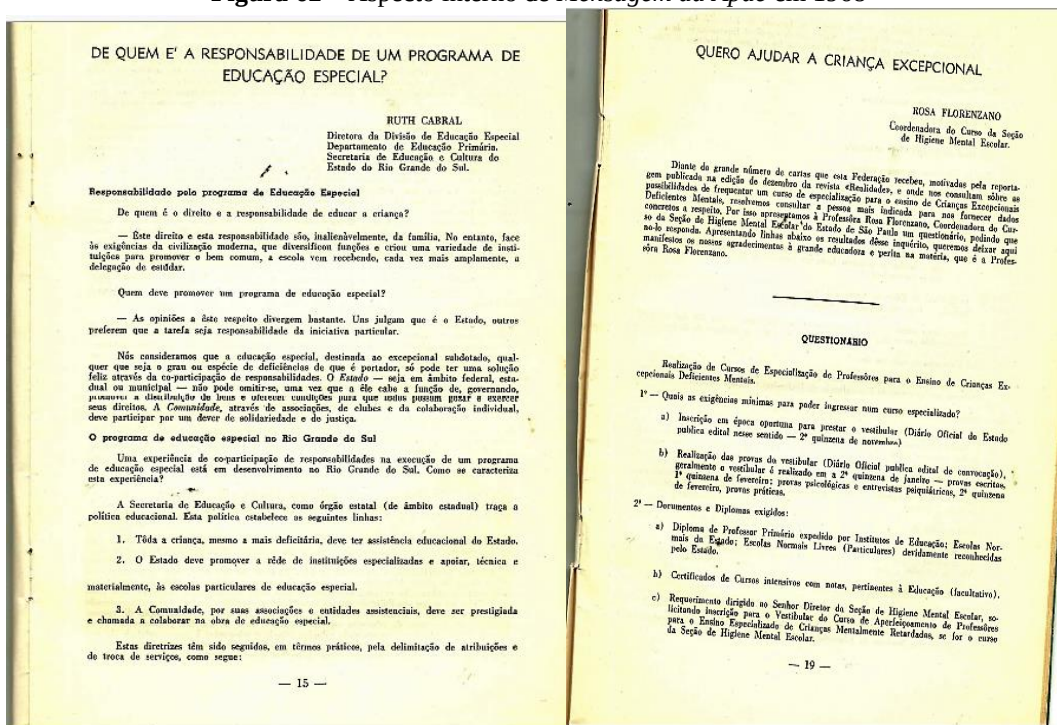
PROGRAMA PROPOSTO PARA DEFICIÊNCIA MENTAL

ANO FISCAL 1969

O programa para a Deficiência Mental proposto para o ano fiscal de 1969, pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar, totaliza cerca de USA\$521.594,00. Dêse total, USA\$269.324,00 serão destinados à assistência das atividades da Deficiência Mental, a qual cobre uma vasta extensão de setores: serviços de assistência direta, treinamento de pessoal, pesquisa e construções. Os gastos com ajuda de manutenção (seguro e previdência social) é calculado em USA\$252.270,00. O programa total solicitado para o ano fiscal de 1969, indica um aumento de USA\$ 90.127,00 sobre o total destinado ao corrente ano fiscal.

Os programas de Deficiência Mental administrados pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar são apresentados detalhadamente, na recente publicação do Secretário do Comitê de Deficiência Mental: «Atividades em Deficiência Mental, do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar, Janeiro de 1968.» (Que pode ser obtido do Superintendente de Documentos, Washington D.C.). Os fundos solicitados para o ano fiscal de 1969, permitirão a expansão e ampliação dos programas.

— 31 —

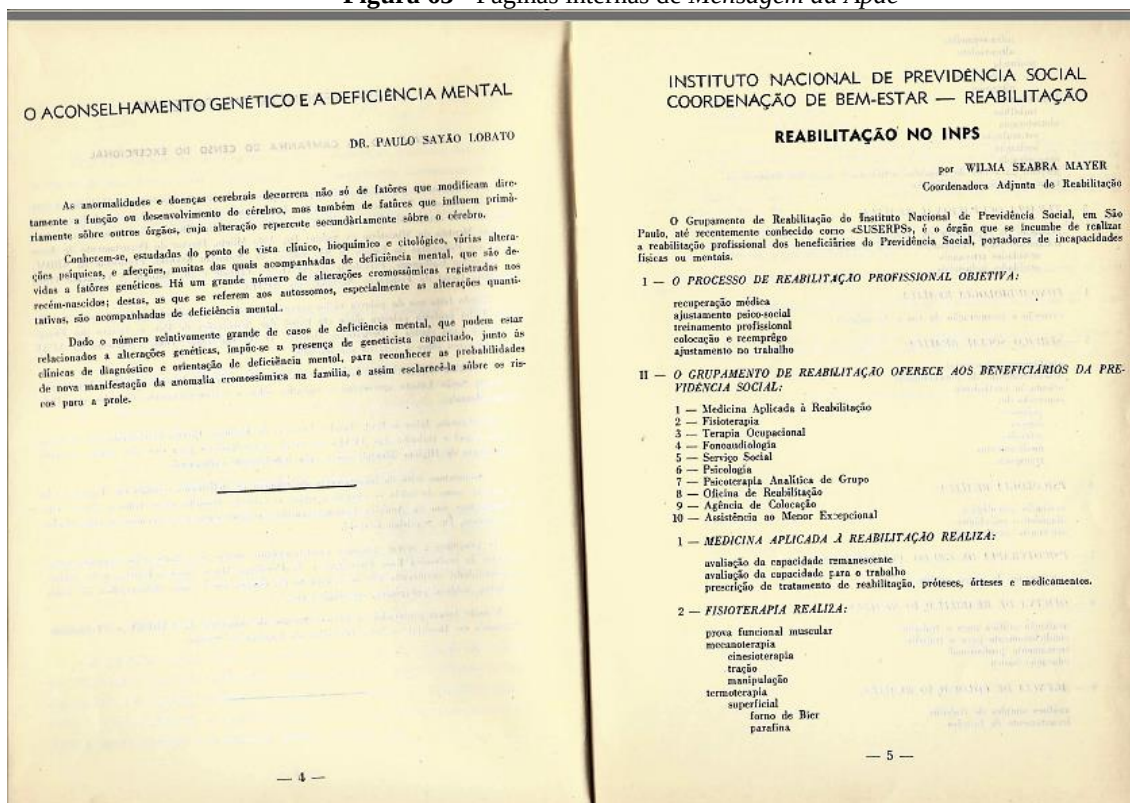
Figura 62 – Aspecto interno de *Mensagem da Apae* em 1968

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, p. 15 e 19, jan. - mar. 1968).

Nesse mesmo ano, vários espaços foram deixados em branco nas páginas, por não serem aproveitados, criando-se “vazios” que demarcavam o fim de um assunto ou matéria tratados na edição (Cf. Figuras 60, 61, 63 e 64), favorecendo ainda mais essa prática de leitura descontínua, ao acaso, fragmentada e com pausas maiores do leitor na passagem de um texto para outro, ao contrário das edições progressas, as quais favoreciam a leitura mais contínua, encadeada e em ritmo linear, com poucos fracionamentos. Em parte, tal fato é explicado pela ausência de publicidade nos números de 1968, já que esta contribuíra para a não ocorrência de espaços ociosos nos números antecedentes, tornando as áreas disponíveis para a impressão dos textos de *Mensagem da Apae* aproveitadas ao máximo.

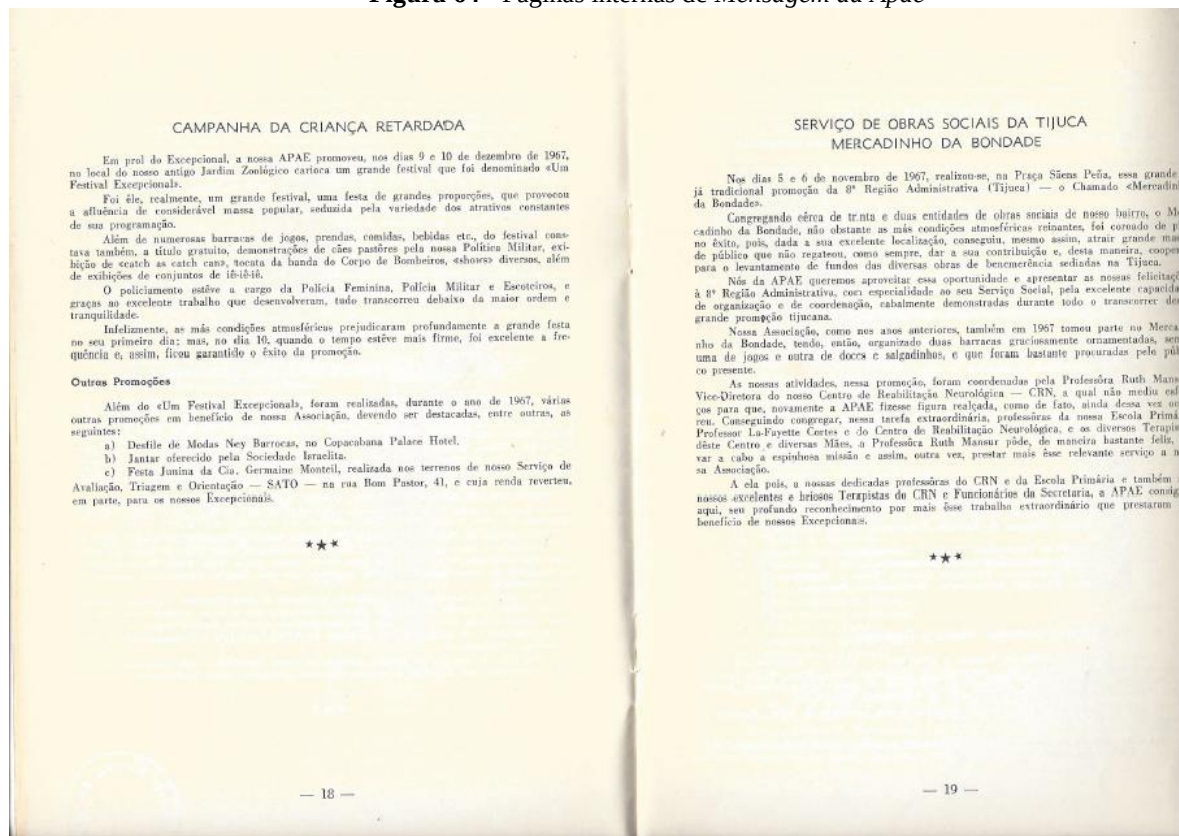
Por outro lado, na ausência dos anúncios publicitários, parece que os editores desejaram diagramar a revista forjando uma leitura mais leve e tópica, mantendo uma determinada quantidade média de páginas, entre 30 e 40, conforme o Quadro 9, de modo a deixar, propositalmente, esses espaços vazios para viabilizar semelhante cálculo. Ainda é preciso considerar a mudança de local de impressão, já relatada, no que tange aos números de 1968 em relação aos demais. Essas alterações, apesar de não terem sido drásticas, criaram, pois, outros modos potenciais de se de ler e manipular o periódico. As imagens seguintes dão mais uma ideia de como ficaram as páginas internas em 1968:

Figura 63 - Páginas internas de Mensagem da Apae

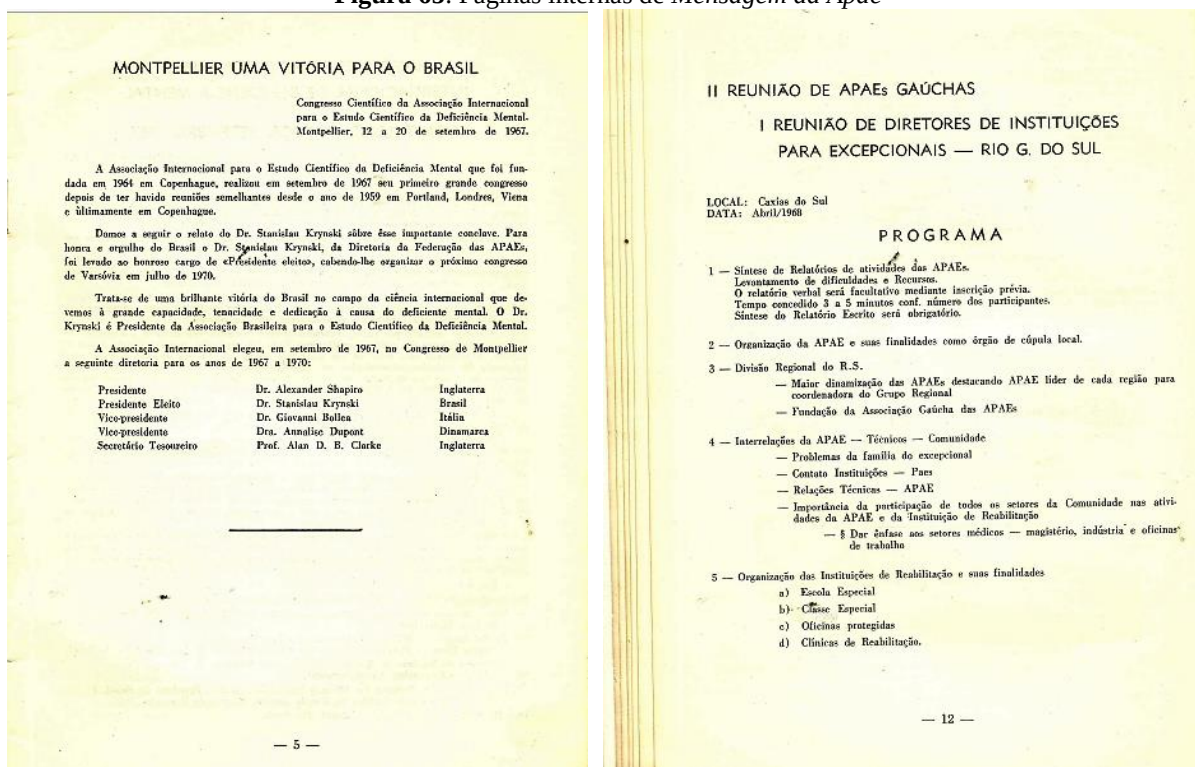


Fonte: Mensagem da Apae (ano V, n. 2, p. 4-5, abr. - jun. 1968).

Figura 64 - Páginas internas de Mensagem da Apae



Fonte: Mensagem da Apae (ano V, n. 3, p. 18-19, jul. - set. 1968).

Figura 65: Páginas internas de *Mensagem da Apae*

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, p. 5 e 12, jan. - mar. de 1968).

Do ponto de vista temático, houve, nas edições de 1968, a publicação de matérias sobre a vida institucional e burocrática das Apaes, como as reuniões regionais e estaduais realizadas, as atividades desenvolvidas e atendimentos ofertados, conforme bem ilustra, nesse caso, a matéria excepcionalmente extensa que abria o número 3 de 1968, referente aos treze anos de atuação da Apae carioca, além de se divulgar os cursos, congressos e eventos promovidos pelas associações ou de seu interesse. As traduções, que até então socializavam conteúdo formativo, e não somente informativo, praticamente não apareceram mais, destacando-se um texto sobre um tipo de tratamento para crianças com distúrbios neurológicos. Todavia, essa tradução não fora realizada pelos apaeanos, mas reproduzida de outro periódico, “[...] para a orientação dos nossos leitores” (O TRATAMENTO..., 1968, p. 27).

Até houve alguns artigos mais extensos que discutiram os direitos do excepcional e outras prerrogativas legais (MONTEIRO, 1968; GONÇALVES, 1968a; CARDOSO, 1968), mas todos sem aprofundamento teórico-metodológico, com ênfase mais no aspecto jurídico-normativo, explicando e divulgando esses direitos e as responsabilidades por sua efetivação, com base em leis nacionais e/ou estaduais do que problematizando cientificamente a questão (CABRAL, 1968; ISNARD, 1968; GONÇALVES, 1968b). Alguns títulos que, ao serem lidos pelo sumário, poderiam suscitar a expectativa de explanação mais densa revelavam-se, no

interior do periódico, bastante lacônicos e meramente indicativos, como foi o caso de *O aconselhamento Genético e a deficiência mental* (LOBATO, 1968), publicado no número dois de 1968. Quando consultado, percebia-se que esse texto tinha menos de meia página, não desenvolvendo o assunto como esperado.

Situação similar também se verificou com o título *Educação – professores e ensino*, disposto no sumário do número 3 desse ano, o qual, internamente, seguido de outro título sugestivo, *Preparação do professor*, ocupava cerca de meia página, onde apenas se listavam 11 tópicos com extensão de uma a três linhas cada. Tais tópicos, cuja autoria foi atribuída ao Dr. John Eichorn, do *Boston College*, sem, contudo, se ter explicitado a fonte original de publicação e o tradutor, no Brasil, indicavam as experiências e conhecimentos que deveriam ser adquiridos pelos estudantes no “[...] curso para professores de retardados [...]” (EICHORN, 1968, p. 31). No *Quadro 16*, pode-se conferir melhor o teor dos textos publicados nos últimos números dessa segunda etapa do periódico, de acordo com os títulos arrolados nos sumários e/ou nas páginas internas:

Quadro 16 - Conteúdo de *Mensagem da APAE* - n. 1 de 1968

Títulos dos artigos/matérias	Autor	Função e/ou Procedência institucional do autor	Outro local de apresentação/publicação, quando transcrito em <i>Mensagem da Apae</i>
O congresso de Curitiba	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
O congresso de Montpellier	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Impressões sobre o Congresso Internacional de Deficiência Mental: Montpellier, França, setembro de 1967	Stanislaw Krynski	Médico Psiquiatra, Membro da Diretoria da Fenapaes, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental (ABDM)	Não se aplica
A Reunião das Apaes Paulistas	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
II Reunião das Apaes Gaúchas	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Semana da Criança Excepcional	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
De quem é a responsabilidade de um programa de Educação Especial?	Ruth Cabral	Diretora da Divisão de Educação Especial, Departamento de Educação Primária. Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.	Não se aplica
O Direito de Todas as Crianças	Luiza Banducci Isnard	Diretora do Serviço de Educação Especial	Palestra proferida durante o Encontro de APAEs do Estado de São Paulo, ocorrido nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1968.

Quero ajudar a criança excepcional		Rosa Florenzano (Resposta a questionário enviado pela revista)	Coordenadora do Curso da Seção de Higiene Mental Escolar do estado de São Paulo	Não se aplica
Convênio entre a Cademe e a Universidade Católica de São Paulo		Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Resoluções adotadas nas primeiras jornadas latino-americanas de associações de ajuda ao retardado mental		Colaboração da Apae de Curitiba para o III Congresso Nacional das Apaes	Não se aplica	Não se aplica
A feira da bondade		Jô Clemente	Apae de São Paulo	Não se aplica
O tratamento Doman-Delacato		Declaração do Executive Board (Conselho Executivo) da Academia Americana de Pediatria (AAP)	Academia Americana de Pediatria (AAP)	Artigo transcrito do <i>Boletim Científico do XI Distrito da Academia de Pediatria</i> , publicado no seu número 8, p. 60-61, “para orientação dos nossos leitores”. Traduzido pelo Dr. Alvaro Aguiar
O Decreto n. 48. 961 criando a Cademe		Ministério de Educação e Cultura	Ministério de Educação e Cultura	Publicado no Diário Oficial de 23 de setembro de 1960.
Noticiário	O quarto Congresso Internacional – Jerusalém 20 a 27 de outubro de 1968	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
	O IV Congresso da Federação Nacional das Apaes em Brasília	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
	Escola Especial para Educação de Excepcionais	Não especificado	Não especificado	Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, jan. - mar. 1968).

Quadro 17 - Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 2 de 1968

Títulos dos artigos/matérias		Autor	Função e/ou Procedência institucional do autor	Outro local de apresentação/publicação, quando transcrito em <i>Mensagem da Apae</i>
Mesa Redonda em Taubaté: lançamento da campanha do censo do excepcional		Não especificado	Não especificado	Não se aplica
O aconselhamento genético e a deficiência mental		Dr. Paulo Sayão Lobato	Não especificado	Não se aplica
Reabilitação no INPS		Wilma Seabra Mayer	Coordenadora adjunta de reabilitação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).	Não se aplica
Reunião regional das Apaes do Estado de São Paulo em Jaú		Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Reunião estadual das Apaes de S. Paulo		Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Noticiário	IV Reunião Estadual das Apaes de São Paulo	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
	Semana Nacional da Criança Excepcional	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
	Curso Brasília-Recife	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Ato Normativo n. 34 Normas para a assistência especializada aos menores excepcionais		Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional da Previdência Social	Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional da Previdência Social	Não citado
Resolução n. 886/64 Normas Gerais para a Prestação da Reabilitação Profissional		Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional da Previdência Social	Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional da Previdência Social	Não citado
Ato normativo n. 16 Dispõe sobre as normas gerais para a reabilitação profissional na previdência social		Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional da Previdência Social	Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento Nacional da Previdência Social	Não citado
Decreto 61.012, de 14 de julho de 1967		Presidência da República	Presidência da República	Não citado

Regulamenta a aplicação, pelo Ministério da Saúde, do Fundo Especial de Financiamento de Assistência Médica (FEFAM), criado pelo artigo 28, item I, do Decreto lei n. 204, de 27 de fevereiro de 1967			
			Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 2, abr. - jun. 1968).

Quadro 18 - Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 3 de 1968

Títulos dos artigos/matérias	Autor	Função e/ou Procedência institucional do autor	Outro local de apresentação/publicação, quando transcrito em <i>Mensagem da Apae</i>
A APAE em 13 anos de atividade	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Instalação de Gabinete Odontológico	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Reabilitação no INPS	Wilma Seabra Mayer	Coordenadora adjunta de reabilitação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).	Não se aplica
A Semana do Excepcional em Carangola	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Campanha da Criança Retardada	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Serviço de Obras Sociais da Tijuca: mercadinho da bondade	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Cursos realizados em 1967	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
I Reunião das Apaes da Região Leste	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
Recomendações da I Reunião das Apaes integrantes da Região Leste da Federação Nacional das Apaes realizada no Rio de Janeiro, dias 17-18 de maio de 1968	Não especificado	Não especificado	Não se aplica
APAE de Belém - III Congresso Nacional das Apaes: Organização de fundos e campanhas financeiras	Hélio Antonio Mokarzel (relator)	Professor, Apae de Belém	Não se aplica
III Semana da Criança Excepcional: A criança excepcional e o Direito à Educação	Nair Lemos Gonçalves	Professora Doutora, livre-docente na regência do Curso Diurno da Cadeira de Legislação Social, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	Trabalho apresentado na sessão solene de abertura da III Semana Nacional da Criança Excepcional, no dia 21 de agosto de 1967, no auditório de "A Gazeta".
Educação – professores e ensino	Dr. John Eichorn	Coordinator Special Education	Não citado

Preparação do professor	Tradutor não identificado	Rehabilitation Boston College.	
Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar: Programa proposto para deficiência mental - Ano fiscal 1969 (EUA)	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Assistência Especializada ao menor excepcional Orientação de serviço SBE 13.5.2, de 7 de agosto de 1967: baixa instruções para prestação de assistência ao menor excepcional	Brasil. Sistema de Bem-Estar Social (SBE)	Governo Federal	Não especificado

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 3, jul. - set. 1968).

Quadro 19 – Conteúdo de *Mensagem da Apae* - n. 4 de 1968

Títulos dos artigos/matérias	Autor	Função e/ou Procedência institucional do autor	Outro local de apresentação/publicação, quando transcrito em <i>Mensagem da Apae</i>
Capacidade civil e responsabilidade criminal do Deficiente Mental	Prof. Washington de Barros Monteiro	Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado e Prof. Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	Não informado
O excepcional e o trabalho	Profa. Nair Lemos Gonçalves	Livre Docente da Cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	Não informado
O excepcional e o serviço militar	General Cláudio de Assumpção Cardoso	Presidente do Círculo Militar de São Paulo	Palestra apresentada na sede da referida entidade, em 28 de agosto de 1968
O Retardo Mental e o Trabalho Registro de atuação: trabalhadores de restaurante, retardados e normais	Não informado	Não informado	Transcrito do PCMR Message, de maio de 1968, n. 12
Reunião estadual das Apaes de São Paulo	Fenapaes	Não se aplica	Não se aplica
Curso intensivo de atualização de conhecimentos sobre deficiência mental	Fenapaes	Não se aplica	Não se aplica
IV Congresso da Liga Internacional das Sociedades para Deficientes Mentais	Dr. Antônio Santos Clemente Filho	Secretário Geral da Fenapaes	Não se aplica
Eu sou a sra. Nam Hong Lee Choi, da Coréia	Nam Hong Lee Choi	Diretora-Executiva da Associação Coreana para Crianças Excepcionais	IV Congresso da Liga Internacional das Sociedades para os Retardados Mentais
Notícia sobre o Congresso de Brasília	Fenapaes	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 4, out. - dez. 1968).

Mediante o exposto, constata-se o significativo destaque dado por esses números à republicação de textos legais e normativos, importantes para a atuação das Apaes, em sua prática de defesa, assistência e orientação aos excepcionais e familiares. A circulação desses textos junto aos apaeanos tinha, ainda, o objetivo de orientar as filiadas da Fenapaes acerca das possibilidades de captação de recursos financeiros junto ao governo federal. Em outras palavras, foram, sobretudo, textos técnicos, pragmáticos, normativo-instrutivos e/ou voltados para o noticiário da vida cotidiana das associações, os quais são discutidos e utilizados como base das análises empreendidas ao longo deste texto, não cabendo, aqui, a apreciação particular de cada um deles.

Nesse ponto, importa perceber que, a despeito de *Mensagem da Apae* ser mantida como revista, por sua estrutura, no que tange ao conteúdo, muito voltou a lembrar as publicações de um boletim informativo, haja vista os obstáculos vividos pelo periódico para se efetivar como revista. Segundo discutido anteriormente, contribuições de maior vulto não eram encaminhadas, a contento, à equipe de redação, que, no entanto, precisava manter uma pauta regular. No entanto, ao analisar o conjunto dos textos publicados em 1968, é preciso igualmente considerar que estes foram não apenas reflexo das dificuldades com a produção e recebimento de matérias para a revista, mas também foram resultado de escolhas, estratégias e mediações editoriais.

Ampliar a divulgação do que era feito nas diversas Apaes, fornecendo uma espécie de crônica desses acontecimentos locais e regionais, juntamente com a legislação em curso e as recomendações provenientes de reuniões e congressos institucionais, cumpria o papel de incentivar maior entrosamento, capacidade de influência comunitária e unidade de ação entre as associações, que, a esse tempo, não estavam satisfatoriamente articuladas ou “entrosadas”, não obstante os esforços da Fenapaes em agregá-las. Por isso, em si mesma, a revista representava um dos principais vínculos da Fenapaes com suas filiadas, o qual poderia se enfraquecer, caso estas deixassem de reconhecer a Federação como sua legítima representante e articuladora. Destarte, naquela conjuntura, *Mensagem da Apae* assumia uma função imprescindível, qual seja, a de ser elemento, material e simbólico, de união e mútuo (re)conhecimento entre as associações, congregadas em torno de uma causa comum. Não por acaso, no editorial lançado no primeiro número do ano de 1968, afirmou-se que:

Nossas Associações na maioria vivem ao redor de círculos muito estreitos, não tendo conseguido motivar a comunidade, nem sequer um expressivo grupo de pais, e correm assim o risco de se enfraquecerem por falta de renovação das lideranças; a ação da Federação não tem feito sentir na medida necessária, seja por dificuldades próprias, seja por falta de entrosamento [sic] com as filiadas. É preciso que reconheçamos esta situação, a

responsabilidade que cabe a cada um de nós, e aceitamos o desafio que representam todas essas dificuldades, dispostos a lutar contra elas.

A 'Mensagem' representa um elemento de valor inestimável na luta contra esses fatores negativos; representa o veículo de solidariedade, de união dos esforços em prol do deficiente mental; vive das notícias que recebe e que pode transmitir a todos. Pode ser pujante e viva na medida em que receber e transmitir a vida das APAEs (EDITORIAL, 1968a, p. 2, grifos meus).

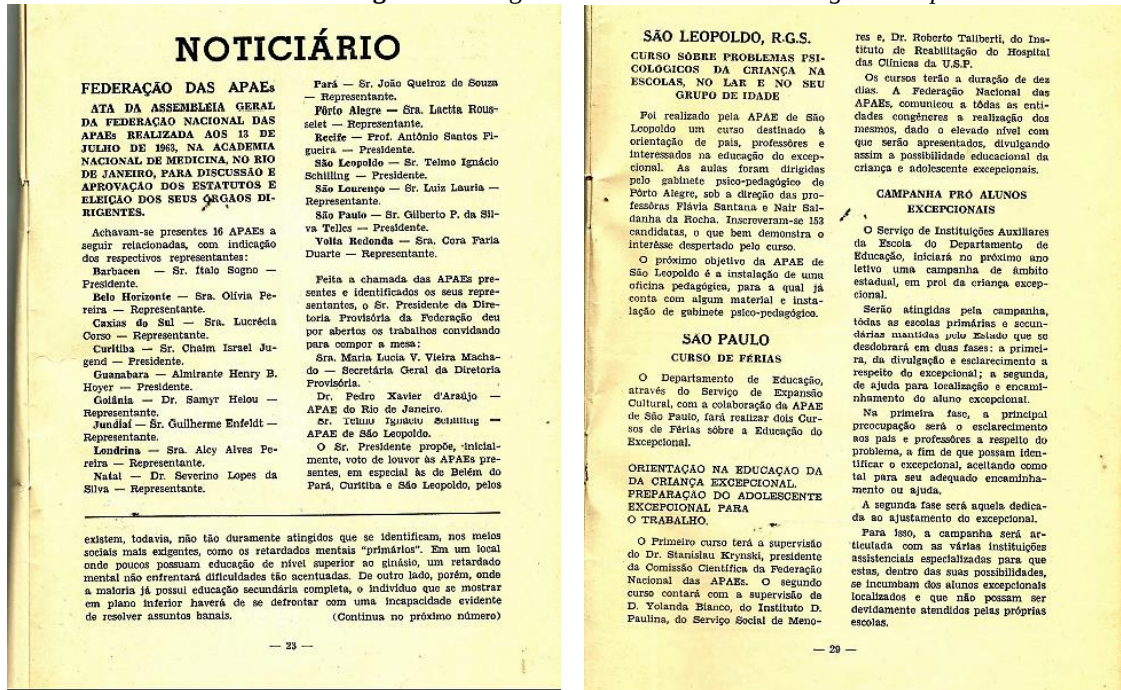
Tendo por base os quadros anteriores, percebe-se a existência de uma seção específica, denominada de *Noticiário*. De fato, essa seção foi uma das características marcantes desse segundo momento da revista, pois esteve presente em quase todas as edições, excetuando-se os números 3 e 4 de 1964 e o 3 de 1968. Tal seção era disposta com seu título destacado pelo recurso de caixa alta e fonte maior, podendo ou não estar em negrito, o que a deixava razoavelmente demarcada no periódico, além de aparecer listada desde o sumário. Na verdade, afora o editorial, foi a única seção com alguma constância, pois os outros textos e matérias não se agrupavam em torno de nenhuma seção em particular. Tanto que havia, ainda, certa regularidade em sua localização, como é habitual nas seções de revistas, porquanto o *Noticiário* era, geralmente, disposto nas últimas páginas, encerrando o conteúdo da edição (*Figuras 66, 67 e 68*).

Isso não ocorreu no número dois de 1968, em que as notícias vieram sim, mas em uma página mais ou menos no meio da revista (*Figura 69*), antecedendo os textos legais disponibilizados, em quantidade significativa de páginas, nessa edição. Além disso, no número 2 de 1964, o noticiário também ocupou as páginas finais, porém, após os informes, em apenas uma página, apareceu, em letras garrafais, negritadas, o título “Pergunte o que quiser”, com uma questão referida como de número 1 e sua resposta. A princípio, por essa chamada, parece que os editores desejaram introduzir mais uma seção no periódico, que se destinaria a esclarecer dúvidas de leitores, a qual, entretanto, não teve continuidade, pois os números subsequentes de 1964, conforme já descrito, assumiram outras características e prioridades.

Nessa seção *Noticiário* eram publicados informes e breves notas sobre cursos, congressos, novas diretorias eleitas nas associações e na Federação, reuniões e eventos promovidos pelas Apaes, pela Fenapaes, instituições congêneres ou mesmo pelo poder público, o surgimento de novas Apaes, inaugurações de escolas especiais e outras informações diversas sobre essa entidade nacional, alguma de suas associações ou, ainda, recomendações sobre a educação dos excepcionais, provenientes desses eventos mencionados. Cabe citar, por sua relevância histórico-institucional, que, entre tais publicações, o número 1 de 1964 reproduziu a ata da assembleia geral da Fenapaes de 13 de julho de 1963, isto é, resgatou aquele documento/monumento histórico que tornou oficial a entidade (*Figura 66*). Nesse número e no subsequente, a palavra *Noticiário* recebeu, por sua vez, o maior destaque gráfico, pelo uso do

negrito e do maior tamanho de fonte, quando comparamos todas as demais ocorrências dessa seção em *Mensagem da Apae*. Tal comparação fica perceptível quando observadas as figuras seguintes:

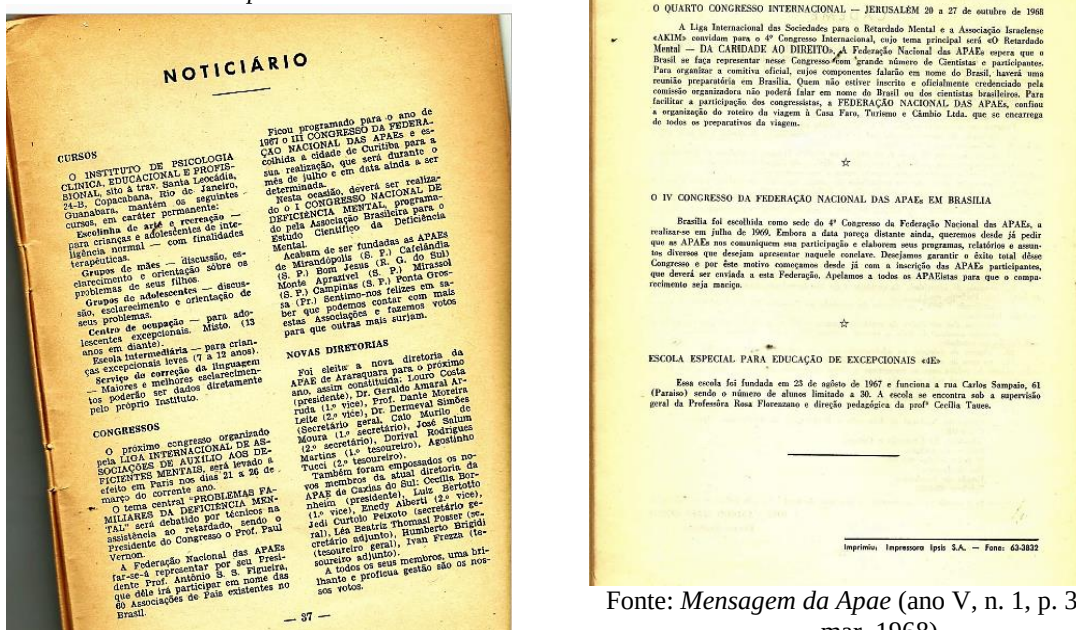
Figura 66 - Páginas de Noticiário em *Mensagem da Apae*



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 1, p. 23 e 29, jan. - mar. 1964).

Figura 68 - Página de Noticiário em *Mensagem da Apae*

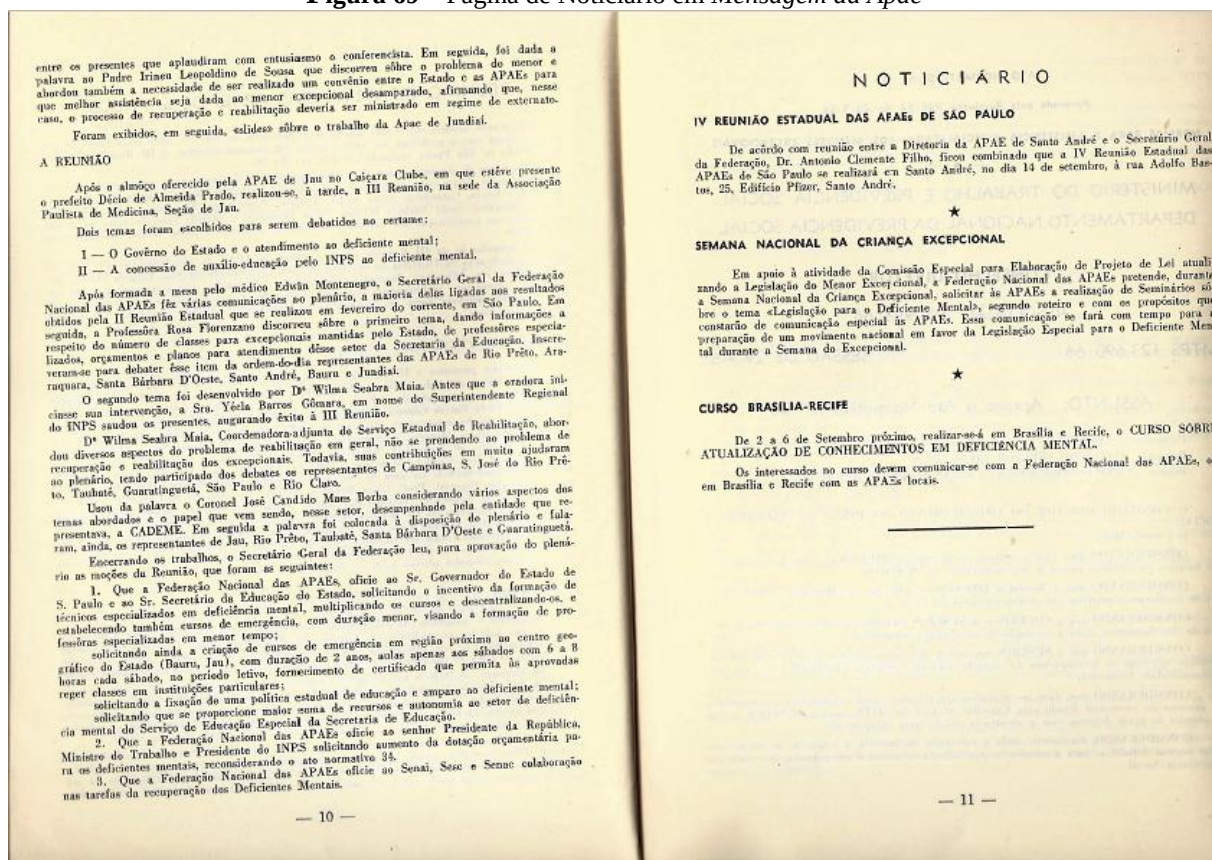
Figura 67 - Página de Noticiário em *Mensagem da Apae*



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 1, p. 32, jan. - mar. 1968).

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 37, jan. - dez. 1965).

Figura 69 – Página de Noticiário em *Mensagem da Apae*



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 2, p. 10-11, abr. - jun. 1968).

Ainda no que se relaciona às seções do periódico, é mister dizer que, no período em tela (1964-1968), também não se produziu uma seção de cartas dos leitores, que evidenciasse como a revista era recebida e apreciada por estes. Apenas se publicou uma carta dessas no número 3 de 1968, na qual um leitor, membro da Associação Jundiaense de Pais e Amigos dos Excepcionais (AJPAE), pedia a retificação de uma informação à revista, sinal de que era lida e conhecida entre as Apaes. Nessa direção, encontrei, ainda, passagens que evidenciavam o envio de correspondências por algumas associações para a Fenapaes, pelo menos em momentos especiais, como no caso das comemorações da Semana Nacional do Excepcional, porquanto um dos assuntos diversos publicado no noticiário de 1965 comunicava que:

A Semana nacional da Criança Excepcional foi comemorada conforme cartas recebidas pela secretaria geral, nas seguintes cidades: Aracaju, Bauru, Blumenau, Recife, Santa Cruz do Sul, Santo André, São José do Rio Preto, São Leopoldo e São Paulo (NOTICIÁRIO, 1965, p. 38, grifos meus).

Parece que a Federação, em suas pretensões de coordenar, uniformizar e acompanhar as filiadas, tinha o hábito de solicitar-lhes relatórios sobre essa comemoração, realizada nacionalmente, a qual servia, também, como um momento para projetar à sociedade a imagem

das Apaes como integrantes de uma entidade unida e coesa na defesa do excepcional, conquanto a solicitação nem sempre fosse atendida. Alguns desses relatórios e cartas, produzidos pelos sócios e leitores apaeanos, eram, então, aproveitados para compor a pauta de *Mensagem da Apae*, segundo o excerto acima e, também, como se pode ler nesta matéria, lançada no número 1 de 1968:

Visando o esclarecimento do público e a integração social da criança excepcional, as APAEs se uniram na comemoração da SEMANA DA CRIANÇA EXCEPCIONAL, de 22 a 28 de agosto de 1967.

Sabemos que essa campanha realizada em âmbito nacional alcançou plenamente os objetivos a que se propôs, alertando o público e tornando-o consciente desse grave problema.

Gostaríamos que todas as APAEs tivessem apresentado relatório sobre a Semana. Desta forma poderíamos avaliar melhor o resultado e ao mesmo tempo, conhecer as falhas e problemas locais, procurando uma solução para realizações semelhantes no futuro.

Entre as APAEs que nos remeteram seu relatório sobre atividades desempenhadas durante a SEMA DA CRIANÇA EXCEPCIONAL, citamos as seguintes:

BAURU [...]; SANTA CRUZ DO SUL (RS) [...]; SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) [...]; SANTA MARIA (RS) [...]; VACARIA (RS). (SEMANA..., 1968, p. 13, grifos meus).

Por fim, tendo já esquadrinhado *Mensagem da Apae* ao longo de toda a primeira fase, na perspectiva de uma arqueologia do impresso, passo a problematizar, no capítulo seguinte, como se configurou a questão do atendimento educacional destinado aos excepcionais nesse período, na acepção dos apaeanos e de sua Federação, recorrendo ao periódico como fonte e objeto. Afinal, o impresso, à época um dos mais importantes canais de comunicação oficial da entidade com suas filiadas e associados, prescreveu e divulgou um determinado programa educativo, cuja realização a Fenapaes tomava como parte de sua missão no campo da excepcionalidade.

4 A EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS TEMATIZADA EM E POR MEIO DE MENSAGEM DA APAE: A CONFIGURAÇÃO ESTRATÉGICA DE UM PROGRAMA EDUCATIVO

Senhores, demo-nos as mãos, em busca da recuperação dessas crianças perdidas no trigal da negligência ou de rejeição sociais, demos-lhes condições de aprendizado e logo condições de trabalho e adaptação social (CLEMENTE FILHO, 1964a, p. 59).

Neste capítulo, tenho como foco discutir representações e estratégias que possibilitaram às Apaes, sob a liderança da Fenapaes, tornarem-se, já no decênio de 1963 a 1973, uma das grandes propulsoras do que, aos poucos, foi se configurando, no Brasil, como uma proposta *paraoficial* de educação dos excepcionais deficientes mentais. Essa proposta educacional surgiu intimamente associada à perspectiva da assistência social, da filantropia e da intervenção terapêutica voltada ao ajustamento desses sujeitos, impulsionada pela própria organização da Fenapaes, no final de 1962. Emprego, aqui, o termo *paraoficial* sem qualquer conotação depreciativa.

Utilizo-o apenas para expressar que as ações educacionais promovidas pelas Apaes não necessariamente tinham um caráter oficial, “escolarizado” ou formal¹¹⁴, posto que emanavam da iniciativa privada dessas associações, em um contexto no qual sequer a Educação Especial, dita Educação de Excepcionais, estava ainda regulamentada como modalidade de ensino. Ademais, os apaeanos, embora partissem de formulações e diretrizes próprias, explicitavam pretensões de agir como instância *oficializada* e de abrangência nacional, como sugerem a criação da Fenapaes, as diversas estratégias acionadas pela entidade - especialmente demarcadas no primeiro capítulo -, ainda que nem todas tenham sido exitosas, e a constante busca pelo reconhecimento das Apaes como organizações de utilidade pública.

O trabalho de organizações *paragovernamentais* agindo para mitigar o problema do excepcional era não só uma defesa dos apaeanos para promover sua causa, mas também uma necessidade conjuntural dos anos de 1960. De certo modo, isso era endossado pelo próprio poder público, ao outorgar verbas às Apaes e permitir que estas, na ausência de uma política governamental e de um sistema público de ensino que pudesse atender, de forma abrangente, aos excepcionais, atuassem, por assim dizer, em nome do Estado brasileiro, *representando* seu papel. Esse posicionamento transpareceu, por exemplo, em discurso de Krynski, proferido em

¹¹⁴ O movimento apaeano buscou formalizar sua proposta educacional, em âmbito nacional, apenas no começo dos anos 2000, por meio do documento *Apae Educadora: a escola que buscamos* (FEDERAÇÃO..., 2001). Esse documento foi uma resposta estratégica da Fenapaes às mudanças que se processavam no país, perante o reconhecimento da Educação Especial como modalidade de ensino, em caráter transversal e não substitutivo à escolarização comum, e o avanço da perspectiva de educação escolar inclusiva.

1963, quando se instalava a Apae de Santos - SP, publicado, depois, em *Mensagem da Apae*, do qual destaco este trecho:

Lentamente, o Brasil se aparelha para enfrentar o problema [do excepcional]. A partir do exemplo Norte- Americano [sic] [...] nossas autoridades e nossa população vêm se alertando para enfrentá-lo. É a melhoria das condições assistenciais — ainda tão precárias entre nós; é a tentativa de seleção e preparação dos técnicos necessários, através de organismos governamentais e para-governamentais; é a corajosa luta para alçar o problema da deficiência mental às suas reais proporções e enfrentá-lo sem temor e sem falsos pudores (KRYNSKI, 1964, p. 17, grifos meus).

Para entender como a proposta educacional *paraoficial* das Apaes federadas pôde tornar-se operante e tão difundida no cenário brasileiro, bem como investigar suas características, traduzidas em práticas e representações que ainda hoje (con)formam, de certo modo, o campo da Educação Especial, encontrei nas páginas de *Mensagem da Apae* (1963-1973) uma fonte profícua. Fonte essa a partir da qual, no tocante à escrita de uma História da Educação dos Excepcionais brasileiros, pode-se produzir reflexões inéditas nesse campo, afinal, segundo Rafante (2011, p. 13, grifos meus), “Localizamos *trabalhos sobre as atividades da APAE*, mas *nenhum que faça a relação dessa atuação com a propulsão da Educação Especial no Brasil*”.

Por isso, ao finalizar o desenvolvimento desta tese, sem perder de vista que tomo *Mensagem da Apae* como fonte e objeto de estudo, alinhavo discussões já tangenciadas sobre a educação especializada dos excepcionais, na perspectiva dos apaeanos, bem como introduzo análises específicas sobre a temática, a partir do periódico, de seus dispositivos materiais e de alguns *vestígios* dos protocolos de leitura nele inscritos. Há, assim, a possibilidade, *no e por meio do* referido impresso, de se captar como foi articulada, em suas bases, parte significativa do patrimônio educativo e cultural do que hoje denominados, de forma autônoma em relação a outras áreas, como Educação Especial, particularmente do sujeito com deficiência intelectual.

4.1 Educação do excepcional: um projeto para o engrandecimento do Brasil

Já evidenciei, anteriormente, que as Apaes, tiveram sua origem em meados da década de 1950, a partir de referências estadunidenses e da própria iniciativa de pais de excepcionais que desejavam encontrar, organizar, divulgar e mesmo reivindicar dos governos serviços especializados para seus filhos. Destarte, foi criando-se uma rede de proteção, apoio e assistência a esses indivíduos, até então negligenciados pelas esferas do poder público e, não raramente, ocultados em instituições asilares, em casa por seus familiares ou preteridos até mesmo pelas poucas classes especiais já existentes nas escolas comuns, como era, sobretudo, o caso dos deficientes considerados mais “comprometidos”. Diante dessas demandas,

organizaram-se, então, tais associações pelo Brasil. Segundo Lacaz (1964, p. 19-20, grifos meus), em texto originalmete publicado no jornal *Folha de São Paulo* e, depois, republicado por *Mensagem da Apae*,

O programa de trabalho da APAE e suas congêneres no país é o mesmo seguido pela Associação Nacional da Criança Retardada [isto é, a NARC] dos Estados Unidos, propondo-se, entre outras coisas, a uma esfera de colaboração entre entidades públicas e particulares, na defesa do indivíduo retardado, orientação aos pais, programa de visitas domiciliares, ensino e treino especializado adaptado ao grau de retardamento de cada criança, proteção do retardado e tutela, quando requeridas, estabelecimento de centros de recreação, obtenção de empregos para adultos que possam trabalhar e inclusive, fomento por todos os meios das pesquisas sobre as causas do retardamento, entre as quais se incluem, também, falta de instrução adequada e fatores de ordem cultural e familiar.

Em decorrência desse programa de trabalho, os apaeanos delinearam uma *proposta-ção* educacional no campo da excepcionalidade, a partir da ênfase que deram ao então chamado problema do excepcional, tornando-o sua bandeira de luta. Com esse expediente, conseguiram projeção nacional e suas associações puderam se colocar como uma das principais agências encarregadas desse público, a ponto de serem consideradas “[...] a grande propulsora da educação especial, tentando abranger os diversos problemas da excepcionalidade, englobando as áreas de *saúde e educação*” (JANNUZZI, 2006, p. 87, grifos meus). Como era de esperar, tamanha ênfase na educação de excepcionais, sobretudo a partir dos anos de 1960 e 1970, foi acompanhada e impulsionada pelo aumento das Apaes no Brasil, ideologicamente alinhadas aos valores e princípios organizacionais de suas congêneres nos Estados Unidos. Sob a égide da Fenapaes, essas associações se fortaleceram institucionalmente e passaram a disputar, cada vez mais, a atenção das autoridades governamentais e da sociedade para seus propósitos, apresentados e materializados no impresso *Mensagem da Apae*.

Mediante o exposto, cabe, porém, o seguinte questionamento: o que teria propiciado a emergência desse apelo reiterado em torno da educação dos excepcionais naquela conjuntura, de maneira que os apaeanos pudessem encampar essa causa e dela tornarem-se propulsores, assumindo um lugar de destaque na condução do tema? Para responder a essa pergunta é preciso ponderar que, desde o final da década de 1950, o Brasil era cada vez mais *representado* e *imaginado* como uma nação predestinada a ser desenvolvida, a se transformar em uma liderança mundial. Ufanista, era o “[...] *gigante adormecido*, que finalmente despertava e buscava o lugar que merecia no concerto das nações” (PALACIOS, 2008, p. 351, grifos do autor); era o país do futuro, futuro esse que “[...] faria do Brasil a locomotiva do mundo” (SILVA, 1996, p. 14).

Os nacional-desenvolvimentistas (1946-1964) haviam incentivado essa utopia quanto ao desenvolvimento econômico brasileiro, corroborada, em seguida, pela ditadura civil-militar,

com o discurso de *nação-potência*, em que pesem as diferenças políticas, econômicas e ideológicas do modelo desenvolvimentista adotado por um e outro governos (Cf. CONTADOR, 2007; FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008; SILVA, 2013). Para colocar o país nos trilhos do progresso e fazer funcionar essa locomotiva, um ingrediente era visto como fundamental: a educação, tornando o povo apto a ingressar nos novos hábitos de consumo e trabalho, em uma sociedade que se industrializava e urbanizava em ritmo acelerado. Panaceia de todos os males sociais, com o advento dos governos civil-militares, a partir de 1964, essa educação assumiu características tecnicistas e despolitizadas, mas, ainda assim, não deixou de ser o grande triunfo para o rápido crescimento econômico do país, na concepção da época (Cf. FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008; GATTI JÚNIOR, 2010).

Promover a educação - aqui concebida não apenas em seu formato escolar, mas também como *projeto social* - era entendido como o caminho para a saída do subdesenvolvimento a que o Brasil estivera relegado, de modo que todos os brasileiros precisavam dela para tomar parte na grande tarefa de (re)construção nacional, rumo ao *status* de país de Primeiro Mundo. Por isso mesmo, a educação pensada não era para ruptura da ordem estabelecida, mas deveria ajustar os indivíduos ao modelo desenvolvimentista adotado, assegurando que, mesmo na sociedade em constante transformação, estes pudessem continuar disciplinados, eficientes e ordeiros, capazes de agir racional, técnica e pragmaticamente para o bem de seu país. O lema do momento era “Amoldar-se, ajustar-se ou perecer — eis o problema” (KRYNSKI, 1964, p. 12). Adaptação, sem revolta ou desequilíbrio, às condições de vida tão incertas, aceleradas e mutáveis era a palavra-chave.

Naquelas circunstâncias, o inadaptado seria um estorvo que colocava em risco todo o bom funcionamento da engrenagem social e os propósitos encomiásticos de projeção nacional, demandando, portanto, *recuperação e ajuste de sua conduta por meios técnicos e morais*. Ora, adaptação e ajustamento eram ainda mais problemáticos no caso dos excepcionais retardados, que, sendo numericamente expressivos, precisavam, também, “[...] voltar ao convívio social, como parcelas úteis ao engrandecimento do Brasil” (ROCHA LAGOA, 1973, p. 37), pois, do contrário, se tornariam uma ameaça à higidez social e aos planos de progresso da *nação-potência* que se queria fazer do país. Como se posicionaram os apaeanos no III Congresso Nacional das Apaes, em 1967,

[...] a *inoperância na assistência ao excepcional* ou ao desajustado social *provocará o aparecimento de mais delinquentes na vida nacional*. Deste modo, bem mais *interessante se torna a formação do caráter, dentro de características especiais*, do que ter de manter Colônias Correcionais, e mesmo que se atinja esse ponto, se procure então *recuperar, dentro dos moldes técnicos, o desajustado, a fim de que tenha condições de vir a ser útil à comunidade* (III CONGRESSO..., 1968b, p. 26, grifos meus).

Sem respaldo educativo, apregoava-se, então, que o excepcional seria um elemento de perturbação e de “retardo” do progresso nacional, uma verdadeira fonte de infecção ou calamidade social, visto que, nessas condições, “[...] a resultante é o homem desajustado, incapaz de se ajustar convenientemente à sociedade e conseqüentemente, incapaz de melhorar os padrões futuros desta sociedade” (KRYNSKI, 1964, p. 13). Esse homem retardado e desajustado seria, pois, a imagem a ser combatida, não só pelo sentido de benevolência cristã que despertava nos mais “abençoados”, como também pelos supostos benefícios econômicos - superestimados no “mundo das representações” apaeanas – advindos de semelhante combate. Assim, tornava-se um imperativo educar e assistir o mentalmente deficiente, pois isso representaria “[...] sábia medida de investimento, governamental e comunitário, que nos dará mais braços para o trabalho, aliviar a sobrecarga dos manicômios, dando cumprimento a sublime princípio cristão” (PEREIRA, 1973, p. 34).

Do ponto de vista das representações em voga, manter os excepcionais sem qualquer educação e apoio era, ainda, uma negligência aos preceitos religiosos, visto que “[...] fora da concepção cristã não haveria sentido, não haveria razão para a dedicação e o amor aos anormais, àqueles que não podem ter a sorte, a dita de realizar, na plenitude, aquilo que outros homens fazem” (BRITO VELHO, [1972?], p. 17). De outro ângulo, descurar desse público era, também, na perspectiva da Teoria do Capital Humano¹¹⁵, então em desenvolvimento e propagação mundial, que nos chegava pelas elaborações dos Estados Unidos (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008; MONTEIRO, 2016; VIANA; LIMA, 2010), logo incorporadas pelos apaeanos em seus discursos, marca de atraso social, econômico e científico para o país.

Para validar essa ideia, a estratégia empregada pelos apaeanos, defensores da causa em prol do excepcional, foi argumentar que, embora os custos educacionais fossem, nesse caso, elevados, a possibilidade de que os deficientes se beneficiassem da instrução para iniciar uma atividade laboral ao menos minimizaria, quando não sobrepujasse, o “prejuízo” do investimento em sua educação e tratamento, porquanto “[...] perde a economia nacional, com sua incapacidade de produzir”

¹¹⁵ Não tenho como escopo aprofundar a discussão sobre Teoria do Capital Humano. Para uma compreensão sintética de seu conceito, pode-se recorrer ao verbete correspondente no glossário elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). No tocante a essa teoria, segundo o glossário, “Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina **Economia da Educação**, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo ‘fator humano’ na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria ‘valorizando’ a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital” (TEORIA..., 2006, n. p., grifos no original).

(GODINHO, [1972?], p. 12). Esse argumento era complementado pela ideia de que, estando os excepcionais *ocupados*, o Brasil se beneficiaria com a “[...] libertação da mão de obra, muitas vezes de alta qualidade, dos responsáveis pelo deficiente, a qual permanecia inativa, pela necessidade de dispensar cuidados constantes ao excepcional” (GONÇALVES, 1968a, p. 12).

Logo, de “[...] apenas um gravame para os particulares ou para os cofres públicos [...]” (GODINHO, [1972?], p. 10), a educação dos excepcionais foi se convertendo, no plano do discurso, em investimento e negócio lucrativos à dinâmica social e produtiva. Certamente, tais formulações discursivas, exploradas pelas Apaes federadas em seu impresso e por seus agentes, tinham um potencial muito mais estratégico e simbólico, a fim de se justificar a educação dos excepcionais perante a opinião pública e de se forjar uma representação favorável em torno do tema, do que um resultado econômico significativo propriamente dito. Em outra oportunidade, Gonçalves (1968b), imbuída dos argumentos provenientes da Teoria do Capital Humano, já popularizada no Brasil, defendeu exatamente que:

A educação especial, como a reabilitação, constituem verdadeiro investimento, não diferindo, a não ser em grau, da educação em geral, já reconhecida hoje pelos bem informados como o melhor investimento das Nações. Isto quer dizer os excepcionais também devolvem, com larga sobra, à sociedade o que ela dispendeu com a educação deles. Esta devolução se faz com o produto do trabalho para os quais eles conseguem habilitar-se; com o aumento do rendimento de seus familiares, que terão no excepcional não mais pesado encargo e fruto de preocupações, mas membro integrado nas atividades de vida diária, o que representa também diminuição dos encargos das instituições de assistência social, que devem atender aos necessitados na falta de recursos dos familiares (GONÇALVES, 1968b, p. 29-30, grifos meus).

Ademais, um país que se industrializava e “progredia”, em um contexto de otimismo quanto aos poderes da educação, da técnica e da ciência como instrumentos de planificação e controle sócio-econômico, não combinava com índices cada vez mais elevados de deficiência mental, os quais “estrangulavam” a força de trabalho e maculavam o país. Como se alertou no III Congresso da Fenapaes, em nota divulgada, depois, no impresso da entidade, urgia

[...] alertar-se a consciência de nosso povo, considerando fora o problema sentimental do excepcional, e analisando sobretrudo a realidade nacional, onde é indiscutível a carência de mão de obra qualificada, o que constitui verdadeiro ponto de estrangulamento no desenvolvimento de um país. Verifique-se o que representam 5% da população brasileira, e ter-se-á uma ideia de quanta falta está fazendo nesta luta contra o subdesenvolvimento essa percentagem de excepcionais, que vem sendo marginalizada. Considere-se principalmente a composição populacional do país no que concerne ao processo produtivo, em que é pequeno o contingente da população economicamente ativa, e então maior ênfase será dada à falta dos excepcionais no mercado de trabalho (III CONGRESSO..., 1968b, p. 25, grifos meus).

À vista disso, os percentuais em relação à deficiência mental eram preocupação reiterada dos apaeanos, que se alarmavam com a situação brasileira, tomando como referência as estatísticas estadunidenses, ao mesmo tempo em que viam na profissionalização e instrução dos retardados a chave para a prosperidade nacional, em suas representações mais otimistas.

Segundo afirmavam, no Brasil não havia dados suficientes para quantificar o problema do retardo mental, mas estimavam que “Transporte-se o problema para regiões subdesenvolvidas, onde bem mais precárias são as condições sanitárias do povo, e teremos, pelo menos, 5% da população brasileira classificada entre os excepcionais retardados [...]” (ORGANIZAÇÃO..., 1968, p. 25). Por diversas vezes, *Mensagem da Apa* mencionou o fato de que, no mínimo, 3% da população brasileira apresentaria deficiência mental (GONÇALVES, 1964; KRYNSKI, 1963,1964; PERÉA, 1963; SUBSÍDIOS...,1973), número que era agravado quando se levava em conta que “[...] pelo menos 10% da população (somados apenas os parentes mais próximos do deficiente) sofrem, em virtude dessa deficiência” (KRYNSKI, 1963, p. 5). Por sua vez, como citou Pereira (1973, p. 33):

[...] o ex-presidente Johnson, dos Estados Unidos, em sua última mensagem anual ao Congresso Americano, alertava à nação sobre a existência de 3% de excepcionais [por deficiência intelectual] naquela grande república irmã; o que diremos da incidência no Brasil?!...5%?! Tomara que sejam só 5%, embora os trabalhos de várias fontes e de várias regiões como Pernambuco, S. Paulo, Rio Grande do Sul, nos alertam sobre índices alarmantes.

Ao se aplicar o percentual de 3 a 5 % da população brasileira, que, nesse período, somava cerca de 80 milhões de habitantes (BRASIL TEM..., 2013), a estimativa era, por conseguinte, de de 2 a 4 milhões pessoas com tal deficiência no país. Em termos absolutos, a quantidade poderia parecer pequena e possível de se chegar a uma solução para tal problemática, mas eram mobilizadas representações em torno dessa cifra, tornando-a, simbolicamente, alarmante, em um contexto no qual se queria inventar um Brasil potência e ofuscar a face truculenta da ditadura civil-militar. Assim, endossar a tese de que a deficiência mental era o grande problema nacional daquele período era vantajoso aos governos militares e aos seus apoiadores “filantropos”, que podiam, então, mobilizar o discurso do patriotismo, do moralismo cristão e do apoio às famílias e aos desamparados brasileiros. E isso dava um verniz de afabilidade ao regime que se instaurava de modo cada vez mais repressivo.

Nesse mesmo período, as nações consideradas desenvolvidas - como Inglaterra, Holanda, Suécia e, principalmente, Estados Unidos (BOGGS, 1964; PEREIRA, 1964; RELATÓRIO..., 1963; SUBSÍDIOS..., 1973) -, tomadas como modelares para o Brasil, estavam incorporando os deficientes ao processo produtivo e lhes direcionavam atendimentos especializados, “[...] mediante o estabelecimento de serviços médicos, psicológicos e pedagógicos. Em alguns países se cogita, inclusive, de medidas legislativas sobre a educação e o trabalho do deficiente” (KRYNSKI, 1964, p. 15). Segundo Borraiz (1964, p. 44, grifos meus), “Em todos os países, *evoluídos*, novos interesses e novas esperanças estão sendo trazida [sic] para alguns dos milhões de deficientes”. Logo, em terras brasileiras, o estabelecimento de serviços para esse público foi interpretado como um signo de superação do subdesenvolvimento e de ápice do processo civilizador, porquanto, “à medida que saem do

subdesenvolvimento, que a civilização industrial permite melhores condições aquisitivas e compreensivas, vastos planos de assistência ao deficiente mental vêm sendo postos em prática” (KRYNSKI, 1964, p. 15).

Para se equiparar às nações “desenvolvidas”, o Brasil precisava o quanto antes definir “[...] uma linha de combate à deficiência mental [...]” (SUBSÍDIOS..., 1973), essa “[...] moléstia que invalida[va] 3% da população desde a mais tenra infância [...]” (KRYNSKI, 1963, p. 4), de forma a higienizar intelectualmente a população brasileira, afastá-la das limitações cognitivas e recuperá-la, quando ainda fosse possível, sob “[...] as normas de cultura dos países civilizados e desenvolvidos” (KRYNSKI, 1964, p. 16). Como o governo – em suas instâncias federal, estadual e municipal - alegava não poder educar satisfatoriamente os retardados, pois sequer conseguira expandir a educação elementar para todos os brasileiros, com o agravante de que nem existiam “[...] professores primários em número suficiente para atender à população normal” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 97), os cidadãos de boa vontade deveriam assumir essa tarefa patriótica, colocando suas aptidões, conhecimentos e recursos a serviço da nação. Considerava-se que “O ônus social que representa[va] um deficiente mental é muito grande; sua assistência é obrigação da coletividade” (KRYNSKI, 1964, p. 18). Assim, combatia-se o “grande mal”, que assolava, sobretudo, as classes mais pobres, necessitadas de intervenção clínico-terapêutica para não se tornarem elementos de distúrbio social. No dizer de Borraiz (1964, p. 43, grifos meus),

Todos nós, conscientes do problema, devemos empreender os nossos esforços a fim de que os pobres também possam colher os modernos benefícios terapêuticos ou clínicos, para que, pelo menos, não se estendam as consequências do mal, quando evitáveis.

Na dedicada contribuição de todos os cidadãos conscientes, em prol dos excepcionais, desejamos alcançar aquela ação pública à qual deve somar-se, mais decididamente os objetivos comuns, possibilitando o convívio social, ou minorando o desajuste individual dos deficientes mentais e que serão adultos amanhã, capazes de também prestar serviços à coletividade, passando de ônus a seres úteis. Há portanto, vasta obra a ser realizada e que se consubstancia, principalmente, na compreensão.

Tal ideologia, que já era disseminada com notável repercussão a partir dos anos de 1960, ganhou ainda mais notoriedade com a emergência da ditadura civil-militar. Esta ampliou o poderio da iniciativa privada, defendendo que os brasileiros precisavam ser úteis e produtivos ao país, em vez de envolverem-se em conflitos e reivindicações sociais que atrapalhassem o progresso ordeiro. As Apaes, então, se beneficiaram dessas circunstâncias, reforçando, como estratégia, posicionamento semelhante, o que não só era coerente com suas origens e filosofia institucional, como também evitava que fossem comprometidos ou ameaçados os seus interesses “Numa época em que os partidos políticos de esquerda estavam proscritos, os sindicatos estavam sofrendo uma forte intervenção estatal e os *movimentos sociais, como um todo, eram vigiados e controlados pelos órgãos de repressão*” (PRIORI ET AL., 2012, p. 11,

grifos meus). Aliás, no IV Congresso Nacional da Fenapaes, afirmou-se textualmete que “[...] nas condições de vida do nosso País, País em fase de desenvolvimento, é preciso trabalho, trabalho de todos os seus filhos [...]” (IV CONGRESSO...,1969b, p. 101). Isso significava que:

Todos nós temos uma parcela de responsabilidade face a este sério problema. Precisamos sentir esta responsabilidade, lutando pela causa dos retardados, que não devem ficar à margem da vida, isolados e desprestigiados pelo poder público e pela sociedade. Estes precisam de uma compreensão muito grande de suas necessidades afetivas, coluna mestra de seu aproveitamento como cidadãos úteis.
[...].
Procuremos, pois, auxiliar ativamente a criança retardada, dando-lhe integral devotamento, numa sublimidade de intenção que só os predestinados pelo amor ao próximo conseguem realizar (LACAZ, 1964, p. 20, grifos meus).

Por outro lado, naquela conjuntura, não era de interesse político-governamental resolver a questão do mentalmente deficiente, mas, sim, explorá-la como propaganda em favor dos governos militares. Estes seguiam muito mais preocupados em se legitimar pela manipulação dos resultados da política econômica, em combater as ideologias de esquerda e em perseguir os considerados “subversivos” ou opositores políticos, do que atentos às demandas de grupos tão particulares, como os deficientes e seus familiares, que sequer ofereciam resitência ao regime. Nesse sentido, os militares deixaram-se associar às Apaes e às ações de interesse público que estas começavam a realizar no campo da excepcionalidade, mas não se empenharam em enfrentar a questão do excepcional, tanto que nem mesmo atenderam as principais reivindicações dos apaeanos, como já discorri desde o primeiro capítulo. Antes, usaram tal problemática para atender as conveniências políticas, de maneira a dissimular as atrocidades então praticadas e de manter uma imagem favorável frente à população e aos líderes apaeanos, os quais, naquele momento, assumiam posições políticas e ideológicas conservadoras na sociedade brasileira.

Foi, portanto, nessa ambiência que as Apaes federadas encontraram espaço para desencadear sua proposta educacional-filantrópica, “atacando” o problema do mentalmente deficiente por meio de uma terapêutica educacional que beneficiasse os excepcionais “[...] de um modo simples, econômico, planificado, humanitário e consciente” (IV CONGRESSO..., 1969b, p. 101). Essa proposta, desde o início, assumiu uma amplitude que possibilitou aos apaeanos atuação inédita e capilar no campo da excepcionalidade. Sendo mais exato, seu trabalho se sustentou em dimensões inter-relacionadas, por meio de uma sistemática educacional que ainda não fora praticada pelas associações especializadas no Brasil, nem mesmo pelas precursoras Sociedades Pestalozzi, qual seja: *a educação dos pais e da sociedade em geral, dos técnicos especializados e do excepcional* propriamente dito.

Assim, tais associações, tendo a vantagem de contar com a simpatia dos governos militares - interessados nos ganhos políticos dessa proximidade, mas sem assumir

objetivamente um papel decisivo nas demandas apresentadas pelos apaeanos -, lograram constituir uma estratégia de *educação social* e *paraoficial* em todo o país, pelo que ocuparam, taticamente, espaços que o governo não só não reivindicava para si, como possibilitava que fossem “cuidados” pela filantropia. Desse modo, as Apaes puderam assumir e (de)marcar um posto de poder nesse campo da excepcionalidade, abordando, simultaneamente, vários agentes, com *Mensagem da Apae* no duplo papel de instrumento e receptáculo da *Pedagogia Apaiana*. Discutir as dimensões dessa pedagogia é o que faço em seguida.

4.1.1 Educar os pais e educar a sociedade para educarem o excepcional

Em sua abordagem pedagógica, os apaeanos entendiam que, para viabilizar a educação dos excepcionais deficientes mentais, era fundamental, também, educar os pais e a sociedade para que pudessem desempenhar o papel de agentes educativos desses sujeitos. Assim, poder-se-ia ampliar o trabalho pedagógico-terapêutico realizado nas instituições especializadas e continuá-lo no lar, na comunidade e no trabalho que porventura viesse a ter o excepcional. Aliás, as Apaes tiveram, desde o princípio, esse foco, com vistas a esclarecer os pais sobre a excepcionalidade e torná-los, como disse Krynski (1964, p. 14), “[...] ‘unidades de tratamento’ na complexa terapêutica dos seus filhos”. Essa prática possibilitaria, ainda, que os pais aceitassem melhor a condição de seus filhos e se tornassem engajados na vida comunitária das associações, estabelecendo com estas um vínculo de complementaridade e dependência, o que fortalecia as Apaes e assegurava sua expansão. Em contrapartida, estas trariam a segurança tão almejada para os excepcionais e prolongariam o cuidado familiar, sob o lema do mais amor e compreensão. No dizer de Estrázulas (1963, p. 2, grifos meus),

Exaltando a importância da formação de novas APAEs, devemos salientar que o maior benefício para os pais, ao se reunirem em grupos, é a melhor compreensão de seus problemas e a aceitação do fato de ter um filho excepcional. Ao se encontrarem com outros pais, que sofrem as mesmas ansiedades, sentem de repente, que não estão sós. E falam a mesma língua.
As Associações de Pais suplementam o trabalho dos médicos, psicólogos, professores, etc.; auxiliam pais e amigos de excepcionais a tratá-los com amor e compreensão.
Procuram promover atividade para as horas de lazer.
Estimulam, patrocinam e divulgam notícias sobre as mais recentes pesquisas feitas neste campo.
Criam e auxiliam instituições particulares e oficiais.
Estas são algumas das muitas vantagens, que podem beneficiar grupos de pais, ligados pelo mesmo interesse e movidos pelo mesmo ideal!
Qual o pai que não visa melhor condição de vida para o futuro de seu filho excepcional?
Qual a mãe que — ao pensar no futuro distante — não sente dentro de si uma força irresistível, que a impele para a conquista de algo vital para ela: a segurança de seu filho muito amado?
Caro amigo, funde uma Associação de Pais em sua cidade e lute pelo seu filho excepcional!

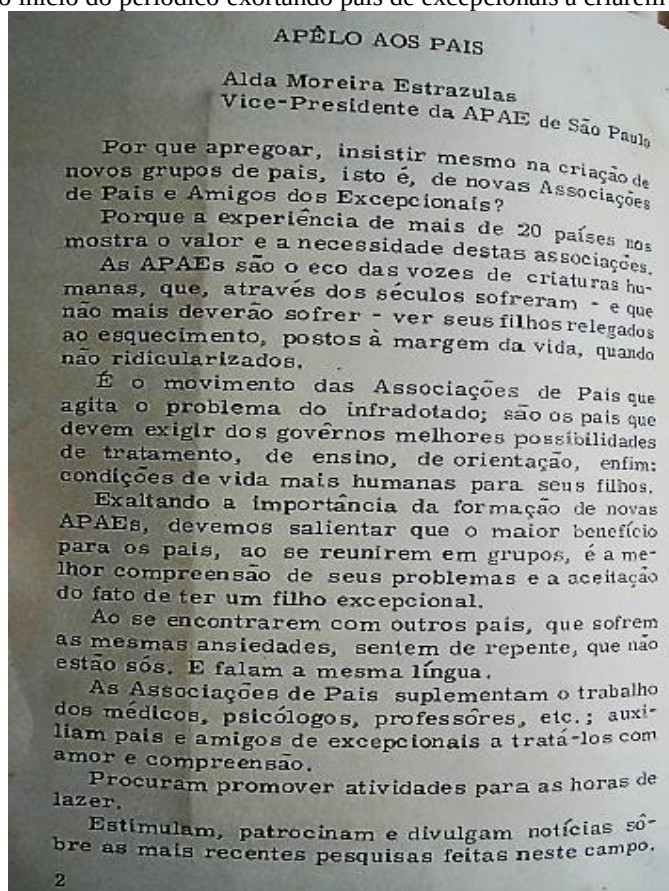
Outrossim, havia uma motivação de ordem financeira nessa proposta educativa, além de se almejar a estabilidade familiar e a “terapêutica social” (KRYNSKI, 1964; OLIVEIRA, 1969). Os apaeanos, como Krynski (1964, p. 14), entendiam que era imprescindível a “[...]

preparação dos pais e familiares da criança deficiente. Preparo com relação aos aspectos sócio-econômicos - não raro toda a estrutura econômica da família desmorona face ao problema do filho deficiente — preparo com relação aos aspectos afetivos, e de assistência”. Sem o devido apoio, os pais acabavam deixando seus empregos para cuidar do filho deficiente e passavam a viver em função deste, situação que redundava em conflitos familiares, desajuste emocional no lar, empobrecimento e tensões sociais. Nesse contexto, as Apaes poderiam ser as grandes educadoras comunitárias, assistindo as famílias em seu processo de ajustamento ao problema do excepcional.

Por isso, a ênfase na educação e envolvimento dos pais esteve presente em várias publicações apresentadas em *Mensagem da Apae* na primeira fase, haja vista que as Apaes estavam sendo constituídas e se tornando conhecidas pela sociedade brasileira. Assim, era uma estratégia declarada dos apaeanos tentar reunir o maior número possível de pais em torno da causa do excepcional, inclusive por meio de suas publicações institucionais. Conforme as orientações da Fenapaes, “As APAEs devem fazer preleções e distribuir boletins de esclarecimento aos pais, para que os mesmos possam ir conhecendo o problema da deficiência mental e acompanhar o trabalho dos técnicos” (SEIXAS, 1969, p. 148). Já no ano de lançamento de *Mensagem da Apae*, em 1963, chama a atenção o fato de que, das seis edições do periódico, então editado como boletim, três delas trouxeram textos explicitamente com tal enfoque, a saber: *Apelo aos pais* (ESTRÁZULAS, 1963), disposto no número inaugural do impresso; *A formação de novas Apaes* (XAVIER, 1963), no número 3 do mesmo ano; e *Como surge uma Associação de Pais e Amigos de Excepcionais* (COMO SURGE..., 1963), no número 5.

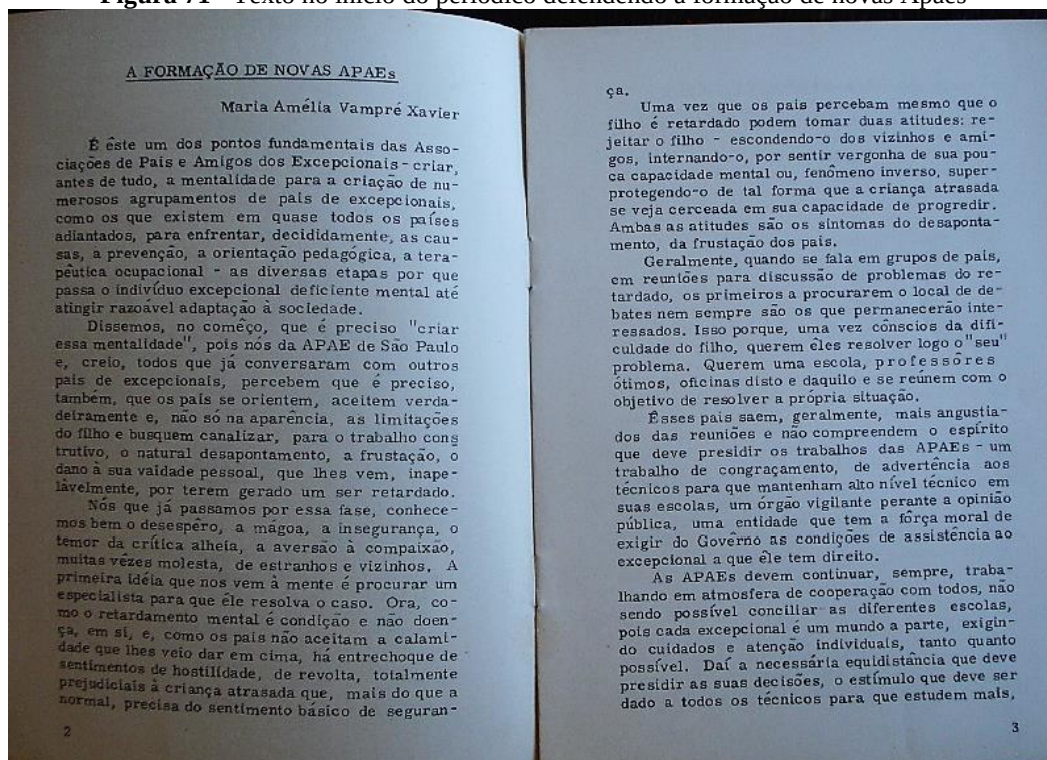
Os dois primeiros textos foram dispostos logo após as palavras do editor, ou seja, foram iniciais em suas respectivas edições, como se, tão logo abrisse o impresso, já se quisesse ressaltar, para o leitor, o apelo em torno do tema (*Figuras 70 e 71*). O terceiro ocupou o meio da edição, também facilitando que fosse visto por quem tivesse o impresso em mãos, pois, em geral, pela forma de encadernação, em lombada canoa, boletins e revistas tendem a ser abertos pelo meio, onde os grampos saltam à mostra (*Figura 72*). A forma calculada de organizar onde apareceram esses textos nas edições do impresso estiveram, portanto, sob o crivo das mediações dos editores, que empreenderam uma hierarquização dos assuntos, destacando a temática dos pais e de seu papel na estruturação das Apaes. As imagens seguintes ratificam o exposto:

Figura 70 - Texto no início do periódico exortando pais de excepcionais a criarem novas Apaes



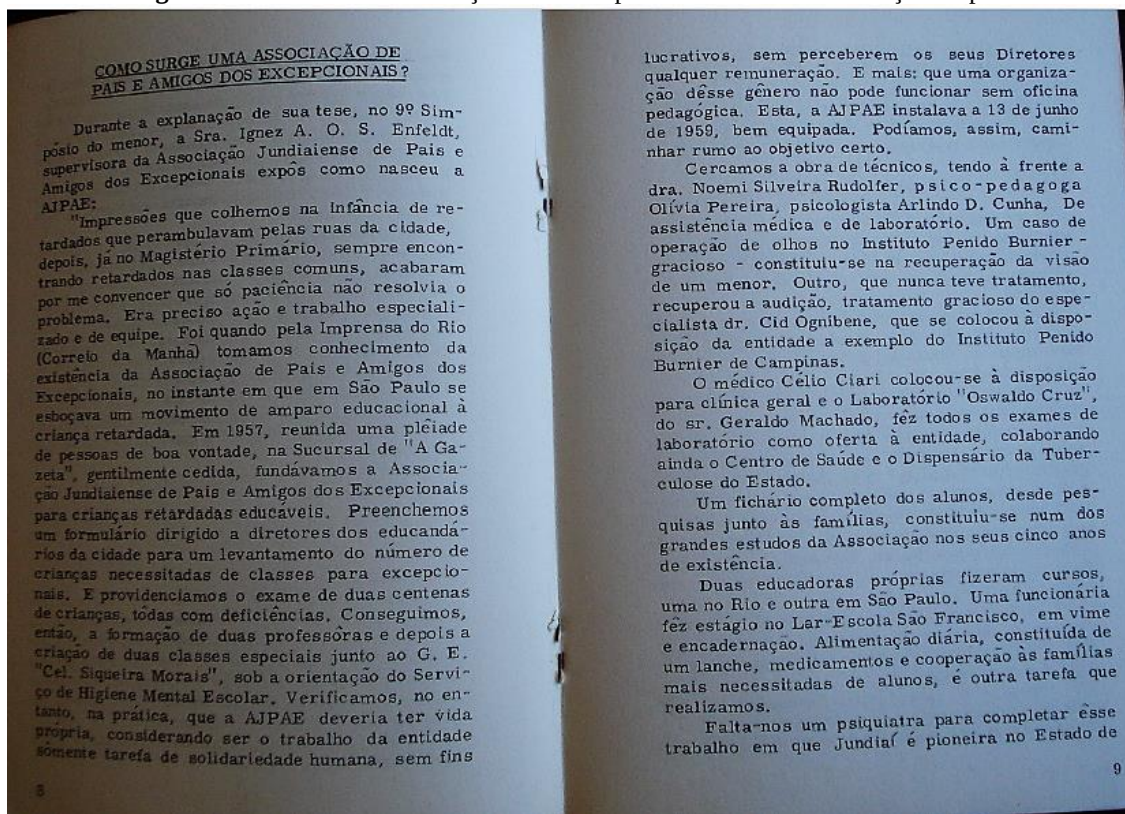
Fonte: *Mensagem da Apaie* (v. 1, n. 1, p. 2, jan. 1963).

Figura 71 - Texto no início do periódico defendendo a formação de novas Apaes



Fonte: *Mensagem da Apaie* (v. 1, n. 3, p. 2-3, 1963).

Figura 72 - Texto sobre formação de uma Apae no meio da encadernação do periódico



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 5, p. 8-9, 1963).

A recorrência desse tema em 1963 é ainda melhor compreendida pelo fato de que, da sua fundação, em 1962, até 1965, a Fenapaes esteve sob o comando de Clemente Filho. Este, por sua vez, considerava de suma importância o trabalho de educação e mobilização dos pais, sendo ele um pai de excepcional empenhado nessa atividade. Segundo Clemente Filho (1965, p. 5, grifos meus), “[...] as associações de pais, pela própria força das ideias que propagam, constituem a espinha dorsal, os fundamentos de qualquer *programa de ataque ao retardamento mental*”. Foi, aliás, por esse motivo que o apaeano, apesar das dificuldades, defendia e manteve a publicação de *Mensagem da Apae* nos primeiros anos do impresso, motivando sua continuidade nas gestões posteriores da Federação. Ele destacava a importância dessa orientação aos pais, que poderia ser dada e replicada pelos impressos institucionais, tendo sido, inclusive, o organizador de uma espécie de manual, adaptado da Narc, sobre como fundar uma Apae, chamado *Guia para a formação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais*. Em suas palavras,

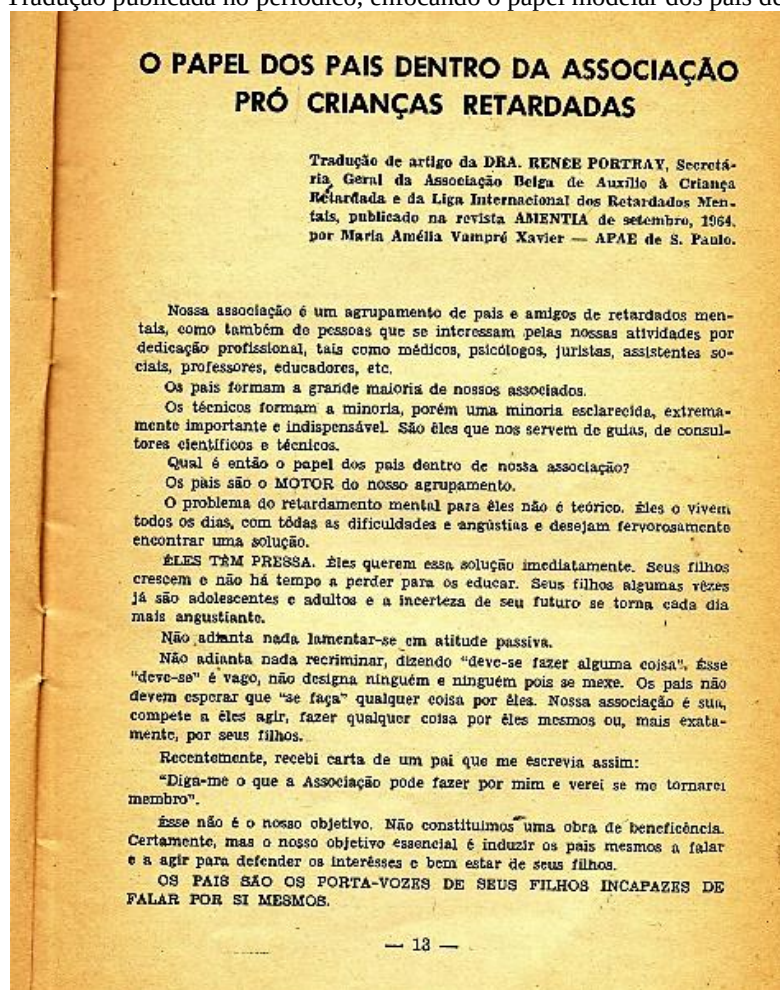
Tratava-se, portanto, de disseminar APAEs por este Brasil, semeando núcleos de conscientização do problema, vozes a clamar pelos direitos postergados dos retardados mentais. O esforço na diretoria desenvolveu-se por isso, sobretudo no sentido de proporcionar a fundação de novas associações de pais. Foi preparada uma pequena brochura, que condensava a experiência provida da fundação de algumas APAEs, com a experiência maior da NARC norte-americana, resumida em publicação na qual se inspirara aquela nossa. Procurou-se dar a essa pequena publicação a maior difusão possível, para que pudesse cair em mãos de pessoas interessadas e motivá-las. Ao longo destes dois anos [1963-1965], muitas APAEs se fundaram; muitas foram fundadas seguindo passo a passo as

instruções do livreto, outras foram reorganizadas nos moldes preconizados; grande número se beneficiou dos seus conselhos e da experiência que ele retratava (CLEMENTE FILHO, 1965, p. 5, grifos meus).

A perspectiva de aconselhamento dos pais esteve presente, ainda, em outros momentos. O volume único de 1965 publicou uma tradução sobre o assunto, a fim de orientar os apaeanos quanto ao papel dos pais em uma associação pró crianças retardadas (PORTRAY, 1965). Nessa mesma edição, abriu-se espaço para a publicar outro texto traduzido, que visava abordar *Técnicas em grupo no trabalho com os pais de crianças retardadas: visão genérica* (DYBWARD, 1965) e, ainda, foram traduzidas as *Sugestões de uma mãe duma criança retardada: algumas indicações para técnicos* (PATTERSON, 1965). No último número de 1968, foi traduzida a carta de uma mãe sul-coreana (LEE CHOI, 1968), endereçada ao IV Congresso da Liga Internacional das Sociedades para os Retardados Mentais, a respeito da necessidade de organizar as associações de pais para dar-lhes auxílio educativo. Conforme *Mensagem da Apae*, a carta fora transcrita nesse periódico “[...] pelo que revela de semelhança entre as condições brasileiras e coreanas no campo da Deficiência Mental” (LE CHOI, 1968, p. 38).

Nota-se, portanto, uma intencionalidade nessas traduções, endossadas pela Fenapaes, qual seja, (con)formar os pais para torná-los “PORTA-VOZES DE SEUS FILHOS INCAPAZES DE FALAR POR SI MESMOS” (PORTRAY, 1965, p. 13, destaque da revista), isto é, “[...] induzir os pais mesmos a falar e a agir para defender os interesses e bem estar de seus filhos” (PORTRAY, 1965, p. 13). A questão era tão central que até mesmo letras em caixa alta foram usadas, no corpo do texto, de forma a se chamar a atenção do leitor, pela forma e pelo conteúdo, para essa *mensagem* (Figura 73), assim disposta:

Figura 73 - Tradução publicada no periódico, enfocando o papel modelar dos pais de excepcionais

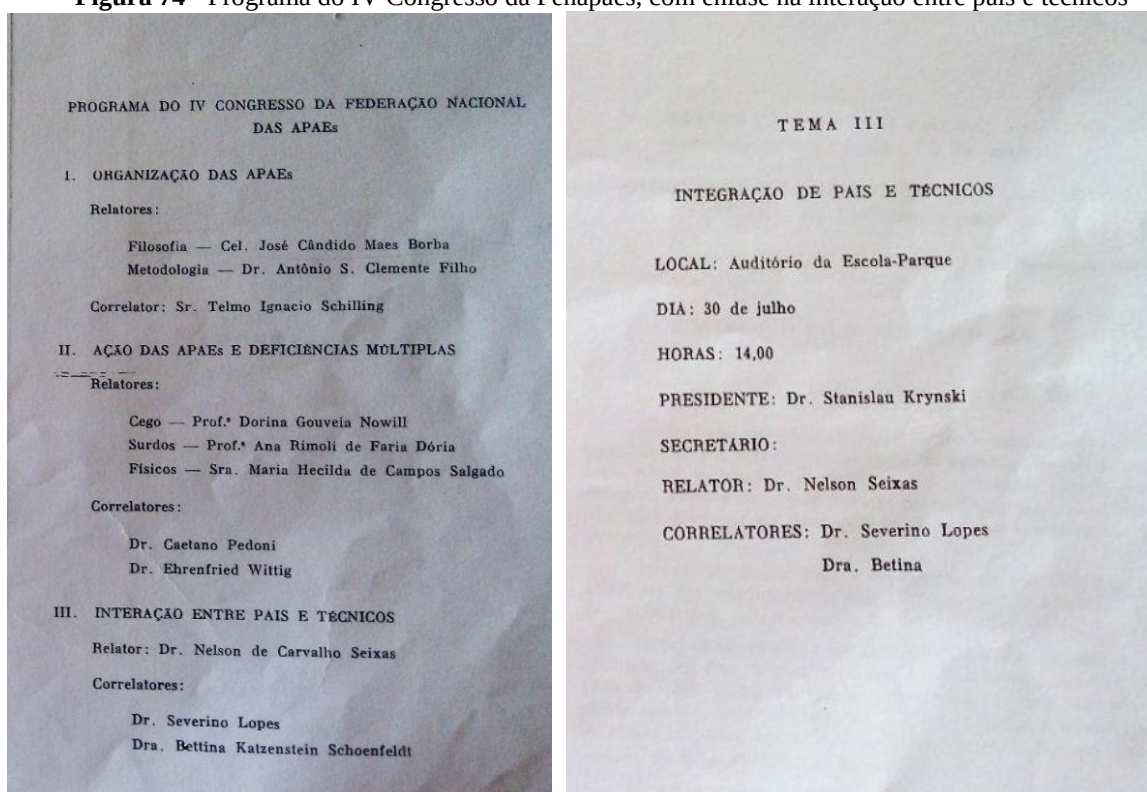


Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 13, jan. - dez. 1965).

Tal abordagem temática, que podia ser lida nesses textos e dada a ver pela materialidade do impresso *Mensagem da Apae*, visava realçar o valor da iniciativa privada e da *self advocacy*, nos moldes do pensamento pragmático norte-americano, afastando os pais da suposta passividade a que poderiam estar sujeitos. Estes é que, conscientes do problema do excepcional e de suas necessidades, deveriam mobilizar o governo, e não o oposto. Certamente, esse procedimento vinha obtendo mais chances de êxito na democracia liberal estadunidense, pois, no Brasil, desde o golpe de 1964, sequer se vivia uma democracia, e os recursos econômicos das associações de pais eram, por aqui, muito mais escassos, o que deu margem para que os apaelos reforçassem a tática de *intimismo à sombra do poder*, para usar a clássica expressão de Coutinho (1976). Semelhante atitude, no caso brasileiro, apenas corroborava a desatenção das autoridades públicas para o "problema", que deixavam a cargo da família e dos particulares as responsabilidades educativas quanto aos excepcionais e à organização de serviços especializados.

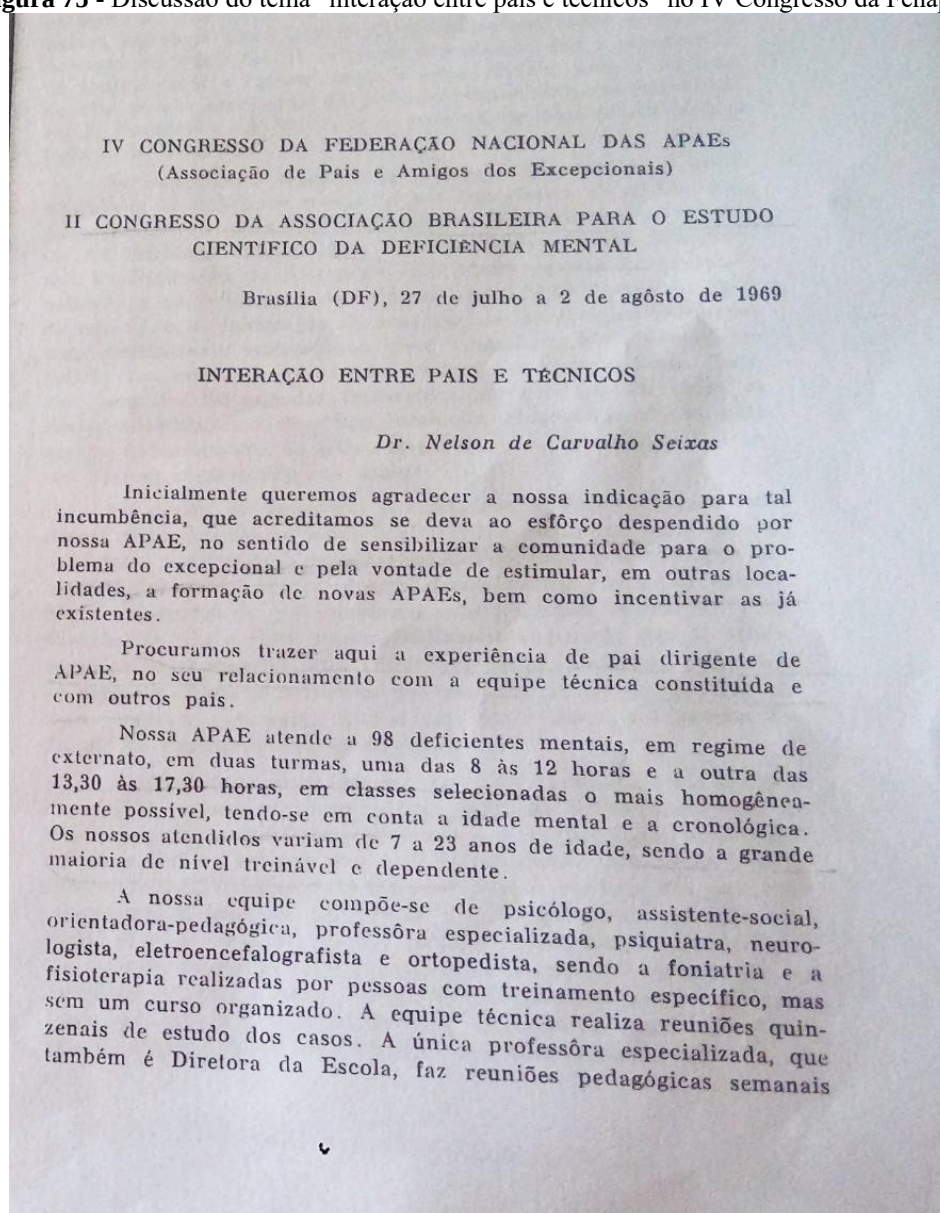
De outro prisma, para os apaeanos, insistir na educação dos pais foi uma estratégia importante para harmonizar as relações - por vezes conflituosas - destes com os técnicos. Um dos temas discutidos no IV Congresso da Fenapaes, em 1969, foi justamente a interação ou integração entre esses agentes, pois, naquelas circunstâncias, a entidade se preocupava pelo fato de que, “[...] infelizmente, *um grande vácuo separa técnicos e pais*. E este é um grave problema, que está a merecer a atenção de todos os responsáveis pela sorte dos excepcionais de nossa terra” (OLIVEIRA, 1969, p. 161, grifos meus). A questão tanto merecia ser lembrada e discutida que *Mensagem da Apae* de 1969, a única do ano, trouxe seus leitores o registro da programação e os anais desse Congresso (para *Figuras 74 e 75*). Destarte, os apaeanos, mesmo aqueles que não tivessem participado do evento, poderiam ser (in)formados sobre o tema, ampliando seu potencial de divulgação, além de se preservar a memória das realizações apaeanas.

Figura 74 - Programa do IV Congresso da Fenapaes, com ênfase na interação entre pais e técnicos



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano VI, n. 5, p. 23 e 143, respectivamente, out. - dez. 1969).

Figura 75 - Discussão do tema “interação entre pais e técnicos” no IV Congresso da Fenapaes



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano VI, n. 5, p. 145, out. - dez. 1969).

Tornava-se fundamental que os pais fossem esclarecidos pelos técnicos, pois, segundo Oliveira (1969, p. 161, grifos meus), “[...] mais do que um direito, o esclarecimento do estado do deficiente fará com que *os pais se constituam em auxiliares do tratamento e não em um estorvo*. É do recíproco interesse, portanto, de médicos e técnicos e de pais, o diálogo pelo qual nos batemos”. Esses profissionais deveriam “[...] fazer dos pais coadjuvantes do tratamento. E como fazê-los coadjuvantes, sem os ensinar como se conduzirem, sem lhes dizer o que há com o filho e como este deve ser tratado?” (OLIVEIRA, 1969, p. 162). Entendia-se que o sucesso de qualquer trabalho educativo com os excepcionais demandava instruir os pais e familiares, porque “[...] o pai desinformado não se limita a deixar de contribuir; pior do que isso; destrói inconscientemente o trabalho de médicos, psicólogos e técnicos em geral” (OLIVEIRA, 1969, p. 162). Desse modo, o conhecimento objetivo e técnico-científico deveria ser repassado pelos técnicos aos pais, para que estes compreendessem o

problema, se tornassem emocionalmente ajustados e, assim, pudessem ofertar ao filho excepcionais condições de progredir na educação formal ou não formal, na integração social e na profissionalização. *Mensagem da Apae* divulgava que “No problema do excepcional é preciso, muitas vezes, educar também pai e mãe, senão nada se conseguirá fazer, porque a tarefa escolar tem que continuar pela ação familiar” (PROBLEMA..., 1963, p. 10). Sob um viés psicologizante, o ajuste familiar era tido como a base educacional para esses indivíduos excepcionais, pois

É, a partir da aceitação e do amor dos pais, que se inicia a recuperação ou a superação dos problemas e motivos da criança excepcional, pois só isso dará a ela aquele sentimento de segurança que lhe permitirá um aproveitamento escolar ou um treinamento profissional melhor. Da sua afirmação familiar depende a integração educacional, profissional e social do deficiente (OLIVEIRA, 1969, p. 154, grifos meus).

Diante do exposto, entendo que a premissa norte-americana de educação no lar, pelos pais (Cf. ANDRADE, 2014; VIEIRA, 2012), foi, em certa medida, um princípio incorporado pela pedagogia apaiana, ainda que de forma adaptada, pois não negava a educação dos excepcionais em espaços institucionalizados, que podiam ser formais ou não, mas assegurou, em contrapartida, ampla influência às práticas educativas domésticas e informais. Fazia parte da filosofia das Apaes o pressuposto da educação *no e pelo* lar, como forma de otimizar a educação que seria ofertada em ambientes especializados, substituindo-os, em caráter emergencial, quando estes não existissem. Como pontuou Borba (1969, p. 40-41, grifos meus) no IV Congresso da Fenapaes, quando esse tema esteve em debate:

Sentindo a responsabilidade que lhes cabia na orientação e educação dos seus filhos deficientes e conscientes do que para eles representava a integração desses indivíduos na sociedade, os pais tomaram para si a responsabilidade de determinar os objetivos a alcançar. Disseram o que queriam que se fizesse de seus filhos. Neste momento, solicitaram a colaboração inestimável dos educadores, médicos, especialistas, enfim, dos técnicos em geral, para que pudessem mais rapidamente atingir o que tanto desejavam. Antes, eram os técnicos que fixavam esses objetivos, para os quais os pais eram chamados a prestar a sua ajuda. Porque pouco ou nada sabiam a respeito de deficiência mental. Com este movimento, uma nova filosofia era estabelecida e, graças a essa nova concepção, as APAEs cresceram e se multiplicaram, tendo franca aceitação, quer no meio técnico, quer no meio familiar.

O destaque à família como instância educativa privilegiada torna-se compreensível porque eram poucas as instituições educacionais para excepcionais no Brasil de então e nem todas as Apaes, necessariamente, abriam uma escola ou só o faziam após algum tempo de atuação comunitária. É preciso ponderar ainda que, nesse momento, a oferta de serviços especializados e de técnicos era escassa e precária, de maneira que os pais, orientados por agremiações como as Apaes e seus impressos, precisavam ser multiplicadores do que aprendiam, educando uns aos outros e se convertendo em “técnicos” e educadores “(pseudo)especializados” dos próprios filhos. Prática essa que endossava a representação de que, ao menos paliativamente, quaisquer agentes poderiam educar as pessoas com deficiência,

desde que estivessem sensibilizadas para essa tarefa, “[...] dando-lhes a necessária compreensão, a solidariedade desejável e o amor que elas merecem, porque os deficientes precisam realmente de amor e compreensão, solidariedade e afeto [...]” (PEDONI, 1969, p. 88). Semelhante representação acabou ganhando espaço no campo da excepcionalidade porque eram poucos os pais que estavam, de fato, em condições de estabelecer um diálogo científico e tão elaborado com os técnicos, como apontado por Borba (1969).

Somente tinham possibilidades de fazê-lo os fundadores e dirigentes apaeanos, na cúpula das associações e da Fenapaes, ou aqueles pais em situação econômica mais vantajosa. O viés afetivo e caritativo, portanto, era a principal forma de atingir os outros pais, em particular aqueles das classes mais pobres, que eram visados pelas Apaes, em sua perspectiva assistencialista e educacional-higienista. Essa era a abordagem predominante. Foi a partir dela que discursou o deputado Padre Godinho¹¹⁶, em agosto de 1968, na Câmara dos Deputados federais, em expediente no qual se homenageava a criança excepcional, a partir de requerimento enviado ao Plenário da Casa pelo apaeano e então deputado Justino Pereira. O discurso de Godinho, com intervenções de Ruy Santos¹¹⁷ e outros políticos presentes na sessão, foi republicado como um dos primeiros textos de *Mensagem da Apae* de [1972?], logo após o editorial e de uma circular da Fenapaes, quando Pereira era presidente dessa entidade, deixando perceber a concordância e o apreço da Federação por estas palavras, que precisavam ser lidas e (re)conhecidas pelos demais apaeanos e leitores do impresso.

Antes de citar propriamente essas palavras, é válido ressaltar que Em *Mensagem da Apae*, a informação é de que o discurso de Godinho teria sido proferido em agosto de 1970, informação que não procede. Godinho fora cassado em 1969! Consultando os arquivos da Câmara Federal *on-line*, pude comprovar que, de fato, esse discurso foi proferido em 1968, no dia 29 de agosto (Cf. BRASIL, 1968). O que teria provocado tal equívoco? Seria o fato de que, em 1970, Justino Pereira, então deputado e presidente da Fenapaes, também discursou, na

¹¹⁶ Padre Godinho, cujo nome completo era Antônio de Oliveira Godinho (1920-1992), foi deputado federal pelo estado de São Paulo de 1963 a 1969. Teve certa proximidade com os apaeanos, estando presente, inclusive, na reunião de 1962, que deu origem à Fenapaes, quando era deputado estadual por São Paulo. Inicialmente, apoiou o golpe civil-militar de 1964, filiado ao partido governista, a Arena, mas, depois, “Desencantado porém com as ‘cassações e torturas’, conforme declararia, desligou-se rapidamente dessa agremiação, filiando-se ao partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nessa legenda foi reeleito deputado federal por São Paulo no pleito de novembro de 1966” (ANTONIO..., 2009, n.p.). Em fevereiro de 1969, acabou tendo seu mandato cassado, com base no AI-5 decretado em 1968, além de ter perdido seus direitos políticos por dez anos (Cf. ANTONIO..., 2009).

¹¹⁷ Ruy Santos (1906-1985) foi deputado federal, pela Bahia, nos seguintes momentos: 1946-1959, 1960 e 1962-1971. De 1971 a 1979, foi senador pelo mesmo estado. Durante a ditadura civil-militar, esteve filiado à Arena (Cf. SANTOS..., 2009).

Câmara dos Deputados Federais, sobre a Semana Nacional da Criança Excepcional e os possíveis avanços legais em relação à problemática dos excepcionais, tendo, inclusive, rememorado aquele discurso de Godinho (Cf. BRASIL, 1970d)? Teria o próprio Justino se equivocado no envio dos textos para edição do periódico, ou, pelo menos, trocado as datas? Negligência dos editores e revisores, como diria Chartier (2002b, 2007), que poderiam ter atribuído ao ano de edição ou de recepção do texto o ano de sua publicação original? Uma estratégia do periódico para fazer crer que o texto era mais atual do que, de fato, era? Difícil responder a essas questões. Talvez todas tenham implicância no fato de o ano do discurso de Godinho aparecer de forma incorreta em *Mensagem da Apaie* de [1972?], do qual transcrevo a seguinte passagem:

O SR. PADRE GODINHO:

[...]

São as mais variadas as causas do retardamento mental. Se tomarmos como base os escassos conhecimentos atuais, elas podem ser distribuídas por três categorias principais:

1 - retardamento mental de origem incerta, cuja manifestação é a reduzida habilidade para aprender;

2 - retardamento mental associado a certo número de condições ou de enfermidades identificadas especificamente;

3 - retardamento mental associado com doenças e condições de origem desconhecidas e incertas, mas com estigmas físicos evidentes.

Os retardados do primeiro grupo constituem a maioria e não apresentam evidência de lesões cerebrais. A falta de oportunidade de aprender nos primeiros anos de vida juntam-se outras condições adversas como a subalimentação, maus hábitos de saúde e higiene, falta de cuidados pré-natais e pós-natais, perturbações emocionais, deficiência de moradia etc., o que empobrece o desenvolvimento intelectual da criança, causando nela o retardo benigno.

O sr. Ruy Santos:

Possivelmente V. Exa., no desdobramento do seu discurso, vai chegar até lá, mas, *nesse primeiro grupo, constituído geralmente de crianças mais pobres, sabe V. Exa. que se tem de levar em conta o próprio despreparo dos pais. Não têm orientação, aceitam o fardo morto como castigo do céu e não estão preparados para buscar a reabilitação que se impõe. Daí esses retardados devem receber muito maior cuidado do que aqueles de família de nível melhor, em que a educação planta com mais facilidade a semente do conhecimento ou da interpretação do fenômeno.*

O SR. PADRE GODINHO:

Sem dúvida é a causa última e profunda. [...] (DISCURSO..., [1972?], p. 12-13, grifos meus).

Aliás, entre as décadas de 1960 e 1970, as Apaes partiam justamente do pressuposto da higiene social e mental, que, no Brasil, já perdera força, como demonstrava a situação das antigas “Ligas de Higiene Mental, que se vão infelizmente extinguindo” (MESA REDONDA...1968, p. 3). No caso dos deficientes, porém, essa abordagem foi adotada, ainda nessas décadas, como estratégia para justificar a necessidade de assistência e educação aos excepcionais, não só pela sua presumida cientificidade, mas também pelo fato de que coadunava-se com a moral cristã que embasava as representações apaeanas em voga. Por isso, defendia-se a educação da família como forma de evitar a delinquência e a perversão dos excepcionais (OLIVEIRA, 1969;

PROBLEMA..., 1963), que poderiam se tornar, desassistidos, um duplo problema social no Brasil que queria ser potência, isto é, deficientes e delinquentes. Um texto publicado no impresso da Fenapaes alertava que, do ponto de vista da pedagogia legitimada pela entidade,

[...] de nada valem metodologias educativas ou que outros nomes tenham, se não forem amparadas, antecipadas até ou complementadas por medidas de longo alcance e resultados mais eficientes, de *caráter preventivo*. Por mais difícil que seja ou mais dispendioso que se apresente, *é necessário, é absolutamente urgente intensificar o trabalho que vise melhorar a situação econômica e higiênica da família, esclarecer os pais sobre os problemas educativos, sobretudo sobre a importância da formação de bons hábitos e sobre a gravidade da carência afetiva, por intermédio de escolas de pais, de publicações, do rádio, da televisão, do cinema*; preocupar-se também com os lazeres da criança, com a *criação de clubes preventivos*, realização de visitas instrutivas, de viagens organizadas, e outros meios educativos; *submeter a criança a um exame precoce e aprofundado, com vistas a um tratamento e a uma educação apropriadas*[sic], logo no aparecimento dos primeiros sinais de anomalia. Enfim *lutar contra o alcoolismo, censurar e controlar filmes não recomendáveis, aperfeiçoar as organizações de higiene mental, desenvolver a formação profissional dos diferentes responsáveis pela pedagogia especializada*, que devem ser verdadeiros educadores especializados e não apenas instrutores (CAETANO, 1966, p. 20, grifos meus).

Com essas medidas “pedagógicas”, preservavam-se, então, os bons costumes, a ordem e a hígidez social. Uma vez que “Poucos [sic] podem fazer outras agências educativas, se a base, que é a família, é falha” (LACAZ, 1964, p. 20), passava-se a defender a tese de que “[...] os pais, desde cedo, mantenham esta família dentro de hábitos, de costumes e de códigos de moral sadios, favorecendo a criação de uma ‘sociedade organizada’” (LACAZ, 1964, p. 20). A tônica desse discurso, *representado* na época como técnico-científico, muito embora fosse mais de cunho moralizante-conservador, ainda pôde ser observada neste trecho, datado de 1963, sobre o problema dos excepcionais:

É comum, hoje, infelizmente, a ruptura do vínculo matrimonial por falta de afeto. O desquite causa alarme. *A dissolução do vínculo matrimonial pelo desquite é um verdadeiro cancro da sociedade brasileira. Quando há ruptura do vínculo matrimonial, a prole propende à má saúde mental. Pais que brigam muito formam nos filhos personalidades deformadas. Observou-se que, com muita frequência, os psicóticos, neuróticos, delinquentes, etc., provêm de pais desunidos e não de pais que se amam e se dignificam [...]*.

A tarefa educativa torna-se frustradora diante de pais tão pobres de senso de responsabilidade.

[...]

A família brasileira está doente e gravemente ameaçada. Atualmente, para ingresso nas várias funções são exigidos diplomas, atestados de competência. E para construir família o que se exige? Nada. Absolutamente nada! Para a constituição de uma boa família e para garantir uma prole saudável - a parte mais importante de uma sociedade com pouca probabilidade de surgirem neuróticos, psicóticos, desajustados, débeis — não se exige coisa alguma! *O menor, cuja família se desintegra, vive abandonado. Só é atendido quando transgride as leis! É preciso trabalhar muito, hoje mais do que nunca, pela reestruturação da família brasileira.* Conhecendo os problemas, ou procurando conhecê-los, deve existir uma grande preocupação em evitá-los e solucioná-los. *É preciso que se formem sociedades de higiene mental* com clínicas para casais, noivos. É preciso orientá-los, para manter o laço matrimonial afetivo que os une. Orientá-los sobre os filhos, desde a fecundação até a educação deles (PROBLEMA..., 1963, p. 7-8, grifos meus).

Tal enfoque na (re)educação e (re)estruturação familiar esteve tão presente no decênio abordado por esta pesquisa que o V Congresso da Fenapaes, em 1971, teve “[...] como tema oficial ‘Dinâmica Familiar do Deficiente Mental’”. Além de alertar os poderes públicos, torna-se necessário mostrar também que cabe à família uma grande parcela de responsabilidade na educação do excepcional” (BRITTO, 1973, p. 25). Por isso mesmo, o “déficit” cultural, econômico e psicológico de algumas famílias, especialmente

aquelas economicamente mais vulneráveis, explicaria, em parte, a incidência elevada de deficiência mental, associada à desestruturação e ao desajuste familiares. Na ótica apaeana, essa era uma das explicações mais avançadas naquela conjuntura, porquanto:

Fator predominante nos estudos sociais é o conceito de 'lar dissociado'. Infelizmente, grande é o número de lares, em todas as partes do mundo, que têm apenas o nome de 'lar'. *Divórcios, desquites, separações sem conta, são apenas a simbologia numérica de pseudo-lar.* Tal fato leva a uma investigação em profundidade das *más condições familiares como causa fundamental de inúmeros problemas psiquiátricos da infância e da adolescência.*

[...]

Se tais questões levantam problemas extremamente sérios à criança em geral, a situação se torna muito mais grave ainda com relação às crianças excepcionais de toda a sorte (KRYNSKI 1964, p. 13, grifos meus).

Consequentemente, foi se difundindo a representação de que a criança vinda de um possível “lar desestruturado” coincidiria com a criança excepcional, problemática e carente, o que fazia da deficiência mental um problema familiar, circunscrito ao âmbito sócio-cultural. O socialmente desprivilegiado acabava sendo visto, portanto, como o mentalmente deficiente e vice-versa, entrecruzando as representações de mundo dos agentes que se colocavam no campo da excepcionalidade. Como resultado, as crianças dos estratos sociais mais vulneráveis eram afastadas da escola comum, por serem incapazes e inaptas para o aprendizado acadêmico, o que só reforçava sua suposta deficiência e as tornava invisíveis para essa instituição. Como certa vez declarou Clemente Filho (1964a, p. 57, grifos meus), “Nos registros escolares mal chegam a aparecer aquelas [crianças retardadas] que se enquadram nos limites próximos da escolaridade; as outras, *as mais afastadas da normalidade, de aprendizado mais árduo, não chegam a figurar nas estatísticas escolares*”.

Naquele momento, prevalecia, portanto, a tese de que “Está determinada uma forte correlação entre deficiência mental e condições sociais precárias. A grande maioria dos deficientes mentais provêm de famílias das classes sociais - mais desfavorecidas” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 49). Com certa insistência, era alegado que “[...] o problema da deficiência mental decorre diretamente de subdesenvolvimento econômico e cultural, na grande maioria dos casos” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 109). Assim, era forjada a teoria do retardo cultural do pobre, à base do qual emergia o retardo mental, dispensando-se uma investigação mais apurada dessa deficiência - já presumida - e de suas outras possíveis causas, tanto que “Por falta de melhor conhecimento das causas diretas, a esse grupo majoritário atribui-se o assim chamado ‘retardamento cultural ou sócio-econômico’” (SUBSÍDIOS, 1973, p. 49).

Daí tornar-se tão alarmante o problema do excepcional e a insistência dos apaeanos em educá-lo - como também a seus pais - em ambientes que compensassem suas limitações e privações, reabilitando-o para a vida social, principalmente de maneira a “[...] treiná-lo e torná-lo apto para um emprego rotineiro [...]” (CLEMENTE FILHO, 1964a, p. 58). Ainda como assinalou Clemente Filho (1964a, p. 58-59, grifos meus), ao discursar para rotarianos da cidade de São Paulo, de cujo discurso extraí a epígrafe deste capítulo,

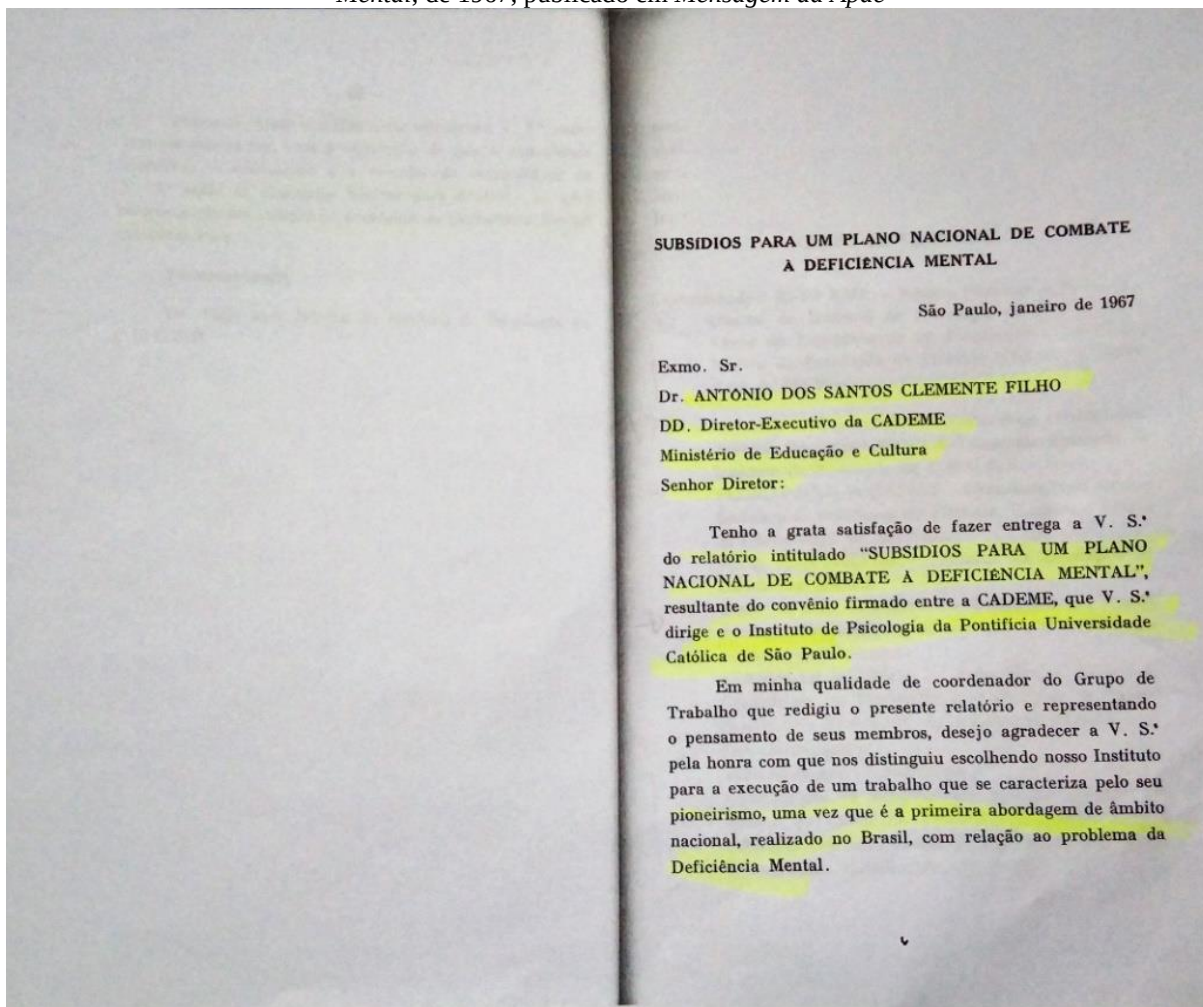
Natal [capital do estado do Rio Grande do Norte] nos aponta uma estatística apavorante: *70 a 80% dos candidatos a ingresso nas escolas primárias são subnormais, pelos padrões vigentes e 7 a 8% se enquadram decididamente entre aqueles cuja dificuldade de adaptação social permite classificar como retardados. Sabido como as condições sócio-econômicas e culturais adversas influem decididamente no coeficiente intelectual e na capacidade de aprendizado, longe de nós imaginar que em São Paulo se encontrem cifras tão elevadas, mas sem pessimismo, aceitamos Natal como exemplo das condições médias prevalentes no Brasil.*

[...]

Senhores, demo-nos as mãos, em busca da recuperação dessas crianças perdidas no trigal da negligência ou de rejeição sociais, demos-lhes condições de aprendizado e logo condições de trabalho e adaptação social.

Essas (pro)posições permearam, sobretudo, o relatório denominado *Subsídios para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental*, publicado na edição única de *Mensagem da Apae* de 1973, como modelo a ser seguido pelos apaeanos, segundo discorri em momentos anteriores desta tese. Esse documento, embora produzido em 1967, quando Clemente Filho era diretor da Cademe, foi publicado no impresso da Fenapaes somente em 1973, como parte de suas estratégias institucionais e editoriais já mencionadas (*Figura 76*). De 160 páginas dessa edição, cerca de 114 foram reservadas para a reprodução integral desse relatório, organizado em pequenos capítulos que abordavam a deficiência mental em vários aspectos, a saber: *prevenção; assistência: diagnóstico, tratamento, educação e reabilitação; preparação de técnicos em vários níveis; pesquisa; divulgação e legislação* (SUBSÍDIOS..., 1973).

Figura 76¹¹⁸ - Frontispício do relatório *Subsídios para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental*, de 1967, publicado em *Mensagem da Apae*



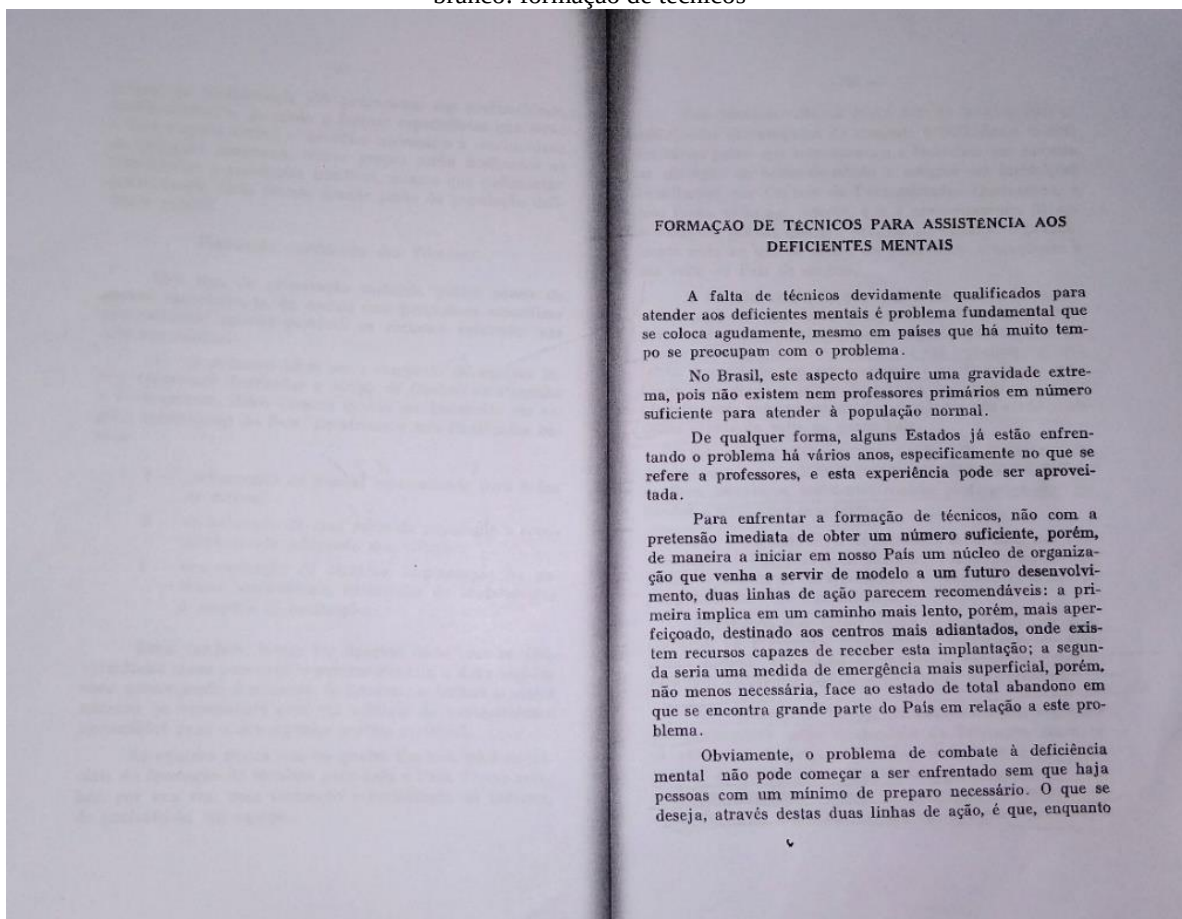
Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 41, 1973).

Material e simbolicamente, a reprodução desse documento confirmava o endosso integral que a Federação lhe conferia naquelas circunstâncias, atribuindo ao relatório grande potencial educativo tanto para os apaeanos como para quaisquer outros leitores a quem chegasse o seu periódico. Neste, os capítulos do “plano” apareceram editados com independência física e temática, uma vez que foram dispostos separados entre si sempre por uma página em branco, não obstante tivessem em comum o problema da deficiência mental (*Figuras 77 e 78*). Tal organização cumpria algumas funções em *Mensagem da Apae*, quais sejam, instigar uma leitura por capítulos, conforme os objetivos e tópicos de interesse imediato do leitor; assegurar-lhe

¹¹⁸ Como mencionado na nota de rodapé 102, as imagens das páginas internas das edições de 1969, [1972?] e 1973 são provenientes de fotografia das respectivas cópias xerocopiadas de que disponho. Inadvertidamente, pela minha própria inexperiência de trabalho com impressos periódicos na dupla perspectiva de fonte e objeto, acabei grifando e/ou destacando algumas partes. Por isso, os grifos que se veem nessa figura foram feitos por mim, são marcas de minhas leituras interessadas e não de um leitor que tivesse consultado o material em outro momento. Ressalto que os exemplares originais dispostos na biblioteca da Fenapaes, a partir dos quais as cópias foram feitas, estavam sem essas marcações, suficientemente preservados para consulta.

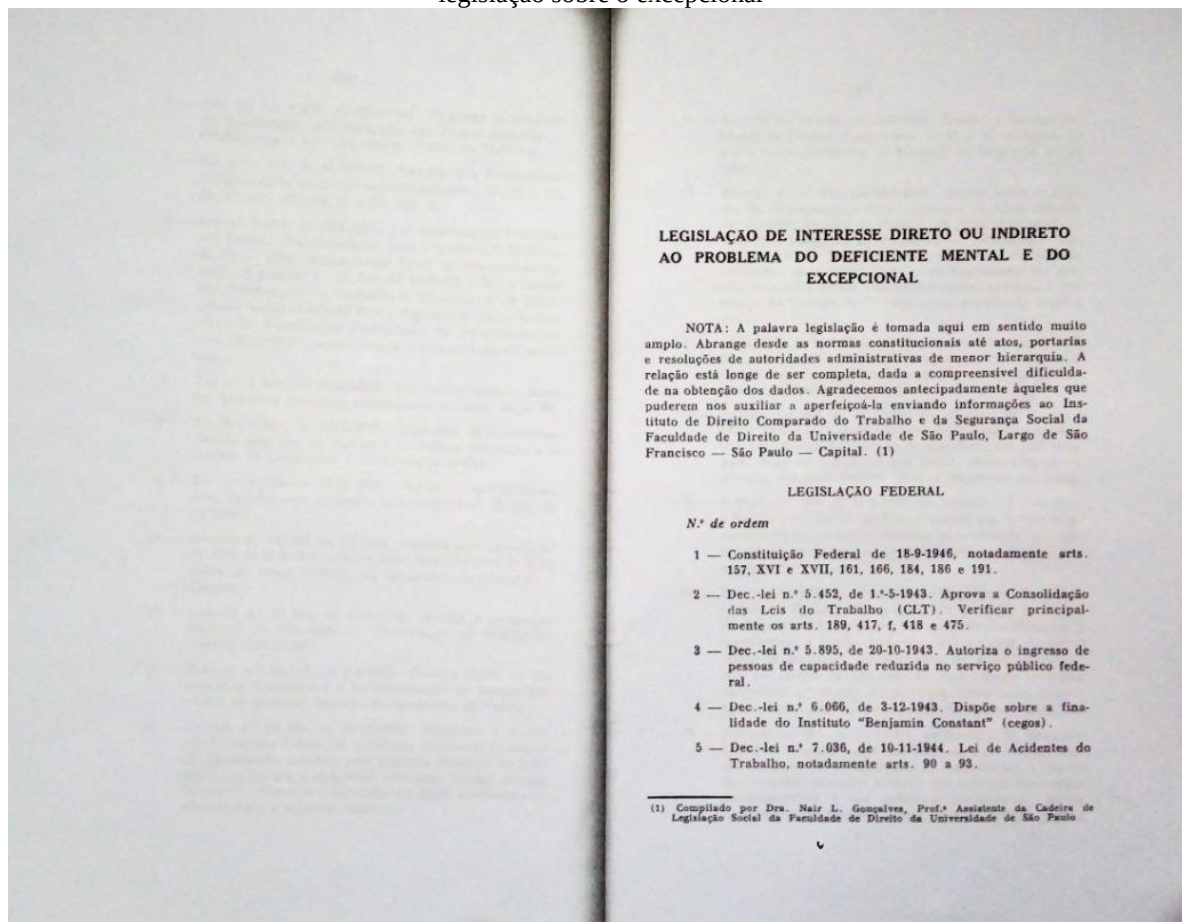
alguma pausa para reflexão; e, ainda, dispor um espaço para suas anotações de estudo, pois o relatório, na percepção dos editores e dirigentes da Fenapaes, deveria ser usado como um guia de trabalho pelos dirigentes e sócios apaeanos.

Figura 77 - Apresentação do relatório na forma de capítulos temáticos, antecidos por página em branco: formação de técnicos



Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 97-96, 1973).

Figura 78 - Apresentação do relatório em capítulos temáticos, antecidos por página em branco: legislação sobre o excepcional



Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 142-143, 1973).

Na ótica desse relatório, elaborado com a participação de pessoas muito ligadas à Fenapaes, como o psiquiatra Krynski, a incidência crescente da deficiência mental, por causa das carências sociais e econômicas da população, precisava ser combatida e prevenida por meio de "[...] programas gerais de educação sanitária [...]" (SUBSÍDIOS, 1973, p. 111), , p. 16). Com essa sistemática, buscava-se promover "[...] a erradicação das endemias, do subdesenvolvimento, da ignorância, medidas de higiene geral, saúde mental, alertamento da opinião pública sobre as causas [da deficiência mental] e a maneira de evitá-las etc." (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 57). Tais ações educativas deveriam ser direcionadas, sobretudo, para os brasileiros que ainda viviam "[...] ante a impossibilidade quase total de beneficiar-se com o progresso da civilização e devem ser, de início, submetidos a um trabalho preparatório de esclarecimento e aceitação das medidas profiláticas a serem introduzidas progressivamente" (KRYNSKI, 1964, p. 17). Esses brasileiros representavam o Brasil que se queria suplantado, com sua "[...] população não educada, marginalizada social e economicamente, em grande parte analfabeta, que precisa ser informada e instruída para evitar pelo menos alguns dos casos que decorrem da carência de cuidados pré-natais, de hábitos de higiene insatisfatórios etc." (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 109-110).

Como dito anteriormente, a educação seria a arma para alavancar o país e retirá-lo do subdesenvolvimento econômico, da ignorância e dos tantos *déficits* que tínhamos em relação às potências mundiais. Por si mesma, ela poderia, inclusive, diminuir os elevados índices de deficiência mental entre as classes populares, visto que, segundo se acreditava então, sua “[...] *maior incidência se dá nas áreas de pobreza e de miséria. Por isso a educação, a higiene, a assistência médica à mãe e à criança, desde o período pré-natal contribuem para diminuir os casos de retardamento*” (DISCURSO..., [1972?], p. 12, grifos meus). Bastava divulgar a questão amplamente pela sociedade, o que tinha, inclusive, baixo custo financeiro e poderia ser feito mediante campanhas nacionais, a serem veiculadas “[...] pelo rádio, televisão, sistemas de alto-falantes em cidades do interior e cartazes de parede, baseadas especialmente nos recursos audiovisuais. Entretanto, jornais e revistas de circulação nacional devem ser empregados também” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 111). Esses veículos de comunicação já eram tidos como agentes poderosos de educação informal do povo e, naquela conjuntura, serviam para difundir a crença higienista no esclarecimento “sanitário” como a solução para o problema do excepcional e como uma forma de melhorar as condições sócio-econômicas da população, porquanto:

A experiência mostra que um esclarecimento amplo — sobre os vários problemas da deficiência mental, frequentemente, não só modifica toda a atmosfera familiar como também influi para melhoria do nível sócio-cultural, criando motivação positiva para o enfrentamento de uma série de outros problemas colaterais (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 59).

A partir desses pressupostos, as Apaes concebiam, portanto, a urgência de se educar a sociedade como um todo, pois essa estratégia seria uma medida profilática em relação à deficiência mental, uma vez que, no dizer do apaeano Pereira (1973, p. 35), “[...] o mais sábio será tomar as medidas de higiene e profilaxia que evitem o surgimento de tantos casos [...]”. Reclamando para si essa tarefa, os apaeanos alegavam que “A Associação de Pais deve ser responsável pelo planejamento e coordenação de um programa de informação e educação do público, assim o povo em geral ficaria esclarecido ao invés de confuso, no que concerne a este problema tão complexo” (BORBA, 1969, p. 43). Essa ação educativa estimularia, ainda, a aceitação e integração do excepcional na sociedade, visto que, para a época, “A tendência moderna no combate à deficiência mental indica que todos os esforços devem ser feitos para integrar os deficientes mentais à sociedade, evitando sua segregação” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 52).

Para tanto, entre os esforços empreendidos pelos apaeanos, estava recorrer à grande imprensa, dentre outras medidas educativas adotadas, para, literalmente, educar a sociedade sobre como atender os excepcionais e até mesmo dar-lhes algum emprego, aumentando “[...] as possibilidades de trabalho economicamente útil para os deficientes mentais” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 111). Para Clemente Filho (1969, p. 49, grifos meus),

A tarefa de criar, dentro da comunidade, condições para aceitação do deficiente mental, cabe, sobretudo, às APAEs. A divulgação constante a respeito do problema, o ponto-de-vista otimista com relação à recuperação do deficiente mental, que deve contagiar toda a comunidade, faz parte da tarefa das APAEs.

É necessário procurar as oportunidades de emprego, desenvolvê-las, criá-las quando elas não existem, obtendo para tudo a boa-vontade da comunidade em receber no seu seio os deficientes mentais recuperados. Esta é uma tarefa indeclinável da APAE. Esta campanha constante pode ser desenvolvida através da imprensa, através do rádio e televisão, por meio de exposições, quer demonstrando aquilo que já foi realizado localmente, quer aquilo que poderá ser realizado com base na experiência de outros países, quer pela exibição de material feito pelos deficientes, quer pela exibição de material pedagógico necessário para a sua recuperação.

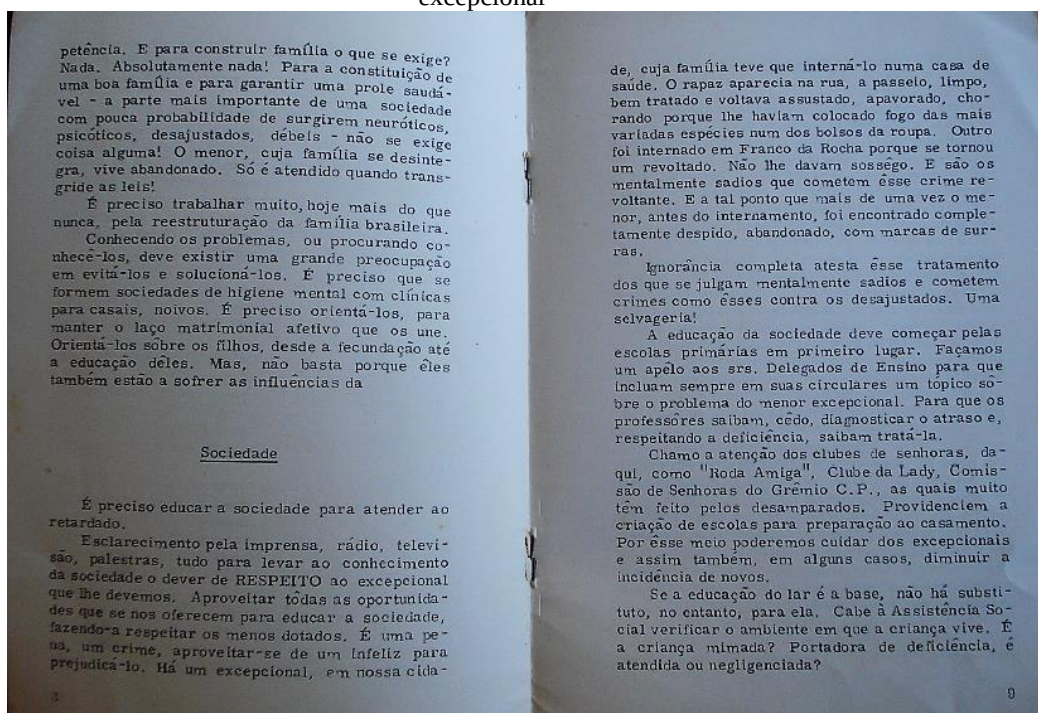
Através de cartazes, através de publicações, de conferências e palestras, obtém-se a divulgação constante do problema.

Essa metodologia educativa foi, assim, conferindo grande visibilidade às Apaes e, de certo modo, imprimiu-lhes uma missão civilizadora no Brasil, no que tangia à conscientização popular sobre cuidados devidos com os excepcionais e sobre formas de se prevenir a deficiência mental. Para a Fenapaes, “a Associação de Pais é especialmente capaz e especialmente indicada para levar avante a importante missão de educação e informação do público. Todos os meios de comunicação devem ser explorados e utilizados” (BORBA, 1969, p. 43). Como veiculou *Mensagem da Apae* em 1963, em subtítulo designado justamente por *Sociedade* - que fazia parte de um texto sobre propostas educativas concernentes à superação do problema do excepcional -, comprovando que a Fenapaes queria dar realce a essa abordagem em seu impresso oficial (*Figura 79*),

É preciso educar a sociedade para atender ao retardado.

Esclarecimento pela imprensa, rádio, televisão, palestras, tudo para levar ao conhecimento da sociedade o dever de RESPEITO ao excepcional que lhe devemos. Aproveitar todas as oportunidades que se nos oferecem para educar a sociedade, fazendo respeitar os menos dotados (PROBLEMA..., 1963, p. 8, grifos meus).

Figura 79 - Texto do periódico enfatizando a educação da sociedade quanto ao problema do excepcional



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 4, p. 8-9, 1963).

Além da imprensa, fiel a suas origens filantrópicas, os apaeanos conclamavam os clubes de serviço e as damas da sociedade para educarem a população mais desassistida (COLABORAÇÃO...1966), a fim de que esta cuidasse melhor dos excepcionais e, quando possível, prevenisse a ocorrência da deficiência mental em seu meio, tornando mais “higiênicos”, “ajustados” e “sãos” seus espaços comunitários e domésticos. Tal proposta foi defendida, em 1963, pela professora Inez Enfeldt, então supervisora da Apae de Jundiaí - SP, que, na ocasião, pronunciou-se da seguinte maneira:

Chamo a atenção dos *clubes de senhoras*, daqui [Jundiaí – SP], como ‘Roda Amiga’, Clube da Lady, Comissão de Senhoras do Grêmio C. P., as quais muito têm feito pelos desamparados. *Providenciem a criação de escolas para preparação ao casamento*. Por esse meio *poderemos cuidar dos excepcionais e assim também, em alguns casos, diminuir a incidência de novos* (PROBLEMA..., 1963, p. 9, grifos meus).

Todo esse empenho em educar a sociedade e chamar-lhe a atenção para o caso dos deficientes mentais foi, também, um dos objetivos que motivara, segundo já pontuei nesta tese, a instalação e as comemorações da supracitada *Semana Nacional do Excepcional*, como parte das estratégias apaeanas. Conforme o então presidente da Fenapaes, em 1963, “[...] se instituiu a Semana da Criança Retardada, para atrair e orientar pais receosos e desanimados, para encorajá-los, para educar a sociedade, buscando o seu apoio, mostrando o que se faz, o que pode e o que se deve fazer, pelos retardados mentais” (CLEMENTE FILHO, 1964a, p. 59). Na mesma concepção, o deputado Padre Godinho, em 1968, lembrou o propósito educativo dessa Semana, “[...] destinada, anualmente, a despertar a atenção do povo, das instituições particulares e do Governo para o problema dos excepcionais” (DISCURSO..., [1972?], p. 9), a qual muito ajudou projetar a imagem e a “missão” das Apaes para todo o Brasil.

Além disso, não se pode esquecer que o próprio impresso *Mensagem da Apae*, onde essas medidas educativas eram divulgadas, funcionou, por sua vez, como um instrumento de educação social acionado pela Fenapaes. As diversas traduções publicadas no periódico devem ser entendidas exatamente no bojo dessa “missão educativa”, uma vez que, naquele momento, os apaeanos corroboravam a ideia de que “[...] a simples tradução, adaptação e divulgação de material técnico e científico publicado em outros países, a centralização de informações, a codificação e organização de bibliografias e currículos, representa enorme progresso [...]” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 110). Desse modo, o periódico materializava, também, uma espécie de “biblioteca apaeana”, como receptáculo de leituras autorizadas e recomendadas pela Fenapaes.

Foi por isso que, entre outros motivos já expostos, priorizaram, em muitas edições, essa prática editorial, divulgando o que de mais “avançado” se fazia nos demais países, em particular os Estados Unidos, a nação-modelo a ser seguida pelos brasileiros, na construção do Brasil-potência, onde os excepcionais deveriam ser parte do engrandecimento nacional, pelo menos

no plano das representações. Todavia, para o êxito desse projeto educativo das Apaes, além do investimento em práticas e estratégias de educação social, era preciso educar também, na dimensão técnico-científico, os profissionais especializados que se encarregariam do excepcional. Esse era mais um problema a ser enfrentado para assegurar o atendimento educacional aos deficientes mentais, como passo a discorrer em seguida, problematizando o modo como as Apaes buscaram contorná-lo, à medida que deflagravam sua ação pedagógica.

4.1.1.1 Educar os profissionais especializados: o problema dos técnicos e dos educadores de excepcionais

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, fora os desafios da questão social e familiar supracitados, como advertiam os apaeanos, a tarefa de ofertar alguma assistência e educação aos excepcionais tornava-se ainda mais complexa pela alegada escassez de profissionais especializados nesse campo e pelas dificuldades de sua formação. O psiquiatra Krynski (1963, p. 5-6, grifos meus), em 1963, atuando em favor da Fenapaes, já denunciava, nas páginas de *Mensagem da Apae*, que:

[...] ponto crucial é o da preparação de técnicos. Somos um país carente de técnicos, um país que não os valoriza na devida proporção. Enquanto em países mais desenvolvidos do que o nosso é dado acento todo especial a essa preparação, facilitando ao máximo o preparo e o trabalho do indivíduo especializado, o Brasil, por inobservância deste aspecto — fundamental a toda a assistência em bom padrão — já carente de técnicos, assiste diariamente a evasão dos poucos aqui existentes, que vão em busca de melhores condições, senão de vida, pelo menos de trabalho. Urge valorizar esse trabalho, possibilitando ao profissional melhores condições de trabalho, ambientes especializados (somos ainda, infelizmente, um país de autoditadas, quando não de pseudo especialistas), possibilidades de aperfeiçoamento no estrangeiro, intercâmbio de técnicos para aferição dos nossos meios de trabalho, enfim, colocação do problema nos seus devidos termos e proporções.

Nesse cenário, os apaeanos reclamavam a necessidade de “[...] professores mais habilitados, psicólogos com mais tempo para maior dedicação, fonoatras, fisioterapeutas, recreacionistas, etc.” (COMO SURGE..., 1963, p. 11), com a “[...] melhoria do ensino dos profissionais, o preparo de técnicos que, ainda, em *número insuficiente*, se dedicam ao problema [do excepcional]” (KRYNSKI, 1964, p. 15, grifos meus). Essa carência de técnicos (SEIXAS, 1969) e/ou a inadequação de seu processo formativo, segundo o impresso da Fenapaes, atingiria tanto professores como profissionais da área de saúde, tornando o caso ainda mais grave, pois a educação do excepcional era pensada, basicamente, na perspectiva de uma *abordagem terapêutica*. Diante disso, os apaeanos entendiam que:

Observamos, igualmente, com raríssimas exceções, que o trabalho educacional e médico para o excepcional retardado mental se realiza, entre nós, sem a necessária base doutrinária. Responsabilizamos, particularmente, os currículos das Escolas Normais e das Faculdades de Medicina, por essa lacuna (INTERAÇÃO..., 1969, p. 152, grifos meus).

De fato, até então, as Escolas Normais¹¹⁹, que vinham se encarregando, em nível médio, da formação de professores para o ensino primário, bem como a habilitação “específica” de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau e o curso superior de Pedagogia, que, nos anos de 1970, substituíram-nas como *locus* dessa formação (BRASIL, 1971; CASTRO, 2007; DEIMLING, 2013; SAVIANI, 2005), não tinham, dentre suas preocupações imediatas, o preparo docente para o ensino do excepcional. Isso porque este dificilmente chegava às escolas comuns, tal qual já explicitado, e, caso chegasse, por não se enquadrar ao “ritmo” da turma, era logo destinado a espaços tidos como mais adequados para ele, como as classes e escolas especiais. Nesses espaços, atuavam profissionais que nem sempre possuíam habilitações ou formações específicas, já que estas tampouco eram ofertadas de forma satisfatória e regular no país. Principalmente, no caso dos professores de deficientes mentais, não havia, em âmbito nacional, programas ou realizações governamentais destinados à sua formação.

O próprio curso de Pedagogia converteu-se unicamente em licenciatura em 1969¹²⁰, sendo prevista a oferta de habilitações para a formação do pedagogo. Nesse ano, chegou-se a discutir a habilitação para a educação de excepcionais, no âmbito desse curso. Todavia, “[...] a habilitação não teve grande expansão, limitando-se a poucos cursos de Pedagogia” (CASTRO, 2007, p. 206). Ademais, essa habilitação estava voltada, originalmente, para os deficientes da audiocomunicação, como se dizia na época sobre pessoas com surdez/deficiência auditiva. Segundo Deimling (2013, p. 240), “[...] foi apenas no ano de 1972 que o primeiro curso de formação de professores de excepcionais (área de ensino de deficientes mentais) do país foi instalado no Estado de São Paulo, em nível superior, como habilitação específica do Curso de Pedagogia”. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, iniciativas similares foram aparecendo, principalmente em instituições privadas de ensino superior. Ainda de acordo com Deimling (2013, p. 240),

Apenas no ano de 1977 concretizou-se a implantação da Educação Especial como habilitação específica no curso de Pedagogia em uma Universidade Pública Estadual. A Universidade Estadual Paulista ‘Julio de Mesquita Filho’ (UNESP) passou a

¹¹⁹ Cumpre lembrar que a Lei n. 5.692/71 (BRASIL, 1971), “[...] modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau [...]. Em decorrência dessa nova estrutura desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM)” (SAVIANI, 2005, n.p.). Além disso, a partir de 1969, os cursos de Pedagogia vão assumindo o papel de formar “[...] professores para ensino de 1º grau e ensino normal e os especialistas nas áreas de orientação, administração, supervisão e inspeção para o exercício das funções em escolas e em sistemas escolares” (CASTRO, 2007, p. 205). Por isso, é preciso entender que, de 1963 a 1973, período abrangido nesta pesquisa, a formação de professores para que o hoje chamamos de anos iniciais do Ensino Fundamental sofreu mudanças, passando das Escolas Normais à habilitação em nível de 2º grau e, também, aos cursos de Pedagogia.

¹²⁰ Até então, desde 1939, quando fora criado, o curso de Pedagogia possibilitava formação em bacharelado e licenciatura (Cf. CASTRO, 2007).

oferecer a ‘Habilitação para o Ensino de Retardados Mentais e Deficientes Visuais’ na Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília [...].

Nesse sentido, eram escassas tais habilitações no período que compreende esta tese, muito restritas ao centro geográfico do estado de São Paulo, o que abria espaço para o avanço de outros percursos formativos, promovidos, inclusive, pelas Apaes. Tanto que até o final da década de 1960, existiam, quando muito, cursos intensivos, cursos de aperfeiçoamento, cursos de férias, geralmente ministrados em parceria com as instituições filantrópicas que se dedicavam ao campo da excepcionalidade, ou mesmo raras especializações que podiam ser cursadas após a Escola Normal, a partir de iniciativas pontuais de alguns estados ou de instituições privadas de ensino (Cf. ALMEIDA, 2004; DEIMLING, 2013; FLORENZANO, 1968; HARLOS, 2015). Garcia (2013, p. 112, grifos meus) ratifica o exposto, lembrando que:

Até então [isto é, até o final da década de 1960], os *professores de educação especial eram formados como professores primários, buscando o conhecimento específico no próprio exercício profissional*, na lida com os alunos ou em cursos oferecidos por instituições especializadas. No final dos anos de 1960 e início dos 1970, a educação especial passa então a integrar os cursos de pedagogia, com a criação das habilitações em áreas específicas de deficiência.

A propósito, com base em estudiosos da área, Mendes (2010, p. 101) também cita que somente “No final da década de setenta são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial ao nível do terceiro grau e os primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à área de educação especial”, informação corroborada, igualmente, por Jannuzzi (2006). Assim, muitos desses profissionais que atuavam no campo da excepcionalidade, entre os anos de 1960 e 1970, eram, ainda, autoditadas ou “práticos”, como já alertara Krynski (1963), tanto que, segundo reconheceu oficialmente, em 1969, o conselheiro Clóvis Salgado (apud CASTRO, 2007, p. 206, grifos meus), do Conselho Federal de Educação, “[...] os professores [no ensino de excepcionais] são, geralmente, *normalistas especializados na prática*, ou em cursos promovidos pelos próprios estabelecimentos”. Isso, aliás, comprometia o avanço da educação escolar e sistemática dos deficientes mentais, favorecendo que instituições especializadas privado-filantrópicas, como as Apaes, nem sempre em caráter formal, se encarregassem de prestar algum atendimento educacional a esse público, muito embora já houvesse previsão legal para seu ingresso nas escolas comuns (BRASIL, 1961).

De modo similar, os cursos de Medicina, considerados tão importantes naquelas circunstâncias para o avança e promoção das medidas de higiene, sanitarismo social e profilaxia, vistas como essenciais para o desenvolvimento da nação, também pouco abordavam os temas concernentes aos excepcionais, o que inquietava as Apaes federadas. Seixas (1969, p. 147,

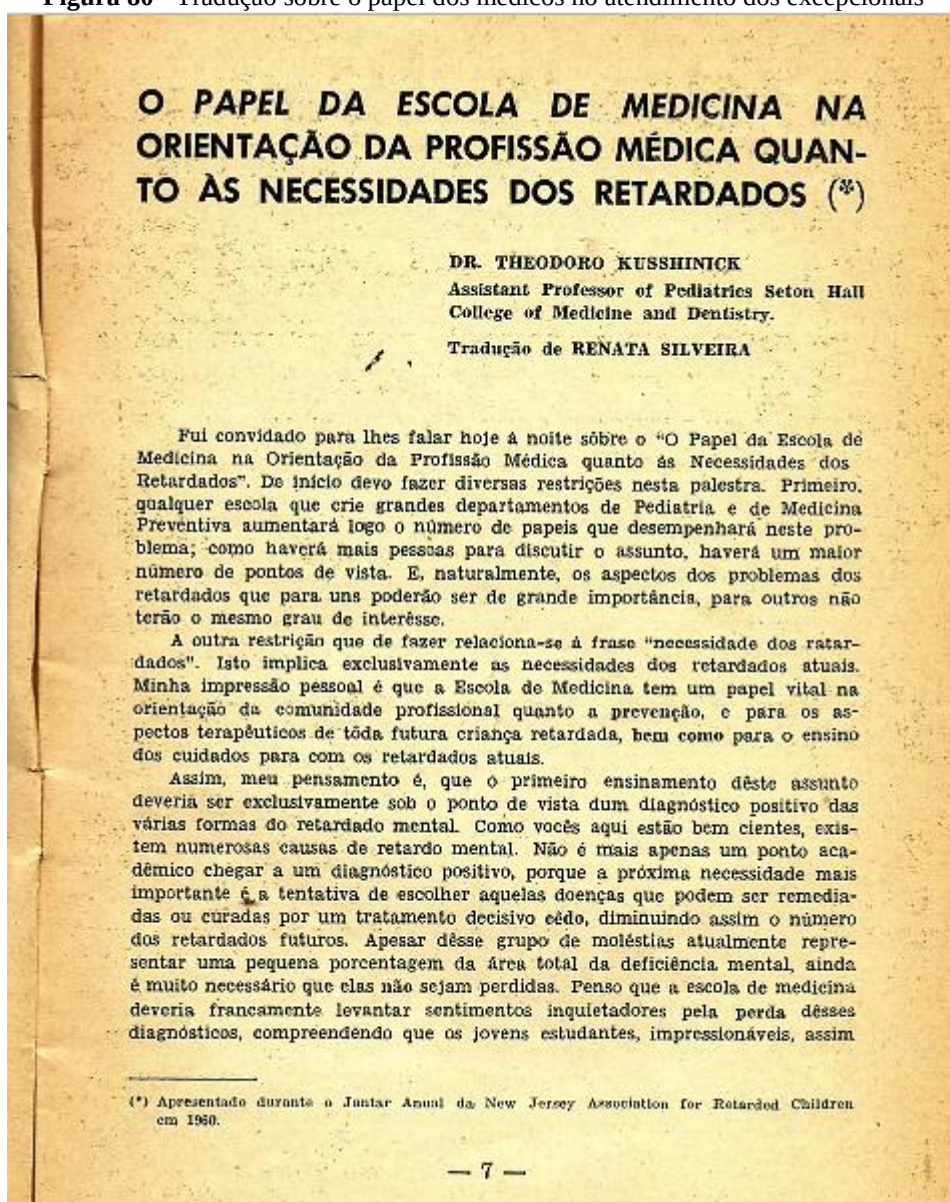
grifos meus), que era médico e líder apaeno, legou-nos um retrato daquela realidade, com as seguintes palavras:

[...] não sabemos de Escola de Medicina que tenha em seu currículo uma disciplina ou, pelo menos, um curso sobre Deficiência Mental, e não estão os médicos, portanto, em condições de enfrentar o problema. Daí a necessidade de continuarmos a insistir, junto a essas escolas, para a inclusão de uma melhor abordagem do problema, principalmente nas cadeiras de Psiquiatria e Pediatria e, se possível, também nas de Neurologia e de Ortopedia.

Essa preocupação com as Escolas de Medicina e a formação do médico torna-se mais inteligível se compreendemos que, à base de toda e qualquer ação educacional, em relação aos deficientes mentais, estava, naquele momento, o concurso do saber médico, visto como o mais decisivo e capaz de ditar os rumos da própria educação especializada e das demais terapias de reabilitação. A medicina era o parâmetro de qualidade, por assim dizer, mesmo que, em alguns espaços, o foco estivesse no trabalho pedagógico, e não no tratamento clínico. Afinal, como se preconizava, “A prova de eficiência do tratamento [especializado, em relação ao excepcional] só é dada pelo terapêutico” (PROBLEMA..., 1963, p. 10). Formar o médico já era, portanto, um passo importante para formar os demais profissionais especializados, posto que o egresso da Escola de Medicina tinha, então, na ótica apaeana, “[...] um papel vital na orientação da comunidade profissional quanto a **prevenção**, e para os aspectos terapêuticos de toda futura criança retardada, **bem como** para o ensino dos cuidados para com os retardados atuais” (KUSSHINICK, 1965, p. 7, grifos no original).

É no bojo de tal concepção que se pode entender as motivações do impresso da Fenapaes para publicar, em 1965, uma tradução de 6 páginas referente ao papel da Escola de Medicina na orientação da profissão médica quanto às necessidades dos retardados. Com tamanho destaque ao assunto, já que não foram comuns textos tão extensos no segundo momento da primeira fase de sua existência, *Mensagem da Apae* buscava prescrever um modelo de formação para esses profissionais, a partir de referências estadunidenses, como fica patente nesta figura:

Figura 80 - Tradução sobre o papel dos médicos no atendimento dos excepcionais



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p.7, jan. - dez. 1965).

O notório interesse quanto à formação do professor e do médico, dentre outros especialistas que pudessem atuar no campo da excepcionalidade, tinha como base, para os apaeanos, uma determinada explicação. Tal qual ressaltavam as edições de *Mensagem da Apae*, do alardeado *problema do excepcional* decorria, também, o *problema dos técnicos*, um assunto que preocupava a Fenapaes desde sua origem (RELATÓRIO...1963). A solução de um demandava a solução de outro, visto que "*Obviamente*, o problema de combate à deficiência mental não pode começar a ser enfrentado sem que haja pessoas com um mínimo de preparo necessário" (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 97, grifo meu). E, como o número de deficientes mentais era tão alarmante naquele momento, haja vista a teoria do "retardo cultural" da população mais pobre e não integrada aos "progressos"

da civilização, havia “[...] urgência no preparo de pessoal capacitado” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 121) para driblar essa incômoda problemática, que ofuscava o “engrandecimento nacional”. Por isso, em seu periódico, a Federação apaeana reivindicava que:

O currículo dos cursos de medicina, pedagogia, psicologia, serviço social e outros ligados ao problema dos excepcionais deve incluir noções básicas que habilitem o profissional a colaborar eficientemente com os técnicos e especialistas, nos programas de educação especial (CONCLUSÕES..., 1965, p. 39, grifos meus).

Ao mesmo tempo que se produzia o deficiente mental, produzia-se, igualmente, a demanda pelos serviços especializados e pelos técnicos que pudessem executá-los, a fim de, pela racionalidade técnica, converter o excepcional em um trabalhador útil à nação, economicamente menos dispendioso à sociedade e aos governos. Por consequência, o problema da educação do excepcional, para além dos apelos afetivos, se constituía em uma questão de métodos e de especialistas, sendo um trabalho eminentemente técnico, despolitizado, pragmático e resultante de “[...] uma planificação racional” (AÇÃO DAS APAES...1969, p. 110). No dizer de Gomes (1966, p. 27, grifos meus),

A educação da criança excepcional não é uma tarefa fácil e requer a conjugação de esforços de muitos técnicos. Os pais devem procurar pessoas credenciadas para orientá-los, para ajudá-los na sua árdua missão. Devem encaminhar seus filhos a Escolas ou classes Especiais, Centros de Reabilitação etc. onde professores, médicos, técnicos especializados os atenderão com métodos adequados e carinhosa dedicação. Com atendimento médico e psicopedagógico, a criança excepcional melhorará suas condições pessoais, tornar-se-á mais feliz e, dentro de sua faixa, um membro atuante de seu grupo social.

Naquela conjuntura, como demonstram os excertos, imperava uma representação da realidade pela via do tecnicismo¹²¹, o qual, embora viesse sendo difundido no Brasil desde os anos de 1950, associado à ideia de modernização nacional, ao desenvolvimentismo econômico e à Teoria do Capital Humano, tornou-se dominante no país com o golpe civil-militar de 1964 (Cf. FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2008; GATTI JÚNIOR, 2010; PAIVA; PAIXÃO, 2002). A figura dos especialistas “neutros”, com seu conhecimento “técnico-científico” e seus planejamentos eficazes, era a grande aposta para a solução dos problemas brasileiros, inclusive o dos excepcionais, perspectiva que não deixou de ser incorporada, também, pelos apaeanos e, conseqüentemente, reproduzida, instigada e valorizada no impresso *Mensagem da Apae*. Era um tempo de otimismo em torno da ciência, da tecnologia e da técnica, vistas como potências capazes de transformar o mundo e, nesse sentido, de transformar, controlar e desenvolver o

¹²¹ O tecnicismo é uma perspectiva ideológica, político-econômica e filosófica que compreende a supremacia da técnica, das tecnologias e dos técnicos em detrimento de outras formas de racionalidade. Nesse sentido, tal perspectiva traz consigo “[...] uma preocupação com o aprimoramento técnico, com a eficiência e produtividade em busca do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio” (SAVIANI, 2001, p. 33). Durante os anos de ditadura civil-militar (1964-1985), esteve muito em voga, corroborando práticas sociais diversas, em especial no campo da educação.

próprio homem, ajustando-o aos padrões comportamentais de eficiência e produtividade requeridos pelo contexto. Tamanha euforia foi manifestada por Krynski (1964), para quem, no começo dos anos de 1960, estávamos em momento de *evolução social*, devido aos “[...] avanço tecnológico dos conhecimentos humanos” (KRYNSKI, 1964, p. 11),

[...] *saindo, progressivamente, de uma visão mágica do problema da criança, para penetrarmos, largamente, em uma era de pensamento lógico, científico*, no qual a visão clara dos problemas e suas dificuldades são suficientemente amplas para dispor o homem de hoje a lutar, convenientemente, pelo *homem de amanhã*.

[...]

Isso impõe ao homem moderno, que se preocupa em atingir a lua ou em desvendar os mistérios da espeleologia, a necessidade socrática de conhecer melhor a si mesmo, no *imperativo categórico de sobreviver*, não somente como ser biológico, mas também como ser social (KRYNSKI, 1964, p. 10-11, grifos meus).

A corrida espacial e suas descobertas estavam a pleno vapor. Os mistérios do universo começavam a ser desvendados e popularizados. Assim, “[...] na era dos deslumbramentos da ciência e da fascinação da técnica” (DISCURSO, [1972?], p. 17), se era possível ao homem chegar à Lua¹²², também deveria ser possível enfrentar, tecnicamente, a excepcionalidade, revolucionando a terapêutica do deficiente. Nesse clima “futurista” e “miraculoso” de “revoluções tecnológicas”, ganhava força a ideia de que “Há sempre a possibilidade de lhes dar [aos excepcionais] um *sentido de utilidade*, quando não, em face dos *contínuos progressos da ciência*, existe uma *permanente espera de sua integral recuperação* [sic]” (CARDOSO, 1968, p. 28, grifos meus). Ainda em outras palavras.

Da mesma maneira que em relação à exploração do espaço, as possibilidades de exploração da mente humana estão agora se ampliando, possibilidades de que não se teria cogitado há doze anos atrás. Não serão levadas a cabo sem esforços, mas o prêmio é grande; *o retardamento mental constitui um desafio mundial* não apenas porque afeta milhões de seres mas porque estuda a própria raça humana em si (BOGGS, 1964, p. 41, grifos meus).

Investida de capacidades taumatúrgicas, a ciência precisava se tornar uma prioridade nacional, pois, à medida que compreendia as “[...] motivações e efeitos do comportamento humano [...]” (BOGGS, 1964, p. 41), teria, da mesma forma, poderes para administrá-lo e, se preciso fosse, regenerá-lo. Esse caminho mostrava-se promissor, sobretudo, com o avanço e popularização da Psicologia Experimental e do Comportamento, que era enfatizada como a grande promessa na reabilitação dos excepcionais, como bem exprimem estas palavras, divulgadas em 1966, por ocasião do *Encontro de Psicólogos*, promovido pela Apae de São Paulo - SP, em 22 de agosto daquele ano, como parte das atividades comemorativas da “Semana da Criança Excepcional Retardada Mental” (MENSAGEM..., 1966):

Apenas a título de exemplo, chamamos a atenção para alguns progressos alcançados na ciência psicológica. Os *trabalhos atuais de Psicologia Experimental* vem [sic] mostrando que, inclusive os animais inferiores, de estrutura nervosa das mais simples, são capazes, por processos especiais, de *mudar o comportamento* através da

¹²² Segundo as informações veiculadas oficialmente pelos Estados Unidos, o homem teria chegado à Lua, pela primeira vez, em 20 de julho de 1969.

experiência, mantendo-o por algum tempo. Assim se levanta a afirmação que se estes animais aprendem, com mais razão os seres humanos, os mais prejudicados, também podem fazê-lo.

No campo da *psicologia da Aprendizagem* se reafirmam conceitos mais amplos, considerando o aprender como mudança da conduta, de certa maneira estável e adquirida através da experiência; intensificam-se os trabalhos sobre *condicionamento operante*, estendendo-se aos seres humanos, e se esclarecem outros vários tipos de aprendizagem como são os de imitação, condicionamento clássico e discernimento simples.

Portanto, a reabilitação, dentro de certos limites, das crianças treináveis e dependentes, é uma realidade [...] (PEREZ-RAMOS, 1966, p. 15-16, grifos meus).

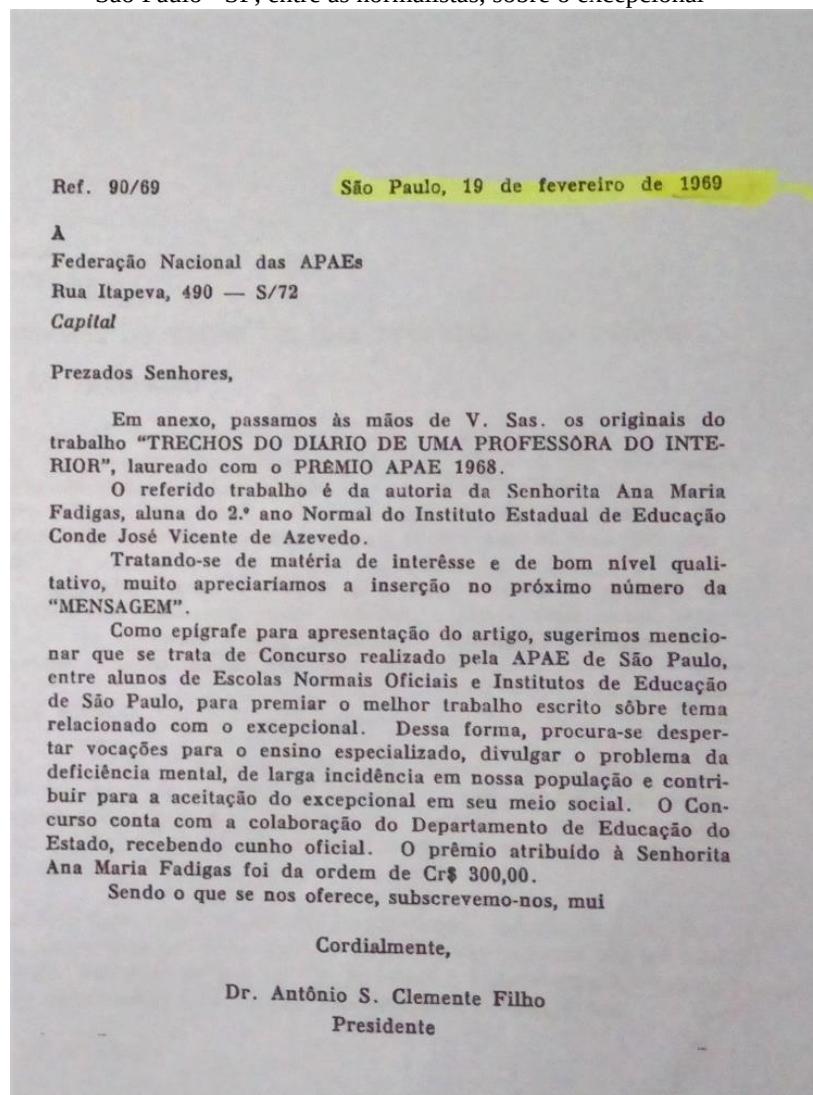
Eis por que, na efervescência daqueles dias, em seus congressos, publicações, discursos e eventos, os apaeanos tanto pleiteavam a divulgação científica “[...] principalmente juntos às *escolas normais*, conscientizando os futuros professores para o *problema do Excepcional*, despertando vocações para os *Cursos Especializados*” (IV CONGRESSO..., 1969c, p. 61, grifos meus). Para essa finalidade, algumas Apaes, como as de São Paulo - SP e de Rio Claro - SP, promoveram até mesmo concursos de produção textual entre as normalistas¹²³, com premiação em dinheiro, para recompensar “[...] o melhor trabalho escrito sobre tema relacionado com o excepcional” (CLEMENTE FILHO, [1972?], p. 69). No tocante à Apae de São Paulo, o concurso teve até mesmo apoio oficial do estado, haja vista os vínculos institucionais e pessoais que mantinham entre si apaeanos paulistas e membros do governo estadual, estes pertencentes, sobretudo, aos serviços de saúde e de educação públicas.

Um desses textos vencedores, editado com o título de *Trechos do Diário de uma Professora do Interior*, embora com atraso, foi publicado no periódico oficial da Fenapaes, em [1972?], no fecho daquela edição, como se o editor quisesse deixar uma *mensagem* motivacional aos leitores. Isso porque o texto relatava, em tom literário e emotivo, os esforços abnegados de uma “professora do interior” para educar, em sua sala comum, uma criança deficiente mental, sob o argumento de que isso seria possível, sobretudo, pelas manifestações de *carinho*, *compreensão*, *força de vontade* e *cuidado* por parte da educadora (FADIGAS, [1972?]). Outra vez, por meio da manipulação das estratégias editoriais, *Mensagem da Apae* retomava a representação metafísica de que o deficiente, pela sua fragilidade e pureza, cumpria o “sublime” papel de despertar, aprimorar e fortalecer a humanidade das pessoas sem deficiência, visto que os excepcionais estariam, pela sua própria “essência”, “[...] num *nível mais alto*, sem dúvida, de maneira mais objetiva, pois que *aperfeiçoam os nossos sentimentos* e *dão-nos* a características de completo *amadurecimento* nos problemas humanos” (MONT-SERRAT apud BORRAIZ, 1963, p. 17, grifos meus). Entende-se, assim, por que o referido texto foi vencedor naquele concurso e se

¹²³ Na história da educação brasileira, observa-se, desde o XIX, a feminização da profissão docente, em particular no caso do ensino primário. As escolas normais representaram um grande impulso nessa tendência. Por isso, nas considerações deste capítulo, as referências são preponderantemente no feminino, quando se menciona quem exercia tal profissão, isto é, usa-se a normalista ou a professora (Cf. UEKANE, 2010; VIANNA, 2002).

recomendava sua publicação no periódico apaeano, como solicitava circular disposta na *Figura 81*:

Figura 81¹²⁴ - Circular endereçada à Fenapaes, com texto vencedor no concurso realizado pela Apae de São Paulo - SP, entre as normalistas, sobre o excepcional



Fonte: *Mensagem da Apae* (p. 69, [197?]).

Ao mesmo tempo, é importante perceber que, como parte de seu projeto "missionário" na luta contra a deficiência mental, os apaeanos queriam, como dito, instigar vocações para o ensino especializado, de cuja falta se queixavam. Por isso, também fora de interesse da Fenapaes socializar os *Trechos do Diário de uma Professora do Interior*, porquanto, nestes, em um determinado ponto, a normalista pensava consigo mesma nos seguintes termos: "[...] acho que farei um curso de especialização logo que puder, pois Antônio [seu aluno deficiente mental] representa quatro milhões em nosso

¹²⁴ Ressalto, outra vez, que o grifo, conforme visto na imagem, foi produzido por mim, a partir de *minhas leituras* da cópia impressa da referida edição do periódico.

País!” (FADIGAS, [1972?], p. 74, grifos meus). As Apaes acionavam, dessa forma, diversos expedientes para mobilizar e sensibilizar o futuro professor, tentando persuadi-lo a seguir carreira nos domínios da educação de excepcionais. Tanto que, em 1964, a Fenapaes fizera circular em seu periódico oficial os apelos para a deflagração de uma suposta “grande campanha” pelo país, a qual parece ter apresentado alcance bem mais modesto, surgindo, possivelmente, como resultado da articulação institucional entre a Apae paulistana e o governo do estado de São Paulo, embora não sejam fornecidos mais dados sobre êxitos, fracassos ou continuidade dessa ação pelo impresso apaeano.

É plausível tecer essas considerações porque, segundo informe publicado em *Mensagem da Apae*, ano II, número 1, seria lançada uma campanha de âmbito estadual, em prol das crianças excepcionais, no começo do ano letivo de 1964, pelo então Serviço de Instituições Auxiliares da Escola, do Departamento de Educação do estado de São Paulo (*Figura 97*). E, logo em seguida, as outras 3 edições trimestrais da revista, referentes a 1964, passaram a veicular, justamente, o anúncio impactante de uma grande campanha. O intuito desta era exortar as normalistas a (re)conhecerem o problema do excepcional, sobretudo no que se referia aos deficientes mentais chamados de educáveis, isto é, aqueles que poderiam aprender a ler e a escrever, para os quais o estado de São Paulo mantinha algumas classes especiais em escolas públicas. Segundo o informe apaeano, faltavam “[...] professores especializados. Em São Paulo, só temos 300. Precisamos de milhares em todo país” (PRIMEIRO APELO..., 1964, p. 64). Por isso, sob o influxo do otimismo pedagógico, “A APAE [...] se encarrega[va] de encaminhá-la [a normalista] a cursos especializados e colocações de futuro” (PRIMEIRO APELO..., 1964, p. 64, grifos meus).

Como se quisesse gravar tal *mensagem* entre os leitores, os anúncios dessa campanha persistiram sempre com o mesmo formato gráfico e conteúdo textual, na quarta capa dos respectivos números (*Figura 82*). Isso demonstra o elevado interesse dos editores em garantir visibilidade a esse informe. Afinal, as partes imediatamente perceptíveis de qualquer periódico, do ponto de vista material, são sempre suas capas. Assim, quaisquer leitores que tivessem acesso aos citados números da revista já se deparariam com o reclame apaeano, convocando as normalistas a procurarem a Apae. Informação essa que vinha, propositadamente, destacada em negrito, com letras maiores, a fim de se realçar que a campanha tinha como alvo divulgar um apelo para esse público em particular, além de promover a própria imagem e o trabalho da Apae paulistana - fundada em 1961, e, portanto, ainda não tão conhecida naquele momento - entre os possíveis leitores do impresso, como se depreende pela figura:

Figura 82 - Informe publicitário da Apae de São Paulo - SP direcionado às normalistas

**primeiro apêlo
para uma
grande campanha**

Em cada 1.000 crianças que nascem, 30 são retardadas. Dessas, 25 são "educáveis" — podem ler e escrever. Há classes especiais para elas.

Mas faltam professores que tenham cursos especializados. Em São Paulo, só temos 300. Precisamos de milhares em todo país.

normalista!

A APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) se encarrega de encaminhá-la a cursos especializados e colocações de futuro.

procure
a

APAE

Rua Martiniano
de Carvalho,
368
São Paulo — SP

Editora «AVE MARIA» Ltda. - São Paulo

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 2, [quarta capa], abr. - jun. 1964; ano II, n. 3, [quarta capa], jul. - dez.[set.] 1964; ano II, n. 4, [quarta capa], out. - dez. 1964).

Além de direcionar tal abordagem persuasiva às *normalistas* e professores especializados, os apaeanos propugnavam, mais ainda, que “Esta divulgação deverá atingir também os Cursos Universitários, conduzindo os futuros *profissionais* para o diagnóstico precoce da excepcionalidade — trazendo, dessa forma, atendimento imediato dos *excepcionais* e orientando as *famílias*” (IV CONGRESSO..., 1969c, p. 61, grifos meus). Aliás, pode-se comprovar, aqui, a explicitação do tripé que embasa este capítulo, qual seja, a premissa apaeana de, para educar o deficiente mental, ter empreendido um triplo movimento de *formar e educar os técnicos, os pais e os próprios deficientes*, essência do programa institucional que as Apaes levaram a termo pelo menos de sua fundação até os anos de 1970. Nessa ótica, de acordo com Seixas (1969, p. 147, grifos meus),

Os pais devem saber da importância da assistência multidisciplinar ao deficiente mental, e por isso devem as APAEs estimular sempre os jovens de nível colegial para procurarem os cursos de Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Especialização de Professores nos vários setores de excepcionalidade e na Orientação de Oficinas. As APAEs devem, ao lado da montagem e manutenção de suas escolas, encaminhar elementos seus, devidamente selecionados, para realizarem estes cursos [...].

Sob esse viés tecnicista e utilitarista, a Fenapaes e suas filiadas buscaram desenvolver estratégias e ações para (con)formar e atrair profissionais especializados ao campo da excepcionalidade ou, pelo menos, para apoiar iniciativas do gênero, colocando-se, deliberadamente, como agência catalisadora, reivindicante e (in)formativa nesse campo. Basta analisar, por exemplo, o relatório das atividades promovidas por algumas dessas associações, produzido a partir da *Reunião de Apaes do Estado de São Paulo*, ocorrida nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1968, conforme recomendara o “[...] III Congresso da Federação Nacional das Apaes [ocorrido em 1967], no sentido de se estudarem em conjunto os problemas regionais das APAEs, com o propósito de maior entrosamento e cooperação entre as Associações filiadas à Federação [...]” (REUNIÃO..., 1968, p. 8). Para se vislumbrar o teor das reivindicações nesse encontro, os apaeanos até mesmo aprovaram uma moção pela qual a Fenapaes deveria officiar “[...] aos Sr. Governador do Estado de S. Paulo, e ao senhor Secretário de Educação do Estado, solicitando o incentivo da formação de técnicos especializados em deficiência mental, multiplicando os cursos e descentralizando-os” (REUNIÃO..., 1968, p. 11, grifos meus).

Disponibilizado no primeiro número de *Mensagem da Apae* de 1968, transcrevo alguns trechos do referido documento, pois, embora longos, tornam-se imprescindíveis para sustentar a análise aqui pretendida:

Parte importante do programa da Reunião, [sic] foi o depoimento das APAEs presentes.

A *APAE de Campinas* [...] **tem feito esclarecimento do problema para o público, e diretamente aos pais;** esperam obter este ano [1968] o **entrosamento com a Faculdade de Filosofia, através das alunas do curso de Psicologia Experimental, visando estimular a formação de psicólogas, dado o seu pequeno número.** A *APAE de Rio Claro*, fundada embora em 1964, somente agora se sente em **condições de empreender verdadeira luta contra a deficiência mental.** [...]. Uma das suas maiores necessidades refere-se ao **comissionamento¹²⁵ de técnicos pelo estado.**

Tem procurado estimular as vocações para formação de pessoal profissional, tendo instituído um prêmio anual para ser distribuído entre as normalistas que apresentem trabalho referente ao problema do excepcional.

A *APAE de Osasco*, fundada em Novembro [sic] de 1967, procurou como primeira tarefa **localizar nos Grupos Escolares, os deficientes, e dar a estes atendimento.** Foram localizadas 183 crianças, já tendo sido conseguido da Prefeitura, local para as classes especiais, e recursos para o pagamento de professoras. No entanto, **tem encontrado dificuldade em conseguir o concurso de professoras especializadas, pensando em treinar professoras,** para o que solicita o concurso das outras APAEs e da Federação.

A *APAE de São Paulo*, [sic] relatou suas atividades no campo da **divulgação do problema,** por meio de material impresso, empréstimo e exibição de filmes, **distribuição do prêmio APAE entre as normalistas,** divulgação por palestras em clubes, etc... Fez durante o ano de 1967 uma **campanha de prevenção de deficiência mental, divulgando os princípios de prevenção para o grande público e para médicos e estudantes.** **Realizou vários cursos de férias para professoras de crianças normais, visando familiarizá-las com os**

¹²⁵ *Comissionamento de técnicos* equivaleria ao que hoje chamamos de cedência de profissionais do serviço público para entidades privado-filantrópicas que prestam algum serviço gratuito e de interesse da população. Ainda hoje, escolas e associações filantrópicas atuantes na área de Educação Especial contam com essas cedências, tendo existido acirradas manifestações dessas entidades quando, por algum motivo, os governos se negam ou dificultam a mencionada cedência.

problemas dos deficientes. Realizou também cursos para pais e para professoras de crianças treináveis.

[...]

Mantém ainda a Clideme, Clínica de Orientação e Diagnóstico de Deficientes Mentais, em **convênio com a Escola Paulista de Medicina, que favorece o ensino de estudantes de medicina, no ramo de deficiência mental** (REUNIÃO..., 1968, p. 9-10, grifos em itálico no original; grifos meus em negrito).

Logo, para seus próprios agentes, as Apaes federadas deveriam deflagrar uma verdadeira *corrida científica* para educar, “recuperar” e integrar os excepcionais, estimulando uma formação institucionalizada e metodológica para os profissionais que se ocupassem desse segmento, sobretudo os professores, que eram os mais desassistidos no tocante à preparação técnica. Nesse caso, a pauta apaeanas, entre outras, era reclamar do poder público comissionamento de docentes habilitados para atuar nas escolas apaeanas e outras similares, isto é, pertencentes à iniciativa privado-filantrópica; vantagens financeiras a esses profissionais; melhores condições de trabalho; abertura de especializações na área e “[...] maiores facilidades para que o professores do ensino comum possam realizar cursos de especialização no ensino do excepcional” (CONCLUSÕES..., 1965, p. 38).

A orientação oficial da Fenapaes era “[...] que as APAEs, na sua atuação comunitária, pressionem as Secretarias de Estado, no sentido de que organizem Serviços de Educação Especial, ao mesmo tempo que reconheçam o trabalho do Professor Especializado, dando-lhe *status* no magistério” (IV CONGRESSO..., 1969c, p. 62, grifo no original). Isso incluía, para os apaeanos, encampar a luta por “*Maiores vencimentos para o professor especializado, ampliação de cursos para esse campo da educação*, demonstrando que ao retardado deve ser dado um lugar na sociedade, onde até hoje ele está abandonado” (COMO SURGE..., 1963, p. 12, grifos meus). De fato, já nos primeiros meses de seu funcionamento, a Federação, tendo delegado representantes para participar do *Simpósio de Educação Especial*, ocorrido nos dias 11 e 12 de setembro de 1963, em Brasília - DF, sob patrocínio governamental, confirmara a posição segundo a qual:

Reconhecendo *insuficiente o número de técnicos e professores*, recomenda[-se] o *máximo incentivo e financiamento de cursos especializados*, bolsas de estudos, estágios, congressos no Brasil e no estrangeiro etc. destinados à *formação e aperfeiçoamento de técnicos nos múltiplos setores abrangidos pela educação especial*, cujo objetivo final é a *integração do excepcional como elemento ativo da comunidade* (RECOMENDAÇÕES..., 1964, p. 27, grifos meus).

Semelhante defesa contribuía para que, politicamente, as Apaes ganhassem, também, legitimidade no campo e confiscassem, naquele período, boa parte das forças de pressão que nele atuavam, ao proporem uma espécie de aliança tática com os profissionais da área, o que, em contrapartida, agregava às (pro)posições apaeanas capital científico, além do prestígio social. Por isso, já na década de 1960, mais do que em relação a quaisquer outros especialistas, solicitavam que “No currículo das escolas normais devem ser incluídas noções básicas sobre educação especial, porque *a ideal/desejado é a integração do excepcional nas classes comuns*” (CONCLUSÕES, 1965, p. 38, grifos meus).

Em 1968, no anteprojeto de lei sobre o excepcional, já mencionado alhures, Gonçalves ([1972?], p. 49), representando os apaeanos, propunha, inclusive, alterações na LDB de 1961, com o escopo de “[...] garantir a preocupação com a educação especial em todos os sistemas de ensino e estimular maior compreensão para com os excepcionais, através da inclusão de noções básicas sobre educação especial e reabilitação nos currículos do ensino médio e superior”.

Contudo, enquanto as mudanças nos currículos e demais reivindicações da Fenapaes não se efetivavam, tampouco eram deflagradas propostas nacionais de amplo alcance para formação especializada de docentes e demais técnicos pelo poder público, na forma de “uma grande campanha”, como alardeara em 1964 (*Figura 82*), a entidade pôs-se o dever de “[...] divulgar mais a realização de todos e quaisquer cursos em qualquer parte do território nacional” (IV CONGRESSO..., 1969c, p. 67). Essa prática, aliás, já vinha sendo adotada no periódico *Mensagem da Apae*, desde seus primeiros números, em 1963, como destacam, adiante, as *Figuras 83, 84, 85, 86, 87 e 88*. Além disso, Fenapaes também passou a defender, alternativamente, o investimento em cursos emergenciais, intensivos e de aperfeiçoamento, “[...] com duração menor, visando a [sic] *formação de professoras especializadas em menor tempo*” (REUNIÃO..., 1968, p. 11, grifos meus). Muitos destes poderiam ser ofertados como cursos de férias (Cf. *Figuras 84, 86, 88, 96 e 97*, por exemplo), para que os professores, ou melhor, *as professoras*, pudessem se “especializar” no atendimento aos excepcionais. No IV Congresso da Federação, em 1969, chegou a ser preconizado, como estratégia de ação institucional,

[...] *que as APAEs, ou a Federação das APAEs, proporcionem Cursos Intensivos Regionais para o preparo de Professores Especializados, para o atendimento imediato das crianças excepcionais, até que possam ser implantados os Cursos Regulares de Formação dos Professores Especializados.*

Ora, como os cursos de formação de professores especializados no ensino de deficientes mentais, em nível superior, só ganhariam impulso de meados da década de 1970 em diante (Cf. DEIMLING, 2013; MENDES, 2010), as Apaes, entre os anos de 1950 e 1970, exerceram, notoriamente, o papel de uma agência *paraoficial* no que dizia respeito à formação de professores nessa “especialidade”. Em muitas ocasiões, ofertaram cursos em parceria com órgãos públicos ou, pelo menos, contaram com subvenções governamentais para fazê-lo, o que muito colaborou para tornar as Apaes tão conhecidas e influentes como instituições propulsoras da educação de excepcionais, conformando à sua proposta educacional toda uma geração de educadores especializados das mais diversas regiões do país, que acorriam a seus cursos. Já na década de 1960, entre outras realizações, os apaeanos construíam “[...] Centros de Treinamento Integrado de Técnicos [...] em Recife (APAE de Recife) e São Paulo (APAE de São Paulo)” (CONVÊNIO..., 1968, p. 22) e se noticiava, pela associação de Jundiaí, o lançamento de um centro-piloto “[...] *que ampare o deficiente*

mental e *seja também um Centro de estudos capaz de dar aquilo que tanto falta nesse campo da educação especializada: pessoal capacitado*" (A AJPAE..., 1963, p. 14, grifos meus).

Desse modo, a partir das (pro)posições apaeanas, foram moldados muitos dos saberes técnico-científicos no campo da excepcionalidade, cujos reflexos ainda hoje repercutem nas práticas e representações docentes. Tal afirmação também se explica porque as Apaes foram hábeis na promoção de intercâmbio de especialistas entre as várias associações do país, espalhando seus propósitos de norte a sul do Brasil, bem como na obtenção de bolsas de estudos para formar a seus próprios professores e aos de outras instituições, nos cursos que promoviam, mediante verbas públicas liberadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep)¹²⁶ (Cf., por exemplo, *Figuras 93 e 94*) e pela Cademe, o que veio a ser respaldado pela LDB de 1961. Como já mencionei, a esfera governamental preferia, então, patrocinar a iniciativa privada, em vez de assumir diretamente suas responsabilidades na educação dos excepcionais e na formação docente, medida que deu condições para o fortalecimento ascendente das Apaes e consequente predomínio de suas atividades formativas no campo da excepcionalidade, como ilustram estes excertos:

Desde 1958, com apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), a APAE[da cidade do Rio de Janeiro] mantém, anualmente, um 'Curso de Orientação para Professores de Excepcionais', sob o regime de bolsas de estudo.

Para este Curso são encaminhados professores de todos os Estados, indicados pelas APAEs regionais, através da Secretaria de Educação do respectivo Estado. Já é grande o número de professores, principalmente moças, que têm oportunidade de realizar este Curso (A APAE..., 1968, p. 12, grifos meus).

Por iniciativa da APAE[do Recife - PE], promove-se, neste momento [começo de 1964], um curso para as professoras no nosso Instituto de Educação¹²⁷, curso que contou com a presença da professora Maria Lobato Lisboa, trazida do Rio Grande do Sul, onde existe há nove anos, completa especialização no trato e ensino da criança excepcional.

Técnica em educação especial, com dois cursos nos Estados Unidos da América do Norte, Maria Lobato foi palestrante no Rotary Club Recife-Boa Vista.

[...]

Através do INEP, temos a Prof. Maria de Lourdes, frequentando uma bolsa de estudos na APAE do Rio de Janeiro, com especialização em crianças excepcionais (RABELO, 1964, p. 49, grifos meus).

O Instituto Londrinense para Educação de Crianças Excepcionais, o muito conhecido ILECE, que se confunde com a APAE de Londrina[...] tem nos ajudado muito. Assim é que receberam 2 professoras nossas [da Apaie de São José do Rio Preto - SP] para estágio e mandaram depois 3 professoras suas para ministrar um curso de férias.

Temos procurado mandar sempre elementos nossos para os cursinhos do Serviço de Higiene Mental Escolar de São Paulo. Atualmente há uma professora fazendo o curso regular com bolsa da CADEME. Com igual recurso outra professora fez Terapia Ocupacional na Sociedade Pestalozzi do Brasil, aproveitando para estagiar no Centro de Aprendizagem Ocupacional da APAE da Guanabara. No 2.º semestre de 1965, duas professoras fizeram o curso dessa APAE, com bolsas do INEP (SEIXAS, 1966, p. 6).

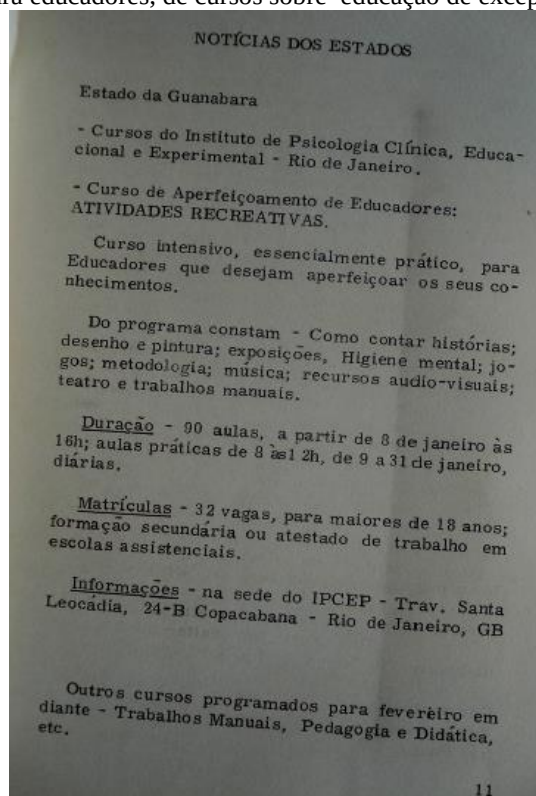
¹²⁶ Atualmente, designado como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, com a mesma sigla.

¹²⁷ Referência ao Instituto de Educação de Pernambuco, criado em 1946, na cidade de Recife - PE.

É importante ressaltar, ainda, o fato de que tais cursos, além de seu declarado foco na elevação da *performance* técnica dos profissionais, se constituíam, conforme o programa de ação da Fenapaes, em uma excelente oportunidade para se educar e mobilizar toda a sociedade, nos moldes da perspectiva que apresentei no item anterior, pois a notícia de sua realização já colocava em pauta “[...] maior divulgação dos conhecimentos sobre o problema da deficiência mental [...]” (CURSO..., 1968, p. 33). Com o fito de cumprir esse objetivo, *Mensagem da Apae* foi utilizada, no primeiro e segundo momentos (1963 a 1968), como um veículo para divulgar esses cursos, que poderiam tanto ser realizados pelas Apaes como por outras instituições parceiras. Em 1963, apenas um número deixou de noticiar a ocorrência de tais eventos, que eram sempre divulgados nas páginas finais do impresso, de modo que fossem facilmente percebidos pelo leitor, apesar dos poucos recursos tipográficos empregados naquelas edições.

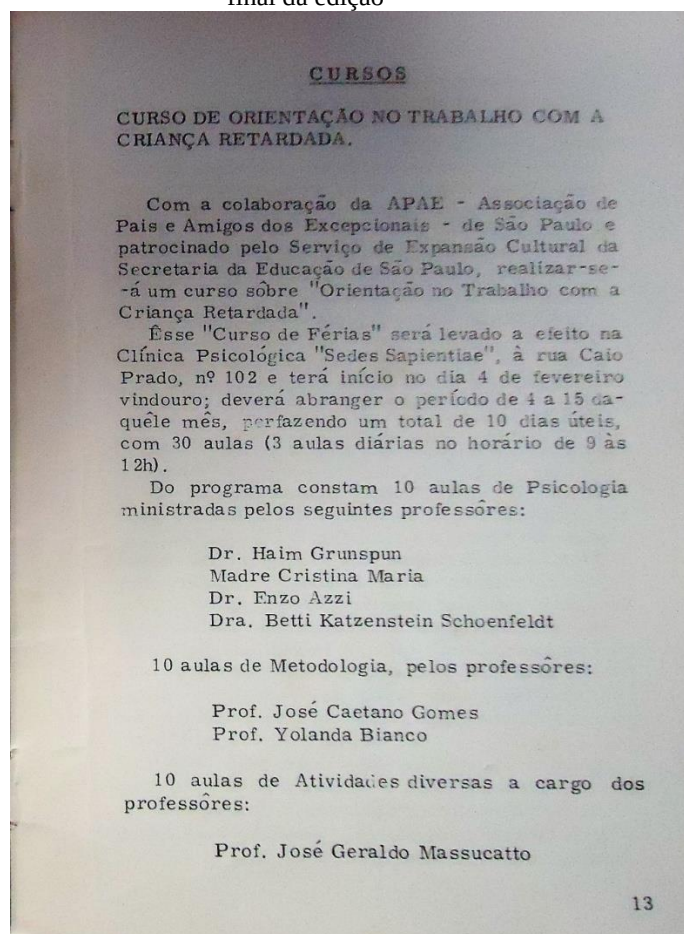
Muitas vezes, porém, quando o número do periódico saía, o curso já estava em andamento ou se noticiava o suposto êxito de sua realização, o que, todavia, não deixava de ser uma estratégia para atrair, futuramente, novos cursistas, realçar o trabalho das Apaes e, ainda, evidenciar o que de mais “moderno” se ensinava aos profissionais que trabalhariam com a educação e reabilitação dos deficientes mentais. Reproduzo, em seguida, anúncios desses cursos para se poder conhecê-los:

Figura 83 - Anúncio, para educadores, de cursos sobre educação de excepcionais, ao final da edição



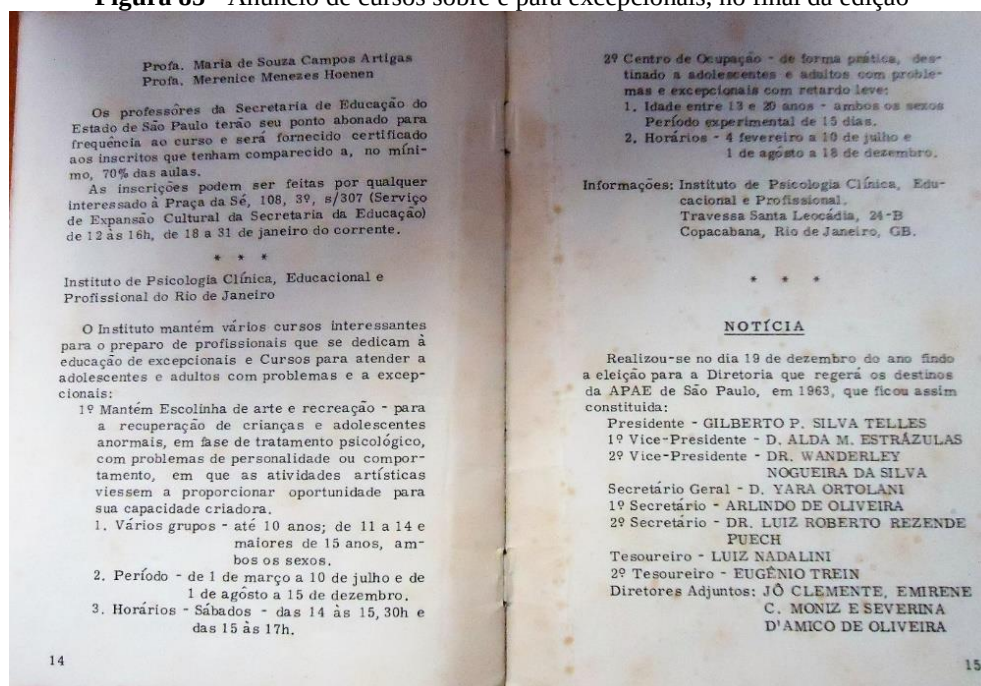
Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 1, p. 11, jan. 1963).

Figura 84 -Anúncio, para professores, de curso de férias sobre o trabalho com a criança retardada, no final da edição



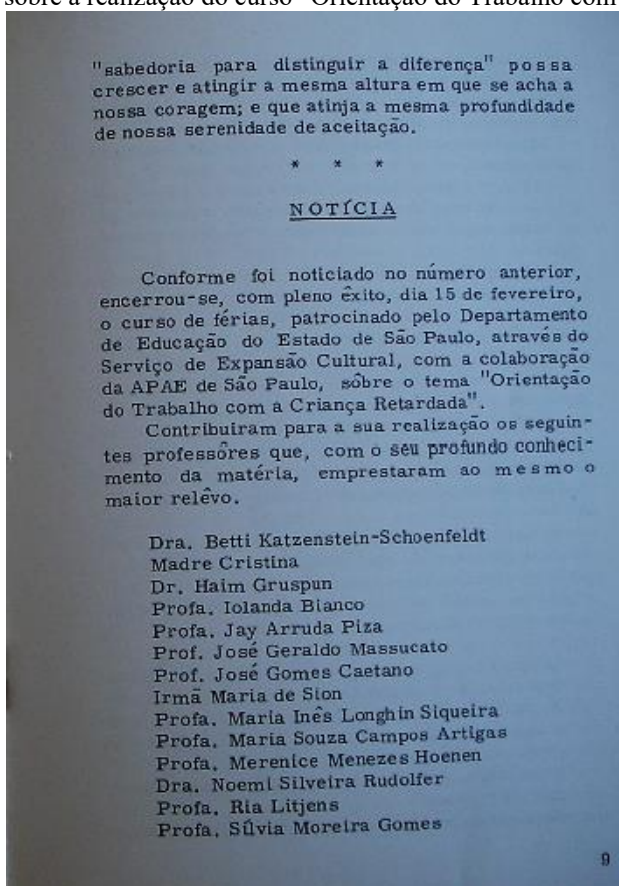
Fonte: *Mensagem da Apae* (v. II [1], n. 2, p. 13, 1963).

Figura 85 - Anúncio de cursos sobre e para excepcionais, no final da edição



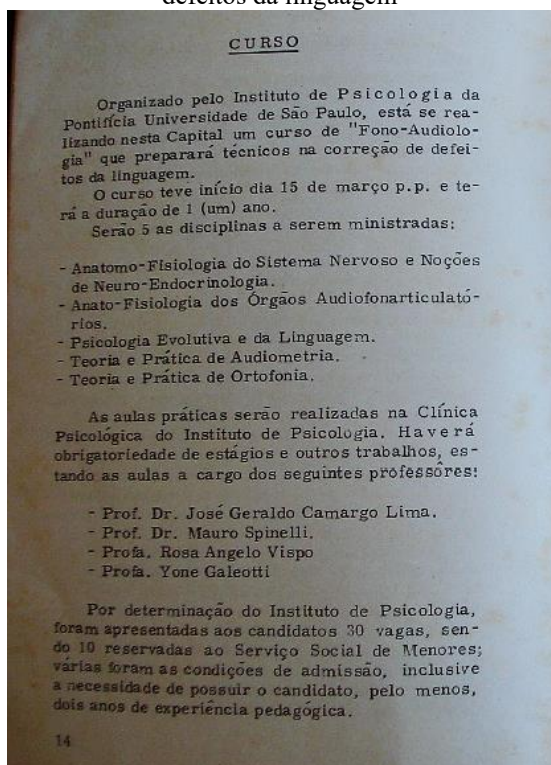
Fonte: *Mensagem da Apae* (v. II [1], n. 2, p. 14-15, 1963).

Figura 86 - Notícia sobre a realização do curso “Orientação do Trabalho com a Criança Retardada”

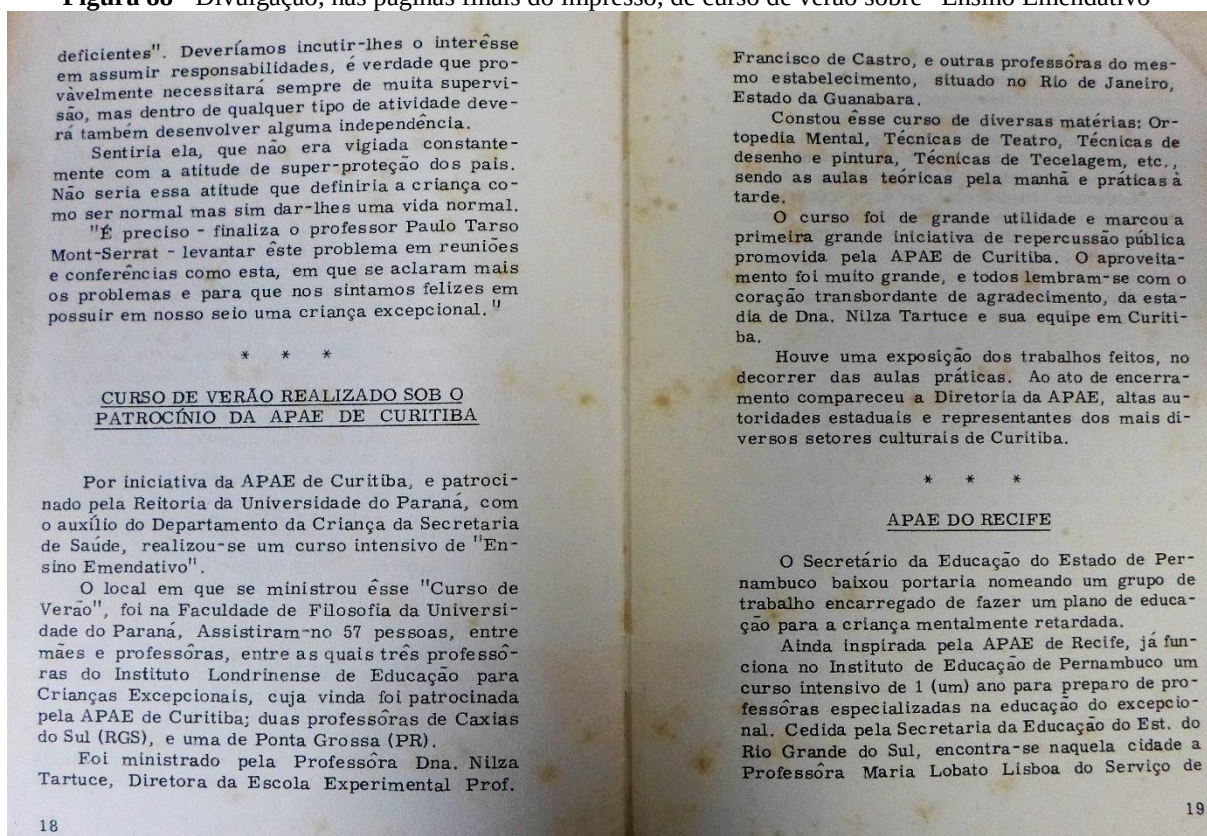


Fonte: *Mensagem da Apae* (v. 1, n. 3, p. 9, 1963).

Figura 87 - Divulgação, no final da edição, de curso para formação de técnicos especializados na “correção de defeitos da linguagem”



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. I, n. 4, p. 14, 1963).

Figura 88 - Divulgação, nas páginas finais do impresso, de curso de verão sobre “Ensino Emendativo”

Fonte: *Mensagem da Apae* (v. I, n. 6, p. 18-19, 1963).

As páginas reproduzidas não só ilustram o que se buscava ensinar aos profissionais interessados na educação de excepcionais, como trazem indícios das práticas pedagógicas que estavam sendo realizadas com os deficientes mentais ou, pelo menos, que eram consideradas modelares pela Fenapaes, por agências governamentais, instituições de ensino superior e pelos especialistas já legitimados no campo da excepcionalidade. Como dito anteriormente, sob o viés tecnicista, fica patente que a preocupação era oferecer, de imediato, “Cursos intensivos, essencialmente prático, para Educadores que desejam aperfeiçoar os seus conhecimentos” (NOTÍCIAS..., 1963, p. 11), sob a “[...] proveitosa orientação de técnicos dos mais abalizados” (NOTÍCIA, 1963, p. 10), cujos nomes se fazia questão de listar para impactar o leitor (*Figuras 84, 86, 87 e 96*).

Ainda no âmbito dessas reflexões, observo que em um dos citados anúncios (*Figura 83*), os editores se “traíram” na composição e impressão do texto, alterando o nome do Instituto, que era Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional (IPCEP) para Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Experimental, de modo que a própria sigla, IPCEP, ficava incoerente. Nas demais ocorrências, o “erro” foi desfeito. Esse pequeno “deslize” na produção do impresso não pode ser visto como simplesmente casual, mas evidencia a força simbólica que a *Psicologia Experimental* representava naquele momento, moldando a chave pela qual os apaeanos liam a realidade, elaboravam suas aspirações e perspectivavam as práticas de (con)formação institucional. Por isso, a materialidade de um periódico

é tão surpreendentemente reveladora, inclusive pelos “erros” dos seus produtores (Cf. CHARTIER, 2002b, 2007).

Esse era, de modo geral, o enfoque dos cursos selecionados para serem noticiados no periódico *Mensagem da Apae*, prevalecendo o aspecto metodológico do “como fazer”, dos recursos materiais e das técnicas que deveriam ser utilizados, segundo a racionalidade instrumental em vigor naquele período. Daí a ênfase nas aulas de metodologia, balizadas pela Psicologia, posto “[...] que os *métodos de cunho pedagógico, que fazem agir sobre a criança*, devem ser complementados pelos *métodos psicoterapêuticos, que fazem agir a criança*” (CAETANO, 1966, p. 21, grifos meus). Assim, no espectro da ação pedagógica, a Psicologia, reduzida ao papel de ciência aplicada, reinava triunfante, emprestando seus métodos - muitas vezes simplificados ou desfigurados - para a condução do vasto trabalho educativo e “corretivo” a que devia ser submetido o deficiente mental, haja vista, naquelas circunstâncias, “[...] ser a psicologia insubstituível e intransferível, a partir do diagnóstico até o encaminhamento final” (CAETANO, 1966, p. 22).

É no bojo dessa concepção, por exemplo, que “Foi realizado pela APAE de São Leopoldo um curso destinado à *orientação de pais, professores e interessados na educação do excepcional*. As aulas foram dirigidas pelo *gabinete psico-pedagógico* de Porto Alegre [...]” (NOTICIÁRIO, 1964c, p. 29, grifos meus). Em negrito e letras maiúsculas, para criar efeito de destaque na página (Cf. *Figura 97*), a chamada pela qual se fez veicular esse acontecimento aos leitores de *Mensagem da Apae* foi exatamente esta: “*Curso sobre problemas psicológicos da criança na escolas [sic], no lar e no seu grupo de idade*” (NOTICIÁRIO, 1964c, p. 29, grifos meus).

Não causa estranheza, portanto, o fato de alguns dos cursos veiculados em 1963 terem sido promovidos, com exceção das Apaes envolvidas, da Universidade do Paraná e do governo estadual de São Paulo, pelo Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional (IPCEP)¹²⁸, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e pelo Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituições com as quais os apaeanos mantinham contato em suas redes de sociabilidade, especialmente a PUC paulista, e que, assumidamente, eram voltadas para um trabalho clínico-psicológico. No caso do IPCEP, sua forma de trabalho era corroborada pela Fenapaes, já que, até 1965 (*Figuras 83, 85, 89 e 90*), os cursos da instituição carioca foram, estrategicamente, publicados em *Mensagem da Apae*, cumprindo uma tripla função: informar professores, especialistas da área clínico-terapêutica e pais de excepcionais.

¹²⁸ Segundo o site da entidade, “O Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional (IPCEP), fundado em 25 de abril de 1958, é uma associação civil filantrópica, sem fins lucrativos, e de pessoa jurídica de direito privado. O objetivo de sua criação, idealizada pelo professor e psicólogo Heraldo Cidade, foi o de oferecer um espaço de atendimento a uma parcela da população de deficientes intelectuais adultos, carentes na época destes espaços” (HISTÓRIA, 2017, n.p., grifos do original).

Isso porque o IPCEP capacitava profissionais, promovia grupos de mães e tinha cursos voltados para os próprios excepcionais, de crianças a adultos, o que poderia ser uma alternativa para os pais em busca de espaços educacionais para seus filhos, visto serem poucas as instituições que ofereciam serviços do gênero.

Figura 89 - Divulgação, ao lado de outros informes, de curso ofertado pelo IPCEP, no noticiário da edição

A Sociedade Pestalozzi do Brasil, fará realizar um curso de Psico-Pedagogia. Duração 1 (um) ano. Horário integral. Curso especialmente dedicado a professores. Será dado maior ênfase ao problema da linguagem.

Início dia 27 de abril de 1964 — Mensalidade — Cr\$ 5.000,00 — Taxa de inscrição — Cr\$ 1.000,00.

**FAZENDA DO ROSÁRIO
IBIRITÉ**

“Seminário sobre a infância excepcional” na Fazenda do Rosário, em Belo Horizonte.

Início dia 25 de Junho a 5 de Julho — Sem pagamento — Estadia na Fazenda do Rosário.

Maiores informações: Fazenda do Rosário — Ibirité — M. Gerais.

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CLÍNICA EDUCACIONAL E
PROFISSIONAL**

O Instituto de Psicologia Clínica e Profissional — IPCEP — sob a direção do professor Heraldo A. F. Cidade, fez realizar um curso para Orientadores e Professores de classes de excepcionais, Professores de classes comuns que desejavam aperfeiçoar-se no estudo do aluno excepcional. Foi extensivo ainda, às mães de crianças com dificuldades na aprendizagem das matérias do Curso primário e alunos de Escolas Normais.

Programa: I — Psicologia e Pedagogia. II — Educação dos Sentidos e Ortopedia Mental. III — Linguagem. IV — Atividades Musicais.

Travessa Santa Leocádia, 24 — B — Copacabana — Rio de Janeiro — Est. da Guanabara.

— 54 —

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 2, p. 54, abr. - jun. 1964).

Figura 90 - Divulgação, ao lado de outros informes, de cursos e serviços ofertados pelo IPCEP, no noticiário da edição

NOTICIÁRIO

CURSOS

O INSTITUTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA, EDUCACIONAL E PROFISSIONAL, sito à trav. Santa Leocádia, 24-B, Copacabana, Rio de Janeiro, Guanabara, mantém os seguintes cursos, em caráter permanente:

Escolinha de arte e recreação — para crianças e adolescentes de inteligência normal — com finalidades terapêuticas.

Grupos de mães — discussão, esclarecimento e orientação sobre os problemas de seus filhos.

Grupos de adolescentes — discussão, esclarecimento e orientação de seus problemas.

Centro de ocupação — para adolescentes excepcionais. Misto. (13 anos em diante).

Escola intermediária — para crianças excepcionais leves (7 a 12 anos).

Serviço de correção da linguagem — Maiores e melhores esclarecimentos poderão ser dados diretamente pelo próprio Instituto.

Ficou programado para o ano de 1967 o III CONGRESSO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES e escolhida a cidade de Curitiba para a sua realização, que será durante o mês de julho e em data ainda a ser determinada.

Nesta ocasião, deverá ser realizado o I CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIÊNCIA MENTAL, programado pela Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental.

Acabam de ser fundadas as APAES de Mirandópolis (S. P.) Cafelândia (S. P.) Bom Jesus (R. G. do Sul) Monte Aprazível (S. P.) Mirassol (S. P.) Campinas (S. P.) Ponta Grossa (Pr.) Sentimo-nos felizes em saber que podemos contar com mais estas Associações e fazemos votos para que outras mais surjam.

NOVAS DIRETORIAS

Foi eleita a nova diretoria da APAE de Araraquara para o próximo ano, assim constituída: Louro Costa (presidente), Dr. Geraldo Amaral Aruda (1.º vice), Prof. Dante Moreira Leite (2.º vice), Dr. Demeval Simões, Dr. José Salum.

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano III, ns. 1 a 4, p. 37, jan. - dez. 1965).

A preocupação constante de se ocupar o deficiente mental e educar-lhe os sentidos, entendida como uma proposta de educação reabilitadora e preparatória para uma possível vida laboral, fica delineada na atenção que era atribuída, no conteúdo dos cursos ministrados, aos trabalhos manuais e às produções “artísticas”, adotadas com fins terapêuticos e instrumentais, para treino motor dos deficientes ou meramente como atividades recreativas. Partia-se do pressuposto de que, em relação à criança excepcional, “[...] se não tem possibilidades intelectuais, há inúmeras atividades manuais que poderá executar” (GOMES, 1966, p. 27). Esse trabalho manual tinha importância decisiva na educação dos excepcionais, ocupando a centralidade do trabalho educativo, porque, segundo se acreditava, “[...] permitirá mais tarde a aprendizagem profissional” (CAETANO, 1966, p. 22), o que cumpriria o objetivo de “[...] tornar o indivíduo deficiente um membro útil da sociedade, dando-lhe oportunidade de se tornar independente auto-suficiente, ajustando-se enfim à sociedade onde vive” (PEREIRA, 1964, p. 15).

Ora, tais representações encontravam ressonância na política desenvolvimentista e tecnicista vivida pelo país, apresentado, nos discursos oficiais, como *Brasil, a potência do futuro*, devendo-se, para tanto, valorizar a técnica, em detrimento da política, o que permitira tamanha valorização da Psicologia Experimental, em seu enfoque comportamental. E, para que os excepcionais pudessem executar tais atividades, que lhes trariam pretensa autonomia e condições de colaborar com o bem da nação, os professores especializados deveriam, justamente, “[...] possuir uma *formação psicológica bem acurada e profunda*, não apenas para entender e atender às necessidades de cada uma das crianças sob sua responsabilidade” (CAETANO, 1966, p. 22, grifos meus), mas também “[...] para manter a sua própria *atitude integrada* em um ambiente, *psicologicamente sadio*, dentro e fora de seu ambiente normal de trabalho” (CAETANO, 1966, p. 22, grifos meus). Em termos práticos, porém, a abordagem psicologizante era traduzida na cobrança de que esses professores dominassem as técnicas adequadas - e simplificadas - de desenho e pintura, de tecelagem, de artesanato, de relaxamento, de psicomotricidade, de arrumação e exposição da sala de aula, dentre outras tantas similares, para empregar na educação especializada.

Nessa vertente, para citar um exemplo, era objeto de grande reconhecimento entre os apaeanos o fato de que, mesmo com poucos anos de existência, pela Associação Jundiaense de Pais e Amigos de Excepcionais¹²⁹, “Duas educadoras próprias fizeram cursos, uma no Rio e outra em São Paulo.

¹²⁹ Fundada em 1957, foi a primeira Apae do estado de São Paulo e uma das mais antigas do Brasil, considerada, já nos anos de 1960, uma das mais promissoras no país.

Uma funcionária fez estágio no Lar-Escola São Francisco¹³⁰, em *vime e encadernação*” (COMO SURGE..., 1963, p. 9, grifos meus). Afinal, para aquele momento, “[...] a validade do trabalho educativo e reeducativo da criança deficiente mental repousa[va], de modo estrito, nessa conjugação metodológica de esforços” (CAETANO, 1966, p. 21). Focando apenas o aspecto técnico-metodológico desse trabalho, obliteravam-se outras dimensões nas práticas de formação docente, porquanto o professor, antes de tudo, deveria ser também mais um técnico, embora de segunda categoria, no processo de reabilitação e tratamento do deficiente. Mesmo quando se sinalizava para uma formação mais abrangente, permanecia a mesma tendência, na medida em que:

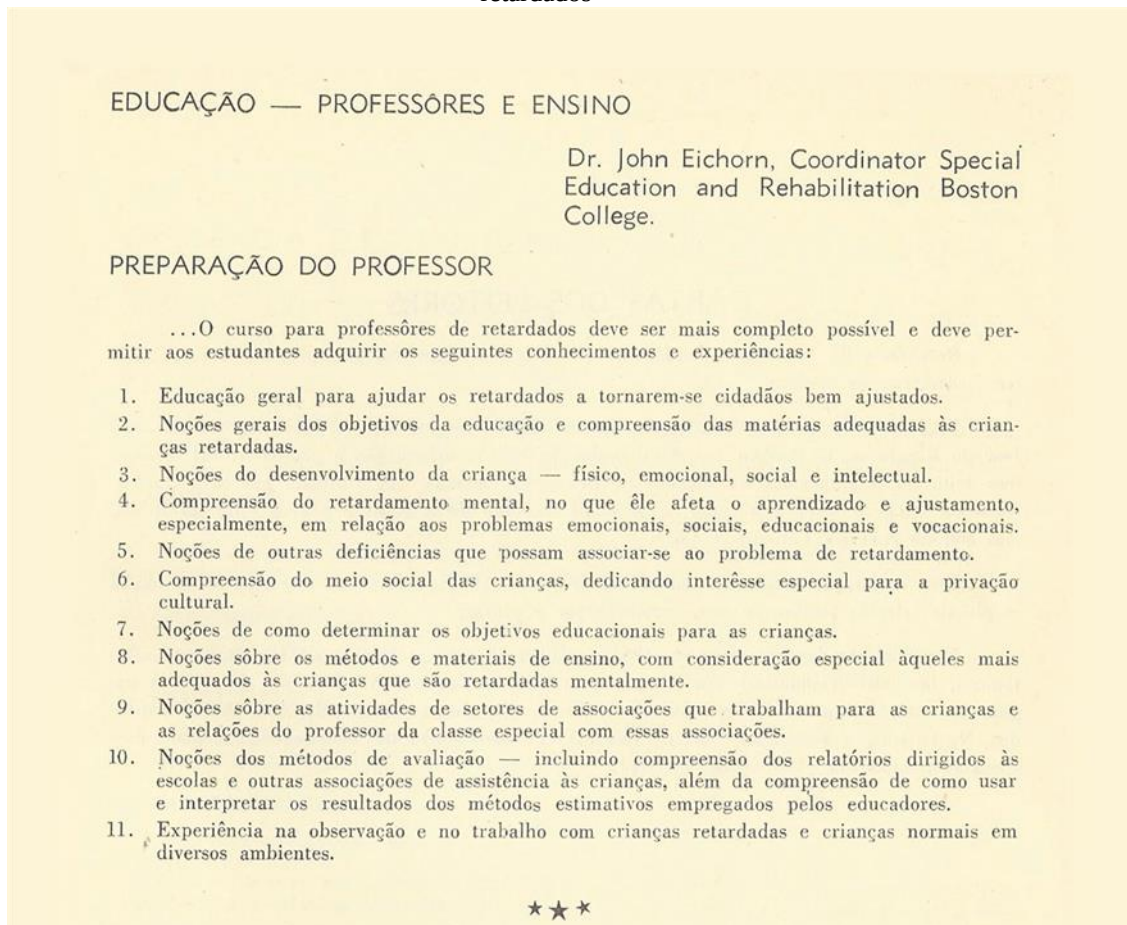
Através de Cursos de Especialização, organizados diretamente pelas Secretarias de Educação, como os já existentes em alguns Estados, seria feita a **formação técnica** do *professor especializado* que, como já foi dito, **não deve limitar-se apenas a uma mera transmissão de conhecimentos, mas deve incluir os elementos necessários às tarefas de ajustamento vocacional e reabilitação que os professores têm de cumprir em seu programa**¹³¹ (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 99-100, grifos no original em itálico; grifos meus em negrito).

Essa lógica “instrucionista” esteve, portanto, muito presente nas páginas de *Mensagem da Apae*, no decênio ora pesquisado. Por meio desses anúncios de cursos, dos textos veiculados e de sua própria materialidade, o impresso buscou (con)formar tal modelo docente. É emblemática, por exemplo, esta pequena “receita” sobre as habilidades e competências que deveriam ser ensinadas aos futuros professores especializados, proveniente da tradução de um excerto estadunidense, com o sugestivo título, em português, *Educação – professores e ensino: preparação do professor*, impresso todo em caixa alta, para atrair a atenção do leitor que folheasse o periódico, tal qual reproduzido na *Figura 91*:

¹³⁰ “O Lar Escola São Francisco foi fundado em 1943, por Maria Hecilda Campos Salgado, com a intenção de constituir um ‘Lar Escola’ para crianças fisicamente deficientes” (LIMA, 2000, p. 2). Desde 2012, a instituição foi incorporada à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) (Cf. LAR ESCOLA, 2017).

¹³¹. Veja-se esse programa, na íntegra, lodo adiante, reproduzido na *Figura 95*.

Figura 91 - Tradução de excerto estadunidense com “receita” para a preparação do professor de retardados



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 3, p. 31, jul. - set. 1968).

De modo peculiar, destaco, ainda, a publicação do texto *A criança excepcional e suas possibilidades de educação*, de 1966, que dispunha, aos leitores, uma síntese de como promover o desenvolvimento cognitivo e psicossocial dessa criança, com indicações para pais, técnicos e educadores especializados. Ao final desse texto, a revista disponibilizou, propositadamente, um anúncio de “Cursinho de Arte”, sugerindo que essa poderia ser uma opção de estudo e aperfeiçoamento para os professores de crianças excepcionais – ou para estas mesmas – de maneira que os editores criaram um efeito de sentido. O conteúdo do texto era complementado pelo anúncio e este servia como ilustração daquele, pois a arte, circunscrita, nesse cursinho, às “aulas de modelagem, pintura e dobraduras”, era uma das atividades manuais que estariam ao alcance dos excepcionais, contribuindo para seu ajustamento social e emocional, ponto de partida para que viessem a ser membros úteis na sociedade. Esse efeito de sentido, nada casual, pode ser observado na *Figura 92*:

Figura 92 - Texto sobre educação da criança excepcional, finalizado com anúncio de “cursinho de arte”

A CRIANÇA EXCEPCIONAL E SUAS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO

Giselda Guimarães Gomes
Orientadora educacional
da Divisão de Ed. Especial — SEC —
Rio Grande do Sul

Em nosso meio, como em outros centros culturais, as estatísticas acusam a existência de grande número de crianças excepcionais subdotadas. Em nossa cidade, em nosso país, pelo mundo, há milhares de crianças cegas, surdas, deficientes mentais ou com sérios problemas emocionais.

É uma vasta legião de crianças que não podem frequentar escolas comuns, encontrando barreiras sem conta para crescerem no mundo dos que são melhor dotados.

Há muitas crianças deficientes sofrendo por suas deficiências e por elas, sofrendo também seus familiares.

Muitas por serem deficientes, porque não podem ou não vêm ou porque têm grandes dificuldades intelectuais, não devem ficar à margem das populações mais favorecidas. Ao lado do quadro de suas deficiências são portadoras de possibilidades que lhes permitem um determinado desenvolvimento. Não lhes será possível competir com a criança comum, mas dentro das suas limitações há potencialidades que poderão ser aproveitadas e dirigidas numa linha de crescimento.

Em nossa experiência no campo da educação especial temos observado que a criança que recebe educação adequada às suas necessidades apresenta rendimento em sua personalidade. Sua aprendizagem será lenta, exigirá muito do professor, mas se tornará efetiva, dentro de certas limitações.

Não nossa cidade, no nosso país, no mundo civilizado abrem-se, mais e mais, escolas, centros de reabilitação, centros ocupacionais para atender a educação de crianças excepcionais e dar-lhes o direito de se realizarem como pessoas humanas.

Para que a educação da criança deficiente funcione efetivamente deve obedecer a finalidades especiais que apontaremos, em síntese.

Sendo portadora de deficiências, a criança excepcional, em muitas oportunidades não tem condições para competir com outras, tornando-se vulnerável a frustrações, a sentimento de menos valia. Para evitar esta problemática é necessário que o educador descubra quais as possibilidades de uma criança excepcional e que ela possa fazer e dar-lhe oportunidades de realizar o que está ao seu alcance.

— 26 —

Se uma criança está impedida de caminhar, há uma percentagem muito grande de tarefas que pode fazer mesmo presa a uma cadeira de rodas; se não tem possibilidades intelectuais, há inúmeras atividades manuais que poderá executar.

O essencial é descobrir-se tarefas possíveis a cada criança. Valorizar seus esforços, seus pequenos ou grandes êxitos. Fazer com que se torne útil a si e aos outros. A criança aprenderá a aceitar-se como é, dará menos valor às dificuldades, compreendendo que também tem possibilidades de realização.

Para que a criança possa atingir essa meta educativa é necessário receber muito estímulo e apoio dos que a cercam. Precisa sentir-se valorizada, protegida e amada para adquirir confiança em si mesma. Mas a proteção e o apoio do adulto devem obedecer a um limite; não tornar-se superproteção porque está impedindo o crescimento do educando.

A educação da criança excepcional não é uma tarefa fácil e requer a conjugação de esforços de muitos técnicos.

Os pais devem procurar pessoas credenciadas para orientá-los, para ajudá-los na sua árdua missão. Devem encaminhar seus filhos a Escolas ou classes Especiais, Centros de Reabilitação etc. onde professores, médicos, técnicos especializados os atenderão com métodos adequados e carinhosa dedicação.

Com atendimento médico e psicopedagógico, a criança excepcional melhorará suas condições pessoais, tornar-se-á mais feliz e, dentro de sua faixa, um membro atuante de seu grupo social.

CURSINHO DE ARTE

Aulas de modelagem, pintura, dobraduras, etc. para crianças.

Professora especializada
Marina C. Lourenção
R. Andrade Fernandes, 18
Tel. 8-9916 - S. Paulo

— 27 —

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano IV, ns. 1 a 4, p. 26-27, jan. - dez. 1966).

Há que se destacar, também, o fato de que muitos desses cursos ofertavam aulas de Higiene Mental (Cf. *Figura 83*) e Ortopedia Mental (Cf. *Figura 88*), pois, como já discuti, prevalecia a concepção higienista na identificação e atendimento dos deficientes mentais. Não nos esqueçamos, ainda, de que o Brasil passava pela euforia do crescimento e desenvolvimento econômicos, com a crescente urbanização e complexificação das relações sociais. Por isso, o foco era a Ortopedia Mental, objetivada em uma proposta de Ensino Emendativo (CURSO...1963; PEREIRA, 1964), como forma de “corrigir” o deficiente mental e “colocá-lo no lugar certo”, como se faz com um osso que está quebrado, que precisa ser reposicionado e emendado para voltar a ser funcional ao organismo. Nessas circunstâncias, a deficiência era representada como uma falha, uma “disfunção” sistêmica que precisava ser corrigida para a recuperação do indivíduo e perfeito funcionamento de todo o “sistema” social.

Cada especialista corrigiria um “defeito” e se encarregaria de um “setor”, obedecendo à lógica do “planejamento setorial”. Logo, com o trabalho conjugado de todos, isto é, da equipe multidisciplinar, sempre louvada pelos apaeanos em *Mensagem da Apae*, é que seria, então, reabilitada a “máquina defeituosa”, dando-lhe condições de (re)uso. No auge do tecnicismo e de suas representações mecanicistas sobre o homem e suas formas de educação, era “Ponto fundamental e pacífico [...] considerar que durante sua vida o deficiente mental será abordado terapeuticamente por vários especialistas, de conformidade com os setores mais atingidos, exigindo, portanto, um planejamento terapêutico complexo e

continuado" (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 78). Entende-se, dessa maneira, por que havia a preocupação dos apaeanos não só com os cursos de Ensino Emendativo, mas também os de Ortopedia Mental, de Ortofonia, que preparava "[...] técnicos na *correção de defeitos da linguagem*" (Figura 87, grifos meus), de Terapia Ocupacional, dentre outros semelhantes, compondo um verdadeiro e amplo programa de educação terapêutica. Aliás, com base nesse modelo representativo da deficiência, do deficiente e de sua (con)formação, desde 1958, a pioneira Apae carioca se empenhava na "[...] preparação e divulgação de técnicas para o ensino e educação do excepcional, insituindo vários cursos" (A APAE..., 1968, p. 11) e palestras, a saber:

Figura 93 - Cursos, conferências e palestras realizadas pela Apae carioca até 1968

Desde 1958, com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), a APAE mantém, anualmente, um «Curso de Orientação para Professores de Excepcionais», sob o regime de bolsas de estudo.

Para este Curso são encaminhados professores de todos os Estados, indicados pelas APAEs regionais, através da Secretaria de Educação do respectivo Estado. Já é grande o número de professores, principalmente mulheres, que têm tido oportunidade de realizar este Curso.

Além disso, a ASSOCIAÇÃO já realizou mais os seguintes:

1. Problemas de Direção no ensino de retardados, para Diretores de Escolas.
2. Curso Intensivo de 6 semanas, para o ensino das crianças retardadas mentalmente, ministrado pelo educador britânico Prof. Kenneth A. Lovell, da Universidade de Leeds.
3. Curso de Orientação para Pais de Crianças Retardadas.
4. Curso de Organização Neurológica.
5. Curso de Orientação para Educação do Excepcional, ministrado pelo Dr. Humberto Ballariny.
6. Estudo da Matemática e da Linguagem.
7. Noções Básicas sobre Serviço Social para voluntárias, supervisionado pela Secretaria de Serviços Sociais.

VII — Conferências e Palestras

No desenvolvimento de sua obra de esclarecimento ao público e aos professores e técnicos em geral, a ASSOCIAÇÃO já realizou inúmeras palestras e conferências, bem como já participou também de outras mais.

Entre elas devemos destacar, como sendo as mais importantes:

- a. O Papel das Associações de Pais na Assistência à Infância Excepcional, pelo Dr. George W. Bemis.
- b. A Educação da Criança Retardada nos Estados Unidos da América do Norte. Relações entre Professores, Lar e Comunidade, especialmente para professores de Excepcionais e crianças mongoloides. — Pela Sra. Beatrice Bemis.
- c. Educação de crianças excepcionais, pela Sister Agnita Miriam.
- d. XIII Séculos de Assistência Hetero-Familiar, pelo Dr. Heitor Perez.
- e. Experiência no tratamento dos retardados e doentes mentais, por meio da recreação e outras atividades correlatas, por Lucy F. Faibank, do Departamento de Assistência Pública do Estado de Illinois, EE.UU.
- f. Assistência Social à Criança e ao Adolescente, nos Estados Unidos da América do Norte, por Maria Eugênia de Almeida.
- g. Responsabilidade da Comunidade em face do Doente Mental.
- h. O Trabalho na Educação do Adolescente Excepcional, pela Professora Olívia Pereira.
- i. Planejamento de um Programa de Educação Física e de Colônia de férias, pelo Dr. Humberto Ballariny.
- j. O valor da dramatização na educação do excepcional e nos Círculos de Pais, pela Profª Carmen Alonso e pelo Dr. Vasco Vaz.
- l. A Música na Educação do Adolescente Excepcional, sob a orientação da Profª Liddy Mignone e Dr. Luiz Cerqueira.
- m. Funcionamento do Artesanato na APAE, por Adair Roma de Souza, pronunciada em Blumenau, Sta. Catarina.

VIII — Congressos e Seminários

A APAE já participou dos seguintes congressos e seminários:

1. I Seminário organizado pelos pais sob o tema: «As necessidades da Criança Excepcional e de suas famílias».

Figura 94 - Cursos realizados pela Apae carioca em 1967 para formação de profissionais especializados

CURSOS REALIZADOS EM 1967

No ano de 1967 foram realizados por nossa Associação os seguintes Cursos:

I — Externo

Curso de Noções Básicas de Serviço Social

Promovido por nossa APAE, foi ministrado, no Clube Naval do Rio, no período de 10 de abril a 20 de maio, durante os dias pares da semana, com sessões de duas horas de duração, um Curso de Noções Básicas de Serviço Social para Voluntários, cujas aulas estiveram a cargo das Assistentes Sociais da Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara.

Os objetivos do Curso foram os seguintes:

- a) Treinar voluntários para trabalhar junto ao Serviço Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, oferecendo noções básicas de Serviço Social nos métodos de Caso, Grupo e Comunidade.
- b) Criar uma filosofia única de trabalho que deverá ser assimilada e aceita pelo grupo de voluntários.
- c) Criar uma política de ação para o Serviço Social da APAE.
- d) Selecionar os voluntários, de acordo com suas aptidões e anseios para os setores de trabalho social que constituirão o programa de ação.

Foi a seguinte a programação do referido Curso:

1. Interpretação da APAE. O problema do Excepcional.
2. Interpretação sobre o Serviço Social e Assistência Social.
3. Serviço Social: Filosofia, Princípios, Objetivos e Métodos.
4. Serviço Social de Casos: Considerações Gerais, Instrumentos, Técnicas fundamentais.
5. Estudo.
6. Diagnóstico.
7. Tratamento.
8. Técnica de entrevista e documentação.
9. Serviço Social de Grupo: Características — Instrumentos.
10. A pessoa como membro do Grupo.
11. Fases: Estudo, Diagnose de Situação. Tratamento.
12. Reunião.
13. Serviço Social de Comunidade. O que é Comunidade.
14. Estudo e Diagnóstico: Objetivos e Instrumentos.
15. Noções de Planejamento: Princípios, Objetivo, Plano e Programa.
16. Tratamento: Execução, Interpretação, Mobilização e Recursos.

II — Internos

A — No Serviço de Avaliação, Triagem e Orientação

O nosso Serviço de Avaliação, Triagem e Orientação — SATO — promoveu um Curso interno de Psicologia Evolutiva, sob a orientação da Professora Maria Nyrce de Sá, Orientadora Pedagógica daquele Serviço, destinado às professoras de nossa Escola Primária Experimental Professor La-Fayette Cortes e do Centro de Reabilitação Neurológica.

O referido Curso teve início a 24 de novembro e vem constando de aulas semanais, às sextas-feiras, das 13 às 14 horas.

B — No decorrer do mesmo ano, foram realizados em nosso Centro de Reabilitação Neurológica — CRN — os cursos que se seguem:

(1) Curso de Orientação para Professores de Excepcionais

Nesse Curso, promovido pela APAE e patrocinado pelo INEP, o nosso Centro de Reabilitação Neurológica tomou parte bastante ativa, conforme vem fazendo todos os anos, designando algumas de suas professoras para frequentá-lo e oferecendo, também, as suas diversas turmas para servirem ao estágio das professoras nêle matriculadas. Constatou-se de aulas teóricas e práticas, de Estágios em Estabelecimentos de Educação da nossa APAE e de Visitas a outros congêneres.

Foi o seguinte o programa desenvolvido nesse Curso, no ano de 1967:

- a. Regulamentações. Assistência aos Deficientes no Estado.
- b. Noções de Psicologia Evolutiva. Introdução.
- c. Primeira Infância.
- d. Segunda Infância.
- e. Terceira Infância.
- f. Adolescência.
- g. Aspectos Médicos Elementares. Anemias. Subnutrição. Verminoses. Cardiopatias. Epilepsias.
- h. Oligofrenias.
- i. Avaliação. Triagem. Princípios da Educação Especial. Conduta do Professor.
- j. Plano Geral de Educação.
- l. Metodologia da Matemática.
- m. Educação dos Sentidos.
- n. Fundamentos da Recreação.
- o. O ritmo e a Música na Educação.
- p. Metodologia da Matemática.
- q. Educação dos Sentidos.
- r. Recreação.
- s. Educação dos Sentidos.
- t. O Ritmo e a Música.
- u. Metodologia da Matemática.
- v. Metodologia da Linguagem.
- x. A Ontogênese e a Aprendizagem.
- z. Um método novo no Ensino da Leitura.
- aa. A Metodologia das Ciências.
- ab. A Importância da Visão na Aprendizagem.
- ac. O programa Doman-Delacato.
- ad. Técnica da Entrevista.
- ae. Trabalho Diversificado.
- af. Organização e Direção de um Centro de Reabilitação Neurológica.
- ag. Dramatização.
- ah. Técnica do Teste.
- ai. Planos Especiais de Educação.
- aj. Planos Especiais de Educação.
- al. A Escola e a Família.
- am. Arrumação da Sala de Aula.
- an. Arrumação da Exposição.

O Curso teve início a 7 de agosto, quando foi proferida a Aula Inaugural pela Professora Consuelo Pinheiro, Diretora Adjunta do nosso Departamento de Educação e Saúde, e se encerrou no dia 13 de dezembro. Ministraram as suas aulas o seguinte Corpo Docente: Consuelo Pinheiro, Edy Pinheiro Alves, Hemy Carvalho S. Freitas, Dr. Tong Ramos Viana, Marlene C. Oliveira, Jussara B. Mardirossian, Léa Silva Gomes, Doris Hyer Carvalho, Maisa Melo e Souza, Odete Vieira da Rocha, Iracema Meirelles, Dr. Raimundo F. Lima, Neuza Motta, Malvina Silveira, Maria Amélia Carvalho e Noêmia Varela.

(2) Curso de Orientação para Professores dos Centros de Reabilitação Neurológica

Este Curso foi também promovido pela APAE e patrocinado pelo INEP, nas mesmas condições que o anterior. Teve início em 1º de junho e se encerrou a 31 de julho tendo constado do seguinte programa:

- a. Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso Central.
- b. Distúrbios Psico-Neurológicos. Quadros Clínicos, em seus aspectos físicos, psíquicos e sociais.
- c. Neuro-psico-pedagogia aplicada. O homem integrado.
- d. Mecanismos básicos. Distúrbios e Causas.
- e. Programa de Tratamento. Recursos.
- f. Orientação e Organização Neurológica.
- g. Avaliação pelo Perfil Doman-Delacato.
- h. Fala. Seus mecanismos neurológicos, respiratórios e articulatórios.
- i. Seus Distúrbios e Causas. Suas Implicações com a Escolaridade.
- j. O que fazer e o que não fazer.
- l. Audição. Fisiologia. Distúrbios e Causas. Diagnóstico. Correção.
- m. Visão. Fisiologia. Distúrbios e Causas. Diagnóstico. Sua Influência na Escolaridade.
- n. Assistência à Criança Cega.
- o. Aspectos Fisiológicos. Desenvolvimento. Distúrbios Psico-Patológicos.
- p. Exames e Testes.
- q. Plano Geral de Orientação.
- r. Recursos.
- s. Aspectos Sociais. Influências ambientais e econômicas.
- t. Diagnóstico e Tratamento. A Família.
- u. A Incapacidade. Aspectos Médico-pediátricos.
- v. Influências Assistenciais.
- x. Recursos Fisioterápicos.
- z. Recursos Psico-Pedagógicos. Treinamento em AVD.
- aa. Terapia Ocupacional. Conceituação. Finalidades.
- ab. Programas. Recursos da Terapia Ocupacional.
- ac. Recursos da Terapia Ocupacional.
- ad. Recursos Psico-pedagógicos. Treinamento dos Sentidos.
- ae. Atividades de Expressão Escolar. A Leitura.
- af. Atividades de Expressão Escolar.
- ag. Orientação Profissional. Ajustamento Integral. Independentização.
- ah. Debates.

Ministraram esse Curso: Consuelo Pinheiro, Orlando Abdo, Edi Pinheiro Alves, E. Luiz Levy, Odete Vieira da Rocha, F. de Souza, Manoel Carlos, Mirtes, Hanna Lechowska Hanni, e Dr. Tong Ramos Vianna.

(3) Curso Intensivo de Orientação do Programa Doman-Delacato

Este Curso foi orientado pela Técnica de Avaliação Neurológica Dona Odete Vieira da Rocha e se destinou a Padronizadores e Mães de Excepcionais.

Estágios

Durante o ano de 1967, como de costume, a APAE teve a grande satisfação de poder cooperar com as outras Associações congêneres, oferecendo as suas instalações e dependências para o estágio de representações vindas de diversos estados; assim, foram numerosas as bolsistas vindas para fazerem o nosso Curso de Orientação para Professores de Excepcionais e Curso de Orientação para Professores dos Centros de Reabilitação Neurológica.

Tivemos também o indizível prazer de receber e alojar as Estagiárias do Curso de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário.

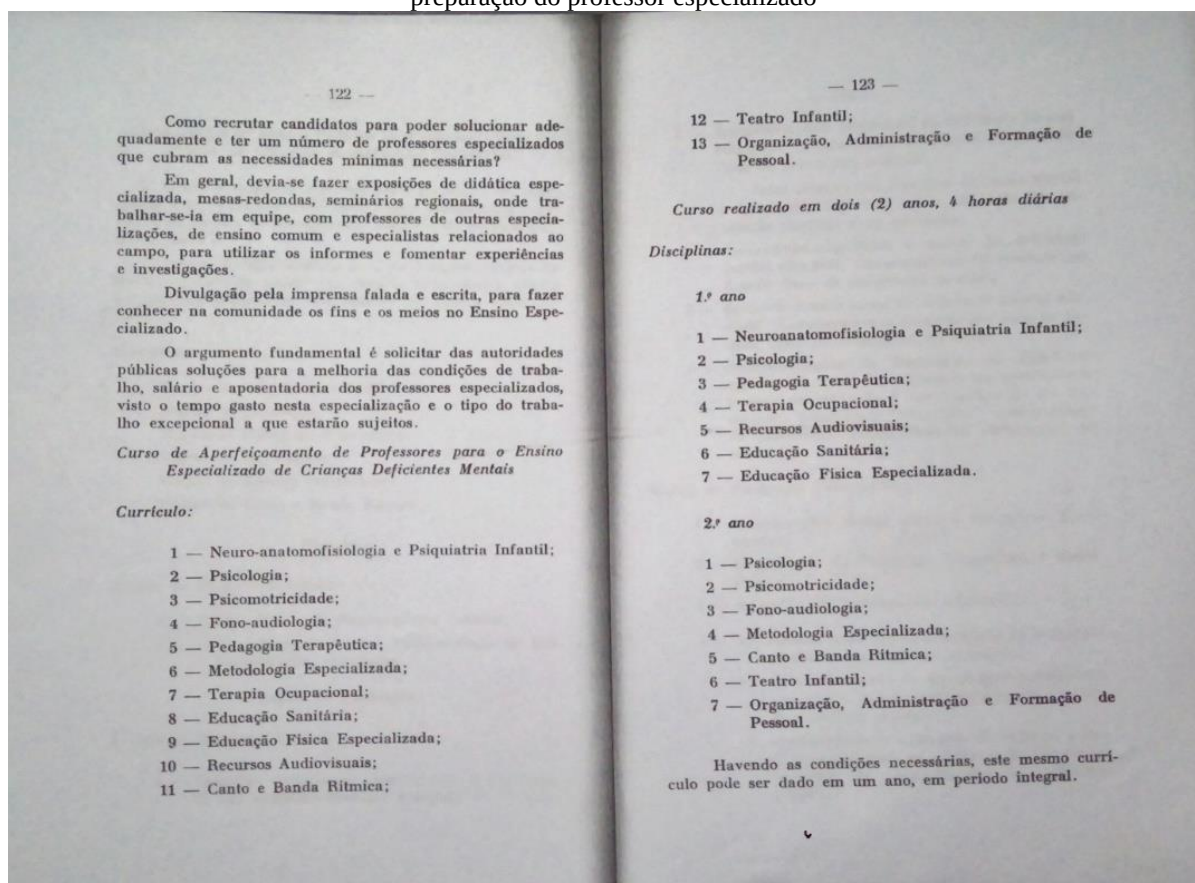
Outrossim, essa proposta ficou bem demarcada naquele documento de 1967, publicado por *Mensagem da Apae*, na edição de 1973, que dispunha, na típica linguagem tecnicista do contexto, os *Subsídios Para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental*. Os currículos sugeridos pelos especialistas encarregados de produzir esse documento, no que tangia à preparação do professor especializado, por meio do *Curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Especializado de Crianças Deficientes Mentais*, com duração de 2 anos, e do *Curso Intensivo para o Preparo de Professores para o Ensino de Crianças Mentalmente Deficientes*, a ser ministrado em caráter de emergência, no período de 2 a 3 meses, não só confirmavam a tendência de uma pedagogia terapêutica e o primado técnico da Psicologia, como atribuíam ao docente o reduzido papel de “[...] planejar e criar material pedagógico” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 120). Este deveria ter, sobretudo, “[...] capacidade para desenvolver e adaptar material que sirva às características de aprendizagem do deficiente mental” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 120). Afinal, os conhecimentos mais elaborados sobre os excepcionais e suas formas de instrução estariam com os demais especialistas, do campo clínico-terapêutico, que os “repassariam” aos professores, restando-lhes o papel de executores de um saber alheio, mediante o “*Conhecimento e aplicação de técnicas pedagógicas baseadas na compreensão das características da aprendizagem do deficiente mental*” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 120, grifos no original).

Ao professor especializado, integrando a equipe multidisciplinar, de modo subordinado aos demais especialistas, caberia, ainda, “[...] o conhecimento das [suas] obrigações [...] na equipe que há de tratar a este aluno para educá-lo integralmente, a saber: Clínico, Psiquiatra, Neurologista, Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 120, grifos no original). Por isso mesmo, na proposta desses currículos ganhavam destaque os saberes e as práticas prescritos pelas ciências voltadas para os campos médico, psicológico e terapêutico em geral, os quais seriam ministrados aos professores na forma de noções elementares, com pouca ênfase na dimensão do ensino curricular propriamente dito, não obstante os cursos trouxessem em seu nome referência ao “ensino especializado”. Como “aplicadores” de técnicas formuladas por especialistas e planejadores de áreas mais prestigiadas, os professores de deficientes mentais não precisavam de um amplo conhecimento teórico-metodológico.

De resto, a propalada urgência em se solucionar o problema do excepcional, a escassez de profissionais “preparados” e as demandas desenvolvimentistas do país justificavam a ultravalorização dos métodos e técnicas, desencarnados das teorias, bem ao gosto da tecnocracia imperante. Ocorria, assim, a transposição de procedimentos e formas de trabalho dos campos clínico-terapêutico e assistencial para o educacional, o que era ventilado na formação dos

professores e acabava moldando suas práticas pedagógicas, transformadas em práticas terapêuticas. Essa abordagem era reforçada porque, diante da insuficiência de recursos financeiros e das dificuldades para se compor “[...] uma equipe altamente especializada [...]” (CAETANO, 1966, p. 20), muitas vezes “[...] o técnico é só o professor especializado [...]” (SEIXAS, 1969, p. 146, grifos meus). Este deveria, portanto, incorporar as funções dos demais especialistas, em prejuízo das atividades de ensino científico-acadêmico, como atestam as figuras subsequentes, que são páginas do citado documento, extraídas de *Mensagem da Apae*, com a proposição dos referidos cursos para “preparação” do professor especializado:

Figura 95 - Curso e respectivos currículos sugeridos pelos especialistas, em 1967, para os cursos de preparação do professor especializado



— 124 —

Curso Intensivo para o Preparo de Professores para o Ensino de Crianças Mentalmente Deficientes

Como o nome já diz, este será um curso de emergência a ser levado a efeito para suprir necessidades imperiosas no campo do atendimento imediato da criança deficiente mental.

Com a duração máxima de 2 ou 3 meses, período integral, acredita-se poder dar noções elementares, porém básicas, aos professores interessados no Ensino Especializado.

Disciplinas:

Noções de Psiquiatria Infantil
Noções de Psicologia
Noções de Pedagogia Terapêutica
Noções de Metodologia
Noções de Terapia Ocupacional
Noções de Canto e Banda Rítmica.

Programa

Noções de Psiquiatria Infantil:

- 1 — Noções Gerais de Psicopatologia Infantil;
- 2 — Noções Específicas sobre Psicopatologia do DM e Manifestações Associadas.

Noções de Psicologia

A Criança Deficiente Mental:

- 1 — Conceito. Critérios de classificação. O problema de sua aceitação familiar e social;

— 125 —

- 2 — desenvolvimento intelectual do deficiente mental educável. Características diferenciais dos demais tipos de deficientes mentais.

Valor relativo dos conceitos de Idade Mental e Quociente Intelectual e sua utilização na orientação familiar e na educação;

- 3 — desenvolvimento físico e motor do deficiente mental educável. Características diferenciais dos demais tipos de deficientes mentais;
- 4 — desenvolvimento social do deficiente mental educável. Características. Comparação com os demais tipos de deficientes mentais;
- 5 — desenvolvimento da linguagem do deficiente mental educável. Primitivismo no vocabulário, retardo na iniciação e desenvolvimento da linguagem. Linguagem "telegráfica" e dificuldade de pronúncia. Primaridade na elaboração de conceitos.

Noções de Pedagogia Terapêutica:

- 1 — considerações Gerais sobre a Pedagogia Terapêutica;
- 2 — importância da Pedagogia Terapêutica e Poder Público;
- 3 — formação do Professor Especializado;
- 4 — a) compreensão das características do deficiente mental e seu lugar na sociedade;
b) desenvolvimento de um programa funcional que atenda às necessidades pessoais e sociais do deficiente mental;
c) conhecimento e aplicação de técnicas pedagógicas baseadas na compreensão das características da aprendizagem do deficiente mental;

— 126 —

- d) seleção, desenvolvimento e uso do material educativo apropriado para o ensino do deficiente mental;
- e) conhecimento das obrigações do professor especializado na equipe que trata do deficiente mental.

Noções de Metodologia Especializada:

- 1 — O Ensino Especializado:
 - a) características;
 - b) disciplinas gerais;
 - c) disciplinas especiais.
- 2 — Prontidão para alfabetização: Esquema corporal:
 - a) posição;
 - b) direção e lateralidade;
 - c) distância;
 - d) tamanho;
 - e) discriminação visual;
 - f) discriminação auditiva;
 - g) discriminação tátil;
 - h) atenção;
 - i) memória;
 - j) observação e comparação.

Noções de Terapia Ocupacional:

- 1 — Considerações sobre o termo: Terapia Ocupacional;
- 2 — Terapia Ocupacional Como Atividade Motora;

— 127 —

- 3 — Terapia Ocupacional em Classes Especiais;
- 4 — Desenvolvimento da Terapia Ocupacional;
- 5 — Objetivos;
- 6 — Tratamento Psicopedagógico

Noções de Canto e Banda Rítmica:

Canto:

- 1 — função terapêutica e social da música;
- 2 — ensino de uma canção: cuidados indispensáveis em relação ao professor, à criança e à canção escolhida: respiração, dicção;
- 3 — programa. Cuidado especial por parte do professor: campanhas educativas.

Banda Rítmica:

- 1 — visando o desenvolvimento rítmico da criança, divide suas finalidades:
 - a) na educação geral;
 - b) na educação musical e estética;
 - c) na terapêutica ocupacional;
- 2 — constituição da banda rítmica — elementos e instrumentos.

Deve-se ressaltar, porém, que esses currículos indicados no relatório *Subsídios para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental* não necessariamente se efetivaram dessa forma, porquanto se tratava de um “plano diretor” a ser executado com apoio governamental e das entidades especializadas, como as Apaes. Segundo mencionei no primeiro capítulo, as proposições do documento não foram aceitas pelo MEC naquele momento, ao contrário das expectativas cultivadas pela Fenapaes, que passou a recomendar o relatório como um guia para suas filiadas, validando todas as suas teses e prescrições, mesmo após seis anos de sua redação original.

Ainda assim, a apresentação do documento referente a tais currículos evidencia, justamente, as representações que eram disseminadas, na época, quanto ao professor especializado e suas funções, às suas necessidades formativas e à própria educação dos deficientes mentais, balizadas pelos apaeanos e sua Federação. Não podemos esquecer, também, que o Instituto de Psicologia da PUC paulista fora encarregado, pelo convênio com a Cademe, da elaboração desse relatório, o mesmo Instituto que, em 1963, já tivera seus cursos recomendados por *Mensagem da Apae* (Figura 87).

Ora, desse modo, muito do que se previu nesses currículos já vinha sendo realizado e “oficializado” na educação e ensino do deficiente mental (Figuras 93, 94, 98 e 101), sobretudo no estado de São Paulo, que se tornava referência na área¹³², e que, mediante seu Serviço de Expansão Cultural, vinculado ao Departamento de Educação, realizava, desde o começo da década de 1960, diversos cursos de férias sobre a Educação do Excepcional, muitos deles em colaboração com os apaeanos, tal como revelam as Figuras 84, 85, 86, 96 e 97, e com “renomados” especialistas. Em 1964, o número 2 de *Mensagem da Apae* publicou, ainda, notícia sobre dois cursos que seguiam tal modelo, dessa vez com a explicitação do programa curricular ofertado aos participantes, representados, em sua maioria, por professores em busca de aperfeiçoamento na área (Figura 96).

Anteriormente, no número 1 do mesmo ano, a seção de noticiário da revista já havia informado que esses cursos durariam dez dias, bem como destacara a importância atribuída a eles pela Fenapaes (Figura 97), a qual, na época, “[...] comunicou a todas as entidades congêneres a realização dos mesmos, dado o elevado nível com que serão apresentados, divulgando assim a possibilidade educacional da criança e

¹³² Vale lembrar, a título de contextualização, que “[...] o governo de São Paulo, antecipando-se ao governo federal, já havia criado o seu Serviço de Educação Especial, junto à Secretaria de Educação, através do Decreto n. 47.186, de 21/11/66, dando continuidade ao atendimento de excepcionais através da reunião de diversos serviços já existentes” (BUENO, 2004, p. 125). Portanto, já na segunda metade da década de 1960, havia, nesse estado, a tentativa de escolarização dos excepcionais no sistema público de ensino, em resposta à conjuntura histórica que se delineava.

adolescente excepcionais" (NOTICIÁRIO, 1964c, p. 29). Estas figuras possibilitam melhor compreensão do exposto:

Figura 96 - Notícia sobre realização de cursos de férias sobre educação de excepcionais, no estado de São Paulo, com respectivos programas curriculares

bendo a colaboração espontânea daquela entidade possam fundar em suas cidades novas Associações em benefício da criança retardada.

SÃO PAULO

O Departamento de Educação, através do Serviço de Expansão Cultural com a colaboração da APAE, fez realizar dois cursos de férias sobre a Educação do Excepcional:

- Orientação na educação da Criança Excepcional.
- Preparação do adolescente excepcional para o trabalho.

O primeiro curso teve a supervisão do Dr. Stanislaw Krynski, Presidente da Comissão Científica da Federação Nacional das APAEs, sendo dedicado a professores especializados na educação do excepcional, professores do ensino primário, secundário, pais e demais interessados.

O segundo curso, foi dedicado a professores especializados no ensino do excepcional, sendo supervisionado por Dr. Roberto Taliberti, do Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas de São Paulo e pela Professora Yolanda Bianco, diretora do Instituto D. Paulina, do Serviço Social de Menores.

Ambos os cursos contaram com grande número de professores inscritos, mostrando o interesse que desperta o problema do deficiente mental e também o elevado nível com que foram apresentados.

Transcrevemos a seguir o programa dos cursos:

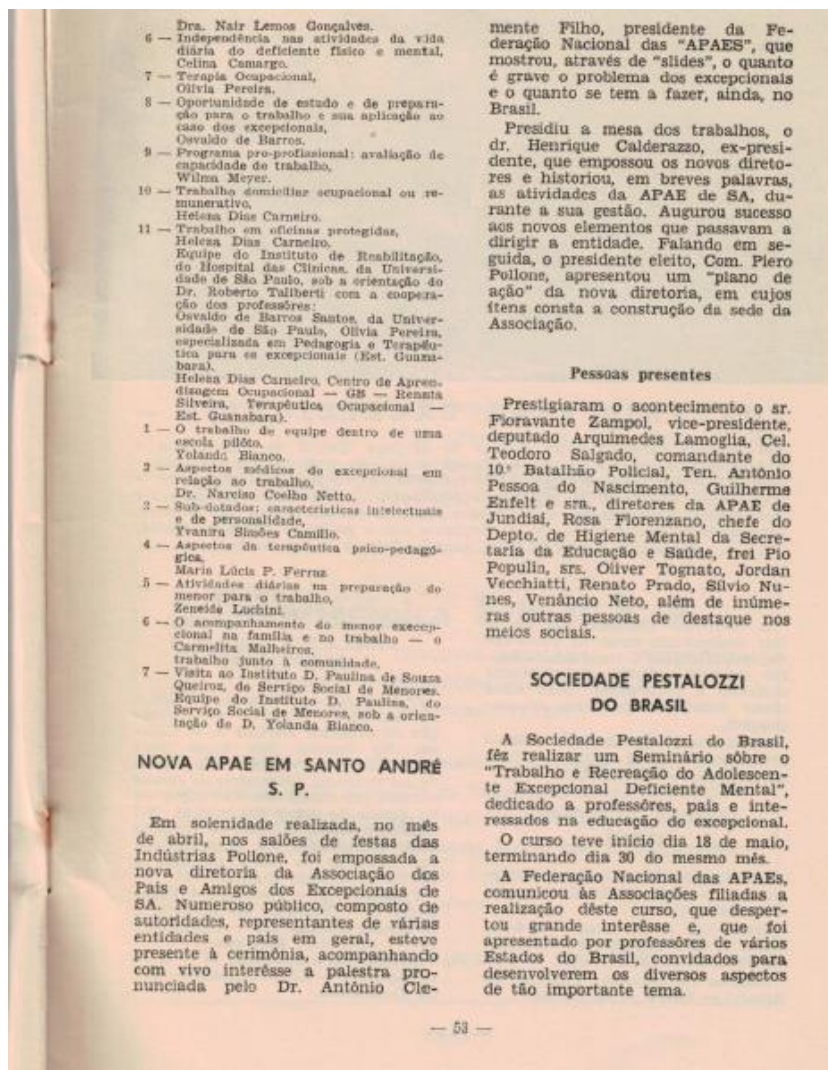
PROGRAMA

- 1 — Introdução geral do problema da deficiência mental na infância.
Dr. Stanislaw Krynski.
- 2 — Noções gerais do desenvolvimento psico-motor da criança.
Dra. Dulce M. Machado.
- 3 — Conceituação médica da deficiência mental — Etiopatogenia.
Dr. Stanislaw Krynski.
- 4 — Noções de semiologia clínica da deficiência mental.
Dr. Juleir Pena.
- 5 — Princípios de semiologia psicológica — os testes de nível.
Margarida Windholz.
- 6 — Princípios de semiologia psicológica — os testes projetivos e sua importância no diagnóstico da deficiência mental.
Margarida Windholz.
- 7 — Princípios gerais da terapêutica do excepcional.

- 8 — O problema do retardado treinável.
Olivia Pereira.
- 9 — Recursos e compreensão da comunidade no tratamento e educação do retardado.
Marta Inês Siqueira.
- 10 — Considerações sobre a educação especializada.
Rosa Florenzano.
- 11 — Considerações sobre a educação especializada.
Rosa Florenzano.
- 12 — Formação do professor especializado.
Rosa Florenzano.
- 13 — Metodologia no ensino geral da educação do excepcional.
Jette Renning.
- 14 — Metodologia no ensino prático da educação do excepcional.
Jette Renning.
- 15 — Preparo pre-profissional do retardado mental.
Helena Dias Carneiro.
- 16 — Educação física para o excepcional.
Célia Baptista Ferreira.
- 17 — Terapia Ocupacional para o retardado mental.
Helena Dias Carneiro.
- 18 — Atividades gráficas e plásticas para o retardado mental — desenho, pintura, modelagem, etc.
- 19 — Música e teatro para o excepcional.
Marta S. Campos Arizaga.
- 20 — Psicoterapia do excepcional.
Dr. Haim Grünspan.
- 21 — Aspectos especiais do excepcional — Lesão cerebral mínima e deficiência mental.
Dr. Stanislaw Krynski.
- 22 — Aspectos especiais do excepcional — deficiência mental com problemas distímicos.
Dr. Antônio B. Lefèvre.
- 23 — Aspectos especiais do excepcional — deficiência mental com defeitos motores.
Dr. Roberto Taliberti.
- 24 — Pedagogia dos deficientes de audição.
Jorge Gadig.
- 25 — Pedagogia dos cegos.
Dolores Molina Munhoz.
- 26 — Pedagogia dos deficientes de linguagem.
Lilzeta Magnani.
- 27 — O adolescente deficiente mental.
Dra. Helena Wronski.
- 28 — O deficiente mental disocial.
Dr. Renato Teixeira Mendes.
- 29 — Tipos de instituições para o tratamento e recuperação do deficiente mental.
Rita Litjens.
- 30 — Problemas da família do excepcional.
Dr. Stanislaw Krynski.

PROGRAMA

- 1 — Preparo do adolescente para o trabalho — Considerações gerais.
Dr. Roberto Taliberti.
- 2 — Avaliação psicológica.
Miri Granatovic.
- 3 — Avaliação Social do adolescente e da família.
Luiza Banducci Isnard.
- 4 — O papel da comunidade em relação ao trabalho do excepcional.
Luiza Banducci Isnard.
- 5 — Legislação sobre o trabalho do excepcional.



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 2, p. 52-53, abr. - jun. 1964).

Pode-se perceber a similaridade desses cursos com o que se propôs a respeito no relatório da PUC/Cademe, de 1967, e, igualmente, na orientação "pedagógica" assumida pela Apae carioca entre as décadas de 1950 e 1960 (*Figuras 93, 94, 98 e 101*). Aliás, é válido lembrar que alguns dos ministrantes dos cursos paulistas, noticiados em 1964, integrariam a equipe responsável pelo supracitado relatório, como foram os casos de Rosa Florenzano e Stanislaw Krynski, ambos muito ligados aos apaenos e atuantes no campo da excepcionalidade. Nota-se apenas que, no programa dos cursos oferecidos por São Paulo, um deles focava especificamente a preparação do adolescente excepcional para o trabalho, o que era prática corrente e uma consequência da própria educação proposta aos deficientes mentais. Isso porque, segundo o pensamento educacional da época, ratificado pelas práticas e representações dos apaeanos, demais agentes promotores, difusores e/ou parceiros desses cursos, o excepcional precisava aprender para trabalhar, como "prova" de seu ajustamento e adaptação social. É sobre isso que discorro no item seguinte.

4.1.1.1.1 Educar os excepcionais: A Pedagogia do Ajustamento Social

Finalizando o último capítulo, compete-me, sobretudo, a sistematização de alguns pontos, que foram sendo tangenciados desde o começo desta tese. Mediante as discussões anteriormente empreendidas, já se pôde entrever, em linhas gerais, a forma como era tematizada, representada e praticada a educação dos excepcionais, sob o influxo da vertente apaeana, entre as décadas de 1960 e 1970. Coerentes com seu amplo programa educativo e com as demandas contextuais que se lhes apresentavam, os apaeanos foram constituindo uma prática educacional especializada. Esta tinha por base uma pedagogia empírica, impregnada dos saberes e fazeres clínico-terapêuticos das equipes multidisciplinares formadas para enfrentar o problema do excepcional, mais focada na (re)habilitação social do deficiente e em seu “tratamento” que na sua escolarização. Nesse sentido, apelava-se para os saberes e fazeres de diversos profissionais, reconhecendo-se, *secundariamente*, o papel do professor, comum ou especializado, e da própria escola. Tanto que, para os apaeanos, cabia aos

[...] poderes públicos facilitar a constituição de *equipe de técnicos encarregados da educação especial*, porque o *excepcional necessita não só do professor especializado*, mas também dos cuidados do médico, do psicólogo, do orientador vocacional, do terapeuta ocupacional, do fisioterapeuta, do fonoatira e outros, conforme a natureza das deficiências verificadas no caso concreto. *Da equipe participa também o professor não especializado quando se consegue integrar o excepcional nas classes comuns* (NOTICIÁRIO, 1965, p. 38, grifos meus).

Por isso, ao menos no período aqui considerado, de 1963 a 1973, pode-se dizer que prevaleceu uma Pedagogia do Ajustamento Social, cuja meta era normalizar ou moldar o “retardado” para torná-lo mais aceito no convívio social, “[...] mirorando o desajuste individual dos deficientes mentais [...]” (BORRAIZ, 1964, p. 43), “[...] através do desenvolvimento da normalização de sua personalidade total, da readaptação e da reinserção no meio social” (CAETANO, 1966, p. 20). A esse respeito, cumpre relembrar que “promover medidas de âmbito nacional que visem a assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, onde quer que se encontrem” (OBJETIVOS..., 1964, p. 4) era um dos objetivos da Federação das Apaes, privilegiando-se, portanto, uma abordagem de *educação social, não formal e assistencial*, chamada, pelos apaeanos, de *educação integral* (A APAE..., 1968; II CONGRESSO..., 1965). Nessa direção, é oportuno mencionar que, no supradito relatório da PUC/Cademe, tão festejado pela Fenapaes, a educação dos excepcionais era localizada, precisamente, no bloco da *assistência*, no qual estavam incluídos diagnóstico, tratamento, educação e reabilitação dos deficientes mentais (SUBSÍDIOS..., 1973). Certamente, por si só, esse já era um indício significativo sobre a representação com a qual os apaeanos tanto se identificavam quanto ao modo como entendiam e se propunham a executar a tarefa de educar o excepcional.

Uma vez dito isso, é preciso não esquecer a ressalva de que estou me reportando, aqui, à *educação paraoficial* conduzida pelas Apaes federadas, em seus estabelecimentos educacionais ou naqueles sob sua manutenção, porque, embora de modo incipiente, governos estaduais e municipais já vinham realizando, também, a abertura, no contexto do sistema público e oficial de ensino, de classes especiais, anexas às escolas primárias e aos Grupos Escolares. Essa informação apareceu, inclusive, noticiada pelas páginas de *Mensagem da Apae* (ALVES, 1964; APAE DO RECIFE, 1963; FLORENZANO, [1972?]; NOTÍCIA, 1963), como se pode conferir pela *Figura 8*. Além disso, existiam classes do gênero em instituições da rede privada de ensino comum¹³³. Nessas classes, eram, geralmente, recebidos os alunos educáveis, cabendo às Apaes os casos mais “comprometidos” (Cf. DRUMOND, 2015; KASSAR, 1999). Tal classificação, vale dizer, obedecia às possibilidades educativas e adaptativas do indivíduo, tendo por base os resultados de “[...] provas psicológicas, especialmente criadas para este grupo de crianças [excepcionais]” (PEREZ-RAMOS, 1966, p. 16).

Ora, configurando-se esse cenário, não foi mera casualidade *Mensagem da Apae*, quando se relançou como revista, no segundo momento da primeira fase, ter publicado a definição “exata” de cada categoria de “retardo mental”, conforme o jargão da época. E muito menos foi simples coincidência os editores do periódico terem se preocupado com isso justamente no fecho do mesmo número onde, na página antecedente, no anverso da folha, era veiculada a campanha estadual, em prol das crianças excepcionais, no começo do ano letivo de 1964, pelo então Serviço de Instituições Auxiliares da Escola, do Departamento de Educação do estado de São Paulo, como já foi mencionado (*Figura 97*). Assim, a Fenapaes manifestava o intuito de demarcar seu lugar de atuação no campo da excepcionalidade, recorrendo à ordenação performática da significação desse conteúdo na materialidade das estratégias aplicadas à edição do citado número (Cf. CARVALHO, 2008). Criava-se, pois, uma chave de leitura que induzia o leitor a concluir, *per se*, sobre a imprescindibilidade do trabalho das Apaes, sobretudo para os excepcionais que “[...] não possam ser devidamente atendidos pelas próprias escolas” (NOTICIÁRIO, 1964c, p. 29), resguardando-se para as instituições especializadas apaeanas o filão dos treináveis e, por vezes, dos dependentes, conforme as definições que apareciam imediatamente na página seguinte, indicadas no verso da folha, nesta disposição:

¹³³ Embora retratando o período entre as décadas de 1970 a 1990, a tese de Dallabrida (2006) traz importantes considerações a respeito.

Figura 97 - Divulgação, no noticiário, de campanha estadual paulista pró alunos excepcionais, seguida de esclarecimento sobre as “categorias” do retardo mental segundo seu nível de “educabilidade”

SÃO LEOPOLDO, R.G.S.
CURSO SOBRE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS DA CRIANÇA NA ESCOLAS, NO LAR E NO SEU GRUPO DE IDADE

Foi realizado pela APAE de São Leopoldo um curso destinado à orientação de pais, professores e interessados na educação do excepcional. As aulas foram dirigidas pelo gabinete psico-pedagógico de Porto Alegre, sob a direção das professoras Flávia Santana e Nair Saldanha da Rocha. Inscreveram-se 153 candidatas, o que bem demonstra o interesse despertado pelo curso.

O próximo objetivo da APAE de São Leopoldo é a instalação de uma oficina pedagógica, para a qual já conta com algum material e instalação de gabinete psico-pedagógico.

SÃO PAULO
CURSO DE FÉRIAS

O Departamento de Educação, através do Serviço de Expansão Cultural, com a colaboração da APAE de São Paulo, fará realizar dois Cursos de Férias sobre a Educação do Excepcional.

ORIENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL. PREPARAÇÃO DO ADOLESCENTE EXCEPCIONAL PARA O TRABALHO.

O Primeiro curso terá a supervisão do Dr. Stanislaw Krynski, presidente da Comissão Científica da Federação Nacional das APAEs. O segundo curso contará com a supervisão de D. Yolanda Bianco, do Instituto D. Paulinas, do Serviço Social de Menores.

res e, Dr. Roberto Taliberti, do Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas da USP.

Os cursos terão a duração de dez dias. A Federação Nacional das APAEs, comunicou a todas as entidades congêneres a realização dos mesmos, dado o elevado nível com que serão apresentados, divulgando assim a possibilidade educacional da criança e adolescente excepcionais.

CAMPANHA PRO ALUNOS EXCEPCIONAIS

O Serviço de Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação, iniciará no próximo ano letivo uma campanha de âmbito estadual, em prol da criança excepcional.

Serão atingidas pela campanha, todas as escolas primárias e secundárias mantidas pelo Estado que se desdobrará em duas fases: a primeira, da divulgação e esclarecimento a respeito do excepcional; a segunda, de ajuda para localização e encaminhamento do aluno excepcional.

Na primeira fase, a principal preocupação será o esclarecimento aos pais e professores a respeito do problema, a fim de que possam identificar o excepcional, aceitando como tal para seu adequado encaminhamento ou ajuda.

A segunda fase será aquela dedicada ao ajustamento do excepcional.

Para isso, a campanha será articulada com as várias instituições assistenciais especializadas para que estas, dentro das suas possibilidades, se incumbam dos alunos excepcionais localizados e que não possam ser devidamente atendidos pelas próprias escolas.

● **SEGUNDO ESTATÍSTICAS**, de cada mil crianças que nascem, trinta são retardadas mentais. E o maior grupo atingido em relação a qualquer outra deficiência ou moléstia.

Essas trinta crianças estão divididas em três grupos — **EDUCAVEIS** — **TREINAVEIS** — **DEPENDENTES**.

EDUCAVEIS — São aquelas que poderão aprender a ler, escrever. Terão um ofício adequado à sua capacidade que lhe proporcionará uma relativa independência, desde que o meio ambiente lhes seja favorável. **VINTE E CINCO** das trinta crianças se incluem neste grupo.

TREINAVEIS — São aquelas que não podendo ter escolaridade, poderão todavia, trabalhar sob orientação e supervisão em oficinas protegidas. Apenas **QUATRO** das trinta crianças enquadram-se neste grupo.

DEPENDENTES — São as que necessitarão de atendimento constante durante toda a vida, por serem irreversíveis. Do grupo das trinta crianças, apenas **UMA** será dependente total.

F. F. DE CAMARGO NETO

IMPORTAÇÃO DIRETA

de EQUIPAMENTO HOSPITALAR, de PESQUISA, FÍSICA NUCLEAR

e de CONTROLE DE RADIOATIVIDADE

— — — — —

RUA 3 DE DEZEMBRO, N.º 33 TELEFONE 34-4587

7.º andar, salas 71 e 72 SÃO PAULO

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano II, n. 1, p. 29-30, jan. - mar. 1964).

Esse foco nos treináveis ajuda a entender o porquê de, naquele momento, o atendimento das Apaes aos excepcionais não ter como prioridade o ensino da leitura, da escrita ou da aritmética, como se dizia, distanciando-se da proposta escolar (Cf. PEREZ-RAMOS, 1966), a qual seria mais viável aos educáveis. Declaradamente, a premissa educacional apaeana era, portanto, de que “[...] a alfabetização não é nosso objetivo maior, mais valendo aprender [o excepcional] uma atividade profissional que ler sem o devido entendimento etc.” (SEIXAS, 1969, p. 148). Nesse sentido, para os apaeanos, a prática pedagógica não era desinteressada, mas deveria ser utilitarista e instrumentalizante para “[...] proporcionar aos deficientes esta educação tão necessária à sua integração na sociedade” (BORRAIZ, 1964, p. 44), privilegiando-se o treino de habilidades elementares na instrução dos aprendizes deficientes mentais; daí o nome treináveis.

Habilidades essas que, dificilmente, poderiam dar-lhes uma integração social tão promissora, como o discurso instituído fazia crer, uma vez que a cultura letrada se impunha, e as exigências laborais tornavam-se cada vez mais complexas e aceleradas, com o propalado desenvolvimento econômico do país. Ainda assim, visava-se garantir, nas instituições, escolas e centros especializados criados pelas associações da Fenapaes, geralmente em regime de externato ou de semiexternato, que esses indivíduos, principalmente os treináveis, pudessem desenvolver habilidades sociais básicas e, se possível, encontrar uma ocupação laboral para liberar a família e a sociedade do ônus que representavam (BORRAIZ, 1964; EDUCAÇÃO,

1973; FLORENZANO, [1972?], GONÇALVES, 1964, 1968a,b; KRYNSKI, 1964; PEREIRA, 1964). Com base no lema de “mais amor e compreensão”, conjugado à representação do deficiente como uma flor carente de amparo para “desabrochar” e crescer, era mister:

[...] proporcionar [aos deficientes mentais] *condições favoráveis*, intrínseca e extrinsecamente, *para o desabrochamento e o amadurecimento integral do homem em formação, embora seja ele carente em necessidades fundamentais que repercutem em si e no meio ambiente, provocando conflitos que devem ser reduzidos e tratados* (CAETANO, 1966, p. 22, grifos meus).

Nesse empreendimento, diversas técnicas e terapias eram mobilizadas para realizar “[...] a orientação pedagógica, a terapêutica ocupacional - as diversas etapas por que passa o indivíduo excepcional deficiente mental até atingir razoável adaptação à sociedade” (XAVIER, 1963, p. 2). Para tanto, como já pôde ser verificado pelos conteúdos dos cursos ministrados para a formação de educadores especializados, grande ênfase era dada aos materiais e métodos da chamada “educação ativa” e funcionalista, isto é, uma (re)leitura apaeana das metodologias escolanovistas, considerando que “[...] os recursos pedagógicos que estimulam as funções de *adaptação* ao ambiente familiar, à vida social e ao trabalho profissional, bem como a *formação moral* é o que permitirão uma *vida regular* ao deficiente mental que se torna adulto” (CAETANO, 1966, p. 21, grifos meus). Ainda em relação a tal abordagem metodológica, defendida como a mais adequada para esse público, era ressaltada

[...] a importância dos *jogos educativos, que despertam a atenção e o exercício dos sentidos; das lições de coisas, que põem as crianças em contato direto com as realidades concretas; da cerâmica, do desenho, da música, como modos de expressão; da ginástica, da rítmica e da reeducação psico-motora, para suprir os deficits motores quase sempre associados à deficiência mental; do trabalho manual [...]; das atividades sociais e da religião, que dão a justa medida das relações com os semelhantes e com Deus, e permitem a compreensão da vida temporal e espiritual, dentro do possível* (CAETANO, 1966, p. 22, grifos meus).

Isso não significava que as Apaes federadas não dessem importância à educação especializada, mas os agentes dessas entidades *representavam-na* como parte de uma rede de práticas que compreendia o processo geral de (re)habilitação, condicionamento e treino do excepcional (PEREZ-RAMOS, 1966), bem como formação dos “bons hábitos” (CAETANO, 1966) para “[...] minorar os efeitos do mal [...]” (BORRAIZ, 1964, p. 43). A precisão técnica, desejada em níveis “cirúrgicos” – embora nem sempre assim concretizada - era a grande aposta da abordagem educativa então praticada, visto que “Uma educação apropriada pode[ria] diminuir, sensivelmente, o deficit” (CAETANO, 1966, p. 21), impingindo ao trabalho pedagógico um apelo quantitativo, que permitisse o aproveitamento mais eficaz e gradativo das capacidades do deficiente. Desse prisma, os saberes acadêmico-escolares até poderiam ser ensinados, desde que incorporados e subordinados à prática de uma *terapêutica educacional*, a qual dava a última palavra. Aliás, conforme se pensava,

A deficiência mental, de um modo geral, gera uma inadaptação acompanhada, o mais das vezes, de distúrbios do comportamento. Se assim é não vemos possibilidades de aproveitamento real e eficiente da capacidade ainda existente, se a criança não for [...] primeiramente considerada em sua integridade, como pessoa em formação e carente de um tratamento que envolva sua personalidade total. [...] A educação e a reeducação do deficiente mental atendem a situações e necessidades fundamentais. As práticas e técnicas por elas empregadas, antes de serem práticas e técnicas meramente escolares são antes e acima de tudo, práticas e técnicas terapêuticas, necessitando de controle, de orientação e até mesmo de execução por um técnico, altamente experimentado, como deve ser o Psicólogo (CAETANO, 1966, p. 22, grifos meus).

Assim sendo, no “tratamento psicopedagógico” da deficiência mental considerava-se que “O predomínio das preocupações de ensino, que às vezes dominam os métodos das classes de deficientes [...] é fruto de um preconceito escolar perigoso para qualquer tipo de criança, mormente para o deficiente mental” (CAETANO, 1966, p. 21), devendo-se, ainda, “[...] evitar o cansaço provocado por um programa demais ambicioso” (CAETANO, 1966, p. 21). Como visto, importava mais a *educação dos sentidos* que a *educação intelectual*, posto que “A *mera educação* [formal] do atrasado mental - criança *não basta. É preciso garantir-lhe a adaptação social* num momento em que as condições culturais constituem obstáculo sério à eficiência de viver do atrasado” (COMO SURGE..., 1963, p. 10, grifos meus). É significativo, nesse caso, a marca tipográfica do hífen, que liga o termo *atrasado mental* à palavra *criança*, revelando que, no plano das representações, o deficiente mental era equiparado a uma criança “pré-escolar”; portanto, infantilizado. De sua vez, a figura da criança, por ser ainda vista, naquele contexto, como um ser frágil, inabilitado, dependente e heterônomo, coadunava-se perfeitamente com a imagem do excepcional, representando-o simbolicamente, com o empréstimo de suas propriedades a este, tal como a efígie representava o rei morto (Cf. CHARTIER, 1990).

Logo, o ensino sistematizado era, por assim dizer, repellido, ou pelo menos preterido, em nome de uma orientação pedagógica pragmática, utilitarista, voltada para o treino adaptativo e aprendizagem vocacional dos excepcionais, como evidencia este outro excerto:

Considerar a reabilitação como aspecto isolado ou prolongamento da educação é um erro que se tem cometido frequentemente na assistência ao deficiente mental.

A educação, tomada no seu sentido estrito de assimilação dos mecanismos de alfabetização e aprendizagem de conhecimentos mecânicos é, na realidade, um aspecto da reabilitação.

Uma das metas fundamentais a serem atingidas com a assistência ao deficiente mental é o ajustamento ocupacional. Sem isto, a educação torna-se sem sentido. Alfabetizar um deficiente mental e devolvê-lo somente com esta noção ao seio de sua família e comunidade, é malbaratar dinheiro, uma vez que depois de certo tempo de inação e falta de exercício, os conhecimentos acadêmicos, duramente adquiridos durante 4 ou 8 anos de escolaridade, perdem-se totalmente.

O ajustamento ocupacional não é simplesmente ‘arranjar um emprego’ como antes se pensava, pois, se para isso fosse necessário que o indivíduo tivesse uma apresentação razoável, o deficiente mental que não soubesse amarrar seus sapatos ou dar um nó na gravata não estaria bem preparado. **Assim, o indivíduo deverá ser preparado ocupacionalmente, durante o processo educacional de tal maneira que adquira dentro de suas possibilidades, as atitudes, os hábitos e as habilidades necessárias para enfrentar uma situação de vida real na comunidade social e de trabalho a que vai pertencer.** Isto é o que se deve entender por reabilitação (FLORENZANO, [1972?], p.23-24, grifos da autora em itálico; grifos meus em negrito).

Consequentemente, não se encontra em *Mensagem da Apae*, no período abrangido por esta pesquisa, um “programa escolar” para o deficiente mental, mas indicações de como “recuperá-lo” e ocupá-lo, indicando que esse sujeito era ainda representado como um “inválido” social, um “[...] aleijado do cérebro” (RABELO, 1964, p. 47), um ser não produtivo e dispendioso, que precisava, urgentemente, da reabilitação para ser *transformado* em um indivíduo *apto* e menos oneroso para a sociedade, por meio de uma “Educação Emendativa” (PEREIRA, 1964). Nesse sentido, tornar o deficiente mental um sujeito *educado* e *ajustado* ao meio social significava, portanto, capacitá-lo a “[...] executar as atividades práticas necessárias para isso e, se possível, preparando-os para uma tarefa profissional” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 81), da seguinte maneira:

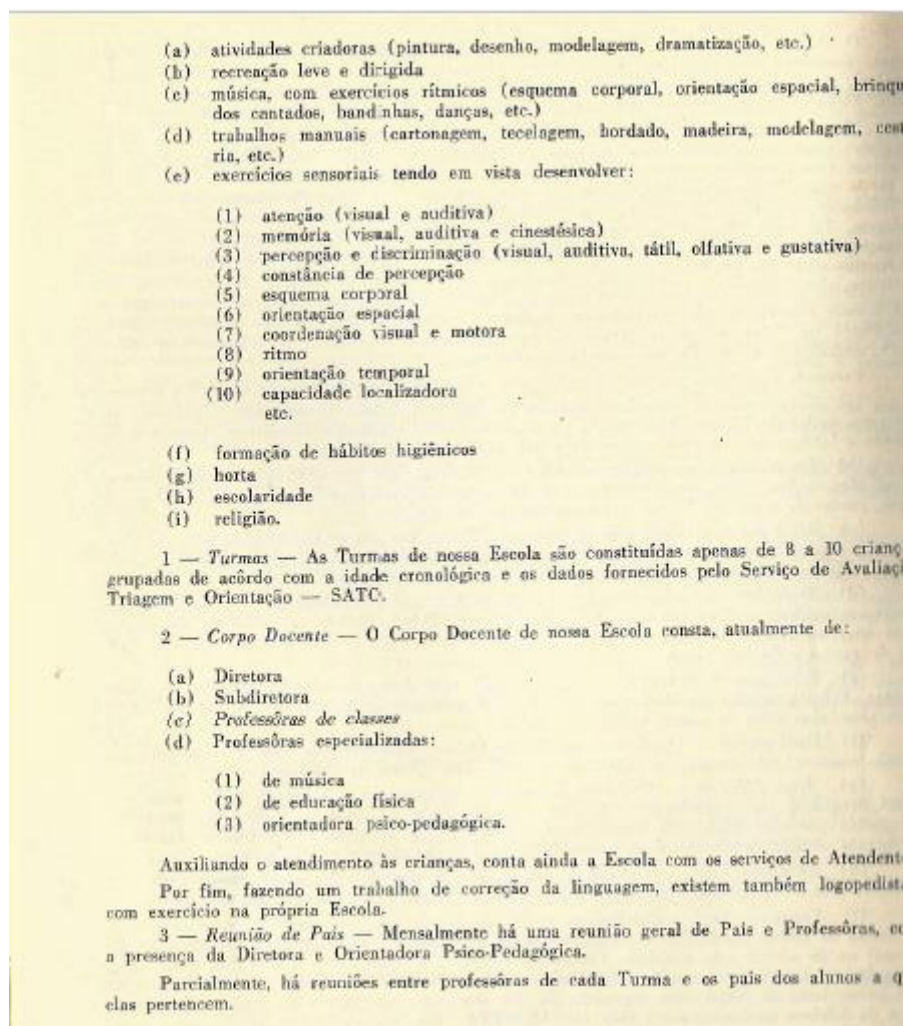
A criança usa muito as mãos? É preciso arranjar-lhe serviço de sapateiro, por exemplo. Com o lucro do seu trabalho, toma uma personalidade mais desenvolvida.
Observar o excepcional, aproveitar as suas tendências positivas, eis as necessidades.
José tem 23 anos de idade mas idade mental de 4. Gosta de serrar? Vamos aproveitá-lo, encaminhando-o para marceneiro. Maria gosta de lidar com fios. Fará cestas de macramê, etc. e ganhará dinheiro com esse trabalho e terá uma atividade útil à sociedade (COMO SURGE..., 1963, p. 10-11, grifos meus).

Como se pode depreender, desde o início do processo *educacional-emendativo*, a meta era preparar o deficiente para alguma atividade ocupacional, de simples execução, recorrendo-se ao treinamento precoce e a técnicas pedagógicas que potencializassem a reabilitação vocacional entre os retardados mentais (PEREIRA, [1972?]). Essa orientação “pedagógica” vinha acompanhando as Apaes desde sua fundação, no Rio de Janeiro, em 1954. Conforme já mencionei em outra oportunidade, o número 3 de *Mensagem da Apae*, publicado no ano de 1968, abordara, justamente, o trabalho educacional desenvolvido pela associação carioca, a primeira das Apaes, tomada, à época, como referência para as demais. Por isso, torna-se um parâmetro para demonstrar, de forma ainda mais clarividente, como funcionava, nessas instituições, a educação dos excepcionais.

Na Apae Rio, funcionava a Escola Primária Experimental Professor La-Fayette Cortes, “[...] o mais antigo dos nossos *estabelecimentos para a recuperação do deficiente mental*: nasceu em 1955, com apenas 21 crianças procedentes das classes especiais das escolas primárias do Estado [do Rio de Janeiro/Guanabara]” (A APAE..., 1968, p. 6, grifos meus). Segundo o periódico apaeano, a escola tinha por finalidade “[...] propiciar a educação integral da criança excepcional visando a sua integração social [...]” (A APAE..., 1968, p. 6). Essa educação, adjetivada de integral, reforçava, todavia, uma prática pedagógica mecanicista, voltada para o treino de habilidades manuais e perceptivo-motoras, além de destacar a formação de hábitos higiênicos e laborais. Na proposta da escola, seguida por tantas outras do gênero, nas décadas de 1950 a 1970, a *escolaridade* (ler, escrever e contar) figurava como apenas uma

dessas práticas, que, muito sugestivamente, aparecia como o penúltimo item de todo o programa educativo, como se pode conferir nesta figura, extraída de *Mensagem da Apae*:

Figura 98 - Programa educativo e organização pedagógica da Escola Primária Experimental Professor La-Fayette Cortes, da Apae carioca



Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 3, p.7, jul. - set. 1968).

Na mesma direção, posso citar, ainda, que práticas muito semelhantes eram desenvolvidas no sul do país, na Escola Especial Municipal “Recanto do Amor e Compreensão”, inaugurada em junho de 1964, na cidade de Novo Hamburgo - RS, “[...] graças ao esforço comunitário, Prefeitura Municipal e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais [...]” (BERCHT, 1966, p. 28). A Apae, nesse caso, era colaboradora e uma das mantenedoras do empreendimento, que contava também com o apoio do governo municipal. Como se divulgou no periódico da Fenapaes, as atividades desenvolvidas na citada escola seriam estas: “Linguagem - Aritmética - Atividades da Vida Diária - Desenvolvimento da linguagem (dificuldades na fala) - Estímulos Sensoriais - Desenho - Estória dirigida - Educação Física - Música [...]” (BERCHT, 1966, p. 29). E, como era característico nesse enfoque pedagógico,

trabalhavam-se “[...] atividades sociais e recreativas como passeios, piqueniques, visitas, festas por eles preparadas [alunos e professoras]” (BERCHT, 1966, p. 29). Outrossim, recebiam “As crianças diariamente [...] merenda escolar e maior *atendimento à higiene*, devido às *condições precaríssimas de higiene e alimentação em seus lares*” (BERCHT, 1966, p. 29, grifos meus).

À vista disso, o *princípio educativo das Apaes* se pautava na concepção de que os retardados mentais precisavam *aprender para trabalhar e trabalhar para serem integrados* pela sociedade, quando então poderiam dela participar como um membro “recuperado”, finalmente habilitado como ser social. Nesse processo, caberia às associações apaeanas “[...] ajudá-los a atingir o máximo, o seu potencial para o trabalho, o emprego” (PEREIRA, [1972?], p. 31). Dito de outro modo, os apaeanos eram defensores da tese de que “[...] uma vez que [os excepcionais] não se alfabetizem, aprendem, no entanto, uma profissão útil [...]” (COMO SURGE..., 1963, p. 10). Essa tese foi até mesmo manipulada no processo de produção material de *Mensagem da Apae*, pois os editores quiseram, em algumas circunstâncias, induzir o leitor a defendê-la, propositadamente levando-o a confrontar as realidades estadunidense e brasileira quanto à empregabilidade dos deficientes mentais. Isso ocorreu, por exemplo, na última edição de 1968, que apresentava o texto *O Excepcional e o Trabalho*, explanando sobre a legislação trabalhista no Brasil e as necessidades de sua adaptação para atender aos excepcionais, solicitando, inclusive, a dispensa da prova de alfabetização, exigida, à época, aos menores de idade para que fosse expedida sua carteira de trabalho (LEMOS, 1968).

Segundo veiculou o impresso apaeano, “[...] essa exigência poderia ser dispensada quando devidamente comprovado que o desenvolvimento intelectual do menor, dada a deficiência mental, o impede de aprender a ler, escrever e contar, mesmo depois de aplicados os processos de educação especial” (LEMOS, 1968, p. 10). Dessa forma, abria-se caminho para a imediata profissionalização do deficiente, a fim de que fosse um trabalhador produtivo, pois, “[...] como aconteceu em outros países [...], a admissão de excepcionais em *funções adequadas* é economicamente vantajosa [...]” (LEMOS, 1968, p. 12, grifos meus). Logo mais adiante, ainda na citada edição, os editores de *Mensagem da Apae* demonstravam essas vantagens, já comprovadas “numericamente” nos Estados Unidos, mediante a publicação de um excerto, proveniente daquele país, no qual se comparava, de maneira lacônica, a atuação profissional de “retardados” e de “normais” em serviços de restaurante (*Figura 99*). Com tal expediente, instigava-se o leitor a concluir pela validade da tese apaeano ou, pelo menos, a intuí-la em uma leitura não muito sistemática do impresso, pois, sendo um texto simplificado, bastante conciso e com título chamativo, dificilmente o leitor ficaria indiferente a seu conteúdo, apreendido já em uma rápida “olhadela”, o que tornava eficiente a circulação da mensagem apaeano.

Figura 99 - Comparação entre a atuação profissional de trabalhadores “retardados” e “normais” em serviços de um restaurante, a partir de dados estadunidenses, traduzidos no periódico

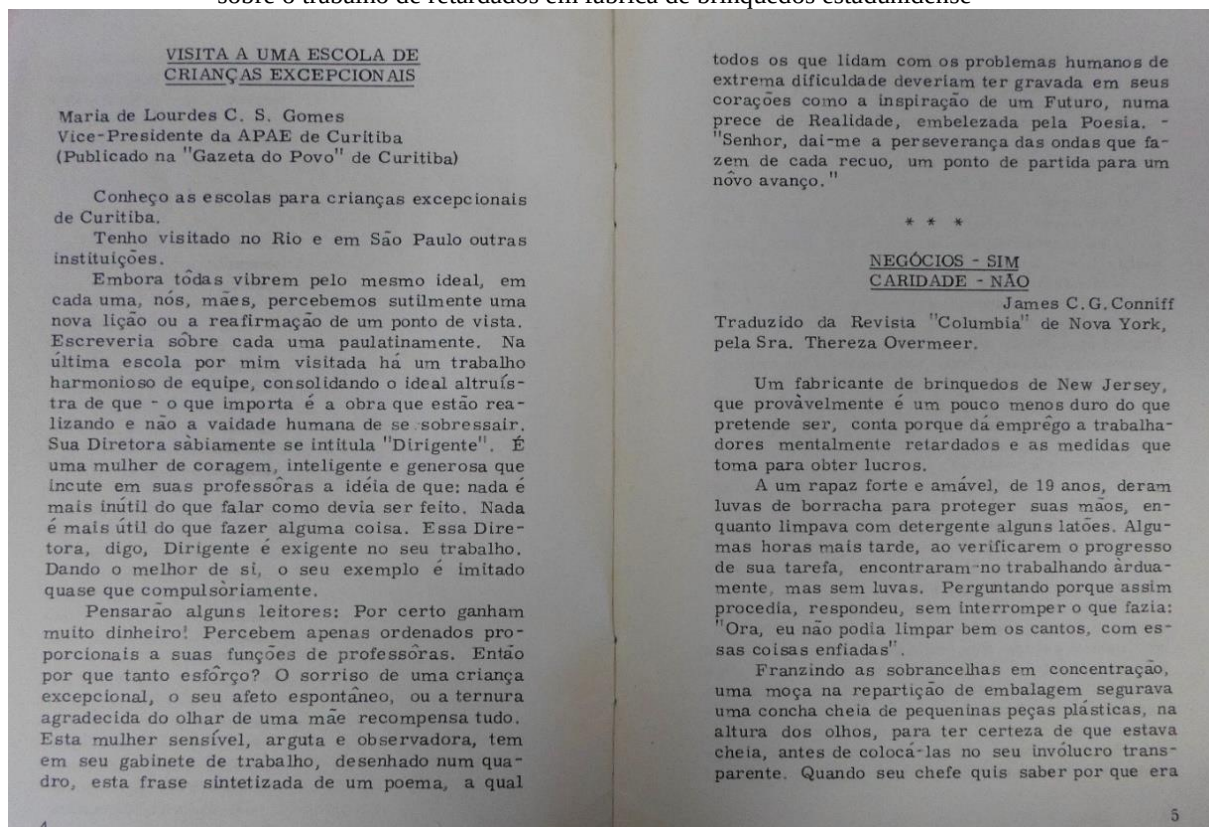
O RETARDADO MENTAL E O TRABALHO	
REGISTRO DE ATUAÇÃO: TRABALHADORES DE RESTAURANTES, RETARDADOS E NORMAIS	
Transcrito do PCMR MESSAGE, Maio/1968 - 12.	
Frank J. Haberl, gerente do setor de alimentação do restaurante dos empregados da Companhia Martin, Denver, recentemente comparou a atuação dos empregados retardados e normais, durante 5 anos, em 4 cargos do restaurante.	
Pontos principais:	
Média de tempo de serviço:	Normais: 21 meses Retardados: 47 meses
Faltas por ano:	Normais: 11 1/2 Retardados: 2 1/2
Atuação:	Muito satisfatória: Normais: 28% - Retardados: 75% Satisfatória: Normais: 12% - Retardados: 25% Insatisfatória: Normais: 60% - Retardados: 0%
Convívio com outras pessoas:	Muito satisfatório: Normais: 0% - Retardados: 75% Satisfatório: Normais: 63% - Retardados: 25% Insatisfatório: Normais: 37% - Retardados: 0%
Satisfeitos com o trabalho:	Normais: 56% Retardados: 75%
— 29 —	

Fonte: *Mensagem da Apae* (ano V, n. 4, p. 29, out. - dez. 1968).

Em 1963, recurso similar também fora empregado no número 6 de *Mensagem da Apae*, quando se forjou um protocolo de leitura pelo qual o leitor era levado a pensar que a educação das crianças excepcionais deveria ser sempre balizada pela necessidade de sua ocupação laboral, esta caracterizada como um bom negócio. Na materialidade do impresso, duas matérias eram apresentadas lado a lado, impactando a recepção do leitor, sendo que a primeira discorria sobre o trabalho institucional de uma escola especial brasileira, ao passo que a segunda era a transcrição de um artigo publicado na revista estadunidense *Columbia*, de Nova York. Implicitamente, os editores sugeriam que, se nos Estados Unidos a profissionalização de excepcionais estava se convertendo em um investimento profícuo aos cofres públicos e

particulares, o mesmo deveria ser estendido ao Brasil, nas práticas de educação e ajustamento desse público. Afinal, tendo um emprego remunerado, os retardados “[...] *ajudariam a economia* e a pagar os impostos e ao mesmo tempo *enriquecer o empregador* por ter um pessoal digno de confiança e incansavelmente produtivo” (CONNIFF, 1963, p. 12, grifos meus). Eis a *mensagem* que as Apaes federadas tanto queriam propagar em seu periódico:

Figura 100 - Matérias apresentadas lado a lado, respectivamente sobre uma escola especial brasileira e sobre o trabalho de retardados em fábrica de brinquedos estadunidense



Fonte: *Mensagem da Apae* (v. I, n. 6, p. 4-5, 1963).

Essa estratégia editorial fazia parte dos objetivos da Fenapaes quanto às suas pretensões de convencer o empresariado e toda a sociedade a aceitar a mão de obra do excepcional, tentando provar que esta seria lucrativa para as empresas e que “Mesmo na moderna sociedade industrial, muitas são as atividades que podem ser executadas pelos retardados mentais primários [...]” (BORRAIZ, 1964, p. 44). Consequentemente, os apaeanos tentavam *representar* o trabalho do deficiente não como mera caridade, mas como um *negócio* lucrativo para os empregadores e para o bem-estar social (Figura 100), pois “Amparado com um trabalho, sobretudo se protegido, ele [o excepcional] deixará de constituir um problema para a sociedade” (COMO SURGE..., 1963, p. 12), desde que “[...] lhes seja prestada assistência adicional no tocante à *educação de que precisam para maior produtividade*” (BORRAIZ, 1964, p. 44, grifos meus). Foi exatamente para viabilizar essa assistência educacional aos excepcionais, com o propósito de “[...] oferecer oportunidades de treinamento e preparo para o emprego [...]” (PEREIRA, [1972?], p.

31), que as Apaes investiram, ainda, na instalação de oficinas pedagógicas para os deficientes mentais adolescentes e adultos, como corolário de seu programa educativo. No auge do tecnicismo pedagógico e político-econômico daqueles tempos, as oficinas constituíam

[...] o *coroamento do ensino especializado*. Destinam-se aos egressos das classes especiais, dos centros especiais, portadores do Certificado de Alfabetização.

Elas devem habilitar os adolescentes, de acordo com suas capacidades e com as necessidades regionais, *em função do mercado de trabalho*.

Essas oficinas devem ser dirigidas por mestres especializados ou então com a supervisão de professores especializados e mestres comuns (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 85, grifos meus).

Nesse ponto, é mister lembrar que, já nas suas origens, tal formato educativo fora preconizado pela Apae. No Rio de Janeiro, com a fundação da primeira escolinha da entidade, os apaeanos perceberam que seria preciso avançar na educação dos excepcionais, pensando-se em alternativas pedagógicas para os deficientes mais velhos ou para aqueles que concluíam o ciclo primário de atividades da escolinha. Surgiu, então, em 1958, o Centro de Aprendizagem Ocupacional da Apae carioca, inicialmente com apenas uma oficina pedagógica para adolescentes, a de carpintaria, cujas práticas passaram a ser modelares para as outras Apaes que foram surgindo nos anos de 1950 a 1970. Esse Centro também se expandiu e, no final da década de 1960, orgulhava-se de “[...] proporcionar ao adolescente uma *educação integral*, seu *ajustamento ao meio social*, preparando-o para o trabalho competitivo ou protegido e, ainda, *ocupação para os que não atingiram a fase do trabalho sistematizado*” (A APAE..., 1968, p. 8, grifos meus), isto é, para aqueles com retardo mental mais severo. Para essa finalidade, diversas oficinas foram criadas, segundo foi divulgado em *Mensagem da Apae*, nesta página:

Figura 101 - Oficinas do Centro de Aprendizagem Ocupacional da Apae carioca na década de 1960

O objetivo principal do Centro é dar ocupação aos maiores de 15 anos, de ambos os sexos, portadores de distúrbios oligofrênicos; é proporcionar ao adolescente, uma educação integral, seu ajustamento ao meio social, preparando-o para o trabalho competitivo ou protegido e, ainda, ocupação para os que não atingiram a fase do trabalho sistematizado.

Mas os Aprendizes logo vão surgindo e as salas de trabalho em breve estão repletas. Impõe-se assim nova necessidade imperiosa de expansão. E' quando, em 1965, aproveitando-se espaçosa área livre existente no local, dá-se início à construção de um amplo Pavilhão. E, já a 15 de agosto do ano seguinte, são inauguradas as novas instalações do Centro, onde passam a funcionar as Oficinas de Carpintaria, Sapataria, Encadernação, Cartonagem, Modelagem, Tecelagem, Tapeçaria, Pintura e Desenho, Trabalhos Femininos, como confecção de roupas de crianças, toalhas de mesa, fronhas, bordados em geral, crochê, cintos, botões cobertos, bolsas de contas e de fios plásticos.

Neste pavilhão, que recebeu o nome de Pavilhão Dr. Gustavo Lessa, em homenagem a um grande educador, médico e defensor da causa do Excepcional, os alunos praticam Educação Física em tôdas as suas modalidades (jogos de futebol, basquete, volei, futebol de salão, etc.), ginástica rítmica, calistênica, teatro e música.

Contando com essas novas oficinas, os Aprendizes são distribuídos nos seguintes grupos:

(a) *Carpintaria* — Com duas Turmas, conduzidas por três Mestres. Sua produção consiste em material didático, brinquedos, encomendas livres, utilidades domésticas, consertos de móveis e fabrico de pequenos móveis para uso da ASSOCIAÇÃO.

(b) *Encadernação* — Compreendendo uma Turma Única, conduzida por um Professor e um Mestre. Sua produção consiste na encadernação de livros e revistas, fabricação de envelopes, pastas de cartolina, blocos, caixas e outras encomendas.

(c) *Sapataria* — Compreende também uma Turma Única que é conduzida por um Mestre. Sua produção consiste na fabricação de sandálias, chinelos, consertos de sapatos em geral, outros objetos de couro para enfeite, petecas e descanso para copos.

(d) *Trabalhos Femininos* — Aqui as aprendizes estão distribuídas em duas Turmas, sendo conduzidas por duas Mestras. A produção desta oficina consiste na confecção de roupas para crianças, toalhas de mesa, fronhas, bordados em geral, crochê, cintos, botões cobertos, bolsas de contas e de fios plásticos.

(e) *Tecelagem e Tapeçaria* — Compreende uma Turma Única, conduzida por uma Mestre. Fabrica tapetes de sisal, descanso de sisal para pratos, tapetes de lã, tecidos de lã para almofadas além de outros tecidos em linha.

(f) *Datilografia* — Consiste numa Turma Única, conduzida por uma Mestre. Sua atividade consiste, pelo menos por enquanto, em trabalhos apenas de aprendizado.

(g) *Artes Plásticas* — Funciona dentro da movimentação das turmas nas diversas oficinas, levando-se em consideração, também, a necessidade de cada aprendiz, em particular. Conduzida por uma Professora especializada, realizou várias técnicas e também, principalmente, papéis pintados que suprem as necessidades da Encadernação e cartonagem.

(h) *Educação Física* — Atividade sempre tão do agrado dos jovens, compreende três Turmas, com um Professor especializado. Praticam a ginástica calistênica e jogos variados.

(i) *Teatro* — Aqui a distribuição se faz de acordo com as necessidades, evidentemente, sendo os jovens conduzidos e treinados por uma Professora. Os alunos têm a liberdade de recusar ou de aceitar esta atividade. Durante o ano de 1966 teve início a organização de apresentações em homenagem ao «Dia das Mães» e, por ocasião das festividades de encerramento do ano letivo, festa de Natal, com representação dos alunos no nascimento de Jesus, e também a peça do folclore nordestino — a Nau CATARINETA. Esse repertório vem sendo, aos poucos, enriquecido, contando-se agora, igualmente, com números de «ballet».

(j) *Ginástica rítmica* — Os alunos estão aqui distribuídos em duas Turmas que são conduzidas por uma Professora.

(l) *Escolaridade* — Aqui, os alunos são distribuídos em 10 Classes de diversos níveis, desde o mais atrasado ao que já tem leitura interpretativa. Aos alunos foram já aplicadas provas fornecidas pelo IEE, com resultados muito bons.

Os alunos do Centro participam ainda de tôdas as atividades sociais da nossa APAE e se reúnem várias vezes em reuniões festivas e diversões diversas (rádio, televisão, teatro, etc.).

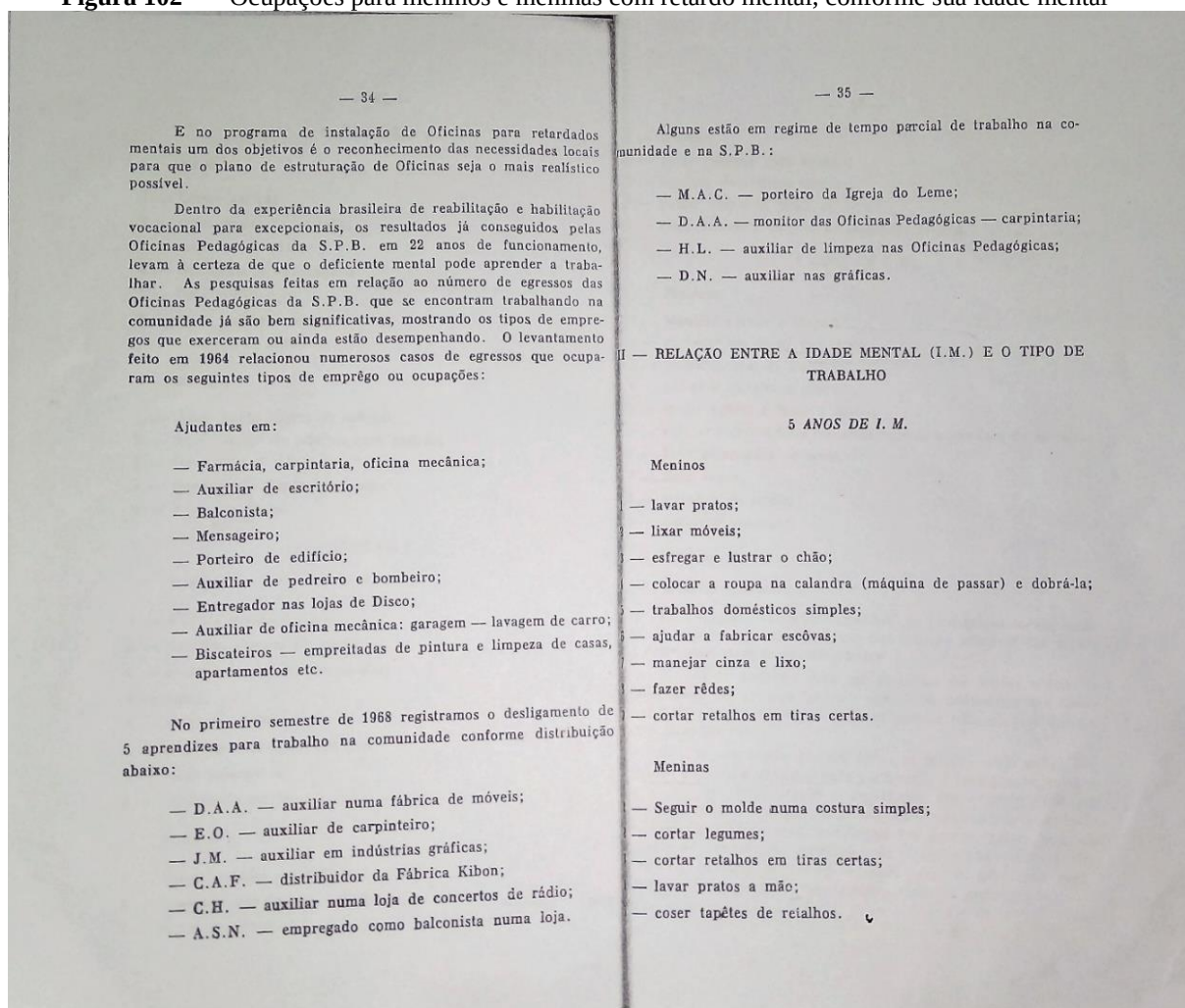
Na compreensão apaeana, essas oficinas eram a grande esperança de integração social e aprendizagem do deficiente, pois representavam “[...] o elo, cuja falta hoje se sente, entre as atividades escolares e a vida profissional [...]” (NOTICIÁRIO, 1965, p. 38). Uma vida profissional que, todavia, para o retardado, já vinha pré-definida, simulada e estipulada de acordo com supostos níveis de sua idade mental, conforme fez questão de divulgar *Mensagem da Apae* em [1972?], cujas páginas correlatas são reproduzidas logo adiante¹³⁴, para melhor compreensão das práticas pedagógicas apaeanas e, por extensão, do “ensino” especializado de outrora (*Figura 102*). Mesmo assim, há que se ponderar que essa era, para os agentes apaeanos, a solução mais viável que tanto buscavam para o problema do excepcional. As oficinas pedagógicas ocupavam o retardado, eram um espaço para sua socialização, afastavam-no da “delinquência”, liberavam a força de trabalho dos seus pais, disciplinavam-no e incutiam-lhe hábitos salubres, podendo vir até mesmo a render-lhe alguma chance de emprego, se aprendesse um “ofício”.

Do ponto de vista da materialidade do impresso, chamo a atenção, para o fato de que, na página 37, reproduzida na *Figura 102*, a qual lista tais ofícios, observa-se um erro de composição no processo de editoração do periódico. Um erro certamente não notado a tempo pelos seus revisores ou, justamente, atestando a ausência de uma equipe editorial especializada, que pudesse corrigi-lo antes da impressão definitiva, dadas as dificuldades de produção e publicação de *Mensagem da Apae* em seus primeiros anos de existência, agravadas sobretudo de 1969 a 1973, como já aludido no Capítulo 2.

Em vez de aparecerem as indicações de trabalho previstas para as meninas retardadas, aos 8 anos de idade mental, é disposto, no espaço correspondente, salvo o item 1 (“costurar gravatas”), a repetição da parte final do texto “Educação e Reabilitação”, de Rosa Florenzano ([1972?]), publicado na mesma edição, às páginas 19-26. Em nenhuma outra página desse número, porém, trazem-se as atividades laborais que seriam “adequadas” a essas meninas, comprometendo, por um “descuido” gráfico, a integralidade do conteúdo que se queria veicular com o texto de Pereira ([1972?]), ao qual essas informações pertenciam. Tal fato é um exemplo de como “gralhas” e “falhas” atestam as condições de trabalho durante a composição dos impressos e as implicações das práticas editoriais para as práticas de leitura e compreensão dos textos (CHARTIER, 2002b, 2007).

¹³⁴ Em relação às ocupações pré-definidas para os retardados mentais, nos anos de 1960 a 1970, como se pode ver pela *Figura 102*, havia distinção não só quanto à sua possível idade mental, mas, também, em relação ao seu gênero, o que, por ora, não me proponho a discutir, por demandar outras mediações teóricas que fogem às minhas pretensões nesta tese.

Figura 102¹³⁵ - Ocupações para meninos e meninas com retardo mental, conforme sua idade mental



¹³⁵ As marcações gráficas nesta figura, mais especificamente na reprodução das páginas 36 e 37, também são de minha autoria, conforme expliquei em notas anteriores.

— 36 —

6 ANOS DE I. M.

Meninos

- 1 — Cortar grama;
- 2 — lavar pratos na cozinha;
- 3 — misturar cimento;
- 4 — transporte de mercadoria;
- 5 — fazer escovas;
- 6 — lavar roupas simples;
- 7 — ajudante de pedreiro.

Meninas

- 1 — Fazer ponto aberto de crochê;
- 2 — tecer tapetes de retalhos com padrão;
- 3 — lavar roupas simples;
- 4 — manejar a calandra (máquina);
- 5 — dobrar a roupa.

7 ANOS DE I. M.

Meninos

- 1 — Pintura grosseira;
- 2 — conserto simples de sapato;
- 3 — guiar uma parelha de cavalos;
- 4 — arar;
- 5 — ajudante de ferreiro;
- 6 — empalhar (móveis) cadeiras;
- 7 — fazer vassouras;
- 8 — carpintaria simples;

Meninas

- 1 — Fazer gravatas e echarpes de tricô;
- 2 — fazer bainhas simples e italianas;
- 3 — ponto de cruz;

— 37 —

8 ANOS DE I. M.

Meninos

- 1 — Manejar carvão e cinzas;
- 2 — carregar um carro com feno;
- 3 — trabalho geral de Fazenda;
- 4 — pintar o exterior e interior;
- 5 — cortar cabelo e fazer a barba;
- 6 — colocar vidros e fazer pequenos reparos numa casa de madeira;
- 7 — fazer brinquedos de madeira;
- 8 — fazer rês;
- 9 — trabalho de jardim;
- 10 — consertar colchões.

Meninas

- 1 — Costurar gravatas;

Uma ampla divulgação capacitará as professoras locais, onde não há ensino especializado, a um atendimento razoável das crianças deficientes mentais de suas classes.

5 — Este trabalho pode ser realizado em vários níveis de profundidade de forma a fornecer currículos padronizados e metodologia adequada aos recursos e às exigências educacionais das várias regiões do País;

6 — É importante que em todos os lugares onde sejam despendidos esforços e dinheiro para a educação e reabilitação, também seja levado em consideração o aspecto do trabalho do deficiente mental que requer proteção. Sem esta linha contínua de assistência, obviamente o esforço será inutilizado em grande parte, pois não haverá o aproveitamento econômico do investimento realizado, além do aspecto humano do adulto deficiente mental, preparado para o trabalho e desemprego, que também deve ser considerado.

São Paulo, 5 de julho de 1968.

— 38 —

9 ANOS DE I. M.

Meninos

- 1 — Todo o processo de fazer escovas;
- 2 — trabalhar numa máquina elétrica de impressão com pedal;
- 3 — moldar o papel para blocos;
- 4 — consertar mobília;
- 5 — pintar brinquedos;
- 6 — etapas mais complexas do conserto de sapatos;
- 7 — colher vegetais e frutas;
- 8 — fazer colchões e travesseiros;
- 9 — aprender saxotrompa e tocar tambor;
- 10 — fazer escovas ornamentárias.

Meninas

- 1 — Fazer meias e luvas de tricô;
- 2 — fazer cestas ornamentais;
- 3 — fazer brinquedos de pano;
- 4 — fazer cerâmica;
- 5 — fazer funcionar um tear automático de tapetes;
- 6 — cortar e fazer vestidos;
- 7 — cozinha simples;
- 8 — fazer renda de almofada;
- 9 — coser passepartout no papelão;
- 10 — pregar botões;
- 11 — fazer bijuterias;
- 12 — coser o fôrro (indústria de chapéus).

Fonte: Mensagem da Apae (p. 34-38, [1972?]).

Vale ressaltar, ainda, que tais oficinas podiam ser chamadas de *pedagógicas*, quando apenas visavam ao ensino de técnicas e habilidades ocupacionais para futura inserção profissional do deficiente mental no trabalho competitivo; ou protegidas, frequentadas por excepcionais com algum preparo profissional, geralmente obtido na própria oficina pedagógica, que, por não se adaptarem às condições laborais fora da instituição especial ou sequer dela tendo saído, devido às suas “limitações” intrínsecas, passavam a executar determinado ofício, sob supervisão, em tais oficinas, também apelidadas de “abrigadas”. Estas aceitavam encomendas e pedidos de empresas e funcionavam, quase sempre, como estruturas anexas às escolas e instituições especializadas, inclusive das Apaes, como se depreende neste apelo feito pelos apaeanos em seu periódico oficial:

Industriais e comerciantes, deem um lugar ao menor abandonado. [...] Ao excepcional confiem trabalhos nas Oficinas Protegidas. Estas funcionam junto às APAEs com pessoal especializado e podem, perfeitamente, [...] contratar certos trabalhos em que as Empresas também se beneficiam e, além disso, uma solução está sendo dada ao problema do excepcional.

As Oficinas Protegidas poderão garantir o ganha-pão do excepcional se os srs. industriais e os srs. comerciantes de visão a elas confiarem trabalhos que serão realizados, com ou sem fiscalização, conforme a natureza da tarefa e o nível do atraso individual (COMO SURGE..., 1963, p. 12-13, grifos meus).

Pode-se concluir, assim, que, apesar da defesa apaeana, o trabalho ensinado e praticado nessas oficinas, bem como nas escolas especiais das Apaes, assumia um caráter semiprofissional, desqualificado e repetitivo, sendo que ao excepcional só eram “[...] remetidas as tarefas que não se mostra[va]m lucrativas para o operário ‘normal’, além do baixo salário” (JANNUZZI, 1992, p. 58) atribuído como remuneração pelo serviço dos deficientes. Já nas décadas de 1960 e 1970, essa proposta pouco se sustentava empiricamente, conquanto fosse estratégico seu apelo simbólico para a própria configuração, manutenção e divulgação da identidade institucional das Apaes federadas, no campo da excepcionalidade. Em certo sentido, isso ocorria devido à própria modernização urbano-industrial do país, que tornava superado o foco pedagógico em atividades artesanais e de simples “adestramento” manual, porquanto ia-se consolidando um Brasil, eterno candidato a grande potência, no qual “[...] as mercadorias consumidas [eram] [...] principalmente as de cunho industrial e não artesanal, pois que estas são [eram] de difícil colocação no mercado [...]” (JANNUZZI, 1992, p. 55).

De outro ângulo, perante o avanço do capitalismo, “[...] com métodos e técnicas de trabalho que não ocupa[va]m toda a nossa mão de obra, há[via] competição para se entrar no mercado de trabalho em detrimento não só dos ‘deficientes’, mas também de parte considerável da população considerada ‘normal’” (JANNUZZI, 1992, p. 53), o que era desconsiderado pelos apaeanos, na ânsia de se resolver o “grave problema” do excepcional. Isso leva a pensar que, para além de ser um espaço de produção de mercadorias, prestação de serviços à comunidade

ou de “[...] formação de hábitos para os deficientes mentais severos, [...] [e] ensino de tarefas e trabalhos semiprofissionais [...] para os educáveis” (SUBSÍDIOS..., 1973, p. 89), tais oficinas eram, sobretudo, no sentido comeniano, oficinas de homens, isto é, tempos e espaços de modelagem do excepcional, de harmonização de seus sentidos e de “conserto” de suas supostas falhas naturais.

Além disso, como reproduzido anteriormente, a partir de páginas de *Mensagem da Apae*, no programa educacional dessas oficinas e escolas especializadas, apesar do constante discurso de *educação integral*, não se dava, para efeito de comparação, “[...] prosseguimento a um trabalho pedagógico sistematizado que amplie a visão de mundo do ‘deficiente’ através do prosseguimento da educação física, musical, artística, da alfabetização, da educação sexual, manipulação de dinheiro, conhecimento de hora, etc.” (JANNUZZI, 1992, p. 58), saberes que se impunham como imprescindíveis já naquela conjuntura. O resultado era uma integração precária e subordinada do deficiente mental, que, embora pudesse vir a ter uma *ocupação prática*, nem sempre identificada com emprego ou, menos ainda, com trabalho, continuava sendo um cidadão pela metade, com poucas chances de desenvolvimento cognitivo e de usufruto de uma educação formal, pautada no “[...] saber sistematizado, através de teoria da aprendizagem adequada, concretizada em métodos e técnicas eficazes” (JANNUZZI, 1992, p. 61).

Para os apaeanos, contudo, nas tensões da realidade vivida, diante das dificuldades existentes, das estratégias a serem mobilizadas e das muitas *urgências* que os afligiam, como agentes educacionais que eram, também, pais e amigos dos excepcionais, o principal desafio a ser enfrentando era “[...] alcançar o êxito no desabrochamento, no amadurecimento e na adaptação da criança [com deficiência mental]” (CAETANO, 1966, p. 21). Para esse propósito, valiam as práticas e representações daquela que ora designei como Pedagogia do Ajustamento Social, cujo lema assim poderia ser *traduzido*: (re)habilitar, treinar e ajustar o excepcional à sociedade - porém não o contrário -, educando-o sob o *invólucro material e simbólico* produzido a partir da ideia geradora de *mais amor e compreensão*, tal como evocado pela imagem-símbolo da Fenapaes. Talvez tenha sido essa a principal *mensagem das Apaes* desde seus primórdios, a qual, por meio das múltiplas chaves de leitura permitidas por seu impresso, busquei *(re)ler*, *compreender* e *(de)cifrar*, uma vez que tal mensagem tanto repercute, ainda, nas formas como se tem praticado e representado a educação de excepcionais no cenário brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro não é uma entidade fechada: é uma relação, é um centro de inúmeras relações (BORGES¹³⁶ apud CHARTIER, 2007, p. 310).

Ao longo desta tese, escrutinei, na condição de fonte e objeto, o impresso periódico *Mensagem da Apae*, em sua fase inicial de existência, isto é, de 1963 a 1973, sob o olhar da Nova História Cultural e da operação historiográfica decorrente pela qual abordei o *corpus documental*. Não se tratou, por certo, de uma escolha temática e teórico-metodológica fortuita, mas pautada nas exigências que esse referencial me apresentou, pelas quais pude encontrar os nexos que motivaram a produção e os investimentos, materiais e simbólicos, dos apaeanos no referido impresso institucional, editado como órgão oficial da Fenapaes. Entidade essa que, então, era implementada para representar as diversas Apaes que surgiam no Brasil e potencializar sua capacidade de articulação com o poder público e a sociedade em geral, possibilitando às associações filiadas respaldo jurídico, com unidade doutrinária e político-filosófica, sob influência ideológica e organizacional das congêneres estadunidenses, em especial a Narc.

Enquanto organizações, as Apaes federadas percebiam que, para legitimar um *posto de poder* e torná-lo *seu*, no campo da excepcionalidade, era mister que formassem, dominassem e controlassem, também, as práticas discursivas utilizadas para definir, classificar, narrar e normatizar o sujeito excepcional, para além de seu tirocínio institucional imediato. Por isso, a Fenapaes, desde os primórdios, antes mesmo de sua completa formalização, preocupou-se em divulgar suas concepções e representações de mundo para as filiadas e a toda a sociedade, por meio da imprensa e dos impressos, usados, desde então, como “mensageiros” da entidade. Em outros termos, estes passaram a ser utilizados, estrategicamente, como dispositivos de manifestação de sua vontade de poder, como lugares da memória institucional e sociabilidade apaeana, como forma de constante registro, atualização e organização das rotinas burocráticas e como veículo de congregação e (con)formação ideológica das associações apaeanas, que necessitavam manter-se nacionalmente coesas para fazer valer seu poderio.

Assim, *Mensagem da Apae* foi, literalmente, o “mensageiro” *sui generis* dessa entidade, porquanto o periódico foi, desde o princípio, o instrumento que institucionalizou um espaço e um tempo em torno dos quais se visava convergir os esforços, as orientações e as iniciativas da

¹³⁶ BORGES, Jorge Luis. Nota sobre (hacia) Bernard Shaw. In: *Otras inquisiciones* [1952]. Madri: Alianza Editorial, 1997. p. 237-42.

Fenapaes, com relação ao que esta denominava como a “problemática do excepcional”, tornada sua bandeira de luta. Divulgando sua *versão*, os apaeanos, como agentes históricos, tentavam interpretar a realidade vivida e trazê-la em representações, símbolos e significações próprias, utilizando-se do periódico como instrumento mensageiro e difusor de seus ideais e reclames. Em síntese, a edição do impresso foi, sobretudo, uma prática pela qual esses agentes (re)elaboraram as tensões que compunham o campo da excepcionalidade, no Brasil, na conjuntura aqui abordada, empreendendo, conforme seus anseios e perspectivas, uma racionalização estratégica e (e)legível de tal problemática, com base na qual delimitaram seus espaços de poder e de saber.

Ademais, em um contexto ainda carente de informações e de publicações brasileiras sobre os excepcionais e seu atendimento, *Mensagem da Apae* tornou-se um importante veículo para mobilizar, a esse respeito, a opinião de pais, familiares, técnicos e profissionais da saúde, professores especializados, membros da sociedade civil, empresas e autoridades políticas, forjando um determinado modo de se conceber e ler a excepcionalidade em nosso país, qual seja, aquele vinculado, sobretudo, à filantropia, à terapêutica e à benevolência cristã. Por outro lado, as associações que compunham a emergente Federação estavam dispersas pelo país e careciam de um suporte material que (re)afirmasse a identidade e pertencimento institucional comum entre os apaeanos, que fizesse presente, (re)conhecido e tangível a ficção de um poder simbólico institucional, por vezes tão distante fisicamente das associações federadas.

Por isso, a atividade editorial de se produzir e pôr em circulação um impresso “mensageiro” foi, também, uma das estratégias da Fenapaes para instituir-se, à medida que o fazia instituindo, mesmo com dificuldades, seu periódico como um “próprio”, vale dizer, como “[...] o lugar do poder e do querer próprios” (CERTEAU, 1994, p. 99), a partir do qual a entidade se projetava e era projetada como um “lugar autônomo” (CERTEAU, 1994). Assim sendo, tal publicação periódica estabeleceu-se como resultado de um cálculo - mais ou menos consciente, mais ou menos eficiente, conforme o decorrer dos anos e dos acontecimentos político-econômicos - daqueles agentes que intencionavam demarcar a atuação da Fenapaes e instaurar, mediante o impresso, com seu “[...] conjunto dos dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparato formal da enunciação” (CHARTIER, 2011, p. 20), “[...] a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder” (CHARTIER, 2011, p. 20), qual seja, o poder de representar as Apaes e unificá-las.

Não havia, portanto, como estudar esse periódico sem considerá-lo como resultado simbólico e suporte material de representações; como uma arma estratégica da Federação em

defesa de seus interesses, concepções e consensos; como um espaço de sociabilidades, jogos de poder e astúcias discursivas para a circunscrição de um lugar legítimo e legitimador, tanto no campo da excepcionalidade, quanto entre as próprias filiadas apaeanas. Consequentemente, busquei não perder de vista o estudo desse impresso como objeto cotidiano e histórico, constituído e instituído pelo entrelaçamento de signos, mobilizados em práticas de leitura e de escrita; portanto, como uma arte de fazer, produzir e difundir um lugar de poder por dispositivos materiais e simbólicos. Diante disso, de modo análogo ao que se propõe na epígrafe desta seção final, pude tratar tal periódico, de que me ocupei por mais de três anos diuturnamente, não como uma produção fechada, descontextualizada e apenas depositária de conteúdos e ideias desencarnados, mas, sim, como um centro, um espaço e um tempo próprios, marcado por múltiplas relações, tensões, afetos, agentes e mediações editoriais.

Abrindo suas páginas, folheando-as, atentando-me aos detalhes da edição e organização dos textos, das imagens e das capas, descrevendo os exemplares e a forma como eram dados a ver e a ler, apreendi sentidos, representações e modos de ser e agir dos apaeanos e de suas associações. Com esse procedimento, fui, também, compreendendo a tessitura mesma da História da Educação de excepcionais deficientes mentais entre as décadas de 1960 e 1970, sem deixar de promover alguns outros recuos temporais que se fizeram necessários às análises desenvolvidas. Destarte, problematizei as aproximações e ambivalências políticas que marcaram as relações institucionais entre os apaeanos e alguns governos da ditadura civil-militar instaurada em 1964, bem como o modo pelo qual a Fenapaes (re)interpretou e divulgou em seu impresso o problema do excepcional nesse período, englobando pautas do discurso médico, cristão, econômico, político e afetivo, entre outros, de maneira a jogar, taticamente, a favor das circunstâncias que se lhes apresentava.

Ressalto, entretanto, que não se tratou, em nenhum momento, de empreender juízos de valor ou “julgamentos” sobre o trabalho, as práticas e as concepções das Apaes e de sua Federação. Não seria esse, aliás, o sentido de uma pesquisa acadêmica, tampouco do referencial adotado. Limitei-me, pois, a compor, descritiva e analiticamente, uma narrativa historiográfica, mobilizando fontes documentais, que me permitiram, em certa medida, captar e apresentar a forma como a agência apaeana, *no* e *pelo* seu impresso oficial, publicizou e constituiu seu programa de ação, suas pautas, suas representações e suas propostas sobre o atendimento dos excepcionais *naquele tempo*, especificamente de suas origens ao começo dos anos de 1970. Nessa direção, preservei, inclusive, termos e jargões da época, a fim de evitar anacronismos, pelo que espero não ser mal interpretado, afinal, para desempenhar o ofício de historiador,

reportei-me a uma temporalidade muito diversa da minha, em particular no que tange aos modos de se referir às pessoas com deficiência e às configurações atuais assumidas pela Educação Especial.

Feitas essas considerações, acredito, por fim, ter cumprido os objetivos de pesquisa e respondido às questões postas ao *objeto-fonte*, em torno do qual gravitaram minhas reflexões no decorrer de todo este trabalho. Não desconsidero, todavia, que, em virtude de aspectos singulares de *Mensagem da Apae* e das suas condições de produção, alguns pontos tenham permanecido pouco explorados ou não tenham sido abordados, pelo menos por enquanto. Não me foi possível, por exemplo, precisar dados sobre o número e as identidades de possíveis assinantes do periódico, sobre a arrecadação monetária com as vendas de exemplares e assinaturas - quando houve essa prática-, ou, ainda, sobre locais de sua circulação, além das Apaes. Tampouco encontrei dados sobre sua tiragem nessa fase inicial. Aliás, como deve ter ficado perceptível, foi difícil até mesmo apresentar informações sobre os agentes produtores, colaboradores e editores do impresso, seja devido ao fato de que a própria publicação apaeana não informava a respeito, seja porque não obtive sequer, em minhas reiteradas buscas, fontes auxiliares que trouxessem os esclarecimentos necessários.

Recorrer a jornais de circulação geral ajudou-me, em algumas situações, a compor o cenário no qual se publicou *Mensagem da Apae* e no qual a Fenapaes e suas filiadas agiram, estrategicamente, para encampar a problemática do excepcional, mas não trouxe, por certo, respostas a indagações muito particulares sobre a edição do impresso. Muitas dessas informações perderam-se com o tempo, podem estar esquecidas em livros institucionais a que não tive acesso ou, ainda, ficaram registradas apenas nas memórias dos produtores e colaboradores pioneiros do periódico, os quais, porém, já estão mortos, inviabilizando a pesquisa com fontes orais. Isso explica, também, algumas lacunas e limites presentes na constituição deste texto, além de eu ter assinalado, em alguns casos, indícios e não “certezas”. Longe de ser um problema, tais situações são típicas da pesquisa histórica, que carrega consigo os riscos, os limites e as ambiguidades produzidos pela passagem inexorável do tempo e decorrentes das próprias fontes adotadas, que nem sempre podem responder a todas as perguntas que, no presente, lançamo-lhes. São estes alguns dos desafios que margeiam a escrita da história, como diria Certeau (1982).

Além disso, as alterações gráficas e editoriais nos primeiros dez anos de *Mensagem da Apae*, devido a problemas internos e externos enfrentados pelo periódico e pela sua mantenedora, a Fenapaes, não possibilitaram a este uma padronização quanto a seções, formato,

temas tratados, aspectos visuais e materiais, periodicidade e muito menos na regularidade dos autores dos textos, muitos destes sem autoria indicada, republicados de outras fontes, ou, então, provenientes de traduções. Por sua vez, o conteúdo dos textos publicados nem sempre era atual em relação ao momento de sua publicação, o que tornou a análise ainda mais complexa e arriscada, porquanto o impresso periódico, no decênio estudado, não foi tão periódico assim, além de ter “flertado” com outros gêneros de impressos, oscilando entre os formatos de boletim, revista e livro de anais. Essas características levaram-me, inclusive, a classificar as edições desse período em três momentos distintos, ainda que pertencentes à fase inicial de *Mensagem da Apae*. Isso porque, a despeito de tais variações, o impresso manteve, no entanto, o objetivo precípua de (con)formar uma identidade apaeana federada, reconhecida pela centralidade e coesão nacional das Apaes em torno de sua Federação e de sua luta comum pela defesa do excepcional, sob a égide das práticas e representações derivadas do lema institucional de “mais amor e compreensão”.

Nessas condições, pode-se concluir que a grande autora de *Mensagem da Apae* foi a própria Fenapaes, ao fazer dessa publicação sua porta-voz, tendo os primeiros presidentes e/ou membros da alta cúpula da entidade exercido grande influência nos rumos e nos cargos do periódico, especialmente no caso dos médicos Antônio dos Santos Clemente Filho, Justino Alves Pereira e Stanislaw Krynski. Outros médicos também marcaram presença, em um ou outro momento, como Wanderley Nogueira da Silva e Walter Bonfim Pontes. De fato, a presença desses nomes na direção da entidade nacional e/ou na redação de *Mensagem da Apae* impactou, entre outros pontos, na abordagem temática e nas propagandas veiculadas pelo impresso, traçando, ademais, determinadas redes de sociabilidade pelas quais se tentava manter a existência e a circulação do periódico. Todavia, a autoria individual não foi o grande investimento da publicação nesses dez anos, que, muitas vezes, diante da dificuldade em obter textos específicos para as edições, optou por publicar anais e pautas de congressos da Fenapaes, notícias de interesse institucional para os apaeanos, documentos legais e, como já citado, as traduções, o que criou diversos efeitos de sentido, problematizados no decorrer da tese.

Cumprido ressaltar, ainda, que não me ative à categoria de apropriação do periódico, porquanto, desde o início, não era esse meu objetivo, haja vista o fato de que documentar práticas de leitura realizadas pelos leitores de um impresso, qualquer que seja, revela-se algo deveras imponderável, pelas próprias astúcias e táticas imersas no ato de ler, pelas diferentes comunidades de leitura existentes e pelas múltiplas variações de uso dos textos, nos mais diversos contextos (CERTEAU, 1994; CHARTIER, 1990). É possível que, em outras

circunstâncias, possa-se investir em pesquisas sobre essa questão, no sentido de perscrutar como determinados apaeanos avaliavam seu periódico ou recorriam a ele, particularizando-se um grupo de leitores. Por ora, contudo, ative-me à arqueologia do impresso, considerando-o como estratégia de um poder constituído e constituinte, qual seja, a Fenapaes, pelo que evidencie protocolos de leituras *possíveis*, de acordo com os dispositivos formais que integraram a composição do periódico, sem contudo, atrever-me a ir mais além. E, pela arqueologia do impresso, consegui avançar não apenas na descrição do suporte, com suas supostas chaves e prescrições de leitura, mas também no estabelecimento de relações entre a *materialidade textual* e a *textualidade material*.

Talvez essas relações ainda não tenham, aqui, se efetivado da maneira mais articulada possível, em que pesem os esforços despendidos. Ainda assim, com esta pesquisa, avancei ao abordar, de forma inédita, o periódico *Mensagem da Apae*, e isso mediante um recorte temporal que tem sido pouco tematizado nos estudos concernentes à História da Educação de excepcionais, além de ser raramente considerado na história do próprio impresso, devido a seu relançamento em 1974. Assim, mediante o exposto, espero, ao menos, ter contribuído para dar a conhecer mais sobre esse *objeto-fonte* em seus primórdios, sobre a atuação dos apaeanos e sobre as possibilidades de se empreender pesquisas que promovam o avanço da historiografia da Educação Especial brasileira pelos impressos periódicos, principalmente aqueles provenientes da atividade editorial praticada pelas instituições educacionais especializadas. Há um considerável acervo, em nosso país, dessas publicações, ainda não exploradas pelos historiadores da educação, as quais poderiam ampliar o escopo das investigações acerca do patrimônio histórico-educativo da Educação Especial no Brasil, área que ainda carece de ser tematizada na produção historiográfica brasileira, sobretudo pela mediação da imprensa periódica, cujas fontes têm sido pouco empregadas com esse propósito.

Mensagem da Apae destaca-se, certamente, como parte significativa desse acervo histórico que precisa ser cada vez mais considerado pelas pesquisas referentes à historiografia educacional brasileira, especialmente no tocante ao público outrora designado como excepcional. Como visto, foi posta em circulação em um período cujas produções nacionais referentes ao assunto eram reduzidas e pouco acessíveis, além de ter sido editada diretamente pela Fenapaes, uma das mais destacadas instituições no campo da excepcionalidade, cujas associações “[...] possuem acervo histórico preservado e têm sido pouco pesquisadas pela História da Educação” (RAFANTE, 2016, p. 155). No que tange ao próprio impresso *Mensagem da Apae*, segundo sinalizado nesta pesquisa, será preciso, ainda, investigá-lo nas

outras fases que abrangem suas edições de 1974 até a atualidade, o que, de imediato, não pôde ser realizado, pela vastidão de tal *corpus documental* e das suas especificidades.

Como fui pontuando ao longo do texto, a escassez de alguns dados, as discordâncias ou lacunas existentes em relação a algumas fontes, a (re)configuração do campo da Educação Especial após a instalação do Cenesp e as repercussões desse órgão nas edições posteriores de *Mensagem da Apae*, dentre outras questões suscitadas aqui, abrem outras tantas possibilidades de pesquisas. Mesmo assim, pude avançar na defesa da tese que motivou a realização deste estudo, (de)marcando esse impresso como um periódico institucional representativo do campo da excepcionalidade e da História da Educação de excepcionais em nosso país.

Não tive, todavia, pretensões de fechar a discussão ora apresentada, haja vista os limites pontuados e a necessidade de empreender investigações posteriores a respeito. Antes, compreendo que “Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado” (CERTEAU, 1982, p. 71). A escrita da História da Educação de excepcionais e dos impressos que a registraram depende, justamente, da combinação de mais e mais pesquisas sobre o tema. É dessa perspectiva que busquei realizar a minha investigação, desejando que outros trabalhos venham se somar a este, de maneira a ampliar seu potencial elucidativo para o (re)conhecimento dessa história, vislumbrando-se outros lugares de produção historiográfica, a partir das novas fontes, problemas e objetos autorizados pelos caminhos abertos com a Nova História Cultural.

REFERÊNCIAS

- A AJPAE de Jundiaí construirá um centro piloto. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 13-14, 1963.
- A APAE em treze anos de atividades. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 3, p. 3-14, jul. - set. 1968.
- A ASSOCIAÇÃO de Pais e Amigos dos Excepcionais abre os seus trabalhos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1955. Seção Segunda, p. 4. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=A%20ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20de%20Pais%20e%20Amigos%20dos%20Excepcionais%20abre >. Acesso em: 31 mar. 2017.
- A HISTÓRIA da Câmara dos Deputados: a quinta República. *Câmara dos Deputados*, Brasília, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/a5republica.html> >. Acesso em: 18 dez. 2016.
- A IPSIS. IPSIS gráfica e editora. Santo André, 2017. Disponível em: <<http://www.ipsis.com.br/ipsis/>>. Acesso em: 23 maio 2017.
- ACABAMENTO. In: Abril Gráfica: processos, 2016. Disponível em: <<http://grafica.abril.com.br/acabamento.php>>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- AÇÃO DAS APAES e as deficiências múltiplas: deficiência física. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 103-111, out. - dez. 1969.
- ADES, César. Pedro de Alcântara, Haim Grünspun e a defesa da criança: discurso de posse na Academia Paulista de Psicologia. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 178-186, dez. 2008. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v28n2/v28n2a06.pdf> >. Acesso em: 27 maio 2017.
- ALMEIDA, Maria Amelia. Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 24, 2004. Não paginado. Disponível em: < <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/02/a2.htm> >. Acesso em: 20 maio 2017.
- ALVES, Márcio Fagundes. *A reconstrução da identidade nacional na Era Vargas: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do grupo escolar José Rangel/Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945)*. 2010. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/marcio_fagundes_alves.pdf >. Acesso em: 30 mar. 2017.
- ANDRADE, Édison Prado de. *A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação*. 2014. 403 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-111617/pt-br.php> >. Acesso em: 20 maio 2017.

ANTIPOFF, Helena. A arte da cerâmica e as crianças. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 45-46, abr. - jun. 1964.

ANTONIO de Oliveira Godinho. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-oliveira-godinho>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ANTONIO S. Clemente Filho: presidente da Federação Nacional das Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 15, 1963.

AO DESAMPARO milhares de crianças excepcionais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1961. 1º Caderno, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Frisou%20o%20Sr.%20Sady>. Acesso em: 15 dez. 2016.

APAE Brasil: 60 anos. *Mensagem da Apae*, Brasília, ano 47, n. 1, p. 4-5, nov. 2014. (Edição Especial Apae Brasil: 60 anos).

APAE de São Paulo. Instituto Apae de São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www.apaesp.org.br/Noticias/Paginas/Noticia-1.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

APAE do Recife. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 19-20, 1963.

ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de; MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. A Comissão de Alto Nível: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. In: SENADO FEDERAL. *A Constituição que não foi*: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 31-83. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/154/AComissaodeAltoNivel.pdf?sequence=3>> Acesso em: 18 dez. 2016.

ARNS, Flávio. A nova cara da Revista *Mensagem da Apae*. *Mensagem da Apae*, Brasília, n. 92, p. 6, jan. - mar. 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6029: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b. Disponível em: <http://www.cct.udesc.br/arquivos/id_submenu/203/nbr_6029.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO dos Pais e Amigos dos Excepcionais. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1955. Primeira Seção, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=bEATRICE%20BEMIS&pasta=ano%20195>. Acesso em: 31 mar. 2017.

AUTORIDADES despertam para o problema do excepcional. *Diário do Paraná*: órgão dos Diários Associados, Curitiba, 31 jan. 1970. Primeiro Caderno, p. 6. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pasta=ano%20197&pesq=assessor%20administrativo%20da%20APAE>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

AUXÍLIO e proteção às crianças. *Careta*, Rio de Janeiro, ano, XLVII, n. 2.422, p. 26-27 e 35, nov. 1954. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pesq=beatriz%20BEMIS&pasta=ano%20195>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

AZEVEDO, Fernando de. A nova política educacional: esboço de um programa educacional extraído do Manifesto. In: CURY, Carlos Roberto Jamil; CUNHA, Célio (Orgs.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 96, número especial, p. 223-237, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1301>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BARBOSA, Eduardo. Apresentação. In: FEDERAÇÃO Nacional das Apaes. *Manual de identidade visual da Rede Apae: projeto Sinergia*, vol. 4. Brasília: Fenapaes, 2010. p. 6-7.

BARBOSA, Francisco Gabriel Bié. Importante correção histórica. *Mensagem da Apae*, Brasília, ano XXXII, n. 79, p. 5, set.- dez. 1995.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *História Constitucional Brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. (Série colóquios de excelência; n. 2). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/10028>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

BARROS, Armando Martins de. Os álbuns fotográficos com motivos escolares. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 117-132.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos: revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860014.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1º sem. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BENKI, Antonius; O'DONNEL, Maria de Lourdes; SILVEIRA NETTO, Rachel da. Pseudo-debilidade mental. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 4, p. 3-12, out. - dez. 1964.

BEZERRA, Giovani Ferreira. *Enquanto não brotam as flores vivas: crítica à pedagogia da inclusão*. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 2012.

BEZERRA, Giovani Ferreira; FURTADO, Alessandra Cristina. A produção sobre História da Educação Especial nos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs): um lugar

em construção. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-156559.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação*: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BITTENCOURT, Sérgio. Eles não querem piedade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1963. 2º Caderno, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=%C3%A3o%20n%C3%A3o%20querem%20piedade>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BOGGS, Elizabeth M. Novas esperanças para os retardados. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 37-41, abr. - jun. 1964.

BORBA, José Cândido Maes. A Federação e a Constituição (1971-1979). *Mensagem da Apae*: Apae 45 anos de lutas, Brasília, n. 87, p. 11-12, out.- dez. 1999.

BORBA, José Cândido Maes. A palavra do Presidente. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, nov. 1974.

BORBA, José Cândido Maes. Borba despede-se e apresenta relatório. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano 6, n. 17, p. 30-34, jul. - set. 1979.

BORBA, José Cândido Maes. Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 31, jan. - mar. 1968.

BORBA, José Cândido Maes. Filosofia das Apaes. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p.39-44, out. - dez. 1969.

BORRAIZ, Nelci. O problema do excepcional e sua parcial solução. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 43-44, abr. - jun. 1964.

BORRAIZ, Shirley. Eles tornarão nossas vidas ricas, puras e cheias de finalidade. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 15-18, 1963.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 29 de agosto de 1968. Seção I (Suplemento ao n. 147), Grande Expediente, p. 9-10. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29AGO1968SUP.pdf#page=9>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, ano XXV, n. 105, 3 de setembro de 1970d. Seção I, Explicação Pessoal, p. 4371-4372. Disponível em: <

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET1970.pdf#page=17>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Decreto n. 48.691, de 22 de setembro de 1960. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 29-30, jan. - mar. 1968.

BRASIL. *Decreto n. 64.920, de 31 de julho de 1969a*. Cria Grupo de Trabalho para estudar o problema do excepcional. Não paginado. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64920-31-julho-1969-406450-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n. 66.106, de 22 de janeiro de 1970a*. Altera o artigo 2º do Decreto nº 64.920, de 31 de julho de 1969, que criou Grupo de Trabalho para estudar o problema do excepcional. Não paginado. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66106-22-janeiro-1970-407677-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n. 66.296, de 3 de março de 1970b*. Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências. Não paginado. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66296-3-marco-1970-407656-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n. 66.967, de 27 de julho de 1970c*. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Não paginado. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n. 72.425, de 3 de julho de 1973b*. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e da outras providências. Não paginado. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-lei n. 2.024, de 17 de fevereiro de 1940*. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Não paginado. Disponível em: <
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=25156&norma=40602>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969b*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Não paginado. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 set. 2011.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 18 set. 2011.

BRASIL. *Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm>. Acesso em: 17 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967*. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. *Mobral: sua origem e evolução*. Rio de Janeiro: MEC, 1973a. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002033.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL TEM 201 milhões de habitantes; quantos eram nos anos 1960? *Folha de São Paulo* [on line], São Paulo, 30 ago. 2013. Folhinha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2013/08/1334729-brasil-tem-201-milhoes-de-habitantes-quantos-eram-nos-anos-1960.shtml>>. Acesso em 31 out. 2017.

BRELÂZ, Gabriela de. Advocacy das Organizações da Sociedade Civil: Principais Descobertas de um Estudo Comparativo entre Brasil e Estados Unidos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Enanpad, 2007, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A1916.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRITO VELHO, Carlos de. [Discurso]. In: Discurso do Padre Godinho na Câmara Federal em 1970 (agosto). *Mensagem [da Apae]*, p. 17-18, [1972?].

BRITTO, Ignez Félix Pacheco de. Discurso pronunciado pela Sra. Ignez F. P. Britto. *Mensagem da Apae*, Belo Horizonte, p. 23-27, 1973.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. 2. ed. rev. São Paulo: Educ, 2004.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CABRAL, Ruth. De quem é a responsabilidade de um programa de Educação Especial? *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 15-16, jan. - mar. 1968.

CAETANO, José Gomes. Considerações metodológicas no tratamento da deficiência mental. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, ns. 1 a 4, p. 20-22, jan. - dez. 1966.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, set.- dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18405.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

CARDOSO, Cláudio de Assumpção. O excepcional e o serviço militar. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 24-28, out. - dez. 1968.

CAROS amigos. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, n. 1 a 4, p. 2, jan.- dez. 1966.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Apresentação. In: BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 11-14.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Manuais de Pedagogia, materialidade do impresso e circulação de modelos pedagógicos no Brasil. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, n. 52, p. 114-135, ene.- jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4136/413635246007.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

CASTRO, Magali de. A formação de professores e gestores para os anos iniciais da educação básica: das origens às diretrizes curriculares nacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 199-227, maio - ago. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19126/11121>>. Acesso em: 20 maio 2017.

CATANI, Barbara Denice. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/928/842>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

CATANI, Barbara Denice. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Barbara Denice; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação na ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Anped, n. 19, p. 113-128, jan.-abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a09.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista: a Imprensa Pedagógica e a História da Educação*. 1. reimpr. São Paulo: Escrituras, 2002.

CERQUEIRA, Maria Corrêa de. Ortofonia. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. I, n. 3, p. 6, 1963.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul.- dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1598/955>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CHARTIER, Roger. *Inscriver & apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI – XVIII)*. São Paulo: Unesp, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <[http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIER O mundocomorepresentacao.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIER%20mundocomorepresentacao.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002b.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. A Federação Nacional das Apaes: discurso do Dr. Antônio S. Clemente ao transmitir a Presidência. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 5-6, jan.- dez. 1965.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. A fundação da Federação Nacional das Apaes: recordações pessoais. *Mensagem da Apae*, Brasília, ano XXXVI, n. 87, p. 4-5, out.- dez. 1999.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. Apresentação. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 5, jan.- mar. 1964b.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. Circular 90/69 à Federação Nacional das Apaes. *Mensagem [da Apae]*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 69, [1972?].

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. Editorial. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3, nov. 1974.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. Metodologia do trabalho das APAEs. *Mensagem das Apaes*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 45-52, out.- dez. 1969.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. Semana Nacional da Criança Retardada: palestra proferida pelo Dr. Antônio dos Santos Clemente Filho no Rotary Club de São Paulo, Leste, em 22 de agosto de 1963. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 56-59, abr.- jun. 1964a.

COLABORAÇÃO da Apae de São Leopoldo (RGS): Semana Nacional da Criança Excepcional em São Leopoldo (1966). *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, ns. 1 a 4, p. 9-10, jan. - dez. 1966.

COMO SURGE uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais? *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 8-13, 1963.

CONCLUSÕES da “Semana Nacional do Excepcional” realizada em São Paulo de 21 a 28 de agosto de 1965. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 38-39, jan. - dez. 1965.

CONDE, Ronaldo. Quem pode ajudar as crianças doentes mentais? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1971. Anexo, p. 5. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=a%20florzinha%20%C3%A9%20modesta>. Acesso em: 28 dez. 2016.

CONNIFF, James C. G. Negócios - sim; Caridade - não. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 5-12, 1963.

CONSTITUIÇÃO de 1969. In: INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO. *Constituição Federal*. Santo Amaro: Idelb, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.idelb.org.br/constituicao_federal_do_brasil.php>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CONTADOR, Vicente. *Modelo econômico e projeto de nação-potência: Brasil 1964 -1985*. 2007. 409 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-01022008-104912/pt-br.php>>. Acesso em: 19 maio 2015.

CONVÊNIO entre a Cademe e a Universidade Católica de São Paulo. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 22, jan. - mar. 1968.

CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira; CARVALHO, Luís Miguel. A circulação de modelos educativos nas revistas pedagógicas: Portugal e Brasil (1920-1935). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO, 25., Caxambu, 2002. *Anais...* Caxambu: Anped, 2002. p. 1-12. Disponível em: <
<http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

CORREIO da Manhã, Rio de Janeiro, p. 2, 18 abr. 1970. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=imbo%20das%20preocupa%C3%A7%C3%B5es%20pedag%C3%B3gicas>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder?. *Cadernos de Debate*, São Paulo, nº 1, p. 65-67, 1976.

CURSO de verão realizado sob o patrocínio da Apae de Curitiba. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 18-19, 1963.

CURSO intensivo de atualização de conhecimentos sobre deficiência mental. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 33-34, out. - dez. 1968.

CURSOS realizados em 1967. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 3, p. 20-22, jul. - set. 1968.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco. As famílias com filhos deficientes e a escolha da escola: o caso do Colégio Coração de Jesus. 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10500>>. Acesso em: 21 maio 2017.

DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 238-249, set. - dez. 2013. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.173.08/3815>>. Acesso em: 20 maio 2017.

DEPOIMENTO IX, de 24 de novembro de 1971. Pessoa ouvida: Justino Alves Pereira. In: RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Comissão Especial para estudar o problema do excepcional no Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre]: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1972. p. 70-82. Disponível em: < <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=Qp7hUg9fr5M%3D&tabid=5640>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

DISCURSO do Padre Godinho na Câmara Federal em 1970 (agosto). *Mensagem [da Apae]*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 9-18, [1972?].

DRUMOND, Adriana Cláudia. *A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos*. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A3N4N4/tese_adriana_cl_udia_drumond.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 dez. 2016.

DYBWAD, Gunnar. Nem todos são iguais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 17-20, jan. - dez. 1965.

EDITORIAL. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 2, jan. - mar. 1968a.

EDITORIAL. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 2, abr. - jun. 1968b.

EDITORIAL. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 2, out. - dez. 1968c.

EICHORN, John. Educação – professores e ensino: preparação do professor. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 3, p. 31, jul. - set. 1968.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENSINO recupera excepcionais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1964. 1º Caderno, p. 8. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=a%20partir%20de%20hoje,%20a%20Apae%20estar%C3%A1>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ERA Vargas. In: *Só História*, 2016. Não paginado. Disponível em: <
<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ESTRAZULAS, Alda Moreira. Apelo aos pais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2, jan. 1963.

EXCEPCIONAIS terão instituto nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1972. 1º Caderno, p. 5. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=Excepcionais%20ter%C3%A3o%20instituto>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FADIGAS, Ana Maria. Trechos do diário de uma professora do interior. *Mensagem [da Apae]*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 71-75, [1972?].

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio-ago. 2000. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FEDERAÇÃO Nacional das Apaes. *Apae educadora - a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais*. Brasília: Fenapaes, 2001.

FEDERAÇÃO Nacional das Apaes. Instrumento de Acompanhamento e Monitoramento das Ações da Fenapaes, Brasília: Fenapaes, 2010. Disponível em: <
<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo/17129>>. Acesso em: 22 set. 2015.

FEDERAÇÃO Nacional das Apaes. *Planejamento estratégico descentralizado 2009-2011*. Brasília: Fenapaes, [2009]. Disponível em:
 <<http://www.apaebrasil.org.br/#/arquivo/list/10027>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *A “santa causa da instrução” e o “progremento da Humanidade: revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*. 2004. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4569@1>. Acesso em: 10 fev. 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set. - dez. 2008. Disponível em: Acesso em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876>>. Acesso em: 19 maio 2015.

FLORENZANO, Rosa. Quero ajudar a criança excepcional. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 19-21, jan. - mar. 1968.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira*

de Economia, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 215-243, abr. - jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v59n2/a04v59n2.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Imprensa pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores*. 2000. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FRAGA, Andréa Silva de. *O Estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre/RS (1922-1931)*. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 69-97, maio - ago. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/38089/24843>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

FRANÇA, Iara da Silva. Papel das Revistas Pedagógicas e dos Periódicos na Formação Matemática dos Professores Primários Paranaenses. SEMINÁRIO TEMÁTICO: A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS, 11., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://seminariotematico.ufsc.br/files/2014/03/RD4RR_FRAN%C3%87A_res_DAC.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO Dorina Nowill para Cegos. 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://fundacaodorina.org.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FUNDAÇÃO José P. Kennedy, Júnior. Prêmios internacionais de Pesquisa em benefício aos Retardados Mentais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, n. 1 a 4, p. 45-46, jan.- dez. 1965.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a *Revista Brasileira de História da Educação* (2001-2007). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 8, n.1, p. 171-234, jan. - abr. 2008. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/113/124>>. Acesso em: 30 mar. 2017.]

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, jan. - mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. A pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do Golpe Militar de 1964: o projeto educacional do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (1961-1972). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 45-63, jan.- jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7451/4768>>. Acesso em: 19 maio 2017.

GEBRIM, Virgínia Sales. *Psicologia e Pedagogia Nova no Brasil: saberes e práticas escolares nos rastros da criança*. 2006. 126 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:

<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16282/1/VIRGINIA%20SALES%20GEBRIM.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

GODINHO, Antônio de Oliveira. Discurso do Padre Godinho na Câmara Federal em 1970 (agosto). *Mensagem [da Apae]*, p. 9-18, [1972?].

GOMES, Giselda Guimarães. A criança excepcional e suas possibilidades de educação. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, ns. 1 a 4, p. 26-27, jan.- dez. 1966.

GOMES, Maria de Lourdes C. S. Visita a uma escola de crianças excepcionais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 4-5, 1963.

GONÇALVES, Nair Lemos. A criança excepcional e o direito à educação. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 3, p. 28-30, jul. - set. 1968b.

GONÇALVES, Nair Lemos. A Previdência Social e a Reabilitação dos deficientes mentais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 33-36, abr. - jun. 1964.

GONÇALVES, Nair Lemos. Anteprojeto-de-lei sobre o excepcional. *Mensagem [da Apae]*, Belo Horizonte, p. 43-51, [1972?].

GONÇALVES, Nair Lemos. O excepcional e o trabalho. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 9-12, out. - dez. 1968a.

GRUPO de Trabalho “E”: conclusão dos grupos de trabalho – IV Congresso da Federação das Apaes. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 67-68, out.- dez. 1969.

GUIMARÃES, Ana Paula Cristina David. “*Tudo presta a quem tudo precisa*”: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1930). 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) - Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2011. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Paula_Cristina_David_Guimaraes DISSERTACAO_\(1\).pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Paula_Cristina_David_Guimaraes DISSERTACAO_(1).pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

HÁ NOVA POLÍTICA para excepcionais. *Diário de Natal*: órgão dos Diários Associados, Natal, p. 7, 26 fev. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_02&pasta=ano%20197&pesq=H%C3%A1%20nova%20pol%C3%ADtica%20para%20excepcionais>. Acesso em: 19 dez. 2016.

HARLOS, Franco Ezequiel. *Formação de professores para Educação Especial no Paraná*: cursos de pedagogia, pós-graduações *lato sensu* e políticas públicas. 2015. 165 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7260/TeseFEH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 maio 2017.

HISTÓRIA do movimento das Apaes. *Mensagem da Apae*, Brasília, ano 47, n. 1, p. 9-11, nov. 2014. (Edição Especial Apae Brasil: 60 anos).

HISTÓRIA. In: INSTITUTO de Psicologia Clínica Educacional e Profissional. Rio de Janeiro: (IPCEP), 2017. Disponível em: <<http://www.ipcep.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 21 maio 2017.

HISTORY of the ARC. In: *The ARC: for people with intellectual and developmental disabilities*. Washington D.C., 2016. Disponível em: <<http://www.thearc.org/who-we-are/history>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, Cultura e Texto. In: HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-29.

II CONGRESSO da Federação Nacional das Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, n. 1 a 4, p. 41-43, jan.- dez. 1965.

III CONGRESSO da Federação Nacional das Apaes - Curitiba (Paraná) - 4 a 8 de julho. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, n. 1 a 4, p. 33, jan.- dez. 1966.

III CONGRESSO da Federação Nacional das Apaes do Brasil: Curitiba, Paraná, 4 a 9 de julho de 1968 [1967]. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 3-4, jan.- mar. 1968a.

III CONGRESSO Nacional das Apaes: Curitiba - Paraná - 4 a 9 de julho de 1967: organização de fundos e campanhas financeiras. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 3, p. 25-27, jul. - set. 1968b.

INQUÉRITO no Congresso para menor abandonado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1971. 1º Caderno, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=vala%20comum%20de%20problemas>. Acesso em: 19 dez. 2016.

INSTITUCIONAL. In: EDITORA AVE-MARIA. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.avemaria.com.br/pagTexto/a-editora/institucional>>. Acesso em: 23 maio 2017.

INTERAÇÃO entre pais e técnicos: IV Congresso da Federação Nacional das Apaes e II Congresso da Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 151-152, out. - dez. 1969.

ISNARD, Luiza Banducci. O Direito de Todas as Crianças. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 17-18, jan. - mar. 1968.

IV CONGRESSO da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs: abertura. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 9-14, out. - dez. 1969a.

IV CONGRESSO da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs: portadores de deficiências múltiplas: conclusão. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 101, out. - dez. 1969b.

IV CONGRESSO da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs: tema 1: conclusão dos grupos de trabalho. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p.55-68, out. - dez. 1969c.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Oficina obrigada e a “integração” do “deficiente mental”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 51-63, 1992. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_art05.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos*. Campinas: Autores Associados, 1999.

KODAK. História da Kodak brasileira. 2016b. Disponível em: <http://www.kodak.com.br/ek/BR/pt/Our_Company/Historia_da_Kodak_Brasileira.htm>. Acesso em 21 abr. 2016.

KODAK. Photography. 2016a. Disponível em: <<http://www.kodak.com.br/ek/br/pt/corp/aboutus/heritage/photography/default.htm>>. Acesso em 21 abr. 2016.

KRYNSKI, Stanislaw. Reflexões em torno da criança excepcional e suas relações com a sociedade. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 9-18, jan. - mar. 1964.

KRYNSKI, Stanislaw. Tarefa da Comissão Científica. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. II, n. 2, p. 2 - 6, 1963.

KUSSHINICK, Theodoro. O papel da Escola de Medicina na orientação da profissão médica quanto às necessidades dos retardados. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 7-12, jan.- dez. 1965.

KUYUMJIAN, Dinorath do Valle. Mensagem da Flor. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, n. 1 a 4, p. 8-9, jan.- dez. 1966.

LACAZ, Carlos da Silva. O problema da criança retardada. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 19-20, jan. - mar. 1964.

LAR ESCOLA (SP). In: ASSOCIAÇÃO de Assistência à Criança Deficiente (AACD), 2017. Disponível em: <<https://aacd.org.br/unidade/lar-escola-sp/>>. Acesso em: 21 maio 2017.

LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. 7. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2013.

LEE CHOI, Nam Hong. Eu sou a sra. Nam Hong Lee Choi, da Coreia. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 38-39, out. - dez. 1968.

LIMA, Ana Laura Godinho. História dos saberes produzidos sobre os alunos em instituições de assistência a menores na cidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBHE/UFRJ, 2000. Disponível em: <

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/010_ana_laura.pdf >. Acesso em: 21 maio 2016.

LIMA, Ana Laura Godinho; CATANI, Denice Barbara. “Que tipo de aluno é esse?”: psicologia, pedagogia e formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 571-593, jul. - set. 2015. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n62/1413-2478-rbedu-20-62-0571.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2017.

LIMA, Ana Laura Godinho; VIVIANI, Luciana Maria. Conhecimentos especializados sobre os problemas de rendimento escolar: um estudo de manuais de psicologia e da *Revista de Educação. História da Educação*, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 93-112, maio-ago. 2015.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v19n46/2236-3459-heduc-19-46-00093.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2017.

LIMA, Maria Carmem Bezerra. *A qualidade em educação infantil nas representações sociais de professores da primeira infância*. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. Disponível em:

<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/maria_carmem.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

LOBATO, Paulo Sayão. O aconselhamento genético e a deficiência mental. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 4, abr. - jun. 1968.

LÔBO, Flávia da Silveira. Por causa de Carolina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1954. 4º Caderno, p. 14. Disponível em: <

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=Por%20causa%20de%20carolina&pasta=ano%20195 >. Acesso em: 30 mar. 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 111-153.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set. - dez. 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n3/01.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

MAGALHÃES, Justino Pereira. *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.

MAIOR ASSISTÊNCIA para as crianças retardadas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 19 out. 1954. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=George%20bemis>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MARTINEZ, Edilene Cunha. *A Imprensa Pedagógica como tema e objeto para a História da Educação Paranaense: Jornal Escola Aberta (1986-1988)*. 2009.172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2009_edilene_martinez.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). 1. reimpr. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC-USAID. In: GLOSSÁRIO: navegando na História da Educação brasileira. Campinas: Histedbr; Unicamp, 2006. Não paginado. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm>. Acesso em: 28 nov. 2016.

MÉDICI emocionado vê show de excepcionais. *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 2, 2 ago. 1971. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20197&pesq=na%20obra%20santa%20de%20educar>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Um estudo sobre o movimento em defesa do ensino público no Brasil (1959-1961). In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 10., 2016, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp/Histedbr, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/viewFile/1133/288>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio-ago. 2010. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

MENDES, Floriano Moura Brasil. Há 40 anos surgia o maior movimento comunitário do país. *Mensagem da Apae*, ano XX, n. 75, p. 25-27, out. - dez. 1994.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos et al. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 96-113, jan. - abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MENSAGEM [da Apae]: Fenapaes, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano II, n. 1, jan. - mar. 1964a.

MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano II, n. 2, abr. - jun. 1964b.

MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano II, n. 3, jul. - dez. 1964c.

MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano II, n. 4, out. - dez. 1964d.

- MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano III, n. 1 a 4, jan.- dez. 1965.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano IV, n. 1 a 4, jan.- dez. 1966.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano V, n. 1, jan. - mar. 1968a.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano V, n. 2, abr. - jun. 1968b.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano V, n. 3, jul. - set. 1968c.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, ano V, n. 4, out. - dez. 1968d.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, v. 1, n. 1, jan. 1963a.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, v. 1, n. 4, 1963d.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, v. 1, n. 5, 1963e.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, v. 1, n. 6, 1963f.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, v. I, n. 3, 1963c.
- MENSAGEM da Apae, São Paulo, v. II, n. 2, 1963b.
- MENSAGEM da Apae. APAE Brasil: 60 anos. Brasília: Federação Nacional das APAEs, ano 47, n. 01, nov. 2014.
- MENSAGEM da Apae. No túnel do tempo. Brasília, ano XXXIII, n. 81, p. 4, abr.- jun. 1996.
- MENSAGEM da Apae: Apae 45 anos de lutas, Brasília, n. 87, out. - dez. 1999.
- MENSAGEM da Apae: Fenapaes, [S.l.], ano VI, n. 5, out. - dez. 1969.
- MENSAGEM: Federação Nacional das Apaes, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, [1972?].
- MESA REDONDA. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 3, abr. - jun. 1968.
- MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 7, p. 29-44, jan. - dez. 2008. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564> >. Acesso em: 15 dez. 2016.
- MOEDAS do Brasil. 2017. Disponível em: <<http://moedas-do-brasil.info/>>. Acesso em: 28 maio 2017.
- MONTEIRO, Waleska de Fátima. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 40-56, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/view/41412/21359>>. Acesso em: 19 maio 2017.

MONTEIRO, Washington de Barros. Capacidade civil e responsabilidade criminal do deficiente mental. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 3-8, out. - dez. 1968.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NA TELEVISÃO. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. I, n. 3, p. 5-6, 1963.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. A imprensa periódica educacional e as fontes de pesquisa para a História da Educação. *Sinergia*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 60-65, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2007_n1/pdf_s/segmentos/artigo_08_v8_n1.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

NOTÍCIA. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 9-11, 1963.

NOTICIÁRIO: campanha das 100 Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, n. 1 a 4, p. 31-32, jan.- dez. 1966.

NOTICIÁRIO: diversos. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 38-39, jan.- dez. 1965.

NOTICIÁRIO: Federação das Apaes [diversos]. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 25-30, jan. - mar. 1964c.

NOTICIÁRIO: Federação das Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 50-54, abr. - jun. 1964b.

NOTICIÁRIO: Federação das Apaes: ata da Assembleia Geral da Federação Nacional das Apaes realizada aos 13 de julho de 1963, na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, para discussão e aprovação dos estatutos e eleição dos seus órgãos dirigentes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 23-25, jan. - mar. 1964a.

NOTÍCIAS dos estados. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11, jan. 1963.

NOVA POLÍTICA para os excepcionais. *Diário do Paraná*: órgão dos Diários Associados, Curitiba, 23 fev. 1972. Primeiro Caderno, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=85805&Pesq=encargado%20de%20estudar%20em%20profundidade>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula; FERREIRA, Julio Romero. Deficiência Mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado. *Em Aberto*, Brasília, ano 13, n. 60, p. 37-60, out. - dez. 1993. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1916/1887>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

O SIGNIFICADO das cores: o azul em propaganda, publicidade e marketing. Portal do Marketing Net, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.net.br/o-significado-das-cores-o-azul-em-propaganda-publicidade-e-marketing/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

O TRATAMENTO Doman-Delacato. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 27-28, jan. - mar. 1968.

OBJETIVOS da Federação Nacional das Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 4, jan. - mar. 1964.

OLIVEIRA, Severina D'Amico de. O relevante problema da conduta de médicos e técnicos diante dos pais de excepcionais. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 153-163, out. - dez. 1969.

OLIVEIRA, Wanessa Gorri de. *A imprensa pedagógica como fonte e objeto para uma escrita da História da Educação*: em destaque a prática pedagógica sugerida ao professor de educação infantil pela *Revista Criança* (1996-2006). 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2011-Wanessa.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

OS CROMOSSOMAS e a mente. *Mensagem da Apae*, São Paulo, vol. II, n. 2, p. 7-10, 1963. PAIVA, Edil Vasconcellos; PAIXÃO, Lea Pinheiro. *PABAE (1956-1964): a americanização do ensino elementar?* Niterói: EdUFF, 2002.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Edusp; SRE, 2008.

PAMPLONA, Confúcio. *A Política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*. Brasília: MEC, 1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001755.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

PARA FAZER deles homens dignos e úteis à Pátria. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 27 out. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=Adalgiza%20Nery%20Fontes>. Acesso em: 30 mar. 2017.

PARAÍSO, Bruno. Uma doença sem cura, um tratamento difícil e um rótulo antigo: é o excepcional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 set. 1971. Anexo, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=Desde%201951,%20a%20professora%20Helena>. Acesso em: 16 dez. 2016.

PATTERSON, Letha L. Sugestões de uma mãe duma criança retardada: algumas indicações para técnicos. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 21-28, jan. - dez. 1965.

PEDONI, Caetano. Ação das Apaes e deficiências múltiplas. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 85-89, out.- dez. 1969.

PERÉA, Romeu. Crianças retardadas. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 2-4, 1963.

PEREIRA, Justino Alves. Conversa com o leitor. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano 13, n. 41, p. 3, 1986.

PEREIRA, Justino Alves. Conversa com o leitor. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano 9, n. 29, p. 2, jul.- set. 1982.

PEREIRA, Justino Alves. Discurso proferido pelo Dr. Justino Alves Pereira, na instalação do IV Congresso da FNA. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 15-19, out. - dez. 1969.

PEREIRA, Justino Alves. Discurso pronunciado pelo Dr. Justino Alves Pereira. *Revista Mensagem [da Apae]*, Belo Horizonte, p. 29-36, 1973.

PEREIRA, Justino Alves. Editorial. *Mensagem [da Apae]*: Federação Nacional das Apaes, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 5, [1972?].

PEREIRA, Olívia. O excepcional no mundo do trabalho. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 4, p. 14-15, out. - dez. 1964.

PEREZ-RAMOS, Aidyl M. de Queiroz. Retardados mentais, treináveis e dependentes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, ns. 1 a 4, p. 15-16, jan. - dez. 1966.

PINTO, Adriana Aparecida. Contribuições da imprensa periódica especializada para os estudos em História da Educação: a revista *A Eschola Publica* e as disputas pela hegemonia do campo educacional paulista (1893-1897). *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 10, n. 18, p. 95-118, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/139/132>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PINTO, Adriana Aparecida. *Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880-1910)*. 2013. 349 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101505/pinto_aa_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 ago. 2015.

PINTO, Eduardo et al. Supletivo esforça-se para vencer suas deficiências. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1976. 1º Caderno, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=o%20DEC%20se%20reorganizou>. Acesso em: 19 dez. 2016.

POÇAS, Maria Teresa de Carvalho. *Design editorial/Revistas, capas e discursos: um estudo das revistas Veja, Isto é, Carta Capital e Época*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3244?show=full>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

PORTRAY, Renée. O papel dos pais dentro da Associação Pró Crianças Retardadas. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 13-15, jan. - dez. 1965.

PRIMEIRO APELO para uma grande campanha. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, [quarta-capa], abr. - jun. 1964.

PRIORI, Angelo et al. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: _____. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf> >. Acesso em: 18 dez. 2016.

PROBLEMA dos excepcionais. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 4-10, 1963.

RABELO, Armando. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 47-49, abr. - jun. 1964.

RADIOLOGIA Brasileira: Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Sobre esta revista: informações básicas, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/rb/paboutj.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940 a 1948*. 260 f. São Carlos, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2006-10-30T145414Z-1231/Publico/1178.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial do Brasil*. 2011. 311f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

RAFANTE, Heulalia Charalo. História e Política da Educação Especial no Brasil: bases teórico-metodológicas e resultados de pesquisa. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 149-161, maio-ago. 2016. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/2786/2285> >. Acesso em: 15 dez. 2016.

RAFANTE, Heulalia Charalo. Política de Educação Especial no Brasil: a relação entre o estado, a sociedade civil e as agências internacionais na criação do Cenesp. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 37., 2015, *Anais...* Florianópolis: Anped, 2015. p. 1-17. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-3916.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. A Sociedade Pestalozzi e a Educação Especial em Minas Gerais nas décadas de 1930 e 1940. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, *Anais...* Natal: Anped, 2011. Não paginado. Disponível em: < <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT15/GT15-422%20int.pdf> >. Acesso em: 10 ago. 2015.

RECOMENDAÇÕES apresentadas por ocasião do “Simpósio de Educação Especial” realizado em Brasília. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 26-28, jan. - mar. 1964.

REDENÇÃO da infância desajustada. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 12, 28 set. 1951. Disponível em: <

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=REDEN%C3%87%C3%83O%20da%20inf%C3%A2ncia%20desajustada>. Acesso em: 30 mar. 2017.

REGULAMENTO. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 2, jan. - mar. 1964.

RELATÓRIO da 1ª Reunião Nacional das Apaes, São Paulo, 8, 9 e 10 de novembro de 1962. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-10, jan. 1963.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES da Federação Nacional das Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 12-14, 1963.

REUNIÃO de Apaes do estado de São Paulo. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 8-11, jan. - mar. 1968.

REUNIÃO ESTADUAL das Apaes de São Paulo. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 30-32, out. - dez. 1968.

REVISTA Mensagem da Apae. In: FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Brasília: Apae Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/#/artigo/14>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ROCHA LAGOA, Francisco de Paula. Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. Rocha Lagoa. *Revista Mensagem [da Apae]*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 37-38, 1973.

RODRIGUES, Elaine. *A (Re)Invenção da educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980-1990)*. Maringá: Eduem, 2012.

RODRIGUES, Elaine. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a História da Educação. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (Orgs.). *Fontes e métodos em História da Educação*. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 311-325.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da *Revista do Ensino* (1929 – 1930). *Acta Scientiarum: Education*, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, apr.-june 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666/pdf_38>. Acesso em: 11 ago. 2015.

RODRIGUES, Elaine; SILVA, Michele Juliana de Carli Anselmo da. A imprensa pedagógica representada pela *Revista Brasileira de Educação*: uma fonte de pesquisa para a história da educação. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL; REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO, 10., 2014, Florianópolis. *Anais...Florianópolis: UDESC*, 2014. p.1-17. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/109-0.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Keisyani da Silva. *Histórias da Educação Especial produzidas a partir de matérias publicadas em jornal paulista: 1997-2004*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2016. Disponível em: <
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8050/DissKSS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

SANTOS, Rui. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Não paginado. Disponível em: <
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/santos-rui>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SANTOS, Samuel. Conversa com o leitor. *Mensagem da APAE*, Brasília, ano 4, n. 9, p. 1, maio - ago. 1977.

SÃO PAULO (Estado). Decreto 42.327, de 12 de agosto de 1963. Dispõe sobre a comemoração da “Semana da Criança Retardada”. *Diário Oficial*: Estado de São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, ano LXXIII, n. 151, p. 2, 13 ago. 1963. Disponível em: <
<http://dobuscaodireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19630813&Caderno=Poder%20Executivo%20-%20parte%201&NumeroPagina=2>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência Mental ou Intelectual? Doença ou Transtorno Mental? *Revista Nacional de Reabilitação*. [S.l.], ano ix, n. 43, p. 9-10, mar.-abr. 2005. Disponível em:
<http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:atualizacoes-semanticas-na-inclusao-de-pessoas-deficiencia-mental-ou-intelectual-doenca-ou-transtorno-mental&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17>. Acesso em: 18 mar. 2010.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 30, n. 2, 2005. Não paginado. Disponível em: <
<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a1.htm>>. Acesso em: 20 maio 2017.

SCHILLING, Telmo Ignácio. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 31-37, out.- dez. 1969.

SCHNEIDER, Omar et al. Arqueologia das práticas editoriais: 15 anos de um impresso em *Movimento*. *Movimento: revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 57-85, jul.- set. 2009. Disponível em:
<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/9237/5579>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI; Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa.

Tempo, Niterói, vol. 13, n. 26, p. 32-55, jan. 2009. Disponível em: <
http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a03.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SEIXAS, Nelson de Carvalho. Colaboração da Apae de São José do Rio Preto (SP). *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano IV, n. 1 a 4, p. 3-7, jan.- dez. 1966.

SEIXAS, Nelson de Carvalho. Interação entre pais e técnicos. *Mensagem da Apae*, [S.l.], ano VI, n. 5, p.145-149, out. - dez. 1969.

SEM AUXÍLIO a assistência a excepcionais pode parar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1961. 1º Caderno, p. 3. Disponível em: <
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Leda%20Collor%20de%20Melo%20\(presidente](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Leda%20Collor%20de%20Melo%20(presidente)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SEMANA da criança excepcional: 22 a 28 de agosto de 1967. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 13-14, jan. - mar. 1968.

SEMANA Nacional da Criança Excepcional. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 11, abr. - jun. 1968.

SEMANA Nacional da Criança Retardada. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 56, abr. - jun. 1964.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. *Educação Especial em Roraima: história, política e memória*. 2013. 359 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em:
 <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6180>. Acesso em: 10 ago. 2013.

SILVA, Juremir Machado da. *Anjos da Perdição: futuro e presente na cultura brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SILVA, Leandro Ribeiro da. *Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo*. 2013. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000901819>>. Acesso em: 19 maio 2015.

SILVA, Wanderley Nogueira da. “Mais amor e compreensão”. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. I, n. 3, p. 1, 1963c.

SILVA, Wanderley Nogueira da. A importância do trabalho. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 1, 1963d.

SILVA, Wanderley Nogueira da. Amor ao próximo. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 1, 1963e.

SILVA, Wanderley Nogueira da. Apresentação. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1, jan. 1963a.

SILVA, Wanderley Nogueira da. Caro leitor. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano III, n. 1 a 4, p. 3, jan.- dez. 1965.

SILVA, Wanderley Nogueira da. Fazer o bem. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. II, n. 2, p. 1, 1963b.

SILVA, Wanderley Nogueira da. Ser feliz. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 1, 1963f.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (Dir.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SOCIEDADES Pestalozzi têm encontro nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1971. 1º Caderno, p. 4. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=SOCIEDADES%20Pestalozzi%20t%C3%AAm%20encontro%20nacional >. Acesso em: 15 dez. 2016.

SOUZA, Milena Luckesi de. *A concepção e o atendimento escolar destinado ao deficiente mental: um estudo dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (1925-1947)*. 123 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. Disponível em: Acesso em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2007_milena_luckesi.pdf. Acesso em: 10 fev. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SUBSÍDIOS para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental (1967). *Mensagem da Apae*, Belo Horizonte, p. 41-155, 1973.

TÉCNICOS norte-americanos na América Latina. *A Tarde*, Curitiba, p. 3, 26 abr. 1954. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=797596&pasta=ano%20195&pesq=George%20Bemis> >. Acesso em: 31 mar. 2017.

TEORIA do Capital Humano. In: GLOSSÁRIO: navegando na História da Educação brasileira. Campinas: Histedbr; Unicamp, 2006. Não paginado. Disponível em: <
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%A0do_capital_humano.htm >. Acesso em: 19 maio 2017.

TURCHETTI, Ferdinando. Importação de material hospitalar. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 6, jan. - mar. 1964.

UEKANE, Marina Natsume. “Mulheres na sala de aula”: um estudo acerca do processo de feminização do magistério primário na corte imperial (1854-1888). *Revista Gênero*, Niterói, v. 11, n. 1, p. 35-64, 2. sem. 2010. Disponível em: <

<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/59/37> >. Acesso: 20 maio 2017.

V CONGRESSO da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. *Mensagem da Apae*, Belo Horizonte, p. 11-22, 1973.

VÉRAS, Raymundo. Reabilitação e educação do excepcional e a organização neurológica. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 3, p. 6-8, jul. - dez. 1964.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul. - dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v11n2/a03v11n2.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03>>. Acesso em: 21 maio 2017.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. Uso dos impressos como fonte e objeto de investigação para estudos em História da Educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju, *Anais...* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/336.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

VIEIRA, André de Holanda Padilha. “*Escola? Não, obrigado*”: um retrato da *homeschooling* no Brasil. 2012. 77 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3946/1/2012_AndredeHolandaPadilhaVieira.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto. A disseminação da deficiência mental no campo da educação: a revista Educação (1927-1946). 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10592/1/Maria%20Aparecida%20Augusto%20Satto%20Vilela.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

WACHELKE, João Fernando Rech et al. Contribuições e limitações do Método Doman-Delacato no contexto da Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 10, n. 3, p. 309-320, set. - dez. 2004. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista10numero3pdf/4wachelke.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 3, p. 233-251, n. 1, jan. - jun. 2003. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/234/241>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

XAVIER, Maria Amélia Vampré. A formação de novas Apaes. *Mensagem da Apae*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2 - 4, 1963.

XAVIER, Maria Amélia Vampré. John Fitzgerald Kennedy. *Mensagem da Apae*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 7-8, jan. - mar. 1964.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, fontes e a imprensa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 10, n.40, p. 60-71, dez.2010. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3370/2993>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

APÊNDICE 1

Mapeamento dos exemplares de *Mensagem da Apae* (1963-2015)

Ano da revista ou volume	Número	Período	Ano civil	Local onde foi encontrado o exemplar
Vol. I	1	Janeiro	1963	Fenapaes
Vol. II	2	Não indicado	1963	Fenapaes
Vol. I	3	Não indicado	1963	Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff
Vol. 1	4	Não indicado	1963	Fenapaes
Vol. 1	5	Não indicado	1963	Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff
Vol. 1	6	Não indicado	1963	Fenapaes
Ano II	1	jan. - mar.	1964	Fenapaes
Ano II	2	abr. - jun.	1964	Apae de São Paulo
Ano II	3	jul.- dez.	1964	Apae de São Paulo
Ano II	4	out. - dez.	1964	Fenapaes
Ano III	1 a 4	jan. - dez.	1965	Fenapaes
Ano IV	1 a 4	jan. - dez.	1966	Fenapaes
Ano V	1	jan. - mar.	1968	Fenapaes
Ano V	2	abr. - jun.	1968	Fenapaes
Ano V	3	jul.- set.	1968	Fenapaes
Ano 5	4	out. - dez.	1968	Apae de São Paulo
Ano VI	5	out.- dez.	1969	Fenapaes
Não indicado	Não indicado	Não indicado	[1972?]	Fenapaes
Não indicado	Não indicado	Não indicado	1973	Fenapaes
Ano 1	1	nov.	1974	Fenapaes

Ano 2	2	jan.- maio	1975	Fenapaes
Ano 2	3	—	1975	Não encontrada
Ano 2	4	set. - dez.	1975	Fenapaes
Ano 3	5	jan. - abr.	1976	Fenapaes
Ano 3	6	Maio - ago.	1976	Fenapaes
Ano 3ano	7	set. – dez	1976	Apae/Paranaíba - MS
Ano 4	8	jan. - abr.	1977	Fenapaes
Ano 4	9	maio - ago.	1977	Fenapaes
Ano 4	10	set. - dez.	1977	Fenapaes
Ano 5	11	jan. - mar.	1978	Fundação Catarinense de Educação Especial
Ano 5	12	abr.- jun.	1978	Fenapaes
Ano 5	13	jul. - set.	1978	Fenapaes
Ano 5	14	set.- dez.	1978	Fenapaes
Ano 6	15	jan.- mar.	1979	Fenapaes
Ano 6	16	abr. - jun.	1979	Fenapaes
Ano 6	17	jul.- set.	1979	Fenapaes
Ano 6	18	out. - dez.	1979	Fenapaes
Ano 7	19	jan. – mar	1980	Fenapaes
Ano 7	20	abr. - jun.	1980	Fenapaes
Ano 7	21	jul. - set.	1980	Fenapaes
Ano 7	22	set.- dez.	1980	Fenapaes
Ano 8	23	–	–	Não encontrada
Ano 8	24	abr.- jun.	1981	Fenapaes
Ano 8	25	jul. - set.	1981	Fenapaes
Ano 8	26	out.- dez.	1981	Fenapaes
Ano 9	27	jan. - mar.	1982	Fenapaes
Ano 9	28	abr.- jun.	1982	Fenapaes
Ano 9	29	jul. - set.	1982	Fenapaes

Ano 10	30	out. - dez.	1982	Fenapaes
Ano 11	31	Não indicado	1983	Fenapaes
Ano XI	32	Não indicado	1983	Fenapaes
Ano XI	33	Não indicado	1983	Fenapaes
Ano 12	34	Não indicado	1983	Fenapaes
Ano 12	35	Não indicado	1984	Fenapaes
Ano 12	36	Não indicado	1984	Fundação Catarinense de Educação Especial
Ano 12	37	jul. – set.	1984	Fenapaes
Ano 12	38	out. – dez.	1984	Fenapaes
Ano 13	39	Não indicado	1985	Fenapaes
Ano 13	40	Não indicado	1985	Fenapaes
Ano 13	41	Não indicado	1986	Fenapaes
Ano XIII	42	jan. - mar.	1986	Fenapaes
Ano XIII	43	abr. - jun.	1986	Fenapaes
Ano XIII	44	jul.- dez.	1986	Fenapaes
Ano XIV	45	jan. - jun.	1987	Fenapaes
Ano XIV	46	jul.- set.	1987	Fenapaes
Ano XIV	47	out. - dez.	1987	Fenapaes
Ano XV	48	jan.- mar.	1988	Fenapaes
Ano XV	49	abr. - jun.	1988	Fenapaes
Ano XV	50	jul.- set.	1988	Fenapaes
Ano XV	51	out.- dez.	1988	Fenapaes
Ano XVI	52	jan.- mar.	1989	Fenapaes
Ano XVI	53	abr.- jun.	1989	Fenapaes
Ano XVI	54	jul.- set.	1989	Fenapaes
Ano XVI	55	out. - dez.	1989	Fenapaes
Ano XVII	56	jan. - mar.	1990	Fenapaes
Ano XVII	57	abr. - jun.	1990	Fenapaes
Ano XVII	58	jul.- set.	1990	Fenapaes
Ano XVII	59	out. - dez.	1990	Fenapaes
Ano XVIII	60	jan.- mar.	1991	Fenapaes

Ano XVIII	61	abr. - jun.	1991	Fenapaes
Ano XVIII	62	jul. - set.	1991	Fenapaes
Ano XVIII	63	out. - dez.	1991	Fenapaes
Ano XIX	64	jan.- mar.	1992	Fenapaes
Ano XIX	65	abr.- jun.	1992	Fenapaes
Ano XIX	66	jul.- set.	1992	Fenapaes
Ano XIX	67	out. - dez.	1992	Fenapaes
Ano XX	68	jan.- mar.	1993	Fenapaes
Ano XX	69	abr. - jun.	1993	Fenapaes
Ano XX	70	jul.- set.	1993	Fenapaes
Ano XX	71	out.- dez.	1993	Fenapaes
Ano XX	72	jan.- mar.	1994	Fenapaes
Ano XX	73	abr.- jun.	1994	Fenapaes
Ano XX	74	jul.- set.	1994	Fenapaes
Ano XX	75	out.- dez.	1994	Fenapaes
Ano XXI	76	jan. - mar.	1995	Fenapaes
Ano XXI	77	abr.- jun.	1995	Fenapaes
Ano XXI	78	jul. - set.	1995	Fenapaes
Ano XXXII	79	set. - dez.	1995	Fenapaes
Ano XXXIII	80	jan.- mar.	1996	Fenapaes
Ano XXXIII	81	abr. - jun.	1996	Fenapaes
Ano XXXIV	82	jun. - set.	1996	Fenapaes
Ano XXXV	83	out. - dez.	1998	Fenapaes
Ano XXXVI	84	jan. - mar.	1999	Fenapaes
Ano XXXVI	85	Não indicado	1999	Fenapaes
Ano XXXVI	86	jul.- set.	1999	Fenapaes
Ano XXXVI	87	out. - dez.	1999	Fenapaes
Não indicado	88	jan.- mar.	2000	Fenapaes
Não indicado	89	abr.- jun.	2000	Fenapaes
Não indicado	90	jul.- set.	2000	Fenapaes
Não indicado	91	out.- dez.	2000	Fenapaes

Não indicado	Não indicado	Não indicado	[2000?]	Fenapaes (edição especial XV Olimpíada Nacional das Apaes
Ano 37	92	jan.- mar.	2001	Fenapaes
Ano 38	93	Dezembro	2005	Fenapaes
Ano 39	94	Março	2007	Fenapaes (<i>site</i>)
Ano 40	95	Fevereiro	2008	Fenapaes
Ano 40	96	Maio	2008	Fenapaes
Ano 41	97	Abril	2009	Fenapaes
Ano 41	98	Dezembro	2009	Fenapaes
Ano 42	99	Abril	2010	Fenapaes
Ano 43	100	Janeiro	2011	Fenapaes
Ano 44	101	Julho	2011	Fenapaes
Ano 45	102	Janeiro	2012	Fenapaes
Ano 44	101 [sic]	Fevereiro	2012	Fenapaes
Ano 46	104	Março	2013	Fenapaes
Ano 46	02	Novembro	2013	Fenapaes
Ano 47	105	Março	2014	Fenapaes
Ano 47	01	Novembro	2014	Fenapaes
Ano 48	1	Dez	2015	Fenapaes (<i>site</i>)

Fonte: O autor.

APÊNDICE 2

Presidentes da Fenapaes (1962 a 1979)¹³⁷

Presidente	Período	Formação profissional	Estado/cidade da Federação em que atuava
Antonio dos Santos Clemente Filho	novembro de 1962 a julho de 1963 (Diretoria Provisória)	Médico	São Paulo – São Paulo
Antonio dos Santos Clemente Filho	1963-1965	Médico	São Paulo – São Paulo
Antônio Simão dos Santos Figueira	1965-1967	Médico	Pernambuco - Recife
Antônio Simão dos Santos Figueira	1967-1969	Médico	Pernambuco - Recife
Justino Alves Pereira	1969-1971	Médico	Paraná – Curitiba/Ibiporã
Justino Alves Pereira	1971-1972	Médico	Paraná -
José Cândido Maes Borba	Setembro de 1972 a julho de 1973	Médico Veterinário/Militar de carreira	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
José Cândido Maes Borba	1973-1975	Médico Veterinário/Militar de carreira	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
José Cândido Maes Borba	1975-1977	Médico Veterinário/Militar de carreira	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
José Cândido Maes Borba	1975-1979	Médico Veterinário/Militar de carreira	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Fonte: *Mensagem da Apae/Fenapaes*.

¹³⁷ Este quadro apresenta, por período, os presidentes da Fenapaes de 1962 a 1979, com mais algumas informações. O fato de eu ter colocado até 1979 deve-se ao fato de que Borba foi um personagem de destaque nos primórdios do que se convencionou, atualmente, chamar de movimento apaeano, sendo constantemente citado nesta tese e, também, sempre invocado pelos apaeanos, na produção posterior de sua história. Além disso, notei que vêm sendo (re)produzidos vários equívocos, seja nas fontes mais recentes publicadas pelos apaeanos, seja por outras bibliografias do campo da Educação Especial, sobre o período em que Justino Alves Pereira e José Cândido Maes Borba estiveram na presidência da Fenapaes nesse período. A confusão tem se dado porque Borba era o primeiro-vice-presidente da Fenapaes na gestão 1971-1973. Tendo Justino Pereira solicitado sair da presidência em julho de 1972, por motivos particulares, Borba foi quem assumiu, naturalmente, o cargo, nele permanecendo. Posteriormente, Justino ainda voltaria à presidir a Federação, de 1979 a 1981. Depois de exaustiva comparação entre textos, publicações em periódicos das décadas de 1960 e 1970 e leituras diversas, além da análise empreendida em exemplares de *Mensagem da Apae*, pude, finalmente, organizar esses dados, que apareciam de forma contraditória em algumas fontes consultadas (Cf. especialmente BORBA..., 1979).